

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 236

JULHO - SETEMBRO

1957


Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possin. sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1957



Digitized by the Internet Archive
in 2024

TRABALHOS ORIGINAIS

O DEVER DOS «CAVALEIROS DE SÃO PAULO»

AURELIANO LEITE

25 de Janeiro de 1957! 403 anos se passaram desde que, por ordem do Provincial Padre Manuel da Nóbrega, ali, além do vale do Anhangabaú, em colina de aspecto triangular, sobranceira à extensa várzea do ribeirão Tamanduateí, dominando-a com o olhar, numa clareira de mata virgem se ergueu em mutirão aquela cabana de 14 passos de comprimento por 10 de largura, construída de pau a pique barreado, a chamada taipa francesa, possivelmente coberta de sapé ou de folhas de coqueiro, entregue à proteção do Apóstolo dos Gentios, a fim de servir, ao mesmo tempo, de igreja, escola, enfermária, oficina e residência de admiráveis soldados de Inácio de Loyola, que havia pouco, vinte anos antes, fundara na Abadia de Montmartre, em Paris, a Companhia de Jesus.

Destinara-se a implantar nos Campos de Piratininga, na vastidão do planalto que o muralhão verde da Serra do Mar separa do úmido e insalubre litoral, uma base cristã para a catequese dos desconfiados filhos das selvas, papel em branco em que se podia escrever o que se quisesse, segundo conceito lapidar de um dos padres.

Mas dentre êsses abnegados europeus entregues ao serviço prático dos preceitos da doutrina de Jesus Cristo, sob a disciplina do Padre Manuel da Nóbrega, chefe preclaro que encontrou logo na colaboração dos caciques Tibiriça e Caiubi ajuda eficiente, surgiu um adolescente e simples noviço, enfermiço da espinha, ou de espinhela caída, consoante o vulgo imagina, primo de Inácio de Loyola — José de Anchieta, natural da Espanha, mas de formação coimbrã, o qual, iluminado por espírito divino, viu mais que todos os de sua Companhia o que aquilo preestabelecia de grande e maravilhoso.

Aquilo constituía ou significava, nada menos nada mais, que o lançamento da *Metrópole do Brasil*.

Aquela humilima cabana, daí a pouco rodeada de outras habitações e substituída pelos prédios em caráter definitivo da

Igreja e do Colégio, elevado o burgo à Vila pelas autoridades civis, aquela humilima cabana marcava o nascimento da maior cidade do Brasil. E como o Brasil, conquanto já existisse o Peru espanhol, desse, por assim dizer, o nome à América do Sul, pelo menos nessa parte oriental, a profecia de Anchieta podia ser estendida sem qualquer exagêro até o lado de lá do barrento e largo Rio da Prata.

A realização integral dessa profecia não tardará. São Paulo, que em 1873, era uma das últimas cidades do país, já ultrapassou a magnifica Rio de Janeiro. Não tardará a também deixar para trás a imponente Buenos Aires.

Pasmem os incrédulos do acêrto dêsse vaticínio saído do cérebro adolescente daquele gênio, cujos sucessos e virtudes, que as leis da natureza não conseguem explicar, tiveram como cenário em especial a vasta e inquieta Capitania de S. Vicente, doada ao bravo cabo de guerra luso Martim Afonso de Sousa, no entanto mais preocupado com as Índias, por cujos inolvidáveis serviços mereceria de S. Francisco Xavier os melhores elogios. Não se trata de simples lenda ou de invenção literária. Essa benfazeja profecia, como sabem os mestres da história, figura em relatório do Governador Antônio Pais de Sande, do Conselho Ultramarino, reproduzido nos Anais da Biblioteca Nacional, vol. 39.

Se o punhado de inacinos a quem São Paulo deve a fundação ressuscitasse — Manuel da Nóbrega, Manuel de Paiva, Afonso Braz, Vicente Rodrigues, Pero Correia, Manuel de Chaves, Gregório Serrão, Diogo Jacome, Leonardo do Vale, Gaspar Lourenço, Braz Lourenço, João Gonçalves, Antônio Blasques e José de Anchieta — todos êles, exceto o derradeiro, o menos graduado da hierarquia dêsse admirável grupo de homens, revendo esta cidade assombrosa, maravilha do mundo no século XX, sofreriam a impressão de uma loucura, um desvario ante o inexplicável! Só o mais pequenino dêsses catorze inacinos — José de Anchieta, contemplaria suavemente, compreensivamente, o espetáculo dessa imensa urbe, indiferente talvez à sua presença, estendida sob os seus olhos, obra miraculosa, que êle, o mais pequenino daqueles 14 inacinos, bafejado da graça divina, anunciara, há 403 anos, quando a porta da humilima cabana, sobranceira à várzea do Tamanduateí, levantada em mutirão, no espaço de uns dias, pelos próprios padres e silvícolas dirigidos por dois caciques esquecíveis, príncipes autênticos da terra que a civilização européia iria arrêbatar, anunciara, quando a porta da cabana se abria para a missa rezada por Manuel de Paiva.

É essa a maior e mais grata efeméride da história de S. Paulo.

O próprio Padre Serafim Leite, com a autoridade que lhe dão os seus dez volumes da História da Companhia de Jesus no Brasil, embora opine que a fundação do burgo já se houvesse dado em 30 de agosto de 1553, na presença do Padre Manuel da Nóbrega, entende que é a 25 de janeiro que se deve festejar o seu nascimento.

É essa pois a maior e mais grata efeméride da fecunda história de São Paulo. E ela se deve a êsses gloriosos sacerdotes de Cristo.

Bem fêz a Associação dos Cavaleiros de São Paulo criando-se sob os auspícios da Companhia de Jesus, para, entre outros magnos objetivos, exaltar êsse acontecimento. Realizando esta solenidade, a que procurou emprestar uma significação transcendental, para completar outros edificantes números comemorativos desenrolados no Pátio do Colégio, os Cavaleiros de São Paulo começam a cumprir o seu alto e múltiplo programa consagrado em seus estatutos, dos quais quero destacar o trecho magno:

«Art. 1.º A Associação «Cavaleiros de São Paulo», de natureza civil e caráter cultural, filantrópico e apatidário, adota como objetivo:

a) incentivar o culto a São Paulo, dentro da Pátria Brasileira;

b) defender-lhe as tradições culturais, cristãs e morais;

c) tomar-lhe e zelar-lhe o patrimônio histórico e artístico;

d) promover o estudo de seu passado e de seus grandes vultos, convocando para isso filhos e amigos dignos de São Paulo;

e) cooperar com a Comissão Executiva Pró-Monumento da Fundação de São Paulo na ereção dêsse monumento».

Pouco importa que nem tôda a gente queira compreender os elevados desígnios desta Associação, os quais, se se desprezasse o luxo de palavras dos estatutos, bem poderiam resumir-se num único item: Incentivar o culto a São Paulo, dentro da Pátria Brasileira.

Pouco importa que nem tôda a gente queira compreender êsse edificante objetivo dos Cavaleiros de São Paulo e procure até rebaixar a nossa sociedade ao nível de meras organizações de classe, muito dignas e respeitáveis nos seus desejos e ambições utilitárias, mas destituídas de expressividade filantrópica e cultural.

Mas os Cavaleiros de São Paulo hão de vencer no seu nobilíssimo tentame de impedir que se desleixe e se olvide o passado do solo que o valoroso Portugal nos ofereceu e os titãs paulistas conquistaram; se diminua a sua obra na integração do Brasil, subestimando-se os acontecimentos e os homens que dentro dêles pelejaram com as forças maléficas da natureza, os donos naturais da terra virgem e os invasores posteriores, para a formação da nacionalidade.

Esta associação que nasceu, tal qual lembrei, para fins aparentemente diversos, como o de cooperar na reconstrução facsimilar da Igreja e do Colégio dos Jesuítas, na realidade pode ainda ter o seu escopo resumido num outro lema: Defender e exaltar o patrimônio de nossas mais caras tradições.

Mas, quando me foi entregue, na honrosa companhia de Gofredo Teles e Ubaldo Caiubi a coordenação dos trabalhos para a organização desta sociedade, sob os auspícios da Companhia de Jesus, Seção de S. Paulo, dirigida pela sabedoria de Sua Reverendíssima o Padre Fernando Pereira de Castro; quando, depois me destinaram cargos de direção e agora, me confiam o discurso oficial desta noite, para que o Instituto Caetano de Campos nos abriu de par em par as suas portas prestigiosas — fiquei atarantado, sem poder dar logo com a explicação de tais dignificantes encargos. Era, na verdade, para atarantar escolher-se a mim, entre tantos homens de prol, tantas figuras paulistas de estirpe e cultura como as que possuem os Cavaleiros de S. Paulo!

Por que? Por que tão comovente preferência?

É que nem sequer paulista de nascimento eu sou e em consciência os serviços de qualquer ordem que haja procurado prestar a S. Paulo parecem-me de mofina importância!

Todavia, acredito em decretos da Providência. Acredito em razões superiores que descem do fundo dos séculos sobre as nossas cabeças. Ora, acolá no começo da centúria XVIII, paira uma sombra piratiningana de que descendo. Legou-me ela parte do sangue que palpita em minhas veias. Quem é essa sombra? Amador Bueno da Veiga, o Cabo-Maior e Defensor da Pátria. Que fez êle, além de comandar a Guerra contra os Emboabas? Como autêntico Mecenas, salvou o Colégio dos Jesuítas, que resumia em si toda a missão do ensino nos graus primário, secundário e superior, de cerrar as suas portas e esvasiar o seu casarão da mocidade colonial paulista, que ali iluminava o seu cérebro. De que modo o fez? Oferecendo ao estabelecimento um donativo em cruzados que excederia hoje a casa de alguns milhões de cruzeiros.

Prestai atenção, Senhoras e Senhores. É pelo sangue de Amador Bueno da Veiga que, sem vos lembrar disso, nem disso

talvez saber, movidos como autómatos por determinação misteriosa dêsse *quid* imponderável mas real, me fostes buscar para figurar entre o número prestigioso de veros paulistas que tomaram a si defender o nosso passado, a começar por auxiliar a ereção ali, no Pátio do Colégio, dos monumentos que marcam o começo de nossa vida para a glória e os indefectíveis destinos desta cidade, desta região e dêste povo.

Se a nossa utilíssima entidade já existisse no ano do quarto centenário de São Paulo e participasse de suas comemorações festivas, algumas belas e adequadas, programadas com os melhores propósitos de enaltecer o papel que lhe coube na vida do Novo-Mundo, chamando para ela a atenção dos neo-paulistas e estrangeiros que concorrem para o prodigioso progresso desta terra, talvez que o nosso pretérito não houvesse sofrido as antipáticas restrições, verdadeiros atentados que contra êle se praticaram em nome da história rígida.

Tirada das mãos de nossos mais esforçados estudiosos, encanecidos no exame e tradução de velhos e descuidados documentos, entregou-se a parte mais séria das comemorações — a Exposição da História de São Paulo, ao alvedrio de um estranho, pago generosamente, mas que embora de certa notoriedade como escritor, não estava inteiramente a par de nossas coisas, de minúcias nossas, nem as podia sentir, como nós, criaturas que possuímos o mal da terra em nossos seres.

O resultado foi o que se observou. Esse escriba peregrino, com tendências ditatoriais, na orientação e disposição de tão desejado certame, de aparência atraente e pomposa na parte cenográfica, realmente belo num ou noutro painel, importante em documentos, cimélios e relíquias, descuidou-se de maneira lastimosa de fatos genuinamente paulistas, para êle, o organizador, sem qualquer significação, quando não excluiu com acinte de nossa galeria de antepassados nomes que para êle, apenas valiam como protagonistas de anedotas mal ajambradas e pior narradas.

Não vou inventariar as lacunas e deficiências paulistas daquele certame da história de nossa terra, nem para isso fui mandado subir a esta nobilitante tribuna. Entretanto desejo com alguns exemplos lembrar a exclusão de alguns de nossos mais assinalados varões daqueles quadros e passos mais célebres de nossa existência colonial.

Isto exige um pouquinho de história hodierna. Repudiando-se a minha proposta de um cortejo apoteótico, espetacular, à semelhança dos que se realizaram com sucesso incrível, havia pouco tempo, em Portugal e na Bahia, sob o pretexto de nossa pobreza descolorida de episódios sociais e políticos, mas aproveitando-se,

meses depois, a minha idéia, inverteram-lhe a representação, fazendo-à parada, ao invés de em desfile, estática, ao invés de andante, substituindo a colaboração humana de quadros vivos por desenhos e bonecos.

A parte puramente artística logrou alcançar impressão agradável aos olhos do numeroso público que a visitou. Mas o lado histórico, nosso, de São Paulo, para que os que tinham olhos de ver, mancou de maneira deplorável. Já eu o disse em outras oportunidades, recebendo contestações por mofinas despidas de humor e bom senso.

Mas perdoai-me que já estou tardando nas exemplificações a que me propus.

Uma *Exposição da História de São Paulo*, mudada, depois, cavilosamente, para *Exposição Histórica de São Paulo*, a fim de poder reprimir menos desajeitadamente censuras recebidas...

Pois mesmo que linda, pura linda fôsse a existência das cenas seiscentistas que rodearam Amador Bueno (o que não se pode admitir), é lá crível que um escriba peregrino lave em cima dos joelhos o decreto da expulsão de nosso passado dessa figura que é o ascendente mais venerado de quase todo São Paulo?

Amador Bueno está em referência dos reis do velho Portugal; está na primeira «Fala do trono» de nosso primeiro Imperador; está no manifesto dos revolucionários de 1842; está nos compêndios de história pátria! Está na literatura, está nas páginas da epopéia descrita nos fastos do Novo Continente em favor de sua emancipação. Quando Pedro II, recém-casado, visitou São Paulo, pela primeira vez, nem bem desceu de sua caleche de viagem, correu ao Mosteiro de São Bento, a fim de visitar o lugar onde Amador se refugiara, ao rejeitar o cetro real. Tão sugestiva figura, ao ser reconstruído aquêl magnífico edifício, mereceu um baixo-relêvo na sua parede de granito que dá para a Rua Florêncio de Abreu, atirada a seus pés a coroa de rei que lhe ofereceram. Durante a Revolução Constitucionalista, seu nome foi invocado em várias proclamações. Finalmente, quando se compôs e escolheu o brasão do Estado de São Paulo, ali se colocou uma espada «posta em pala com a ponta ao alto e o punho sôbre o cruzamento de dois ramos, um de louro e outro de carvalho». Essa espada, de feitio romano, lembra a que usou o padroeiro da cidade — Paulo de Tarso, lembra a que foi desembainhada por Pedro I, ao proclamar a Independência, lembra a da Revolução Constitucionalista e lembra a de Amador Bueno.

Quando mais faltasse a êsse insigne varão, só a circunstância de haver sido dos nossos maiores povoadores, quantitativa e qualitativamente considerado, pois é difícil encontrar-se um paulista de

velhas raízes, que dêle não descenda e disso não se orgulhe — quando mais a êle faltasse, só essa circunstância não lhe dava o direito de figurar naquela exposição da História de São Paulo?

A tirada de Amador Bueno da Exposição da História de São Paulo significa audacioso desrespeito a tudo isso, sem se falar no conceito de Augusto de Saint-Hilaire que o considera o maior homem de nossos tempos coloniais vicentinos. Acrescente-se a iniciativa do príncipe dos historiadores pátrios — o Visconde de Pôrto Seguro, quando escrevendo o drama a Coroa do Brasil, editado em Madrid, em 1858, sugeriu a Pedro II o dever cívico de fazer reviver o personagem do século XVII, pelo seu decisivo papel na continuação de nossa nacionalidade.

Para completar tantas e tão expressivas demonstrações do aprêço em que têm aquêle estadista colonial os órgãos de nossa cultura histórica, vem a talho recordar a comemoração solene do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1 de abril de 1941, à denodada conduta daquela figura, quando da restauração da velha monarquia portuguesa, festejos inspirados porventura nos trabalhos de Frei Gaspar da Madre de Deus, Pedro Taques, repetidos e completados pela autoridade indiscutível de Afonso de Taunay.

Como, tratando-se de pessoas e coisas de São Paulo, proscrever-se de sua galeria o vulto de Amador Bueno, o Aclamado? Que rigorismo esquisito e impertinente numa festa daquela magnitude, levada a efeito com o intuito de avivar o nosso passado com solenidades excepcionais!

De novo, vos peço perdão de haver insistido neste assunto, de repisá-lo com a exemplificação de Amador Bueno. Deixei de lado outras coisas e outros valores humanos como os nossos santos José de Anchieta, Belchior de Pontes e Frei Galvão, menostrados pelo organizador da Exposição. E a Guerra contra os Emboabas, proscrita de nosso pretérito? E os irmãos Lourenço de Gusmão, Alexandre e Bartolomeu, aquêle colocado em lugar secundário ao de D. Luís da Cunha, que C. Castelo Branco achava inferior ao outro, êste despojado de seu papel de primeiro inventor da América? E o movimento literário de São Paulo, na Colônia, no Império e na República, mal estudados e pouco considerados? E a Liga Nacionalista e o Partido Democrático? E a Revolução Constitucionalista, que só entrou na Exposição mal figurada e à última hora, tanto que nem constou do Catálogo distribuído? E a criação da Universidade de S. Paulo, de que participou Armando de Sales Oliveira, tal qual reclamou então, por feliz coincidência, o nosso querido Presidente Dr. Machado de Campos? Enfim, deixo de lado várias outras deficiências e lacunas.

Mas as que aponteí parecem-me suficientes para ilustrar a necessidade de se defender com mais braveza e calor as tradições de S. Paulo, impondo respeito e culto a seu extraordinário e fecundo passado.

Nisso reside o melhor papel dos Cavaleiros de São Paulo. Esta sociedade já devia existir antes. Se qualquer falta se lhe pode apontar é a de não ter surgido há mais tempo para os serviços a que ella se propõe.

São Paulo, para obedecer à profecia de José de Anchieta, cresce desmesuradamente e nós, paulistas por sangue, por nascimento e por adaptação, vamos, numa desgraça imerecida, rareando, diminuindo. Pois bem, cresçamos em qualidade, recuperemos assim o que perdemos assustadoramente em quantidade.

No meu fraco entendimento, penso que somos predestinados, nesta hora memorável, a realizar missão transcendente na vida tumultuária de São Paulo.

Cavaleiros de São Paulo, cumpramos essa delegação! E que os veros paulistas se abeírem cada vez mais de suas raízes, se orgulhem de seus antepassados, se inspirem nos seus exemplos e virtudes e conservem as suas características de simplicidade e intrepidez, de aventura e austeridade, de altanaria e bondade, amando a sua terra e a Pátria, dando a ambas o que ellas necessitarem para ser prósperas, e grandes, do sentido material, porém mais, muito mais, do sentido moral.

Que os veros paulistas saibam ser paulistas!

(Discurso no Instituto Caetano de Campos)

O RIO GRANDE DO NORTE NO SENADO DA REPÚBLICA

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS

I

AMARO CAVALCANTI

1. ORIGENS GEOGRÁFICAS E GENEALÓGICAS

Entre as regiões que formam o Rio Grande do Norte, uma há de traços bem definidos e característicos: o Seridó.

São nove mil, trezentos e trinta e dois quilômetros quadrados totalmente secos, sujeitos a longas estiagens. Naquela região, podemos chamar longa estiagem a um período superior a doze meses sem chover. Não há, então, no Seridó, um único recanto em que caia do céu uma só gota d'água. O sol é escaldante, em contraste com o luar, que é o mais suave e formoso possível. Dir-se-ia, até, que Catulo da Paixão Cearense, quando escreveu o «Luar do Sertão», se inspirou nas plagas seridoenses.

O que caracteriza, porém, o Seridó, zona assim chamada por ser banhada pelo Rio Seridó e seus afluentes, é a natureza de sua produção: o algodão de fibra longa, sedosa e resistente; o famoso algodão mocó, o melhor do Brasil, igual ao do Egito, o melhor do mundo.

Nessa região, assim batida pela sêca e pelo sol, povoada pelo homem civilizado desde 1788, nasceu Amaro Cavalcanti no dia 15 de agosto de 1848, numa modesta fazenda — Logradouro — às margens do Rio Piranhas, encravada então no Município de Caicó e hoje no de Jardim de Piranhas.

Amaro pertencia a uma família pobre, embora de ilustre estirpe. Seus pais — Amaro Soares Cavalcanti de Brito e Ana de Barros Cavalcanti, constituíam o casal modesto e feliz. Ele com alguma instrução, e ela também. É preciso recordar aqui que o Seridó foi povoado por gente, quase toda vinda de Igarapu, de Goiana, de Olinda, em Pernambuco, ou de Mamanguape, na Paraíba, provinda de famílias tradicionais do Nordeste, os Araújo

Pereira, os Dantas Correia, os Medeiros, os Lopes Galvão, os Bezerra de Menezes, os Pereira Monteiro, os Holanda Cavalcanti, os Lins de Holanda, algumas outras, enfim não sei quantas famílias constituíram os principais troncos genealógicos da gente seridoense.

O pai de Amaro Cavalcanti, dispondo de poucos recursos, conseguidos em sua modesta fazenda, não podia, por certo, educar como desejava os seus cinco filhos, dois varões e três do sexo feminino.

Fêz-se, então, mestre-escola. Ensinava de fazenda em fazenda. E na pequena povoação de Jardim de Piranhas.

Notou, desde logo, que os dois filhos varões tinham grande ânsia de aprender. Um deles — João Maria — queria ser sacerdote, e o outro — Amaro — sonhava com alguma coisa mais alta, no domínio da política ou da magistratura. Como educá-los, porém, sem recursos?

Mudou-se para a cidade de Caicó, então sede do município de que era filho.

Havia, então, em Caicó, como em muitas outras cidades do interior do Brasil, uma cadeira de latim, das que foram então criadas pelo Governo Nacional, prestando serviços imensos àquelas regiões.

Amaro aprendeu latim; mas, que tinha a fazer no sertão do Rio Grande do Norte, a trezentos quilômetros de Natal, a trezentos e tantos da Paraíba, a quatrocentos de Recife, a quatrocentos e tantos de Fortaleza, um homem que sabia latim?

Ainda na adolescência, procurou outras terras. Acompanhou um comerciante de Itabaiana, na Paraíba, e foi servir de caixeiro naquela cidade paraibana. O meio, todavia, era ainda pequeno. Vai, então, a Recife, mete-se no comércio, resolvendo, depois, procurar o extremo norte do Brasil. Ruma para o Maranhão, e lá ouve de um diretor de colégio que estava precisando de um professor de latim. Oferece-se, é aceito e ali se estabelece.

Nesse interim, seu irmão mais velho, João Maria, havia conseguido recursos com que freqüentar, com auxílio de parentes, o seminário de Olinda, transferindo-se, depois, para o de Fortaleza. Amaro resolve ir a Fortaleza, assistir-lhe à ordenação. Lá chegando, lê nos jornais que estava vaga a cadeira de latim em Baturité, cidade das mais importantes do Ceará. Entra em concurso. tira a cátedra e permanece na cidade cearense a ensinar latim. Aí, envolve-se nas lutas partidárias, filiado ao Partido Conservador. Funda jornais e nêles escreve. Casa-se com a filha do juiz de direito, Dr. Ferreira Catão.

Mais tarde, nomeado Presidente da Província do Ceará o Conselheiro e Senador do Império Pedro Leão Veloso, entra em contato com êle, que lhe diz: «Vou comissioná-lo» — e Amaro, a essa altura, não era apenas professor de latim, mas também advogado provisionado — «para estudar a organização do ensino primário na América do Norte».

2. NOS ESTADOS UNIDOS

Parte para os Estados Unidos — 1881-1882. Amaro tinha, então, de 22 para 23 anos de idade. Lá, ao lado da missão de que havia sido incumbido, consegue matricular-se na Faculdade de Direito da Universidade de Albany, e em dois anos, primeiro aluno de toda sua turma, embora estrangeiro, consegue conquistar o título de doutor em direito. É levado à Suprema Corte de Justiça, pelo próprio Reitor da Universidade, que lhe fez o elogio e ali se inclui entre os que podiam advogar, diplomado que era, no Estado de Nova Iorque.

Os Estados Unidos não eram o seu ideal, e sim o Brasil. Amaro retorna ao Ceará e traz escrito importante relatório sobre a situação do ensino primário na América do Norte. Leão Veloso entusiasma-se com a capacidade, inteligência e cultura reveladas pelo jovem nordestino. Fê-lo Diretor do Liceu e Inspetor-Geral da instrução pública, cargo este que corresponderia hoje ao de Secretário de Educação. Sua administração em todo o ensino se fez notável.

Pouco depois, sob a direção do Conde D'Eu, reúne-se um Congresso de Instrução, no Rio de Janeiro. O Governo do Ceará comissiona Amaro Cavalcanti para vir representar aquela então Província nessa famosa conferência pedagógica. Amaro comparece e traz valiosa contribuição sobre o ensino moral e religioso nas escolas públicas. Na Universidade de Albany, ao se doutorar, a sua tese versava problemas pedagógicos. A tese indagava: «É a educação obrigação legal»?

Como se vê, os pendores de Amaro Cavalcanti, naquela hora, se orientavam para as obras educacionais. Toda a sua atividade se voltava para a pedagogia.

De passagem, quero assinalar o seguinte: a cadeira de latim, que existia no Nordeste, como em várias regiões sertanejas do Brasil, foi a força inicial com que contou Amaro Cavalcanti para conquistar todas as posições futuras. Não fôra ela, seus horizontes não se teriam alargado e êle não teria podido atingir as culminâncias a que chegou posteriormente.

3. ATIVIDADES POLÍTICAS

Mas Amaro, já então envolvido na política, é apresentado candidato à deputação geral pelo 2.º distrito do Ceará, pelo Partido Conservador, a que pertencia, chefiado pelo Barão de Aquiraz. A eleição é anulada e Amaro vem para o Rio, representando a Província cearense no Congresso de Instrução a que me referi. Resolve instalar-se no Rio. Ingressa na advocacia e se envolve na vida industrial, fundando com outros a Companhia de Navegação do Rio das Velhas. Já pensava êle, naquele tempo, em problemas que ainda hoje estão impressionando o Brasil ao se imiscuir diretamente nas questões relativas à navegação do Rio São Francisco.

Dá-se, e já estamos em 1889, a queda do gabinete João Alfredo. Amaro era abolicionista e encontra na saída de João Alfredo da Presidência do gabinete o motivo de que precisava para se desligar, completamente, de todos os seus compromissos com a Monarquia. E, em maio de 1889, publica no *O País* a sua declaração formal de adesão à causa republicana.

Poucos meses depois, a 15 de novembro, a República estava proclamada.

Amaro tomou parte no ato material de proclamação da República a que compareceu, conjuntamente com Quintino Bocaiúva, com Benjamin Constant, com o Tenente Vinhais, e com os demais que dirigiram e realizaram aquela grande jornada cívica. Amaro acompanhou-os e conquistou, de imediato, pela sua inteligência, pela sua cultura, pela sua combatividade, a simpatia dos dirigentes da nova causa.

4. NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1891

Nomeado, em seguida, pelo Govêrno Provisório, Vice-Governador do Rio Grande do Norte, foi encarregado de fazer a sua primeira organização política. Incluído na chapa à Constituinte, foi eleito senador, pertenceu à Comissão dos 21, representando o Rio Grande do Norte, e tomou parte nos debates mais importantes que se travaram no seio daquela memorável Assembléia, versando sobretudo as questões referentes à vida financeira, à vida monetária, à vida bancária do Brasil, assuntos em que se especializara e, bem assim, àqueles que entendiam com a própria organização do regime federativo, que êle conhecia de perto, diplomado em Direito, que foi, numa das Universidades norte-americanas.

Votada a Constituição, Amaro continuou no exercício do seu mandato. Pode-se dizer que não houve questão de relevância, afetando o sentido do regime federativo, ou a ordem econômica e financeira, que não tivesse Amaro na tribuna, a debatê-lo, como um

dos mestres mais eminentes daqueles ramos do saber humano. Ali terçou armas com as grandes e notáveis figuras do parlamento.

Certo dia, Amaro em conversa, no recinto do Senado, com o Senador paraense, Pais de Carvalho, é informado de que o Barão de Lucena estava disposto a conduzir o Govêrno ao golpe de Estado. Imediatamente procurou as figuras proeminentes do Senado, civis ou militares, e, entre os militares, o General José Simeão, o Almirante Custódio de Melo, um senador e outro deputado, e resolve reagir contra o golpe. Há escrito por êle mesmo o relato da conspiração em favor da legalidade, promovida por êle, e projetada na sua deliberação inicial, na casa do senador pernambucano, José Simeão de Oliveira.

Amaro foi, assim, dentro da primeira Assemblêia republicana, ponto de partida da reação contra o golpe de Estado; foi o elemento coordenador, foi a fôrça inicial a restaurar o regime de legalidade.

5. NA DIPLOMACIA

Terminado seu mandato, Amaro é convidado pelo govêrno de Floriano Peixoto para importante missão diplomática. Tratava-se de uma missão no Paraguai. Ali, por ocasião da sucessão presidencial, agitava-se mais que uma questão paraguaia, uma questão sul-americana, e Amaro, representando os interêsses supremos do Brasil e da paz continental, com aquela inteligência, com aquêlê tato, com aquela lucidez habitual, avultou no conceito do Govêrno e de tôdas as grandes figuras sul-americanas, como verdadeiro precursor da política de fraternidade da América do Sul, que ainda hoje inspira a política retilínea do nosso país..

A incursão de Amaro Cavalcanti pelo terreno diplomático não se limitou à Embaixada do Paraguai, de que se saiu galhardamente, vendo o Brasil triunfantes todos os seus pontos de vista, e ficando o Paraguai inteiramente harmonizado. Mais tarde, a Nação aproveitou-lhe os serviços na Terceira Conferência Sul-Americana, realizada em 1906, no Rio de Janeiro, e, em 1915, em Washington. Depois, foi eleito membro da Côrte Permanente de Haia. Em seguida, já fora das posições oficiais, fundou a Sociedade Brasileira de Direito Internacional, na qual advogou novas instituições, capazes de garantir, face à chamada lei de guerra, o princípio de neutralidade, como a que se destinava a assegurar a paz e a estudar assuntos outros de capital interêsse para a harmonia dos povos, notadamente os americanos.

Amaro Cavalcanti foi, pois, no campo diplomático, figura de relêvo incontestável para o nosso país, ao qual prestou serviços inestimáveis, dos mais valiosos, tais como pacificar povos,regar

princípios superiores, fundar sociedades propagadoras da paz e da concórdia entre as nações.

6. MINISTRO DA JUSTIÇA

Em 1897, Amaro volta ao Congresso como deputado pelo Rio Grande do Norte, mas não chega sequer a tomar assento na Câmara, porque, nesse interim, deu-se a vaga de Ministro da Justiça, em virtude da demissão, espontânea, de outro grande brasileiro — Alberto Tórres. Estava Manuel Vitorino, interinamente, como Presidente da República. Amaro foi convidado para a pasta, e aceitou-a, após ouvir o Presidente da República efetivo, Prudente de Moraes, que, doente, se encontrava licenciado. O que foi a gestão de Amaro nesse cargo, nos tormentosos dias finais do Governo Prudente sabe a Nação inteira. Houve, então, a tentativa de morte contra o Presidente o o assassinio do Marechal Bittencourt, Ministro da Guerra. Tudo anunciava, tudo prenunciava a desordem nas ruas, e Prudente, já em exercício, ainda se achava enfermo. Amaro, com a sua indômita coragem pessoal, com a noção exata do cumprimento de seu dever cívico, enfrentou a situação e conseguiu restaurar o império da ordem civil, fazendo com que o Governo Prudente de Moraes, o grande presidente que o Brasil teve logo no início da República, em meio a tempestade e a borrasca, singrasse sereno e marchasse impávido, restabelecendo inteiramente o império da ordem e reintegrando o país, definitivamente, no caminho da legalidade.

7. NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Terminado o governo Prudente de Moraes, pouco depois Amaro foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal. Este compunha-se, realmente, de homens de notável saber jurídico. Foi o período áureo do Supremo Tribunal Federal. Amaro, entre eles, nunca ocupou o segundo lugar, figurando entre os mais notáveis pelo seu saber e pela sua integridade de magistrado. São memoráveis suas decisões, seus julgados, seus acórdãos, seus votos naquela Suprema Corte de Justiça, alguns dos quais ainda hoje apontados e citados como peças verdadeiramente modelares, revelando seu profundo conhecimento da ciência jurídica, e, acima de tudo, sua consciência do papel do Direito como força pacificadora da vida social.

Como na pasta da Justiça havia sido o sustentáculo da ordem, no Supremo Tribunal Federal ele foi o sustentáculo da liberdade, harmonizando com esta a ordem, realizando, assim, o verdadeiro programa das instituições republicanas.

Aposentando-se, o Govêrno aproveitou seus serviços na comissão revisora do Código Civil. Aí, seus pareceres, seus votos foram notáveis, a revelar que Amaro não era apenas o internacionalista e o constitucionalista, mas também o civilista de escol.

Em 1914, vem o govêrno Wenceslau Braz, Amaro é nomeado Prefeito do Distrito Federal. Nesse pôsto, sua atuação foi notável: chamavam-no então o prefeito do sertão carioca, porque seu programa não se limitou a embelezar a cidade nos centros principais, mas se propôs também a abrir estradas de rodagem para o sertão carioca, ao mesmo tempo que restaurar as finanças do Distrito, protegendo a lavoura, fundando a primeira feira anual e cuidando, primordialmente, da instrução profissional, até então colocada em segundo plano e um tanto desprezada.

Foi o prefeito que atendeu às aspirações do sertão do Distrito Federal. Por isso, ainda hoje, seu nome é lembrado nos subúrbios da Capital como um dos seus mais constantes e eficientes servidores.

8. MINISTRO DA FAZENDA

Mais tarde, eleito pela segunda vez Presidente da República, o Conselheiro Rodrigues Alves, companheiro de Amaro Cavalcanti na Constituinte republicana, admirador de sua cultura e de suas qualidades de homem de Estado, convidou-o para a pasta da Fazenda, pois Amaro Cavalcanti era, naquela hora, uma das figuras primaciais, no Brasil, em matéria de finanças.

Rodrigues Alves adoece gravemente e não pode assumir a Presidência da República; assume o govêrno Delfim Moreira. Amaro é nomeado e, claro está, numa interinidade de poucos meses, não poderia executar seu programa. Há, porém, um documento da época, cujas conclusões transcrevo, em que se mostra o grande conhecimento dos problemas econômicos e financeiros do Brasil que Amaro Cavalcanti revelava.

Trata-se da carta escrita em 16 de novembro, dia seguinte ao da posse, ao Conselheiro Rodrigues Alves, e na qual êle traçava o programa de sua pasta.

Dizia êle, quanto à reconstrução econômica:

«I — Lei regulando o trabalho nacional, principalmente nas fábricas e noutros serviços industriais, quanto ao número de horas de trabalho por semana, à garantia dos salários, ao emprêgo de mulheres e crianças, às condições de sanidade e segurança, à pronta indenização dos accidentes, etc., e, bem assim, definindo claramente os direitos e as obrigações recíprocas dos patrões e operários nas suas relações».

Nesse primeiro item de seu programa está especificada toda a legislação social que veio depois e de que naquela época ninguém falava, no Brasil. É, assim, Amaro Cavalcanti um precursor da legislação social brasileira.

«II — Lei estabelecendo as bases e condições segundo as quais o Governo se ache permanentemente autorizado a promover e fomentar, pecuniariamente ou de outro modo:

a) as indústrias fundamentais do país, tais como a agricultura, a pecuária, a mineração do carvão de pedra, a indústria siderúrgica, a construção de navios mercantes, e o aparelhamento de outros meios de transporte — variando os auxílios ou favores conforme a natureza e fins da indústria ou dos diversos produtos;

b) as indústrias especiais da extração do ouro, da borracha, dos óleos em geral, da construção de habitações operárias, da pesca, e de outras de condições análogas;

c) a indústria de tecidos e outras manufaturas em geral;

III — Disposições de lei autorizando o Governo:

a) a rever a legislação sobre bancos no sentido de, por meio de novas providências e melhor fiscalização, dar-se maior cooperação entre eles a serem obtidas facilidades mais apreciáveis do crédito para o público em geral;

b) a rever a legislação existente sobre transporte, assim como, em especial, a das vias férreas e navegação, no intuito de aumentar as facilidades, unificar as várias tarifas, e prover sobre outras condições de modo conveniente;

c) a auxiliar o desenvolvimento das estradas de rodagem em todo o país;

d) a rever a legislação sobre os institutos de crédito real, nomeadamente na parte agrícola, para torná-los capazes do seu objeto e fins;

e) a encampar os portos que se acham arrendados a empresas estrangeiras, ou para ficarem sob a administração da autoridade federal, ou para serem exclusivamente arrendados a empresas nacionais;

f) a promover a disseminação do ensino profissional em todo o país;

g) a tomar providências urgentes e completas para o fim de salvaguardar a zona nordeste do país dos perniciosos efeitos das sêcas que ali se repetem periodicamente, e bem assim para realizar o saneamento geral do interior do país».

Como se vê, o programa do Ministro da Fazenda, na ordem econômica, é o mais vasto possível e abrange as grandes questões que, resolvidas algumas e outras não até hoje, devem ser a preocupação dominante de todos os homens de Estado.

Mas, havia também seu programa financeiro, que era este:

Quanto à reconstrução financeira:

«I — Lei de reforma monetária, para o fim de adotar nova unidade monetária, que melhor corresponda à de outros países, já quanto às moedas de conta, já quanto ao fino da cunhagem.

II — Lei criando o impôsto de renda para completar o sistema tributário da União.

III — Disposições de lei:

a) extinguindo a caixa de conversão, mas subsistindo para o Tesouro Federal a mesma obrigação quanto ao resgate das notas emitidas pela mesma;

b) organizar a fiscalização bancária de maneira permanente;

c) criando um banco emissor, se as condições assim aconselharem manifestamente;

d) revendo as disposições existentes sobre o fundo de garantia e resgate do papel-moeda;

e) autorizando o Govêrno a rever a legislação aduaneira, para o fim de corrigir-lhe os defeitos, simplificar a marcha dos serviços, e garantir a arrecadação menos defraudada;

f) autorizando a rever a legislação existente sobre o impôsto de consumo com igual intuito:

g) autorizando o Govêrno a entrar em acôrdo econômico-financeiro para proteger os gêneros da produção brasileira nos mercados estrangeiros, assim como a fazer tratados ou convênios da mesma natureza, porventura resultantes dos fins da Liga das Nações;

h) autorizando o Govêrno a promover a instituição de um fundo internacional em ouro para garantir

a estabilização do câmbio ou para outros misteres do movimento financeiro internacional;

i) autorizando a reorganização das várias repartições e serviços fazendários, como melhor convenha aos interesses da Fazenda Federal, fazendo as remoções ou transferências precisas dos funcionários, sem outras restrições que não sejam a garantia de vencimentos iguais nos lugares para que sejam removidos ou transferidos».

Eis, aí, o programa de um homem de Estado, de um Ministro da Fazenda. Não foi possível realizá-lo naquela ocasião, porque morreu o Presidente Rodrigues Alves. Mas ainda está inexecutada grande parte, reclamando as providências que Amaro Cavalcanti preconizava quando convidado para dirigir a Fazenda, na administração infelizmente nem iniciada.

9. ECONOMISTA E FINANCISTA

Não quero apenas recordar Amaro Cavalcanti o educacional, o internacionalista, o político, desdobrando suas atividades entre o Poder Executivo e o Legislativo, nem somente o magistrado. Devo também pôr em relêvo o intelectual. Nesse campo, Amaro Cavalcanti foi dos maiores que o Brasil já teve. À sua inteligência era polimorfa, abrangia não sei quantas províncias do saber. Na Pedagogia era mestre; no Direito Internacional, também autoridade das mais conceituadas; na Economia e nas Finanças, dos maiores cultores que o Brasil já possuiu.

Há um trabalho do Professor Dorival Teixeira Vieira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, jovem e estudioso mestre de Economia de nosso país, um trabalho vasto e consagrado à obra econômica de Amaro Cavalcanti, em que êle o situa neste domínio da seguinte maneira: Pelos caracteres gerais de sua obra, Amaro Cavalcanti se filia à Doutrina da Economia Nacional.

Acompanha integralmente o sistema, na exposição de suas idéias:

- a) sobre a finalidade e método da Economia Política;
- b) sobre o papel da indústria, como atividade condutora da economia nacional;
- c) sobre a importância econômica dos transportes;
- d) sobre a intervenção do Estado na economia;

e) sobre o protecionismo, como medida de defesa das economias nacionais.

Mostra-se, antes de tudo, um industrialista, acompanhando o pensamento de LIST, ao considerar:

- a) o papel subordinado da agricultura e a dependência econômica e política das nações agrícolas;
- b) a importância e necessidade de expansão da indústria nacional;
- c) a conveniência do estabelecimento, no Brasil, de um protecionismo educador.

É original, dentro da doutrina a que se liga no que diz respeito a:

- a) condenação do comércio;
- b) defesa do nominalismo e inevitabilidade da moeda inconvertível para as nações novas;
- c) importância econômica do crédito.

Depois de apresentar algumas falhas, na doutrina de Amaro Cavalcanti, ele conclui que a sua obra apresenta os seguintes altos:

- a) o fornecimento de um grande acervo de dados históricos, indispensáveis ao estudioso da História Econômica do Brasil;
- b) lançamento de um grito de alarme quanto ao estado de anquilose de nossa agricultura no Nordeste, tendendo a generalizar-se;
- c) afirmação da necessidade e utilidade de nossa economia;
- d) compreensão do sentido da intervenção do Estado na economia, dentro do nosso sistema econômico, o que o coloca como um dos pioneiros do neoliberalismo;
- e) nítida percepção do dilema em que a Doutrina da Economia Nacional se colocou, embora adotando um ponto de vista muito discutível: o da afirmação da existência dos antagonismos nacionais e da inevitabilidade da guerra.

Afinal, reafirma que:

«O estudo da obra econômica de Amaro Cavalcanti ilustra o fato das transformações ocorridas nas doutrinas econômicas, ao se difundirem e sofrerem a ação de ambientes diversos dos que lhes deram origem e está

a nos indicar a conveniência de elaborar estudos monográficos, destinados a melhor conhecer nossos economistas e financistas, contribuindo, assim, para a perfeita compreensão da História das Doutrinas Econômicas do Brasil».

10. JURISTA

Eis aí, Amaro Cavalcanti, no campo da Economia e das Finanças. Mas o terreno principal, em que êle exerceu sua autoridade intelectual, foi o do Direito Público, no qual êle foi realmente mestre.

O seu livro, *O Regime Federativo*, é hoje clássico, como também o seu livro, *A Responsabilidade Civil do Estado*.

No comêço da República, o federalismo — a propaganda republicana se fêz tôda paralelamente com a defesa do regime federativo — era palavra que andava em todos os lábios.

Só se falava em federação, de tal sorte que alguns estudiosos, mais superficiais, do regime, como Campos Sales, chegavam a proclamar que na Federação os Estados eram tão soberanos quanto a União e algumas constituições estaduais chegaram até a criar lugares de Secretários do Exterior, destinados a manter relações de cada Estado com outros da Federação, como se não fôsem da mesma Pátria.

O exagêro federalista chegou a tal ponto que o próprio instituidor do regime no Brasil, Rui Barbosa, foi obrigado a dizer, num dos seus memoráveis discursos, na Constituinte, o seguinte: «Até ontem, de federação nada tínhamos; hoje, não há federação que nos baste. Chega-se ao exagêro de querer criar um sistema tributário em que quase nada se dá à União e quase tudo se dá aos Estados, como se a União não fôsse condição precípua da existência, da vida de todos os Estados que a formam e a compõem».

Acresce que a federação no Brasil tinha vindo por uma marcha inteiramente diferente da que seguiram outras nações federalistas. Enquanto alhures tôdas as unidades de uma federação eram Estados que se uniam — e por isso chamados federação, porque federar quer dizer, unir, aliar, — no Brasil, que era unitário, o que se procurava estabelecer, ou, pelo menos, o que se vinha procurando estabelecer era a autonomia administrativa para que as Províncias, transformadas em Estados autônomos, pudessem assim viver. Mas, a era do exagêro passou. E o que quero assinalar é que Amaro Cavalcanti, desde a primeira hora, pertenceu ao grupo dos que, com José Higino e Anfilóbio de Carvalho, proclamavam que na federação não há soberania de Estados, mas autonomia dêles; que o regime

federativo devia ser entendido histórica e gramaticalmente tal como é entendido nos demais países, e que o havíamos estabelecido, não para sufocar a União, mas para que pudesse viver como força coordenadora por entre unidades federais autônomas, cada uma podendo viver por si, mas dentro dos princípios gerais instituídos pela União.

Esse o ponto de vista federativo de Amaro Cavalcanti. É neste terreno, no terreno do Direito Constitucional, que sua obra é realmente de mestre e seus trabalhos se tornaram realmente trabalhos clássicos.

Tive a fortuna de nascer na mesma região em que nasceu Amaro Cavalcanti. Sou, como êle, seridoense. E, ao examinar sua trajetória através de mais de 50 anos de vida pública, posso dizer que êle foi bem a expressão da terra em que nasceu.

O seu caráter tinha a resistência da fibra do algodão do Seridó, o mais resistente do mundo. A sua inteligência era clara como o luar do nosso sertão. As suas atitudes tinham o calor daquela terra escaldante e escaldada por aquêle sol inclemente e por aquela sêca também inclemente. Era, assim, Amaro Cavalcanti a expressão humana da vida da região em que nasceu.

A GUERRA E A AMÉRICA

CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES

«Serás lo que debes ser y sino no serás nada».

— SAN MARTIN.

«Os processos e formas de guerra variam, modificando-se com as épocas; do mesmo modo que se modificam os processos e as formas, nas belas artes, na literatura, na indústria».

(Christovam Ayres — *Teoria da História da Civilização Militar* — 4ª ed. — Coimbra — 1916).

INTRODUÇÃO

Não obstante a evidência das reações negativas que a guerra produz no mundo atual, seja onde fôr que se verifique e o motivo que a determina, nem todos os governos e povos parecem ainda haver percebido suas características e as condições fatais que a dominam.

Olvidam-se em geral dois fatos :— um, a *guerra* ter sido *instrumento* indispensável aos progressos da civilização, até o debuchar do século XVII, mas tornar-se, depois, dia a dia, *fenômeno perturbador*; outro, à medida que se amplia a *revolução industrial* tornarem-se os povos dia a dia mais *interdependentes*, perdendo as *supremacias nacionais*, surgidas com a revolução francesa e firmadas pelo *colonealismo do século XIX*, sua razão de ser, o *potencial bélico*.

O primeiro *conflito mundial*, que iniciou a *era militar da guerra total*, evidenciou que, onde quer que eclodisse uma luta armada, não mais se daria apenas entre duas potências e, sim entre *agrupamentos*. — Após a *segunda grande guerra*, o fenômeno se acentua, sendo hoje indiscutível já não mais poder haver *neutralidade*. . . Concorrem para firmar tais aspectos, além do alcance e do poder destruidor do armamento, os meios novos de *transporte* e os de *comunicações*: a via férrea, o automóvel, os telégrafos com ou sem fio, as naves aéreas, o radar, o robot, a utilização industrial da energia nuclear etc.

Tudo isto são resultantes dos progressos científicos, que se redundam em facilidades para as relações entre os povos e na criação de uma indústria, modificaram profundamente a vida da sociedade, repercutindo fatalmente no mecanismo da guerra. Deixou esta assim de ser, em nossos dias, predominantemente luta entre forças militares armadas pelas nações, para ser intensiva e diretamente travada, a bem dizer, pelos próprios povos. É a *guerra total*...

De outro lado, porque aumentassem consideravelmente os meios de transporte, a par dos de produção e porque se desenvolvessem também os recursos que permitem comandar massas enormes jogadas nos campos de batalha, cresceram estas até um «maximum», que cada povo é suscetível de formar. Daí resultou, dada ainda a natureza das armas modernas, que o consumo de tudo que é necessário à vida e à ação dos exércitos, cresceu até limites praticamente impossíveis de determinar com precisão. Admite-se que, para cada *homem* mobilizado, deve haver sempre um mínimo de três a cinco dias de alimentos disponíveis.

Percebidos os novos aspectos, consideradas as suas novas características de empenho de tôdas as forças de um país, quer de natureza moral, quer material, surge a denominação de «guerra total». Mas, depois, considerada a impossibilidade para tôdas as nações do mundo, de satisfazerem com seus próprios recursos, quer de matérias primas quer de fabricação, as necessidades do consumo, deu-se-lhe «significação universal», onde quer que irrompesse. Há cerca de três lustros, o General De Lattre de Tassigny, propôs que se a denominasse *integral*, por significar o empenho de forças com uma máxima intensidade, visando a destruição dos adversários até em suas fontes.

A tais conceitos da guerra hodierna deveria corresponder necessariamente uma forma de preparação, adequada às novas características, pelas quais se exige a combinação ou o concurso de vários países. Isto, porém, não se realizou ainda de modo prático, sem certas restrições ou delimitações, apesar do muito que se tem avançado em tal sentido, dando um novo aspecto à política militar dos povos em geral em tempo de paz. As velhas tendências nacionalistas, as divergências por imprecisão de idéias sobre os interesses da civilização e o modo de satisfazê-los, bem como a predominância do espírito de *pátria*, sobre o de *humanidade*, impedem ainda que a «preparação para a guerra total» seja feita com a necessária amplitude entre os grupos nacionais afins, cujos recursos permitam formar unidades economicamente autônomas. Mas, muito se tem avançado nesse sentido na última década...

Visível, já nitidamente, nos horizontes da política mundial, o espectro da segunda guerra mundial, nem tôdas as nações, mesmo

entre as mais diretamente interessadas pelo que pode ocorrer, percebiam bem a necessidade de se precatarem, preparando-se para ela *combinadamente*. Mesmo depois de haver desabado sobre a Europa os seus horrores, ainda a Rússia e os Estados Unidos hesitavam em tomar um partido. A evolução do espírito não seguiu o mesmo ritmo dos progressos materiais. Agora, as coisas fizeram-se diferentes, e o mundo se agrupa em torno de *Moscou* ou de *Washington*, com alguns elementos avançados sem decisivos compromissos, e outros mais retardados no seu evoluir, oscilantes entre ambos. . . Hoje, porém, todos afirmam repudiar a guerra e ninguém mais ousa considerá-la, como até há pouco na Alemanha, um recurso indispensável ao progredir da civilização, pelo apuro das *qualidades da excelência humana*. . . As determinantes do progresso tornam-se impositivas, firmando já agora mais um marco na trajetória do avançar da civilização, que, de fato, se tem vindo realizando *a fortiori*. . . E isto embora os largos horizontes devisados pelos homens de gênio. . . Fenômeno que Pascal traduz admiravelmente: «*Toute la succession des hommes, pendant la longue suite des siècles, doit être considérée comme un seul homme, qui subsiste toujours et apprend continuellement*. . .»

Depois que os êxitos da Alemanha de Hitler submergiram a França e ameaçaram fortemente a Inglaterra, e de haver ocorrido o ataque inopinado do Japão aos Estados Unidos, foi que aquelas duas potências se decidiram a tomar franco partido. Foi então, que começou a se tratar de realizar uma organização conjunta, entre os interessados imediatamente na luta.

Não admira, portanto, que as pequenas nações européias houvessem hesitado em tomar partido, grupando-se em torno da França e da Inglaterra, contra os perigos da ameaça alemã, a tempo talvez de conjurá-los. Menos ainda admira que, face a tal conflito, houvesse divergências e hesitações entre as nações americanas e que algumas delas supusessem poder ficar alheias ao conflito. A par dos efeitos reflexos do espírito isolacionista dos americanos do norte, essas nações eram fortemente trabalhadas por influências européias perturbadoras e contrárias à idéia «pan-americana». E nelas jaziam sempre remanescentes do caudilhismo. . . Atuavam também nelas as *novas armas da propaganda*.

Hoje, apesar de não haver margem para nenhuma ilusão, e tudo levar a crer que a «preparação» deva se *impor combinadamente* a todos os povos e países que têm interêsses afins, com tôdas as conseqüências práticas correspondentes, ainda há hesitantes que parecem acreditar ser possível uma política *nacionalista* exclusiva. E isto não obstante os progressos do *pan-americanismo* que levaram à *organização dos Estados Americanos*, por exemplo.

Fato é, porém, que a *industrialização* da guerra no ponto em que hoje está, *não permite a nenhum país*, que não possua uma indústria pesada poderosa, efetua-la com os seus recursos próprios, sem que conte com o apoio decidido de uma potência industrial. E mais ainda, nem estas mesmas o podem fazer sem a garantia do fornecimento das matérias primas necessárias à fabricação dos materiais e dos recursos diversos de que seus povos hão mister para viver.

Agora, com o emprêgo da *energia nuclear* e das chamadas bombas *atômicas*, o raio de alcance dos instrumentos de agressão e o poder *destruidor* dos mesmos, é surpreendente que haja ainda quem sinceramente reaja sob os impulsos do ultrapassado *espírito nacionalista*, tal qual se dava em pleno século XIX... Não se trata de renúncia ao *amor da pátria* e sim de melhor servi-la, ressaltando os interesses nacionais numa confiante e leal cooperação internacional...

* * *

Estas simples constatações parecem bastantes para justificar este pequeno estudo sobre a América em face do fenômeno da guerra, isto é, de como tem reagido e poderá reagir a essa ainda existente fatalidade política, que tem sacrificado os homens e retardado a reforma do sistema internacional adequado às condições atuais da *vida da humanidade*, tanto quanto tem acelerado os progressos materiais. Isto, aliás, ao mesmo tempo que vai impulsionando as *reformas sociais*... Reformas tendentes a estabelecer harmonia entre o *capital* e o *trabalho*, sem preferências, nem injustiças, nem desconchavos em prejuízo do bem-estar dos *indivíduos e dos povos*, sem caráter de luta de *classes*...

Evidentemente, para fazermos qualquer previsão segura sobre o futuro, é indispensável, tomado por ponto de partida o presente, examinarmos as reações que se deram no passado, pois que na vida da humanidade há uma continuidade lógica e nela tudo é *solidário e conseqüente de situações anteriores*. Tudo que existe tem seus *feedback*...

A continuidade da vida humana, mesmo quando imensas catástrofes perturbam o seu tranqüilo desenrolar, é um fato incontestável, embora nem todos os homens mostrem percebê-lo nitidamente. Parece-nos, por isto interessante antes de darmos nossa impressão sobre a situação atual da América, em face da guerra, fazer um exame retrospectivo dos seus diversos aspectos no passado. Veremos, então, tendo em conta os progressos da ciência e das indústrias e as condições do armamento, as fases do descobrimento, da colonização, da independência, a evolução no século XIX e os acontecimentos surgentes neste século XX.

Advertimos, porém, que não pretendemos fazer a história da guerra na América, contentando-nos em assinalar traços marcantes de seus aspectos principais através dos tempos, para podermos discernir o sentido da evolução e o que nos é indicado como conveniente no momento atual. Acreditamos fazer um ensaio de utilização dos ensinamentos da História...

PRIMEIROS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

No Século XV ainda a aplicação da pólvora ou o uso das armas de fogo não é efetivo e preponderante. O mosquete, que destrona o arcabuz, torna-se cada vez mais portátil e manejável, e vai substituindo muito vantajosamente o pique até que do século XVI ao XVIII esta arma é posta completamente de parte em sucessivas eliminações».

— «Christovam Ayres — *Teoria da História da Civilização Militar* — Coimbra — 1916) .»

O descobrimento da América no termo do século XV, início da franca transição da era feudal para um mecanismo novo da civilização, foi consequência da evolução dos conhecimentos do espírito humano em seu curso de pesquisas científicas. Os progressos da astronomia, aliados ao da arte da construção naval, abriram amplas possibilidades à navegação de longo curso. A divulgação das narrativas de Marco Polo sobre as fabulosas riquezas e outros relatos sobre a vida dos povos do Oriente, coincidindo com grave crise política, social e econômica da Europa e o espírito universalista do catolicismo, excitou particular interesse em se descobrir um caminho marítimo que levasse do Ocidente ao Oriente ininterruptamente. Estímulo mais forte, porém, para tais tentativas, era o *interesse econômico* em criar novos mercados e fontes de abastecimento, estimulante, a seu turno, da ambição de *preponderância política*.

Os portugueses, geograficamente bem colocados para isto e por estarem à frente da evolução européia, prosseguindo o curso lógico natural aos seus conhecimentos da geografia do Atlântico, contornaram a África pelo Sul, enquanto que Colombo, ao serviço da Espanha, apoiado na teoria da esfericidade da terra, procurou avançar em rumo direto do Ocidente ao Oriente, através do oceano desconhecido. Veio ter à América, que interceptava a sua rota.

Multiplicaram-se depois as expedições no rumo geral de Colombo e cerca de um quarto de século, depois, Fernando Magalhães, encontrava a rota direta para a Índia, pelo extremo sul da América.

Durante o século XVI prosseguiram os descobrimentos e o Novo Continente foi sendo explorado em largura e profundidade,

pelos portugueses e espanhóis, principalmente por êstes últimos que depararam com as regiões povoadas pelos *maias*, *aztecas* e *incas*, já num estado de civilização avançada além da idade da pedra, e dos quais subtraíram grandes riquezas. Recolhendo, o que mais a vida européia de então apreciava, o ouro e a prata...

Assim, surgiu a *guerra civilizada na América*. As lutas se deram, primeiro, com os aborígenes, e depois, com os conquistadores entre si, as quais são, do ponto de vista que adotamos, as que mais interessam. Em seguida vêm, com a *colonização*, as que se deram entre os elementos aqui fixados.

As lutas dos conquistadores entre si, em regra, foram meros reflexos da política européia das metrópoles, e raramente motivadas por causas locais. As últimas, porém, foram adquirindo, dia a dia, mais importância, à proporção que a colonização fixada foi dando lugar ao surto de novas nações. Raramente repercutiram nas relações das metrópoles de modo acentuado ou direto.

A conquista da terra pelos europeus foi extremamente fácil, dada a enorme superioridade dos seus meios de guerra, — *as armas de fogo e a organização*, — e o pouco embaraço que lhes causavam as suas doutrinas religiosas, cujos preceitos universais aplicavam com muita parcimônia e sempre dependentemente de interpretações sutis. Hereges, selvagens, negros, não eram, de fato, por êles considerados protegidos pela piedade cristã, como a compreendemos hoje...

Não lhes foi difícil, portanto, aqui chegados em caravelas bem armadas de artilharia, bem guarnecidas com tropas de desembarque providas de armas de fogo, surpreender os aborígenes em tudo e assenhorearem-se da terra. Isto tanto mais facilmente quanto êstes constituíam agrupamentos, não raro, rivais... Tal como os civilizados...

As únicas vantagens dos índios eram a sua agilidade, a velocidade com que podiam percorrer qualquer terreno; o apuro dos seus sentidos de olfato, do ouvido e da vista; a facilidade de se orientarem; a faculdade de seguirem um rastro mesmo velho de oito dias; o conhecimento profundo da selva e a habilidade com que sabiam nela se ocultar; a aptidão ao nado e a destreza com que manejavam suas armas e canoas. Mas, seu armamento, por demais primitivo era o arco e a flecha, para o combate à distância, e o terrível tacape, para a luta corpo a corpo; sua *organização bélica*, ainda *primária*, tipo mais ou menos dos tempos anteriores a Alexandre...

A sua tática era toda baseada no ardil, em busca de efeitos de surpresa, somente chegando até o choque, depois de haverem a impressão de ter produzido aquêlê efeito, isto é, atemorizado o

inimigo. Para tanto lançavam mão de vários artifícios, desde o modo de se caracterizarem até ao mais desenfreado alarido no momento do assalto.

Em regra, os índios só aceitam a batalha em campo raso, diz Vargas Machuca (1), quando se sentem superiores ao adversário, e só mostram tenacidade na luta quando são vencedores, ou enquanto não perdem a esperança de o ser. Vitoriosos, eram capazes de perseguir o adversário vencido dias a fio, sem comer, mascando coca, ou alimentando-se de frutas, mel, farinha de guerra, sem descanso algum. Batidos, não tinham capacidade alguma de resistência.

Possuíam uma organização demasiado rudimentar e seus objetivos explícitos de guerra não iam além de expansões de vingança, reação ao invasor ou expulsão de outras tribos de terras novas a ocupar.

Estas características gerais sôbre a maneira de guerrear dos índios mantêm-se através dos tempos, mesmo quando, no correr dos séculos XVI e XVII, vêmo-los combater em combinação com os europeus, como, por exemplo, nas nossas guerras da conquista holandesa, deu-se com os índios de Camarão, do lado dos portugueses, e de Poti, coadjuvando os holandeses. Ainda hoje assim procedem, como verificamos das narrativas dos nossos sertanejos da *Comissão Rondon*.

A ação militar dos europeus, além das armas de fogo, tirava bons proveitos de um sistema de *organização* e de regras racionais de ação sistemática.

No início do século XVI, os portugueses e espanhóis trataram principalmente de tomar posse da terra, estabelecendo-se em pontos do litoral que iam fortificando, tanto contra os índios, com paliçadas e obras de taipa, como contra possíveis adversários vindos do mar, notadamente os *corsários* ou *piratas*.

Partindo daí, ampliaram os seus domínios ao longo do litoral, ou pelo interior em busca de riquezas. Estas despertaram a cubiça de outros povos, e, em pouco tempo, os piratas ingleses, franceses e outros, sulcavam os mares da América em busca de prêças e tentavam, por golpes de mão dados contra os portos mal defendidos, apoderar-se delas mesmo em terra.

Operavam, em regra, por conta própria ou de companhias comerciais, mas eram protegidos pelos respectivos governos, que se aproveitavam dos resultados felizes. Nessa via, não tardaram os franceses a tentarem se estabelecer no Brasil e o conseguiram na América do Norte, onde também os ingleses se estabeleceram.

(1) *Milicia y Descripción de las Indias* — 1599 — Madrid — 1892.

Em pleno século XVII, a decadência das potências ibéricas se acentua, notadamente a de Portugal, que, por efeito da malaventura de D. Sebastião na África, cai sob o domínio de Felipe II de Espanha.

É a época em que a Holanda surge no cenário mundial, lutando por sua independência e trava a guerra tenaz com aquelas potências ibéricas, atacando-as em seus domínios coloniais da Ásia, da América e da África.

A maior vítima é Portugal, que a política espanhola enfraquece propositadamente, para tirar-lhe possibilidades de rebeldia.

É uma guerra que se trava mais na América, em África e na Ásia, do que na Europa, chegando os holandeses a se apoderarem de toda a zona do litoral do nosso N.E., do São Francisco ao Maranhão. Expulsos afinal, depois de Portugal haver recuperado sua independência, graças, principalmente, à forte reação dos nativos civilizados, negros, índios, mestiços e brancos, continuou o trabalho da colonização portuguesa no Brasil, vindo somente a sofrer perturbações passageiras por parte de tentativas dos franceses, estimulados pelas lutas religiosas da sua terra, ou pela cobiça.

Não tardam, porém, as correntes colonizadoras expansionistas, lusa e espanhola, a se chocar no interior do nosso continente, e novas lutas foram então surgindo, para a fixação das fronteiras. Eram locais, de idéia persistente, mas efetivadas por choques esporádicos, ou eram reflexos das guerras entre as metrópoles, caso em que apresentaram características comuns às campanhas militares dos civilizados. E tudo isto se passava, não obstante Alexandre Gusmão, no século XVIII, haver tentado estabelecer o principio de que as lutas da Europa não deviam comprometer a vida da América. Haver plantado a primeira semente do *espírito americano*, do *pan-americanismo*...

Os aspectos técnicos dessas lutas, mantidos até o século XX, eram principalmente os que passamos a referir. Muitas manobras, longas marchas e alguns combates ou batalhas, cuja decisão, dados o alcance reduzido e a lentidão dos disparos, das armas de fogo, obtinha-se pelo choque à arma branca.

Na guerra naval, as condições dominantes da estratégia e da tática, resultavam das imposições da navegação à vela, e do potencial de fogo dos navios, cujo valor se media pelo número de peças de maior calibre da artilharia com que eram armados.

Mas, apesar da importância do fogo, já preponderante, a luta decide-se ainda pela *abordagem*, depois de desmantelados os mastros ou aparelhos de navegação, ou, pelo abandono dos navios, perfurados os seus cascos de madeira e postos assim em risco de naufragar.

Os *objetivos militares* eram naturalmente os pontos do litoral ou dos vales dos grandes rios, onde se acumulavam recursos. Conquistados êstes, pouco numerosos e muito distanciados uns dos outros, estava conquistado o domínio de uma imensa região.

A defesa dos portos e dos pontos importantes do interior fazia-se pela fortificação, às vêzes *formando sistema*. Mas dado o fraco alcance da artilharia e a curvatura das trajetórias, não raro tal sistema era rompido, ou contornado, embora se procurasse multiplicar o número de fortes ou fortalezas, nos pontos mais expostos aos ataques. A defesa eficaz de um pôrto não dispensava o concurso de uma esquadra que, apoiada nos fortes de terra, pudesse suprir as suas deficiências, os ângulos mortos.

Dada a natureza dos adversários, todos potências européias, o domínio do Atlântico era de importância capital. Na nossa costa, no início, até o século XVII, o ponto chave era baía do Salvador, cuja posse assegurava a base principal para operar na América do Sul, o que explica, em grande parte, por que os holandeses não puderam se manter no Nordeste. Com a instalação dêstes aí, Recife adquire importância militar de primeira ordem sem, no entanto, conseguir sobrepujar a daquele pôrto. Em seguida, por sua proximidade da Europa, foi se acentuando o valor militar da costa mais avançada do Nordeste.

No século XVIII, quando as lutas entre Portugal e Espanha se desenrolam, pela posse do sul do continente, o pôrto do Rio de Janeiro, mais próximo daquele teatro, adquire importância predominante. É interessante notar-se que o único ponto de apoio que os espanhóis possuíam neste teatro de guerra, era Buenos Aires, o que, não obstante o seu isolamento, lhes teria talvez dado a posse segura de tôda a zona sul do Brasil, isto é, pelo menos da planície rio-grandense, até a da bacia da lagoa dos Patos, se êles não se houvessem principalmente preocupado em avançar pelo interior em busca de ligação com os seus domínios do Pacífico, fiados no inexequível tratado de *Tordesilhas*, antes de consolidar a posse do terreno em tôrno da foz do Prata.

Deram, assim, tempo aos portugueses para criarem os pontos de apoio intermediários de Laguna e Rio Grande de S. Pedro, entre Santa Catarina e a colônia do Sacramento, o seu pôsto avançado no Rio da Prata.

A *composição das forças*, no período do descobrimento, era tôda de elementos europeus; mas, desde que êstes firmaram pé em terra, e se foi iniciando a colonização, surgiu espontâneamente uma milícia local, não mais exclusivamente formada por europeus, mas constituída com a coadjuvação das tribos indígenas e dos negros importados.

Depois, estabelecendo-se mestiçagem com os índios e negros, formou-se uma população de características novas e com um *patriotismo regional* dia a dia mais acentuado, até tornar-se rival do elemento europeu. No século XVII, já as forças militares aqui em luta formam-se de numerosos efetivos recrutados na população americana, quando não eram mesmo totalmente constituídas por êsses elementos, enquadrados apenas por europeus.

De resto, a não ser nos grandes centros que estavam já em formação, a população era de algum modo *fôrça armada*, pois que devia estar sempre pronta para combater, contra os índios selvagens ou contra os invasores do mar.

Foi-se criando, assim, à medida que o neo-povoamento crescia pela multiplicação dos elementos de raça branca aqui domiciliados ou imigrados, e da mestiçagem, uma *fôrça aborígena* cada vez mais importante e dotada de um *espírito de patriotismo local* cada vez mais fortemente acentuado. A importância militar dêsse fenômeno foi bem posta em foco, notadamente na América do Sul, nas lutas que se travaram no teatro brasileiro: primeiro, no século XVII, em virtude da invasão holandesa; depois, no século XVIII, nas contendas do Prata.

Foi dêsse modo que se forjou aqui na América do Sul a força que conquistou a *Independência*. Aproveitando o desequilíbrio europeu, produzido pela Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, a tendência para a liberdade surgiu irresistível. O elemento *criolo*, aliado aos indígenas e mestiços, da *América Espanhola*, o *brasileiro* da *América Portuguesa*, e o anglo-americano da *América Inglesa*, foram pela consciência de sua força e estímulo de seu patriotismo, excitados pelas tendências opressivas das metrópoles, o fator capital da independência, impulsionados irresistivelmente para a conquista de uma *liberdade* que brotava em tôda parte. De resto, a América era já bastante pujante para satisfazer suas necessidades primordiais, pois que constituía a principal fonte de riqueza das respectivas metrópoles ibéricas e era mercado importante para o comércio da Inglaterra e da França.

Finalmente, conviria ainda acrescentar às características principais da guerra na América, nesta fase final dos nossos primeiros antecedentes históricos, o fato da natureza do armamento da época, sobretudo o naval, facilitar a organização de forças locais, seja pela formação de estoques, seja pela aquisição aqui mesmo de vários elementos necessários.

Em tais condições, numa época em que o *homem* mais que o *material* importava na decisão das lutas, a força moral dos nativos,

aliada aos grandes espaços, à distância em que ficavam as bases européias, à adaptação o clima e ao sistema de alimentação, às dificuldades de comunicações por terra, davam acentuadas nuanças às características da guerra, tôdas favoráveis aos americanos, e sempre definidas como as de expedições longínquas. Militarmente, se os últimos progressos técnicos e táticos derivavam dos processos de Frederico e, mais tarde, dos de *Carnot-napoleônicos*, ficavam aqui muito mesclados com o que surgia espontâneamente das peculiaridades das condições locais.

SEGUNDOS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

«Se ha dicho que, cuando la posteridad vuelva sus ojos hacia nosotros, juzgará que la emancipación de la América meridional es el fenómeno político más considerable del siglo XIX, así por su magnitud y originalidad como por la extensión probable de sus consecuencias futuras».

(B. Mitre — *Historia de San Martín* — I Vol. Introd. — Ed. de 1940).

A segunda fase da história da guerra na América desenvolve-se já em pleno século XIX. Inicia-se com o advento da revolução industrial e as lutas conseqüentes do processo da independência, e termina em nossos dias, antes de iniciado o ciclo da guerra total, que encerrou, de feito, o período histórico do século XIX.

Entre as *guerras da independência*, merecem especial menção as lutas, no Pacífico, do Chile com o Peru e a Bolívia; e a da Argentina com o Brasil, da qual resultou, em 1827, a completa e definitiva autonomia da Banda Oriental.

Do ponto de vista político, o motivo predominante é a definitiva caracterização das fronteiras, a definição do quadro físico geográfico das diversas nações, tornadas livres. Não houve aqui razões demográficas, religiosas ou de interesses econômicos para as motivar, como na velha Europa, e os últimos litígios para fixação dos lindes das nóveis autonomias, nestes imensos territórios *vasios*, puderam ser quase todos resolvidos pelos juizes arbitrais que se elegeram, ou pelo processo dos acordos diretos entre as partes interessadas. Raros foram os casos, como se deu com a questão do Acre e, mais tarde, a de Letícia, a pendência da Colômbia com o Peru, em que tais acordos ou arbitragens foram precedidos de movimentos militares, como ainda recentemente se verificou com o Peru e o Equador. E o Chaco, de que trata minuciosamente o General Leitão de Carvalho, em livro recente.

As últimas guerras sulamericanas, com que se liquidaram as heranças do período colonial ou do processo da Independência, foram as guerras da Tríplice Aliança contra o Paraguai, (*) do

(*) Ver nota final.

Chile contra a confederação Peru-Boliviana, donde resultou a separação das duas autonomias; e a agressão chilena à Bolívia, em 1880, donde resultou a expansão daquele para o Norte, e o isolamento desta do mar.

A derradeira guerra do Chaco, entre o Paraguai e a Bolívia, não tem mais êsse caráter, embora se possa ver dêله algum remanescente.

Os efeitos da guerra do Paraguai tiveram como resultado fixar definitivamente o quadro geral da vida internacional do Prata, pondo termo ao provincialismo argentino e ao periodo de disputas caudilhescas, pelo domínio politico. E também aos remanescentes de esperanças para o restabelecimento do Vice-reinado do Prata...

No Norte, houve duas guerras entre nações americanas que merecem ser assinaladas: uma, tem ainda o caráter geral de luta pela fixação do quadro geográfico das novas autonomias; outra, não difere fundamentalmente dêsse aspecto, mas reveste um caráter particular de guerra civil; é a chamada guerra da secessão americana.

Esta, que se travou entre os Estados do Sul, escravocratas e agrícolas, e os Estados do Norte, libertários e industriais, terminou naturalmente com a vitória dos últimos, em 1865, pelas razões capitais que mencionaremos adiante quando nos referirmos aos aspectos militares que prevaleceram nesse periodo.

Aquela foi uma injusta agressão dos ianques, em 1846, contra o México, donde resultou a definitiva desagregação do Texas e da Califórnia daquele país e a sua incorporação aos Estados Unidos. No dizer de U.S. Grant, o herói americano do partido nortista na Guerra da Secessão, cêrca de 14 anos depois, a guerra do México foi promovida unicamente pelos interesses dos senhores de escravos.

Honra-o, sem dúvida, a coragem cívica com que profliga, em suas memórias, a conduta dos seus patrícios e do seu govêrno. Diz êle: *The occupation, separation and annexation were from the inception of the movement to its final consumation, a conspiracy to acquire territory out of which slaves states might be formed for the American Union. Even if the annexation itself could be justified, the manner in which the subsequent war was forced upon Mexico cannot».*

* * *

Traçado assim o quadro principal das guerras entre nações americanas no século XIX, resta-nos mencionar as lutas que se deram com nações europêias.

Não foram muitas, felizmente, e nem tiveram maiores consequências do que *consolidar o espírito americano* e reafirmar os *princípios da independência*.

A primeira em data, é a agressão dos ingleses do Canadá, os quais invadiram os Estados Unidos em 1814, chegando até Washington e incendiando o Capitólio. Foi a guerra conseqüente das lutas da Inglaterra com Napoleão. Durou pouco e não teve mais efeitos do que comprovar a capacidade dos Estados Unidos para se defenderem.

A segunda, é a conquista do México pelos franceses em 1863, a qual foi mais uma intriga diplomática do que uma guerra. Napoleão III prevalecendo-se dos dissídios partidários que havia no México, fêz com que Maximiliano fôsse aclamado imperador. Cêrca de quatro anos depois, deu-se, porém, a reação de Juarez e Porfirio Diaz e foi restabelecida a República, e a plena autonomia Mexicana.

Nessa mesma época, 1866, o Chile é brutal e inopinadamente agredido pela Espanha. Nada mais do que uma das habituais manifestações do orgulho agressivo dos europeus. Não se conformara a Espanha com certas medidas de policia marítima adotadas pelo Chile e, por causa disto, exerceu brutais represálias, chegando até a bombardear Valparaíso. O Chile, porém, não se deixou intimidar e, apesar de sua inferioridade para uma guerra naval, reagiu firmemente. Tudo terminou com a intervenção dos Estados Unidos, em nome da doutrina de Monroe.

A última guerra com nações extracontinentais nesta fase, foi a dos Estados Unidos contra a Espanha. Todos êstes acontecimentos e outros, como se deu com certas ameaças de agressões européias, tais como uma projetada agressão da França de Napoleão III ao Equador, de resto, tentada por seduções de políticos dêste país emigrados, vieram contribuir para fortalecer o *espírito americano*. Apenas surgente... Sem consistência firmada por *organização prática*. . . E porque nem todos sentiam sua importância acima dos seus regionalismos. . . A última guerra com nações extracontinentais nesta fase foi a dos Estados Unidos contra a Espanha, em 1898, os quais intervieram na luta de Cuba contra a respectiva metrópole, em prol da sua independência. Resultou daí a eliminação dos últimos vestígios do domínio espanhol na América e a penetração dos Estados Unidos na Ásia, donde se haviam já aproximado pela compra do Alaska à Rússia, em 1867, passando para a sua influência exclusiva o arquipélago das Filipinas.

Nesse mesmo ano de 1898, os ianques, estabelecidos no Havai, promoveram uma revolta, apoderaram-se do arquipélago que se mantivera sempre autônomo, através de todo o franco período das

conquistas, e pediram a sua incorporação à União Americana, o que se realizou sem nenhuma dificuldade.

Dá-se, destarte, a expansão ianque para o Oriente, como uma continuação natural do seu movimento nesse sentido, iniciado com a incorporação do Texas e da Califórnia.

Essa expansão — cria uma necessidade nova que se vai tornar o motivo dominante na política americana, durante um certo tempo — a fácil e rápida comunicação marítima entre os seus portos do Atlântico e do Pacífico. Era uma necessidade mais de importância militar do que política ou econômica. Levava os Estados Unidos a se empenharem decisivamente na abertura de um canal pela América Central, o que eles se decidem a fazer, empregando quaisquer meios...

Surgem então as chamadas *diplomacia do dolar* e *política de força*, política do *big stick*, cuja prática botou em cheque o sucesso da doutrina de Monroe, por algum tempo, levantando as mais justificadas desconfianças na América Latina, a América das nações fracas... Desconfianças, que perseveram mesmo depois da atitude tomada pelos americanos, quando a Inglaterra ameaçou militarmente a Venezuela para cobrar dívidas. Foi um período correspondente às presidências do partido republicano.

A idéia da abertura de um canal através do istmo do Panamá, pondo em comunicação as águas do Pacífico e do Atlântico, era muito antiga e o famoso Lesseps, que abria Suez, tentou arrojadamente realizá-la. Mas, vencido pelas resistências climáticas e a falta de meios científicos adequados à defesa sanitária, teve que abandonar os trabalhos respectivos, em 1899.

Em 1903, os Estados Unidos adquirem os acervos da Companhia Lesseps, e, sem olhar dificuldades políticas internas, americanas ou mundiais, nem fazer conta de dispêndios, tomam a si o empreendimento, violentando a Colômbia e fazendo do Panamá uma nova república. Cometeram indisfarçáveis violências e gastaram muitos milhões de dólares, mas onze anos depois, a 15 de agosto de 1914, inaugurava-se a nova rota marítima.

Foi, a nosso ver, um dos mais transcendentais acontecimentos da história moderna da humanidade, notadamente do ponto de vista militar. A partir desse momento a regra de política internacional que predominou em todo o século XIX e se resumia na fórmula: *England rule the waves* deixava de prevalecer. A majestade sólida do império britânico tendia a esmaecer rapidamente e, mais tarde, cerca de trinta anos depois, o Primeiro Lord do Almirantado Inglês declarava solenemente que a Grã Bretanha renunciava ser a primeira potência marítima!...

Esta célebre data marcava também o início da influência decisiva e preponderante da prosperidade norte-americana no mundo ocidental e oriental, fato que André Siegfried assinala nestes termos:

A cette même date, l'Europe entre en guerre: la coincidence est symbolique car il y aura désormais quelque chose de changé dans l'équilibre des continents (2).

E esta *quelque chose de changé*, era em nosso compreender o início do fim da política colonialista do século XIX.

Mas, ... que efeitos a *política de força e a diplomacia do dólar*, empregadas para levar a cabo tão formidável empreendimento, produziram na doutrina de Monroe ideia geratriz da União Pan Americana, surgida da 1ª Conferência Internacional das Repúblicas Americanas, em 14 de abril de 1890?

As naturais desconfianças contra a *política de força e a diplomacia do dólar*, causaram sérios embaraços ao entendimento confiante entre os povos da América, embora franca e visivelmente atenuadas depois pela fórmula de F.D. Roosevelt e Cordell Hull, a da política do *bom vizinho*.

Além disto, se bem que o ideal americano, surgido espontaneamente das lutas pela independência, nunca deixasse de existir, certos orgulhos nacionais ou racionais, explorados ou instigados por influências européias, dificultavam a objetivação desse ideal, em medidas práticas naturalmente dele decorrentes. A prosperidade mais fácil de certas nações, favorecidas pelo clima e pela natureza do seu solo, que lhes dão mais riqueza, excita-as a rivalidades pela hegemonia continental. Isto perturba a compreensão das novas condições militares do mundo evidenciadas pelos sucessos da primeira guerra mundial, em vista do sentido da política internacional, que convém à América adotar.

O longo periodo da história das guerras na América, que acabamos de recordar em linhas gerais, apresentou, do ponto de vista puramente militar, modalidades correspondentes à natureza das armas e processos de guerrear, em incessantes transformações, e em face das condições geográficas do continente.

Todavia, as modalidades surgidas não foram de molde a modificar consideravelmente a fisionomia geral da guerra nestas paragens.

As características do armamento nos meados do século XIX, que já haviam dado às armas de fogo preponderância nas lutas, não tinham ainda eliminado a importância da *arma branca* nas fases finais e decisivas das batalhas. Além disto, nessa época, ainda se dizia ser o *dinheiro o nervo da guerra* e isto com bastante

(2) Panamá et routes maritimes mondiale — Ed. Colin — Paris, 1940.

razão porque, com êle, era possível possuir e adquirir armamentos, formar estoques e sustentar a guerra. Era ainda o período napoleônico, derivado do de Frederico.

Depois, embora o dinheiro continuasse a ser considerado o *nervo da guerra* até o advento da *primeira guerra mundial*, já a partir da década dos 60, a introdução nos hábitos da civilização do uso do telégrafo e do emprêgo intensivo da navegação a vapor e da estrada de ferro, veio modificar, como referimos, as características prevalecentes da força militar dos povos. Surgia o período prussiano, o de Moltke. E aqui na América, notadamente a Latina, tudo isto repercutia mas com *efetivações limitadas*. Faltavam, à do Norte os estímulos das ameaças ou riscos de guerra que subsistiam no continente da Europa, à Latina, ou melhor a do Sul, a possibilidade de desenvolvimento das suas indústrias *máquina-fatóras*.

Foi, porém, na guerra naval que mais rapidamente se acen- tuaram as influências do poder crescente das indústrias. Os navios novos, feitos todos de ferro ou blindados com chapas de aços duros, providos de uma artilharia poderosa e de longo alcance, impossíveis de fabricar por meios fáceis, eram muito caros. Tornaram-se inacessíveis, em larga escala, mesmo a países de uma economia próspera, baseada numa indústria leve ou na exploração agrícola. A aquisição de alguns navios dos tipos mais modernos passou a constituir sacrifício muito grande para as economias nacionais.

O Brasil, que até a era dos 60, foi um dos países possuidores de *grande esquadra*, depois desceu à categoria de pequena potência naval, categoria de toda a América Latina, mesmo de suas nações mais ricas.

Na guerra terrestre, o que aqui se passou não foi sensível. Refletiu do ponto de vista técnico, tático e estratégico, as realizações européias, com forçadas deformações produzidas pelas fatalidades do meio. As nossas lutas mais importantes na década dos 60 revestiram ainda características de campanhas coloniais, embora nelas se empregassem já armas novas, como foguetes à Congreve, a novidade que os ingleses apresentaram no bombardeio da capital dinamarquesa em 1806; os balões para observação e até estradas de ferro para fins especiais de campanha, como se deu na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

As dificuldades de transporte, por falta de estradas; as condições gerais do povoamento; a raridade de centros de recursos no interior, a localização dos maiores centros, exclusivamente, nas costas marítimas ou à margem dos grandes rios; davam um feitiço peculiar às nossas campanhas, levadas a efeito com meios precários, acumulados ou improvisados com aquisições de última hora.

Inaugurada a *fase militar da nação armada*, caracterizada pela necessidade de uma preparação antecipada de numerosas reservas instruídas e da formação de estoques de guerra vultosos; pelo emprêgo sistemático e intensivo de estradas de ferro para a reunião e sustento dessas massas armadas, que o uso dos meios de transmissão do pensamento permitia eficientemente comandar, a preparação militar à moderna tornou-se periclitante em quase toda a América.

Todavia, o serviço militar obrigatório não tardou em ser adotado em muitas nações daqui, e se procedeu em tôdas elas a uma reforma do sistema militar, com a ajuda de *instrutores* ou *missões militares estrangeiras*, notadamente alemãs ou francesas. A perfeição dos resultados, porém, que algumas conseguiram, não bastava para dar a capacidade militar da América em vista de uma guerra moderna, alto nível sem apoio do estrangeiro possuidor de *indústria pesada*. Prevalendo-se disto, os *camelots do armamentismo*, aproveitando a preocupação legítima de cada povo cuidar dos meios da própria defesa, instigavam umas contra outras, de modo que a preparação para a guerra vinha aqui eivada dêsse vício capital: era feita para a luta contra inimigos continentais, considerados os *adversários prováveis*, com um espírito, portanto, prejudicial aos interesses da *união americana*.

Não obstante certas ameaças visíveis, vindas de fora do continente, tais como as da colonização alemã e da japonesa, cujos mapas e geografias iam denunciando vontades ou intenções de incorporação futura, as nações americanas não se sentiam ameaçadas. Esquecidas do que acontecera aos incas, maias, aztecas e aos povos selvagens, acreditavam talvez poder reagir eficazmente contra exércitos e esquadras dotados de um armamento que lhes era dificilmente acessível. Preparavam-se, ao contrário, para a eventualidade de guerras entre si.

Isto retardou o desenvolvimento do *espírito americano* e a formação da União Pan Americana... Não obstante a pressão das circunstâncias da *guerra total*, daí derivadas, conduziram depois à atual *Organização dos Estados Americanos*, havendo antes, há cerca de uma década, *eliminado dos costumes políticos a guerra* entre as *nações americanas*, pelo tratado firmado no Rio de Janeiro...

Certos remanescentes, porém, do *velho espírito*, subconsciente da época colonialista, impediram dar-se uma organização prática, sem *quebra das soberanias nacionais*, aos interesses de ordem político-militar das Américas, tal se viu na conferência de Lima de 1939, cujas deficiências *A Defesa Nacional* judiciosamente comentou na época.

A FASE MODERNA

«Esta guerra, em face das que hão de vir, não parecerá mais que um brinquedo de crianças».

BISMARCK

O evocativo de Bismarck que inspira estas linhas, denota larga visão do futuro...

Entre a guerra franco-prussiana de 1870 e a de 1914, o desenvolvimento da potencialidade industrial das nações possuidoras de boas e ricas jazidas carboníferas, crescentemente mineradas, aumentara de modo considerável, notadamente depois da criação do sistema Taylor para a organização do trabalho nas fábricas.

A par disto, os progressos realizados nos campos da física e da química, deram ao armamento um grande *poder de destruição, um alcance e uma capacidade de movimento* insuspeitadas...

A faculdade de comandar enormes massas, de sustentá-las e deslocá-las acresceu de modo tal que a vitória ficou dependente sobretudo da extensão e do cuidado da *preparação* militar da guerra.

A eclosão do primeiro conflito mundial, mostrou, porém, desde os seus primeiros dias, quanto eram até então deficientes as noções admitidas para a preparação de uma guerra; seu término, em 1918, deixava a impressão de terríveis possibilidades futuras...

Nem todos, porém, puderam perceber bem o valor desses fatos, tanto do ponto de vista nacional como internacional. Eram reações do *sub-consciente*, das heranças do passado, ainda não neutralizadas suficientemente pelos *fatos novos*, a plena consciência das novas determinantes das condições da vida...

A Europa continuou o jogo costumeiro de suas rivalidades e disputas essencialmente particularistas. Os Estados Unidos, cuja potência industrial fôra posta, inicialmente, ao serviço dos adversários da Alemanha, e cujas forças chegaram afinal aos campos de batalha da Europa, precipitando o desequilíbrio a

favor dêles, *isolavam-se*, como se isto ainda fôsse possível e *admissível*...

Certas nações da nossa América Latina, iludidas por sua prosperidade real e orgulhosas de seus progressos relativos, não puderam medir bem quanto o efetivo poder militar e político moderno ficavam adstritos às fortes potências industriais e não viam que tôdas as outras, bom grado mau grado, eram inevitavelmente caudatárias. Tenderam também para o *isolamento* ou a *neutralidade*. Ostentavam garboso mas ilusório *panache* de soberba autonomia.

Em parte, foram os americanos do Norte grandes responsáveis por êsse estado de cousas. Desconheceraam as lições da primeira guerra mundial e isolaram-se, não percebendo tôda a responsabilidade e o valor do seu próprio poder; interessaram-se muito pouco pela América Latina e não viram a importância que ela possuía, de fato, para o equilíbrio do mundo, em caso de novo conflito; descuidaram-se de *fortalecer* o *ideal americano*. Eram ainda *dominados* pelo espírito do capitalismo individualista, que esquece suas *finalidades humanas*, sua razão de ser, e tudo subordina à *idéia de lucro comercial*...

Quando irrompeu o segundo conflito mundial as correntes germanófilas ou russófilas, e a indiferença pelo perigo japonês, hábilmente criadas aqui por uma propaganda bem feita, que apresentava a França como uma nação decadente, a Grã Bretanha como o mais odioso inimigo da paz mundial e os americanos do norte como fabricantes de *geladeiras*, unicamente interessados em vender os seus produtos; os países *capitalistas burgueses*, como inimigos do bem-estar humano e as democracias como incapazes de resolverem os problemas da regeneração do mundo, ridicularizando o liberalismo, haviam adquirido considerável importância. O problema militar, do concurso sulamericano para o êxito dos Estados Unidos na guerra, que era a causa mesma da civilização ocidental, porque fundamentado no respeito à *liberdade dos indivíduos*, não foi fácil nem completamente resolvido.

E o não foi porque, como evidencia Duncan Aikman, em seu *All American Front*, publicado no curso da segunda guerra mundial, o americano do norte desconhecia o americano do sul e a América do Norte não atendia às suas necessidades e interesses. No século XX, a massa do povo americano e, mesmo, as suas camadas cultas, pareciam desapercibidas da importância da América Meridional, no jôgo das forças mundiais, fenômeno que havia mais de um século passado, Canning pressentiu nitidamente, como assinalou B. Mitre.

Todavia, aos seus homens públicos de maior envergadura, como Elihu Root, Hoover e principalmente F. D. Roosevelt e

Cordell Hull, não escapava a nítida compreensão do problema. Eles inauguram a política que os dois últimos chamaram do *bom vizinho* e tentaram em 1939, na Conferência de Lima, dar início a uma forma prática de cooperação militar panamericana, no que foram francamente apoiados pelo Brasil. Os argentinos, porém, recusaram-se assumir quaisquer compromissos, além das declarações platônicas, que *parecessem colocá-los num pé de inferioridade em relação aos Estados Unidos*. Isto fez fracassar a idéia central e praticamente mais valiosa da conferência, o *acôrdo militar*.

Se a *unidade militar na América* se houvesse realizado naquela ocasião, ela estaria evidentemente exposta no Atlântico a uma agressão nazi-fascista e, no Pacífico, ao ataque nipônico, mas, recusando-se a efetivá-la, ficou, ainda exposta, além destes, a um ataque norte-americano, pois é claro que, numa tal hipótese, a própria segurança dos Estados Unidos impunha evitassem, a todo risco e custo, pudessem os seus adversários adquirir bases nestas terras...

O desconhecimento efetivo que predominava no mundo sôbre os resultados de um conflito, dada a imperfeita compreensão que ainda reinava sôbre o valor da expressão *guerra total*, não permitia ver quão decisivas eram a capacidade *industrial realizada* e a *potencial*, para o desfecho final da luta. Este fato é, em grande parte, responsável por tais atitudes.

Felizmente, em virtude da imposição do dever patriótico, criado pelo golpe inâbil dos nipônicos em Pearl Harbor, os Estados Unidos desenvolveram com surpreendente rapidez e numa extensão insuspeitada, seu enorme poder bélico, dissipando tôdas as dúvidas a respeito de suas possibilidades guerreiras, e tomaram no mundo a posição que lhes é própria, por sua posição geográfica, por sua riqueza, pela capacidade de desenvolvimento do seu poder militar, pelo grau avançado de sua civilização, pelas suas excepcionais condições de *nação carbonífera*.

E, o que é confortante, acentuando seu espírito *anti-colonialista* e de *compreensão da unidade humana*, fato que os progressos de sua *instrução universitária*, testemunhados em obras diversas, tais como as de Zimmermann, sôbre a indústria e recursos mundiais, e John Geise, registrando o progredir da *civilização ocidental*, e vários outros testemunham.

A lição do conflito desta segunda guerra mundial, não parece, porém, totalmente aprendida ainda. Não obstante o que se pode facilmente prever, em relação à extensão ainda maior, que terá uma terceira guerra, em virtude dos progressos do material bélico realizados durante a última e principalmente depois, nem todos parecem ter conseguido ainda compreender a impor-

tância de uma *sólida unidade americana*, para a defesa dos interesses de cada um, num novo conflito mundial, fundada sobre a base de economias e recursos complementares postos em jogo de mútuo auxílio.

Agora, com as efetivas aplicações da *energia nuclear*, nos meios de transporte, nos de produção, êstes ainda em fase de experimentação; as velocidades supersônicas de considerável raio de alcance; quando se torna evidente *ser impossível*, ficar ausente, ou neutro, à velha moda, caso irrompa *novo conflito*, custa-se a compreender a resistência que ainda se oferece à *criação* de uma *organização militar da América*, precisamente definida. Estas resistências são impulsos dos *sub-conscientes*, conforme a teoria *freudiana*. São resistências dos remanescentes do passado orgulho das *autonomias nacionais*, o que em nosso modo de compreender mais sacrificam que protegem... em caso de guerra... Na *guerra* nada se respeita, que ponha em risco o interesse da *Vitória*...

Não é isto que ensina a História?

O PRESENTE

«Coragem todos têm, saber todos podem ter, o que é preciso é material».

— (Súmula de um discurso de Stalin, durante a guerra de Hitler).

A evolução histórica dos fatos da guerra, que acabamos de recordar, parece suficiente para nos dar uma idéia clara da situação atual da América, em face da política internacional.

Não pode haver a menor dúvida de que a paz do mundo depende exclusivamente das grandes potências industriais e de que os novos senhores da guerra, não são mais aqueles chefes militares de gênio que vieram firmando os marcos balisadores da rota da civilização e da importância relativa dos povos. Não são mais os gênios de disciplina e da organização das nações, que prevalecem no domínio da guerra. Hoje, nada disto satisfaz, sem uma capacidade industrial superior, capacidade esta que depende essencialmente das fontes de energia disponíveis para fabricar e mover máquinas, entre as quais avulta dominadamente a que deriva da exploração de ricas jazidas carboníferas.

E mais. Agora, após a importância da *mobilização científica* posta em evidência pela segunda guerra mundial, tais recursos não bastam.

A *decisão das lutas*, até irromper a primeira guerra mundial dependia da *capacidade de organização*, do preparo das *forças militares*, dos *efetivos mobilizados* e valor dos chefes militares; depois, veio a *mobilização nacional*, a utilização dos *recursos nacionais*, não mais isoladamente mas por *grupos* interessados na decisão da luta armada; por fim, a *mobilização científica*. Até a última modalidade, as guerras se decidiam nos campos de batalha e as nações trabalhavam para satisfazer *necessidades reclamadas pelos chefes militares*; na última, a *decisão* advém da criação de *armas novas*, não solicitadas por aqueles...

Desde a *segunda fase* a decisão da luta não resulta da ação no campo de batalha, mas da que se desenvolve no interior. Os *exércitos* passaram a ser *vanguardas*...

O fundamento da força militar hodierna é a *riqueza* que facilita todos os progressos, mas cuja distribuição na Terra põe em mãos dos ianques, britânicos e russos, e talvez dentro em pouco das nações unidas da *Europa Ocidental*, as chaves da política mundial...

Felizmente para o resto do mundo, os ianques não possuem uma mentalidade militar, como a dos velhos alemães e mesmo a dos russos, e advogam princípios de liberalidade política, no que concordam com os ingleses, pretendendo que êsses princípios liberais prevaleçam em tôda parte, não obstante os repiques ainda sensíveis do colonialismo do século XIX.

Foi em dois campos antagônicos — militarismo e liberalismo — que se agruparam as nações nas primeira e segunda guerras mundiais, não obstante do lado liberal haver sempre figurado a Rússia; antes, monarquia absoluta de caráter ainda feudal, e, depois, regime totalitário de partido único e exclusivamente *estatal*. Isto se explica pelo fato fortuito, resultante da preparação intencional e intensiva da Alemanha para a guerra, cuja vitória a ameaçava de vassalagem, tanto quanto às demais nações, o que a levou, em ambas as guerras, a se colocar do lado liberal. Cumpre, porém, notar-se que no último conflito, só o fez à última hora, quando a ameaça hitlerista sobre ela se positivou.

No caso de irromper uma terceira guerra entre as grandes potências, tudo leva a prever quanto mais extenso e profundo se fará então o significado da expressão *guerra total*, pelo maior alcance e mais poder destruidor do armamento; a velocidade, a capacidade e o raio de ação dos meios de transporte; as facilidades oferecidas pelos processos de comandar as forças da guerra...

A reflexão sobre êstes fatos, junto à consideração da evolução histórica da América e a sua posição no mundo, mostra bem quanto há nas nações que a formam um interesse comum que aconselha ao abandono de qualquer idéia de guerra entre si e a um entendimento capaz de bem corresponder às necessidades de uma satisfação prática dêsse interesse comum.

Incapazes, exceto, em parte, os Estados Unidos, de formarem com seus próprios recursos uma força militar bastante para colocá-las no rol das chamadas grandes potências, porque os fracos recursos em energia de que dispõem não o permitem, possuem uma posição geográfica que lhes dá um grande valor militar, em qualquer conflito com os Estados Unidos. Além disto, são ricas em *materiais estratégicos*, do reino mineral, vegetal ou animal, e dispõem de importante potencial humano, o que faz o seu curso precioso em caso de guerra. Podem também com as fontes de energia que possuem, hidrelétrica, petróleo e algum carvão,

construir uma importante indústria pacífica e subsidiária da indústria de guerra.

A posição a tomar por *tôdas as Américas*, em presença das possibilidades eventuais de guerra atualmente não pode ser, portanto, duvidosa, notadamente se considerarmos que o espírito americano, surgido aqui desde as chamadas revoluções da independência, apesar de tôdas as perturbações que tem sofrido pelos desvios da política geral, produzidos por incompreensões e desconfianças, tem progredido — *malgré tout* — sensivelmente. A idéia da *união americana* avança, tendendo a deixar cada vez mais de ser platônico para adquirir um poder político efetivo, superior às soberanias nacionais, fato que a não ser consubstanciado numa fórmula adequada, pode reclamar imposições brutais, pois resulta da crescente *interdependência* dos povos do mundo inteiro.

O reconhecimento desta interdependência, consequência das condições materiais da civilização moderna e cuja tendência é aumentar com o desenvolvimento dos meios de comunicação entre as diversas partes da Terra, conduz necessàrmente às organizações supernacionais e a adoção de regras de conduta com a definição de deveres recíprocos. Não pode deixar de ser inteligentemente feito...

Os grandes *grupos nacionais*, que além do americano se estão formando na Europa, ocidental e oriental, êste, a *forciori*, polarizado em Moscou, e os que tendem a se constituir nas outras regiões do globo, notadamente no *mundo árabe* e em torno da *Índia* ou da *China*, parecem-nos ser *preâmbulos da organização da unidade humana*. Então a *força militar* terá sua missão restrita às necessidades de *manutenção da ordem internacional*...

Não implica isto, é *preciso que se dê toda atenção a esta observação*, em abdicar das personalidades ou soberanias nacionais; mas, reclama que se admita como dever *preponderante o concurso internacional*.

Se isto não fôr realizado, por inteligência mútua e concurso voluntário, poderá, em caso de uma nova guerra, provocar imposições brutais da força. A América, com suas tradições políticas liberais, onde a *arbitragem*, o acôrdo direto, as intervenções amigáveis têm prevalecido na solução dos seus últimos conflitos; a América, que é um grupamento de nações sem as terríveis questões raciais não obstante o que se passe nos Estados Unidos, sem as intransigências religiosas e com as suas dificuldades econômicas regionais, sem as remotas heranças históricas, que dificultam a harmonização da Europa, é a região do Globo onde mais facilmente se pode dar vida e corpo a um tal mecanismo político. Mecanismo político, nela emergente desde 1890 e que hoje pode

avançar bastante no caminho da realidade prática, depois que os Estados Unidos com o segundo Roosevelt deixaram a fórmula da *política de força* e da *diplomacia do dólar*, pela do *bom vizinho*. Esta, de resto, apenas iniciada, mas já em franca prosperidade.

Do ponto de vista da guerra, é claro que nenhuma *nação americana* se poderia opor aos Estados Unidos, com esperanças de vencer, ainda que pudesse contar com o apoio franco de qualquer outra potência. É claro, também, que nenhuma poderá fazer guerra à outra desde que as demais a isso se oponham, e sem contar com recursos bélicos importados, o que lançaria logo no conflito uma multidão de interesses, podendo implicar em rompimento do equilíbrio da política mundial. A guerra, por compromisso internacional já foi eliminada dos costumes políticos nestas bandas do planeta.

Em tais condições parece não haver dúvida de que a idéia predominante na preparação bélica das nações da América deve ser a de se poderem opor vantajosamente a qualquer agressão vinda do exterior do continente.

Essa idéia leva à do preparo conjugado das suas forças para que melhor se possa aproveitar o potencial humano e material, correspondentes a cada uma.

Não bastará, portanto, haver uma organização política correspondente à idéia da *união americana*. É preciso que, no quadro geral da América, haja uma *organização militar* capaz de promover a preparação das respectivas forças bélicas e de prever as circunstâncias diversas de seu emprêgo para que se pratiquem as medidas indispensáveis à formação e ao jôgo das diversas forças.

Tudo isto é condicionado ao quadro geográfico e depende de um inteligente aproveitamento dos recursos próprios de cada país, nação ou região, conforme a importância estratégica dêsses recursos e de sua posição no globo terrestre.

A melhor solução de um tal problema só poderia resultar da atividade de um *estado-maior internacional*, ao qual incumbiria avaliar as forças do conjunto americano, estudar a sua organização, prescrever o armamento respectivo conforme as respectivas peculiaridades, as de cada um; traçar as vias de comunicação internacionais e sua respectiva organização, de modo a poderem satisfazer aos interesses da concentração e da manobra das diversas forças nacionais; projetar o melhor aproveitamento dos recursos locais, sob os aspectos econômicos e notadamente industriais em vista da guerra; e, principalmente, criar a necessária unidade de *doutrina de guerra* para o melhor rendimento do emprêgo das forças.

O êxito desta tarefa depende essencialmente do conhecimento que os americanos do norte adquiram da América Latina,

depende mais da sua capacidade de remover ou apagar as desconfianças, que dos próprios povos do sul.

A êles, que praticamente nada têm a temer, que possuem o maior cabedal de recursos da civilização moderna, jamais acumulado, e, que ainda podem em muito desenvolver, para solucionar os problemas da sociedade humana sem *sacrifícios da liberdade*, é que corresponde o maior esforço e a maior responsabilidade em semelhante tarefa.

O reconhecimento da supremacia militar dos Estados Unidos, é universal. Os cosquilhentos da América Latina não poderão deixar de admiti-la, se refletirem um pouco sobre o que significa o fato da Inglaterra ter servido de base para as forças americanas que assaltaram a fortaleza da Europa e ter subordinado ao comando americano suas próprias forças, comandadas por um autênticos herói e chefe experimentado da última guerra, como foi Montgomery.

Os orgulhos nacionais não devem servir de impecilho às soluções convenientes ao interesse comum, e, ao contrário, podem até se fazer muito úteis desde que bem se os orientem. Se forem empregados no sentido da *não abdicação das responsabilidades nacionais* e do aproveitamento das energias morais de cada povo, mais se valorizará a *força americana*. Evitar-se-á assim, que se adotem aqui contrafacções, em tentativas improfícuas de cópias de modelos inadequados, e, destarte, que se percam preciosas energias nacionais de alto valor e que têm lutado, subsistido e feito aqui obra de civilização valiosa, através de óbices cruéis e dificuldades consideráveis, como se vê, notadamente no Brasil.

Estimular-se-á a que se procure realizar um sistema industrial desenvolvido pelo aproveitamento das fontes de *energia*, de que aqui se podem dispor notadamente a *hidrelétrica*, para uma produção fabril que utilize as matérias primas nacionais fornecidas pela mineração, a exploração vegetal e a agricultura, sem prejuízo da indústria que se possa fazer pelo jôgo das trocas internacionais de certos dos nossos recursos exportáveis, por carvão de pedra de boa qualidade. Estimular-se-á o desenvolvimento dos meios de transporte o mais possível, com a utilização das *energias nacionais*, uma política corretiva dos inconvenientes da atual repartição da população no território, procurando reorganizá-lo de um modo lógico e conveniente, com a formação de centros de vida, onde melhor convenha pelo clima e por outras facilidades de viver, sem se perder de vista o interesse da comunidade americana. O *petróleo* pode muito vir ajudar-nos...

O fato de aceitar a idéia de uma *unidade militar continental*, impõe o dever de progredir mais ativamente para eliminar qual-

quer aparência de servilismo ou de inferioridade humana. Não é coragem, nem capacidade que falta por aqui, faltam máquinas, técnica agrícola, e a riqueza que elas proporcionam, fonte do bem estar geral e porta aberta a todos os progressos. Falta principalmente reconhecer isto. Nada justifica que se não dê ao potencial humano de que dispomos o máximo aproveitamento militar. É possível, mesmo provendo-o apenas de meios que podemos fabricar, com os nossos escassos recursos, convenientemente aproveitados, organizá-lo e instruí-lo de modo a poder ser dignamente empregado na defesa de nossa soberania, e da *unidade americana*, em prol da *unidade humana*.

Além do mais, é preciso não se perder de vista o papel *civilizador das forças armadas nos países em formação*, de fisionomia mutável e ainda não fixada, com um território quase todo a povoar, nos quais elas são ainda o principal vínculo prático da solidez nacional.

* * *

Estes são pensares e dizeres que fixamos há cerca de uma década passada. Valem ainda mais hoje... Mas hoje, é mistér, *pôr em linha de conta* a influência que já está exercendo a nova fonte de energia — as chamadas energias *atômica, nuclear, cósmica*!... E ver os progressos efetivamente realizados pela O.N.U., comparativamente à primeira tentativa de *Liga das Nações* no sentido da organização da *unidade humana*... O *poder destruidor* e o *raio de alcance* das armas de agora são tais que se não pode acreditar venha a eclodir um terceiro conflito mundial... É o que ensina a meditação dos fatos históricos e o exame do evoluir da civilização em seu secular, milenar, desenvolver...

Mas, até lá cumpre não desprezar outro também ensinamento histórico: *mais vale prevenir que remediar*...

Contribuir para isto é ao que visamos com esta elaboração...

Nota final — Carlos Antônio Lopes que sucedera à Francia no governo do Paraguai, antes de falecer aconselhara ao filho Francisco Solano Lopes, que iria assumir o govêrno, evitasse derimir questões com os povos vizinhos *pela espada*. Isto principalmente com o Brasil. Ele, porém, era um aturdido pelo poder e os excitementos de sua formação militar, feita na Europa em uma de suas horas críticas. Acreditava, dadas as lutas caudilhescas da Argentina cuja unidade política ainda não estava bem firmada em tórno de Buenos-Aires, e as do Uruguai, poder fazer-se o fator predominante na política do Rio da Prata.

Quando irrompe o dissídio uruguaio de 1864, e o Brasil dá apoio a Flores, Lopes intima-o a não intervir. Não atendido,

invade a Argentina, onde acreditava, poder contar com certos apoios caudilhescos, como o de Urquiza, os quais, no entanto, falham, mercê do prestígio de Mitre e da hábil política que formou a *Tríplice Aliança*.

Chefe militar de valor secundário, foi batido, não obstante a preparação militar que soubera fazer e as qualidades patrióticas e a tenacidade combativa, que muito honram seu povo. Tais aspectos, por nós atentamente considerados em *Osório, símbolo de um povo, síntese de uma época*, são minuciosamente tratados por Tasso Fragoso em *A guerra da Tríplice Aliança*.

Correntes modernas de opinião formadas no Paraguai por excitação patriótica que se compreende embora seja lastimável o processo que tem adotado, procuram apresentar Solano Lopes como uma vítima, e os desastres que o país sofreu, em virtude de suas deficiências, como uma injustiça da agressividade dos povos da Tríplice Aliança. Os que assim pensam e procuram incutir no âmbito do povo tais sentimentos, cometem erro lastimável. Deformam a verdade dos *factos históricos* de cuja justa interpretação muito depende o avanço tranqüilo para o futuro. Colocam-se fora da rota do progresso que vem forjando a *revolução industrial*, na qual um dos marcos mais interessantes é a *união americana*.

Seja como fôr, o fato mais importante a se registrar aqui é que a chamada «Guerra do Paraguai» liquidou as heranças da época colonial no Rio da Prata, tal regista Tasso Fragoso.

A conduta do Brasil ao fazer a paz, fortaleceu a existência do país mediterrâneo, como demonstram os sucessos ulteriores.

MEMÓRIA HISTÓRICA DA IGREJA DE SÃO CARLOS (*)

JORGE BALESTRINI FILHO

PREFÁCIO

Fruto de não poucos meses de pesquisas, com esta singela monografia vizamos nosso quinhão de cooperação às comemorações do 1º Centenário da cidade de São Carlos: 4 de novembro de 1956 a 4 de novembro de 1957.

Sinceros agradecimentos expressamos: a S. Excia. D. Ruy Serra, D.D. Bispo de São Carlos, que bondosamente nos franqueou os livros paroquiais e da diocese; ao Monsenhor Romeu Tortorelli e ao Monsenhor José de Aquino Pereira; à Prefeitura Municipal de São Carlos, na pessoa do Exmo. Sr. Prefeito Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão, e ex-Prefeito Sr. Antônio Massei. Lembramos o nome do ex-prefeito e saudoso Professor Luís Augusto de Oliveira.

O nosso obrigado outrossim ao Sr. José Ferrari, pela inestimável colaboração, e ao grande amigo e orientador Cônego Luís Castanho de Almeida.

Oferecemos êste modesto escrito aos nossos filhos são-carlenses: Maria Teresa e Flávio Luís.

São Carlos, Janeiro de 1957.

(*) Os fatos concernentes à fundação de S. Carlos do Pinhal, hoje sede municipal no Estado de São Paulo, apresentam um complexo de interpretações que merece ser meditado. Há aí um acervo de circunstâncias características do processo *celular da formação do estado nacional*, dignas de consideração. Há também um exemplo, não desprezível, do método a que devem ser sujeitos os critérios históricos: conforme a regra, hoje vulgar: *pas des documents, pas de histoire*.

Por tais motivos a C.D.R. decidiu incluir neste número, a *Memória Histórica da Igreja de S. Carlos* de autoria de Jorge Balestrini Filho, seguida do estudo feito por Maria Cecília B. Ferraz sobre a *S. Carlos do Pinhal*, em cujo discurrir é figura de relêvo Cincinato Braga, saudoso consócio neste Instituto. Acresce ainda que, sobre a matéria de que aqui se trata a sua Comissão de História, constituída por Feijó Bittencourt, Leão Teixeira, Canabarro Reichardt e Valentim Benício, exarou o parecer publicado, pelo *Jornal do Comércio* de 5 de julho do ano último. — C.D.R.

I

ANTECEDENTES DA CAPELA

O chão, onde pròpriamente o marco zero da cidade de São Carlos, outrora fazia parte da sesmaria do Pinhal, pertencente à família herdeira de Carlos José Botelho, primeiro povoador e desbravador (1).

Conforme a tradição, que ao estudioso de nossa história os fatos parece não desmentirem, tencionava plantar êle uma povoação por estas cercanias. Como providência inicial, reservou uma porção de terras para o patrimônio da futura capela. Reserva apenas de viva voz, que não há, com relação, papel ou documentação comprovante. Dela, contudo, fala historiador coetâneo dos fundadores de São Carlos (2). A morte roubou, a Carlos José

(1) Êste recebeu em herança de seu pai Carlos Bartolomeu de Arruda, o qual comprou as sesmarias, em 30-3-1786, de Manoel Martins dos Santos Rego. Por seu turno obteve-as Manoel Martins gratuitamente do monarca lusitano, a 6-7-1781.

(2) Dr. Eugênio Egas, em seu depoimento de 27-6-1955, apud «São Carlos do Pinhal, sua Fundação e sua História de Maria Cecília B. Ferraz, pág. 39. Alega no mesmo livro a sua autora, pág. 24, «a suposição de Jesuino ter sido um intermediário dos Arruda Botelho no caso da ereção da Capela, em vista da Carta da Sesmaria do Pinhal proibir concessões de terras da mesma para instituições religiosas». Eis o texto da própria carta de sesmaria: «e nesta datta não poderá succeder em tempo aljú pessoas Ecclesiasticas, ou Religião, e succedendo será com o encargo de pagar dizimos, ou outro qualquer que Sua Magestade lhe quizer impor de novo, e não fazendo se poderá dar a quem o denunciar, como tãobem sendo o dito Senhor Servido mandar fundar no distrito della algúa Villa o poderá fazer, ficando livre e sem encargo algú, ou pensão para o sesmeiro, e não comprehenderá esta data veeiros, ou minas de qualquer genero de metal que n'ellas se descobrir, reservando-se tãobem os Páus Reaes; e faltando a qualquer das ditas clausulas, ficará privado d'esta, por serem conforme as Ordens de Sua Magestade e ao que dispõe a Ley e o foral das Sesmarias». Ver Cincinato Braga: *Contribuição ao Estudo da História e Geografia da Cidade e Município de São Carlos do Pinhal*, Cap. III. Obra reeditada e inserta em *São Carlos do Pinhal — Sua Fundação e Sua História*. É de se observar todavia, que «pessoas Ecclesiasticas ou Religião» refere-se a sacerdotes e congregações e não à Igreja em geral. E a doação das terras do Patrimônio, no caso de São Carlos, foi feita à Igreja. Acresce que a legislação concernente a sesmarias, foi revogada pela Constituição de 1824, e leis suplementares posteriores. A ausência de documentos a respeito, e do primeiro documento de doação, cria sérios obstáculos para um juízo firme. Até 27 de julho de 1857, as terras circunjacentes, e que compreendiam o patrimônio, pertenciam a Joaquim José de Abreu Sampaio, herdadas por sua mulher de Carlos José Botelho. Nessa data adquiriu-as Jesuino José Soares conforme escritura, que se segue:

«Disemos nós abaixo assignados Joaquim José de Abreu Sampaio eminha mulher Eulalia Carolina de Meira; q entre os mais bens q possuimos livres, e desembargados, bem assim uma parte de terras q ouvemos P. legitima de

Botelho, a oportunidade de acomodar a situação (3). Não chegou a ver delineado o núcleo. Precisar a data em que as des-

nossa mai, e sógra, e bem assim uma outra parte q nos tocou em legitima de nosso sogro, e pai; daquella q ouvemos P. eransa materna tira-se ovalor de um conto derreis q. fiseomos trôca com João Fructuoso Coelho, eo restante fasemos venda ao Snr" Jesuino José Soares, e bem assim tão bem fasemos de toda aquella quantia q. nos tocou P. eransa paterna, e P. acharmos assim contratados fasemos venda ao Snr" Soares no lugar denominado Gregorio unindo-se aparte q. o Snr" Soares comprou de Carlos Bartholomeu de Arruda, como consta de uma escriptura esi P. esse lado do Gregorio já não chegar pela compra feita a Carlos, inteirar á P^a o lado dos cocaes, divisando com Ignacio José de Avila, sempre serão unidas as partes compradas a Carlos, e Meira & Paulino, e P. assim termos convencionados, lhe passamos todo o direito de propriedade q nellas temos e transferimos na pessoa do Snr" Soares toda posse, jus, edominio, e Senhorio q. em ditas terras temos, eficando nós obrigados apassar escriptura publica, em qualquer tempo q. o Snr" Soares exija, etambem ficamos obrigados afaser boa, firme, e valiosas e cuja venda fasemos pela avaliação como consta dos inventarios, digo pela quantia constante das avaliações.

P. verdade passamos a presente enq. some nos assignamos. Araraquara 27 de Julho de 1857.

Joaq^m José d'Abreu Sampaio

Eulalia Carolina de Meira.

Como testemunhas presentes João Fructuoso Coelho
Manoel Dias de Almeida
§320

Nº 30

Pg. trezentos e vinte réis.

Araraquar.^a 21 de Ag.^{to} de 1858

Ramalho

Col. Freire.»

(Autos de Divisão das Sesmarias do Pinhal — 2º Vol. de Documentos, fls. 205/206 — Cartório do 1º Officio — São Carlos).

A escriptura pública foi passada em 16 de setembro de 1857 e encontra-se registrada no Cartório do 1.º Officio de Araraquara.

Tendo sido rasurado o algarismo final da data 1857, da escriptura particular de próprio punho, e afirmando-se que a última unidade era 5 e não 7 (1855), foi o documento parar em mãos da Policia Técnica de São Paulo, para exame e parecer. Sentenciou e frisou esta, que a unidade certa era 5, sendo a data verdadeira 1855. Em que pese a honorabilidade desse órgão, a data verdadeira é 1857. E a razão é elementar. Atente-se para o trecho da escriptura supra: "tira-se ovalor de um conto derreis q fiseomos trôca com João Fructuoso Coelho». Ora, tendo sido tal troca efetuada em 27 de novembro de 1856. — segundo escriptura pública — é logicamente impossível que a escriptura, que a nomeia, seja datada de 1855.

Mas por que teria Jesuino doado terras em 1856, se elas não eram suas? A interpretação e versão dada é que Jesuino desempenhou papel de conciliador entre Joaquim José de Abreu Sampaio e seu cunhado Antônio Carlos de Arruda Botelho, então às turras. Profunda amizade e provavelmente grau de parentesco espiritual ligava a pessoa de Jesuino José Soares à família Botelho, de quem fruia confiança absoluta, merecida aliás.

Concertada a situação, na data supra, em 1858, por ocasião da segunda doação, tinha sobre elas posse juridica.

(3) Foi enterrado na matriz de Araraquara, segundo atestado de óbito: «Aos vinte e cinco de Novembro de mil oito centos e cincoenta e quatro

tinou para patrimônio da futura povoação, é bem difícil. Sem embargo, temos que a edificação do cemitério dos escravos, nos limites da sesmaria do Pinhal com a do Monjolinho, e junto ao patrimônio, obedecia a um plano consciente. Não se justifica, doutra maneira, a distância desproposita entre este cemitério e a fazenda do Pinhal aproximadamente 10 kms. Ora, já em 1851 havia o campo santo dos ingênuos (4), o que leva a crer que a existência do patrimônio antecede à época acima.

A primeira vez em que nomeada vem expressamente a existência do patrimônio, remonta a 20-12-1855. Encontra-se num registro de terras adquiridas por Jezuino José Soares. Vejamos: «Aos vinte dias do mez de Dezembro de mil oito centos e cincoenta e cinco, nesta Villa de São Bento de Araraquara, por Jezuino José Soares me foi apresentado hum titulo de terras para ser registrado cujo he do theor seguinte: Eu Jezuino José Soares abaicho assignado declaro que sou Senhor e possuidor de hum citio no lugar denominado Mello e Gregorio, Freguezia desta Villa de Araraquara com a extenção de huma legoa em quadra mais ou menos com os seguintes limites: pela testada com Antonio Estevo, e depois com João Alves de Oliveira, e depois com as terras do Patrimonio de São Carlos do Pinhal, e depois com o mesmo João

faleceu da vida presente com todos os sacramentos Carlos José Botelho de idade de cecenta e seis annos, viuvo por falecimento de sua mulher em volto em habito de Nossa Senhora do Carmo recomendado por mim e sepultado na Igreja matris, de que faço este assento.

o Vigario José Maria de Oliveira».

(Araraquara, Obitos 11, fls. 21).

O mestre Afonso de Taunay, no brasão de armas de São Carlos, cita Carlos José Botelho e Jezuino José Soares de Arruda como fundadores da cidade. Sem embargo, temos que Carlos José Botelho foi mais própria-mente patriarca da fundação, do que fundador.

(4) Em consonância com os informes do Juiz de Paz de Araraquara ao Presidente da Província: «Tenho a informar a V. Excia. que os trez Cimiterios que ha neste Destricto são os seguintes: ha um na Fazenda de Carlos José Botelho, cujo está a cargo do mesmo; ha um outro na Boa Esperança, e não está a cargo de pessoa alguma; interrão, e nem assentos fazem; um terceiro na Fazenda dos herdeiros do fallecido Amaro José do Valle. Todos são sagrados e instituidos pelos fazendeiros acima mencionados. Hé o que tenho a informar a V. Ex.cia a respeito.

Deus guarde a V. Excia por muitos annos.

Araraquara, 13 de Novembro de 1851.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Presidente desta Provincia de S. Paulo.

Antonio Pereira d'Aguiar — Escrivam de Juiz de Paz».

(Officios de Araraquara — Arquivo do Estado).

Comprovam-lhe ainda a existência três atestados de óbitos constantes dos livros da paróquia de Araraquara, publicados em data de 10-9-1955, no jornal de São Carlos *A Cidade*.

Alves de Oliveira, e depois com Ignacio José de Avila, e depois com os herdeiros do finado Carlos Botelho, sendo hum delles Joaquim de Abrêo Sampaio, e depois com o mesmo Joaquim de Abrêo Sampaio, e depois com João Baptista de Arruda por hum Portão no Ribeirão dos Coqueiros athe chegar no mencionado Antonio Estevo segundo os titulos que tenho em meu poder. São estas as declarações que offereço para o registro do dito meo Citio. Araraquara — vinte de Dezembro de mil oito centos cincoenta e cinco.

Jezuino José Soares
Joaquim Cypriano de Camargo» (5)

Observe-se: ao registrar a gleba, Jezuino deu-a fronteiraça às «Terras do Patrimônio de São Carlos do Pinhal». Até fins de dezembro, portanto, apenas o local. Os alicerces do templo não tinham sido esboçados ainda. Em contrário, no registro viria expresso o termo capela (6).

No primeiro semestre de 1856, naturalmente após elaboração do 1º documento de doação, procedeu-se ao loteamento do patrimônio. O teor desse 1º documento, assinado por Jezuino José Soares, em razão de extravio sempre permaneceu ignorado. Apurou-se somente, por intermédio de um historiador, que no mesmo constava ser de 30 alqueires a extensão do doado (7). Todavia, a leitura de trechos fragmentados pelas cartas de datas, nos possibilita com segurança uma conclusão: foi determinado o prazo de dois anos, dentro dos quais cedeu-se, graciosamente, lotes a quem quisesse fixar-se em São Carlos (8).

O interesse foi grande. Atesta-o a afluência imigratória imediata assaz intensiva. Originária parte do Sul de Minas, o grosso das vilas circunvizinhas, mormente de Araraquara, de onde São Carlos iria receber paulatinamente o elemento mais representativo, o futuro cerne de sua vida político-social.

Difícilmente se encontrará, ao tempo do império, uma cidade que se possa orgulhar de povoamento tão rápido. Antônio Carlos

(5) Paróquia de Araraquara, Livro nº 141 — Registro nº 107, fls. 45 e 46. Arquivo do Estado.

(6) No jornal *A Cidade*, de 17-1-1956. *Memórias do Escravo Felício*; sua autora tem que «a demarcação do lugar em que seria construída a futura capela teriam sido tomadas — ao que tudo indica — em fins de 1854 ou começos de 1855».

(7) Delfino da Fonseca, *Almanach Literário da Província de São Paulo*, 1863.

(8) *Cartas de Dactas*, Livro 1, cartas ns. 221, 197, 83, 24, e outras. A respeito foi publicado um artigo em *A Cidade*, em 27-8-1955: «Achea para a História de São Carlos», 11.

de Arruda Botelho, presidente da Câmara de Araraquara, ao pedir a ascensão do burgo à categoria de distrito, especificou: «suas circunstancias tanto reclamão não só por ser lugar novo como por sua crescente povoação» (9). Três meses antes, já escrevera: «e de se achar alli grande porção de habitantes» (10). Similar a informação procedente do órgão repressivo: «é de bastante necessidade a creação d'aquelle Distrito, porque lá já existem bastantes habitantes» (11).

Quando se arrancharam os pioneiros, na quase totalidade agricultores, depararam com o perímetro reservado à construção da capela. A preocupação inicial girou em torno do erguimento do edifício religioso. Sem receio de deslize, pode-se afirmar que a capela foi coetânea das primeiras casas, surgidas de afogadilho pelos flancos moderados da colina, até as águas do Gregorio. Levantadas da noite para o dia, só podiam ser de pau-a-pique e sapé, ou palha de indaiá.

(9 — 10 — 11) Offícios de Araraquara, Arquivo do Estado.

II

1° — A CAPELA

A par do significado religioso, o termo capela, na quadra do império, emprestava seu nome à região, à porção de terras e casas onde se alçava, mormente se êsse local não conquistara ainda forma jurídica. Mesmo quando distrito, a referência comum ao povoado, em questão, era a de Capela de São Carlos do Pinhal.

Mercê do espírito piedoso do brasileiro de antanho, sempre foi contemporânea do núcleo humano que, em qualquer recanto, se esboçasse. E êste, já de nascimento, ensaiava os primeiros passos de independência com relação à vila. Principiava a bastar-se espiritualmente. Pelo menos cessava a locomoção dos seus habitantes para outros centros, a que os movia a desobriga religiosa. E quando freguesia, podia permanentemente ser provida de sacerdote. Tão fundamental a importância da capela, que a sua bênção significava a data natalícia do povoado. Pelo artigo 5º da Constituição, a religião católica era a oficial do império. Por esta razão, já igualmente porque os nossos maiores tinham como axiomática que do Criador emana tôda a autoridade — *omnis potestas a Deo* —, atos de gravidade e importância transcendentais, na ordem civil; qualificação de votantes, eleições, se verificavam no seio da capela.

Em começos de 1856, providências entraram a se concretizar para levar a efeito a «domus Dei». Conta Cincinato Braga, por informação dos próprios fundadores (1):

«João Baptista de Arruda foi o incumbido de recolher os donativos com que os povos do lugar e êsses herdeiros quisessem concorrer para a edificação de uma capela, — o bioplasma da vida orgânica de tôdas as grandes cidades do Brasil: — honraria

(1) Conforme carta de Cincinato Braga, endossada pelo 10º Tabelionato de Notas de Aladino Neves, do Rio de Janeiro: «Ao escrever o meu trabalho ainda eram vivas as testemunhas da fundação, e tôdas elas, sem discrepância, concordaram e nem podia ser de outra forma, que meu relato era a expressão da verdade. Naturalmente o Conde do Pinhal e seus irmãos tiveram co-laboradores, entre os quais Jesuino Soares de Arruda, mas dêles foi a iniciativa

que aos modestos, mas poéticos recintos de celebração do culto católico, vão já usurpando as profanas estações das estradas de ferro.

O local preferido era a bela esplanada das alturas do atual largo de S. Sebastião. Sobreveio, porém, um obstáculo que não pôde ser vencido. João Alves de Oliveira, proprietário da Sesmaria do Monjolinho era adverso à fundação do povoado. Dizia «que já de Minas se tinha retirado por dissensões de arraial, cujas proximidades habitara; que as povoações próximas das fazendas eram nocivas aos interesses do fazendeiro, distraíam e pervertiam os escravos», etc. Todavia, não se opunha afinal, a que a capela fôsse erigida ao sul, onde está hoje a cidade, além da atual Vila Isabel, no último planalto campestre que a linha-férrea atravessa antes de chegar à estação de S. Carlos. Assim se afastaria mais do seu estabelecimento agrícola (Fazenda Velha, a que já aludimos), o núcleo de população premeditado.

Os outros (2) persistiram no primitivo intento.

Autoritário, voluntarioso, João Alves por sua vez não cedeu na pendência. Capricho por capricho, foi resolvida a criação da capela nas terras da Sesmaria do Pinhal; mas no ponto que mais se aproximava do local primitivamente lembrado» (3).

de converter em realidade a fundação da Vila». Trecho da carta dirigida a Maria Cecília B. Ferraz, e inserida em seu livro *São Carlos do Pinhal — sua Fundação e sua História*, pág. 37. No sentido de anular ou diminuir o depoimento da mesma, aventou-se que Cincinato Braga, então com 88 anos, já não possuía robustez de raciocínio. O argumento não é convincente e põe em cheque a idoneidade do 10º Tabelionato. Além do que é de se crer que em 1893, Cincinato Braga — inimigo político dos Botelhos — estava em pleno uso de suas faculdades. Quase 60 anos passados e sua linha de conduta quedou-se idêntica.

(2) Esse «outros» se traduz por «Botelhos». O Largo de São Sebastião situava-se onde está hoje o Instituto de Educação Dr. Alvaro Guião. O motivo condutor da atitude de João Alves de Oliveira não terá sido o mesmo que moveu aos Botelhos, na construção da capela e povoado, procurar os limites da sesmaria?

(3) Apud *Contribuição ao Estudo de História...*, pág. 73. Desta leitura se infere que Jesuino José Soares foi apenas um intérprete da vontade dos demais. Aceitasse João Alves de Oliveira a ereção da capela em seus domínios, doasse as terras que não seria também considerado o fundador de São Carlos. Não foi Jesuino José Soares quem escolheu o local, nem o diocesano, mas os que planejaram, os que se puseram à testa e tinham autoridade. No caso os Botelhos. Primeiro nas terras do Monjolinho, por fim nos limites entre estas e o Pinhal. Jesuino José Soares foi um cooperador que, ao tempo da fundação, era considerado sensatamente em consonância com esse seu papel na obra. Estavam vivos os fundadores. De conhecimento comum era, e a ninguém causava espécie, o nome de Jesuino José Soares nos papéis oficiais, atribuindo-se a glória de fundadores de São Carlos, a quem de direito. Razão por que pacíficos e objetivos os depoimentos dos historiadores: de Delfino da Fonseca, em seu *Almanaque Literário da Província de S. Paulo*

Entre as sesmarias do Monjolinho e do Pinhal, mas em chão desta, demarcaram e limparam o terreno para os fundamentos precisos.

A êsse tempo iam chegando os primeiros povoadores. Atraíram-nos os lotes concedidos com a só condição de se radicarem (4).

Naturalmente, na medida do possível, cada qual entregou o seu quinhão a João Batista, coordenador e centralizador dos donativos destinados ao prosseguimento da obra. Entre todos sobressai a grande soma de colaboração inicial dos Botelhos, de Jesuino José Soares. Dos Botelhos, cabeças do movimento da fundação, cuidando converter em realidade a intenção paterna, escolhendo o local, dando nome a êsse local, supervisionando os trabalhos, e, posteriormente doando a imagem de São Carlos Borromeu, padroeiro da capela. A boa vontade de Jesuino José Soares que doara antes o solo, e cuja piedade o moveu a oferecer boa mão na execução do templo: «Foi a Piracicaba e de lá trouxe

(1863), cuja pág. 143 informa: «O povoado teve como fundadores os herdeiros de Carlos José Botelho, que tivera a idéia de fundá-lo, o que não o fez por ter falecido em 1854. Seus herdeiros, então proprietários da «Sesmaria do Pinhal», auxiliados por Jesuino José Soares, condômino da mesma Sesmaria, puseram em execução a idéia paterna, tendo dado Jesuino trinta alqueires de terras para o patrimônio da Capela, que foi erigida em 1857». No *Dicionário Geográfico do Brasil*, diz Moreira Pinto: «São Carlos — Essa povoação foi fundada em 1857 por iniciativa da família Botelho, concorrendo também para a sua fundação Jesuino José Soares de Arruda». Adolfo Augusto Pinto em seu *Relatório da Província de S. Paulo* (1888), pág. 485, confirma: «São Carlos — A povoação foi fundada em 1857 em terrenos da Sesmaria chamada do Pinhal, pertencente aos herdeiros de Carlos José Botelho, por iniciativa dêstes, concorrendo também Jesuino Soares de Arruda». Esclarece Eugênio Egas, há pouco falecido: «A cidade de S. Carlos foi fundada em 1857 em terrenos da Sesmaria chamada do Pinhal, pertencente aos herdeiros de Carlos José Botelho, por iniciativa dêstes, concorrendo também para a sua fundação Jesuino José Soares de Arruda, com a doação que fez de 7.260 acres de terras para o respectivo patrimônio», ver *Os Municípios Paulistas*, vol. II, pág. 1.797. Depoimentos de Canuto Thormann, Cincinato Braga e de outros poderíamos arrolar. Todos unânimes. Mas tal descuido iria custar caro aos cérebros da fundação. Voaram os anos. Mortas as testemunhas oculares ou diretas da fundação, começa fulgir o nome de Jesuino José Soares, exclusivo nos documentos. E, processo interessante, abstraindo as asserções dos referidos historiadores (argumento: bajulação, transcrição servil), transferem, atribuem alguns simplesmente a Jesuino José Soares a parte do leão. A pobreza dêste, o seu ofício humilde recomenda-o mais ao sentimentalismo popular, afeito ordinariamente talvez por solidariedade de estado, a cerrar fileiras ao lado do menos protegido contra o em posição alta. Desconcertante imprevisão histórica a dos Botelhos!

(4) «De 1856, época da 1ª doação, até 1858, espaço de dois anos, o terreno do patrimônio, dividido em datas, foi dado gratuitamente a quem quisesse morar e se fixar em ou povoar São Carlos». (Apud o jornal *A Cidade*: «Achega para a história de São Carlos», artigos publicados a 27-8-1955 e 3-11-1955). A posse do terreno custava apenas o selo — 200 réis — obrigatório na «Carta de dacta».

os lavradores de madeira Joaquim Xavier, Manuel Antônio, Domingos da Silva e João Xavier, que, à custa exclusiva de Jesuino de Arruda, lavraram das matas da fazenda «Melo» toda a madeira precisa para a capela de S. Carlos» (5). Para serviços de carpintaria trouxe de Piracicaba «um tal Cazuzu» que, pouco depois, faleceu. Joaquim José de Abreu Sampaio mandou, por seus escravos, barrear a capela. E os irmãos Pedroso, de São João do Rio Claro, se incumbiram dos remates. O hospitaleiro Ignacinho (6), homem prestativo, como sói com a nossa gente do sertão, prontificou-se gentilmente a uma ajuda, que o coloca em relêvo entre os moradores: ofertou as telhas, e, a título gracioso, tomou a seu cargo o carroto da madeira preparada na fazenda Melo (7).

E as obras foram avultando. Tanto que, em julho de 1856, estava já propriamente delineada a capela. O documento que, mais remoto, se lhe refere, traz data de 1 de agosto desse ano. É a carta de data seguinte: «Pella presente consedo ao Snr Antonio Manoel do Nascimento, huma dacta de terreno no patrimonio desta Villa, com oito braças de frente evinte de fundo, cituada no pateo da Igreja Matriz dividindo pello lado direito com o oitom dem.a caza epello lado esquerdo com terrenos de Manoel José Soares Palhares, sendo esta conseção feita gratis por estar dentro do praso para isso permitido sua doação feita ao respectivo patrimonio Sm Carlos do Pinhal 1º de Agosto de 1856. Antonio Carlos d'Arruda Botelho. Nº 5. r.s 200 Pg dusentos reis pr d'

(5) Amadeu Amaral no *Correio de S. Carlos*, em 22-8-1908. Nesse artigo diz ainda que, após obtenção da licença episcopal, «Jesuino Arruda não mais abandonou a sua obra». A crer nessa informação, há um engano. As providências de Jesuino José Soares precederam o pedido de ereção da capela. No mesmo, pouco além, continua: «Pronta esta, com grande satisfação dos seus fundadores — Jesuino de Arruda e sua mulher — espiritos verdadeiramente crentes, dessa crença sincera daqueles tempos, e que se impunha ao respeito de todos pelo seu fervor e desprendimento — os fundadores de São Carlos mandaram ao Rio o seu genro Justino Corrêa de Freitas, com, a incumbência de trazer um padre à nova freguesia. Justino trouxe então o padre Joaquim Botelho da Fonseca, português, e a êsse tempo com pouco mais de vinte anos de idade». A verdade é que a capela foi benzida a 27-12-857 e o padre Joaquim B. da Fonseca só chegou a São Carlos em novembro de 1860. Sobre a vinda desse sacerdote Jesuino José Soares não teve influência. Interessada na dotação de um padre para São Carlos, foi de fato a Câmara de Araraquara. Por essa época o padre Joaquim tinha aproximadamente 28 anos.

(6) Ignacio Mineiro, Ignacio de Avila ou Ignacio José de Avila.

(7) Amadeu Amaral no mesmo artigo, inserido numa separata da *História da fundação de São Carlos*: «Quem foi o verdadeiro fundador da cidade de São Carlos?», de Assis Cintra. Ao que parece, a separata apenas veio a lume.

sello adhesivo S Carlos do Pinhal 28 de Abril de 1871. O Agente Pacheco:» (8).

Até aí o bispado paulista ignorava a existência dos trabalhos da capela. O motivo também é que nenhuma providência se verificara no sentido de objetivar a autorização obrigatória.

E dentro dessa rotina meses se consumiram. Decidido só o foi, quando julgaram amadurecida a obra.

Assim é que a 23 de outubro, em Araraquara, foi elaborado o ofício solicitando faculdade para ereção do templo, há muito em andamento (9). Como consequência normal, traz a assinatura de Jezuino José Soares que, no ano transato, firmara a doação das terras patrimoniais.

Por essa época residia êle em Piracicaba. Pronto o documento, ficou a sua espera tempo mais ou menos longo, porquanto apenas em fins de janeiro seguinte é que deu entrada na Cúria de São Paulo. Eis o teor:

«Esselentissimo e Reverendissimo Senhor = Dizem os abaixo assignados Jezuino José Soares e sua mulher Maria Jertrudes de Arruda moradores na freguezia de Araraquara, que sendo-lhes sumamente difficil a recepção do Santissimo Sacramento da Egreja em rasão da distancia em que rezidem os Suplicantes da sua Mathris, por isso dezejam erigir huma Capella com a ino-vação (10) de São Carlos afim de terem mais perto de sua habita-ções o Santissimo Sacramento para cujo fim já fizeram a doação do Patrimonio como consta do titullo que junto offerecem a con-cideração de Vossa Exelencia. E aszim pedem os mesmos supli-cantes licença para benzerem hum Cimiterio no lugar da mencio-nada Capella, pelo que pedem = A vossa Esselentissima Reveren-dissima se digne mandar deszignar o lugar em que deve cer erecta dita Capella e benszerse o Cemiterio = E' resseberão merçe = Jezuino Jose Soares = Arrogo da Suplicante Dona Maria Jertrudes de Arruda João Baptista de Arruda =». Até aí a petição. Con-tinua no Tombo de Araraquara: «Passe na forma requerida São Paulo trinta e hun de Janeiro de mil oito centos e cincoenta e sete = Por comição de sua Esselencia Reverendissima = Coutinho = Numero desoito = des mil reis = Pagou des mil reis São Paulo nove de Fevereiro de mil oito centos e cincoenta e sete = Dão An-tonio Joaquim de Mello por merce de Deos e da Santa se Aposto-lica Bispo de São Paulo do Concelho de Sua Magestade o Im-

(8) *Cartas de Dactas*, Livro I, carta nº 221. A respeito, exarado um artigo em *A Cidade*, a 27-8-1955.

(9) Desde o 1º semestré dêsse ano.

(10) Leia-se: invocação.

perador e de cetra (11). Aos que esta Nossa Provisão virem Saude e Benção em o Senhor Fasemos saber, que atendendo nós ao que por sua petição nos representarão Jezuino Jose Soares e sua mulher Maria Jertrudes de Arruda moradores na freguezia de Araraquara. Havemos por bem pela prezente concedermos faculdade para que possa erigir edificar uma Capella com a invocação de São Carlos. Contanto que seja em lugar decente desviado quanto possa cer de lugares immundo e soldidos, e de cazas particulares; não sendo porem em lugar ermo, e despovoado e que na dita Capella tenha ambito para poderem andarem Procições. Esta sera appresentada ao Muito Reverendo Vigario da Vara, e registrada no livro do tombo da Mathris, e na dita Capella não se podera celebrar sem licença. Dada em Acamara Episcopal de São Paulo sob o sello das Nossas Armas e signal do Nosso Muito Reverendo Doutor Vigario Geral aos quatro de Fevereiro de mil oito centos e cincoenta e sete Eu o Padre Antonio Augusto de Araujo Monis Escrivão da Camara Episcopal o subscrevy = Anacleto Jose Ribeiro Coutinho = Chancelaria oito mil reis = Sello setenta e cinco = Desta dous mil reis = Registo seiscentos e quarenta reis = Estava o Sello das Armas, e rubrica de Coutinho = Registado no Livro competente. São Paulo nove de Fevereiro de mil oito centos e cincoenta e sete Coutinho = Provisão de Ereção e fundação de uma Capella com a denominação de São Carlos no Distrito da Freguezia de Araraquara = para Vossa Eselencia ver e assignar. Nada mais constava da dita provizão que bem e fielmente a copiei Eu Jose Domingues da Silva Escrivão do Juizo Ecclesiastico a escrevy

O Vigario da Vara Joaquim Cypriano de Camargo» (12)

Protocolado em 31-1-1857, logo ao 4 seguinte veio o despacho exarado nos termos de praxe, e, como era de se esperar — favorável.

Um «memento» se impõe: Jezuino José Soares rogou conjuntamente a ereção da capela e a licença para a bênção de um cemitério na mencionada capela, isto é, ao lado. A provisão em foco refere-se apenas à capela. A permissão para benzer o cemitério, o bispo expediu-a independentemente. Embora não tenha havido ainda referência textual, de ambas, todavia, se inteirou a Câmara de Araraquara, no transcorrer da sessão ordinária de 21-4-1857. «O senr. Presidente apresentou a Câmara hum despacho do Exm.o Bispo, provizão e licença p.a se benzer ali hum Semiterio» (13).

(11) e de cetra = et coetera, etc.

(12) Paróquia de São Bento de Araraquara, Tombo 1, fl. 9.

(13) Araraquara, Actas da Câmara, Livro 6, fl. 169.

Nos derradeiros de agosto, ou provavelmente nos começos de setembro, entenderam que a capela já estava em condições de ser franqueada. Os irmãos Pedroso já se haviam retirado, levando boa parcela dos oitocentos mil réis, preço líquido da mesma. Sem embargo ia longe a última demão. Telhavãs ainda a capela-mor e a sacristia, revelava por cima uma pobreza verdadeiramente franciscana em ornamentos, vasos e alfaias.

Antônio Carlos de Arruda Botelho oficiou então à cúria paulopolitana solicitando a bênção do templo. A aquiescência, firmada por D. Antônio Joaquim de Mello, data de 5-10-1857:

«Prov.am de Visita e benção, e celebração dos Officios Divinos na Capella de São Carlos do Pinhal, no municipio da Villa d'Araraquara.

Dom Antonio Joaq.m de Mello, p.r m.cê de Deos e da Santa Se Apostolica Bispo de São Paulo, e do Conselho de Sua Magestade o Imperador. Aos que esta Nossa Provizão virem saude e benção em o Senhor. Fazemos saber, que attendendo Nós ao que p.r sua Petição nós representa Antonio Carlos d'Arruda Botelho, rezid.e no municipio da Villa d'Araraquara, deste Bis-pado: Havemos p.r bem pela prezente conceder faculd.e ao res-pectivo Parocho p.a vizitar a nova Capella de São Carlos, erecta no municipio da referida Villa, e achando=a decente abenza na forma do Ritual Romano; o que feito, concedemos que na m.ma se possa celebrar o Santo Sacrificio da Missa e os dem.s Officios Divino, tendo todos Paramentos e o m.s necessario. Esta será registrada no Livro do Tombo da Matriz p.a á todo tempo constar. Dada em a Camara Episcopal de São Paulo Sob o Sello das Nossas Armas e o Signal do Nosso M.to R.do D.or Pro-vizor e Vigr.o Geral aos 5 de Outubro de 1857. = E eu o Padre Antonio Augusto d'Araujo Muniz, Escrivão da Camara Epis-copal, a escrevi = Anacleto Jozê Ribr.o Coutinho... 3\$200» (14).

Três meses antes, a 6 de julho, São Carlos tinha recebido sua primeira forma jurídica, sendo alçada à categoria de Distrito de Paz. Vejamos:

«Copia da 2ª Secção. O vice Presidente da Provincia, atten-dendo a representação da Camara Municipal da Villa de Arara-

(14) Cúria de São Paulo, Livro 35 da Chancelaria e Registos. Localização 1.1.29 — fl. 40 v. Estamos em desacôrdo com Assis Cintra que escreveu à pág. 19 de sua separata: «E quem providenciou para essas sole-nidades? Foi Jesuino José Soares de Arruda.

A respeito dessa separata, uma observação: Assis Cintra foi original; ao envez de interpretar os três documentos (petição, provisão, 2ª doação), dando-lhes o devido lugar e importância na história de São Carlos, subordinou simplesmente a história aos três documentos.

quara a cerca da necessidade de ser elevado a Districto de Paz a Capella de São Carlos no districto da mesma Villa, em attenção a distancia em que d'ella se acha, e conter cidadãos aptos para os empregos publicos, resolve, usando da attribuição conferida pela Lei Provincial n. 20 de 27 de Fevereiro de 1836 crear na referida Capella um Districto de Paz cujas divisas serão as seguintes: Começando na barra que fas o ribeirão Guariroba no rio Mogi, subindo pelo mesmo Guariroba até a sua cabeceira, e d'ahi pela estrada que vai a fazenda de Jose Rodrigues Lima, e d'ahi pela estrada que vai a morada de Manoel Joaquim da Silveira e subindo pela agoa das araras, e por esta abaixo até a barra e d'ahi pelo caminho que segue da Fazenda de Ignacio Elias para a do fallecido Estanislao José Antunes, e d'ahi pelo ribeirão do Chibarro abaixo até a barra d'agoa do Limoeiro, e subindo por este até a sua cabeceira, e d'ahi pelo caminho que segue da fazenda de Antonio Ferras de Camargo até a do Corrente, e d'ahi pela estrada que segue para Brotas até suas divisas. Palacio do Governo de S. Paulo 6 de Julho de 1857. Conforme — João Carlos da S.a Telles — Secretr.o da Prov.a» (15).

Idênticas às eclesiasticas, no ano posterior, essas divisas não sofreram alteração quando da predicação do distrito à freguesia, nem em 1865 de freguesia à vila.

Não obstante a provisão em mãos do petiçãoário desde meados de outubro, somente em fins de dezembro é que tiveram lugar as solenidades da bênção (16).

* * *

Bastante evocativo aquêlê histórico dia de dezembro, quando o venerando busto de São Carlos Borromeu foi descido do oratório lavrado em madeira.

A gente do Pinhal aglomerando-se piedosamente em redor da porta, que do oratório, à esquerda da Casa Grande, se abre para o pátêo da fazenda.

A velha imagem, destronada do seu altar, onde reinara quartel de século, ia agora rumo ao nascente burgo que lhe adotara o nome. Recebeu-a em partilha, do testamento do extinto Carlos José Botelho, o primogênito Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho e a tinha cedido em definitivo aos recém-erguido templo. Depositado sôbre improvisado andor, sopesando-lhe nos ombros as varas, lá partiram os irmãos Botelhos demandando o mal des-

(15) Officios de Araraquara, Arquivo do Estado.

(16) Quiçá porque Antônio Carlos de Arruda Botelho, residente na fazenda do Pinhal, esperasse, para convidar o pároco — visando a bênção da capela, — as reuniões trimestrais da Câmara de Araraquara, a realizarem-se em dezembro.

perto lugarejo, sonho concreto do Botelhão. Seguiam-nos, como sói nessas ocasiões, os componentes da fazenda.

Dura caminhada que sòmente a fé alentou! E senão uma fé sem mácula, que outro motivo tangeria essas criaturas a vencer passo a passo, pés descalços, êsses longos quilômetros de chão áspero!

Bendita crença, bendito sacrificio que iria atrair, fecundas, as bênçãos divinas!

* * *

No dia 27 de dezembro (17), domingo de manhã, o então vigário de Araraquara, Padre Joaquim Cypriano de Camargo, em companhia do padre José Maria de Oliveira, procedeu às orações litúrgicas da bênção da capela. A seguir o Padre Cypriano celebrou ali a primeira missa, com assistência integral dos moradores. Findo o sacrificio incruento, o padre batizou 11 crianças, filhos de livres, enquanto o Padre José Maria ajudou batizando apenas uma. Permaneceu aquêlê ainda algum tempo, certamente hospedado em casa de Antônio Carlos de Arruda Botelho, na ocasião já terminada. E no dia seguinte abriu as portas do céu a mais um livre. Prosseguiu um dia ainda molhando, na pia baptismal, as cabeças de êbano de dois rebentos de ingênuos.

Eis os 1.^{os} atestados de batismo de livres e de escravos:

«Aos vinte e sete dias do mes de Dezembro de mil e oito centos e sincoenta e sete annos nesta Igreja de S. Carlos do Pinhal foi baptizada pelo Rd.o Joze Maria d'Oliveira, Rita, filha natural de Maria Roza Caetana, nascida no dia vinte e nove de Outubro do dito anno: forão padrinhos = Fermino Joze Ferraz,

(17) O livro GM, da Cúria paulistana, diz o seguinte: «A capella q. servio de nucleo à povoação teve Prov.m e erecção em 4 de Fever.o de 1857, e a de benção em 5 de 8br.o, sendo celebrada a 1.^a missa na mesma, depois de benta, em 29 de 10br.o de referido anno de 1857 pelo P.e J.m Cypriano de Camg.o então Vigr^o de Araraquara, de cujo territorio foi desmembrado o desta Parochia. A denominação desta Parochia vem de ter sido edificada a Igreja ou Capella na sesmaria do Pinhal, pertencente a familia Botelho». Causa reparo o fato de consignar o livro de batizados de São Carlos que no dia 27 e 28 houve batizados. Cremos que a bênção da capela precedeu a celebração do sacramento. Repousa em equívoco a data de 29, sendo 27 a certa. Outro particular, aparentemente insignificante mas que corrobora conosco, é que o dia 27 de dezembro de 1857 caiu num domingo. Mais viável, portanto, que as solenidades da bênção coincidissem num domingo, já por motivo do seu esplendor e gravidade, já porque, — mandamento da Igreja, — a presença de todos os católicos da região implicava em obrigação. Ouçamos Cincinato Braga: «a 27 de dezembro celebrou-se no lugar a primeira missa, por ocasião de benzer-se a capela pelo então vigário de Araraquara, padre Joaquim Cypriano de Camargo».

e sua mulher Izabel Maria Caetana Hoje 4 de = 9br.o de 60 Parocho Joaquim Botelho da Fonseca» (18).

«Aos vinte e nove dias do mes de Dezembro de mil e oito centos e sincoenta e sete annos nesta Igreja de S. Carlos do Pinhal Joaquim Cipriano de Camargo Vigario da Vara baptizou solememente a Joaquina nascida no dia vinte e nove do dito anno, e filha legitima de Diogo e Zeferina, escravos de Paulino Carlos d'Arruda Botelho: padrinhos = Antonio, e Maria, escravos de João Baptista de Arruda. Fis este, que assigno. S. Carlos do Pinhal = 26 = de Dezembro de = 1860 =

O Parocho = Joaquim Botelho da Fonseca» (19).

* * *

No alvorecer de 1858, às 9 horas do dia 17 de janeiro, a capela se agitou com os trabalhos de qualificação dos regionais. Em seu recinto, de harmonia com a lei imperial, presidiu a reunião o 1º juiz do distrito, Paulino Carlos de Arruda Botelho (20). Foram arrolados 210 maiores, distribuídos em 7 quarteirões, a saber: 16 solteiros, 2 viuvos, 1 de estado ignorado, e os demais casados. Se considerarmos a densidade familiar compreendendo em média 5 pessoas, teremos um total para além de 970 almas, população aproximada do distrito. Por aí se vê claramente que o povoamento se desenvolveu num ritmo de admirar.

Benzida a capela, facultada em diante às cerimônias do culto, não contou logo com sacerdote que lhe ficasse à testa. Em dependência da paróquia de onde, uma vez em cada mês testemunhava a visita do seu vigário, permaneceu por quase três anos. Lá mais raramente, e de afogadilho, algum padre efetuava pelas fazendas e sítios do distrito: casamentos, batizados e encomendações. Desta situação, em carta ao Presidente da Província, dava conta o padre Joaquim Cypriano de Camargo: Ill.mo e Ex.mo Snr. Em virtude da circular de V. Ex.a datada de 7 de dezembro p.p. junto envio o mappa do movimento da população desta Villa, declarando a V. Ex.a com a precisa exatidão, por esta Freguesia d'uma extensão de mais de setenta legoas, onde há diversos cemitérios pelas Fazendas, e os Padres que por ella passam, faser baptizados e casamentos sem q. disto dêem parte ao respectivo parocho para faser os lançamentos nos competentes Livros. Deus guarde a V. Ex.a como a Provincia é mister.

(18) São Carlos, Baptizados Livro I, fl. 3.

(19) Idem, fl. 70.

(20) Paulino Carlos de Arruda Botelho foi designado 1º Juiz de Paz nas eleições locais de 7 de setembro de 1857. Tomou posse em 7-10-57.

Villa d'Araraquara 1º de Janrº de 1858. Ill.mo e Ex.mo Snr. Presidente d'esta Provincia. Joaquim Cypriano de Camargo» (21).

Com presbítero, em caráter de estabilidade, sòmente no desmaiar de 1860 a capela seria favorecida.

* * *

Nem oito meses eram passados da elevação de São Carlos a Distrito de Paz, e os radicados já cogitavam guindá-la à freguesia. Nesse sentido oficiaram à câmara araraquarense. Subcreveu o pedido a parte mais representativa. A 2 de fevereiro reuniu-se extraordinariamente o legislativo para considerar o memorando. «Leu-se huma representação dos habitantes da Capella de São Carlos do Pinhal pedindo que esta Camara conjunta que representasse ao Exmo. Governo pedindo a elevação da Capella de São Carlos do Pinhal a cathegoria de Freguezia, o que foi approvedo» (22).

(21) Offícios de Araraquara, Arquivo do Estado.

(22) Araraquara, Actas da Câmara Livro 6, fl. 196.

2 — OS CEMITÉRIOS

De que se tem notícia, o cemitério mais antigo na sesmaria do Pinhal é, na ordem cronológica, aquêle que se situava nas proximidades da biquinha, quiçá onde demora hoje o Palácio Episcopal. Criou-o Carlos José Botelho com o objetivo de servir aos seus escravos. E de fato, os três únicos assentos a respeito, extraídos do 1º Livro de Óbitos de Araraquara, referem-se a cativos do Pinhal.

Este cemitério, tal os outros normalmente, era sagrado. Sua existência antecede ao ano de 1851, segundo se tira de um ofício do Juiz de Paz de Araraquara. À guisa de ilustração, transcrevemos um assento de 1853:

«Aos seis de Maio de mil oito centos ecincoenta e tres faleceu da vida presente Manoel de idade de trinta annos mais ou menos, casado com Rosa, escravo de Carlos José Botelho, sem sacramentos por não dar tempo, recomendado por mim e sepultado no Cemiterio do Pinhal, de que faço este assento.

O Vigario José Maria de Oliveira» (1)

Praticamente deixou de ser usado quando, em 1857, a Câmara de Araraquara mandou oficialmente se preparasse outro local para servir de cemitério ao povoado, tanto a livres como escravos.

Há margem, todavia, para uma interrogativa: os mortos, no espaço de tempo entre a imigração inicial e a construção do cemitério oficial, onde eram enterrados? O assunto, se nos antolha, já foi tratado com certa amplitude:

«As ossadas humanas, que se toparam no subsolo do adro da velha Sé (2), no transcorrer das escavações para os fundamentos e aplainamento da moderna catedral, corroboram que se tome, à letra, os têrmos da petição: «licença para benzerem hum Cimiterio no lugar da mencionada Capella» (3). O primeiro ce-

(1) Araraquara, Óbitos Livro 1, fl. 4. Foram publicados em *A Cidade*, a 10-9-1955.

(2) Não nos referimos aos enterrados dentro da igreja.

(3) Araraquara, Tombo I, fl. 9.

mitério, nas terras doadas, situava-se ao lado do templo. Teve efêmera duração, prestando-se à transição ou emergência. Diminuto o número dos aí sepultados. Surgido à revelia ou desconhecido pelas autoridades de Araraquara, ignoraram-nos estas quando da abertura do cemitério, onde hoje se localiza a igreja de São Benedito» (4). Embora o costume bem generalizado de se formar o cemitério no adro da capela, a atitude da Câmara de Araraquara quem sabe se prendesse à medida de prevenção contra surtos epidêmicos, que periodicamente vinham assolando a região.

A seu respeito não consta nenhuma cerimônia religiosa. Deve, entretanto, ter havido que a maior preocupação dos antigos era sepultura em sagrado (5). Na verdade seria mesmo vã a procura de um sinal de sua existência, nos livros de óbitos de Araraquara. Mas, convém notar: os falecimentos eram consignados nos livros quando o vigário, o coadjutor presidisse a encomendação, ou um sacerdote que posteriormente científicasse o pároco, para o devido assentamento. Aliás, não causa reparo. Os padres sempre em número insuficiente, o tempo escasso em cotêjo com as enormes distâncias. E pondere-se que a condução mais ligeira era tão o lombo do animal (6). Este cemitério igualmente entrou em abandono a partir de 21-4-857. Quicá, entre os que aí foram dormir o último sono, se encontrasse Cazuza, o carapina aqui trazido para a construção da capela, chumbado prematuramente pela maleita.

Quando, aos quatro de fevereiro, D. Antônio Joaquim de Mello despachou em abono à petição de Jezuino José Soares, fê-lo em duas provisões. A concernente ao cemitério, que se saiba, ninguém a referiu na íntegra até o momento. Como dissemos, o legislativo de Araraquara teve ciência das provisões e tomou concomitantemente as providências iniciais:

«O senr. Presidente apresentou a Camara hum despacho do Exm^o Bispo, provizão e licença para erecção d'huma Capella com a invocação de São Carlos e licença pa. se benzer ali hum Semiterio, tendo posto em discussão, a Camara deliberou se ordenasse ao arruador da mesma Capella pa. este tirar o arruamento da primeira rua q. passa por de traz da Igreja, e seguindo de Norte a Sul, depois de passar dous Qualteirões com as larguras

(4) Em *A Cidade*, 18-2-1955, está: «se não erro havia uma lei provincial que proibia a edificação do cemitério no adro da matriz». Na verdade não existia lei provincial a respeito, e creio que nem municipal.

(5) Fora dele, ou em lugar em separado, eram sepultados os excomulgados, os hereges, os pecadores públicos, criminosos impenitentes e os pagãos. O cemitério de Pirapora, às margens do Tietê, pode figurar como exemplo.

(6) Ver *A Cidade*: «Acheia para a história de São Carlos», de 18 de fevereiro de 1956.

das competentes ruas, e no terceiro Qualteirão alinhe pa. o lado direito pa. ali ser feito hum Semitério; e q. a mesma Camara officiasse a Manoel Rodrigues Palhares pedindo a este que se incumba de convocar os habitantes daquelle lugar para limparem e cercarem o lugar designado pelo arruador afim do Parocho benzer, e servir de Semiterio, o q. foi aprovado» (7).

O Tombo de Araraquara nenhuma informação nos oferece tangente à bênção dêsse cemitério. Talvez fôsse benzido por ocasião do primeiro sepultamento.

Outra dificuldade reside em conhecer qual o primeiro enterrado. Os óbitos da paróquia de São Carlos principiam em fins de 1860. Nesse intervalo, quatro anos incompletos, muito provavelmente houve algum passamento. Embalde respigamos nos óbitos da paróquia de S. Bento de Araraquara: inexistente referência de sepultamento no cemitério em questão. A nosso ver, há ou houve livro em que se fazia anotação à parte.

Sem embargo a carência de documentos de óbitos, transcrevemos o primeiro assentamento, consoante a ordem cronológica do livro de óbitos de São Carlos:

«Aos quatorze dias do mes de Novembro de mil e oito centos e sessenta annos nesta freguezia de S. Carlos do Pinhal falleceo o innocente = Antonio, tendo d'idade oito annos, e filho legitimo de João Luis Barboza, e sua mulher Antonia Maria da Conceição; seu corpo foi sepultado d'entro do Semiterio d'esta freguezia. Fis este, que assigno. Era = ut supra.

O Parocho Joaquim Botelho da Fonseca» (8).

Essas falhas far-se-iam necessariamente sentir mais tarde. Não é admirar, portanto, não obstante trinta e tantos anos passados, que o padre Joaquim Botelho da Fonseca, officiasse em 1893, a São Paulo, cuidando impetrar licença para, ouvindo testemunhas, abrir assentamentos de batisados, óbitos, e dêles extrair certidão.

(7) Araraquara; Atas da Câmara, Livro 6, fl. 169.

(8) São Carlos, Óbitos Livro 1, fl. 2.

III

1 — A FREGUESIA

Desta vez o Governo da Província se aqodou a considerar o requerimento dos moradores da capella, enviado por intermédio da Câmara de Araraquara. Em menos de três meses foi satisfeito o anêlo, através da Lei n.º 632 de 24 de abril de 1858, ou Lei n.º 33 de 1858:

«José Joaquim Fernandes Torres, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Senador do Imperio e Presidente da Província de S. Paulo etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assemblêia Legislativa Provincial decretou e eu sanccionei a Lei seguinte:

Art. 1º Fica elevada a cathegoria de Freguezia a capella de S. Carlos do Pinhal, do municipio de Araraquara, conservando a mesma denominação e divisas.

Art. 2º Fica iguálmente elevada a cathegoria de freguezia a capella do Rio do Peixe, do municipio de Parahibuna.

Art. 3º O Governo, ouvindo a camara respectiva marcará as novas divisas da nova freguezia com a do Bairro Alto, devendo sujeital-as a approvação da Assembleia Provincial.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

(L.S.) José Joaquim Fernandes Torres

Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o decreto da Assembleia Legislativa Provincial, que houve por bem sanccionar, elevando a cathegoria de freguezias as capellas de S. Carlos do Pinhal e do Rio do Peixe, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver

Francisco Martins de Almeida a fez

Publicada na Secretaria do Governo de S. Paulo aos vinte e quatro dias do mes de abril de mil oito centos e cincoenta e oito.

João Carlos da Silva Telles.

Registrada nesta Secretaria do Governo no Livro 40 de Leis a fl. 160 v. em 24 de Abril de 1858.

Francisco Martins de Almeida» (1).

Quando capela, São Carlos dependia totalmente da matriz de Araraquara. Com o seu desmembramento, em virtude da Lei de 24 de abril, tornou-se igreja mãe das que se edificassem na jurisdição da freguesia.

Em consonância com o Tombo paroquial, a capela mais antiga que se seguiu, foi erguida no local denominado Formiga, sita entre as paróquias de São Carlos do Pinhal e Belém do Descalvado. A faculdade para construção, dada a 27-9-1861, o foi em atenção aos peticionários: Guilherme Luis de Sá, João Fourquim Pereira, Antonio Jozé de Miranda, Manoel da Silva Miranda, João Jozé Patricio, Messias Tubias Ornantes, Manoel Theodoro d'Araujo, Victorino Ferreira de Freitas e João Baptista de Carvalho (2).

A provisão para levantamento da capela de Santa Cruz, demolida em 1927, data de 25-10-1877.

(1) Leis da Província de São Paulo.

(2) São Carlos, Tombo 1, fl. 2.

2 — 2º DOCUMENTO DE DOAÇÃO

Uma vez caduco o prazo de concessão graciosa de terras, que se prolongou por dois anos (1), em obediência aos termos da escritura, prescreveu-se naturalmente uma de suas cláusulas. Outrossim é de se salientar que até então a renda patrimonial fôra pròpriamente nula, porquanto, única fornecedora à fábrica, as cartas de datas eram concedidas gratuitamente.

Como o primeiro documento, traz êste, em consequência, os nomes de Jezuino José Soares e de Maria Gertrudes de Arruda:

«Nós abaixo assignados, Jezuino José Soares e minha mulher Maria Gertrudes d'Arruda declaramos, que temos feito doação à freguezia de São Carlos do Pinhal de quinhentas braças de terreno, tendo principio no canto do cultivado d'Antonio Carlos d'Arruda Botelho, seguindo por um rumo, posto ultimamente por

(1) As duas cartas de datas do 1º Livro que, a seguir, transcrevemos, reforçam a asserção: «=197 — Pela presente carta de data declaro que sedi a Joze Francisco de Oliveira Gois, huã data de terras na Freguezia de S.m Carlos do Pinhal na rua direita contendo cinco braças de frente e vinte de fundo, em lugar onde o mesmo Gois ja fez uma vaza, ficando pela lado de baixo unido a outra data que já lhe foi concedida, epelo lado sima fica na esquina de hum beco; cuja data lhe é concedida gratuitamente por ter sido dado dentro do prazo de dois annos que é doação do patrimonio autorizado e por isto ser verdade passo oprezente carta por mim feito e assignada Sm Carlos do Pinhal 7 de M.co de 1860 O Procurador Antonio Carlos de Arruda Botelho, visto Sm Carlos do Pinhal 27 de 8bro de 1863 O Fiscal Felizardo Correa Ramos».

«83 Carta de data do S.r An^{to} Alvez do Espirito Santo

Pela presente declaro que pertence ao Senhor Antonio Alvez do Espirito Santo, vinte quatro braças de terra no patrimonio desta Freguezia sitas na rua nova e com os fundos para o lado do pateo, cujos fundos constão de vinte braças, estas dactas forão concedidas gratuitamente a varios sugeitos em tempo que assim o permittia opapel de doação e por isso faço a presente declaração para que service de documento ao mesmo senhor Alves do Espirito Santo. São Carlos do Pinhal quinze de março de mil oito centos sessenta e tres. o Procurador Antonio Carlos de Arruda Botelho; Pertence esta Carta de data ao Senr" Emilio Leonaldo de Campos por negocio que fez, o qual pagou o sello nº um reis duzentos pagou duzentos reis São Carlos do Pinhal sete de outubro de mil oito centos sessenta e cinco. oAgente Campos».

Pelo exposto se deduz que o 2º documento de doação de modo algum se relaciona com o extravio do primeiro.

João Alves d'Oliveira, a preencher as ditas quinhentas braças; e depois fará quadra, procurando o alinhamento da povoação, e depois medir=se=hão tresentas braças, e depois fará quadra, procurando o mesmo alinhamento da dita povoação, e depois medir=se=hão o que se achar até encontrar com a fronteira do dito cultivado d'Antonio Carlos d'Arruda Botelho, e depois fará quadra, procurando o fecho, onde teve principio, divizando esta ultima quadra pela beira do dito cultivado, e bem assim a quadra procurará sua direção precisa ao dito fecho. Este terreno será vendido em datas para os moradores da freguezia, que se estabelecerem d'ora em diante, pelas pessoas, que a Camara para isso designar, e o producto da venda será applicado ás obras da Igreja Matriz da mesma povoação digo da mesma freguezia. Em tempo nenhum porem poderei por causa desta concessão ser encommodado com gado e animaes pelos moradores da freguezia.

Avaliamos este terreno na quantia de duzentos e cincoenta mil reis. E tendo=nos declarado em outro papel de doação, passado á mais de dous anos, que ficará sem vigor da presente data em diante. E por verdade passamos o presente, assignando a rogo de Maria Gertrudes d'Arruda João Soares de Arruda. Sitio oito de Outubro de mil e oito centos e cincoenta e oito.= Jesuino Jose Soares, = João Soares d'Arruda, = como testemunha, que este fiz e vi assignar, Antonio Teixeira Prado, = Francisco Ferrás de Camargo.

Nada mais se continha na dita escriptura, que aqui fielmente registrei. S. Carlos do Pinhal 18 d'Agosto de =1874=

O Vigario = Joaquim Botelho da Fonseca» (2).

Foi o próprio Antônio Carlos de Arruda Botelho quem, ao legislativo da vila, deu conhecimento da nova doação. Na sessão de 4 de janeiro de 59: «Apresentou mais o Presidente o papel em que Jesuino José Soares, e sua mulher D.^a M.^a Gertrudes de Arruda fazem Doação de quinhentas braças de terreno com trezentas de largo para o Patrimonio de São Carlos do Pinhal no lugar da Freguezia do mesmo nome, e propoz que a Camara ordenasse ao arruador d'aquella fazenda digo Freguezia que fizesse amedição, e demarcação do dicto terreno fic.do para isso auctorizado a fazer aquellas despezas indispensaveis he de parecer que tambem a Camara nomeasse também um proc.dor para fazer as vendas dos terrenos segundo as condições do papel de doação. A Camara deliberou que se nomeasse, Antonio Carlos de Ar.^a Botelho» (3). Em face da maioria, de nada lhe valeu a recusa.

(2) São Carlos, Tombo I, fls. 32 e 33.

(3) Araraquara, Atas da Câmara, Livro 7, fl. 15.

3 — 1ª VISITA EPISCOPAL

A 28 de abril de 1859, D. Antonio Joaquim de Mello, através de uma carta pastoral, notificava da visita, a terceira, que em breve faria a tôda diocese. Em consonância com seus próprios têrmos: «tudo, onde houver Capella e povoação por pequena que seja, será visitado» (1). São Carlos, incipiente freguesia, como era de se esperar foi honrada com a presença do bispo, cujas referências a respeito da capela de modo algum traduzem encômios aos que se lhe puseram à testa na edificação.

A chegada do Prelado deve ter-se verificado entre vinte e vinte e três de setembro. Bem recebido, hospedou-se em casa de Antônio Carlos de Arruda Botelho. Aproveitaram-se os que o acolhiam rogando prouvesse de um ministro religioso a freguesia. Furtou-se aquele, de um compromisso, que a falta de pastores de alma era geral.

Quais as suas impressões, nos inteiramos por via de um aditamento ao provimento dado no Tombo da paróquia de Araraquara. Foi-lhe profunda a decepção. Um deficit desolador em matéria de paramentos e alfaias. A capela pouco, ou melhor, nada quase possuía. Livros de casamentos, óbitos, batizados — nenhum. Nem o acabamento do dossel recebera...

Zeloso das coisas e da casa de Deus, ponderando o desleixo, a miséria em que se encontrava esta e o mais: interditou-a.

A interdição foi branda, subordinada a condições: nada de festas. Primeiro rematar as obras da capela-mor, da sacristia; primeiro o necessário à matriz. Se alguém fez promessa ou está mesmo resolvido a festejos, então dêe antecipadamente 50\$000 à capela. 50\$000: na época dinheiro assaz forte... quantia proibitiva.

A atitude severa, mas condizente, envolve crítica ou advertência aos responsáveis — os Botelhos — e outrossim ao Padre Cypriano de Camargo que fez vista grossa e a benzeu.

(1) Araraquara, Tombo I, fl. 18.

Damos a palavra ao antístite:

«Additamento

A freguesia de S. Carlos se acha em tal atraso que quanto a sua Matriz nem poderia ser Capella curada. A Capella mór não é forrada, nem a sacristia, pode se dizer que lhe falta tudo. Portanto, não podendo mesmo dar-lhe Parocho por falta de Padres continuará em tudo dependente da Parochia de Araraquara. O Rv.o Parocho dará cada mes uã viagem a baptisar, e casar seos fregueses, tão bem a confessar por desobriga. Não consentirá festa alguã nem Terço na rua sem que seos fregueses forrem a Capella, sacristia, e tenha todo o preciso para alem da Missa resada, Missa cantada, e Procissão sem depender de pedir de fóra nada emprestado; o que hão de dar para festas, e Terços deem para os ornamentos, e vasos precisos. Se entretanto algum devoto quiser fazer alguã festa com muito empenho, dará primeiro para as obras, ou ornamentos cincoental mil reis então o Rv.o Parocho presidirá a sua festa. Havendo livros competentes o Rev.o Parocho fará registrar em livro proprio o que é respectivo, e pode ser applicado a esta freguesia» (2).

O livro competente é o livro da Fábrica onde se anotava a receita e a despesa. O 1º livro da Fábrica se acha extraviado. Só encontramos o que traz o movimento financeiro a partir de 1873.

De São Carlos, e findo os crismas, D. Antônio seguiu rumo Araraquara, em cuja matriz abriu visita em 24-9-1859.

(2) Idem, fls. 20 e 21.

4 — MOVIMENTO RELIGIOSO ATÉ FINS DE 1860

Em épocas anteriores à imigração e bênção da capela, os afazendados por estas redondezas, na desobriga, mediam o chão a cavalo até a matriz de Araraquara, ou, de acôrdo com a conveniência e distância, se espalhavam pelas vilas circunvizinhas, Descalvado, Rio Claro, Brotas. Esporadicamente um que outro sacerdote, de passagem, percorria as fazendas ministrando os sacramentos. Com a imigração e formação do núcleo, mais periódicas se tornaram as vindas do pároco. E pode-se dizer cessaram, a partir de 1858, as jornadas com mira religiosa, por parte dos moradores. Aberta às cerimônias do culto a capela, como de ordinário soía, teve o condão de prender e enraizar o seu habitante. As chegadas do pároco da vila, então devidamente provisionado para o seu mister *in loco*, se amiudaram.

A ninguém surpreenderá a informação de que no Brasil império o govêrno remunerava os sacerdotes, uma vez munidos êstes de provisão para exercerem, por ordem dos seus bispos, as funções nas respectivas paróquias (1). Cômgruas, chamavam a êsses ordenados.

O Padre Joaquim Cypriano de Camargo percebeu em 1859, a cômgrua de 200\$000 na coletoria da vila, por seus bons ofícios na freguesia de São Carlos.

«Ill.mo Ex.mo Snr.

Tendo esperado a ordem, que havia na collectoria d'esta Villa para se me pagar a minha cômgrua de Vigário Encomendado, e bem assim mais a Cômgrua de 200\$000 pelos serviços de Parocho, que presto aos fregueses da Freguezia de S. Carlos do Pinhal, rogo a V. Ex.a se digne ordenar para que se continue a pagar n'esta Collectoria, attentas as dificuldades e mesmo despesas para mandar receber na Thesouraria.

Deos Guarde a V. Ex.a por muitos annos.

Villa d'Araraquara 1 d'Agosto de 1859.

(1) Na provisão vinha o «cumpra-se» da Presidência civil e era registrado na Thesouraria para fins de pagamento ou cômgrua.

Ill.mo e Ex.mo Snr Vice Presidente d'esta Província de São Paulo

Joaquim Cypriano, de Camargo» (2).

A ausência de livros do Tombo, até 1860, veda conhecimento exato da vida católica local. Socorremo-nos do livro dos batizados, que o Padre Joaquim Botelho da Fonseca ao assumir na freguesia, houve por bem escriturá-lo remontando — felizmente — aos primórdios da capela. Objetivando fidelidade, arrolamos, na ordem cronológica, as datas em que as águas do Gregório, mais engrandecidas, serviram a nobre mister na pia batismal, e os nomes dos ministrantes.

A 27-12-1857, os Padres Joaquim Cypriano de Camargo e José Maria de Oliveira; nos dias imediatos, 28 e 29, o Padre Cypriano. Nas datas de 21-2, 27-7, 20-11, 26-11-1858, 27-3, 8-5, 24-6, 24-7-59 e 5-2-60 — o Padre Cypriano. O Padre José Maria a 8-2, 12-3 e 8-7-60; a 15-7 o Padre Francisco de Abreu Sampaio; de novo o Padre Cypriano nos dias 20-7 e 8-8; dois dias depois surge o Padre José Maria. Nesse mês ainda, 15, o Padre Cypriano, e, por derradeiro o Padre José Maria a 2 e 3 de setembro de 60. Até aí atinge 77 o número de registros de batismo.

De novembro de 60 em diante, o serviço esteve regularmente a cargo do Padre Joaquim Botelho da Fonseca, primeiro vigário da paróquia de São Carlos.

No Livro 1 de óbitos, cuja abertura acusa 5-5-1860, o assentamento inicial data de 14-11-60. O Padre José Maria foi quem consignou no Livro de Casamentos n.º 1, o primeiro registro que remonta a 2-9-60.

Os assentamentos de casamentos e óbitos, no espaço de tempo correspondente entre 1857 e 1860, foram anotados nos livros *ad hoc* de Araraquara. O mesmo com o registro de terras da Freguesia. Em ofício ao vice-presidente da Província, explicava o Padre Cypriano, vigário de Araraquara: «Quanto ao registro de S. Carlos do Pinhal, tenho a significar a V. Ex.a q se achão incluídos no mesmo registro d'esta Freguesia d'Araraquara, por ser elevado a freguezia, depois de feitos os ditos registros e nunca ter sido provida de parócho» (3).

Não se infira, contudo, que exclusivamente nas datas acima é que a capela acolhia os sacerdotes de Araraquara. Talvez,

(2) Araraquara, Ofícios.

(3) Ofícios de Araraquara, Arquivo do Estado.

desde 1858, aqui viessem mensalmente, embora nem sempre houvesse batizados a fazer. Pelo menos tal juízo se estriba num certo cunho de certeza, de princípios de 59 em diante.

Com predicamento do povoado à freguesia, tomou vulto o movimento no sentido de dotar a igreja com pároco. Intento êste que exigiu três anos incompletos para que os locais se sentissem satisfeitos. Na verdade, seria irreal o problema se, em nossa terra, a quantidade de ministros católicos pudesse cobrir as necessidades prementes das vilas e das cidades. Mesmo em nossos dias a sua soma é entristecedora, por diminuta.

Intermediária dos anseios da freguesia de São Carlos, a câmara de Araraquara, no acordar de 1859, oficiou ao bispado de São Paulo. Como resposta, veio o seguinte:

«Ill.mos Senh.es

R.ce o officio de VV.SS de 7 do mez pafsado, dirigido a sua Exa Rev.ma que está fora da Capital em vifsita, em que VV.SS. pedem hum Sacerdote para a igreja de S. Carlos do Pinhal. Por em quanto não há hum P.ê que se pofsa encarregar defsa Igreja. Nesta occafsião escrevo ao Revdo Vigro da Vara para que preste todo o soccorro, que poder a efsa Igra, indo mmo em hua Dominga de cada mez administrar os Sacramentos, se não houver algum inconveniente. ate que a Igreja seja provida de Parocho.

D.s G.e aVV.SS. S.m Paulo e de Fevereiro de 1859

Ill.mos Snres Presidentes, e Vereadores da Camara Municipal da V.a de Araraquara.

Anacleto J.e Ribro Conte» (4).

O diocesano igualmente não incutira esperanças imediatas: «não podendo mesmo dar-lhe Parocho por falta de Padres continuará em tudo dependente da Parochia de Araraquara».

E um ano e pico após a carência de esteio religioso ainda contemporizava a situação. Em 16-10-60, no mesmo dia em que o Padre José Joaquim de Almeida recebia a nomeação de «Vigario Encomendado da Igreja da Villa de Araraquara por tempo de hum anno», baixava da cúria paulista uma «Portaria annexando á estolla do Rd.o Parocho da Villa de Araraquara a nova Freg.a de São Carlos do Pinhal, em quanto estiver vaga... gris» (5).

(4) Idem.

(5) Cúria de São Paulo, Livro 1.1.29.

Por mais tempo permaneceria tal estado de coisas, se, recém-vindo de Portugal, o jovem presbítero Joaquim Botelho da Fonseca não penetrasse os umbrais desta história.

★ ★ ★

Entrementes, no recinto da capela se processavam atos civis de magna importância. Nos meses de janeiro de 59 e 60, a qualificação dos votantes. A 10 de junho, dêste último, os trabalhos de qualificação da Guarda Nacional.

5 — O 1º VIGÁRIO E SUAS ATIVIDADES INICIAIS

O Padre Joaquim Botelho da Fonseca, filho natural de Maria Joachina, viu a luz dêste mundo pelas alturas de 1832, na pequena freguesia de São Pedro de Paus, Comarca de Rezende, Província de Beira Alta, Portugal. Conônicamente ordenado em 1859, nas tẽmporas de São Mateus, contava mais ou menos 28 anos quando se lhe apoderou grande desejo de exercer apostolado sob céus brasileiros. A 23 de julho de 1860, do bispado de Lamego, a que pertencia, solicitou e obteve demissória para além mar. Pouco depois desembarcava no Rio de Janeiro. Apresentou-se logo às dignidades eclesiásticas, munido da seguinte carta:

«Exmo. Rvmo. Snr.

Certifico em como o Presbytero Joaquim Butelho da Fonseca da Freguezia de S. Pedro de Paos, Bispado de Lamego, cumprio com as liçoens de liturgia Sagrada, e Ceremonias que pertencem à sagrada Ordem de Presbytero, e o concidero sufficecientemente habilitado não só para dizer a sua primeira Missa rezada, mas alta e cantada sulemnemente crendo por isso o approvo.

Lamego 24 de Setembro de 1859

P.e Joze Teixeira Pereira» (1).

Informada pelo bispado de São Paulo, a Câmara de Araraquara envia ao Rio Justino Corrêa de Freitas. Entabola êste entendimentos com o Padre Joaquim o qual acede em vir, é claro, com o prévio beneplácito das autoridades religiosas (2) paulistas. Botou os pés em São Carlos, em começos de novembro, e já no

(1) Cúria de São Paulo.

(2) Amadeu Amaral escreveu: «Pronta esta (a capela) os fundadores de S. Carlos (refere-se a Jesuino José Soares e sua mulher) mandaram ao Rio o seu genro Justino Corrêa de Freitas, com a incumbência de trazer um padre à nova freguesia. Justino trouxe então o Padre Joaquim Botelho da Fonseca, português, e a êsse tempo com pouco mais de vinte anos de idade». Clara a impressão de que Amadeu Amaral desconhecia os trâmites normais de provisão de paróquia; de que Justino Corrêa de Freitas trouxe o padre com a mesma facilidade e naturalidade com que traria mercadorias...

dia 4 entrou a escriturar os livros da freguesia (3). Pouco depois, a 19-11, deram-lhe a necessária provisão, extensiva por seis meses. A posse, entretanto, se condicionava a um exame com o vigário da Vara, então Padre Joaquim Cypriano de Camargo. O exame verificou-se a 8-12, no próprio dia em que o sacerdote foi empossado (4).

Os exercícios e cerimônias na igreja, principiou-os em começos de novembro mesmo. Excetuando-se as missas, de que se não fazia escrituração, aí vão cópia dos seus trabalhos primeiros: Casamento:

«Aos dezasete dias do mes Dezembro de mil oito centos esessenta annos nesta Igreja de S. Carlos do Pinhal receberão=se em matrimonio em minha presença edas testemunhas, por me apresentarem licença do seu respectivo Parocho, e me não constar impedimento algum, por marido Joaquim Theotônio Pinheiro, filho legitimo de João de Souza Pereira, ja fallecido, e Maria Eulalia Pimentel, natural da Freguezia do Itaquery, e ambos prezente=mente freguezes de S. João do Rio Claro: testemunhas= Jozé Pereira Barbôza, e João Ortis de Camargo, ambos freguezes da dita cidade. Fes este, que assigno. Era ut supra O Parocho Joaquim Botelho da Fonseca» (5).

Batisado:

«Aos dezaseis dias do mes de Novembro de mil oito centos esessenta annos nesta Igreja de S. Carlos do Pinhal eu Joaquim Botelho da Fonseca Parocho da mesma Igreja baptizei solemne=mente a Donoria, nascida no dia doze de Outubro do dito anno, efilha legitima de Innocencio Antonio da Torre, sua mulher Anna Florzinha de Souza: padrinhos Domingos Cardozo do Tollêdo, e Anna Joaquina de Jezus; todos desta freguezia. Fis este, que assigno. Era =ut supra=

(3) Na transcrição do 1º assento, Livro dos Batisados nº 1, está: «Hoje 4 de =9brº de 60 = Parocho Joaquim Botelho da Fonseca».

(4) A respeito enxertamos aqui um trecho de uma carta enviada por Antonio Carlos de Arruda Botelho ao Presidente da Provincia. Nasceu esta da pendência entre os juizes de S. Carlos e de Araraquara, sobre qualificação de votantes, de 1861: «Em data de 22 de Fevrº o dº Juis de Pas remetteo a publica forma de um off.o ou Titulo do Bispo datado de 19 de 9br.o do anno p. autorizando o P.e Joaqm Botelho da Fonseca a administrar todos os Sacram.tos na referida Parochia p.o espaço de 6 meses com a condição de ser examinado pelo Vigr.o da Vara respectiva, exame q. teve logar em 8 de 10br.o ultimo». (Arquivo do Estado — Maços de Offícios de Araraquara).

(5) São Carlos, Livro de Casamentos nº 1, fl. 1.

O Parocho = Joaquim Botelho da Fonseca» (6).

Óbito:

«Aos cinco dias do mes de Novembro de mil eito centos e sessenta anno falleceo Izabel, Viuva de Francisco d'Oliveira desta freguezia de S. Carlos do Pinhal, idade ignora-se Fis este, que assigno Era = ut supra = Seu corpo jas dentro da Igreja d'esta freguezia.

O Parocho = Joaquim Botelho da Fonseca» (7).

(6) Idem, Livro de Batisados nº 1, fl. 13.

(7) Idem, Livro de Óbitos nº 1, fl. 2. Só de 1864 em diante é que o vigário remata os lançamentos de óbitos com a frase «depois de sua alma por mim encomendada» etc. O primeiro assento do livro, de 28-10-1860, cremos ter sido apenas transcrito pelo Padre Joaquim.

6 — O VIGÁRIO NA VIDA DA FREGUESIA

Carinhosamente acolhido, a lhanza de seu trato cativou em breve aquelas almas. Cercaram-no de ajuda. Nisso, mais que outros, Jesuino José Soares revelou coração aberto: «Como meio de suavisar a vida ao diretor espiritual dos poucos habitantes de S. Carlos e de prendê-lo à terra que tanto amava, Jesuino de Arruda, com a proverbial magnanimidade da sua alma, fez-lhe doação de uma chácara, com meio alqueire de terreno» (1).

Ambientou-se o padre, e tão logo que, nem dois meses eram vencidos de sua estadia, já dava mostras de perfeitamente integrado no meio. E tal se dêle este chão fôsse, entrou a participar ativamente de sua vida pública.

À guisa de ilustração, oferecemos a leitura de um abaixo assinado no qual os fregueses de São Carlos, entre eles o Pe. Joaquim, solicitaram através da Câmara de Araraquara, — que emprestou apoio, — providências urgentes a fim de consertar-se a hoje Rua Episcopal, no trecho crucial junto ao mercado. Ai, na baixada, as águas do Gregório formavam um pântano, dividindo propriamente a freguesia. Souberam, na época, a contínua dor de cabeça para os seus habitantes.

Ànixa à petição inseriam o orçamento do Inspetor de Estradas.

«Illmo e Exmo Senr

Os abaixo assignados habitantes da Freguesia de S. Carlos do Pinhal, Municipio d'Araraquara, vem respeitosamente pedir a VEx.ca providencias que tendão a remover quanto antes, o estado deplorável em que se acha hua parte de hua das principais ruas d'esta Freguesia que serve de estrada da Villa d'Araraquara para a Cidade do Rio Claro: este lugar Ex.mo Senr., alem de ser humido por sua natureza, acresce que por este tempo com abundancia das agoas pluviais e com o imenso transito de tropas

(1) Tal noticia nos trouxe Amadeu Amaral, em artigo no *Correio de S. Carlos*, 28-8-1908, incluso na separata de Assis Cintra. Não encontramos a escritura de doação.

e carros torna-se intransitavel (2), causando constantemente duplicados encalhes dos mesmos, d'onde resulta grandes inconvenientes e ... do transito para os moradores da Freguesia, afsim pois Ex.mo Senr os mesmos abaixo afsignados tem a honra de apresentar a V Exca hum orçamento do Inspector da mesma estrada, pelo qual V Exca verá que com tão limitada quantia se poderá remover hum tão grande obstaculo.

Deos guarde a V Ex.ca

São Carlos do Pinhal 25 de Dezembro de 1860

Ill.mo e Ex.mo Senr. Conselheiro

Antonio José Henriques

Dig.mo Presidente d'esta Provincia de S. Paulo

Manoel Jose Soares Palhares

Negociante

Lauriano José de Oliveira

Negociante

Palhares e Oliveira

Negociante

Joze A Alos Delphino

Lavrador

Joaquim Botelho da Fonseca

Vigario

Joaqm Soares de Garcia

Negociante

Antonio de Toledo Pisa

Lavrador

Joze Franco de Camg.o

Lavrador

Justiliano Antonio Pinheiro

Coveiro

Miguel Antunes de Sousa

Negociante

Elizio Ferras Bueno

Tropeiro

João d'Almeida Campos

Lavrador

Patricio Domingues

Lavrador

Manoel José da Silva

Lavrador

Joaqm José d'Abreu Sampaio

Lavrador

Francisco Jeronymo Bettencourt Coelho

Negte

João Bapt.a de Arruda

Lavrador

Françslirio Teixeira Franco

Lavrador

José Romão Leite

João Baptista de Siqr.a

L.or

Joaqm Flavio Serra

Lav

Paulino Carlos d Arrd.a Bot.o

João Carlos de Arruda Botelho

Bento Carlos d'Arruda Botelho

(2) Iam elas rumo Mato Grosso.

Domiçiano Mendes da S.a
Israel Quirino Pinto
Jesuino Antonio de Camgo
Fernando Mendes dos Santos

L.or» (3)

As obras foram autorizadas no ano seguinte.

(3) Maços de Offícios de Araraquara — Arquivo Estado.

Eis o

«Orçamento p.a as obras do esgotto e Calsamento da estrada q. d'Ara-
raqr.a segue a Cidade do Rio Claro, dentro d'esta Freguesia

100 carroças depedras a 2\$	200\$000
carretos e escavações de terras	150\$000
Mão de obra	150\$000

Rs 500\$000

S. Carlos do Pinhal 24 de 10br.o de 1860

O Inspector da Estrada

Ant.o Carlos d'Arr.da Bot.o»

O orçamento foi aprovado e os trabalhos levados a bom termo.

7 — USURPAÇÕES DAS TERRAS DO PATRIMÔNIO

Seguia impulso constante o afluxo da seiva humana.

A população dobrara sete anos após o aceno do solo gratis.

É verdade que, desde 58, os lotes cediam-se à base do metal: dois mil réis a princípio, logo mais a cinco. A quantia, contudo, a ninguém titubeava considerando a prosperidade crescente do núcleo, sua posição central de um triângulo de vilas, caminho, passagem obrigatória entre Rio Claro e Araraquara, via Mato Grosso.

Robustecida agora com mais amplo e sólido comércio, um número ponderável de construções de pedra, provida já de escola para um e outro sexo, agência, o aspecto da freguesia se impunha com especial colorido. Não poucas famílias cuidaram em fixar-se, porém, usando de expedientes avessos às normas. Sem direitos legais de posse, arrancharam-se pelo povoado e imediações com flagrante violação das terras patrimoniais.

Os locais se aborreceram com o atrevimento, e o procurador da capela queixou-se às autoridades da vila. Quando a edilidade se reuniu, a 15 de outubro de 1863, emergiu o assunto. O vereador Justino de Freitas opinou: «o Procurador da Freguezia de São Carlos, que enviasse a esta Camara os papeis das dadivas dos terrenos, e as condições» da mesma, para uma solução objetiva. Posta em debates a sugestão, a Câmara se definiu por outra solução, mais azada e sábia: através de editais se ordenasse que, com o prazo de três meses, todos os radicados na freguesia deviam apresentar, ao fiscal respectivo, as escrituras ou títulos de concessão dos terrenos que ocupavam. Por seu turno o fiscal relacionaria os nomes dos penetras, só permitindo a permanência das pessoas que regularizassem a situação. Os editais foram afixados no «lugar de costume». Possivelmente no largo da matriz.

Pelo visto essa determinação afogou de vez os abusos.

IV

1 — SÃO CARLOS DO PINHAL VILA

Bem precoce o amadurecimento político de São Carlos.

Menos de um decênio de existência e forçaram novo predi-
camento.

A influência e projeção pessoal de algumas famílias, sobressaindo a dos Botelhos, pesaram na balança dos favores governamentais.

«O Doutor João Crispiniano Soares, do Conselho de S.M. O Imperador e Presidente da Província de São Paulo etc. etc. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Artigo único. A freguesia de Cajuru, do município de Bata-
taes, e a de S. Carlos do Pinhal ficam elevadas à categoria de
villas, subsistindo as divisas actuaes desta ultima: revogadas as
disposições em contrário.

Mando portanto a tôdas as auctoridades, a quem o conheci-
mento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e
façam (*) tão inteiramente, como n'ella se contém. O Secretario
desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no
Palacio do Governo de S. Paulo aos dezoito dias do mez de
Março de mil oitocentos e sessenta e cinco.

(L.S.) João Crispiniano Soares».

(*) Lei nº 762 de 18 de março (Lei nº 15 de 1865).

2 — DOS SEPULTAMENTOS NA IGREJA

De eras bem remotas advém o hábito de se preparar o último pouso na igreja. Tal, porém, sòmente a pessoas religiosas ou gradas se facultava, enquanto o povo em geral se enterrava no adro. Aí formavam outrora o cemitério. De conformidade com a posição hierárquica, se escolhia ou indicava o lugar no recinto sagrado. Assim, José Inácio de Camargo Penteado foi sepultado sob o altar mor da igreja de São Carlos. Ao que consta, foi o primeiro nela.

«Aos trinta de março de mil oito centos e sessenta annos, na Freguesia de S. Carlos do Pinhal, actualmente annexa a esta Parochia de Araraquara, falleceu Joze Ignacio de Camargo Penteado, na idade de cincoenta e trez annos, mais ou menos, marido de Maria Ignacia de Camargo; seo corpo jaz na Igreja de S. Carlos. Para constar fiz este assento que assigno. O Vig.rio Jose Joaquim d'Almeida» (1).

Pelos têrmos, vê-se que o assento foi feito nos Óbitos de Araraquara. Com a vinda do Padre Joaquim Botelho da Fonseca, tiveram principio os livros da paróquia: óbitos, casamentos, batizados (cuja escrituração remonta a 27-12-1857) e do Tombo. O primeiro assento de S. Carlos refere-se ao filho do arruador Manuel José Palhares:

«Ao vint'oito dias do mes de Outubro de mil e oito centos e sessenta annos falleceo o innocent João, filho legitimo de Manoel Joze Soares Palhares e sua mulher Benedicta Maria de Campos, e tendo d'idade sete annos; cujo cadaver jas d'entro d'a Igreja d'esta freguezia S. Carlos do Pinhal era =ut supra O Parocho =Joaquim Botelho da Fonseca» (2).

Damos, a seguir, relação cronológica de enterrados, que attingem a cifra de 43:

Em 1860: 1 homem, 1 mulher, 2 meninos; 1861: 2 homens e 1 menino; 1862: 3 homens, 1 mulher e 2 meninos; 1863: 1 homem, 1 mulher, 2 meninos e 2 meninas; 1864: 2 homens, 3 mulheres e 2 meninas; 1865: 1 mulher, 3 meninos e 1 menina.

(1) Araraquara, Óbitos Livro II, fls. 47.

(2) São Carlos, Óbitos Livro I, fls. 2.

A 20 de abril dêsse ano, através da Lei n.º 810, (3) o então presidente da Província, Dr. João Crispiniano Soares, por proposta da Câmara de Araraquara, assinou o decreto infra:

«Art. 1.º Fica completamente proibido o entêrro de qualquer cadaver dentro do recinto da matriz da villa, ou de qualquer outra capella, ou egreja que se construa e levante dentro do rocio da povoação, sendo tão somente permittido no cemiterio publico.

Art. 2.º O Vigário que consentir na violação do artigo primeiro desta postura, será punido com a multa de trinta mil réis.

§ 1.º Da mesma sorte e pela mesma violação será punido o sachristão com a multa de trinta mil reis e oito dias de prisão.

§ 2.º No mesmo tempo, e pelo mesmo motivo, será punido com as penas do paragrapho antecedente todo aquelle que ordenar ou dirigir os enterros transgredindo o referido artigo primeiro.

Art. 3.º Ficam revogadas as posturas em contrario».

Pois bem. Em 1866 foram sepultados na capela 1 homem e 1 menino; em 1867: 4 homens, 3 mulheres, e, no ano seguinte enfim mais 1 mulher. (4) Apesar das reiteradas violações à lei provincial, não há notícia de que o vigário desembolsasse multa, dormisse na cadeia o sacristão, ou que algum co-participante sofresse qualquer pena.

Tangente a única defunta em 1865, por inusitado, cabem observações. Quem tinha certa projeção, como foi dito, recebia a honra póstuma de residir «in aeternum» na casa de Deus. Acontece, entretanto, que a mulher era escrava. Somos impelidos a crer que a piedade se lhe devia de longe sobrepor à escala dos graus hierárquicos.

«Aos quatorze dias do mes d'Outubro de mil e oito sentos e sessenta e sinco annos na Fazenda da Ithaguaçu desta Parochia de S. Carlos do Pinhal falleceo de reumatismo, sem sacramentos,

(3) Ou Lei n.º 63 de 1865.

(4) Assento do último enterramento na igreja:

«Aos vinte eséis dias do mes d'Agosto de mil oito centos esessenta eito, na Fazenda do Tenente Coronel Paulino Carlos d'Arruda Botelho, desta Parochia de S. Carlos do Pinhal falleceo de tubercules pulmonares, com os sacramentos da Penitencia e Extrema-Unção D. Verginia Bettencourt do Nascimento, tendo d'idade dezoito annos (pouco mais ou menos) era mulher do Doutor João Quirino do Nascimento emoradora na Cidade de Campinas; cuja cadaver, envolto em habito branco, foi sepultado dentro desta matris, depois d'eu celebrar por sua alma missa de corpo prezente, eser por mim solemne-mente incomendada. Para constar, fis este, que firmo Era, ut supra. O Vigário = Joaquim Botelho da Fonseca». (Livro I, fls. 60).

por não chamarem Rita, tendo d'idade quarenta e sinco annos, e viuva de Lourenço, escravos do Capitão João Baptista d'Arruda: cujo cadaver foi sepultado dentro desta matris, sendo sua alma por mim incomendada. Fis este, que firmo. Era, ut supra.

O Vigario = Joaquim Botelho da Fonseca».

O processo, comumente usado nestes atos, era simples. Despregavam-se as táboas dos pisos, mais ordinariamente dos corredores laterais, do presbitério ou junto dos altares menores, onde se abria uma cova justa. Deposto o cadáver, retornavam as coisas à ordem anterior (5).

(5) O costume de se construir criptas nas igrejas perdurou até o século XV. A Catedral de São Paulo, e a de S. Carlos, em construção, são das poucas que as possuem no Brasil.

3 — AFASTAMENTO DO PADRE JOAQUIM

Os labores de apostolado, o padre Joaquim, desde a posse, desenvolveu-os ininterruptamente até fins de abril de 1866. Ausenta-se a seguir, e, por um ano, os livros da matriz silenciam-lhe o nome. Em seu lugar, na qualidade de pro-pároco assume o padre João José de Almeida. Êste, contudo, deixa outrossim a paróquia em princípios de 67. Por determinação do então vigário da vara, padre José Maria de Oliveira, foi designado o padre Felipe Ribeiro da Fonseca Rangel.

«Ill.mo Rv.mo Sr.

Achando a Igreja de São Carlos do Pinhal sem vigario pela retirada do R.do Pe João José de Almeida em cumbo a VRv.ma de parochiar interinam em quanto o Exmo Sr. Bispo não determinar o que for justo. Ds Ge a VRvma Araraquara 18 de Fevro de 1867=

Ill.mo e Rv.mo Sr. Vigario Felipe Ribeiro da Fonseca Rangel=

O Vigr.o da Vara José Maria de Oliveira». (1)

Mas o padre Felipe não entrou logo em atividades. No mês subsequente lêem-se lançamentos de óbitos, que revelam desenlace de paroquianos sem assistência religiosa. Especificação do motivo: falta de sacerdote.

«Aos dous dias do mes de Março de mil e oito centos e sessenta e sete nesta Freguezia, no lugar da Mata faleceo de febre, sem sacramentos, por falta de Sacerdote na Parochia Innocencio Antonio Torres, tendo d'idade vinte e sete annos, e marido d'Anna Eufrozina de Souza: cujo cadaver foi sepultado dentro da Matriz desta Villa, sem incomendação, pela razão acima dicta Para constar fis este, que firmo

O Vigario Joaquim Botelho da Fonseca». (2)

Em maio do mesmo ano, o padre Joaquim retoma o pôsto. Ignoramos a razão da licença, e onde esteve durante tal período. Um hiato de mais de sete anos, de 1866 a 1873, nos livros do Tombo, obscurece quaisquer ilações a respeito.

(1) Araraquara, Tombo I, fls. 37.

(2) São Carlos, Óbitos I, fls. 41 v.

4 — DOAÇÕES DE ALEXANDRINA MELCHIADES DE ALKIMIM E DA FAMÍLIA BOTELHO

Cincinato Braga pinta João Alves de Oliveira um velho turrão, contrário à fundação de burgos: tanto ao Sul de Minas, como nas plagas visinhas às suas onde, de seus campos, Pedro José Netto um dia se admirou. Quem lhe lê, deduz que o mineiro personificava o contra. E com côres assim carregadas em excesso, o retrato dêste homem chegou até nós.

Uma verificação desapixonada nos alerta de que João Alves tinha lá suas razões, que a experiência é que o precavia: «as povoações próximas das fazendas eram nocivas aos interesses dos fazendeiros». Afinal de contas, os Botelhos tácitamente não procediam de acôrdo pleno com o espírito de tais palavras? Não estudaram o povoado nos remates da sesmaria do Pinhal casualmente, nem às cegas o Botelhão reservou nesses ermos a gleba do patrimônio. Queria esta família o trecho, a cavaleiro do terreno, onde agora o Instituto de Educação Dr. Álvaro Guião. Rejeitaram o chão que o mineiro, amolecendo um tanto, pôs à disposição mais ao meridional, além da atual Vila Isabel.

«Capricho por capricho, foi resolvida a criação da capela nas terras da sesmaria do Pinhal». Senão pela pena de Cincinato Braga, que o chamou autoritário e voluntarioso, pouco sabemos do caráter desta pessoa que achava e o dizia alto e bom senso: o povoado não devia ser nenhum feudo dos Botelhos. Autoritário e voluntarioso sim, vocábulos justiceiramente passíveis de serem aplicados a Antônio Carlos de Arruda Botelho. Verdade seja dita, de feitos em ocasião normal, para São Carlos souberam benêficamente, porque usados para o seu progresso e grandeza.

Criado o arraial, João Alves o evitou. Amiúde falava, o que lhe respeitaram, de modo algum queria ser enterrado na freguesia. São Carlos, para êle, tinha nascido morta.

E com isto, pelo espaço de 10 bem alongados anos, lhe atravancou a marcha norte. Mais ainda a teria prejudicado, se a morte não o ceifasse em 1866. (1)

(1) Foi sepultado em Araraquara.

Aproveitaram-se os munícipes. Fimdo ano e meio, coroaram-se de êxito os esforços no sentido de abrandar a viúva Alexandrina Melchiades de Alkimim. Lograram persuadi-la a colaborar para o engrandecimento da vila. E Da. Alexandrina, resgatando a cansativa opposição do marido extinto, desatou o nó que estrangulava o crescimento da localidade. Doou, como Jezuino José Soares, 30 alqueires, mas à Câmara Municipal. Vai, na íntegra, o documento:

«Copia de escriptura de terras, digo, de um terreno que D. Alexandrina Melchiades de Alkimim faz doação a São Carlos para seu patrimônio.

Escriptura de doação que faz Dona Alexandrina Melchiades de Alkimim a Camara Municipal desta Villa de um terreno pela quantia de reis cento e cincoenta mil reis. — Saibão quantos este, publico instrumento de escriptura de doação de um terreno virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e sessenta e sete, aos vinte e sete dias do mez de Julho do dito anno, nesta Villa de São Carlos do Pinhal, em casa da residencia do Senhor Joaquim Alves de Souza Nery onde vim eu Tabelião interino a chamado, a ahi presente Dona Alexandrina Melchiades de Alkimim como doadora e o procurador da Camara João de Deus Le Lemes competentemente autorizado este morador nesta Villa e aquelle deste Destricto conhecidos meos como das testemunhas adiante assignadas, em presença das quaes disse ella doadora que fazia doação de quinhentas braças de terreno com trezentas de largas na sesmaria do Monjolinho sitas e incluzos ao Patrimonio desta Villa, comessando no rumo que passa no Pateo da Igreja Matriz, medindo-se as quinhentas braças ao longo da rua do Comercio, e cento e cincoenta braças de lado a lado da mesma rua, não devendo em cazo algum a largura de cento e cincoenta braças prejudicar a venda feita a Jose Theodoro de Siqueira, ficando para isso uma largura de cento e cincoenta braças ao lado da rua do Commercio quando em sua medida encontre as referidas terras vendidas ao mesmo Siqueira. Esta doação reserva dentro do mesmo terreno ja dito quatro datas de terreno com oito braças de frente e vinte de fundo para nella construirem cazas, digo dito quatorze datas de terreno com oito braças de frente e vinte de fundo para nella construirem cazas os quatorze herdeiros da doadora nos lugares por eles escolhidos e que ainda estiverem desocupados; assim mais reserva dentro do mesmo terreno da doação uma data com oito braças de frente e vinte de fundo que fica pertencendo ao Commendador Luiz Antonio de Souza Barros, sendo esta data no Pateo, digo, data na esquina do Pateo da Igreja Matriz para o lado direito sahindo do Pateo: outra data com oito braças de frente e vinte de fundo que fica pertencendo ao Reve-

rendo Vigario Joaquim Botelho da Fonseca, cuja data é situada em outra esquina do Pateo do lado esquerdo sahindo delle pela rua do Commercio, a cujos doados o Commendador Luiz Antonio de Souza Barros e Vigario Joaquim Botelho da Fonseca fica-lhe marcado dois annos de prazo a contar desta, digo, da presente data para dentro del- delle edificarem cazas nas respectivas datas, sendo estas cazas feito no alinhamento da rua com altura marcada pelo padrão da Camara e quando não o fação dentro do respectivo prazo perderão o direito dos terrenos ficando êstes encorporados a doação que por esta faço a Camara Municipal. É condição desta doação de terreno, que a Camara Municipal mande medir e demarcar, assim como que depois de tirados as ruas e praças publicas sejam os quarteirões divididos em datas de oito braças de frente e vinte de fundos, e estas vendidas a particulares para nellas construirem cazas, sendo o producto dellas exclusivamente entregue ao Fabriqueiro da Igreja Matriz para serem empregados na Igreja e seo decôro, sem que em cazo algum possa ter outra applicação.

Esta doação faço pela quantia de cento e cinquenta mil reis e por ella me foi apresentado a guia do sello do theor seguinte: Numero um reis duzentos reis. Pagou a Camara Municipal por seo procurador a quantia de duzentos reis. São Carlos do Pinhal vinte e sete de Julho de mil oito centos e sessenta e sete.

O Agente Campos. Em fé do que passei a prezente escriptura que sendo-lhe lida acceitarão e assignarão com as testemunhas prezentes Joaquim Alves de Souza Nery e Jacintho de Souza Neves todos desta e conhecidos de mim Emilio Leonardo de Campos, Tabelião interino que o escrivi. Alexandrina Melchiades de Alkimim. — João de Deus Lemos. Joaquim Alves de Souza Nery. Jacintho de Souza Neves

Nada mais se continha na referida copia que fielmente mandei copiar d'original a que me reporto

S. Carlos do Pinhal 27 d'Agosto de =1888=

O Vigario = Joaquim Botelho da Fonseca». (2)

Na sessão de 28-10-67, mandou a câmara que o seu procurador providenciasse cópia da doação. O secretário lavrou, na ata do dia posterior, o seguinte: «o Presidente apresentou copia de Escrip- tura de doação que ficou adiada para hoje e apresentou a demar- cação seguinte a Camara tomando os devidos conhecimentos deli- berou a mandar abrir as ruas e demarcar os quarteirões chamando se para isso o arruador com assistencia do empregado da Camara para demarcarem os primeiro, segundo, e terceiro quarteirões tudo

(2) São Carlos, Tombo III, fls. 11 v.

na forma das pusturas, quanto a demarcação e alinhamento concluidas seja enviada a Doadora para escolher as dattas reservadas pertencentes serão destribuidas as mais pelos entereçados na forma do Estillo ficando marcado o preço de cada dacta até o terceiro quarteirão a dêz mil reis e os demais a cinco mil reis sendo na forma das posturas e do estillo do antigo termo, e que se encarregasse ao Coronel Antonio Carlos de Arruda Botelho para dispor das dattas e apricando seu producto para as obras da Igreja Matriz e bem assim que se ordenasse ao procurador para faser as despesas necessarias com abertura das ruas e que se encarregasse o Tenente Joaquim de Meira Botelho para dirigir o serviço, o que foi aprovado contra o voto do vereador Soares de Arruda por não se achar verificado o rumo da sesmaria do Monjolinho com as do Pinhal.» (3)

A prática atestou, ao depois, a sensatez da opposição do vereador. Perseverou a dúvida, suspendendo-se os trabalhos de demarcação. Em maio de 68 reuniram-se os Botelhos, e, com mira de remover o percalço, em caráter hipotecário, doaram à câmara as terras que porventura lhes pertencessem entre os doados. Eis a escriptura:

«Copia de escriptura de terras que João Baptista de Arruda sua mulher e outros doão a São Carlos para seu patrimonio.

Escriptura de doação que fazem João Baptista de Arruda e sua mulher Dona Candida Maria Pureza de Arruda, Coronel Antonio Carlos de Arruda Botelho e sua mulher Dona Anna Carolina de Oliveira Botelho, o tenente coronel Paulino Carlos de Arruda Botelho e sua mulher Dona Anna Flóra de Arruda Coelho, João Carlos de Arruda Botelho e sua mulher Dona Maria Amalia de Arruda Coelho e Bento Carlos de Arruda Botelho, de um terreno pela quantia de reis cento e cincoenta mil reis. Saibão quantos este publico instrumento de Escriptura de doação de um terreno virem, que sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e sessenta e oito, aos vinte dous dias do mez de Maio do dito anno, nésta Villa de São Carlos do Pinhal, e caza da rezidencia de Francisco Jeronymo Bittencourt Coelho, onde vim eu tabellião a chamado, ahi presente o capitão João Baptista de Arruda por si e como procurador de sua mulher Dona Candida Maria Pureza de Arruda e do coronel Antonio Carlos de Arruda Botelho e sua mulher Dona Anna Carolina de Oliveira Botelho, cuja procuração me foi apresentada em forma que fica lançada, o tenente coronel Paulino Carlos de Arruda Botelho e sua mulher Dona Anna Flóra de Arruda Coelho, João Carlos de Arruda Bo-

(3) São Carlos, Atas da Câmara, Livro 1, fls. 44 v.

telho e sua mulher Dona Maria Amalia de Arruda Coelho e Bento Carlos de Arruda Botelho, moradores neste Districto e conhecidos meos como das testemunhas adiante nomeadas e assignadas, em prezença das quaes por elles authorgantes me foi dito, que tendo Jesuíno José Soares e sua mulher Dona Maria Gertrudes de Arruda, em data de oito de Outubro de mil oito centos e cincoenta e oito doado um terreno nas terras da sesmaria do Pinhal com trezentas braças de largo e quinhentas de comprido ao Padroeiro desta Villa, em cujo terreno se acha elle fundado, e que tendo posteriormente Dona Alexandrina Melchiades de Alkimim feito outra doação a Camara Municipal nas terras do Monjolinho, devendo ser este terreno annexo aquelle doado por Jesuíno José Soares e sua mulher, porem versando duvidas e letigios sobre o lugar em que está o actual rumo Divisorio entre os terrenos da primeira e segunda doação; os authorgantes para privinirem qualquer discussão judiciaria e para as duas partes de terras doadas por fixação de limites entre uma e outra Sesmaria, pela presente escriptura e na qualidade de proprietarios pro-indivisos nas Sesmarias do Pinhal, fazem doação de qualquer porção de terreno que no caso figurado possa vir a pertencer a Sesmaria do Pinhal, a Camara Municipal desta Villa, na parte somente que estiver comprehendida entre os dous terrenos doados, podendo a Camara Municipal desde já ou quando se verifique a hypothese e assim dispor dos terrenos em datas e com a mesma applicação contidas na Escriptura de doação passada por Dona Alexandrina Melchiades de Alkimim, e que esta doação fazem pela quantia de cento e cincoenta mil reis. E presente o Procurador da Camara João de Deos Lemos, por elle me foi dito que acceitava a presente escriptura de doação na qualidade de procurador da Camara Municipal, digo da Camara em sua forma e me apresentou a guia do Sello do theor seguinte: Numero dous — reis duzentos reis. Pagou duzentos reis. São Carlos do Pinhal, vinte e dous de Maio de mil oito centos e sessenta e oito. O Agente Pacheco — Procuração. — Pela presente procuração bastante faço e constituo por meo bastante procurador a meo marido Capitão João Baptista de Arruda, com especialidade para passar uma escriptura de doação de terreno que fazem a Camara Municipal desta Villa de São Carlos do Pinhal, sendo esta doação constante de terras pertencentes a fazenda do Pinhal na qual temos parte em commum com outros coherdeiros e proprietarios; para o que lhe dou plenos e illimitados poderes tantas quantas forem admissiveis em direito e por verdade mandei passar a presente procuração que vai por mim somente assignada. São Carlos do Pinhal, vinte de Maio de mil oito centos e sessenta e oito. Candida Maria Pureza de Arruda. Numero quatro -reis duzentos reis. Pagou duzentos reis. São Carlos do Pinhal, vinte de Maio de mil oito centos e sessenta e oito. O

Agente Pacheco. — Pela presente nossa procuração bastante por mim escripturada e firmada como primeiro authorgante e somente assignada por minha mulher Dona Anna Carolina de Oliveira Botelho, constituimos como nosso procurador em São Carlos do Pinhal, ao Capitão João Baptista de Arruda, para o fim de como se presente fossemos assignar uma escriptura de doação de terreno que fazemos a Camara Municipal desta Villa, para o que lhe damos plenos e illimitados poderes que em direito nos são conferidos. São Carlos do Pinhal, vinte e um de Maio de mil e oitocentos e sessenta e oito. Antonio Carlos de Arruda Botelho, coronel- Anna Carolina de Oliveira Botelho. — Numero — reis duzentos reis. Pagou duzentos reis. São Carlos do Pinhal, vinte e dous de Maio de mil oito centos e sessenta e oito. O Agente Pacheco. Em fé do que passei a presente escriptura que sendo-lhes lida acceitarão e assignarão com as testemunhas presentes Francisco Jeronymo Bittencourt Coelho e Manoel Peixoto Lopes, moradores desta e conhecidos de mim Emilio Leonardo de Campos, tabellião interino, digo tabellião que o escrevi. João Baptista de Arruda, Paulino Carlos de Arruda Botelho, Anna Flóra de Arruda Coelho, João Carlos de Arruda Botelho, Maria Amalia de Arruda Coelho, Bento Carlos de Arruda Botelho, João de Deos Lemos, Manoel Peixoto Lopes, Francisco Jeronymo Bittencourt Coelho.

Nada mais se continha na referida copia que fielmente mandei copiar d'original a que me reporto. S. Carlos do Pinhal =27 d'Agosto de 1888.

O Vigario Joaquim Botelho da Fonseca». (4)

Como se lê, o produto em metal reverteria exclusivamente em prol da paróquia.

(4) São Carlos, Tombo III, fls. 13. Mais tarde se constatou que as linhas divisórias cortavam de fato o páteo da matriz.

5 — FÁBRICA E FABRIQUEIRO

Na pastoral coletiva de 1915, por fábrica da igreja foi definido: «conjunto dos bens patrimoniais, ou dos seus rendimentos, destinados à conservação e reparo das igrejas, bem como às despesas e à manutenção do culto divino». (1) O livro da fábrica nada mais é que o livro explicativo da receita e da despesa.

No tempo do império, ficavam sob responsabilidade de leigos fabriqueiros que administravam os bens da paróquia. Não tinha ordenado o de S. Carlos. O fabriqueiro Luís Carlos de Arruda Mendes pagava juros de 6%, capitalizados anualmente, sobre o dinheiro que guardava. A nomeação ficava a cargo da autoridade eclesiástica, o bispo, de quem o fabriqueiro recebia a competente provisão para o exercício da função.

Todos os gastos, em prol da igreja, exigiam o «placet» da câmara que, por seu turno, ordenava ao fabriqueiro a cobertura das despesas. Não paira dúvidas de que a situação cerceava fortemente a livre atividade dos vigários, porque nem eles escapavam de sujeitar ao legislativo a ratificação dos seus atos. Aí vai um exemplo: «Leu-se um requerimento do Vigário desta Villa pedindo a esta Camara o pagamento de quinhentos e sette mil reis despendido em alfaías para a igreja Matriz pondo endescussão foi deliberado que ordenasse ao fabriqueiro para fazer o pagamento». (2) E parece que vez por outra o juiz de direito da comarca excursionava outrossim em território da economia da paróquia. «Por ocasião da tomada de contas pelo Dr. Juiz de Direito da Comarca em correição, 31 de Agosto de 1870» etc. (3)

(1) «Dicionário Litúrgico», por Frei Basílio Rower.

(2) São Carlos, Atas da Câmara, Livro, I fls.

(3) Livro da Fábrica, fls. 11 v.

Os Tombos de S. Carlos e Araraquara são omissos quanto às nomeações dos primeiros fabriqueiros. E o G.M. (4) da cúria paulistana consigna-os a partir de 1879. Quanto ao livro da fábrica, o que conhecemos (falta-lhe a primeira fôlha) traz data de 1870. O anterior ou os anteriores acham-se extraviados.

Da construção da capela até julho de 71, infelizmente nada podemos adiantar sôbre nomes de fabriqueiros. Dessa época em fora, anotamos: de julho de 71 a 20 de abril de 74: João Carlos de Azevedo; de abril de 74 a 9 de novembro de 75: Antônio José Borges; de novembro de 75 a 26 de novembro de 79: Joaquim José Gonçalves (Arugo ?); dessa data até 15 de novembro de 83: João Baptista de Arruda; daí até 16 de junho de 1888: Joaquim Roberto Rodrigues Freire; de 18 de agosto até 9 de fevereiro de 1899: Luís Carlos de Arruda Mendes.

Os bens da igreja compreendem primordialmente o respectivo patrimônio. Tal ferimos no capítulo precedente, a paróquia foi beneficiada com o produto de mais duas doações feitas à Câmara — que não logrou vantagem alguma pecuniária. Vendidas as terras do patrimônio, em datas comumente de 8×20 braças, as quantias eram entregues diretamente ao fabriqueiro, a quem competia lançar no livro.

Assim, de 1859 a 1867, a data era cedida à razão de 2\$000 e 5\$000. Por ocasião da apresentação, à câmara, da escritura de Da. Alexandrina, em 1868, passaram a 10\$000 as datas sitas até o 3.º quarteirão da matriz, e 5 mil reis as em pontos mais distanciados. Duplicou o preço a partir de 1881. Em fins de novembro de 1886, o livro consigna 50 mil reis por data. A fl. 55 v., o fabriqueiro observa: «em 29 de 7bro a Intendencia elevou os preços da data a 200\$000, salvos os despachos anterior a esta data».

S. Carlos 29 de 7bro de 1891. Luiz Carlos»

No cemitério, cujo chão integrava também o patrimônio, inicialmente, por sepultura pagavam 400 réis à fábrica. Subiram mais 100 réis pelas alturas de 71. E já em novembro de 75 a fábrica recolhia 1\$000. Cabe lembrar, todavia, que a conservação do cemitério subordinava-se à fábrica. De outubro de 70 até março de 1883, tangente a óbitos e sepulturas, a fábrica recolheu aproximadamente dois contos cento e sessenta mil réis contra quinhentos e cincoenta mil réis de despesas. Em 13 de novembro de 1882 to-

(4) Esse livro fornece um histórico, o quanto possível satisfatório, das igrejas fundadas antigamente, e sob a jurisdição da diocese de São Paulo. Contém ainda nomes dos vigários, coadjutores, sacristães, fabriqueiros, e nomes das capelas filiadas às respectivas paróquias.

ratificada, pelo Diocesano uma tabela provisória de emolumentos paroquiais. Nela, especificava o artigo 57: «Pertence às Fabricas

§ 1.º De uma missa cantada nas grandes solemnidades	10\$000
§ 2.º De uma missa cantada nas outras solemnidades	5\$000
§ 3.º De uma missa de requiem	3\$000
§ 4.º De uma procissão	5\$000
§ 5.º De um enterro solenne	5\$000
§ 6.º De uma sepultura no cemitério parochial	3\$000
§ 7.º De cada encomendação na Igreja (5)	\$500»

Nota interessante: quando a epidemia variolosa atingiu proporções assustadoras na vila, constatamos um fato amiúde repetido — a matriz alugava caixões de defunto. Os preços variavam entre 2, 4, 5 e 6 mil réis, subordinados ao tamanho, mormente à situação financeira. Bem menos raramente o dedo do vigário amenizando o custo aos desfavorecidos da fortuna.

As ajudas à igreja, na forma de donativos, ofertas para os leilões, eram constantes. Até loterias correram em seu benefício:

«Laurindo Abelardo de Brito, presidente da província de S. Paulo, etc. etc.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a assemblea legislativa provincial decretou, e eu sancionei, a lei seguinte:

Art. Unico. Ficam concedidas mais seis loterias, sendo uma para a igreja de S. Benedito de Mogy-mirim; outra para a igreja do rosário da mesma cidade; outra á matriz de Nossa Senhora da Conceição de Mogy-guassû, outra para matriz do Espirito Santo do Pinhal e outra para matriz de S. Carlos do Pinhal.

Revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.

O Secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio do governo de S. Paulo, aos vinte dias do mês de Março de mil oitocentos e oitenta.

Laurindo Abelardo de Brito». (6)

Cada bilhete importava em 500 réis.

(5) Editais, fls. 15.

(6) Leis da Provincia de S. Paulo, Lei n.º 32 A. Anteriormente, mais ou menos pelas alturas de 72, já correrá uma em prol da matriz, custando cada bilhete 500 réis.

6 — OBRAS DA NOVA MATRIZ

O decênio inicial não findara, e já se cogitara substituir a igreja por outra mais condizente com o progresso da vila. Fato que secunda as impressões desabonadoras de D. Melo em 1859, como objetivas e reais.

As providências para angariar meios coincidiram com o ano da instalação da câmara. Os processos, idênticos aos usados em tôda parte ainda hoje: subscrições, festas, leilões, quermesses.

Seguindo a praxe, o padre Joaquim Botelho da Fonseca notificou a câmara esclarecendo que a subscrição achava-se em poder de Jesuíno José Soares. Aquela, todavia, entendeu dar cunho oficial e de maior amplitude ao movimento. Designou duas comissões para estudar o assunto. Prevaleceu o parecer desta: «se devia nomear empregados q tomassem conta da sobscrição já feita e continuação della e para isso a m.ma commissão nomeia os cidadãos seg.tes. p.a Thesoureiro o Mjr Joaquim de Meira Botelho p.a procuradores Snres Jesuino José Soares e Franco Geronimo Coelho Bitancurt e para director da obra Paulino Carlos de Arr.a Bot. S.m Carlos 4 de 8bro de 1865 Elias de Camargo Penteado e Manoel Peixoto Lopes». (1) Por indicação, aceita, do Presidente da Câmara, o vigário foi incluído na direção junto com Paulino Carlos.

Parece que a Câmara não estava bem certa do que pretendia a diretoria nomeada, nem o que estava em mente do vigário Joaquim, cujas idéias naturalmente pontificavam: o templo seria demolido ou apenas sofreria reparos? Oficiou-se-lhe consultando. Não há documentação concernente à resposta, mas não haja dúvidas. Com prévio conhecimento e apoio do bispado, optara êle pela demolição.

Estudou-se modo exequível de erguer uma igreja maior, mais bela, mais sólida, sem impedir contudo qualquer iato das cerimônias do culto. Após algum tempo, deliberaram: construir-se-ia por primeiro o corpo da igreja de maneira a envolver a existente. Cuidar-se-ia do presbitério por último.

(1) São Carlos, Atas da Câmara, Livro I, fls. 3. Sessão de 4-10-1865.

Entretanto não atacaram imediatamente a obra. Carecia-se da mola mestra: fundos. E os meses foram se revezando, contemplando o coreto, e as barraquinhas improvisadas no pátio; o vozear jubiloso daquela gente simples e trabalhadora, a ruidosa criançada, tudo de mistura com o arrazoado convidativo dos cooperadores e festeiros, a espaços abafado pelo bajue surdo do martelo do leiloeiro... Tais quermesses em nada se apartam de suas congêneres, que a piedade move nesses lugarejos escondidos do interior, ainda hoje.

Em meados de 66, um vereador quis saber a quantas andava a subscrição. Dos seus colegas, nenhum talvez soubesse adiantar. Daí: «o Senhor Siqueira indicou que se devia saber da subscrição que se promoveo para faser o corpo da Igreja Matris e que se officia ao Procurador nomeado para este fazer para dar solução a este respeito o que foi aprovado». (2) O que o procurador apurou é que a receita era muita escassa ainda para fazer face às despesas. E o trenzinho do rotineiro prosseguiu a marcha pela mesma bitola durante dois anos mais, quando se reuniu extraordinariamente a edilidade. A sessão foi presidida pelo Major Joaquim Roberto Rodrigues Freire:

«Acharão-se presentes os Senr.s Vereadores Rodrigues Freire Silva Franco, Eufrozino da Silva, Siqueira Serra, Baptista de Arruda, declarou o Senr Presidente aberta a sessão, e declarou ter convocado a Meza para se tomar em deliberação, epromover o comesso da obra Matris, neste acto compareceo o Vereador Peixoto Lopes e tomou assento, o Senr Presidente declarou que se devia nomear os empregados da obra assim ofoi deliberado epassando aproceder anomeação foi feito pela maneira seguinte — encarregado de adeministrar a obra do T.te Joaquim de Meira Botelho, para thezoureiro oReverendo Vigario Joaquim Botelho da Fonseca, procuradores em seos bairros os Senr.s Jose da Silva Franco, Coronel Antonio Carlos de Arruda Botelho, Joaquim de Abreo Sampaio, Carlos Augusto do Amaral, major Joaquim Roberto Rodrigues Freire, Elias de Camargo Penteado, Victor Augusto de Oliveira, João Baptista de Siqueira Serra. Afsignarão os officios aos mesmos Senhores o Prezidente declarou que avendo aqui perto desta Villa oSenr Aurelio Civati era de parecer que se convidace ao mesmo afim de ser por elle dado oplano da Igreja em relação a Capela Mor, oque foi pela Camara aprovado, assignou-se o officio nesse sentido, foi mais deliberado que se encarregasse aos Cidões Coronel Antonio Carlos de Arruda Botelho, Elias de Camargo Penteado, José Theodoro de Siqueira, para tomarem conhecimento dos Terrenos dado por diversas pessoas como consta dos seos Titu-

(2) Idem, Livro I, fls. 20. Sessão de 12-7-66.

los de digo para darem os Terrenos na forma das Posturas, ebem assim receberem as quantias que de hora endiante fica marcada a dez mil reis por cada dacta, e neste sentido assignou-se os officios aos nomeados, o Senr Vereador Arruda propos que devia providenciar que os dinheiros da fabrica focem posto vencendo algum premio o mesmo em poder do fabriqueiro ou em qualquer parte, pondo o Senhor Presidente em discução dis o mesmo Senr Arruda pedio adiamento para faser suas consultas arespeito pondo em discução foi atendido, suspendeo-se a sessão por sinco minutos, e tornando-se atomarem asiento o mesmo Senhor Arruda desistio da proposta. Nada mais ouve atratar fechouse a Sessão e eu Joaquim Manoel de Oliveira Secretario que a escrevy

Joaquim Roberto Roez Freire
João Baptista de Sigr.a Serra
Joze Eufrauzino C da Silva
Manoel Peixoto Lopes
Joze da Silva Franco
João Bap.ta de Arruda». (3)

(3) Idem, Livro I, fls. 58. Sessão de 7-6-68.

7 — CONTINUAÇÃO DAS OBRAS

Os trabalhos se pautavam em ritmo mais ou menos intermitente.

Mercê da correição do juiz da comarca, em 31 de agosto de 1870, nos inteiramos de que o saldo da fábrica acusou livre, na data, 3:990\$460. Nesse intervalo, até 31 de outubro de 71, foi arrecadado 1:833\$520, semando liquido para a igreja 5:823\$980.

Três anos e pico depois da sessão extraordinária de 7 de junho de 68, até a data supra, a Diretoria das obras da igreja tinha despendido:

«Com 400 carroças de pedra à 3\$	1:200\$000
Com lavragem de madeiras e carroto	858\$833
Com a viagem do Snr. Miguel	60\$000
Com lavragem de madeiras e carroto	622\$540
Com ferias de trabalhadores (3 semanas)	488\$780
Com caibros e vigotas cerrados	293\$480
Com ferias (duas semanas)	264\$400
Com ferias (duas semanas)	263\$890
Com ferias (duas semanas)	227\$340
Com ferias (duas semanas)	210\$090
Com palmitos (20 duzias)	70\$000
Com pregos, buracos	37\$400
Com oleo, alvaiade e Pintor	55\$900
Com ferias (2 semanas)	144\$500
Estão as despesas individualm.te documentadas (1)	4:797\$153»

«Da somma de 5:823\$980 r.s tirada a de 4:797\$153 gasta com as obras da Igreja e mais a de 116760 com a Igreja fica o saldo em Caixa de = 910\$067» (2).

Francisco Rodrigues dos Anjos, José Antunes, «Luçio», Peixoto: são nomes que se relacionam com a construção do templo,

(1, 2) Livro da Fábrica, fls. 11 e 12.

nos labores de carpintaria, marcenaria, pintura, de metal e avulsos. Pessoa de maior projeção era o Mathozo, um dos responsaveis e supervisores diretos. Quanto aos pedreiros, em número de dois, procediam de Piracicaba e eram escravos de Antonio Patrão. Um dêles, designado por Miguelzinho, teve sob a sua responsabilidade a lavragem da madeira e transporte. (3)

A construção foi se espichando pelos anos de 72 e 73. Graças à clareza do fabriqueiro João Carlos de Azevedo, podemos oferecer uma relação dos gastos o quanto possível minuciosa. Antes, porém, arrolamos os nomes dos que entestavam a diretoria — muito mais ampla que a nomeada em 68 — e a importância conseguida por cada um em pról das obras da paróquia:

«Joaquim José de Abreu Sampayo	100\$000
Carlos Augusto do Amaral	150\$000
Estevão de Sousa Barros	200\$000
Paulino Carlos de Arruda Botelho	200\$000
Elias de Camargo Penteado	200\$000
José Gonçalves d'Araujo Bueno	200\$000
Jacyntho de Sousa Neves	250\$000
Dr. Je. M.al de Mesquita Jor.	200\$000
Joaquim Ign.c.o de Mattos	100\$000
Jesuino José Soares de Arruda	100\$000
Bento Carlos de Arruda Botelho	100\$000
Antonio Franco de Lacerda e Irmão	100\$000
João Bap.ta de Sigr.a Serra	50\$000
Rdmo. P.e Joaq.m Botelho da Fonseca ..	50\$000
José Ignacio de Camargo Penteado	60\$000
Jeronymo Franco de Arruda	50\$000
Luiz Carlos de Arruda Mendes	50\$000
João Carlos de Azevedo	50\$000
Victor Augusto de Oliveira	50\$000
Antonio da Costa Mattos	30\$000
José Elias de Quadros Pacheco	10\$000
José Coma de Sousa Machado	10\$000

Somando-se êsses 2:310\$000 a 271\$480 obtidos através de leilões, e a 815\$800 recolhidos pela fábrica, temos 3:397\$280. Junte-se-lhe o saldo de 910\$067, do ano de 1871, e o total sobe a 4:307\$347, quantia que traduz a receita para os anos de 72

(3) A título de curiosidade observamos que êsse escravo (Miguelzinho), numa viagem que fez a Piracicaba, despendeu 60\$000.

e 73. (4) As despesas reduziram-na ao mínimo. Obedecem, no livro, à discriminação infra:

	Doc. n.º	
«Com feria (uã semana)	1	134:940
Com ferias (duas semanas)	2	159:940
Com ferias (duas semanas)	3	310:740
Com feriãs (tres sem.)	4	226:000
Com ferias (tres sem.)	5	306:180
Com uã Feria paga p.o Rdm.o Vigr. e 3 duzias de talas	6	100:800
Caibros e vigotas	7	252:200
Com madeiras lavradas	8	270:000
Com vigotas	9	110:000
Com feria da Igreja	10	63:520
Com vigotas	11	96:000
Com tres duzias de taboas de Cedro	12	33:600
Com condução de telhas do Pinhal . .	13	35:000
Com tres carroças de ripas	14	18:000
Com trinta e quatro taboas de Cedro	15	31:720
Com cem libras de pregos	16	36:000
Com feria da Igreja	17	31:220
Com sete dusias de palmitos	18	24:500
Com pregos	19	48:000
Com tres dusias de palmitos	20	9:400
Com oito mil e tantos tijollos	21	456:000
Com condução dos m.mos	22	25:000
Com mil tijollos comprados ao Cap.m A. Vicente		50:000
Com tres carros de area, dois de saibro, sepo (etc)		11:500
Com os dois pedreiros — p.a levan- tam.to das paredes de pedras e serventes, ganhando aq.les á 3:500 r.s por dia cada ã, e estes á 1:000 r.s — obrigd.o a Igreja à dar-lhes alimentação, pagan- do-se p.a comedoria diaria à cada uã 500 r.s		1:398:500
Soma (5)		4:238:760»

O dinheiro da fábrica ficou reduzido a 68\$587. E os gastos não pararam aí. Salvou, contudo, de um deficit o produto liquido da venda de cartas de datas.

Damos a palavra ao fabriqueiro: «Despendeu mais o Diretorio das obras da Igreja com a mesma —nos dois annos— a somma de oito centos e sefsenta e tres mil tresentos e oitenta reis, que foi paga pelo Procurador de S. Carlos o cidadão Luis Carlos de Arruda Mendes, conforme os recibos em poder do mesmo. Desta somma de oito centos e sefsenta e tres mil tresentos e oitenta reis tirado do total arrecadado por aq.lle Cidadão e proveniente de dactas -de um conto sete centos e vinte e tres mil reis- fica digo deixa em Caixa a q.ta de oito centos e cincoenta e nove mil seis centos e vinte reis, que com a outra acima e *item* em Caixa -de sefsenta e oito mil quinhentos e oitenta e sete reis perfasem o total em Caixa de nove centos e vinte oito mil dusentos e sete reis (928:207 r.s)» (6).

Nos anos de 72 e 73, os serviços dos pedreiros se desenvolveram em dois periodos. O primeiro demorou 49 dias, sendo empregados dois pedreiros e dois serventes. Com um servente a mais e outro período permitiu atividades durante 67 dias. Os pedreiros — escravos — percebiam 3\$500 diários mais 500 réis para refeição, incluindo dias santos e domingos, uma vez que residiam em Piracicaba. Quanto aos serventes apenas 1\$000 por dia e 500 réis para comida sômente em dias de atividades. «Os jornais dos Pedreiros foram pagos ao Senhor dos mefmos por intermédio do C.el Antonio Carlos de A. Botelho, eos serventes recebião no fim da Semana os jornais ganhos». (7)

A igreja consumira até então perto de 10 contos líquidos. Doze vezes mais que a anterior, e, como aquela, tambem de madeira.

(4, 5, 6 e 7) Livro da Fábrica, fls. 12v., 12, 13, 13. Como dissemos falta fôlha inicial do livro da Fábrica que compulsamos. O nome de Aurélio Civati não é nomeado, o que nos leva a crer que as obras principiaram pela capela-mor, levada a efeito, entre 69 e 70. Obedeceram a um plano mais ou menos semelhante ao da construção da atual capela de São Benedito.

8 — AS MISSÕES

Sob esta epígrafe, o vigário dedica as derradeiras fôlhas manuscritadas, do Tombo I, ao movimento missionário verificado entre 31 de dezembro de 1876 e 10 de janeiro seguinte. A seu convite, na ante-véspera de 77, botaram pé na vila os Padres José Maria Montéro e Augusto Servanzi.

E já na manhã imediata entraram a pregar, versando sôbre os mistérios, origem e história da religião católica. É melhor ceder a palavra ao cronista, cujo esplêndido relato — o único de que temos notícia de sua lavra — permite-nos ajuizar-lhe o estilo.

«A trinta de Dezembro proximo passado chegarão a esta Villa por meu convite os Reverêndos Padres Mestres Missionarios Jose Maria Montéro e Augusto Servanzi; no dia seguinte começarão a pregar, explicando os mistérios da Nossa Santa Religião, origem e historia da mesma, quer de manhã quer de tarde a palavra dos eruditos e virtuosos missionarios foi ouvida com toda a attenção. Cada noite centenaes de pessoas se confessavão, e durante o tempo das Missões se confessarão e commungarão duas mil pessoas, e fes-se dez casamentos de pessoas publicamente amancebadas. Por espaço de dez dias, quantos durarão as missões, jamais deixou d'estar cheia de gente a Igreja Matriz. Cerca de duas mil pessoas assistião diariamente aos officios religiosos e sermões, proferidos ora por um ora por outro pregador; á tarde augmentava a concorrência, porque ambos os Missionarios, um após outro subião á tribuna sagrada. Nunca se presenciou tanta gente reunida nesta nova localidade, ao mesmo tempo nem a mais pequena perturbação, ou desordem ocorreu; é que este bom povo crente e respeitoso cumpria um dever e não assistia a diversão, é que a espontaneidade pacifica e religiosa d'uma multidão constitue verdadeira autoridade.

No dia sete deste (e quando já se poderia julgar cançada a população) foi conduzida solememente uma alta cruz para o largo denominado de São Sebastião, em um bairro desta Villa; e foi neste mesmo dia que mais imponente e magestosa se revelou a fé e vontade dos crentes. Cinco mil pessoas seguramente acompanharão o Symbolo de nossa redempção e Emblema do Homem D.s Erecta a Cruz n'aquelle lugar, ainda inculto ou despovoado,

e um dos pontos mais altos desta Villa, subio a um estrado o Reverendo Jose Maria Montéro, e d'ahi contemplando por momentos figurada e realmente a situação, onde se achava, e a multidão, que attenta aguardava toda a explicação do acto, expoz em linguagem clara e singela o que foi a Cruz, o q̃ ella representa e como deve ser considerada material ou moralmente até a consumação dos seculos por todos, quantos acreditão n'Aquelle, que nella e por ella se dignou padecer e morrer. No dia oito quasi igual affluencia presenciamos em uma procissão feita ao Cemiterio. Em virtude pois do que deixamos esposto é evidente que a estada dos Reverendos Missionarios Nesta Villa marcará uma epocha luminosa e civilisadora para todos, os que creem em nosso Credo Religioso, unico capaz d'unir e fortificar a humanidade, sem excepção de classes e de castas. As leis e codigos das nações de ordinario se affeioão á origem superior d'onde partem; parece-nos que ainda em nossa idade as leis mais famosas são as da antiga republica = capital do universo; mas nem a palavra de seus Imperadores, nem o seu =Senatus Consultus= legislarão sobre o mundo com a eloquencia e força comparavel á do humilde Auctor dos Evangelhos. Hoje seguirão para Araraquara, onde nos consta que são esperados com anciedade e onde vão pregar os Reverendos Montéro e Servanzi; no acto dapartida ainda o povo admirou e applaudio; cerca de duas mil pessoas umas a pé outras a cavallo os acompanharão até fóra da Villa distancia de meia legua. As scenas occorridas no momento da separação =em campo aberto provarão ainda que só as tres virtudes theologais, e nenhum interesse mundano, alli conduzia e animava aquella respeitavel multidão; consequentemente um sincero voto de louvor, uma verdadeira homenagem de respeito ao povo de São Carlos do Pinhal, é este o nosso empenho, do qual nos procuramos desobrigar. S. Carlos do Pinhal =10= de Janeiro de =1877=

O Vigario Joaquim Botelho da Fonseca» (1).

(1) Tombo I, fl. 48. Cinco mil pessoas seguramente, frisa o Pe. Joaquim. Parece soar exageradamente aos desavisados, mormente considerando, na época, o número de almas em S. Carlos. Somos de opinião, todavia, que refletem a realidade. Não compareceram em exclusivo os locais, mas todos os das redondezas, cidades e vilas limitrofes. Os missionários têm o dom especial de falar linguagem acessível e penetrante, o condão de arrastar multidões. E o nosso interiorano simples, bom, não mede sacrificios no cumprimento de um ato, de uma obrigação que reputa sagrada. Esse o motivo que nos move a ter por veraz o testemunho do cronista.

9 — AMPLIAÇÃO DAS DIVISAS

Dom Lino endereçou uma circular aos vigários do Sul de Minas, «a proposito de duvidas que se suscitarão alli relativamente a alteração de limites e divizas parochiaes».

Raiz da questão: a Assembleia Legislativa Provincial alterou os limites de algumas parochias, e os vigarios entraram a hesitar se deviam considerar as divisas modificadas ou cingirem-se às antigas ecclesiásticas. Dividiram-se.

A preleção do antístite, a 26 de abril de 1878, há de certamente agradar aos que se dedicam à história religiosa, das paróquias, ao tempo do império. Transcrevemos resumidamente o que mais possa interessar:

Na criação de uma paróquia precedendo, como de justiça, o acôrdo entre o Prelado, faz-se mister o ato da aprovação e instituição canônica para que seja ella considerada legal e devidamente erecta. É preciso igualmente aprovação quando se trata de suprimir, dividir ou desmembrar della, todo ou parte do território para anexá-la a outra. Em tôdas as hipóteses, questões de ordem espirital necessitando da interferência indispensável do diocesano. Isto tudo importa em destituição da jurisdição de um pároco no todo ou parte da transferência desta, na mesma proporção, para outro sacerdote — *illius est destituere, cujus est instituere*. Quando o Prelado silencia, não é que concorde com êsses atos não poucas vêzes meramente civis, sem a menor interferência nem prévio conhecimento do Prelado. O Bispo nada tem a ver com as criações e divisões atinentes aos efeitos civis e políticos, porém recorda que o Govêrno Imperial tem, por mais de uma vez, proferido decisões em consonância com o genuino direito ecclesiástico. Assim nos avisos de 3 e 30 de janeiro de 1849 declara: «suposto possão as assembléias legislar sôbre a divisão ecclesiastica, estas não se devem julgar existir, mesmo para efeitos civis e políticos, sem que intervenhão os bispos». Conquanto a audiência dos Prelados não sejam exigidas por disposição, é ella de grande conveniência. O fim é harmonizar os efeitos civis e canônicos dessas criações, sobretudo na questão de limites. Embora o mais das vêzes seja a intervenção do Pre-

lado posta à margem, apenas chamado a promover com o seu despacho, as solicitações dos interessados. Sem a intervenção do Prelado, a ação dos dois poderes — espiritual e temporal — continuará a ser exercida sem aquêle feliz acôrdo e inteligência essencial à paz e prosperidade dos Estados (1).

As divisas civis propostas não divergiram das eclesiásticas. Diversas as alterações que lhe modificaram a geografia económica, dilatando-lhe as fronteiras, mercê das fazendas que impetraram e passaram a pertencer à estola da matriz de São Carlos. Visto silêncio do Tombo, a respeito, parece se entrozaram as leis civis e as eclesiásticas.

Relação das fazendas:

Lei n.º 30 de 28 de março de 1865: «Aparte de terras, pertencentes aos herdeiros de Carlos José Botelho, compreendida entre as cabeceiras dos ribeirões das Cobras e Geraldo, sita no município do Rio Claro, ao de São Carlos do Pinhal» (2).

Lei n.º 18 de 16 de março de 1866: «Art. 1.º: Ficam annexos:

§ 4º — A parte da fazenda pertencente ao doutor Bento Aguiar de Barros, comprada aos herdeiros e viuva de Christovão Corrêa e Castro; a fazenda denominada — São José — do tenente coronel José Maria Gavião Peixoto; a dos herdeiros do finado Agostinho de Camargo Penteado, ora situadas no município de S. Bento de Araraquara, ao de São Carlos do Pinhal» (3).

Em data de 12 de fevereiro de 1875, o bispado concedeu provisão a José de Camargo Penteado, Joaquim Pacheco de Mendonça, José Pires Godoy, todos de Belém do Descalvado, para pertencer a São Carlos (4).

Bento Luís de França e seus genros Joaquim Francisco de Oliveira, Domingos Cardoso de Toledo, fregueses de Araraquara, pedem a 2-10-77 para serem atendidos na estola desta paróquia. Provisão favorável em 12-11-77 (5).

Em 18-2-78 Dom Lino provisiona o Cap. José Rodrigues Simões e seu genro Victor Leite de Barros para, do curato de Dourados, se integrem nesta paróquia (6).

Joaquim Alves Ferreira e «as pessoas que morem em sua companhia» obtiveram de D. Lino, na data acima, provisão para socorrerem-se espiritualmente nesta vila (7). Anteriormente faziam parte da paróquia de Descalvado.

(1) São Carlos, Tombo II, fl. 9.

(2, 3) Leis da Província de São Paulo.

(4, 5) São Carlos, Tombo I, fls. 33 e 45 v.

(6, 7) Idem, fls. 8 e 9 v. Tombo II.

D. Lino, a 29-12-88, atendeu a petição do Barão de Piracicaba, anexando a São Carlos a sua fazenda agrícola — Santa Maria — até então sob a jurisdição de Brotas (8).

A fazenda Montes Claros, até então da freguesia de Descalvado, a 20-9-1893, a pedido de seu dono, cavalheiro de Sousa Dantas, foi por D. Joaquim de Arcoverde incorporada a esta estola (9).

Finalmente, a 26-12-1893, D. Lino desmembrou a fazenda do Cap. João Manuel de Campos Penteado de Araraquara, em benefício desta matriz (10).

No decorrer desse tempo todo, São Carlos sofreu uma amputação apenas. A fazenda Figueira, do tenente coronel Floriano de Camargo Penteado que, a partir de 6-3-82, ficou subordinada à jurisdição de Belém do Descalvado (11).

(8) Idem, Tombo III, fl. 16 v.

(9) Editais, fl. 18 v.

(10) Tombo III, fl. 46 v.

(11) Tombo II, fl. 22.

10 — CONSAGRAÇÃO DA PARÓQUIA AO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

A 26 de agosto de 1884, D. Lino Deodato de Carvalho expediu carta pastoral anunciando a solene consagração da diocese ao Sagrado Coração de Jesus. A cerimônia teria lugar no próximo dia 8 de setembro, dia consagrado a Nossa Senhora, na igreja catedral e na capela do Sagrado Coração de Jesus, recém erguida (1).

E ordenava, outrossim, que ainda no corrente ano, até 31 de dezembro, se celebrasse o ato da consagração «em todas as matrizes e capellas curadas da diocese, e nas igrejas filiais, Casas Religiosas, Ermidas e Oratorios», onde a conveniência ou possibilidade ditasse.

De como se ateve a paróquia local, fala-nos com eloquência a ata lavrada pelo seu vigário. Através dela conjecturamos o esplendor de que se revestiram as solenidades na velha matriz.

Como de praxe, durante dias seguidos sucederam-se previamente avisos, de permeio às missas e rezas.

Pelas cinco da tarde, do dia 31 de outubro, iniciou o tríduo preparatório para a consagração. Terço, ladainha, e bênção solene do Santíssimo Sacramento. Aos fiéis, apinhados no recinto, o Padre Joaquim ensinou sobre as virtudes teologais e a contrição dos pecados. Às cerimônias do dia seguinte o povo acompanhou também em massa.

Quem, nessa noite, convergissem para o largo da matriz, surpreender-se-ia gratamente com o brilho trêmulo das candeias delineando os contornos da fachada e da torre. Festões e flores em profusão, de mistura às bandeirolas, dando à igreja ar gracioso e festivo. De algum radicado mais à distância, ou fortuito viandante, gravar-se-ia nos olhos da memória aquela visão esplendorosa engastada no fundo da noite.

Bom sinal! Regosijaram-se aqueles católicos de boa fibra. Teriam, a seguir, festividades de cunho mais pomposo e belo.

(1) A igreja onde funciona anexo o Liceu de Artes e Ofícios Coração de Jesus, em São Paulo.

E de fato. Pela manhãzinha, finda a missa conventual, o Padre Joaquim expôs solenemente o Santíssimo, procedendo estritamente de acôrdo com o ritual romano e as instruções emanadas do diocesano. Do púlpito, em voz alta e pausada, leu a prece de consagração ao Senhor dos Senhores. Têrmo por têrmo, repetiu-lhe respeitosamente a multidão da nave.

Nos anais religiosos da paróquia, marcaram época as cerimônias. Para que constasse «in perpetuum», o vigário historiou singelamente no Tombo:

«Aos dois dias do mez de Novembro do anno de mil oito centos oitenta e quatro, nesta matriz de São Carlos do Pinhal teve logar a solene festividade da consagração d'esta Parochia ao Sagrado Coração de Jesus, precedida do triduo recommendado pelo Ex.mo Rv.mo S.r Bispo Diocesano, constando de missa com musica, Pratica analoga ao acto durante o triduo, e por fim a Benção do Santissimo Sacramento, ao que sempre assistiu grande numero de fieis.

São Carlos =5= de 9br.o de =1884=

O Vigario Joaquim Botelho da Fonseca» (2).

(2) São Carlos, Tombo II, fl. 41.

11 — SEGUNDA VISITA PASTORAL

A vinda de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho foi historiada com minúcias, no Tombo. Uma vez que nada temos a observar, cedemos a palavra ao Cônego Marcolino Cintra que secretariou a visita.

«Fasemos saber que, tendo nós resolvido visitar pessoalmente a parochia de São Carlos do Pinhal, cidade do mesmo nome, da Diocese e Estado de São Paulo, da qual é vigário Encommendado o Revdo. Conego Honorario Joaquim Botelho da Fonseca, partimos da Capital a 24 de maio p. findo, no trem expresso da Estrada de Ferro Inglesa (1), das seis horas e dez minutos da manhã, e seguindo da cidade de São João do Rio Claro em carro especial chegámos a São Carlos as 2 e 1/2 horas da tarde, tendo sido recebido pela comissão de recepção na estação do Visconde do Rio Claro (2) e na da cidade pelo Revdo. Parocho e mais sacerdotes, por inumeravel multidão de pessoas, differentes commissões nomeadas, funcionarios publicos, civis e militares, distinctas familias do logar, meninos e mininas de diversos estabelecimentos de instrução etc.» (3).

Destarte a reportagem do *Diário de S. Carlos* descreveu a recepção:

«Imponente foi a recepção feita pelo povo são-carlense a S. Revma. D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, bispo desta diocese.

As 2 horas e meia da tarde, hontem, conforme affirmamos em nosso numero passado, chegou o especial que conduzia S. Ex.a Revma. e sua comitiva.

Massa enorme de povo, enchia a gare, a praça da estação e suas immediações.

(1) O trem foi especialmente oferecido pela Cia. Rio Claro Railway, conforme esclarecimento do *Diário de S. Carlos*.

(2) Era designada Estação do Feijão. Integravam a comissão de recepção: Drs. Aquino e Castro, Gomide, Gastão de Sá, Paulino Carlos, A. Cajado, Eugênio Egas e Cincinato Braga.

(3) Tombo III, fl. 35.

Desfilavam, desde a plataforma até o meio da praça duas columnas de honra formadas por gentis senhoras da nossa sociedade, alumnos e alumnas das escolas — Dauntre, Oliveira, Bellegarde, A. Azevedo, B. Marques, Dona Martha Botelho, e D. Maria Thereza de Arruda Campos.

Ao deixar o trem S. Ex.^a foi recebido pelas diferentes commissões nomeadas, auctoridades civis e militares e as pessoas gradas e mais respeitaveis da nossa sociedade, tomando em seguida a palavra o Snr. Bitencourt Coelho que, em phrases curtas mas repassadas de profundo respeito saudou o illustre e venerando hospede.

O primeiro grito de saudação foi erguido pelo estimado vigario Conego Botelho da Fonseca, correspondido pelo povo.

Com S. Ex.^a Revma. vieram os distinctos cavalheiros que foram esperar na proxima estação.

Após o curto mas eloquente discurso do Snr. Bitencourt Coelho, seguiu S. Ex.^a sob uma chuva de flores, detendo-se em caminho, ao enfrentar com tres galantes alumnas do Collegio Dauntre, as meninas Candida Novaes, Antonieta Novaes e Joanna de Sá, que cobrindo-o de flores esfolhadas, recitaram mimosos versos.

S. Ex.^a dispensou o carro que o esperava e seguiu a pé, até certa altura, acompanhado das commissões, Senhoras, povo e das bandas de musicas.

Seguido pelo povo, musicas, e ao estrugir dos foguetes e baterias chegou S. Ex.^a á casa do Doutor Procopio Malta que hospeda-o e ao seu Secretario.

Acompanhando os Revd.os Padres da comitiva de S. Ex.^a seguiu o nosso estimavel vigario conego Botelho, fasendo a guarda de honra deste segundo grupo, os alumnos das escolas com seus estandartes e parte das commissões.

O D.or Procopio Malta apresentou a S. Ex.^a os membros das commissões e representantes de corporações e outros respeitaveis cavalheiros que respeitosamente se descobriram, não diante de um principe, mas em frente de um ministro da egreja de Christo, cuja historia a ouvimos desde o berço» (4).

Em outra edição alhures, diz o reporter: «Com a chegada de s. exc. rev. sr. D. Lino, a nossa cidade tomou um certo aspecto. As ruas adquiriram mais movimento com a extraordinaria concurrencia de povo que affluio de todos os pontos do municipio para vir as festas que vão se realisar com enorme pompa e

(4) *Diário de S. Carlos*, de 25-5-1890.

magnificencia. Desde o dia de sua chegada diversas ruas tem sido illuminadas «a giorno» (5).

Prossegue no Tombo:

«No dia seguinte, domingo de Pentecostes, sahindo processionalmente da casa do Ill.mo S.or Procopio de Toledo Malta, onde nos achámos hospedados, effectuamos, de des para onze horas da manhã nossa entrada solemne na matriz, e celebrando em acto continuado a missa conventual, fisemos logo depois, uma instrução pratica ao povo sobre a visita, chrisma etc. terminando a solemnidade pelas orações proprias, bençam pastoral, publicação das indulgencias e um TE DEUM em acção de graças.

Na segunda feira, 26 de Maio, começamos a administrar o Chrisma as pessoas que se apresentaram, quanto nos era dado conhecer em condições de receber este sacramento, e assim por diante, todos os dias, ate a vespera da nossa partida para São João do Rio Claro; exceptuando a dominga da Santissima Trindade, em rasão do Pontifical e outras solemnidades que então se deram.

Durante esses dias, chrismaram-se seis mil quatrocentos e quarenta e uma pessoas de diferentes idades, estados e condições sendo homens: 3.196, Mulheres 3.245, Total 6.441 pessoas».

«No sabbado, 31 de Maio, effectuamos na capella de Santa Cruz a bençam da imagem do Sagrado Coração de Jesus a fim de ser condusida processionalmente para matriz no dia seguinte; e voltando a matriz procedemos a bençam da Imagem de Nossa Senhora de Lurdes; ambas perfeitas e de tamanho regular.

Na Dominga da Santissima Trindade, 1º do corrente, (encerramento dos devotos exercicios do mez mariano) celebrou-se na matriz solemne Pontifical servindo de diacono da missa o Revdo. Luciano Francisco Pacheco, Vigario de Araraquara, Subdiacono o Revdo. Bento Monteiro do Amaral, Vigario de Brotas. No solio serviram, de Prebystero assistente o Revdo. Conego Honorario Angelo Alves d'Assumpção, diaconos os Revdos. João Baptista de Oliveira Salgado, Vigario de Pirassununga e D.or Venancio Café, sacerdote da Diamantina recém chegado de Roma, ministro do Baculo o Revdo. Guedes, Vigario do Ribeirão Bonito. Pregou ao Evangelho o Revdo. D.or Jones Nery de Toledo Lyon. Ao recolher da procissão a noite, solemnisou-se o acto da Renovação das promessas do baptismo, officiando pontificalmente nós e orando o Revdo. D.or Café».

Alem dêstes sacerdotes, achavam-se presentes o secretario particular do bispo, o secretario da visita, e os Revdos. Conego

(5) Idem, 27-5-90, nº 180.

Joaquim Botelho da Fonseca. Antonio Jose de Castro e Nicolau Scurrachio, residentes na cidade.

«Na impossibilidade de realizar todos actos da visita no dia de nossa chegada, como prescreve o pontifical, reservamos para a quarta feira (4 do corrente) parte desses actos; e nesse dia a uma hora da tarde, dirigindo-nos processionalmente a matriz, e ahi celebrados os actos funebres em sufragio pelos mortos.

Enfim foi observado tudo o que concerne à visitação.

A noite do dia 5 «voltando processionalmente á egreja matriz para encerrar os trabalhos, despedimo-nos desta querida porção de nossos diocesanos, dirigindo-lhes nossas mais e instantes recommendações, especialmente sobre a perseverança na pratica do bem, realisação de seus bons propositos e fiel cumprimentos dos deveres religiosos; agradecendo-lhes igualmente os testemunhos de amor filial, respeito e veneração com que nos trataram durante todo o tempo de nossa estada no lugar.

A este acto seguio-se um solemne TE DEUM em acção de graças pelo bom exito da visita, funcionando nós pessoalmente e dando, como em outras occasiões, a benção do Santissimo Sacramento a extraordinaria multidão de fieis ahi presentes.

Em conclusão, agradecemos do intimo d'alma ao Revm.o Senr. Conego Vigario e fieis desta parochia, as irmandades religiosas, funcionários publicos, corporações musicas, cidadãos e distinctas familias do lugar, commissões de recepção e de modo especial ao Illmo. Snr. D.or Procopio de Toledo Malta e sua respeitavel familia, o generoso e franco acolhimento que nos dispensaram, e sobretudo os sentimentos de filial amor e veneração que testemunharam quer a nossa pessoa quer principalmente ao character sagrado de que nos achamos revestido, posto que immediatamente.

E em testemunho da nossa gratidão, paternal e extremoso affecto —concedemos a todos nossa benção pastoral: Em nome do Padre e do Filho e do Espirito Santo Amen» (6).

Encerrada a visita no dia 6, no amanhecer seguinte D. Linó rumou para São João do Rio Claro.

12 — BENS MÓVEIS

Praticamente a paróquia quase nada possuía, nem o mais urgente, quando de seu predicamento à freguesia.

O padre deve ter sofrido assás com a penúria de vasos e alfaias, e a pobreza da fábrica, cujos rendimentos bem longe andavam de satisfazer.

Em 67 efetuou uma despesa enorme, e se coagiu estender a mão ao legislativo: «Leu-se um requerimento do Vigário desta Villa pedindo a esta Câmara o pagamento de quinhentos e sette mil reis despendido em alfaias para a Igreja Matriz pondo endescussão foi deliberado que ordenasse ao Fabriqueiro para faser o pagamento» (1).

Até maio de 1890, a fábrica despendeu perto de 2:000\$000, em vasos e alfaias. De maneira que, nas solenidades da 2ª visita pastoral, a igreja se não ostentava luxo, tão pouco se achava desprovida do preciso.

No levantamento dos bens da igreja, ao qual procedeu o secretário da visita, havia:

«Imagens

Uma	imagem	de	S. Carlos,	imagem	de	quasi metro de altura
»	»	»	Nossa Senhora das Dores	tamanho	regular	
»	»	»	»	da Conceição	pequena, boa	
»	»	»	»	de Lourdes	»	»
»	»	»	São Sebastião	tamanho	regular	boa
»	»	»	Nosso Senhor dos Passos	tamanho	regular	sofrível
»	»	»	São Benedicto	tamanho	regular	boa
»	»	»	Menino Jesuz	pequena	boa	
»	»	»	Sagrado Coração de Jesus	pequena	boa	
»	»	»	Senhor Crucificado, e uma do Senhor Morto			

Todas as imagens têm seus resplendores ou coroas de prata do Porto. Nada possui a matriz de ouro, excepto um pequeno rosario de Nossa Senr.a.

(1) São Carlos, Atas da Câmara, Livro I, fl.

Prata

Uma ambula de prata toda dourada, com envoltorio de damasco lavrado.

Quatro calices = 1 vidro todo lavrado e dourado, 1 dourado só a cópa e 2 velhos. Vaso de Santos Oleos novo. 1 terno de vaso, e m.s um, porem este de metal. 1 Caldeirinha nova, e m.s uma de caldeirinha, esta de metal ja velho.

Turibulo e naveta, e 1 turibulo e Naveta de metal e galvanizado, ja velhos.

Uma lampada de prata; porem pequena

Galvanismo

1 Custodia regular galvanismo

3 banquetas galvanisadas com seus crucifixos: um de madeira dourada

2 cruses Procissionaes galvanisadas: com suas mangas

1 Cancellia d'Hostias, galvanisada, e 2 de folhas

1 campainha galvanisada, 2 de bronze = 3 sinos na torre

1 concha de baptismo, galvanisada

1 Lustre grande para 24 Luzes, crystal, 4 pares de galhetas

7 Missaes = 4 novos (e um destes é rico) e 3 mais usados.

2 Rituais de 5º = 1 novo = 1 = velho

4 pedras d'Ara, todas perfeitas

1 Pia de Pedra marmore (baptismal)

1 Harmonium em bom estado

3 jogos de sacras

1 archaz novo e um velho

1 Relogio americano na Sacristia

1 Harmario fechado a chave

4 Estantes de missal e 2 confessionarios muito simples

1 Presepio grande na sacristia, um caixão de guardar roupa branca

Paramentos

1 Paramento todo branco e completo com veo e pluvial

1 » branco e vermelho completo com veo e pluvial já usado

2 Pallivas 1 todo branco novo, outro branco e vermelho já usado

2 Dalmaticas de duas corêns branca e vermelha muito velhas

1 Umbella vermelha, simples e muita usada

3 casulas avulsas e de duas cores branca e vermelha, usadas

1 » nova toda nova, com os pertences

1 » rocha » » » » » »

- 1 casula verde toda nova, com os pertences
- 2 » pretas 1 nova e 1 velha
- 1 Paramento preto completo com 2 pluviaes novos
- 3 Estollas Parochiaes 1 preta bordada, 1 rica branca, e
- 1 baptismal de duas cores
- 3 alvas, de linho e novas, 5 mais usadas para o diario
- 6 cordões ou cingulos, 3 novos, 3 mais usados
- 10 amictos de linho
- 6 corporaes de linho
- 30 toalhas de altares, e outras de mão e communhão.
- 28 sanguinhos e 10 manustergios
- Tapetes ou tapeçarias para os altares.
- = Está conforme = O Secretario = Cintra. (2)»

13 — REFORMAS NA IGREJA

Mesmo pela rama, uma verificação sôbre a história das capelas e igrejas do Brasil colônia e império nos alertará que as quase ininterruptas reformas destas, menos se devia à habilidade dos carapinas e profissionais do que à precariedade crônica das fábricas, que vedavam ordinariamente serviços de maior amplitude e eficiência.

As reformas parciais feitas por etapas, amiúde bastante folgadas, se processavam em consonância com a receita da fábrica, e esta espelhava as possibilidades econômicas do meio. Dizemos econômicas, porque o veio da fé e da boa vontade jamais secou em nossos maiores.

Atestado incontestado são essas igrejas que ponteiam os mais longinquos brasis. De onde em onde topa-se, num lugarejo, com um só edifício de proporções agradáveis, em cotejo com a pobreza do ambiente: a igreja. Ergueu-a uma coletividade de nível aquém de médio ou pouco mais que miserável. Do alicerce à torre construiu-a apenas aquêlê intenso sentimento comum de crença — a crença católica. Que outra explicação?

Se de fato o grosso das obras se concluiu em fins de 1873, a rigor não haviam dado o último acabamento. Assim todos os trabalhos, referentes aos caixilhos e vidros das janelas, foram rematados em janeiro de 1877, recebendo J. Ferraz de Almeida Xavier a quantia de 543\$374. E nos anos seguintes, até 1890, mais 2:800\$000 foram gastos. Em 1886, D. Lino autorizou de vez, ao fabriqueiro, que o saldo da fábrica (1:600\$000) fôsse empregado com as obras da matriz. Nesse ano importantes reformas tiveram lugar: aumento da nave e levantamento da torre. Sem prôpriamente demolir, as paredes de madeira foram substituídas por tijolos. O serviço foi executado de tal maneira que não deu margem à interrupção do culto. Infelizmente o livro da Fábrica é lacônico, restringindo maiores considerações.

Mas deixemos que o secretário da visita faça crítica não só dos reparos como da apresentação geral da igreja.

«Passamos a expender em resumo o resultado do exame e observações a que procedemos na visita á egreja matriz.

Notamos com saptisfação que o templo está provido de bons paramentos e alfaias mais urgentemente reclamados pelo serviço do culto, faltando-lhe apenas, além de outros, os necessarios para os actos solemnes da Semana Santa.

O Sacrario, colocado um pouco acima do altar-mór, está forrado de setim branco, com pavilhão e cortina interna da mesma cor, muito decente, e nas precisas condições liturgicas.

A Pia baptismal, que é de marmore e de tamanho regular, está colocada em capella propria, no logar do costume, separada do resto da egreja por uma porta ou gradil, e fechada a chave. Está soalhada e forrada de madeira; empapellada e muito decente. Nada falta para o mister a que é destinado.

Ao lado esquerdo da Capella-mór, ha uma pequena salla decentemente, que communica por um corredor (por detraz da capella-mór) com a sacristia, onde ha, além de um bom archaz, o mais que é necessario para conservação e guarda dos objectos do culto.

Apraz-nos declarar que os livros parochiaes estão bem conservados, com a escripturação em dia e feita com a possivel regularidade; o que muito abona o zelo do Revdo. Parocho neste ramo de serviço.

Quanto ao interno da igreja matriz nos é grato declarar que, com as obras recentemente feitas, é em geral bom.

Além do altar-mór, que pede mais um pouco de elevação, há também dous lateraes e decentes, em que igualmente se celebra o Santo Sacrificio da Missa: o da Senhora das Dores a direita e o do Sagrado Coração de Jesus a esquerda.

O corpo da igreja communica na parte terrea e na superior com os corredores por duas galerias de cada lado, sendo nesta parte dividida por uma balaustrada invernizada, e de boa madeira, que se estende até o côro, formando um só todo.

Está assoalhada de novo e do mesmo modo forrada e toda oleada de branco.

Não é um templo espaçoso, nem de grande elevação, mas presta-se comoda e decentemente aos actos do culto divino.

A parte esterna foi também retocada; esta segura e decente, com as janellas invidraçadas e tendo no centro do frontispicio uma torre proporcional e de agradável aspecto.

Satisfez-nos por tanto, o actual estado da igreja matriz, que não ha muitos annos, achava-se em mau estado e desprovida de commodos e de objectos necessarios a uma greja parochial» (1).

(1) Tombo III. fl. 36 v.

Em 1893, o livro da Fábrica acusa despesas um tanto pesadas, com calçamento da matriz e outros serviços de pedreiro. Os trabalhos foram executados por Attilio Picchi, que recebeu 2:238\$000; Joaquim Dinis, que embolsou 1:266\$000, e, Antonio Papais contemplado com 651\$500 (2).

(2) Livro da Fábrica, fls. 58 e 59. Outros gastos ainda foram efetuados, porém, por menores e de pequena monta não os consignamos.

Na concepção da Igreja, santos são aquelas criaturas cuja vida terrena foi canalizada para Deus, cujas ações, amiúde levadas ao heroísmo, traduziram sempre motivos puramente transcendentais, espelharam fielmente o mandamento primeiro do decálogo. No dizer comum da Igreja, os santos são os amigos de Deus. Aquêles que, com tôda certeza, fruem da sua presença eterna. O seu poder, o que se deduz facilmente, é enorme. Os católicos os veneram, e lhes suplicam sejam intermediários nas graças que ao Criador rogam.

A gravura, «o vulto», a imagem de um santo induz a sentimentos de respeito religioso, não pela forma material desta, mas a sua representação que ergue a lembrança ao próprio santo.

A imagem do padroeiro de uma família, sob cuja proteção a mesma se colocou, possui significado profundamente religioso. Ao valor afetivo, aos laços de religiosidade que vinculam a família à imagem dinheiro nenhum há que corresponda. Quando, do inventário do Botelhão em 1855, a prisca imagem de São Carlos Borromeu foi avaliada na quantia de cem mil réis, considerável no tempo, certamente procuravam dar uma idéia, não cabal, do valor que para êles tinha a imagem. Cem mil réis, na época, possibilitavam a aquisição de um sítio.

Quem observar a imagem de São Carlos Borromeu, um busto de madeira e massa, artisticamente medíocre, deduzirá tão sòmente pelo seu sentido afetivo-religioso e historicidade. Dos membros inferiores, apenas os pés calçados, ligados ao tronco por prolongamentos de madeira (1). Provoca reparos que, por sinal, não escaparam a D. Lino, por ocasião de sua visita pastoral a São Carlos, em maio de 1890: «cujo padroeiro é São Carlos Borromeu, Arcebispo de Milão, e que, seja dito de passagem, necessita de uma nova e mais perfeita imagem de seu titular» (2). Desta providência se incumbiu Maria Jacinta de Meira Freire, filha de Carlos José Botelho, quando de sua viagem a Europa, em 1896.

(1) Tais imagens eram conhecidas antigamente como de «roca» ou «de vestir».

(2) Tombo III, fl. 37 v.

Bem proporcionada e majestosa, esta segunda imagem ocupa presentemente uma capela lateral da Catedral nova. Afora estas, uma terceira imagem de São Carlos, para servir nas procissões, foi adquirida mais recentemente.

Mas qual a origem do velho busto mais que centenário?

Segundo consta, trouxe-a Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, que tomara São Carlos Borromeu por protetor. Os seus maiores tinham por padroeiro Santo André.

Sua devoção Carlos Bartolomeu a transmitiu aos descendentes. E a imagem, por herança, coube a Carlos José Botelho, o qual legou ao primogênito Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, e este à capela de São Carlos do Pinhal, onde chegou às vésperas ou quiçá no dia de sua bênção.

15 — PASSAMENTO DO PADRE JOAQUIM

Na balança dos anos pesa a obra do Padre Joaquim como um dos vultos que bem podem servir de padrão de dedicação a São Carlos. Devotou-se aos interesses dos são-carlenses, identificando-se-lhes nas aspirações de ordem material e espiritual. Onde uma causa, uma providência acertada, aí a pessoa, o nome, o endosso moral do vigário. E agia sem alarde. Os vigários são na verdade heróis anônimos. Consomem a vida repartindo-a com os paroquianos. Desta regra não escapou o sacerdote de além-mar. Enraizou-se. Entrosou-se de tal jeito no meio ambiente, que abdicou a cidadania portuguesa (1).

Perante uma ótima fôlha de trabalhos, mais de 36 anos escrita, é compreensível, e de maneira alguma lhe empana o mérito, que, por humano, pagasse porventura tributo ao menos perfeito. Lances há, exorbitando o dever, que prontamente esquecer nos fazem os nadas na vida de um homem. A própria câmara, de ordinário circunspecta e fria, empolgada com a atitude, registrou na ata, no mais aceso da epidemia variolosa, um voto de louvor ao Padre Joaquim que, pondo às costas um varioloso a que ninguém se afoitava ajuda, por receio de contágio, conduziu-o para fora da cidade.

Entre tantas virtudes, a da caridade, o exemplo é significativo, cultivou-a até o heroísmo.

Em reconhecimento aos seus serviços ininterruptos, na seara divina, o bispado de São Paulo agradeceu-o com o título de Cônego Honorário.

Entremeado nesse rosário de anos, nota-se mais de uma vez a ausência do Padre Joaquim: parte em razão de moléstia, e quem sabe outrossim, de viagens à terra mãe.

Durante o seu paroquiato, vários os sacerdotes, com função de coadjutores e pro-párocos, que passaram por São Carlos.

(1) A 28 de março de 1881, o Padre Joaquim apresentou sua carta de naturalização à Câmara Municipal, carta esta passada por D. Pedro II, em 11 de dezembro de 1880. Não procede o que diz Cincinato Braga e lhe repete o Almanach de 1915: «naturalizado espontaneamente a 7 de abril de 1881, perante a Camara Municipal reunida em sessão».

Em maio de 1866, o pro-pároco João José de Almeida; em março de 67, o Padre Felipe Ribeiro Rangel, vigário de Araraquara; em maio de 72, o Pro-pároco José Daniel de Carvalho Montenegro; o Pro-pároco Felix Lombardi, em maio de 75; o coadjutor Padre Sylvio Grieco, natural da Itália, foi nomeado e provido por um ano em 29-12-82; foi posteriormente nomeado vigário encomendado da paróquia de São Simão. Natural de Portugal, o Padre José Braz de Loureiro foi designado coadjutor por portaria de 4-4-84, servindo até maio de 88. Em fins de 1894, como pro-pároco desenvolve seu apostolado, o Padre Antônio José de Castro. Por essa época recebe êle provisão do diocesano para aceitar a abjuração de Christiano Klinglhofer, genro do Conde do Pinhal, e batizá-lo. «No dia vinte oito de março de mil oito centos e noventa e cinco, o Reverendo P.e Antonio José de Castro pro=Parocho= competentemente authorisado por sua Excellencia Reverendissima acceitou a abjuração de Fé e baptisou solemnemente sob conditione =na Capella do Senr. Conde do Pinhal, á Christiano. Para constar mandei fazer este que firmo. S. Carlos do Pinhal 5 de Abril de 1895». Mas não firmou (2).

O Cônego Joaquim Botelho da Fonseca, alquebrado mais pelo labutar incessante e pelas doenças, do que pela idade, recolheu-se definitivamente a 20 de abril de 1897. Autorizado pelo prelado, substituiu-o o Padre Victor Leonardo da Soledade. Mês e pouco após, com 65 anos, cercado de carinho e amizade, cerrava definitivamente os olhos, aquêlê sacerdote que 36 anos antes aqui chegara trazendo o seu entusiasmo de apóstolo, e que durante 36 anos deu-se, consumiu-se, pelos seus paroquianos, construindo, na saudade dos coetâneos, memória indelével. A 23-5, José Ferreira dos Santos compareceu ao cartório exibindo certidão de óbito do Cônego Botelho, passada pelo Dr. Leopoldo Cunha, em cuja residência — R. Municipal, 41 — o mesmo falecera. Causa mortis: «paralisia do bulbo rachidiano sobre vindo abundante hematemese, devido á gastrite cronica ulcerosa de que ha muito soffria, complicado de acidentes reumaticos dos musculos, articulações e visceras» (3).

(2) Tombo III, fl. 47.

(3) Por essa época houve, na cidade, um surto de febre amarela. Os entendidos concluem que, do óbito passado pelo Dr. Leopoldo Cunha, algo da causa mortis se relaciona com a febre amarela, como afirma o Almanach de 1915.

16 — VIGÁRIOS ATÉ A CRIAÇÃO DO BISPADO

Ao Cônego Joaquim, sucedeu imediatamente, mas em caráter interino, o Cônego Flaminio Alvares Machado de Vasconcellos. Serviu, todavia, somente de 27-5-1897 a 11-6. Por provisão de D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque, a 20 de junho dêsse ano assume o Padre Victor Leonardo da Soledade, com faculdades ordinárias. Êste sacerdote deixou marca de sua passagem por São Carlos, mormente durante os dias aziagos da epidemia de febre amarela que, em 98, desfalcou a cidade. Em 2 de junho de 1902, se afasta durante algum tempo, sendo designado então pro-pároco o Padre João Carvalho Maria Miguel Martins da Silva. Volta o padre 60 dias depois, e mantém-se à testa da paróquia até a 2^a quinzena de junho de 1904.

Em seu lugar foi provisionado o Padre Marcello Annunziata, paroquiando até 10-5-1906. Nessa altura deu-se um fato curioso: por um lapso, no dia 9 de março de 1884 o então vigário Joaquim Botelho da Fonseca firmou a sua assinatura no registro de óbito de José Joaquim d'Azevedo, dando-o como marido de Anna Eufrozina d'Azevedo. O nome da mulher, contudo, era Anna Brândina d'Azevedo. O êrro veio à tona e foi retificado em 1 de fevereiro de 1905, pelo coadjutor (1). Objetivava a retificação,

(1) O coadjutor Padre Matheus Pugliese foi nomeado e provido aos 2-10-1904, sendo-lhe esta renovada aos 5-10-1906. Algum tempo após foi removido para Annapolis. Por portaria de 24-3-1906, foi provisionado o Padre Paschoal Buglione como coadjutor. O GM da Cúria de São Paulo consigna ainda os coadjutores e pro-párocos nas datas seguintes: o Padre Francisco Marotelli, designado coadjutor por portaria de 23-6-1904, serviu até 30-7-1907, quando obteve carta testemunhal para ausentar-se da Diocese por 6 meses. O coadjutor Padre Roque Scafoglio foi nomeado por portaria de 8-8-1906, e removido posteriormente para Campos Novos com o mesmo cargo. Por portaria de 15-9-1897 foi provisionado pro-pároco o Padre Marçal Pereira Ribeiro. Removido a seguir para Avaré. Ao que parece êsse sacerdote retornou pouco depois dessa cidade, visto o GM consignar provisões em 27-2-1898 e 9-1-99. Por portaria de 21-12-1900 foi escolhido para pro-pároco o Padre João Corrêa.

Entre as aquisições para a igreja matriz, em 2-8-1904 o Diocesano permitiu ao Padre Marcello Annunziata a compra de um «Harmonium Aeolium» pelo preço de um conto e duzentos. Êsse harmônio, de segunda mão, novo custava 4 contos de réis. Como a Fábrica se achava em estado precário, fez-se mister alienar algumas jóias avaliadas em 590\$000.

que a mulher fizesse jus ao montepio deixado por seu finado filho João. Para concertar a situação, na residência do padre, testemunhas juraram sôbre os santos evangelhos, conhecer Anna Brandina como espôsa do falecido em 1884, que havia «erro no mesmo assentamento por parte de quem o lançou». Eis o preço de um deslize miúdo!

De 1906 até a criação do bispado, rege a paróquia o monsenhor Agnello José de Moraes. Trabalham a seu lado, o coadjutor Padre Paschoal Buglione, que efetua levantamento dos bens imóveis da paróquia, e o Padre Francisco Marotolli que substitui temporariamente o Monsenhor Agnello. Nasceu êste na Bahia, cidade de Maragogipe. «Filho legítimo de Eufrozino José de Moraes e de dona Firmina Maria de Moraes. Começou seus estudos eclesiásticos no Seminário Arquidiocesano de sua terra natal. Por motivos de saúde, veio para São Paulo, já minorista, ingressando no Seminário Episcopal São Paulo no dia 21 de março de 1880. Foi ordenado pelo Bispo Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, na igreja catedral paulopolitana, em 6 de janeiro de 1883. Logo depois foi nomeado cônego da Sé Catedral, professor do Seminário Episcopal e mais tarde, encarregado da paróquia de Tietê, de 13 de dezembro de 1891 a 3 de agosto de 1895». «Por breve do Santo Padre Leão XIII, de 17 de julho de 1903, foi agraciado com o título de Monsenhor. Em 1905 estava como vigário de Jundiá» (2) Em 1906 há ainda a anotar a visita de D. Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo. Não teve objetivo prôpriamente de visita pastoral, uma vez que o Tombo lhe silencia a presença. Quiçá estivesse sua vinda relacionada com a criação do futuro bispado (3).

Ao que parece, o Monsenhor Agnello veio de São Paulo, com mira de aplinar caminho e ativar providências tendentes à formação da nova diocese. Efetuadas demarches no meio, endereçou à arquidiocese, relação nominal de pessoas de maior projeção na cidade. Logo mais, a 26 de julho de 1907, pelo episcopal, foi instituída uma comissão para formar o patrimônio do futuro bispado:

«D. Duarte Leopoldo e Silva por mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica, Bispo de São Paulo. Aos que esta Nossa Provisão virem, saudação e bençam em o Senhor. Fazemos saber

(2) *Revista do Arquivo Municipal*, nº LXXVIII, pág. 111.

(3) Aproveitamos notícia da estada anterior de dois bispos. Em maio de 1900, D. João Baptista Corrêa Nery, bispo de Pouso Alegre, demorou-se três dias. Em outubro de 1903, o arcebispo Primás do Brasil, D. Jeronymo Thomé da Silva, ao qual a «população acolheu entusiasticamente», na expressão do Tombo, permaneceu quatro dias na casa paroquial. Ambas as visitas o foram em caráter particular.

que attendendo á necessidade da creação de uma nova Diocese em São Carlos do Pinhal: Havemos por bem pela presente nomear e prover as seguintes comissões para formar o patrimonio da futura Diocese em São Carlos: Presidente Monsenhor Agnello de Moraes, coronel José Augusto de Oliveira Salles, Major José Ignacio de Camargo Penteado, Joaquim de Meira Botelho, Affonso Botelho de Abreu Sampaio, Capitão Delfino Martins de Camargo Penteado, Capitão José Franco de Camargo, Dr. Firmiano de Moraes Pinto, José Rodrigues Sampaio, Tenente Coronel João Evangelista de Toledo e Bento Carlos de Arruda Botelho; em Santa Eudoxia: Dr. Zacarias Fernandes Vinhos, Capitão Ernesto Branco de Vilhena, José Joaquim de Faria, e José Joaquim de Araujo Cintra. Dada e passada em a Camara Episcopal desta Cidade de São Paulo, sob o Nosso Signal e Sello de Nossas Armas aos 26 de Julho de 1907». Por comissão de S. Ex.^a Revma Monsenhor Dr. Francisco de Paula Rodrigues, Vigario Geral do Bispado — De mandado de S. Ex.^a Revma. Monsenhor Dr. Benedicto de Souza — Secretario do Bispado» (4).

(4) Tombo III, fl. 55 v. Elabora em equívoco o Almanach de 1915, quando afirma que o Monsenhor Agnello organizou. O monsenhor foi simplesmente intermediário de ordens superiores.

A Prefeitura Municipal contribuiu com trinta contos para o patrimônio do Bispado.

Pouco antes da instalação do bispado, a igreja sofreu pequenas reformas.

V

1 — CRIAÇÃO DA DIOCESE

A Diocese de São Paulo, criada pelo Papa Bento XIV em 1745, compreendia o território atual da diocese são-carlense. A 7 de junho de 1908 o Papa Pio X, através do decreto consistorial «*Dioceseum nimiam amplitudinem*» (1), elevou a diocese paulista à categoria de arquidiocese, criando cinco dioceses: Taubaté, Botucatu, Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos do Pinhal. No original latino transcrevemos a parte diretamente relativa a São Carlos:

«*Diocesis Sancti Caroli do Pinhal fines linea describentur, quae e loco initium ducens, quo flumina confluunt Rio Grande ac Pardo, per huius fluminis atque fluminis Mogy Guassú cursum, ad ora pergit Ribeirão Catinga, cuius cum scaturigines attigerit, atque ita ad montes pervenerit do Cuscuzeiro e ad eorum verticem Morro Grande, fluminis rapidi huius nominis cursum sequitur usque ad flumen Corumbatahy. Ex quo praetervecta, eadem linea secundum idem Corumbatahy flumen atque flumen rapidum Lageado, cuius sequitur cursum usque ad origines montem cõs-cendit, ut scaturigines petat Ribeirão da Serra, quo flumine, ad Ribeirão pergit ad Cabica, atque per ipsum et per rapidum flumen Tijuco Preto, ad Morro da Guarita.*

Exinde secundum fines vadit qui Campinensi diocesi constituti sunt, usque ad Tieté flumen cuius secuta cursum ad eius usque ora, in flumen Parana incidit, ut secus hoc flumen atque flumen Rio Grande illuc redeat ex quo processit» (2). Esse enorme território foi subdividido em 25 de janeiro de 1929, quando da criação das dioceses de Ribeirão Preto e Jaboticabal por Pio XI.

(1) O decreto equivaliu à Bula: «*Praesens demum Sanctitas Sua super praemissis fieri mandavit consistoriale decretum perinde valiturum ac si Apostolicae litterae sub plumbo vel sub annulo Piscatoris sub iisdem expeditae fuissent, et decretum ipsum inter acta S. huius Congregationis Consistorialis referri mandavit. Datum Romae hac die 7 Iunii anno Domini 1908.*

Julius Grazioti»

(Tombos da Diocese, Fls. 8).

(2) Idem, fl. 4.

2 — O PRIMEIRO BISPO

Dom José Marcondes Homem de Mello, primeiro bispo de São Carlos, viu a luz na cidade de Pindamonhangaba, no dia 13 de setembro de 1860, filho do coronel Benedicto Marcondes de Mello e de Maria Pureza M. de Mello.

Estudou inicialmente no então célebre Colégio Caraça e depois no Seminário Central do Ipiranga, na época Seminário Episcopal de São Paulo. Recepção da Prima Tonsura a 30-11-1880, ordens menores a 10 de junho de 1881, subdiaconato a 8-9-1882, e ordenação a 11-3-1883 juntamente com D. José de Camargo Barros, futuro bispo de São Paulo. Serviu como coadjutor em Taubaté, sendo nomeado vigário de São Roque em 27-12-1883; parouquiu posteriormente em Cruzeiro, sendo removido a 10-6-1888 para a paróquia do Senhor Bom Jesus do Braz. Em 1895 D. Joaquim Arcoverde nomeou-o Cônego Catedrático da Sé de São Paulo, e Leão XIII, em recompensa aos seus trabalhos distinguiu-o com o título de Monsenhor e com a medalha «Pro Ecclesia et Pontifice», a 29-7-1900. Incumbiu-se por essa época de importantes trabalhos e altas comissões na Cúria de São Paulo. A 23 de abril de 1906 foi eleito bispo do Pará, e pouco depois guindado à categoria de arcebispo da mesma diocese, por Decreto da Sagrada Congregação Consistorial de 1 de maio de 1906. Foi sagrado em Roma. Tornou para o Brasil de navio, porém este naufragou nas costas da Espanha morrendo em consequência o seu grande companheiro, Dom José de Camargo Barros. Doente, abalado, solicitou e obteve de Pio X a sua renúncia, sendo nomeado titular de Plotomaida. E menos de dois anos após, pelas Letras Apostólicas de 9 de agosto de 1908 foi designado bispo de São Carlos, conservando o título de arcebispo. Sua entrada solene na Catedral de São Carlos deu-se a 22 de novembro de 1908. Durante o seu governo, diversas as paróquias edificadas, e não poucas capelas provisionadas. Envelheceu, esgotou-se na faina apostólica sempre benquisto e admirado pelo seu rebanho e pelo episcopado paulista. Belo testemunho de sua afeição, deu-lhe este por ocasião de suas bodas de prata episcopais. Narra-nos no Tombo, foram três dias festivos, de 28 a 30-6-1931. Durante as mesmas tomaram parte tôdas as paróquias da diocese. Houve

comunhão geral em tôdas as matrizes, e demais igrejas da diocese segundo intenções do bispo. Compareceu a São Carlos quase todo o episcopado da província eclesiástica de São Paulo, inclusive D. Duarte Leopoldo e Silva, D. Otávio Chagas de Miranda, bispo de Pouso Alegre, e o prelado do Alto Tocantins, D. Simão Floréntonio. Na grande pontifical solene, oficiou D. José em presença de 10 bispos, entre êles o representante do Cardeal Leme. Após, no palácio episcopal, foi oferecido um almôço ao episcopado e sacerdotes da cidade. Brindado por D. Duarte, D. Marcondes agradeceu com uma bela oração. Na tarde dêsse mesmo dia 29, foi celebrado o Te Deum com o mesmo brilho e solemnidade que o pontifical da manhã. No dia seguinte, cedo, encerraram-se as homenagens com a manifestação do clero, em nome dos quais orou o Padre Ruy Serra (1).

Já idoso e adoentado, em 1934 D. Marcondes obteve fôsse nomeado um bispo que o coadjuvasse. D. Gastão Liberal Pinto, titular de Ippo, foi solenemente recebido em São Carlos no dia 26 de junho dêsse ano a fim de, como bispo coadjutor, trabalhar lado a lado do arcebispo. E no ano posterior informa o Tombo: «Licenciado por tempo indeterminado, foi residir em São Paulo, em casa de pessoas de sua família, D. Marcondes. Em vista disso e por determinação da Santa Sé, assumiu o govêrno da Diocese como bispo residencial, em julho de 1935, o exmo. sr. D. Gastão Liberal Pinto, titular de Ippo e coadjutor de São Carlos» (2).

D. José Marcondes Homem de Melo faleceu em São Paulo, em 15 de outubro de 1937, de onde, no mesmo dia, trouxe o seu corpo D. Gastão acompanhado por membros do clero paulistano e pessoas da família do morto. Os funerais verificaram-se a 18, depois do corpo ter ficado exposto durante a noite anterior. Jaz agora na cripta da catedral nova (3).

(1, 2) São Carlos, Tombo III, fls. 82 e 83 v.

(3) Almanach-Album de São Carlos, 1916.

3 — REGÊNCIA DA CATEDRAL DURANTE A GESTÃO DE D. MARCONDES

De conformidade com os livros paroquiais, o Monsenhor Agnelo esteve à testa da catedral até meados do Natal de 1908. Data em que, com o título de coadjutor, o Padre Luís de Seta inicia suas atividades. Já no ano seguinte o Padre Francisco de Paula Cantalupi serve como pro-pároco, de 1909 a 1910. Na qualidade de pároco substituiu-o o Monseñhor José Rodrigues Seckler até 1912. Ainda no ano, por breve tempo, efetuou apostolado como pro-pároco o Padre Antônio Mendes Correia. Durante êsse ano outrossim, D. Marcondes provisionou o Padre Rafael dos Santos Saraiva para reger na qualidade de cura da Sé, e ao Padre Antônio Fernandes Duarte para coadjutor. O mandato de ambos cessou exatamente dois anos após.

Por portaria de 10-2-15 foi nomeado pároco o Padre José Teixeira da Silva, o qual dentro de 15 dias devia pedir provisão. Foi empossado a 21-2-15. Com o cargo de coadjutor, o Padre Manuel Pais Alexandre foi provisionado em fins de março do ano em foco. O Padre Teixeira, mercê de sua bondade e estre-mada caridade, gravou o seu nome no coração da gente são-carlense, e esta, à guisa de gratidão, perpetuou-lhe o nome em uma de suas ruas.

Na manhã do dia 25-6-19 o então secretário do bispado, João da Ressurreição Paiva, empossou o novo pároco, Padre Joaquim Manuel Gonçalves, cuja vigência na Catedral se prolongou até 1927. Ano em que, a 24 de julho, é empossado o Monsenhor Antônio Bezerra de Menezes. Em fins ainda de 1927, a 28 de dezembro, através de portaria, D. Marcondes nomeia o Padre Ruy Serra, vigário encomendado do Curato da Sé de São Carlos. Sua posse dá-se a 1 de janeiro, «à estação da missa, em presença de D. Marcondes». Para servir de coadjutor, a 1 de março foi designado o Padre Adriano Gonçalves. Em 16-2-30 foi empossado como vigário o Cônego Manuel Tobias e como coadjutor o Padre Antônio Marques Moreira. Em julho de 31 êste sacerdote deixou a coadjutoria da Catedral, sendo substituído pelo Padre Victoriano Badia, espanhol, egresso do Coração de Maria, o qual no entanto serviu apenas 15 dias, assumindo o

Padre Antônio Echeverria Dias que escasso tempo também serviu. Por portaria de 8 de outubro de 31 foi nomeado e tomou posse do cargo de coadjutor o Padre Simão Bacher. Com a saída d'este sacerdote para a Alemanha, occupou interinamente a coadjutoria os padres: Hurtado, José Policarpo e Germano Herrero. Em abril de 35 o Padre Antônio Monteiro Filipe, português residente há vinte anos no Brasil, foi nomeado coadjutor. Findo o seu prazo, succedeu-o o Padre Romeu Tortorelli que trabalhou até maio de 36, entregando a coadjutoria ao Padre José Leite Alves. De 36 a 38, serviram ainda como coadjutores os sacerdotes: Theophilo Almazan, Onofre Marinho, Huberto Lindelauf e Vicente de Lorenze L'Acqua.

4 — O SEGUNDO BISPO

D. Gastão Liberal Pinto nasceu na Capital Paulista, aos 22 de abril de 1884, filho do eminente vulto católico Dr. Adolpho Augusto Pinto e de Dona Generosa Liberal Pinto. Os estudos elementares, fê-los no próprio lar. Ingressou no Ginásio Estadual, em São Paulo, bacharelando-se em 1903. No ano posterior recebeu-o a Escola Politécnica, curso que todavia abandonou no ano imediato, sendo admitido, em 1905, no Seminário Episcopal de São Paulo onde D. José Camargo de Barros conferiu-lhe a prima tonsura em meados do mesmo ano. O subdiaconato e o diaconato recebeu, nos dias 6 e 7 de março de 1909, de D. Duarte Leopoldo e Silva, o qual outrossim o ordenou em 6 de março de 1910. Celebrou a primeira missa na capela do Colégio de Sion. E embarcou logo mais para Roma cursando direito canônico na Universidade Gregoriana, como aluno do Pio Latino Americano, doutorando-se em junho de 1912. De regresso, por seis anos regeu no Seminário Provincial as cadeiras de História da Filosofia e Direito Canônico. Foi nomeado defensor do vínculo na Cúria Metropolitana de S. Paulo. Provisoriamente vigário da paróquia de Santa Ifigênia a 2 de março de 1919, desenvolveu apostolado nessa igreja até 20 de julho de 1930, data em que assumiu o cargo de vigário geral de São Paulo até sua elevação ao episcopado.

Eleito bispo titular de Ippo e nomeado coadjutor de São Carlos a 24 de março de 1934, foi sagrado no dia 20 de maio seguinte. E ainda nesse ano, na qualidade de coadjutor, tomou posse em São Carlos. Sucedeu D. Marcondes por ocasião de sua morte (15-10-1937). Contudo, já em julho de 1935, em obediência às determinações da Santa Sé, assumiu o govêrno da Diocese, época em que, doente e alquebrado, D. Marcondes solicitou e obteve licença para residir na Paulicéia.

D. Gastão imprimiu à Diocese, novo e grande impulso, criando e provendo paróquias, incrementando o ensino religioso nas escolas públicas, desenvolvendo ainda mais as associações religiosas e a Ação Católica, criou o Seminário Menor, adquiriu o atual palácio episcopal, e foi a alma do Congresso Eucarístico local de 1940. Lançou a pedra fundamental da nova catedral,

que tencionava erguer na Vila Puresa, parte mais proeminente da cidade. A construção, todavia, não teve lugar porque, além de causas diversas, a morte surpreendeu o bispo. Durante o seu governo D. Gastão usou não poucas vêzes da pena, dando à luz número ponderável de cartas pastorais, ótimas depositárias da mais sã doutrina e de um linguajar terso.

Após breve moléstia, no dia 24 de outubro de 1945, no Palácio Episcopal, D. Gastão, confortado com os últimos sacramentos, rendeu a alma ao Criador. Seu corpo, depois de exposto na Catedral à visitação pública, por desejos da família seguiu para a capital paulista, em cuja cripta da catedral ainda hoje repousa (1).

(1) *Semanário católico São Carlos*, nº 645.

5 — REGÊNCIA DA CATEDRAL DURANTE A GESTÃO DE D. GASTÃO

O Cônego Tobias continuou como vigário.

Em março de 1938 foi provisionado coadjutor o Padre Vicente de Lonrenze L'Acqua retirando-se em dezembro de 1939. Durante algum tempo serviu um passionista.

Em meados de fevereiro de 1940, até fins dêsse ano, ficou coadjuvando o Padre Joaquim Loureiro Cerveira, egresso do Coração de Maria. O Padre Teodoro Bibiano da Silva foi provisionado em 1-1-42. Em janeiro de 1943 serve a Catedral o Padre João Guilherme Jansen.

No dia 8 de junho de 1943 o Cônego Tobias, após 13 anos de fecundo apostolado, deixa a direção da Catedral. Dois dias depois o Padre Antônio Font é designado vigário. E passados três meses toma posse de vigário ecônomo o Padre Jairo Coutinho de Moura. O Padre José Ribeiro de Aquino Pereira assumiu por breve tempo a coadjutoria, em 1-1-45. E, a 28-1-45, é empossado vigário o Padre Roque Pinto de Barros. Como coadjutor é nomeado (18-2-45) o Padre Segismundo de São Miguel.

6 — O TERCEIRO E ATUAL BISPO E VIGÁRIOS NA CATEDRAL

No distrito de Souza, Campinas, a 23 de março de 1900 nasceu D. Ruy Serra. Após os estudos das primeiras letras no aconchego do lar, cursou na Escola de Pirassununga, Ginásio Italo-Brasileiro e Ateneu de Jaú, onde, em 1917, concluiu os estudos de humanidades. Entrou para o Seminário de Pirapora, tomando o hábito da Ordem dos Premonstratenses em 10 de fevereiro de 1918. No mês seguinte, seguiu para os Estados Unidos da América do Norte, fazendo o noviciado no Seminário de Depere, em Chicago. De lá, em 1920, partiu para a Bélgica, mais aperfeiçoando o preparo na célebre abadia de Averbode. Tornou ao Brasil em 1921, ingressando no Seminário maior de Botucatu para conclusão dos estudos, deixando na época a Ordem Premonstratense, secularizando-se. Lecionou inglês no Ginásio Diocesano de Botucatu, cidade onde, de Dom Lucio A. de Souza, recebeu as ordens sacras até o subdiaconato. Depois, uma vez que pertencia à Diocese de São Carlos, o diaconato e o presbiterato (9-12-1923) foram-lhe conferidos por D. Marcondes Homem de Mello. Em imediato foi guindado ao magistério e ao cargo de vice-diretor do Ginásio Municipal de São Carlos, aí permanecendo dois anos. Designado coadjutor de Jaú, ao tempo do vigário Cônego Bento Monteiro, serviu na paróquia durante os anos de 1926 e 1927. A 1 de janeiro foi empossado vigário da Catedral de S. Carlos cuja regência se estendeu até 15 de fevereiro de 1930, quando passou a diretor do Ginásio Municipal. Em 10 de janeiro de 1933 D. Marcondes designou-o Vigário Geral da Diocese. Com a morte desse bispo, foi eleito Vigário Capitular da Diocese de São Carlos, cargo que ocupava por ocasião de sua elevação ao sólio saocarlense. A nomeação de D. Ruy Serra, a 21 de fevereiro de 1948, alegrou São Carlos inteira, que de longa data vinha admirando o sacerdote íntegro, com larga folha de bons serviços como educador e aguda visão como Vigário Geral e Capitular.

Sagrado a 1 de Maio de 1948 (1) na Catedral de São Carlos, dia em que pela vez primeira os fiéis presenciaram no local

(1) Em consonância com o Código de Direito Canônico, no dia anterior já havia tomado posse jurídica perante os Consultores Diocesanos. Foi bispo

cerimônia dessa natureza, a 16 do mesmo mês tomou solenemente posse da Diocese (2).

Na Catedral, o padre Roque Pinto de Barros serviu até fevereiro de 49. A 20 do mesmo foi provisionado e se mantém no cargo de vigário o Monsenhor José de Aquino Pereira, título a que fez jus o seu dinamismo em prol do erguimento da Catedral nova.

Entrementes cooperaram na Catedral os padres coadjutores: Vergílio de Pauli, João Rodrigues Crepaldi, Rubens Spinola e Isidoro Herrera.

sagrade D. Paulo de Tarso Campos, e consagrantes D. José Carlos de Aguirre e D. Manuel da Silveira D'Elboux.

(2) Boletim da Cúria, n.º 1.

VI

1 — FATOS E EFEMÉRIDES NA SÉ CATEDRAL DE SÃO CARLOS

NOVOS LIMITES DA PARÓQUIA DE SÃO CARLOS

Por decreto de D. Gastão, a 20 de Maio de 1936, foram alterados os limites de várias paróquias, cujas ereções o bispo as ratificou no decreto.

No que tange à paróquia de São Carlos, o Tombo transcreve o abaixo:

«Com a Parochia de São Bento de Araraquara:

Do ponto de junção do ribeirão da Cabaceiras com o correjo Olhos d'agua, segue até a nascente deste correjo no Monte das Araras e dahi ao rio Chibarro, por um correjo que fica no eixo do correjo de Olhos d'agua.

Com a Parochia de Ibaté:

Pelo rio Chibarro, do ponto em que é atingido pelo correjo que vem do Monte das Araras, até sua nascente, procura a nascente do rio Cancan, segue por este rio, cortando a estrada de rodagem de São Carlos-Araraquara e a Estrada de Ferro Paulista, vai até o rio Monjolinho, por este prossegue até sua barra no rio Jacaré-Guassú, na Estação Santo Ignacio.

Com a Parochia de Ribeirão Bonito:

Da barra do rio Monjolinho, no Jacaré Guassú, junto a Estação Santo Ignacio, sobe pelo rio Jacaré Guassú até receber o ribeirão Santa Joanna e vae por este até receber o correjo Tijuco Preto.

Com a Parochia de Brotas:

Pelo ribeirão Santa Joanna, da barra do correjo Tijuco Preto até a barra do ribeirão Mundo Novo, vae por este até sua nascente e dai por uma reta que passa pelas cabeceiras do ribeirão Cachoeira e vae a confluencia dos ribeirões Lobo e Itaquiri, desce pelo

ribeirão Itaquiri até confluencia com o ribeirão Feijão e por este sobe até receber o correjo das Cobras, junto da Estação Visconde Rio Claro.

Com a Parochia de Anapolis:

Da barra do ribeirão das Cobras junto à Estação Visconde Rio Claro, no ribeirão Feijão, vae por este até sua nascente na serra do Cuscuzeiro.

Com a diocese de Campinas:

Pela serra do Cuscuzeiro entre o ponto das nascentes do ribeirão Feijão até a nascente do rio Pantano.

Com a Parochia de Santa Eudoxia:

Da nascente do rio Pantano na serra do Cuscuzeiro, onde nasce o ribeirão Quilombo, vae por este até a barra do correjo Boa Vista e daí por uma reta que passa pela Estação Arari, pelas cabeceiras do ribeirão da Estiva e vae terminar na confluencia do ribeirão das Cabaceiras com o correjo Olhos d'Agua» (1).

(1) São Carlos, Tombo III, fl. 86.

2 — SÍNODOS DIOCESANOS

O primeiro sínodo teve lugar no dia 13 de fevereiro de 1941. Após três dias de intensivos trabalhos na Catedral, foram promulgadas as constituições do Bispado. Frisa no Tombo Diocesano: «O sínodo promulgado pelo exmo. sr. D. Gastão Liberal Pinto, na manhã do dia 13, solenemente, na nossa velha catedral, é com efeito, uma obra de grande vulto, com que ficam enriquecidas as letras canônicas do Brasil» (1).

E um decênio depois, sob a orientação de D. Ruy Serra, o segundo,

«Com a presença de 26 padres sinodais e sob a presidência de Exmo e Revmo. Sr. Bispo Diocesano, foram realizadas nos dias 23, 24 e 25 de janeiro de 1951, as sessões do Segundo Sínodo Diocesano de São Carlos» (2).

(1) Tombo da Diocese n.º 1, fl. 29.

(2) Ídem, fl. 86 v.

3 — CONGRESSO EUCARÍSTICO

Em junho de 1941 apontaram os primeiros movimentos de arregimentação e propaganda para o 1.º Congresso Eucarístico de São Carlos, um dos fastos mais caros da Diocese.

O Congresso principiou no dia 24 de agosto.

Tem a palavra o cronista do Tombo paroquial:

«As comunhões geraes são na catedral às 7 horas e as sessões de estudos às 18,30.

O congresso foi um espetáculo empolgante de fé e entusiasmo. Na praça dos Voluntários ergueu-se belo monumento de madeira, onde se realizaram as sessões solenes, a missa de comunhão geral, à meia noite, e o grande pontifical do Ex. Sr. Arcebispo de S. Paulo. Além do bispo de São Carlos, estiveram em S. Carlos: os bispos de Manaus (hóspede da casa paroquial), Santos, Botucatu, Sorocaba, Cafelândia, Lorena, Jaboticabal, Rio Preto e auxiliar de Rio Preto, e o metropolitano D. José Gaspar. Como parte do Congresso foi feita entronização do Crucifixo na Prefeitura, em fábricas, casas comerciais, Grupo Escolar Eugênio Franco e Centenário. Autoridades civis e militares, estaduais e municipais, clero de várias procedências, povo da Diocese e de fora, cerca de 25 mil pessoas tomaram parte no magnífico certame. Tõda a imprensa da Capital e de S. Carlos tratou do Congresso com larga simpatia» (1).

(1) São Carlos, Tombo III, fls. 95 v.

4 — DESMEMBRAMENTO DA PARÓQUIA DE SÃO CARLOS

A 6 de fevereiro de 1943 foi instituída a Paróquia de Santo Antônio da Vila Prado. A igreja e seus limites foram extratados da jurisdição da paróquia de São Carlos. Por decreto de D. Gastão Liberal Pinto, sofreram alterações os limites, determinados em 20 de maio de 1936, que, referentes à matriz de São Carlos, passaram a compreender:

«N.º 1 — Paróquia de São Carlos. Com a paróquia de Santo Antônio de Araraquara: Da confluência dos ribeirões Cabaceiras e Olhos d'Água, segue até a nascente dêste último córrego no Monte das Araras e daí ao rio Chibarro pela reta mais curta. Com a paróquia de Ibaté: Pelo rio Chibarro, do ponto em que é atingido pela reta mais curta que vem do Monte das Araras, até sua nascente, próxima do leito da Estrada de Ferro Paulista, junto das nascentes do rio Can-Can. Com a paróquia de Santo Antônio da Vila Prado: Pelo leito da bitola larga da Linha Paulista, do local onde nasce o ribeirão Can-Can, até o ponto em que a linha é atravessada pelo Rio Feijão, nas proximidades da Estação Visconde de Rio Claro. Com a paróquia de Anápolis: Pelo ribeirão Feijão, do ponto em que é cortado pela Estrada Paulista, nas proximidades da Estação Visconde do Rio Claro, até sua nascente, na serra do Cuscuzeiro. Com a diocese de Campinas: Pela serra do Cuscuzeiro entre o ponto das nascentes do ribeirão Feijão até o ponto da nascente do rio Pantano. Com a paróquia de Santa Eudocia: Nas proximidades do rio Pantano, na serra do Cuscuzeiro, onde está também a nascente do ribeirão Quilombo, a divisa vai por êste até receber o ribeirão Boa Vista e dêste ponto por uma reta que passa pela Estação Ararai e vai ter à confluência dos ribeirões Cabaceiras e Olhos d'Água» (1).

(1) Tombo IV, fl. 4.

5 — DEMOLIÇÃO DA ANTIGA E CONSTRUÇÃO DA NOVA CATEDRAL

«Por decreto de 25 de junho de 1949, a igreja do Seminário Menor Diocesano foi elevada à categoria de catedral provisória, porquanto a catedral velha ia ser demolida» (1). Com o crescimento da cidade, tornou-se óbvio que as proporções da catedral já eram acanhadas.

E no mês seguinte, a 9 de julho, foi celebrada a última missa na Sé antiga.

A respeito da nova catedral, inaugurada a 4 de novembro de 1956, assim se manifestou *O Acista*, órgão oficial da Ação Católica Diocesana:

«A grandiosa Catedral de São Carlos é uma das maiores do nosso país, impondo-se à admiração pela beleza de suas linhas arquitetônicas. Tem a forma de um grande octógono, com oito grandes capelas laterais. Sua área total abrange 2.000 metros quadrados, podendo comportar 6.000 pessoas. Cada uma das capelas laterais tem 12 metros de largura em cada arco por 10 metros de fundo. Dentro de cada capela há um novo arco no mesmo estilo frontal. A divisão do grande octógono é feita da seguinte maneira: no fundo a capela-mor; na frente o grande pórtico da entrada e sobre este o côro; à direita a Capela do SS. Sacramento; à esquerda, na mesma ordem, a sacristia e sobre esta, ao fundo, a parte da torre. Nos outros lados estão situadas as capelas dedicadas a diversos santos. Ao lado do pórtico está o batistério, e junto dêste o escritório para as anotações de batismo. Perto da sacristia acha-se a escadaria para a torre. Nesta se prepara o campanário. A grande cúpula, de 33 metros de diâmetro, é de aço e coberta de alumínio, fixados por meio de solda elétrica.

(1) Tombo da Diocese n.º 1, fl. 85. Antes da derrubada da Catedral, em 1949, tiveram lugar as missões pregadas pelos padres da Congregação do Santíssimo Redentor. O Tombo consigna ainda missões em 1933 e 1940. Estas últimas marcaram época. Os missionários chegaram a São Carlos no dia 7 de julho, sendo recebidos na Estação da Paulista por enorme multidão e banda de música. Recordação dessas missões o grande cruzeiro de 9 metros de altura, fincado à porta do cemitério.

As peças da cúpula receberam pintura anti-corrosiva. Na base da cúpula acham-se 40 janelas, colocadas ao seu redor.

O projeto da imponente construção, aprovado depois de muitos estudos por diversos engenheiros, com numerosas apresentações, pertence ao engenheiro Dr. Emanuel Gianni, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, Secção de Engenharia, de São Paulo. Procurou o projeto imprimir ao conjunto uma idéia magnífica de arquitetura cristã num templo que, além de servir a Deus, representasse algo de nobre e elevado por ser o templo maior da Diocese, a sua Catedral.

Firmou-se o projeto num escopo: o Altar, a Eucaristia e a Santa Missa. Volta-se, portanto, todo o conjunto para essa idéia central e é por isso mesmo que ao traçar o estudo primário, desenvolveu-se nesta ordem: dar ao plano toda a visão do altar e fazer o altar se irradiar para a igreja.

O majestoso templo, desde a base até a cruz, que se ergue sobre a esfera colocada no alto da cúpula, mede 58 metros de altura.

Entretanto, há ainda uma longa etapa a percorrer, até que a majestosa Catedral de São Carlos esteja completamente construída. Note-se, entretanto, que em 10 anos conseguiu-se levar as obras até o ponto em que atualmente se encontram, o que é auspicioso. Agora, a parte mais difícil e custosa é a que se refere à construção dos altares definitivos, à instalação dos condutos de luz e os respectivos candelabros, o piso de mosaico, à colocação dos vitrais em cores, à construção dos bancos apropriados, à construção do grande órgão e à pintura interna. Como se vê, são trabalhos de grande valor artístico e que custarão preços elevados. Quando toda essa nova etapa, que se apresenta para a Catedral, fôr inteiramente vencida, então, a nossa cidade católica, sede desta vasta Diocese, contará com uma Catedral que se classificará entre as maiores, mais belas e imponentes do Brasil, atestando, para os séculos, a fé robusta e a inabalável força de vontade do povo são-carlense e dos fiéis da Diocese, que têm concorrido, com imensa boa vontade, para tão nobre e alto objetivo» (2).

(2) O *Acista* de dezembro de 1956. Há um pequeno equívoco: são cinco as capelas laterais mais a capela-mor.

6 — INAUGURAÇÃO DA CATEDRAL

Esta festividade marcou comêço ao programa comemorativo religioso do primeiro centenário da cidade.

Cedemos lugar à pena, cuja linguagem tersa, «ad perpetuam rei memoriam», gravou no Tombo Diocesano a magnífica solenidade:

«No dia 4 de Novembro de 1956 foi aberta ao culto público a Nova Catedral de São Carlos, construída no mesmo local em que, há 99 anos, foi inaugurada a primitiva capela de São Carlos, e que deu início à cidade que, hoje, é sede episcopal da Diocese do mesmo nome. — Com grande brilho e pompa foram realizadas as solenidades, destacando-se, entre outras, a reconstituição da procissão histórica segundo as declarações da veneranda Condessa do Pinhal, no dia em que completava o seu centenário de nascimento, em 1941: «Pouco depois da morte de seu pai, Antônio Carlos, com seus manos Carlos Botelho, João Carlos, Paulino Carlos, Bento Carlos e Joaquim Meira Botelho descalços, sem chapéus, num andor improvisado, carregaram êles a imagem de São Carlos Borromeu, da capela da Fazenda do Pinhal até uma das extremidades da Sesmaria, a uma distância mais ou menos de doze quilômetros da fazenda, onde se erguia a capela que mandaram construir no patrimônio de S. Carlos do Pinhal». Nesta data, 99 anos depois, os netos dos irmãos Arruda Botelho acima mencionados: — Martinho, filho de Martinho Carlos de Arruda Botelho; Augusto, filho de Carlos Augusto de Arruda Botelho; José, filho de Carlos Américo de Arruda Botelho e Antônio Carlos, filho de Carlos Amadeu de Arruda Botelho, em andor, carregaram aquela mesma imagem trazida da fazenda pelos seus avós, do Palácio Episcopal, onde se encontra guardada com devoção e carinho, até a Nova Catedral, dando-se, assim, com essa reconstituição histórica, início às comemorações religiosas do primeiro centenário de S. Carlos. Após a imagem seguiam muitos membros da Família Arruda Botelho, o colendo Cabido Diocesano, membros do clero e, fechando o cortejo, sua Excelência Reverendíssima, D. Ruy Sena, Bispo da Diocese de São Carlos, tendo de um lado o Exmo. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão Neto, representando S.A. Im-

perial o Sr. D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança e do outro lado o Exmo. Sr. Dr. Cristiano Altenfelder Silva, Comendador da Ordem de S. Gregório Magno. Depois da entrada da procissão na Catedral, seguiu-se solene Missa Pontifical, assistida por alguns milhares de fiéis» (1).

(1) Tombo da Diocese n.º 1, fl. 92.

APÊNDICE

Com escopo de uma quanto possível mais robusta documentação, oferecemos uma lista de capelas e cemitérios provisionados, e, de afogadilho, uma relação das associações, em atividades, na Sé de São Carlos. Tais capelas e cemitérios estão, ou estiveram inicialmente, sob a jurisdição eclesiástica da matriz.

Uma e outra lista se ressentem de imperfeições. Entanto, de alguma maneira, talvez possam servir futuramente a um estudioso.

I — PROVISÕES DE CAPELAS E CEMITÉRIOS

1 — Provisão de ereção e bênção do cemitério no bairro do Quilombo: dada, aos 7-11-1870, pelo Dr. Joaquim Manuel Gonçalves d'Andrade, vigário capitular (pelo cabido — sede vacante), a pedido de Francisco da Cunha Bueno, do distrito da paróquia de São Carlos (1).

2 — Provisão de ereção da capela de Santa Cruz: permissão assinada por D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, bispo de São Paulo, aos 25-10-77. O patrimônio foi doado por Antonio Vaz Cerquinho e Olympia de Quadros Cerquinho, Luis Carlos de Arruda Mendes, Isabel Perpetua de Sousa Mendes, Modesto Evangelista de Camargo e Maria Victoria de Camargo, José Elias de Quadros Pacheco e Isabel de Campos Pacheco. O terreno media 32 braças de frente por 80 de fundos, avaliado em 150\$000, podendo render anualmente 8\$000.

Foi o padre Joaquim Botelho da Fonseca, vigário, quem pediu para benzê-la e exercer nela os atos paroquiais, afirmando possuir ela patrimônio (cuja escritura original se acha na Cúria de São Paulo). Permissão episcopal a 29-5-79. Bênção da capela em 2-11-79 pelo mesmo vigário (2).

3 — Pedido (17-6-75) para benzer o cemitério dos variolosos, criado em consequência da epidemia da varíola. Faculdade concedida em 18-6-75 (3).

4 — Bênção do novo cemitério (onde hoje estação dos bondes): permissão dada por D. Lino, a pedido do vigário, em 10 de

dezembro de 79. Bênção, pelo vigário, a 6 de janeiro de 1882. A capela do cemitério foi benzida em 1-1-1883 (4).

5 — Provisão de bênção do acréscimo feito ao cemitério municipal de São Carlos, a 8-7-85, por D. Lino. Bênção verificada em 15-8-1885 (5).

6 — Provisão de licença para o oratório privado na fazenda Santo Antônio, de D. Maria das Dôres de Carvalho Sampaio, da freguesia de São Carlos do Pinhal, a requerimento da mesma e por tempo de cinco anos. Provisão em 9-4-86. Constava que devia antes ter sido benzida. O vigário informou que não a visitara nem benzerá, porque a mesma não tinha sido erigida ainda, nem possuía os paramentos necessários (6).

7 — Provisão de bênção da capela do cemitério em 3-6-1887. O vigário deveria comunicar o dia da bênção (7).

8 — Licença para celebração do Santo Sacrifício da Missa, em oratório, privado, na fazenda Quebra Canella, em favor de Paulino Carlos de Arruda Botelho, datada de 7 de junho de 1887. Provisão em latim, procedente do Rio de Janeiro, e ratificada por D. Lino em 10-6-1887, solicitando êste as providências de praxe. Em 17-7 seguinte visitou-a o coadjutor José Braz de Loureiro e, achando-a conforme, benzeu-a (8).

9 — Provisão de licença anual, por D. Lino, para batizados e casamentos no oratório da fazenda do coronel Paulino Carlos, dada em 30-10-88 (9).

10 — Por D. Lino provisão, a 7-2-89, para bênção da capela e celebração de missa e outros atos religiosos, na fazenda de Santa Eudoxia. Pouco depois, a requerimento dos donos da fazenda, Dr. João Ribeiro de Almeida Netto, Francisco da Cunha Bueno e Henrique da Cunha Bueno, provisão por cinco anos para celebração da missa e outros atos religiosos. Pelo bispo, em 9-2-89, provisão para ereção de pia batismal e batizados, pelo espaço de um ano. Novamente, em 6-3-91, D. Lino provisiona por um ano para casar e batizar os moradores do núcleo colonial. Os proclamas de casamento teriam lugar na igreja matriz de São Carlos, distante cinco léguas. Em 25-2-1895 finalmente, provisão de missa por cinco anos, e de batizados por um ano. Nesta altura, ao que parece, a fazenda pertencia apenas ao Visconde da Cunha Bueno (10).

11 — Em 14 de junho de 89 D. Lino deu provisão para a capela de José Camargo Penteado: bênção da mesma e celebração de missa por cinco anos. Três dias após nova provisão para celebração de casamento e batizados pelo prazo de um ano. Essa capela, chamada de Santa Ana, o padre Joaquim benzeu-a em 21-7-1889 (11).

12 — Em 4-1-1890, D. Lino provisiona renovando por cinco anos faculdade para celebração de casamentos e batizados no oratório de Paulino Carlos de Arruda Botelho (12).

13 — Em 1-7-1890, por D. Lino, provisão para a fazenda do coronel Gentil José de Castro — Santa Maria da Água Vermelha — extensiva por cinco anos quanto à celebração de missa. Antes, porém, como de praxe precederia a bênção da capela. Em 20-9 de 1890, achando-a dentro dos requisitos exigidos, o padre Joaquim benzeu-a. No dia seguinte à provisão, outra se seguiu permitindo ereção de pia batismal e celebração de casamento por um ano (13).

14 — Em 26-2-1891, D. Lino deu provisão para ereção de oratório público na fazenda de propriedade de José Augusto de Oliveira Salles. O padre Joaquim, achando-a conforme, procedeu à bênção no dia 22 de março do mesmo ano (14).

15 — D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti provisionou por cinco anos, em 25-2-1895, concedendo se celebrasse missa na capela de Paulino Carlos (15).

16 — Em 31-8-96. D. Joaquim Arcoverde deu provisão para bênção das capelas de S. Sebastião e Santa Cruz. Prêviamente se fazia mister autorização paroquial e que as mesmas estivessem providas decentemente de paramentos e alfaias. Para a capela de S. Sebastião foi renovada provisão por cinco anos, em 21-9-96, contanto que a capela possuísse o necessário, e fôsse benzida caso essa providência ainda não tivesse sido tomada. O tenente Vicente Cabral, na mesma provisão, foi nomeado fabriqueiro e tesoureiro da capela, prestando juramento a 2-10-1896. A 22 do mesmo mês o bispo deu provisão por cinco anos para celebrar missa na capela de Santa Cruz (16).

17 — D. Joaquim Arcoverde, em 30-6-97, a pedido de Torquato Ernesto da Trindade, construtor da capela de S. Benedito, concedeu provisão de celebração de missa por cinco anos nesta (17).

18 — Provisão por cinco anos na capela de Santa Anna do Quilombo, na fazenda do major Elisiário Ferreira Penteado.

Provisionada a capela de Santa Eudoxia, cujo zelador, um médico residente no local, transferiu residência para São Paulo, substituindo-o «um outro» que em zelo dela cuida. Estas anotações no Tombo não trazem data, verificando-se, todavia, entre 1898 e 1904 (18).

19 — Bênção e 1ª missa da capela de Santa Isabel a 24-12-56, pelo Padre Marcello Annunziata. A capela foi edificada por Casimiro Cândido de Oliveira Guimarães (19).

As provisões, que se seguem, foram concedidas pelos bispos de São Carlos:

«Para o oratório particular, por um ano, a favor dos moradores da fazenda de Sant'Anna do Quilombo a terminar em 22-X-1913.

Idem, Fazenda João Pedroso Prado, a terminar em 7-12-13.

Idem, Fazenda Francisco Manzini, a findar em 24-1-14.

Idem, para a de Daniel Antônio Galdino a terminar em 24-1-14.

Idem, p/ a capella de Capão Preto a findar em 24-1-14.

Idem, p/ a Capella de Floresta (Santo Antonio) a terminar em 15-VI-14.

Idem, p/ Capella Santa Maria de Campo Alegre, a findar em 17-8-914.

Idem, p/ a Capella Santa Maria de Babylonia a terminar em 15-8-14.

Idem p/ a capella de João Pedroso Prado a terminar em 12-12-14» (20).

Provisão para a capela de Água Vermelha, em 14-8-36.

Idem para a de Monte Alto, em 2-5-38.

Para a Fazenda São Roberto, em 25-6-38.

Para Capela de «Fazendinha», em 28-1-39.

Para a capela na Fazenda Pulcinelli, em 15-2-39.

Para a capela da fazenda do Dr. Ernesto Pereira Lopes, em 13-6-40.

Para a capela da fazenda do Dr. Acioli, em 21-6-40.

Para o «Oratório Particular» em Água Vermelha, em 24-9-40.

Para a capela de Lagoa Alta, em 9-2-42.

Para a capela da Fazenda Cascata, em 8-9-42 (21).

A capela do Seminário foi inaugurada em 9-7-41 e a nova igreja de N. Sra. da Babilônia, em 8-12-47.

Essa relação é a que consta dos Tombos paroquiais. Está longe, porém, de completa. Em geral essas capelas pedem e recebem provisões por um ano, e o renovam anualmente.

(1, 2, 3, 4, 5, 6) Tombo II, fls. 5, 13, 17, 18, 21, 23, 54, 69).

(7, 8, 9, 10, 11, 12) Tombo III, fls. 2, 16, 17, 18, 19, 20, 33, 45, 47.

(13) Editais, fl. 3.

(14, 15, 16, 17, 18, 19, 20) Tombo III, fls. 44, 46, 47, 48, 49, 51, 58, 59.

II — ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS

1 — *Centro do Apostolado da Oração* (de São Carlos do Pinhal): por ser a atualmente mais antiga na Catedral, estender-nos-emos com mais vagar. A primeira reunião verificou-se a 5-10-1897, sob a presidência do Cônego Zacharias Lopes dos Santos Luz e com a presença do vigário Padre Victor Leonardo da Soledade, «na qual foi declarado restabelecido na parochia (o Apostolado da Oração) onde havia caído em desuso por falta de organização regular; tendo sido agregada á 22 de Maio de 1887» (1). Primeira diretoria eleita: Presidente: D. Maria Cândida de Camargo, vice-pres.: D. Bárbara Guimarães; secret.: Maria Amália de Abreu Sampaio, tesour.: D. Maria Jacinta de Abreu Sampaio. Os trabalhos da associação foram interrompidos em inícios de 1898. A respeito, o padre consignou uma observação: «Começou em janeiro de 1898 a grassar n'esta cidade de S. Carlos a febre amarella, com character epidemico, ceifando vidas em crescido numero, que attingirão a centenas, despovoando os domicilios, cujos habitantes se retirarão para lugares distantes, onde se conservarão immunes do contagio, nos longos meses. Terminou a mortalidade em junho, e só no mes seguinte regressarão a cidade os primeiros retirantes em procura de seos lares» (2). Em sufrágio das almas das zeladoras falecidas durante a epidemia, foi celebrada solenes exéquias cantadas por três sacerdotes.

2 — *Irmadade do Rosário*: Primeira reunião a 8-9-1910. Primeira diretoria: Presid.: Auta Bastos, secret.: Alberto de Azevedo, tesour.: Dona Zoé Lancia.

3 — *Irmadade do Santíssimo Sacramento*: fundada em 1907.

4 — *Pia União das Filhas de Maria*: fundada em 1907.

(1, 2) Livro de Atas do Centro de Apostolado de Oração. Associação igualmente assaz antiga é a Irmadade de São Benedito. Fundada pelas alturas de 1887, passou a desenvolver posteriormente suas atividades na capela de São Benedito, em São Carlos.

Com o nome de «Associação dos Pequenitos», nasceu em 8-8-15 um movimento que compreendia elementos do Apostolado da Oração, Filhas de Maria e Irmãos da Boa Morte (associação esta da qual nenhum dado possuímos). Ao que parece não foi adiante.

5 — *Confraria de São José*: Primeira reunião verificada em 4-7-38.

6 — *Congregação Mariana*: fundada em 1934.

7 — *Obras das Vocações Sacerdotais*: fundada em 11-4-1935.

8 — *Cruzada Eucarística Infantil*: fundada em 1931.

9 — *Homens da Ação Católica*: fundada em 6-8-1947.

10 — *Obras da Propagação da Fé*: fundada em 1949.

BIBLIOGRAFIA

MANUSCRITOS

São Carlos:

Tombos da Paróquia de São Carlos do Pinhal, 4 livros.
Editais, 1 livro.
Fábrica, 1 livro.
Tombo da Diocese, 1 livro.
Livros de óbitos, casamentos e batizados.
Cartas de Datas (1º livro).
Atas da Câmara (1.º e 2.º livro).

Araraquara:

Tombo da Paróquia de São Bento de Araraquara, 1º livro.
Livros de óbitos.
Atas da Câmara, (6.º e 7.º livro).

São Paulo:

Provisões de Capelas, livro 1.1.29, GM e outros escritos (na Cúria).
Maços de Ofícios de Araraquara (no Arquivo do Estado).

IMPRESSOS:

Contribuição do estudo da história e geografia da cidade e município de São Carlos do Pinhal, de Cincinato Cezar da Silva Braga.
São Carlos do Pinhal, Sua fundação e Sua história, de Maria Cecília B. Ferraz.
Quem foi o verdadeiro fundador da cidade de São Carlos? separata de Assis Cintra.
Almanach de São Carlos, 1915.
Almanach-Album de São Carlos, 1916.
Dicionário Litúrgico, de Frei Basílio Rower.
Revista do Arquivo Municipal, nº LXXVIII.
Boletim da Cúria Diocesana (São Carlos).
Jornais de São Carlos: *A Cidade*, *Diário de São Carlos*.
O Actista, órgão oficial da Ação Católica saocarlene.

SÃO CARLOS DO PINHAL — SUA FUNDAÇÃO E SUA HISTÓRIA

(Maria Cecília B. Ferraz)

(*Extratos págs. 36-37*)

«Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1952.

«Prezada D. Maria Cecília Botelho Procopio Ferraz,
Atenciosas saudações.

Em boa hora, há quase sessenta anos, escrevi a História de São Carlos do Pinhal. Este meu trabalho eu o fiz com todo o coração. Nessa abençoada Terra, passei a minha mocidade e aí, convivendo com os fundadores da Vila de São Carlos do Pinhal, pude dos mesmos e dos que assistiram ao memorável feito, ouvir detalhes da fundação da que é hoje uma das cidades orgulho de São Paulo. Posso, portanto, afirmar sem receio de contestação, que São Carlos do Pinhal foi fundada pelo então Tenente-Coronel Antônio Carlos de Arruda Botelho, mais tarde Conde do Pinhal e seus irmãos. Ao escrever o meu trabalho ainda eram vivas as testemunhas da fundação, e todas elas, sem discrepância, concordaram e nem podia ser de outra forma, que meu relato era a expressão da verdade. Naturalmente o Conde do Pinhal e seus irmãos tiveram colaboradores, entre os quais Jesuino Soares de Arruda, mas dêles foi a iniciativa de converter em realidade a fundação da Vila. Isso, em 1894 eu disse e agora posso repetir, pois faço apenas justiça. Devo acentuar, para mostrar minha isenção de ânimo, que meu saudoso pai era membro do Partido Conservador e, portanto, adversário político do Tenente-Coronel Antônio Carlos de Arruda Botelho, chefe do Partido Liberal. Mais tarde eu mesmo era do Partido Republicano Paulista, e o Conde do Pinhal conservou-se monarquista até o seu falecimento. Se julgar útil, autorizo-a a fazer desta o uso que melhor julgar conveniente, e, bem assim, a publicar em separata a História de São Carlos do Pinhal que escrevi em 1894. Fico ao seu dispor para outros esclarecimentos que desejar e, com toda consideração e estima, subscrevo-me seu patrício e admirador,

a) *Cincinato Cesar da Silva Braga.*

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA E GEOGRAFIA DA CIDADE E MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS DO PINHAL

(Cincinato Cezar da Silva Braga)

(*Extratos págs. 60 a 108*)

(Ao São Carlense, meu irmão, Alfredo Cesar da Silva Braga)

I

O território, que hoje constitui o município de S. Carlos do Pinhal, faz parte da vasta zona originariamente ocupada pela confederação dos índios guaianazes (goiá-ná, em tupi correto), os quais, aquém da Serra do Mar, senhorearam domínios independentes desde a época que se perde na obscuridade dos tempos.

Valentes e arrogantes, insubmissos ao cativo, tinham êles, todavia, costumes brandos, e não eram antropófagos. Martim Afonso, em 1532, os encontrou nos campos de Piratininga.

Tinham hábitos sedentários e proviam aos mortos como se fôsem para uma segunda vida (1). É confirmação desses assertos o fato de ter uma tribo habitado, ao que parece por muito tempo, as adjacências da atual estação da Colônia, da via-férrea Rio Claro. Os primeiros visitantes ou povoadores civilizados desta região ali encontraram ainda cemitério dêles e objetos de seu uso.

Atesta Southey (2) que eram bons oleiros, fabricando vasos resistentes ao fogo; alimentavam-se de caça e frutas silvestres, «principalmente de pinhões, de que faziam grandes depósitos, submetendo-os a um processo semelhante a êsse, com que para a cerveja, se prepara a cevada».

De fato, naquele lugar foram encontradas muitas laranjeiras, que ali haviam plantado, e com cujos frutos fabricavam beberagens fermentadas e refrigerantes. Nos campos, à margem direita do

(1) Machado de Oliveira, *Quadro Histórico*, págs. 16 e 17.

(2) *História do Brasil*, vol. 6º, pág. 511.

riacho que desliza próximo daquela estação, muitos vasos de barro foram achados, bem acabadas urnas funerárias, (sambaguês) dentro das quais só havia, resistentes à ação destruidora do tempo, os dentes dos sepultados.

Do cultivo de pinhões, também a tribo expatriada não se abstinha: — seguindo desta cidade à do Rio Claro, pela via-férrea, o observador curioso e atento verá, à direita, três ou quatro minutos depois da estação de Colônia, um pinheiral vetusto, plantado logo além de um cafezal, por entre o arvoredado da mata.

Encontraram-no ali os primeiros conhecedores do terreno. Dêle vem a designação de Pinhal dada à sesmaria em que vegeta; e desta passou mais tarde à cidade de São Carlos, por ter sido fundada dentro do perímetro da mesma sesmaria.

II

Até o comêço do século XVIII, era quase nulo o desenvolvimento que havia adquirido a então Capitania Geral de S. Vicente. Raros eram os seus pequenos núcleos de população situados no litoral ou pouco distante dêste.

Tôda a magnífica região do Oeste, agora opulentamente entrecortada de linhas-férreas, ajardinada de cafezais e enriquecida de cidades, era a êsse tempo completamente desconhecida: — as vilas de Jundiá e Itu atrasadas e insignificantes eram então as mais afastadas povoações existentes nas extensas e feracíssimas bacias do Rio Pardo, Tieté, Mogi e Piracicaba. Afora essas, mal começava a nascer à pequena distância de Itu a modesta Ararita-guaba (3).

Na primeira metade daquele século fundaram-se Mogi-Mirim e Campinas (que se chamou São Carlos); da segunda, datam as primeiras visitas que homens civilizados dignaram-se fazer às paragens da comarca de S. Carlos do Pinhal.

A administração do Marquês de Pombal, como ministro de D. José I (1750-1777), tão fértil em resultados para Portugal, teve os mais salutaes efeitos nas colônias. A capitania de S. Paulo participou também dêsses benefícios: — os seus governadores tiveram do extraordinário ministro instruções positivas no sentido de alargarem pelo interior os domínios portugueses, promovendo e favorecendo o povoamento e cultivo do solo.

(3) Primitivo nome da cidade de Porto-Feliz, que o perdeu quando elevada a vila com esta última denominação, por portaria de 13 de outubro de 1797. Daí partiam e aí desembarcavam os que viajavam entre as Capitânicas de S. Paulo e Mato-Grosso.

Ja sob essa feliz administração, se elevar a Mogi-Mirim à categoria de vila (1770). As de Itu e Porto-Feliz, cujos capitães-mores degredavam para Piracicaba os seus desafetos e os criminosos, mandaram os primeiros habitantes às atuais comarcas de Rio-Claro, S. Carlos e Araraquara.

Ordinariamente eram as descobertas de minas de ouro e as expedições venatórias, os móveis que impelião para sítios ignorados, os audazes paulistas, proverbialmente apontados como conquistadores dos sertões. Ao segundo desses motivos, mais especialmente (já que o primeiro estava em pleno declínio) deve-se attribuir as primeiras sortidas aos campos e serranias destas bandas.

Uma vez assim conhecidas, para ela vinham estabelecer-se os primeiros posseiros homens desprotegidos da fortuna, afeitos às rudes lides do desbravamento de matas virgens, que em diminuta parte transformavam em arrozais, feijoads e milharais, quase sempre próximos de campos, onde apascentavam gado de criar.

Facultavam-lhes nessa época, as Ordenações Filipinas do Reino de Portugal, a aquisição de terras do Real Patrimônio, por mera occupação.

Para maior segurança de seus direitos requeriam os occupantes ao govêrno, a concessão de cartas de sesmaria (4), pelas quais melhor se assegurassem da manutenção de sua posse, e aquisição do seu domínio.

Entretanto, concessões graciosas e vantajosas como essas, não eram tão fáceis de se obter, que um sertanejo qualquer, desamparado do favoritismo administrativo, as pudesse desembaraadamente alcançar. Daí por que, não raro o posseiro alienava seus direitos possessórios a outrem, que melhores elementos tivesse para obter carta de sesmeiro.

Bem avisados da excelência dos terrenos destas regiões, muitos cidadãos de S. Paulo, Parnaíba, Itu e Porto Feliz, homens

(4) Sesmarias eram datas de terras incultas, dadas a cidadãos ou a colonos que as beneficiassem. A origem do vocábulo parece (diz Fr. J. de Viterbo, no Elucidário) que «se deve procurar em sesma, hoje sesmo, que era a sexta parte de qualquer cousa. E como estas terras se costumavam dar com fóro e pensão de sexto, ou de seis um, daqui se diz facilmente, sesmaria e sesmeiro; e também sesmo, sítio, têrmo ou limite em que se acham estas terras assim dadas de sesmaria». Comumente cada sesmaria concedida no interior d'este Estado, tinha uma légua de testada sôbre três de fundo. Todavia, essa medida não é invariável. Pelo Alvará de 23 de novembro de 1700 dirigido ao governador de S. Paulo foi ordenado, «que se desse a cada aldêia, tendo 100 casais, 1 légua de terra em quadra» separando-se também uma porção para os seus párocos. A carta régia de 12 de novembro de 1710 ordena que «a porção que se separar para os párocos, tirando-a dos particulares vizinhos, não seja mais do que aquella que baste para pasto de 3 ou 4 cavalos e de outras tantas vacas, que é o que basta para um pároco».

ricos e de prestígio perante o governo da capitania, ou adquirindo posses feitas, ou sem estas, obtiveram concessões de áreas imensas de território inculto.

III

O Dr. José Inácio Ribeiro Ferreira, secretário do Governador Martim Lopes de Saldanha (5) foi o primeiro que obteve sesmarias dêstes lados: — e, por isso que sua posição oficial não lhe permitia tirá-las para si próprio, êle as expedia em nome de outros, que lhe faziam transferência da concessão. Dessa maneira chegou a possuir no sertão, cêrca de treze léguas quadradas, concedidas pelo referido Martim Lopes e pelo sucessor dêste, Cunha de Menezes (1782-1786). Para uma de suas fazendas, (situada na freguesia do Itaqueri, limitando com a sesmaria do Pinhal) o Dr. José Inácio mandou trazer gado vacum, cavalar e lanígero, nos últimos anos do século passado e nos primeiros do atual. Êle próprio veio mais de uma vez visitar essa fazenda, que é a mais antiga dos arredores.

Foi sob a nefasto governo de Martim Lopes, e na mesma época em que o Dr. José Inácio fazia provisões de fazendas, que Manuel Martins dos Santos Rego, cirurgião-mor do Regimento de Voluntários Reais de S. Paulo, requereu e foi-lhe concedida uma sesmaria nos sertões de Araraquara: — é a atual sesmaria do Pinhal.

A expressão, «sertões de Araraquara» indicava tôda a zona ocupada hoje pelos municípios de Rio-Claro, Descalvado, S. Carlos, Brotas, Araraquara, etc. A povoação de Araraquara só se fundou no século seguinte.

Por parecer-nos assaz interessante, damos aqui a íntegra dessa concessão:

«Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador e Capitão General desta Capitania de São Paulo, etc.

«Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que «attendendo a me representar Manoel Martins dos Santos Rego, «Cirurgião-Mór do Regimento de Voluntários desta cidade, que

(5) A capitania de S. Paulo sofreu a desatinada e onominosa administração dêste maléfico homem desde 1775 até 1782. Deve-se-lhe, além de muitos outros desatinos, o assassinato (oficial) do Caetaninho, e o disparate de «ordenar por bando, e só por mofa ao trajar das paulistas, que seriam levadas à prisão as que andassem rebuçadas com chapéus sôbre as baêtas trazendo as caras cobertas, por semelhante uso em desserviço de Deus»; e sabendo que à noite alguém transgredia a ordem, determinou que fôsse prêso, e «em caso de resistência fôsse atirado pelas pernas»!

«elle tinha noticia que nos sertões de Araraquara se achavam
«campos devolutos, dos quaes queria elle tirar por sesmaria tres
«leguas de terras para povoar, e que suposto já vários tñham
«tirado sesmarias, requeria se inteirar das sobras, que restarem,
«pelo que me pedia lhe mandasse passar sesmaria das ditas terras,
«na forma do estylo, e sendo visto o seu requerimento, em que
«ouvida a Camara de Itú, a quem se não offereceu duvida, nem
«ao Doutor Procurador da Corôa, e Fazenda, a quem se deu
«vista: Hei por bem dar de sesmaria, em nome de Sua Magestade
«Fidelissima, em virtude de Sua Real Ordem de 15 de Junho
«de 1711, ao dito cirurgião-mór Manoel Martins dos Santos Rego,
«tres leguas de terras nos sertões de Araraquara, inteirando-se
«dellas nas sobras das mais sesmarias que dos ditos sertões se
«tem tirado os rumos e confrontações com que lhe forem neces-
«sarios, sem prejuizo de terceiros, ou do direito que alguma pessoa
«tenha a ellas, com declaração que as cultivará, e mandará con-
«firmar esta carta de sesmaria por Sua Magestade dentro de dois
«annos, e não o fazendo se lhe denegará mais tempo, e antes de
«tomar posse dellas as fará medir e demarcar judicialmente sendo
«para este effeito notificadas as pessoas com quem confrontar;
«e será obrigado a fazer os caminhos de suas testadas com pontes,
«e estivas, onde necessário fôr, e descobrindo-se nellas algú Rio
«caudaloso, que necessite de barca para se atravessar, ficará re-
«servada de húa das margens d'elle meia legua de terra em
«quadra para cômodidade pública; e nesta datta não poderá suc-
«ceder em tempo algú pessoas Ecclesiasticas, ou Religião, e suc-
«cedendo será com o encargo de pagar dizimos, ou outro qualquer
«que Sua Magestade lhe quizer impor de novo, e não fazendo
«se poderá dar a quem o denunciar, como tãobem sendo o dito
«Senhor Servido mandar fundar no districto della algúa Villa o
«poderá fazer, ficando livre e sem encargo algú, ou pensão para
«o sesmeiro, e não comprehenderá esta datta veeiros, ou minas
«de qualquer genero de metal que n'ellas se descobrir, reservan-
«do-se tãobem os Páus Reaes; e faltando a qualquer das ditas
«clausulas, ficará privado d'esta, por serem conforme as Ordens
«de Sua Magestade e ao que dispõe a Ley e o foral das Sesmarias;
«pelo que Mando ao Ministro e mais pessoas a quem o conheci-
«mento desta pertencer dêem posse ao dito cirurgião-mór Manoel
«Martins dos Santos Rego das referidas terras na fórma que pede.
«E por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente, por mim
«assignada, e sellada com o sello de Minhas Armas, que se cum-
«prirá inteiramente como nella se contém, e se registrará no livro
«da secretaria deste Governo, e mais partes a quem tocar, e se
«passou por duas vias. Dada nesta cidade de São Paulo: Francisco
«Pereira Cardoso Bastos a fez aos 6 de julho de 1781. O secre-

«tário do Governo José Ignacio Ribeiro Ferreira a fez escrever. — «Martim Lopes Lobo de Saldanha».

Dos próprios termos do requerimento dessa concessão se vê, que o requerente nem teve conhecimento do que pediu. Contudo, enviou essa carta de sesmaria para Lisboa, a fim de ser confirmada pelo Rei; e antes que ela lhe fôsse devolvida, o concessionário vendeu a sua sesmaria ao Capitão Carlos Bartolomeu de Arruda, da vila de Itu, por escritura de 30 de março de 1786. O preço da venda dessas três léguas em quadra foi de trinta mil e novecentos e sessenta réis (30\$960):

Não consta, entretanto, que essas terras tenham sido habitadas, pelo menos até o começo dêste século.

IV

No ano de 1788, o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, astrônomo português, fez uma viagem pelo interior. No Diário que, por ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governador e capitão-general da Capitania de Mato-Grosso e Cuiabá, fez da Vila-Bela (6) até a cidade de São Paulo, pela ordinária derrota dos rios, diz êsse audaz explorador, sob a data de 24 de dezembro de 1788, em viagem pelo Tietê acima (7):

«Com 3 h. de navegação passei a cachoeirinha do Banharon, e pouco acima um poço do mesmo nome. Um quarto de légua acima dêste poço, e da parte côncava da enseada, se avista à distância de 3 léguas para NE uns montes que lhes chamam de Araraquara, que pela tarde quando lhes bate o sol representam uma grande cidade».

Que esplêndida perspectiva devia ser essa...

Sublimes arcanos do destino!

Dir-se-ia que êsses homens enxergavam, futuro adiante, mais de um século... Quem diria que nos devaneios de sua imaginação encendida pelo sol tropical, vivificada pelo trinar das aves da floresta, acalentada pelo compassado rumorejar dos remos, viam êles aquilo mesmo que os séculos seguintes converteriam em imponente e grandiosa realidade, entronizando pelas culminâncias dessas serranias, além de outras, a jovem e poética S. Carlos!

(6) Hoje S. Luís de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

(7) Vide Diário da Viagem do Dr. Franc. J. de Lacerda e Almeida, pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e São Paulo, nos anos de 1780 a 1790, pág. 58 (1841).

«É tradição, prossegue o excursionista, que nestes montes há muito ouro (8). Várias pessoas têm tentado chegar a êles, e o não têm conseguido pelos muitos pantanais e obstáculos que encontram: mas eu me persuado que esta tentativa tem sido feita por homens pusilânimes e fracos sertanistas, pois não é crível que em três lágua de terreno possa haver obstáculo que com tempo e trabalho se não vença».

Explicando em uma nota o motivo de chamarem a êstes montes — de Araraquara — diz ainda: «Uma senhora velha de Ararituaba (9), de bom juízo, e instruída na língua dos índios, me certificou de que na sua mocidade se chamava Araquara, e não Araraquara, como hoje. Se assim é, quer dizer buraco do dia, talvez porque nestes montes mais depressa aparece o dia e de longe os vêem os navegantes com os primeiros raios da Aurora. E se é o nome de hoje, quer dizer buraco de Arara. Nestes campos que já se vão povoando com fazendas de gado, há negros fugidos que extraem ouro, porque se tem achado sinais disso: — o que confirma que os montes sem dúvida têm o mesmo metal».

Conquanto o tempo já tenha demonstrado que o impertérito viajante tinha razão descrendo da impossibilidade de comunicações entre estas alturas e aquêle rio, todavia é verdade que foi através daquelas três léguas, que primeiro se estabeleceu passagem para os cumes que de longe os navegantes viam com os primeiros raios da Aurora.

Foi por volta de 1790, que de ltu escapou à ação da justiça, o criminoso Pedro José Neto; e nas matas onde está agora S. Carlos do Pinhal, veio procurar couro e homisio.

Percorreu-as em direções diversas; e sempre fugitivo à justiça ituana, procurando paragens remotas, descobriu todo o vasto território que dêste município vai além de Jaboticabal.

O foragido, no interêsse de fazer fortuna que lhe facilitasse a reconquista da liberdade fêz diversas posses, que foram denominadas Cruzes, Almas, Lageado, Rancho-Queimado, Cambui, Ouro, Bomfim e Monte-Alegre, fixando residência nesta última.

Em 1799 o governador Antônio de Melo, mandou explorar um caminho que, partindo de Piracicaba, fôsse ter em direitura à margem esquerda do Rio-Grande, atravessando os campos de Araraquara, e isso para evitar-se a dilatada navegação fluvial para Cuiabá. Nada, porém, nos foi possível averiguar sôbre a realização dêsse cometimento.

(8) Uma das sesmarias visinhas dêste município chama-se Sesmaria do Ouro, — diz-se — por ter sido aí encontrado êsse metal.

(9) Vide Nota a fls. IV.

Em 1804 ou 1806, Neto e sua mulher animaram-se a chegar até a então nascente Vila de Campinas, onde constituíram procurador, que por êles solicitasse do Govêrno a legalização de suas posses.

Neto nenhuma posse havia feito no território dêste município. Contudo, tornou melhor conhecidas as terras que explorara; e de então em diante começaram a afluir para estas regiões exploradores e adquirentes, muitos dêles pessoas abonadas, a algumas das quais Neto transmitiu as posses que fizera, em troca de promessas de o libertarem de sua responsabilidade criminal.

V

Foi a êsse tempo que fez o reverendo Manuel Joaquim do Amaral Gurgel (10) uma posse nos campos do lado da Várzea Grande e matas anexas cortadas pelas atuais estradas de rodagem desta cidade, aos bairros da Água Vermelha e dos Mendes e pelo ramal férreo de que se serve. Essa posse constituiu a Sesmaria do Quilombo, só posteriormente (1812) concedida pelo notável Governador Oyenhausen a concessionários do mesmo padre, e hoje ocupada pelas propriedades agrícolas de Israel Quirino Pinto, Tenente-Coronel Joaquim Manuel Alves, Irmãos Lacerda, Coronel Cotrim, herdeiros de Carlos do Amaral, etc.

É tradição que as proximidades da estação da Babilônia situada nessas terras, foram anteriormente habitadas por escravos foragidos.

Parece-nos isso verdade: 1º) Porque o Dr. Lacerda, de quem já tomamos subsídios, refere-se à existência, nestes montes de negros fugidos. 2º) A denominação Quilombo, dada desde o começo do século àqueles sítios, autoriza a crença na existência ali de um agrupamento de escravizados, que procuravam ler sua alforria nas fôlhas verdes da floresta deserta. 3º) A denominação coeva da anterior, de Ribeirão dos Negros, dada ao ribeiro que corre daqueles lados, parece ainda robustecer essas referências.

Pouco depois do Padre Gurgel Miguel Alberto de Vasconcelos apossou-se das terras da mais tarde chamada Sesmaria do Monjolinho, dentro de cujo perímetro está situada a metade setentrional, mais ou menos, da atual cidade de S. Carlos. Vasconcelos arranchou-se a uns cinco quilômetros desta praça, à margem direita do Monjolinho, a NE do atual cemitério novo. Êsse lugar continuou a ser a sede da importante fazenda conhecida sucessivamente pelas denominações de Fazenda do Monjolinho, Fazenda Velha, Fazenda de D. Alexandrina, de que só restam mal apagados vestígios.

(10) Vigário da então capela de Piracicaba.

Vasconcelos transferiu seus direitos possessórios, em 1810, ao sargento-mor Felipe de Campos Bicudo e Tenente José de Campos Paes; êstes requereram a sesmaria, que lhes foi concedida, por carta de 21 de novembro de 1810, pelo Governador França e Horta (11).

Já então se impunha aos sesmeiros a obrigação criada pelo Aviso de 18 de maio de 1801, de lavrar com arado um pedaço de terreno de seis braças de frente e seis de fundo para cada légua quadrada.

Em 4 de setembro de 1811, na casa de morada (a que aludimos) do sargento-mor Felipe de Campos Bicudo deu-se princípio à medição da sesmaria do Monjolinho; — o único confrontante que havia era a NE o Padre Gurgel. Os autos desse feito são o documento mais antigo que em original existe nos arquivos desta comarca (12). O Capitão Antônio da Silva Leite, juiz ordinário de Porto-Feliz, foi quem presidiu às diligências; Joaquim José Barbosa foi o piloto e Francisco Peixoto de Sousa Machado, escrivão. O atual Ribeirão do Monjolinho, chamava-se nesse tempo Ribeirão da Onça.

Em 1812 (19 de maio) o Padre Gurgel vendeu sua fazenda «com casas de vivenda, curral, monjolo, e um carro», tudo por 190\$000, ao Capitão Demétrio José Xavier, por cuja morte ficou ela pertencendo, em 1821, ao seu filho Severino José Xavier.

No mesmo ano de 1812, veio de Porto Feliz o Juiz das Medições, ajudante José Joaquim da Rocha, para proceder à demarcação das sesmarias, apossadas por Pedro José Neto, a que já nos referidos, e situadas na atual comarca de Araraquara. Nesse ano e nos seguintes mediram-se ali as sesmarias das Cruzes, Ouro, Rancho-Queimado, Monte-Alegre, Lageado, Cambuí, Bomfim, Cambaiuvoca, Laranjal, Baguaçu e Almas.

(11, Governador da capitania desde 1802 a 1811; foi um algoz do povo; fez uma administração despótica, desastrosa e sinistra: — chamavam-na «governo dos mexericos».

(12) A posse judicial do sesmeiro foi concedida «publicando o porteiro em alta e inteligível voz dizendo por três vêzes sucessivas, pösse, pösse, pösse, que manda o Juiz Ordinário F... dar ao sesmeiro F... das terras desta sesmaria que se acham medidas e demarcadas, tanto lavradas, como de matas, maninhas e campos, há quem a elas se oponha?; e por não haver quem a elas se opusesse, depois de feitas as solenidades da lei, atirando o sesmeiro mato e capoens e terra que cavava para o ar, houve o Porteiro do Autor sesmeiro, por empossado de sua sesmaria». O mapa da demarcação é um monumento arqueológico.

VI

Já em 1810 o povoado de Piracicaba tinha sido elevado à categoria de freguesia; desde os últimos anos do anterior e os primeiros do presente século, já era na respectiva capela que se iam desobrigar os sertanejos dos arredores. Entretanto, para os que residiam em todo o território a que temos aludido, a distância a vencer era enorme e o transporte difícil. Então, como ainda mais tarde, por um picadão mal aberto era a comunicação daqui a Piracicaba; e, para os que residiam na vertente do Mogi-Guaçu, era por êste em canoas, a derrota para Mogi-Mirim. A essas duas povoações iam os povos destas alturas buscar o pasto espiritual para as consciências e o pasto salino para os corpos... dos fiéis e do seu gado.

Essas dificuldades lembraram a criação de uma capela e povoado mais próximos: — foi São Bento de Araraquara, fundada pouco antes de 1818 na sesmaria do Ouro. O primeiro batizado que nela houve foi de um são-carlense, Bento Luis de França, conhecido por Bento Estanislau, nascido na Fazenda do Monjolinho.

Motivos idênticos foram determinando a fundação de Pirassununga (1823), Rio Claro (1827), Descalvado (1832), Itaqueri (1835) e Brotas (1839).

Durante todo êsse tempo, o território que constitui êste município foi tendo sua população aumentada. Já as posses das Aguas Turvas e Boa-Vista estavam feitas (13) em 1821. Em 1831, vieram da então Vila da Constituição (14) o Juiz Francisco José Machado e Escrivão Pedro Liberato de Macedo para proceder-se à demarcação da sesmaria do Pinhal, a requerimento de Carlos José Botelho, que a herdou do Capitão Carlos Bar-

(13) Eis aqui um documento interessante, pelo qual se fez acôrdo de divisas dessas posses: está sem data, mas é anterior a 1821, e vai transcrito conforme o original: «Dizemos nois Abaixo heoçinado q. he verdade q' Fasemos divisa Deteras decendo rebeiram abaxo ate o fim dacapuera fazendo cuarto adireita Sigido pelo o espigam pr emdeireitura athe ganha oxapadam açim segue p^r otor lado do d^o rebeiram do fundo da capoeira A rumo direito por Curando hum pao deguayuvira Saindo nocaminho Sigira pr ele adiante athe a xapada noçair na queimada porem digo que divisamos com Snr. RaFael Pinto Degodys pidi e roquei ademetro q. este fizece pr mim por não Saber ler nem esquecer So meaçino com o meu sinal q'ha uma + q. he sinal do Costuma Antonio Estevo de tores Measino a rogo daotorgant Anna Joaqn^a de jesus como testemunha que este fiz hevi açinar Demetrio José Xavier Testemunha q' este vio açinar Bento Debarreto Leit açineçe com uma +».

(14) Nome com que a portaria de 21 de outubro de 1821 elevou Piracicaba à categoria de vila, em atenção e para perpetuar a Constituição Portuguesa promulgada nesse ano: seu térmo abrange o município atualmente de S. Carlos.

tolomeu de Arruda. Nela serviu de piloto João dos Santos Liano, acompanhando a medição, José de Campos Negreiro, sabido em coisas de agrimensura por instruções que recebera do notável Senador Vergueiro.

De então em diante começou de Minas (especialmente da comarca de Alfenas) alguma imigração para este território, a qual situou-se dos lados do atual município do Belém: toda a família dos Mendes, o falecido José Rodrigues dos Reis (o Rodriguinho), João dos Reis, João Alves de Oliveira e outros são dessa origem.

A fonte de rendas para os povos daqui era nessa época, e ainda continuou a sê-lo por muito tempo, a venda do toucinho e do gado suíno e bovino. Para S. Paulo e Santos partiam tropas carregadas de toucinho, que lá era vendido quando o preço estava muito alto, a oito patacas a arroba: de volta traziam as tropas, carregamento de sal.

Da plantação de café — a minúscula cereja destinada a aliviar a gigantesca riqueza deste município — ninguém se ocupava ainda. Também não havia amadurecido no espírito dos paulistas a convicção das vantagens de seu cultivo. Até fins do século passado, o café (*coffea arabica* Linn), proveniente da Etiópia e da Ásia, só se encontrava nas boticas; o Padre Manuel José, que muito o receitava como medicamento, fazia propaganda dessa bebida, entre os seus amigos, aconselhando-a para o uso diário. O Governador Antônio Manuel de Melo (1797-1802), ou por curiosidade, ou para uso próprio, trouxe algumas sementes, que o sargento-mor Santos Prado, seu amigo, plantou em Jundiá e das quais vingou um cafeeiro, que foi muito conhecido como objeto de curiosidade. Dêle tiveram origem todos, ou a maior parte dos cafezais do Oeste de S. Paulo. Em Campinas se fez alguma plantação; mas foi depois de 1835 que nesse município tomou incremento essa cultura: — em 1842 e 1843 já se fizeram colheitas sofríveis.

No atual município de S. Carlos, foi Carlos José Botelho quem plantou o primeiro cafezal. No inventário a que se procedeu por falecimento de sua mulher, em 1844, já se encontra entre as avaliações: «Por três mil pés de cafezal dando fruta e outros novos, a duzentos réis o pé — 600\$000 rs.».

Vagarosamente outros o foram imitando, até que essa lavoura suplantou a da cana de açúcar, também aqui iniciada.

Carlos Botelho nutria a idéia de fundar uma cidade em suas terras; faleceu, porém, em novembro de 1854, antes que tivesse principiado a execução de seu projeto. Depois de sua morte seus herdeiros trataram da realização desse pensamento, auxiliados por Jesuino José Soares de Arruda.

VII

João Batista de Arruda foi o incumbido de recolher os donativos com que os povos do lugar e êsses herdeiros quisessem concorrer para a edificação de uma capela, — o bioplasma da vida orgânica de tôdas as grandes cidades do Brasil: — honraria que aos modestos, mas poéticos recintos de celebração do culto católico, vão já usurpando as profanas estações das estradas de ferro.

O local preferido era a bela esplanada das alturas do atual largo de S. Sebastião. Sobreveio, porém, um obstáculo que não pôde ser vencido. João Alves de Oliveira, proprietário da Sesmaria do Monjolinho era adverso à fundação do povoado. Dizia «que já de Minas se tinha retirado por dissensões de arraial, cujas proximidades habitara; que as povoações próximas das fazendas eram nocivas aos interesses do fazendeiro, distraíam e pervertiam os escravos», etc. Todavia, não se opunha afinal, a que a capela fôsse erigida ao sul, onde está hoje a cidade, além da atual Vila Izabel, no último planalto campestre que a linha-férrea atravessa antes de chegar à estação de S. Carlos. Assim se afastaria mais do seu estabelecimento agrícola (Fazenda Velha, a que já aludimos), o núcleo de população premeditado.

Os outros persistiram no primitivo intento.

Autoritário, voluntarioso, João Alves por sua vez não cedeu na pendência. Capricho por capricho, foi resolvida a criação da capela nas terras da sesmaria do Pinhal; mas no ponto que mais se aproximava do local primitivamente lembrado.

De leste a oeste, e dividindo o largo da Matriz em dois retângulos, atravessa a cidade o rumo que divide as sesmarias Pinhal e Monjolinho. Junto dêsse rumo, que é próximamente a linha das goteiras da atual Matriz, foi marcado o lugar para construção do templo. Toda a área da atual cidade e seus subúrbios era campo e mata. Outrora, quando em 1831 Carlos J. Botelho medira as suas sesmarias, encontrara, habitando à margem do riacho que corta agora a rua de S. Carlos, um intruso de nome Gregório de tal. Dêste veio para o riacho a denominação de Água do Gregório, tão desconhecida hoje dos são-carlenses, mas tão usada nos documentos antigos a ela referentes: sua conservação é um dever de homenagem à tradição histórica.

Ao tempo em que se cuidava da criação da capela (1856) só existia aqui o Inacinho, um agregado de Carlos J. Botelho, arranchado, onde está o prédio nº 21 da rua do Carvalho, propriedade de Emílio Leonardo de Campos.

A porta de sua morada passava a estrada que, de Rio Claro e Piracicaba, ia ter a Araraquara, e depois, sertão a fora, até

Sant'Ana do Parnaíba e Cuiabá (15). À beira d'água era o pouso ordinário dos viandantes dessa via dolorosa, cujas areias cálidas tanto supliciavam os músculos do mais valente bucéfalo. Por pouso, aqui, entenda-se o agasalho que, ao relento, podiam fornecer aos peregrinos, as mantas da sela, as tôldas do carro, os ligares da tropa, onde eles descansavam das fadigas da jornada, ao fulgir dos pirilampos da várzea, atormentados pelo abundante e monótono coaxar dos batráquios do brejo.

Jesuino de Arruda trouxe de Piracicaba o carapina que levantou a capela (16); Inacinho forneceu-lhe as telhas. Foi São Carlos (17) o padroeiro escolhido, pelo muito de devoção que lhe consagrava a família Botelho. Carlos era o nome do pai, como já o havia sido do avô, e tem passado a filhos, dos atuais chefes dessa família; êstes mesmos o têm por sobrenome.

A imagem de S. Carlos foi dom do herdeiro Carlos de Arruda Botelho, que residiu e faleceu em Piracicaba (18). A êste coube ela em partilha no inventário por morte de seu pai Carlos José Botelho, em 1855, em que foi avaliada por 100\$000, tendo-o já sido por 150\$000, no inventário por morte de Cândido Maria do Rosário, sua mãe, falecida em 1844.

(15) Em 1874 temos lembrança de ter visto ainda passar pela via uma comitiva conduzindo um juiz de direito nomeado para Mato Grosso. Ao tempo da guerra contra o Paraguai foi muito utilizada essa via de comunicação. Nos campos do Monjolinho, um campeiro da Fazenda Velha encontrou os restos de uma besta, cargueira de balas e outras munições bélicas, naturalmente desgarrada e perdida da caravana em viagem para os campos de batalha.

(16) Consta do trabalho histórico do Almanaque de S. Carlos de 1915, que «Jesuino trouxe de Piracicaba o carpinteiro, um tal Cazuza, que deu início ao serviço da construção do modesto templo, não tendo podido, entretanto terminá-lo, por ter apanhado maleitas, de que veio a falecer». N. de M. C. Ferraz.

(17) São Carlos Borromeu, arcebispo de Milão, canonizado em 1610. Na epidemia que, no século XVI, converteu aquela cidade em vasta mansão da morte, Carlos Borromeu foi a figura angélica da Caridade, o mensageiro do Bem, que empregava todo o seu tempo em mitigar as aflições dos atacados da peste. Seu corpo ainda existe, vimo-lo, vestido de hábitos pontificais, embalsamado, num esquite de prata, em riquíssimo altar subterrâneo, na catedral de Milão.

(18) Carlos (Bartolomeu) de Arruda Botelho, filho mais velho de Carlos José Botelho e que tinha o nome de seu avô, cresceu juntamente com seus irmãos em Araraquara, e no período de 1853 a 1856 foi um dos vereadores eleitos à Câmara dessa cidade. Transferiu posteriormente sua residência para Piracicaba onde possuía ou veio a possuir terras. A imagem que lhe coube por herança encontrava-se na Sede da Fazenda do Pinhal por ocasião do falecimento do seu progenitor, que se deu em novembro de 1854, (datando o inventário de 1855) e de lá é que foi transportada para a Capela do nascente povoado. Portanto Cincinato tem razão ao dizer que ele residiu e faleceu em Piracicaba. Nota de M. C. Ferraz.

VIII

Em 8 de janeiro de 1857, a Câmara Municipal de Araraquara, sob a presidência e proposta do então Tenente-Coronel Antônio Carlos de A. Botelho, oficiou ao presidente da Província, pedindo a criação de um distrito de paz e subdelegacia na capela de S. Carlos do Pinhal. Reiterando êsse pedido a 20 de abril, foi atendida em 6 de julho do mesmo ano, por ato do então Presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, que criou o distrito com estas divisas: «começando na barra do Ribeirão Guariroba com o rio Mogi, e subindo pelo mesmo Guariroba até a «sua cabeceira; daí pela estrada que vai à morada de José Rodrigues de Lima, e daí pela estrada que vai à morada de Manuel «Joaquim da Silveira; e subindo pela água de sua morada até sua «cabeceira; e dêste rumo até a cabeceira de água das Araras e «por esta abaixo até a barra e daí pelo caminho que segue da «Fazenda de Inácio Elias para a fazenda do falecido Estanislau «José Antunes; daí pelo Ribeirão do Xibarro abaixo, até a barra «do ribeirão do Limoeiro; subindo por êste até sua cabeceira, daí «pelo caminho que segue da fazenda de Antônio Ferraz de Camargo até a fazenda do Corrente; e desta pela estrada que segue «para a freguezia de Brotas até as suas divisas».

Na sessão de 21 de abril do mesmo ano, a mesma Câmara tomou conhecimento da provisão do diocesano autorizando a criação da capela, e a bênção de um cemitério; ordenou ao arruador que tirasse «o arruamento da primeira rua que passa por detrás da igreja e, seguindo de Norte a Sul, depois de passar dois quarteirões, com a largura das competentes ruas, e no terceiro quarteirão alinhasse para o lado direito, para ali ser feito um cemitério»; e oficiou a Manuel Rodrigues Palhares pedindo a êste que «se incumbisse de convocar os habitantes daquele lugar para limparem e cercarem o lugar designado pelo arruador a fim do pároco benzer e servir de cemitério». Êste lugar é o atual largo de São Benedito.

A 7 de outubro do mesmo ano tomou posse o primeiro juiz de paz eleito — Paulino Carlos de Arruda Botelho.

A 27 de dezembro celebrou-se no lugar a primeira missa, por ocasião de benzer-se a capela pelo então vigário de Araraquara, Padre Joaquim Cipriano de Camargo. Houve nessa ocasião 12 batizados.

O progresso da pequena povoação caminhou com rapidez tão notável, que por lei n.º 9 de 11 de março de 1858 foi dotada com uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino; e, por lei de 24 de abril de 1858, foi elevada à categoria de freguesia.

Aos 8 de outubro do mesmo ano, foi instituído o patrimônio de São Carlos, na forma do documento que abaixo transcrevemos:

«Nós abaixo assinados, Jesuino José Soares de Arruda e minha mulher Maria Gertrudes de Arruda declaramos que temos feito doação à freguesia de São Carlos do Pinhal de 500 braças de terreno tendo princípio no canto do cultivado de Antônio Carlos de Arruda Botelho, seguindo por um rumo pôsto última-feito doação à freguesia de São Carlos do Pinhal de 500 braças e depois fará quadra procurando o alinhamento da povoação e depois medir-se-ão 300 braças e depois fará quadra; procurando o mesmo alinhamento da dita povoação, e depois medir-se-ão o que se achar até encontrar a fronteira do dito cultivado de Antônio Carlos de Arruda Botelho, e depois fará quadra, procurando o fêcho onde teve princípio, divisando esta última quadra pela beira do dito cultivado, e bem assim a quadra procurará sua direção precisa ao dito fêcho. Este terreno será vendido em datas para os moradores da freguesia que nela se estabelecerem de ora em diante, pelas pessoas que a Câmara para isso designar, e o produto da venda será aplicado às obras da igreja matriz da mesma freguesia. Em tempo nenhum, porém, poderei por causa desta concessão ser incomodado com gado e animais e pelos moradores da freguesia. Avaliamos este terreno na quantia de duzentos e cinquenta mil réis. E o tendo nós declarado em outro papel de doação passado a mais de dois anos que ficará sem vigor da presente data em diante. E por verdade passamos a presente, assinando a rogo de Maria Gertrudes de Arruda, João Soares de Arruda. Sítio, oito de outubro de 1858.

Jesuino José Soares de Arruda, João Soares de Arruda; como testemunha que este fiz e vi assinar, Antônio Teixeira Prado; Francisco Ferraz de Camargo».

Em 1859 o então bispo diocesano D. Antônio Joaquim de Melo, na excursão que fez a Jaboticabal, visitou a freguesia, administrando na capela o crisma.

O primeiro pároco nomeado para a freguesia foi o revmo. padre, hoje cônego, Joaquim Botelho da Fonseca, que até agora ocupa esse lugar, em cujo exercício entrou em dezembro de 1860. É português de nascimento, natural da província de Beira-Alta, comarca de Rezende, freguesia de S. Pedro; e brasileiro de adoção, naturalizado espontaneamente a 7 de abril de 1881, perante a Câmara Municipal reunida em sessão.

Por lei de 5 de abril de 1862 foi criada uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino.

O desenvolvimento da freguesia operou-se a olhos vistos: a Assembléia Provincial de então, bem o reconheceu elevando-a

à categoria de Vila pela lei de 1865. Pelas leis de 28 de março e 21 de abril do mesmo ano foram incorporadas ao novo município a fazenda Água Branca, desligada do de ~~S.~~ Araraquara, e as terras pertencentes a Carlos José Botelho, entre as cabeceiras dos ribeirões das Cobras e Geraldo, desligadas do de Rio Claro.

IX

Em consequência da lei de 18 de março de 1865, pela qual foi instituído o município de São Carlos do Pinhal, no dia 4 de setembro de 1865, na casa de residência (19) do então Tenente-Coronel Antônio Carlos de Arruda Botelho — hoje Conde do Pinhal — tomou posse a primeira Câmara Municipal, sob juramento, que aos vereadores deferiu o Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, então presidente da Câmara Municipal de Araraquara, e hoje lente da Faculdade de Direito de S. Paulo.

No dia imediato celebrou a nossa edilidade a sua primeira sessão, cuja ata autêntica segue, conforme o original:

«Aos quinze dias do mez de 7bro de 1865 Nesta Villa de S. Carlos do Pinhal em a casa destinada para seções da Camera (20) sendo ai presente os Snrs. vereadores Rodrigues Freire, Camargo, Siqueira, Eufrasino, Oliveira, Silva, declaroçe o Presidente aberta aceção epropos que se devia levar ao conhecimento do governo participando de haver ter a Camera tomado posse epedindo acreação de termo neste municipio e igualmente as de coletoria eapresentou um officio neste sintido, pondo emdiscussão foi aprovado oparecer e assignarão o officio, pello mesmo presidente propos que se devia pedir o governo aprovação provisoriamente das pusturas da Camera de Araraquara de que este municipio fazia parte e as gratificaçois de seus impregados eapresentando um officio neste sintido pondo em discussão foi aprovado e assignados ditos officios os quaes ficão rezistado no livro competente epassando afazer as nomeações de seus impregados foram nomeados p^a Secretario Emilio Leonardo de Campos, para Fiscal José Ignácio de Carvalho, para Porteiro Manoel G. Ramos ficando adiado anomeação de procurador aprimeira ceção o Sr. Prisdente declaro que istando prezente José Ignácio de Carvalho e Manoel G. Ramos focem convidados para tomarem posse os quaes sendo convidados aseitarão e prestarão juramento, na forma da lei e assignarão termo no livro competente pello vereador Arruda foi participado que não podia fazer parte dos trabalhos da Camera

(19) Esse prédio é o mesmo que está à rua de S. Carlos, esquina do largo da Matriz, na parte inferior deste largo, à direita de quem desce.

(20) Vide Nota anterior.

por se achar fazendo parte do Conselho de qualificação da guarda nacional oquefica a Camera inteirada: ficando marcado o dia dois de 8brº do corrente anno para seções ordinaria e comvidandose para esse tempo o vereador Sampario p^a tomar posse não avendo mais quem pediçê a palavra fechoçê a ceção auma ora da tarde de que para constar lavrei a presente atha que assignão o Prisdente e seus membros e eu Oliv secretario interinho que escrevi.

«Joaquim Roberto Roiz. Freire.

«Elias de Camargo Penteado.

«José Eufrasino da Silva.

«João Baptista de Siqueira Serra.

«José da Silva Franco.

«Victor Augusto de Oliveira».

O vereador que por ausente deixou de assinar, só funcionando em sessões posteriores, é João Baptista de Arruda, substituído por Simeão Joaquim de Sampaio.

Em 12 de dezembro de 1866 houve sessão em que se pôs nomes às ruas da nascente vila. Dêstes, nenhum escapou ao mau vazo das substituições. Ei-los:

Rua do Comércio (hoje de São Carlos). Rua de Santo Ignácio (hoje do Carvalho). Rua do Itaqui (hoje, Jesuino de Arruda). Rua Riachuelo (hoje, 13 de Maio). Rua do Jatahy (hoje D. Alexandrina). Rua do Paisandu (hoje, General Osório) (21).

Para se ajuizar do que era, ainda em 1866, a vila que hoje está transformada em uma das mais importantes, prósperas e adiantadas cidades do Estado de S. Paulo, basta ponderar que, nessa mesma sessão, a municipalidade, deliberou «que a rua do Comércio devia ser carpida tôda ela; a rua de Santo Ignácio devia ser carpida desde o princípio do páteo até o Ribeirão; a rua do Itaqui devia ser carpida, entre as ruas do Comércio e Santo Ignácio, e o restante dela ser roçada; a rua do Riachuelo devia ser carpida tôda ela; a rua do Jataí devia ser carpida desde o páteo até chegar à do Paysandu; esta devia ser carpida desde a rua do Jatahy até chegar ao ribeirão, e o restante dela ser roçada».

(21) A razão dessas denominações era: — quanto à primeira, ser essa rua a de mais movimento; quanto à segunda, uma reminiscência do primeiro morador do lugar o Inacinho; quanto às outras, a perpetuação das vitórias gloriosas que no ano anterior já as forças brasileiras tinham conquistado, na guerra então empenhada contra o Paraguai.

X

Até então as construções da vila não podiam estender-se para o lado de cima da Igreja; como já expusemos, dêsse ponto para o norte era proprietário das terras João Alves de Oliveira, que não as alienava, nem consentia nelas construções ou abertura de ruas. Tão caprichoso era, que residindo, como já dissemos, a cerca de cinco quilômetros da vila, não a visitava absolutamente: — quando negócios o obrigavam a ir a alguma praça, seguia para Araraquara ou para Rio Claro, na mais plena abstração de S. Carlos. Para ir à segunda, tinha de seguir pela estrada ordinária, que cortava esta última. Nas poucas vêzes em que por aqui caminhava, em viagem, apenas o detinha em sua marcha o dever de católico fervoroso, que era: ao passar em face da igreja, à hora da missa, descavalgava, — esporas, chicote, pala e rédeas confiados ao pagem, — e, a dois ou três passos para dentro da porta principal, orava silenciosamente até findar o sacrifício da missa. Ao cabo dêste, cavalgava estrada além. Não desejava, dizia em vida, ser sepultado aqui: — seu corpo foi dado à tumba em Araraquara. Faleceu em 1866.

Nesse mesmo ano foi criado o têrmo de S. Carlos, anexo ao de Araraquara, ambos da comarca de Rio Claro; sendo nomeados: para delegado de policia, Capitão Paulino Carlos de Arruda Botelho; para seus suplentes, Capitão Antônio Vicente da Silveira, João Carlos Arruda Botelho, Manuel de Oliveira Barbosa, Tenente Joaquim de Meira Botelho, Manuel Peixoto Lopes (empossado a 14 de julho) e Elias de Camargo Penteado (empossado a 15); e para juizes municipais suplentes: Major Joaquim Roberto Roiz Freire, João Carlos de Arruda Botelho, Joaquim de Meira Botelho (empossados a 26 de agosto) e o Dr. Bento Aguiar de Barros (empossado a 24 de dezembro).

Depois do falecimento de João Alves de Oliveira, a viúva D. Alexandrina Melchiades de Alkimim, instada por amigos do finado e melhor inspirada do que êste o fôra, decidiu-se a favorecer o desenvolvimento da vila para o Norte: — nesse pensamento, fêz. por escritura pública de 27 de julho de 1867, doação à Câmara Municipal de «quinhentas braças de terreno com trezentas de largo, na sesmaria do Monjolinho, sitas e inclusas no patrimônio desta Vila, começando no rumo que passa no pátio da Igreja Matriz, medindo-se as 500 braças ao longo da rua do Comércio e cento e cinquenta braças de lado a lado da mesma rua, não devendo em caso algum a largura de 150 braças prejudicar a venda feita a José Teodoro de Siqueira, não ficando por isso com a largura de 150 braças ao lado da rua do Comércio, quando em sua medida encontrar as referidas terras vendidas ao mesmo Siqueira. Esta doação reserva dentro do terreno já dito, quatorze

datas de terreño com oito braças de frente a 20 de fundo para nelas construirem casas os 14 herdeiros da doadora, nos lugares por elles escolhidos e que ainda estiverem desocupados, assim reserva mais dentro do mesmo terreno da doação, uma data com oito braças de frente e 20 de fundo, que fica pertencendo ao Comendador Luís Antônio de Sousa Barros, sendo esta data na esquina do pátio da Igreja Matriz para o lado direito saindo do pátio — outra data com oito braças de frente e 20 de fundo que fica pertencendo ao Revdo. Pe. Joaquim Botelho da Fonseca, cuja data é situada em outra esquina do pátio do lado esquerdo saindo dêle pela mesma rua do Comércio; a cujos doados o Comdor. Luís A. Sousa Barros e Pe. Joaquim Botelho da Fonseca, fica marcado dois anos de prazo a contar da presente data para dentro dêle edificarem casas nas respectivas datas sendo estas casas feitas no alinhamento da rua com a altura marcada pelo padrão da Câmara; e quando não o façam dentro do respectivo prazo perderão o direito aos terrenos ficando estes incorporados à doação que por esta faço à Câmara Municipal. É condição desta doação de terreno, que a Câmara mande medir e demarcar, assim como que depois de tiradas as ruas e praças públicas sejam os quarteirões divididos em datas de oito braças de frente e 20 de fundo, para que nelas se construam casas, sendo o produto delas exclusivamente entregue ao Fabriqueiro da Igreja Matriz para serem empregados na igreja e no decôro, sem que em caso algum possa ter outra aplicação. Valor da doação 150\$000».

Por essa época teve S. Carlos o seu primeiro clínico, o Dr. Ernesto Lancia. Pouco depois com a retirada dêste, foi único recurso da população apelar para os curandeiros. Dentre êstes, a clientela convergia quase exclusivamente para o alemão Jacob Dur, a cujos sudoríficos e ventosas teciam os melhores gabos... os que logravam convalescer. Dêle veio à Câmara requerimento em que pedia permissão para exercer a profissão de médico; e parece que não foi sem emalhados embaraços que o conselho dos edis decidiu se podia, ou não, concedê-la. Padre Fabiano, sacerdote também entendido em alopatia e homeopatia, igualmente muita fórmula prescreveu.

XI

Com a doação feita por D. Alexandrina não ficou resolvida a questão do desenvolvimento da vila para o Boreal. Para uns a raia entre as sesmarias do Pinhal e Monjolinho era pelo largo da Matriz; para outros, que recentemente haviam traçado o rumo, êste vinha a passar quase próximo pouco abaixo, do atual largo de São Sebastião. Fundada ou não, emergia essa dúvida. Ora, como ambas as doações feitas ao patrimônio haviam tomado como

ponto de partida da medição do terreno doado, a linha divisória das duas sesmarias, era consequência que sem o prévio traçado autêntico dessa reta, a municipalidade não poderia aventurar-se a conceder datas, mediante arbitrário presuposto, que poderia a todo o tempo levá-la à eventualidade de onerosa indenização ao proprietário, reconhecido afinal, do solo litigioso. Fazê-la traçar em regular demarcação judicial era empresa difficilima ante a legislação reguladora, a êsse tempo, dêsses processos.

Esse óbice foi removido assim:

«Aos 2 de Maio de 1868 o cap. João Batista de Arruda e sua mulher D. Cândida Maria, Purity de Arruda, Cel. Antônio Carlos de Arruda Botelho, Tte. Cel. Paulino Carlos de Arruda Botelho e sua mulher D. Maria Amália de Arruda Coelho e Bento Carlos de Arruda Botelho disseram nas notas do então tabelião Emílio Leonardo de Campos que tendo Jesuino José Soares e sua mulher, D. Maria Gertrudes de Arruda, em data de oito de outubro de 1858, doado um terreno nas terras da sesmaria do Pinhal com trezentas braças de largo e quinhentas de comprido ao Padroeiro desta vila, em cujo terreno se acha fundada, e que tendo posteriormente D. Alexandrina Melchiades de Alkimim, feito outra doação à Câmara Municipal nas terras da Sesmaria do Monjolinho devendo ser êste terreno anexo àquele doado por Jesuino José Soares e sua mulher, porém versando dúvidas e litígios sobre o lugar em que está o atual rumo divisório entre os terrenos da primeira e segunda doação, os outorgantes para previnirem qualquer discussão judiciária e para (ligarem?) as duas partes de terras doadas por fixação de limites entre uma e outra sesmaria, pela presente escritura e na qualidade de proprietários pró-indiviso na sesmaria do Pinhal, fazem doação de qualquer porção de terreno que no caso figurado possa vir a pertencer à sesmaria do Pinhal, à Câmara desta vila, na parte somente que estiver compreendida entre os dois terrenos doados, podendo a Câmara Municipal desde já ou quando se verifique a hipótese, assim dispor dos terrenos em datas e com a mesma aplicação contida na doação passada «por D. Alexandrina Alkimim; que esta doação fazem pelo valor de cento e cinquenta mil réis» (22-23).

(22) Digno de nota é o fato de que essa faixa de terreno, que presumivelmente pudesse existir entre os terrenos doados por Jesuino de Arruda e D. Alexandrina, pertencesse aos Botelhos, proprietários pró-indiviso da Sesmaria do Pinhal, e não a Jesuino, a quem caberia fazer a aludida concessão se fôsse verdadeiramente dono do terreno anteriormente doado. Nota de M. C. Ferraz.

(23) Posteriormente foi demarcada a sesmaria do Pinhal (vide autos, cartório 1º Ofício desta comarca); dêsse processo, julgado por sentença,

A municipalidade em sessão de 7 de junho de 1868 deliberou convidar o cidadão Aurélio Civatti para elaborar o plano da construção da Igreja Matriz; e decidiu fixar em dez mil réis o preço de cada data de terreno concedido aos particulares. Essas datas presentemente valem, termo médio cinco contos de réis cada uma (5:000\$000) visto como são as da parte mais central da cidade.

O dia 9 de agosto de 1868 foi de imenso júbilo na nova vila; entre as notícias da guerra, vinha a da tomada de Humaitá, a 25 de julho anterior. A Câmara celebrou sessão extraordinária cujo único objetivo foi «comemorar êste grande e feliz acontecimento, devido ao valor e denodo das armas nacionais, e que atestará ao mundo e às gerações, a audácia e a bravura do exército e da esquadra brasileira», (palavras da ata) e ordenou ao procurador que «iluminasse a casa da Câmara com a pompa que estiver ao alcance da mesma Câmara».

XII

Aos 7 de janeiro de 1869 prestou juramento a segunda vereação do município, composta dos cidadãos Tenente Joaquim de Meira Botelho, José Teodoro de Siqueira, Teodoro Leite de Almeida Camargo, Tenente Luis Carlos de Arruda Mendes, Manuel de Oliveira Barbosa, João Batista de Siqueira Serra e Bento Luis da França. Os juizes de paz eleitos foram: Alferes Bento Carlos de Arruda Botelho, Carlos Augusto do Amaral, José Inácio de Camargo Penteado e Capitão Antônio Vicente da Silveira. No mesmo mês tomou posse o primeiro professor público, Antônio Corrêa Dias.

Entre os primeiros trabalhos dos novos camaristas encontra-se aprovada em conselho, uma indicação sobre a necessidade de «mandar fazer-se um ventilador para extração dos formigueiros pertencentes à Câmara: «e quando chegue o ventilador, não havendo dinheiro em cofre, que seja pago em proporção por todos os vereadores o importe, e logo que haja dinheiro se pague

consta ser o rumo verdadeiro o que corta o largo da Matriz. Todavia, essa demarcação feita por acôrdo amigável, não prevalece em absoluto, contra a comarca (que aliás tem o beneficio da restituição *in integrum*), embora levemente seu procurador tenha assinado tal acôrdo, ignorando talvez que representava corporação que não podia transigir. O interesse da Câmara, sem abstrair da atenção que esta deve prestar a verdade do rumo, está em que prevaleça o traçado que se aproxima do largo de São Sebastião: — só assim lhe aproveitará a doação de 2 de maio de 1868, feita pelos herdeiros Botelho, a qual, prevalecendo a demarcação feita, perde sua existência jurídica, por falta de objeto a que se refira. Não é, pois, caso de dar a Câmara a questão por definitivamente resolvida.

o importe do mesmo ventilador». Esta indicação bem revela a escassez de recursos municipais e o interêsse que os edis tomavam pelo lugar.

Em outra sessão se cuidou da guarda do dinheiro da Municipalidade. Falar em bancos, nessa época, seria uma quase injúria a São Carlos: — de cofre se falava muito, como confirma a indicação retro, mas só pelo prazer de recordar os ausentes... Para solução do caso, o presidente propôs, e foi aprovado, «que a Câmara recolhesse o dinheiro» existente em cofre, e que desse a alguma pessoa de sua confiança, ganhando seis por cento ao ano, com a condição porém de ser retirada a qualquer hora, tôda a quantia ou parte dela, conforme parecer à mesma Câmara. Aquela pessoa que receber e não cumprir em dia com as condições acima, será multada na quarta parte do capital, devendo passar um vale vencido e sujeitar-se à qualquer hora às condições explicadas. A Câmara concede ao devedor receber os saques da maneira seguinte: — de duzentos mil réis, com oito dias de vista; — cento e cinqüenta mil réis, quatro dias; — de cinqüenta mil réis, — vinte e quatro horas».

Na sessão de 16 de julho de 1871, vieram a despacho petições de José de Albuquerque Vaz Granjo e Carlos Fleischmann, solicitando licença «para exercerem a profissão de médico, visto terem ambos já exercido a mesma profissão»; — a Câmara deferiu atendendo «a não haver quem com proficiência exercesse êsse cargo».

Já em janeiro de 1872 se começou a reconhecer a inconveniência do cemitério, no lugar em que tinha sido estabelecido; tanto que nesse mês a Câmara nomeava para escolher outro local uma comissão composta do Padre Fabiano José M. de Camargo, Elias de Camargo Penteado, Capitão João Batista de Arruda, Francisco J. Bittencourt Coelho e Major Domingos José da Silva Braga (24).

A 1 de abril de 1873 entrou em exercício o primeiro juiz municipal diplomado, Dr. Domingos Teodoro de Mendonça.

XIII

Era êsse ano — o de 1873 — o último do quadriênio da segunda Câmara eleita; era mister proceder-se à eleição dos edis que tomariam posse em 1874.

Até então o espírito de partidarismo, quase se podia dizer, não existia em São Carlos; pelo menos não havia agremiações partidárias. Dos dois partidos militantes no país — o conservador

(24) Pai do autor dêste trabalho.

e o liberal (25), êste último dominava no município. Havia alguns conservadores, que não se tinham ainda arregimentado.

Crescendo, porém, o número dêstes, aumentado pelo de liberais descontentes da direção dada aos negócios públicos do lugar, unidos todos, resolveram pleitear as eleições contra a oligarquia local exercida, diziam, pela família Botelho. Houve então a primeira batalha eleitoral encarniçadamente ferida nesta terra. Era de ver-se, e não é de todo sem interêsse para a crônica, dar aqui alguns traços de uma eleição dêsses tempos, o esforço hercúleo dos chefes, de parte a parte, no sentido de agruparem em torno de si o maior número de combatentes.

O grosso das forças era constituído, naqueles tempos de vigência da eleição indireta, pelos analfabetos tirados à aspereza das lides da roça, ora sob imperioso ordenar dos patrões, ora sob a lógica convincente do reluzir de moedas. Uns e outros, boçais como a ignorância, ignorantes como autóctonos, enroupavam-se à farta, às expensas dos chefes, das vestes de alcaide com que os paramentava a veia cômica dos comerciantes da Vila, ávidos de roubar às traças roupagens de que às vêzes já estas se banqueteavam. O casaco, longo e largo, não raro contrastava com os sapatos, curtos e apertados, que obrigavam a vítima, desafeita a êsse uso, a descalçá-los na rua, com gáudio e mofa dos ladinos da praça.

Três dias durava a chamada dos votantes; e, durante as noite intermediárias, as urnas recebiam a honraria de uma guarda permanente e armada, que as espreitasse do assalto possível da parte de agentes da facção derrotada.

O votante caboclo era tutelado como preciosidade: — se saia à rua era acompanhado por pessoa que não permitisse à cabala do adversário enredar o ingênuo camponês. Cada partido tinha o quartel-general de suas forças: — o do liberal, no prédio em que agora funciona o Banco União de São Carlos (26); o do conservador, ou da liga, — o atual dos herdeiros de Carlos A. Amaral, à rua de S. Carlos, esquina do largo da Matriz (27). A essas casas de hospedagem da caboclada rústica chamava o vulgo — viveiros: — para elas eram enviados na véspera da

(25) O republicano já havia lançado seu manifesto, no Rio de Janeiro, a 3 de dezembro de 1870; mas pelo interior do país ainda não estava devidamente constituído.

(26) Prédio então pertencente ao Tenente Joaquim de Meira Botelho, liberal aguerrido.

(27) Prédio então pertencente ao Major Domingos José da Silva Braga, conservador intransigente.

eleição os diversos contingentes que o esforço de cada chefe conseguira reunir.

A nota original desse sistema de arregimentação, aliás peculiar aos pleitos eleitorais dessa época, foi, no de que tratamos, criação do espírito de um dos valentes lutadores do partido conservador — João Cândido Gomes. Na véspera da eleição, trouxe êle a postos o seu numeroso contingente (cêrca de 80 homens), todos a cavalo; entraram pela Vila, com surpresa dos habitantes, em marcha regular a dois de fundo, ao som de estridente corneta, capitaneados de retaguarda pelo esforçado chefe, que tinha ao lado sua exma, senhora, uma cabalista de grandes façanhas.

A vitória do partido da liga trouxe à vereação para o quadriênio imediato os cidadãos Teodoro Leite de Almeida Camargo, David Ferreira de Camargo, Jerônimo Franco de Arruda, José da Silva Franco, José Alves Delfino, Antônio Caetano de Magalhães e José Elias de Quadros Pacheco; e ao juizado de paz, os cidadãos Dr. José Manuel de Mesquita Júnior, José Emílio da Silva Braga, João Cândido Gomes e José Inácio de Camargo Penteado; todos empossados a 1 de abril de 1874.

Já então haviam melhorado os recursos do lugar. Em 1871 fixara residência aqui o finado Dr. Francisco Antônio de Sales, advogado; em 1873, o Dr. Antônio Rodrigues Cajado, médico.

XIV

Bem perto estava de sofrer o progresso da vila um poderoso golpe; em dezembro de 1874 manifestou-se, importado do Rio Claro, um caso de variola, cujo contágio contaminou a muitos, tomando em 1875 o caráter de assustadora epidemia que afastou daqui, pela morte ou pela transferência de domicílio, quase tãda a população. Durante meses, ficou a vila em quase completo abandono. Só pode ter dêste fato uma idéia quem conhece o pavor que às populações do interior causava, e a muitos ainda causa, o aparecimento dessa moléstia (28). Valeram muito aos epidêmicos, nessas emergências, o altruismo dos clínicos Dr. A. Cajado e Carlos Fleischmann.

(28) É imemorial o horror dos paulistas a esta enfermidade. Já reterindo-se aos tempos coloniais, dizia Southey: «Quem ouvia declarar tal, a sua moléstia, ficava tão prostrado como se fôsse a sua sentença de morte que houvessem proferido. Em muitos casos com efeito se tornava fatal a doença, contando-se tanto com isto que muita gente nem queria tomar remédios, reputando o seu fim já certo. Havia uma antiga postura da Câmara (de S. Paulo), obrigando a sair da cidade quem se sentisse acometido de bexigas, com cominação de pesadas multas à família do doente, se assim se não cumprisse. Vigorou esta disposição até o ano de 1752, em que um pai de família recusou obedecer, e o Senado requereu ao ouvidor que interpusesse a sua autoridade.

Quando a peste extinguiu-se, era geral o sentimento de que o retrocesso a que tal revés levara S. Carlos, fa-la-ia uma povoação morta por muitos anos.

Tal não aconteceu.

A vida local redesevolveu-se como por encanto: — a repulsão reativa teve impulso, para mais, em confronto com os impetus ativos. Cinco anos depois São Carlos era cidade...

Para esse resultado concorriam dois fatores principais: — de um lado, o desenvolvimento da lavoura de café do município, cuja exportação da safra de 1876 era criteriosamente calculada em 2.130.000 quilogramas (cêrca de 140.000 arrobas): — de outro lado, o desenvolvimento da viação férrea por todo o oeste da província. O ano de 1875 foi fértil, para S. Paulo, em começimentos industriais dessa natureza: — a 10 de julho inaugurou-se a Sorocabana; a 27 de agosto, a Mogiana, e a Paulista até a estação de Santa Bárbara; a 21 de outubro, o ramal da Ituana até Capivari; a 15 de novembro, o ramal da Mogiana ao Amparo. Em seguida (2 de junho de 1876), inauguração da linha do Norte, de S. Paulo a Jacarei; e da linha Paulista, de Campinas ao Rio Claro (11 de agosto).

Ainda o ruído soturno do rodar de um comboio não tinha visitado os penates da bela Rio-Claro, e já a imaginação dos são-carlenses se deliciava em esperanças de que, pouco mais tarde, o estridente sibilar da locomotiva impeliria a carreiras vertiginosas os veados e as emas dos campos do Feijão. Faziam-se estudos de um traçado que, como prolongamento da Companhia Paulista, ligasse S. Paulo a Mato Grosso por Sant'Ana do Parnaíba, partindo de Rio Claro. A 5 de março de 1876, a Câmara de S. Carlos funcionava em sessão extraordinária para representar a Sua Majestade Imperial sobre a conveniência do prolongamento aludido tocando em S. Carlos e Araraquara.

Dois traçados foram levantados: um pela serra do Cuscúzeiro; outro pelo Morro Pelado. Por este último optava a Companhia Paulista para trazer a bitola larga a esta cidade; — entretanto, o govêrno da província teve por melhor negar aprovação a esse traçado. Dizem uns que determinaram essa decisão empenhos dos chefes políticos, locais, que receiavam, aliás contra as promessas da Companhia, ver a linha paulista chegar a Morro Pelado, e dêste ponto seguir para Jaú, deixando ao serviço de S. Carlos

Respondeu este porém: De remédios carecem os doentes tanto para o corpo como para a alma, e êsses nenhures lhes podem tão prontamente ser ministrados como na cidade: — por melhor o tenho, pois, que aparecendo as bexigas, sejam os que não houverem tido ainda a enfermidade os que se retirem».

um ramal sem importância; dizem outros que inspiraram-se tais empenhos no interesse da passagem da linha pelo vale do Corumbataí, em ordem a valorizar o solo ribeirinho, povoado de estabelecimentos agrícolas da família dessas influências políticas. Recusada pelo governo a aprovação ao traçado pelo Morro Pelado, a Companhia Paulista desistiu do projeto de prolongar seus trilhos. A Companhia Rio-Claro coube fazê-lo; mas, sem garantias de juros ao capital que dispendesse, contando apenas com recursos ministrados pela iniciativa particular, teve necessidade, por economia de numerário, de adotar a bitola estreita (29).

Assim se explica a razão da inconveniente diversidade de bitola na comunicação de S. Carlos com a nossa capital, e com o nosso principal porto marítimo.

A 26 de novembro iniciou-se aqui a publicação do primeiro jornal, que o município teve: *A Tribuna de S. Carlos*, sob a redação de Ernesto Luís Gonçalves.

Até o início de 1877, não consta que tenha afluído à Vila tanto povo, como quando, nos primeiros dias de janeiro dêsse ano, houve neste lugar em dias consecutivos uma série de prêdicas religiosas, em que oravam dois missionários católicos da Companhia de Jesus, reverendíssimos, Mantero e Servanzi.

Data dessa época, (7 de janeiro de 1877), a colocação pelos fiéis, em imponente e numerosíssimo concurso, da cruz que se vê no centro do Largo de S. Sebastião, plantada em meio de campina verdejante para comemoração dêsse fato da história paroquial do município.

Na mesma ocasião veio também o ministro Dagama fazer-se ouvir, em dissertações evangélicas, pelo seu incipiente rebanho presbiteriano.

Naquele mesmo dia, entrava em funções a nova Câmara Municipal eleita para o novo quadriênio. Compunham-na os cidadãos Antônio Carlos Ferraz de Sales, Luiz Carlos de Arruda Mendes, Vicente Ferreira da Silva, Antônio Franco de Lacerda e dr. José Manuel de Mesquita Júnior, substituído por Jacintho Mendes da Silva. Foram eleitos juizes de paz para o mesmo quadriênio — David Ferreira de Camargo, Jesuino José Soares de Arruda, Alberto Ferreira Penteado e Leandro Alves de Oliveira Doria.

(29) Este empreendimento deve-se ao Conde do Pinhal, que tomou a iniciativa de construir a referida estrada com recursos próprios e de parentes. Nota de M. Cecilia Ferraz.

XV

No ano seguinte, organizou-se no município o Partido Republicano como agremiação política, definitivamente constituída. Eis o que deu oportunidade à criação dêste partido nessa época:

Lançando o manifesto de 3 de dezembro de 1870, no Rio de Janeiro, seguiu-se a constituição do Partido Republicano Paulista, discutida e decidida na memorabilíssima assembléia de 18 de abril de 1873, denominada Convenção de Itu (30). Entre as deliberações nesta reunião tomadas, salienta-se a da manutenção de uma Comissão Central Permanente do partido em São Paulo, e de um Congresso Republicano, composto de representantes dos diversos municípios da província e convocável sempre que aquela comissão julgasse conveniente.

A 5 de Janeiro de 1878 subiu ao poder o partido liberal, pela organização do gabinete Sinimbu, de que fazia parte o Dr. Lafayette Rodrigues Pereira. Ora, tendo êste cidadão assinado o manifesto de 1870, pensavam uns que o ministério devia ter o apoio dos republicanos; outros negavam adesão à situação nova. A Comissão Central do partido não quis por si só assumir a responsabilidade de aconselhar a êste determinada conduta; e convocou a 20 de janeiro de 1878 um Congresso dos representantes dos eleitores municipais para deliberar a êsse respeito. A reunião dos representantes teria lugar, na Capital, a 10 de Março do mesmo ano.

Havia já em S. Carlos muitos republicanos, que tomaram o alvitre de, reunidos, elegerem representantes ao Congresso convocado. De fato, a 25 de janeiro de 1878, reunidos 49 eleitores republicanos, elegeram, para seu representante no aludido Congresso, o Dr. José Rubim César, advogado, então aqui residente; e, resolvendo que ficasse definitivamente constituído o partido republicano, elegeram para o primeiro diretório local os cidadãos: — Dr. José Rubim César, Francisco de Toledo Piza e Almeida, Antônio Carlos Ferraz de Sales, Paulino Carlos de Arruda Botelho e José Gonçalves de Araújo Bueno.

Êsse fato teve como conseqüência a criação do primeiro jornal republicano do município — *A Propaganda* — publicado no mesmo ano sob a redação dos Drs. José Rubim Cesar e Aureliano de Sousa e Oliveira.

(30) Bela e curiosa coincidência histórica: a legendaria Itu galardeada pela monarquia, por decreto de Pedro I, com o título de Fidelíssima, por ter dali partido a idéia da independência do imperador, é a mesma a quem o povo galardoou agora com a condecoração de — Bêrço do Partido Republicano Paulista.

XVI

No ano seguinte, de 1879, nova epidemia de variola, felizmente menos intensa do que a de 1875, veio por momentos entorpecer a marcha progressiva da vila. Passada, porém, a borrasca, festejou ela no ano imediato a conquista da categoria de cidade (Lei de 21 de Abril de 1880), e da criação da comarca (Lei de 27 de Abril de 1880). A instalação desta só teve, entretanto, lugar a 30 de dezembro de 1882, assumindo a vara de juiz de direito o suplente, então em exercício no termo, Manuel Morato de Barros. Até então haviam prestado à localidade seus serviços como juizes municipais suplentes, além daqueles a que já fizemos referências, os cidadãos Major Domingos José da Silva Braga, José Alves Delfino (1870), Antônio José Ferreira, José Emílio da Silva Braga, João Cândido Gomes (1871), Major Domingos José da Silva Braga, Bento Carlos de Arruda Campos, (1875), José Ignacio de Camargo Penteado, Victorino Teixeira da Luz, Constantino de Arruda Campos, Porfirio Alves Ferreira (1876), Jerônimo Franco de Azevedo (1878), e José Ignácio de Camargo Penteado (1880). Diplomados: — Drs. Domingos Theodoro de Mendonça e José Belisário Peixoto de Melo.

Foi o Dr. Joaquim Ignacio de Moraes o primeiro juiz de direito nomeado para a Comarca.

Com a elevação de São Carlos à categoria de cidade, foi necessário completar-se o número de nove vereadores, sendo então chamados à vereança os suplentes Antônio Bonifácio de Moura e Joaquim Pacheco de Mendonça (1880).

No ano seguinte, aos 7 de janeiro, entrava em funções a nova Câmara constituída pelos cidadãos Dr. Rodolpho Gastão Fernandes de Sá, Joaquim Ignacio de Matos, Joaquim Costa R. de Almeida Leite, José Joaquim da Silva, Antonio da Costa Matoso, Joaquim Francisco de Oliveira, Joaquim de Almeida Leite Penteado e Oroszimbo do Amaral. Os juizes de Paz eleitos para o mesmo quadriênio, são: Simeão Joaquim de Sampaio, Luiz Carlos de Arruda Mendes, David Ferreira de Camargo e Procópio Carlos de Arruda Botelho.

Dois dias apenas se passaram, e veio para essa edilidade a sentença de dissolução, no bojo do Decreto 3.029, de 9 de janeiro de 1881. O sistema eleitoral tinha sido modificado em todo o país por essa resolução legislativa, que tornara oriundos da eleição direta os cargos de representação popular.

Eleitos sob o influxo salutar dessa preciosa conquista democrática, tomaram suas curus de ediç a 7 de janeiro de 1883 os cidadãos: Dr. Antônio Rodrigues Cajado, Dr. Rodolfo Gastão Fernandes de Sá, Dr. Fernando Leite Ribeiro de Faria, Benigno Antônio Pimenta, Antônio Leite de Camargo, Antônio da Costa Matoso,

Constantino de Arruda Campos, José Joaquim da Silva e Cândido Spinola de Castro.

A escolha dêsses vereadores era o resultado do pleito eleitoral em que tomaram parte os três partidos militantes no município. O novo partido republicano era representado pelo Dr. Antônio Rodrigues Cajado. Já anteriormente, mas antes da organização dêste partido, um secretário desta doutrina política tinha tido assento no conselho de vereação municipal: — foi Antônio Carlos Ferraz de Sales, eleito para o quadriênio de 1877-1881.

Os juizes de paz empossados a 7 de janeiro de 1833 foram: — Joaquim Pereira Caldas de Mesquita, Theodoro Leite de Almeida Camargo, Luiz Carlos de Arruda Mendes e Orozimbo Augusto do Amaral.

Nesse mesmo ano a Câmara resolveu contratar com Attilio Picchi a construção do prédio que serve hoje de cadeia à casa da Municipalidade; auxiliou-a pecuniariamente nessa empresa o tesouro da província. Em 1884, o município entrou no gozo de dois importantíssimos melhoramentos.

A 22 de Outubro efetuava-se no novo edifício da municipalidade a primeira sessão da Câmara, de cuja ata constam os agradecimentos da edilidade aos serviços prestados pelo Major João Baptista de Arruda, pela viúva dêste Exma. Sra. D. Cândida Maria da Pureza e por Carlos Augusto do Amaral «que por longos e sucessivos anos emprestaram suas casas para as sessões do júri» (31).

A 15 de outubro inaugurou-se o tráfego oficial da linha férrea que liga São Carlos a Rio-Claro.

Houve por essa ocasião extraordinário entusiasmo popular. A Câmara Municipal celebrou sessão extraordinária, e a maioria de seus membros compareceu, incorporada, aos festejos da inauguração.

Em 1885 foi a cidade visitada pelo presidente da província, conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, recebido por entre alegrias da população.

XVII

No ano imediato anunciou-se uma viagem de D. Pedro II ao interior da província de S. Paulo. O chefe da Nação não quis deixar de conhecer S. Carlos: aqui esteve nos primeiros dias de novembro de 1886. Foi recebido na estação, pela maior parte da população da cidade, nesses dias muito aumentada pela afluência de

(31) Ambos êsses prédios são sítos no largo da Matriz, lado setentrional: o dos primeiros, à esquina da rua D. Alexandrina; e o último, à esquina da rua S. Carlos.

curiosos que vieram de todos os pontos do município, e muitos de fôra dêle. Acompanharam ao imperador e a imperatriz, os conselheiros Antônio Prado e Rodrigo da Silva, membros do ministério, o Visconde de Parnaíba, presidente da província Visconde de Paranaguá e outros (32).

A cidade ornamentou-se suntuosamente para recebê-los; as casas particulares iluminaram-se à noite.

O monarca foi hospedado pelo Coronel Francisco da Cunha Buenos, no prédio então pertencente a êste, sito à rua da Mata, esquina da rua da Palma. Visitou a Igreja Matriz, onde assistiu a uma missa, as escolas públicas, onde examinou um ou outro aluno, o Clube Concórdia, em cujo album de visitantes deixou o seu nome, a casa da Câmara, etc. Neste último edificio lembrou a conveniência de se cortar a comunicação entre as prisões e as dependências do prédio, nas quais funcionavam as audiências dos juizes, tribunal do júri e as repartições públicas municipais. Logo depois foi construída para êsse fim a porta grande que está à frente de quem sobe atualmente a escada das prisões, entrando pela porta que dá para a rua S. Carlos. Só recentemente é que se estabeleceu a saída que dá para o largo.

A nota saliente, e calorosamente comentada, da visita que então o imperador fêz às cadeias públicas, era o fato de ordenar a relaxação de prisão aos cativos presos por motivo de fuga da casa do senhor. Causava essa conduta estranheza geral a todos aquêles em cujos corações as idéias abolicionistas não tinham ainda praticamente achado guarida: e êsses, por essa época, constituíam a maior parte da população dêste município (33).

É preciso, todavia, não esquecer que houve aqui um apóstolo da liberdade, que desde muitos anos antes arrostando com todos os obstáculos, para prestar seus serviços à causa da redenção dos cativos: foi o advogado Dr. Aureliano de Sousa e Oliveira (34).

(32) «O Imperador vinha sentado na frente da máquina, entre os Srs. Viscondes do Pinhal e de Paranaguá» etc.... Notícia dada em um jornal da época, *O Oitavo Distrito* e transcrita na parte histórica do *Almanaque de S. Carlos* de 1915. Nota de M. C. Ferraz.

(33) Havia então no município 3.726 escravos.

(34) Tomando posse do cargo de promotor público desta comarca (9 de julho de 1886) declaramos logo que requeríamos ordens de habeas-corpus, ex-officio, a favor de qualquer escravo que fôsse prêso por motivo de fuga da casa de seu senhor. Assim procedendo, éramos coerentes com as idéias abolicionistas radicais, que abraçáramos ainda nos bancos da Academia de Direito.

XVIII

A 7 de janeiro de 1887, foi empossada a nova edilidade eleita, composta dos cidadãos Vicente Cabral, José Ignácio de Camargo Penteado, Joaquim de Arruda Campos, Francisco Pedro de Oliveira, Aurélio Civatti, José Elias do Amaral, Porfírio Alves Ferreira, Theodolindo Joaquim de Almeida e Joaquim Antônio de Paula, substituído por Cassiano do Carmo Fróes, por motivo de incompatibilidade. Juizes de paz eleitos: Leandro Alves de Oliveira Dória, Antônio Leite de Camargo, David Gomes Marcondes e Leolino Xavier Cotrim.

No fim do ano de 1887 e começo de 1888 houve libertação em massa da escravaria do município, de modo que quando foi promulgada a lei de 13 de maio de 1888 raríssimos foram dos seus 3.726 escravos, aquêles que deveram sua liberdade a êsse humanitário decreto, recebido com aplausos pela população são-carlense.

Ao invés do que alhures aconteceu, essa reforma não produziu, no município, desorganização do trabalho agrícola com a intensidade que à timidez de alguns espíritos parecera infalível. Já a previdência dos nossos agricultores os tinha induzido à colonização de boa parte de suas propriedades rurais, de modo que as agruras da crise perderam alentos de violência e de durabilidade. As estatísticas jamais acusaram decrescimento da produção, e ao relativamente fraco abalo econômico operado, sucedeu, sob o influxo do trabalho livre, o florescimento da agricultura, comércio e indústria.

A 5 de abril de 1888 ficou concluído o lazareto de variolosos, construído pelo empreiteiro Attilio Picchi, às expensas da municipalidade, poderosamente auxiliada por donativos de particulares. Pouco além dêsse estabelecimento, está o matadouro público cuja construção foi incumbida ao empreiteiro Guilherme Richi e foi terminada em dezembro de 1886.

No mesmo ano, de 1888, foi pela primeira vez — e, até o presente, pela única — executada neste município a Lei de Lynch; o objeto das iras dos populares executores foi um prêto, ex-escravo, cujo delito fôra um violento atentado, revestido de circunstâncias revoltantes, contra o pudor de uma distinta senhora encontrada e inermes, em uma chácara pouco distante desta cidade.

Aos 23 de março de 1889 Joaquim Alves de Souza Nery e sua mulher D. Genoveva Cândida de Souza fizeram doação, à Câmara Municipal, do terreno compreendido nestes limites: «Princípio em um valinho velho que atravessa a estrada que segue para a Abilônia, em frente à casa dêles doadores, onde será afincado um marco, na beira do valo, e dêste rumo direito ao canto do cemitério, do lado da chácara de José Elias, cujo rumo partirá do canto

do cemitério em direção ao canto da casa do lado de cima dos doadores, e será afincado o marco; voltando à esquerda até a estrada da Babilônia, por esta abaixo até encontrar o rumo da sesmaria do Pinhal, e por este até encontrar o terreno do patrimônio». Dentro da área doada reservaram para si os doadores quarenta braças quadradas no lugar que escolhessem.

Foi também feita à Câmara uma outra doação, de terrenos na sesmaria do Monjolinho. Foram doadores José Emilio da Silva Braga e sua mulher; não nos foi, porém, possível, encontrar o título da doação.

Em 1889 estabeleceu-se na cidade e município, rede de linhas telefônicas, sob a direção de Manuel Cabral dos Santos, com quem a Câmara contratou a canalização da água da Biquinha para a parte meridional da cidade, melhoramento este inaugurado um ano depois.

XIX

Estava a cidade em absoluta quietação, quando a 15 de novembro de 1889, às 5 horas da tarde, chegou à redação *d'O Movimento*, jornal que aqui era publicado, a notícia telegráfica da proclamação da República no Rio de Janeiro. Era de tais proporções a surpresa, que boa parte da população da cidade não acreditou absolutamente na notícia; os próprios partidários republicanos duvidaram da sua veracidade.

Todavia, a população alvoroçou-se visivelmente, ansiosa por novas que a tirassem da incerteza.

À noite outros despachos telegráficos confirmavam o importantíssimo sucesso; e sem demora, ao som da Marselheza, percorreu as ruas da cidade, no meio de indescritível entusiasmo, numerosa multidão de pessoas do povo, levantando vivas à República e aos vultos mais salientes do partido republicano.

No dia imediato, de repetidas manifestações de satisfação popular foi teatro esta cidade: — novo préstito desfilou pelas ruas, ao som de hinos patrióticos, ao espipocar de foguetaria constante, ao estourar freqüente de bombas retumbantes, por entre aclamações as mais entusiásticas à nova forma de governo da Nação. Ao passar o préstito em frente à Câmara Municipal, a sentinela da ideia fez continência à Bandeira Republicana, apresentando as armas.

No dia 17, em meio de festas que perduravam, numerosíssimo concurso de povo, onde estavam representadas tôdas as classes sociais do município, dirigiu-se à casa da Câmara Municipal. Do acordo dá conta a ata que segue:

Ata de reconhecimento e proclamação da República Brasileira.
— Ao 17 dias do mês de novembro de 1889, reunida grande parte

da população de S. Carlos do Pinhal no paço da Câmara Municipal, sendo aí, e pelas 2 horas da tarde, o cidadão Vicente Cabral, presidente da dita Câmara, leu um telegrama que oficialmente lhe fôra dirigido pelo govêrno provisório do Estado de São Paulo, em cujo telegrama se lhe comunicava a instalação da República Brasileira, aderindo a esta forma de govêrno o mesmo presidente. Ato contínuo a esta comunicação o Dr. Francisco de Paula Novaes felicitando a todos os presentes, propôs que se tratasse de constituir um govêrno provisório, condição necessária e indispensável a todos os povos civilizados, indicando para comporem êsse govêrno os cidadãos Paulino Carlos de Arruda Botelho, Dr. Antônio Rodrigues Cajado, Francisco Jeronymo de Bittencourt Coelho, Pedro Novaes de Aguiar, Bento Carlos de Arruda Botelho, Antônio Carlos Ferraz de Sales e Drs. Rodolfo Gastão Fernandes de Sá e Eugênio de Andrada Egas; e pelo Dr. Novaes foi exposto que todos que aprovassem esta indicação — apresentada pela comissão executiva do 8º distrito (35), a qual o mesmo doutor representava na ocasião, — respondessem sim, e muitas vozes disseram sim, e que aquêles dos presentes que não aprovassem dissessem não, e ninguém disse não; e por êste modo e consenso unânime de todos os presentes cuja maioria assina esta ata, ficou instalado e organizado o govêrno provisório de São Carlos do Pinhal, composto dos oito cidadãos supra mencionados e que assinam esta ata. E eu Francisco Jeronymo Bittencourt Coelho, servindo de secretário, a escrevi e assino — Francisco Jeronymo Bittencourt Coelho, servindo de secretário, a escrevi e assino. — Francisco Jeronymo Bittencourt Coelho, Pedro Novaes de Aguiar, Paulino Carlos de Arruda Botelho, Bento Carlos de Arruda Botelho, Dr. Rodolpho Gastão Fernandes de Sá, Dr. Antônio Rodrigues Cajado, Eugenio de Andrada Egas, Antônio Carlos Ferraz de Salles, Vicente Cabral, Adão Ferreira da Silva Cabral, Dr. F. de Paula Novaes, Aurelio Civatti, padre Nicolau Scuracchio, Manoel Antônio de Mattos, José Novaes de Aguiar Junior, José Augusto de Oliveira, José Gonçalves de Araujo Bueno, Joaquim Alves de Souza Nery, Berardi José, Rafael de Moura Campos Abreu, Francisco Luiz Gonçalves, José Botão, Francisco da Cunha Bueno, Dr. Joaquim Rodrigues de Siqueira, Julio de Salles, José de Araujo Cintra, Felinto Elyseo Nogueira, Candido Spinola Castro, Eufrosino de Oliveira Campos, Rogerio Candido Paredes, José de Arruda Campos Junior, José Leopoldo d'Aguiarra,

(35) Pela lei eleitoral vigente ao tempo em que foi proclamada a República, era a província de S. Paulo dividida em 9 distritos eleitorais, ao 8º dos quais pertencia o município de S. Carlos. De cada um dos municípios que compunham um distrito, enviava o partido republicano local um mandatário a um Congresso constituído por seus representantes. Êste congresso elegia uma comissão executiva incumbida de direção geral dos negócios políticos do distrito. A esta comissão é que se refere a ata.

José M. Sant'Angello, João Baptista Novaes de Aguiar, Carlos Ponciano de Oliveira Lima, Amancio Luiz Gonçalves, Antônio Cotrim, Francisco Oriçanga, Joaquim Mariano de Siqueira, Carlos Augusto Ribeiro de Souza, Matheus Augusto de Campos, Avelino José Pires de Oliveira, José Augusto de Oliveira, José Augusto Cardoso Vieira, Antônio Augusto de Campos, Dr. João Luis Vieira Maldonado, Antônio Guerino, José de Sampaio Leite, Leonel Ayres Guerra, Luiz Carlos de Arruda Mendes, Joaquim Franco de Camargo, Firmino Augusto de Campos, Antônio de Souza Mendes, Ayres de Campos Castro, Joaquim Bevilaqua Simões, Leoncio do Nascimento Campos, João Manoel de Campos Penteado, Florentino Garcia Vieira Junior, Henrique Tiberio de Almeida, Ramiro Cesarino Delbuque, João do Amaral Camargo, Marcolino Lopes Barreto, Conrado Leister, Joaquim Luiz de Souza Mendes, Virgílio Rogerio de Carvalho, Antônio de Moraes, João Paulo de Marialva, Pasquale Riny, João Paulino de Arruda Botelho, David Ferreira de Camargo, Leopoldo de Almeida Prado, Gaspar Berrance, Affonso José Gonçalves Fraga, João de Almeida Xavier, Joaquim Pacheco Jordão, José Lino do Amaral, Antônio do Amaral, Affonso Scarlato de Luigi, José Bueno Machado, Luiz Gonzaga Pereira Brandão, Francisco de Sampaio Leite, Deolindo J. dos Santos, Bráulio Augusto de Oliveira, Arlindo de Arruda Campos, Manoel Messias de Moraes, Francisco Antônio Sabino, Miguel Luiz de Souza, Antônio de Quadros Pacheco, Justiniano José da Silva, Antônio de Almeida Garret, Manoel de Quadros Pacheco, Bento de Arruda, Leandro Alves de Oliveira Doria, Antônio Diniz, Francisco Gonçalves de Araujo Bueno, João Baptista de Campos Pinto, Juvenal Aranha, Ignacio Veríssimo de Sá, Justiniano Paulino de Arruda Botelho, Carlos Ferreira, J. Cabral, Francisco Paulino de Araujo, Bento de Campos Negreiros, Jesuino José Soares de Arruda, Antônio Paulino de Arruda Botelho, Reginaldo de Moraes Salles, Antônio José de Almeida Camargo, Casimiro C.O. Guimarães, Antônio Gonçalves Ramos Sobrinho, José Florêncio Albertim Duarte, Alfredo Henrique de Barros, José Emilio da Silva Braga, Antônio Albertino de Campos Azevedo, Francisco da Rocha Camargo Arruda, Francisco Sebastião da Rocha Filho, Benedicto de Azevedo Marques Júnior, Leolino Xavier Cotrim, João Francisco Bellegarde, João Aranha, Francisco Pedro de Oliveira, Liberato de Macedo, Joaquim de Toledo Malta, José Pedroso da Silva Campos, Antônio Leite de Camargo, Francisco de Camargo Leite, Manoel Antônio da Cunha, Dr. Mathias J. da Gama e Silva, Agostinho de Campos Negreiros, Francisco Antônio da Silva, José Augusto Teixeira, João Henrique Katti, José Joaquim Izique, Justiniano Antônio da Cunha, José Gonçalves da Silva Belchior, Mariano Gomes de Moraes, Rafael Angelo Roque, Americo da Silva Barbosa, Joaquim

Alves da Costa Cardoso, Manoel Affonso da Rocha, João de Almeida, Joaquim de Araujo Cintra, Joaquim Pereira Braga, João José Felisbino, Vicente Perrotta, Epimacho Nery de Carvalho, Joaquim Gonçalves Machado, Joaquim d'Avilla Junior, Justiniano Paulino de A. Botelho, Theophilo Novaes de Aguiar, Victor Priester, José Antônio Corrêa Rico, Florêncio Baptista de Campos Aranha, José Luiz de Souza Mendes, J. A. Marcondes de Moraes, Francisco Pereira do Valle, João M. de Pinho, José Domingues Góes, José Ferreira de Campos, Manoel Thomaz de Assumpção, Joaquim Thomas da Silva Marques, Domingos Candido Carneiro, Manoel Thiago Corrêa Mazagão, Frederico Bernardo Maas, Alfredo Ferraz de Barros, Carmine Bevilaqua, Joaquim Augusto Gomide, José Augusto de Oliveira Salles, Candido Bueno de Oliveira, Elias de Camargo Penteado, Francisco Grossklaus, Octaviano Augusto Alves de Carvalho, Francisco Nunes Meireles, José Rodrigues de Lima, Antônio da Silva Mello, José Pedro Sortibon, José Antônio de Souza, Joaquim Augusto Filho.»

Além dêsses, outros cidadãos, entre os quais as autoridades constituídas, aderiram ao novo regime, por meio de ofícios dirigidos ao governo provisório aclamado. No dia 20 do mesmo mês, houve sessão da Câmara Municipal, à qual compareceram os vereadores Vicente Cabral, Carlos Botelho, Aurelio Civatti, Arruda Campos, Francisco Pedro de Oliveira, José Elias do Amaral e José Ignacio de Camargo Penteado, os quais declararam reconhecer o Governo Provisório do Estado de São Paulo, (36) e pôr francamente, à disposição do mesmo governo, todos os seus esforços. A sessão, por ausentes do município, deixaram de assistir os vereadores Carmo Fróes e Theodolindo de Almeida.

XX

O governo provisório do Estado dissolveu logo as Câmaras Municipais, e nomeou Intendências que as substituíssem. A de S. Carlos do Pinhal, empossada a 18 de janeiro de 1890, foi composta dos cidadãos Antônio da Silva Mello, Manoel Antônio da Cunha, Drs. Rodolpho Gastão F. de Sá, Eugenio Egas e F. de Paula Novaes. Posteriormente Antônio da Silva Mello e Dr. Eugenio Egas foram substituídos por Domingos Compton Delbuque e Dr. Phelippe Ladeia de Faria (1890).

Sob a administração dessa intendência, foram devidamente organizadas as repartições municipais (secretaria e procuradoria da Câmara, zeladoria do cemitério e cartório do registro), passando

(36) Constituído pelos cidadãos Coronel Mursa, Dr. Rangel Pestana e Dr. Prudente de Moraes.

tôdas a funcionar no edificio da municipalidade; e foi retirado de junto da cidade o serviço de enterramentos, collocando-se o cemitério a distância respeitável, ao norte, entre o riacho Tijuco Preto e o ribeirão Monjolinho (37). Foram contratados os serviços de iluminação urbana, pública e particular, à luz elétrica, de levantamento da planta topográfica, planimétrica e altimétrica da cidade e de abastecimento de água potável e colocação de rede de esgotos: todos êstes trabalhos contratados com os engenheiros Malfatti e Huggins. Por companhia, que incorporam, foi levada a efeito a execução do primeiro dêstes serviços; por si próprios executaram o segundo. Do contrato relativo ao último, fizeram transferência a terceiro, que não logrou desempenhá-lo, deixando-o incorrer na pena de caducidade.

A 2 de junho de 1890 receberam os católicos de São Carlos a visita pastoral de D. Lino Deodato. Demorou-se o prelado entre nós 11 dias. Nesse espaço de tempo administrou o crisma a 6.441 pessoas.

Pouco depois visitou também a cidade o illustre ministro da Agricultura do governo provisório da República — cidadão Francisco Glycerio. Não lhe faltaram festivas ovações, espontaneamente tributadas pelas influências politicas locais, inclusive as do regime decaído.

No ano seguinte (abril de 1891), elevado o número de intendente a nove, por decreto do governador provisório do Estado, passou a administração municipal às mãos dos cidadãos Bento Carlos de Arruda Botelho, Dr. Procópio de Toledo Maltra, Leopoldo de Almeida Prado, José de Araujo Cintra, Luiz Carlos de Arruda Mendes, Aurelio Civatti, José Francisco de Almeida Pacheco, Bellarmino Indalecio de Souza e Joaquim Vaz do Amaral Carvalho, que a exerceram até 13 de dezembro de 1891.

XXI

A 4 de novembro anterior tinha o Marechal Deodoro da Fonseca ferido o golpe de estado, pelo qual dissolveu o Congresso Nacional, e assumiu a ditadura no país. Solidário com êle, mantinha-se no governo do Estado o Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello.

Contra ambos formou-se uma poderosa corrente da opinião, que não teve para puni-los senão o recurso da revolução. No

(37) Para êsse fim a intendência comprou a José Maria Corrêa Gomes e sua mulher, e a Salvador de Oliveira Lima e sua mulher, por escrituras públicas de 5 de março de 1890, uma área de cêrca de quatro alqueires de campos no lugar referido.

Estado de S. Paulo, a uma junta revolucionária composta de Campos Salles, Bernardino de Campos e Júlio de Mesquita foi confiado o encargo da direção do movimento revolucionário. Iniciado este no Rio de Janeiro, pela revolta da esquadra nacional a 23 de novembro, ficou nesse mesmo dia consumado pela imediata resignação do poder, por parte de Deodoro, nas mãos de Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República.

Ao inglório ditador paulista não pareceu de bom aviso, em tais entremeses, pautar a sua pela patriótica conduta do Presidente da República. Optou pela sua manutenção no poder.

Decidiu a junta revolucionária aliá-lo do govêrno por movimento que a um tempo se generalizasse por todo o Estado. Nesse empenho disseminou pelo território estadual certo número de correigionários que, por delegação da junta, promovessem nos municípios, mesmo por meio das armas em dia previamente assentado, a deposição do presidente do Estado e das intendências municipais com êle solidárias. No desempenho dessa missão, coube ao autor dêste trabalho vir de S. Paulo, onde havia estado no exercício do seu mandato de deputado à Constituinte Paulista, para S. Carlos e outros municípios vizinhos.

Os acontecimentos precipitaram-se; e antes do dia aprazado para o rompimento das hostilidades (15 de dezembro), a junta telegrafou aos amigos nos municípios, determinando ação imediata.

De que foi obedecida, e da tomada da casa da Intendência, sem resistência, dá conta a ata abaixo, transcrita do livro das atas da Câmara Municipal:

Aos treze dias do mês de Dezembro de 1891, 3.º da República, nesta casa da Intendência Municipal, dêste município de S. Carlos do Pinhal, às 7 horas da noite, reunido no Paço da mesma Intendência o povo São-Carlense, aí lhe foi exposta pelo Dr. Cincinato Braga a necessidade da deposição do Dr. Américo Braziliense de Almeida Mello, do cargo de Presidente do Estado de São Paulo, em virtude de haver êle aceito o papel de ditador. O povo aclamou substituto legal do Dr. Américo Braziliense, ao Dr. José Alves de Cerqueira César, — vice-presidente do Estado, e como a Intendência, representante do govêrno deposto, declarou pelo seu presidente que se considerava também deposta, com a deposição do presidente do Estado, foi aclamada uma junta «governista municipal composta dos cidadãos Francisco da Cunha Bueno Júnior, Dr. Antônio Rodrigues Cajado e Antônio Carlos Ferraz de Sales. E sendo noticiado ao povo pelo Dr. Eugênio Egas que fôra demitido o juiz de direito da comarca Dr. Brito Bastos, o povo que vê nesse magistrado uma garantia da ordem, aclamou-o seu juiz de direito. Em seguida lavrou-se de tudo esta ata, fazendo-a

por designação da junta aludida, o Dr. Cincinato Braga; e vai assinado pelo mesmo, membros da junta e populares que quizerem. Data supra. Lida em voz alta e aprovada sem nenhuma reclamação. — Antônio Rodrigues Cajado, Francisco da Cunha Bueno Júnior, José Gonçalves de Araujo Bueno, José Bonifácio de Andrade, Eugênio de Arruda Campos, Antônio Ferreira de Queiroz, Antônio Lorenzato, Luiz Rodrigues dos Santos, Felipe Carroceiro, Paulino Carlos Filho, Vicente da Silva, José Joaquim de Faria, Sebastião Leite Ferraz, João Soares Azevedo, P. Martins do Prado, Vicenzo Falatesti, Francisco José Gonçalves, Alfredo Joaquim Ferreira, Conrado Leister, José Amaro, Francisco Pucci, Dr. Serafim Vieira de Almeida, Amancio Luiz Gonçalves, Francisco Mortelle, Francisco de Assis Barros Junior, Antônio Augusto de Campos, Eugênio Egas, João Leão Lattani Filho, Vicenzo Lumoney, Randalpho Leite Nogueira, Pasquale Ciffoni, Lucas José do Nascimento, Antônio Diniz, Enrico J. Panato, Ugo Amereci Mancinelli, José Rodrigues, José Corrêa de Lacerda, Neri Abele, Manoel Francisco Amaral, Antônio da Silva Mello, Manoel Affonso da Rocha, Joaquim Ignacio de Mattos, Francisco de Paula Baptista, Arthur Rodrigues, José Dias, João Avelino de Souza Barreto, Francisco Ferraz de Mattos, Cornelio Camargo Dauntre, Joaquim Gonçalves Machado, Victor Priester, Antônio Alberto da Cunha, Milanese Vicenzo, Carlos Aurelio Fernandes de Sá, Antônio José de Faria, José Garcia Martins, Gaspar Berrance, José Priester, Manoel Antônio da Cunha, Francisco Gonçalves de Araujo Bueno, Dr. F. de Paula Novaes, Claro Liberato de Macedo, Marcondes de Moraes, Philipe Ladeia de Faria, Antônio Albertino de Campos Azevedo, Pedro Novaes de Aguiar, Julio de Salles, Theophilo Novaes de Aguiar, Dr. Rodolpho Gastão Fernandes de Sá, Marcolino Lopes Barreto, Virgilio Rogerio de Carvalho, Ramiro Cezar Delbuque, Virgilio de A. Leite, Antônio Henrique Oliveira, João Francisco Bellegarde, Francisco de Arruda Campos, Joaquim Augusto Netto, Leonel Ayres Guerra, Joaquim Augusto Ribeiro de Souza, Henrique da Cunha Bueno, Joaquim Gomes de Oliveira, Cincinato Cesar da Silva Braga, Carlos Ponciano de Oliveira Lima, Affonso Eugenio Joly, Antônio Carlos Ferraz de Salles».

A ascensão do Dr. José Alves de Cerqueira Cezar ao governo do Estado foi motivo de entusiásticas manifestações de júbilo nesta cidade.

XXII

A 22 de dezembro, nomeados por indicação da junta governativa municipal, que fôra aclamada, tomaram posse do cargo de Intendentes os cidadãos Antônio Diniz da Costa Guimarães, Joaquim Alves da Costa Cardoso, Marcolino Lopes Barreto, José

Novaes de Aguiar Junior, Carlos Aurelio Fernandes de Sá, Dr. Alfredo Porchat e Francisco de Arruda Campos.

Substituindo posteriormente membros demissionários, exerceram o cargo de intendentes: Augusto de Souza Franco, Dr. Eugênio Egas, Dr. Philippe L. de Faria, Dr. Serafim Vieira de Almeida e Adão Cabral.

A 2 de Julho de 1892 foi inaugurado o Teatro São Carlos (cujo primitivo nome foi Teatro Ipiranga), melhoramento devido exclusivamente à iniciativa particular (38).

A festa da inauguração consistiu num espetáculo dramático organizado por amadores, residentes nesta cidade; e o produto das espórtulas recebidas dos assistentes foi destinado a coadjuvar a construção de uma casa de caridade local.

A 30 de setembro de 1892, começou a funcionar a primeira Câmara Municipal eleita sob o regime republicano.

Compõe-na os cidadãos Joaquim José Gonçalves Braga, Adão Ferreira da Silva Cabral, Dr. Eugenio Egas, Joaquim Vaz do Amaral Carvalho, Augusto de Souza Franco, Elias de Camargo Penteado e Dr. Joaquim Rodrigues de Siqueira. Foram eleitos conjuntamente os juizes de paz que funcionam no atual triênio: cidadãos Capitão Antônio Leite de Camargo, Tenente-Coronel José Rodrigues de Sampaio e Capitão Leandro Alves de Oliveira Doria.

Pouco tempo depois visitou a cidade o Dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado de São Paulo.

A 31 de janeiro de 1893, na estação de Visconde do Pinhal, e por iniciativa dos cidadãos João Evangelista de Toledo, Cândido Trippeno e José de Campos Pôrto foi dado, entre festas, o primeiro passo para a fundação de uma povoação, que se denomina S. João Baptista da Lagôa. Fundada há tão pouco tempo, surpreende a qualquer o número de bons prédios que já conta.

Durante o ano que está prestes a findar-se foi realizada a construção do Templo Evangélico e inaugurada a iluminação urbana por meio da electricidade. Está feito o contrato para a construção de uma Casa de Caridade; para êsse fim tem já a generosidade particular concorrido com vinte e tantos contos de réis.

Exercita presentemente o cargo de promotor público da comarca o Dr. Geminiano Costa. Antes dêste, e desde a instalação da comarca, têm exercido efetivamente êsse cargo os cidadãos: Dr. Francisco Antônio da Luz (1882); Cincinato Braga (1886);

(38) Foi Bento Carlos de Arruda Botelho, quem tomou essa iniciativa de terminar a construção do teatro que êle havia adquirido. Nota de M. C. Ferraz.

Dr. Juvenal A.A. de Carvalho (1888); Dr. Eugênio de A. Egas (1889); Dr. Affonso Eugenio Joly (1890).

É atualmente juiz de direito o Dr. Miguel José de Brito Bastos. Foram antes dêle os Drs. Joaquim Ignacio de Moraes (1882); Raymundo da Mota de Azevedo Corrêa (1887) e Manoel Dias de Aquino e Castro (1890).

Foram juizes municipais, enquanto S. Carlos foi têrmo, os cidadãos Dr. Domingos Theodoro de Mendonça (1873), Dr. João Coelho Monteiro da Franca (1877), Dr. José Belisário Peixoto de Mello (1878), Dr. Deodato Cesino Villela dos Santos (1880), Dr. José Pedro de Almeida Pernambuco dos Santos (1883), Dr. Leopoldino Martins Meira de Andrade (1885), Dr. Joaquim Augusto Gomide (1889), e Dr. J. M. Azevedo Marques (1892).

São atualmente autoridades policiais: Dr. Francisco de Paula Novaes, delegado; seus suplentes — Capitão João Avelino de Souza Barreto e Capitão Francisco Gonçalves de Araujo Bueno, Major Manoel Antônio da Cunha, subdelegado; seus suplentes — Tenente Antônio de Almeida Souza, Tenente-Coronel Antônio Carlos Ferraz de Salles e Dr. Antônio Rodrigues Cajado.

Por várias vêzes têm munícipes são-carlenses tomado assento nas assembléias legislativas do país.

Assim, sob o Império, foram deputados à Assembléia Provincial; Joaquim José de Abreu Sampaio, Francisco da Cunha Bueno e Conde do Pinhal.

Sob a República, têm sido deputados ao Congresso do Estado: Cincinato Braga, Dr. J.B.O. Penteado, Dr. Rodolfo Gastão F. de Sá.

Senador ao mesmo Congresso — Conde do Pinhal.

Deputados ao Congresso Federal: Coronel Paulino Carlos de Arruda Botelho e Cincinato Braga.

Não concluiremos esta parte do nosso estudo sem enunciarmos um conceito de todo ponto verdadeiro: — em todos os ramos do seu incessante progresso, cuja história é a própria história de sua existência, o município de S. Carlos do Pinhal só tem contado com recursos locais. Ou seja à custa dos cofres municipais, ou seja às expensas dos particulares, a seus próprios esforços quase exclusivamente, deve êste digno torrão do Estado de S. Paulo as conquistas que tem registrado na luta pela sua existência como coletividade.

* * *

Afigura-se-nos que, na crônica que deixamos escrita, havemos assinalado os elementos essenciaes com que os pósteros possam ajuizar do que tem sido e do que é presentemente, o

município de S. Carlos do Pinhal. Assim essa missão, a que nos impusemos, não seja pelos capazes repelida por infrutuosa. Até o marco que porventura nos tenha sido dado atingir no caminho do seu desempenho, esforçamo-nos pela obediência à conceituosa lição de Tácito; com êsse «historiae legem, ne quid falsi diceri audeat, ne quid veri non audeat».

São Carlos do Pinhal, dezembro de 1893.

Ano I — *Almanaque de S. Carlos* — 1894.

O PRESIDENTE DE PORTUGAL NO I.H.G.B.

DISCURSO DO PROFESSOR PEDRO CALMON NA SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO PRESI- DENTE CRAVEIRO LOPES

Senhor Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, da Sociedade Brasileira de Geografia.

Senhor Presidente da República Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Senhor Presidente da República Portuguesa, General Craveiro Lopes,

Eminência,

Senhor Ministro das Relações Exteriores, Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Senhores Ministros de Estado, e desejo referir-me com especial emoção ao Ministro Henrique Fleiuss, filho do inesquecível Max-Fleiuss um dos grandes homens desta Academia,

Senhor Embaixador de Portugal,

Senhores Chefes da Casa Civil e Militar de S. Excia. o Sr. Presidente da República,

Senhores Presidentes das Instituições que hoje homenageam S. Excia. o Sr. Presidente Craveiro Lopes e demais autoridades,

Preclaros consócios,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores.

Senhor Presidente General Francisco Higino Craveiro Lopes.

As academias que mais apurada e longamente têm estudado corpo e alma do País, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade Brasileira de Geografia, o Instituto de Geografia e História Militar, unem-se, em sessão conjunta, para outorgar a V. Excia. Senhor Presidente Craveiro Lopes, o

título de seu presidente de honra. Não o fazem cumprindo as delicadas normas de cortesia que constituem, no âmbito internacional, a diplomacia das associações sábias. Querem declarar, enfaticamente o proclamam, que a homenagem exclui a galanteria protocolar, das amabilidades que se permutam nas ilustres esferas da política do espírito, para ser, em verdade — e sem comparação com nenhuma outra — a pública, a ostensiva, a veemente manifestação do seu aprêço ao estadista que representa Portugal, e por intermédio dêle — mandatário do povo e do império — a tudo o que significa, a tudo o que recorda, a tudo o que valoriza, eleva e comemora a sua visita ao Brasil.

Com os demais países de nossas cordiais relações, temos vínculos de cooperação e estima. Com o de V. Excia. os laços são diferentes. Não os forjou o interesse, não os apertou o intercâmbio, não os impôs e aperfeiçoou a vida de hoje, com seus tempestuosos problemas: são consangüíneos, primitivos, sentimentais, permanentes, quase diria, naturais e eternos. Somos duas pátrias: mas realmente uma cultura. Somos duas soberanias: mas de fato uma civilização. Somos estados que se dividem, mas pelo mar que os aproxima, continentes que se separam, mas pelas distâncias que suprimimos, populações que se desencontraram, mas irmanadas pela mesma consciência, que na língua comum clama e canta as sagradas razões da nossa cristandade. Não nos afastáramos: continuamo-nos. Não é um acidente no tempo, essa maravilhosa entrevista de idéias, a que chamamos, com simplicidade, de troca de cumprimentos. É uma revisão dos séculos idos, uma instantânea e cívica atualização da História, uma retomada de destinos — na beleza singela dêsse encontro de família. Não há distinguir no passado o que era de lá, e ficou na terra materna e generosa, e o que aqui se formou, e transformou, na terra farta e imensa. Outrora fomos um, continuamos a ser em Deus, na tradição e no idioma. Somos um da epopéia, no poema e na fé. Um em Dom João Segundo, em Camões, nas religiosas origens e na lusitanidade agreste e combativa, que as ilumina de heroísmo e poesia. Undécimo canto dos *Lusiadas*, denominou Afrânio Peixoto o Brasil para dizer, que o poeta escreveu com o éstro sublime os dez que falam de «Albuquerque terribil e Castro forte», e o último, êste que não pôde versejar na lira divina, o construiu, com as suas rimas graníticas, o levantou, com as suas vozes altivas, o enredou, entreteceu e compôs, com o senho do seu trabalho e o sacrifício de sua aventura, o povo português. Temos, demarcado e inviolável, um território, que ainda agora não ocupamos todo: Portugal nô-lo deu. Os seus limites assinalam-se pelos baluartes erguidos, na fimbria da praia na longínqua fronteira, em plena selva ou nos desvairados itine-

rários da mesopotâmia sulamericana: Portugal nô-los edificou. Nêle só se fala uma língua: viril e sonora, doce e enérgica, áspera e romântica, a nobre língua portuguêsã. Não se desmembrou êsse império: a Portugal o devemos. Malograram as tentativas estrangeiras de destroçá-lo e destruí-lo: nisto andou Portugal. O seu temperamento náutico, a sua cobiça de regiões exóticas, o inexorável domínio, a fôrça braçal da conquista, nô-lo deram. Nem foi — êsse canto undécimo — a tarefa hercúlea em que Portugal distraísse os seus recursos sem comprometer a sua alma. Veio ela, nas naus atulhadas de povoadores. Expandiu-se pela vastidão hospitaleira do país que parecia — com a floresta, o selvagem, os ignotos horizontes — a obra mais nova da Criação, que não se animara ainda ao sôpro do milagre, e estremecia, paradisiaca, nos despertar preguiçoso das energias titânicas; agarrou-se ao chão fecundado pela primeira sementeira, fixou-se no litoral desbravado pelos primeiros colonizadores, refloriu na terra achada e lavrada pelos primeiros imigrantes. É a alma de Portugal que está na forma e na essência das coisas, que lhe celebram e perpetuam a peregrinação: velhas cidades e campanários antigos, costumes patriarcais e instituições básicas, engenhos de cana e arraiais de ouro, fala da gente e lirismo das gerações, altares, municipalidades, leis, lendas, superstições, herança, continuidade, presença, invisível e grave, musical e ingênua, popular e irreduzível... Em nome destas realidades (que ultrapassam o quadro dos valores presentes, porque participam das categorias imortais) o Brasil tem Portugal consigo. Na história: é a formação. Na das armas: a defesa. Na geografia: o império. Nem V. Excia. senhor presidente, se limita para nós a ser o chefe do Estado português. Por si e pelos ascendentes, tem na sua luminosa fé de ofício — de soldado insigne — e na dos generais seus avós, a geografia imperial, o florilégio militar, a história dos dois mundos. Recanto não há das províncias excêntricas a que não tenha levado — na guerra, até onde o chamou o serviço da pátria, o entusiasmo entrançado de bravura e estoicismo (condições proverbiais do «peito lusitano»), na paz, até onde êsse mesmo serviço o conduziu a sadia política de unificar tão diferentes e distantes regiões. E o Brasil inclui-se nas reminiscências sentimentais da sua família. É V. Excia. por êste direito — em que o amor de meu país pede às gerações extintas as suas sagradas inspirações — também brasileiro. Lusíada sim — na acepção ainda ontem por V. Excia. definida, ao dar ao têrmo alcance ecumênico (na oração memorável, dita com particular eloquência, entre as galas manuelinas do Real Gabinete Português de Leitura, com Camões e os clássicos por testemunhas, numa comovida vigília da Raça!). Isto é, português

dos oceanos, dos continentes, dos descobrimentos, da interminável jornada pelas *sete partidas*, irmão mais moço de todos os que, saindo da «pequena casa» ribatejana, desdobraram ao sôpro dos aliseos a asa crucígera das caravelas... Mas *brasileiro* também, no sentido que à palavra se deu em Portugal, desde que para lá retornaram, ricos ou pobres, ufanos ou desenganados, presunçosos ou humildes, os peregrinos de tanta viagem, os veteranos de tanta luta, os heróis de tais maravilhas. Esse Higino, do seu ilustre nome, recorda um dos construtores da civilização brasileira no nordeste enxuto e raso, que rompeu com a sua coragem pioneira e a dura disciplina colonizadora, vinte e dois anos nos sertões do Maranhão e do Piauí. Esse Francisco, do seu nome honrado, lembra um dos melhores engenheiros e capitães do império português, nascido da vila de Santo Antônio de Campo Maior daquela verde planície piauiense, onde, em tufo de palmares heráldicos, os carnaubais põem na paisagem austera a sua nota lírica. Nos troféus de sua genealogia tem, portanto, V. Excia. diretas e claras notícias do Brasil. É a responsabilidade sucessória — na linha legítima dêsse amor, de o querer como à própria terra.

As instituições douradas, que se consagram a êsse amor vigilante, não se descuidaram de estendê-lo a Portugal. Nem só ao que, histórico e rático, vive na vida brasileira, mas ao que, imorredouro e intangível, honra, nos dias que passam, a Tradição e a Fé, levantando-as aos níveis respeitáveis em que a humanidade as contempla. Na metrópole, mas igualmente em Áfricas, em Ásia e Oceania, lá onde cada aldéia de língua portuguesa é um santuário da religião avoenga e um cemitério do seu inclito heroísmo — de Macau, no extremo oriente, passando por Goa, onde os ossos do apóstolo, as igrejas de Cristo abençoam a epopéia das navegações, e os itinerários bordados de gloriosas lembranças que coincidem com os novos traços do universo humanista. Rogam pois a V. Excia., que, de volta a Lisboa, declare, informe, testemunhe e reafirme, não foi em vão que os portugueses embeberam do seu sangue os territórios por eles descobertos e povoados, nem foi inútil o seu esforço na construção de um país das ciclópicas dimensões do Brasil: aqui estamos, aqui ficamos, pedindo a Deus, com o pensamento em Camões, pela glória de Portugal!

DISCURSO DO GAL. CRAVEIRO LOPES

Em seguida, o General Craveiro Lopes, após haver recebido de mãos do Sr. Presidente da República, o diploma de Presidente de honra do Instituto Histórico, proferiu, de improviso, a seguinte oração de agradecimento:

Lamento, no mais fundo de minha alma, que eu venha agora despertar V.V. Excias. daquele encantamento em que se encontram depois de ouvirem falar o Dr. Pedro Calmon, o magnífico Reitor, muito querido amigo, que como orador distinto, soube viver em palavras tão belas, em recorte literário tão puro, aquilo que minhas senhoras e meus senhores, eu não sei dizer. Mas, sem que tenha tido mesmo a possibilidade de preparar algumas palavras para dizer nesta sessão, perante uma assistência tão culta, tão escolhida, eu não posso, nem devo, deixar de dizer algumas palavras de reconhecimento pela distinção que quiseram ter para com o chefe de Estado de Portugal.

Dirijo, pois, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Sociedade Brasileira de Geografia, ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, os meus mais profundos agradecimentos por me terem distinguido com a Presidência de honra das associações a que pertencem.

Homem simples, soldado, não possuo necessariamente aquelas excelsas qualidades, que o meu querido amigo Pedro Calmon acaba de com tanto brilho expor a V.V. Excias. daquela tribuna. Por isso, ao aceitar tamanha distinção, é simplesmente o Chefe de Estado que conta, porque o homem vale pouco, para poder merecer a preciosa atenção dessas velhas academias, consolidadas pelo tempo, pelo saber de seus associados, pelo pensamento intelectual, gerações e gerações que trouxeram até o Brasil de hoje os gestos, os feitos, os trabalhos de todos aqueles que tiveram a suprema glória de fazer o Brasil.

Referiu o ilustre orador fatos que dizem respeito à minha ascendência; todos êles pertenceram a êsse número ignorado de homens, que no Brasil despenderam o melhor do seu esforço e puseram todo o ardor de sua alma em trabalhar para o dignificar, para o defender e para o ilustrar.

Os seus nomes de homens simples e modestos. são, para mim, motivo de grande honra, porque elles apesar de tudo souberam cumprir até o fim o seu dever.

Sinto-me, também, um pouco brasileiro, sinto-me sinceramente ligado a vossa terra, como afinal de contas todos os que estamos ao através do Atlântico se sentem, porque as suas tradições se vincularam tanto no seu ânimo e no seu pensamento que é sempre muito difficil para um portuguez isolar-se ou separar-se da idéia de que o Brasil foi também Portugal. (*Palmas*).

Agradeço a V. Excia., Senhor Presidente da República o ter tido a gentileza e generosidade de perder mais algum tempo, que lhe é tão precioso, para estar aqui junto de mim neste momento. O que é fácil é que V. Excia. irradia tanta simpatia, o seu procedimento atual, o seu passado cai tão fundo no coração dos portuguezes que todos elles já sentem admiração que cresce pelo digno, pelo illustre Presidente do Brasil. (*Palmas*)

Nós todos, portuguezes e brasileiros, somos homens decididamente sentimentais, temos o coração muito perto da boca e a lágrima sempre pronta ao canto dos olhos, e por isso que êstes contactos de alguns dias com V. Excia. criaram no meu coração um sentimento tão intenso de simpatia, que eu não quero deixar a Capital Federal, onde V. Excia. exerce com tanta dignidade o seu poder, sem dizer: começo a ser verdadeiramente seu amigo. (*Palmas*)

Levo recordações muito gratas, de todos os brasileiros que tão gentis e generosos quizeram ser com o chefe de Estado, êsses sentimentos com que me levam quase todo o coração, eu quero que seja a figura de V. Excia. como seu digno representante, aquella que eu levo, cá dentro, com o resto do coração que eu posso levar da terra brasileira. (*Palmas*)

Por último e para terminar, dirijo-me a V. Excia. Sr. Dr. Pedro Calmon, os meus melhores agradecimentos, que peço transmita, da maneira que o sabe fazer, à Sociedade e Institutos que apresentou, dizendo-lhes que guardarei êsses documentos preciosos, com todo o carinho, com tôda a simpatia para que me lembre sempre dessa situação magnífica em que a palavra de V. Excia. e só a sua palavra, tornou elevada, brilhante, mas tão brilhante, tão brilhante que certamente VV. Excias. deram por felizes terem vindo até aqui assistir e ouvir as pobres palavras que acabo de proferir. (*Palmas*)

CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO

IMPRESSÕES DE UM CONSTITUINTE DE 1946 (*)

A. J. BARBOSA LIMA SOBRINHO

Aqui estou, senhores, em obediência ao nosso preclaro presidente, Embaixador Macedo Soares, a cujos convites nos habituamos a dar o sentido e a eficácia das ordens de comando, convencidos de que assim contribuimos para o serviço dêste Instituto, a que tanto nos honramos de pertencer.

O décimo aniversário de uma Constituição ainda pode ter muita cousa de um fato político, no refletir as paixões ou as correntes, que por acaso hajam influído, na fatura da Carta de direitos. Mas também pode caber no domínio dos acontecimentos históricos, se preferimos deixar de lado o que ainda se entrelace com os sentimentos políticos, ou partidários, da hora presente, para o considerar em perspectiva, dentro de sucessos que, por serem recentes, não deixam de pertencer ao passado.

Esse último, o propósito que me anima, sobretudo quando me encontro nesta tribuna augusta, sob o prestígio da tradição de elevação e serenidade do Instituto Histórico, que é um remanso tranqüilo, onde as correntes impetuosas perdem a força para que, no espelho das águas paradas, as paisagens circundantes se reproduzam com a possível nitidez.

Talvez nos pareça muito escasso o tempo transcorrido desde a promulgação da Constituição. Um decênio nem sempre assegura o domínio daquela perspectiva, que deve ser a história, na re-criação dos fatos do passado. Não tenho a pretensão de me constituir no famoso julgamento da posteridade, se é que esse julgamento vale mais, como isenção, que o dos contemporâneos. Mais do que o prazo decorrido, pode influir a imparcialidade do julgador ou a sua preparação para essa tarefa. Se da proximidade dos sucessos decorre uma suspeita de facciosismo, o certo é que, não raras vêzes, são as paixões presentes que animam, inspiram ou orientam a ressurreição do passado. Podemos chegar,

(*) Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 17 de setembro de 1956.

assim, à conclusão que a história de um período remoto pode ser mais apaixonada, ou parcial, que a narrativa dos contemporâneos. Tudo depende do julgador, da isenção com que se manifeste ou da intenção que o anime. Simpatizo, de alguma forma, com aquela frase de Chamfort, que não via na posteridade outra coisa que um público, que sucede a outro «et vous voyez ce que c'est que le public d'à présent». O que vale, pois, não é o que dizem as ampuhetas, mas o que se possa encontrar de equânime na apresentação do passado. Procuremos deixar de parte o colorido de nossas emoções e envergemos as vestes, que supponho talares, da serenidade.

É assim, com essas intenções, que recordo, neste instante, aquela tarde de 18 de setembro de 1946, quando se iniciou o desfile para a assinatura do texto constitucional. Era no recinto do Palácio Tiradentes, com as galerias cheias de representantes de todas as classes, num ambiente festivo, muitas senhoras presentes, cestas de flores, bandeiras, máquinas fotográficas e «flashes», microfones de estações transmissoras. Tomadas as assinaturas da Mesa da Assembléia, principiou o desfile dos constituintes, pela ordem geográfica, a partir da representação dos Territórios da planície amazônica. Cada senador e cada deputado, antes de pôr o seu nome no documento, dizia algumas palavras ao microfone das estações transmissoras. E as frases eloquentes explodiam como foguetes, aumentando a comoção geral. Parecia que íamos transpor a fronteira da própria Canaan. As expansões eram de júbilo e, sobretudo, de confiança, como que a convicção de que haviam cessado todas as ameaças e perigos do autoritarismo, o arbítrio do Poder Executivo, a incerteza dos cidadãos, a vacilação e precariedade das leis.

À medida que ia chegando a minha vez de assinar, sentia mais vivamente o que aquele texto representava para toda a Nação e comecei a experimentar a dúvida atroz, a dúvida que surge toda a vez que cresce em demasia a confiança. No entrechoque desses sentimentos, quando chegou a minha vez de falar ao microfone, não consegui manifestar senão um voto de humildade, o voto de que aquele texto constitucional pudesse corresponder, na execução, às esperanças do Brasil.

A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE E A ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Não que a Constituição de 1946 me parecesse não corresponder às necessidades do momento; não que a Assembléia Constituinte desmerecesse da confiança de toda a Nação. A elaboração constitucional começou propriamente a 15 de março, com

a primeira reunião da Comissão Constitucional, que se compunha de 37 membros, escolhidos proporcionalmente à representação de cada partido na Constituinte. Não faltava nenhuma das legendas, que haviam comparecido ao pleito. Somente o Partido Social Democrático possuía 19 membros dessa Comissão; à União Democrática Nacional, haviam tocado 10 lugares. Os outros partidos repartiam entre si os oito lugares restantes, sendo dois para o Partido Trabalhista; e um para cada uma das demais agremiações, a saber, o Partido Comunista, o Partido Republicano Progressista, o Partido Libertador e o Partido Popular Sindicalista. Dividiu-se o trabalho por dez sub-comissões, incumbidas da organização dos diversos capítulos do projeto. À frente da Comissão se encontrava um homem público de larga experiência e austeridade, jurista ilustre e respeitado, o eminente Sr. Nereu Ramos, cabendo a vice-presidência a outro político ilustre, o Sr. Prado Kelly, dono, também, de excelentes predicados.

A preocupação dominante era de que houvesse, para o debate em plenário, um projeto elaborado pelo própria Constituinte, o que levou um dos comentadores da Constituição, o Desembargador José Duarte, a observar que «a Constituinte de 1946 foi a única, no Brasil, que não recebeu do Governo a sugestão de um anteprojeto ou base de estudos. Foi, assim, a primeira que deliberou, livremente, sem inspirações estranhas». Na Constituinte de 1823, também não houve projeto de origem governamental. Verdade que não terminou seus trabalhos, alcançada que foi por um ato de dissolução. Na Constituinte de 1946, chegou a existir anteprojeto, da autoria de uma comissão presidida pelo Ministro da Justiça, Professor Sampaio Dória. A Assembléia preferiu, entretanto, organizar o projeto para a discussão de plenário, coisa de sua independência na elaboração do texto constitucional.

Em dois meses, estava terminado o projeto, sem demora encaminhado ao plenário, para a devida discussão e a apresentação de emendas. Não menos de 4.092 emendas vieram dos representantes da Nação, para o devido estudo na Comissão Constitucional. Tão extensas e importantes foram as alterações, que a Comissão decidiu organizar um substitutivo, acompanhado do relatório sobre as emendas estudadas. Dois meses foram assim tomados pelo preparo do projeto inicial; quatro meses bastaram para a discussão do plenário, a apresentação de emendas, a redação do substitutivo, a discussão e votação do substitutivo, ressaltadas as emendas. Considere-se ainda o tempo exigido pela redação final e ver-se-á que houve necessidade de um esforço surpreendente, para terminar a Constituição nos seis meses que decorreram entre 15 de março e 18 de setembro. Dois meses menos do que se gastou na Constituinte de 1934, sendo de observar que

aquela assembléia trabalhou com um ante-projeto elaborado pelo que se denominou a Comissão do Itamarati. Não foi essa, aliás, a única diferença entre as duas Constituintes. Em 1934, a descoordenação dos trabalhos constituintes fôra tão profunda, que não se chegaria facilmente a uma conclusão, sem o esforço dispendido, fora da assembléia, pelo líder da bancada paulista, o Sr. Alcântara Machado. Em 1946, a Assembléia se bastou a si mesma e encontrou, entre os seus próprios elementos, o meio de levar a bom térmo a tarefa difícil e complexa. Para isso, não concorreu pouco o prestígio e a autonomia atribuída aos líderes da Constituinte pelo Presidente Dutra, empenhado não sômente em zelar pela independência da assembléia, como em assegurar a conclusão da Constituição dentro do prazo mais curto que fôsse possível. É de justiça, pois, reconhecer que coube ao Presidente Dutra, pela maneira como se conduziu em face da Assembléia, parte considerável do mérito decorrente da elaboração da Constituição em prazo curto e sem sacrifício dos estudos exigidos pelo debate da matéria e pela coordenação das forças políticas representadas na Constituinte.

A maior responsabilidade pela elaboração do texto coube, sem dúvida, à Comissão Constitucional, limitando-se a intervenção do plenário a emendas que, de um modo geral, se destinavam antes à melhoria do texto que a uma alteração mais profunda das idéias consubstanciadas no projeto inicial. Nem todos os componentes da Comissão Constitucional eram juristas, mas possuíam muitos dêles larga experiência dos negócios públicos. O mais importante, aliás, é que estavam nelas representadas tôdas as correntes de opinião ou todos os grupos de interesses, desde os que se achavam familiarizados com as reivindicações das forças econômicas, como os Srs. Sousa Costa, Eduardo Duvivier ou Costa Neto, até os que defendiam idéias e posições trabalhistas, como Guaraci Silveira e Baeta Neves. Figurou ainda em todos os debates um deputado eleito pelo Partido Comunista, o Sr. Milton Caires de Brito, e a verdade é que agiu como quem procura cooperar para o trabalho comum, embora sem abandonar as reivindicações radicais de seu grupo político. Já para as questões que envolvessem as teses e os princípios da Igreja Católica, contava a Comissão com os Srs. Adroaldo Costa e o Padre Arruda Câmara. Os interesses do nacionalismo econômico possuíam um ardente campeão na figura consular de Artur Bernardes. Não faltavam inteligências vivas e plásticas, para a descoberta e o encaminhamento das fórmulas de transação, pois para isso estavam vigilantes não só o presidente e o vice-presidente da Comissão, como um luzido estado-maior de parlamentares experientes como

Agamenon Magalhães, Soares Filho, Ivo de Aquino, Gustavo Capanema, Atilio Viváqua e Hermes Lima.

A palavra de ordem, em tôda a Constituinte, era a preocupação de concluir, no mais breve prazo possível, o melhor trabalho, em correspondência com os anseios de todo o país. Dêsse estado de espírito, deram testemunho os dois líderes da Assembléia, os Srs. Nereu Ramos e Otávio Mangabeira, em discursos memoráveis, aplaudidos com entusiasmo pelos constituintes. Dissera o Sr. Mangabeira, com a sua voz pausada e emoção comunicativa: — «Trago a verdadeira obsessão, se assim me posso exprimir, de dar ao Brasil, quanto antes, a Constituição Federal. Tudo o que me parece destinado a inflamar o ambiente, a perturbar os espíritos, a criar dissensões na Assembléia, tudo o que aconteça neste sentido, vai, francamente, de encontro ao meu estado de espírito». E continuava: — «Aqui devemos trabalhar patrioticamente, digo-o de coração. Não exagero dizendo que não tenho nenhum adversário na Assembléia Constituinte Nacional, na qualidade de constituinte. Considero que somos, todos, aqui, representantes do povo, inspirados no propósito de dar ao país, quanto antes, uma Constituição democrática». Não eram diferentes as sóbrias palavras do Sr. Nereu Ramos: — «Aqui estou com o elevado pensamento de servir ao Brasil e aos seus destinos. Não tenho outra preocupação senão ir ao encontro das aspirações máximas do meu país, que são as de que a Assembléia Constituinte, em ambiente sereno, elabore uma Constituição, digna de suas tradições, da época atual e de seu futuro». Tão obsessiva era essa preocupação que, na própria Comissão Constitucional, depois de um debate que se estendera por mais de uma sessão, o Sr. Nereu Ramos como que advertia seus pares: — «Assumimos compromisso muito sério para com a Nação, do qual nos devemos desincumbir. Embora estejamos discutindo há perto de dez horas, não votamos sequer quatro artigos e precisamos prosseguir».

Havia também o propósito de evitar debates de natureza política. Não obstante, as paixões remanescentes da fase do Estado Novo algumas vezes repontaram na Assembléia. Sempre que assim sucedeu, não custou a chegar a reação moderadora, sob a forma de conselhos e observações judiciosas. Na própria sessão de apresentação dos diplomas, quando eram pronunciados alguns dos nomes mais ligados aos acontecimentos do Estado Novo, explodiram nas galerias e em alguns pontos do recinto assuadas irreverentes. Pois foi o bastante para que um deputado da seção paulista se considerasse no dever de exortar os seus companheiros a uma atitude de respeito mútuo. Declarava que vinha «do seio das massas populares» e que era «em nome dêsse povo que trabalha

e luta» que lançava um apêlo no sentido de «que se assegurasse à elaboração constitucional num ambiente de tranquilidade e de colaboração». «Lamento, senhores, acrescentava êle, dizer que ouvi com o espanto dos novatos vaías e apupos a brasileiros que passaram pelos mais elevados cargos da representação nacional. É que sinto no meu coração de brasileiro e de patriota que, se continuarmos desta forma, nesta agitação e neste tumulto, o Brasil não terá uma Carta constitucional à altura de seus méritos e de suas necessidades». Era uma voz sem autoridade política, a que assim se pronunciava — a do Deputado Martins Filho. Encontrava, porém, ressonância na Assembléia e correspondia ao sentimento da maioria de seus componentes.

A distribuição de forças partidárias dentro da Constituinte facilitava a tarefa da coordenação dos votos, pois que somente o Partido Social Democrático congregava 176 constituintes, num total de 321 representantes, senadores e deputados, reunidos no Palácio Tiradentes. Vinha em seguida a União Democrática Nacional, com 90 representantes. O Partido Trabalhista Brasileiro não ia adiante de 24 constituintes; o Partido Comunista contava com 15 votos e o Partido Republicano com uma dúzia de constituintes. O Partido Republicano Progressista, do Sr. Ademar de Barros, elegera apenas dois deputados, que eram os Srs. Café Filho e Campos Vergal. O Partido Libertador comparecia com o nome respeitável do Sr. Raul Pila. Havia ainda cinco representantes do Partido Popular Sindicalista, e dois do Partido Democrata Cristão. Nesse conjunto, só o P.S.D. representava 54,8% da assembléia. A U.D.N. ficava modestamente com 28%. Isso de comêço, na instalação da Constituinte. Aos poucos, modificava-se a posição dos partidos, com a formação de uma corrente chamada «dutrista», dentro do P.S.D., corrente infensa aos compromissos do Estado Novo, a que havia servido tanto ou mais que o núcleo do partido, que lhe continuava não direi fiel, mas sem ter ânimo para essa corajosa negação de um passado comum a todos, ou a quase todos os componentes da assembléia. Com êsse enfraquecimento da maioria ganhou o debate constitucional, impedindo que as preferências partidárias pudessem ter a veleidade de influir na votação dos textos, que deveriam compor nossa carta de direitos. Pode-se dizer que principiou aí, nesse momento exato, o enfraquecimento do partido majoritário, abrindo caminho para a ascensão, não do segundo partido, que era a União Democrática Nacional, mas de outras forças partidárias, que na Constituinte não chegaram a ter maior significação, como o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Social Progressista.

Dêsse modo, a verdade é que não houve partidos políticos dentro da Constituinte, na votação da matéria constitucional.

Houve, sim, correntes doutrinárias, tendências de opinião. Na questão da escolha do regime, por exemplo, a tese parlamentarista recebeu votos de todos os partidos. A liderança do debate dos diversos capítulos andou de um partido para o outro, conforme a matéria que se decidia. No capítulo da Discriminação de Rendas, era o udenista Sr. Aliomar Baleeiro que liderava a assembléia. Mas no capítulo do Poder Legislativo, essa função passava para o pessedista, Sr. Gustavo Capanema, ou para outro pessedista, Agamenon Magalhães, no domínio da Ordem Econômica e Social.

Na Comissão Constitucional, a opção entre o parlamentarismo e o presidencialismo congregava elementos que não tinham entre si qualquer vínculo de natureza partidária. O Sr. Raul Pila, defensor do parlamentarismo, encontrava a seu lado, na votação, os udenistas Soares Filho, Ferreira de Sousa e Hermes Lima, assim como o pessedista Agamenon Magalhães e os comunistas do Sr. Milton de Caires, ao passo que os udenistas Milton de Campos, Prado Kelly e Mário Mazagão se uniam com os Srs. Gustavo Capanema, Adroaldo de Mesquita e Acúrcio Torres, na defesa do presidencialismo. A mesma coisa ocorreu em plenário. Havia parlamentaristas em todos os partidos, como em todos eles havia presidencialistas. Prevaleceu, entretanto, por uma larga maioria, tanto na Comissão Constitucional como em plenário, o regime da Carta de 1891, de modo que se pode dizer que o parlamentarismo, na Constituinte de 1946, não chegou a aparecer como ameaça ou como solução possível ou provável.

Talvez que a única matéria de natureza constitucional a influir no setor partidário tenha sido a que se convencionou denominar «coincidência de mandatos». No fundo, a coincidência foi apenas uma tese para disfarce de atitudes de sentido meramente partidário. A corrente chamada «dutrista», liderada pelos Srs. Cirilo Júnior e Acúrcio Torres, defendia a restauração do período presidencial de seis anos, como o havia estabelecido a Carta de 1937; já a União Democrática Nacional se batia pelo período de quatro anos, usando, como argumento, a fórmula da coincidência dos mandatos. Tão extremada se mostrou a U.D.N. nesse propósito, que o Sr. Prado Kelly chegou a renunciar à vice-presidência da Comissão Constitucional. Prevaleceu, todavia, como uma transação, já na fase final dos trabalhos da Assembléia, o período de cinco anos para o Presidente da República, enquanto o mandato legislativo se restringia a quatro anos, o que por si só significava o abandono da coincidência dos mandatos, desde que se dava mais um ano ao Poder Executivo. Como a coincidência dos mandatos fôra apenas uma cobertura doutrinária para a atitude política da U.D.N. acabou não deixando vestígios na Carta de direitos, sobretudo quando se veio a estabelecer, dessa

vez como uma espécie de compensação ao Presidente da República, a terminação de todos os outros mandatos estaduais e municipais — de governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores na mesma data da conclusão do período presidencial. É de justiça reconhecer que se alguns amigos do Presidente Dutra se bateram pelo mandato de seis anos, nunca S. Excia. fez qualquer pressão, nesse sentido, junto à Constituinte de 1946.

A verdade é que, em quase todas as questões debatidas na Assembléia, os votos sempre foram votos de consciência. Excetuado o Partido Comunista, que era monolítico, sujeito a uma disciplina férrea, manifestando-se sempre em massa a respeito de todos os assuntos, sem a discrepância de um só voto que fôsse, em todos os outros partidos a matéria constitucional nunca chegou a sair do domínio das questões abertas. E como os programas desses partidos silenciavam a respeito dos temas de organização política sujeitos a controvérsias, todos os votantes se sentiam livres para seguir a própria opinião, nos debates travados na Constituinte.

Bastaria essa circunstância, para valorizar as manifestações da Assembléia, se também não fôsse certo que cada voto obedecia, consciente ou inconscientemente, a um condicionamento tão poderoso quanto a disciplina dos partidos. Podemos recordar a excelente lição do Sr. Hermes Lima, nos *Estudos sobre a Constituição Brasileira*, publicados pela Fundação Getúlio Vargas: «Há uma realidade social que condiciona o pensamento, qualquer tipo de pensamento, especialmente o político. O pensamento é naturalmente autônomo, mas sua função é digerir e exprimir um conteúdo que ele não inventa, mas lhe é proporcionado pela prática social e pelo trabalho social humano. Esse conteúdo é que o pensamento elabora, formando o que poderíamos chamar «o mundo dos produtos mentais». Esse mundo tem significação e influência sobre a vida individual e a vida coletiva».

Dentro desse condicionamento, a Constituição de 1946 traduziu um momento determinado e uma determinada realidade social, que estava presente a todos os instantes. Embora a maioria dos constituintes viesse dos quadros do Estado Novo, preponderou na Assembléia uma tendência de reação contra os princípios, ou as teses, que haviam prevalecido na Carta de 1937. Parece difícil a assertiva, quando se pensa na composição da assembléia e se recorda a alta percentagem alcançada pelo Partido Social Democrático, no total dos votos da Constituinte. A verdade, porém, é que a U.D.N. liderou esse movimento, cindindo a maioria e incorporando às suas votações os pessedistas que desejavam dar, com essa hostilidade a Getúlio Vargas, uma demonstração mais viva de dedicação ao governo do Presidente Dutra. Disso resultou, talvez, um mal para a tarefa a executar. As Constituições

deveriam ser elaboradas com o pensamento no futuro e não com as prevenções e sentimentos do passado. O presidencialismo já havia sido consideravelmente cerceado na Constituinte de 1934; saiu ainda mais fraco na assembléia de 1946. Tudo que pudesse valer como reação contra o passado, ou significasse reprovação aos postulados de 1937, veio a prosperar, sob aplausos, na Constituição de 1946, dando a êsse texto uma espécie de tom polemístico, destoante, por certo, do equilíbrio, da isenção e da serenidade, essenciais aos textos que se elaborem para o porvir.

Desconfio, entretanto, que essa influência do passado é fenômeno que se pode observar em tôdas as Constituintes. Já em 1891, predominara a preocupação de reagir contra as idéias e os princípios da fase monárquica. A Constituinte de 1934 se deixou envenenar pelas paixões desencadeadas nos três anos e meio de regime discricionário e também pelos sentimentos que a revolução constitucionalista de São Paulo despertara. Chegamos a ter a impressão dêsses casos de enfermidades demoradas, em que os doentes tudo esperam da mudança de medicamentos. Acham que estão salvos, desde que adotem outras fórmulas e outras receitas. E acabam verificando, sabe Deus com que tristeza, que a moléstia é mais poderosa que todos os remédios, os novos e os velhos.

Essa era, sem dúvida, uma das limitações a que estava sujeita a Constituinte de 1946. Não seria, todavia, bastante forte para comprometer seu trabalho, norteado, como vimos, pelas mais altas preocupações patrióticas. Pior que tudo era a falibilidade da própria Constituição, na criação de costumes políticos exemplares, num país exposto a tantos vícios e ao maior de todos êles, qual seja a presença de um personalismo não raramente implacável e inescrupuloso, sobretudo quando associado ao messianismo dos que se consideram anunciadores da salvação nacional.

A EFICÁCIA DAS CONSTITUIÇÕES

Que é, realmente, uma Constituição? Nas definições do Direito Público, ou dos dicionários jurídicos, responderão que é um conjunto de normas fundamentais, com que se rege a organização e com que se pautam as relações entre os poderes públicos, fixando-se, ao mesmo passo, os direitos individuais em face do poder público, isto é, a linha divisória entre o poder do Estado e a liberdade do individuo. Sob outro aspecto, poderíamos dizer que a Constituição é a lei fundamental emanada do Poder Constituinte. Mas se do domínio passarmos à consideração da eficácia ou da validade do texto em fase das realidades políticas de cada país, teremos que convir que a Constituição é, no conceito de Mirkine-Guetzévitch (*As Novas Tendências do Direito Constitu-*

cional, pág. 45), «um compromisso entre as tradições políticas existentes e o Direito Constitucional Geral», ou «um amálgama entre as tradições nacionais e o ideal do Estado de Direito, elaborado pela consciência jurídica dos povos civilizados». Situadas, pois, como uma espécie de transação entre o ideal político e a realidade da vida de um povo, as Constituições, na parte que traduzem ideais, valem como programas ou como intenções.

Para dizer o que valem como programa, bastaria considerar a experiência dos povos, até mesmo na facilidade com que se elaboram e desaparecem as Constituições. Lieber, num livro clássico a respeito de *A Liberdade Civil e o Auto-Governo*, publicado em meados do século passado, já registrava que na primeira metade do século XIX haviam surgido algumas centenas de constituições políticas, poucas realmente substanciais, e muitas transitórias e efêmeras. «Muitas, dizia êle, a despeito de sua breve existência, deixaram sementes, que um dia despertariam e prosperariam. De tôdas as sementes que germinaram, poucas se tornaram árvores; de todos os milhões de flores, apenas milhares, talvez centenas se fazem frutos». Trezentas e cinqüenta Constituições era o cálculo final, a que chegava o publicista. James Beck acrescentava que a indústria de fabricação de Constituições não conhecia «chomage». E relatava o episódio de um livreiro francês, ao tempo do Segundo Império, e ao qual se perguntara se possuía, na sua loja, algum exemplar da Constituição francesa. Respondera o livreiro, sucintamente, que não costumava negociar com publicações periódicas.

Recordemos o caso brasileiro. Em 134 anos de vida política, tivemos cinco Constituições escritas, sem falar no Ato Adicional de 1834 e na reforma de 1926. Foram respeitados êsses textos?

A resposta está nos jornais da época e nos Anais de nossas casas legislativas. Seria enfadonho enumerar tôdas as denúncias de violação dos textos constitucionais ou de desrespeito às suas normas. Basta lembrar que a regra básica é a da instituição do regime representativo e a verdade é que estamos longe, e sempre estivemos, de uma verdadeira representação política, até mesmo porque as eleições não costumam guardar correspondência com a vontade do povo, sujeita, ontem como hoje, a todos os expedientes da coação, da corrupção e da fraude. Mudam apenas as dosagens dêsses expedientes. Menos corrupção e mais fraude ou mais corrupção de menos coação. Na essência, porém, a eleição continua a comprometer a verdade de nosso regime político, pelos fatores que a desvirtuam e pelas ocorrências que a enxovalham.

Para acentuar melhor essa realidade, basta lembrar que não foram mais que dois os pleitos considerados exemplares, nos 49

anos do Segundo Império — : o da Lei dos Círculos, no tempo do governo do Marquês do Paraná, e o que ocorreu para a inauguração do voto direto, na fase do Saraiva. Por sinal que a Lei de 1881 se converteu numa questão de natureza constitucional, em face do que prescrevia o art. 90 da Constituição de 1824, segundo o qual as eleições dos deputados e senadores seriam feitas por «eleições indiretas, elegendo a massa dos cidadãos ativos, em assembléias paroquiais, os eleitores de província, e êstes os representantes da nação e províncias». Apesar dêsse texto, passamos das eleições indiretas para o voto direto em consequência de uma lei ordinária, sem reforma da Carta de 1824.

As outras Constituições, que vieram depois, não lograram índice mais alto de eficácia. Ao contrário, é possível que tenham sido burladas de maneira mais desembaraçada, pois que lhe faltava a presença de um Poder Moderador, colocado acima dos interesses partidários, muito embora, na Monarquia, fêsem atribuídas exatamente ao Poder Moderador as maiores responsabilidades pelas deturpações do regime. Na República, tivemos no uso do estado de sítio e nas intervenções federais duas portas amplas para a suspensão das garantias constitucionais. Mais grave do que tudo era a falta de uma base representativa, resultante de eleições livres e honestas. As eleições nunca passaram de uma farsa. Em consequência, o Poder Legislativo dependia menos do eleitorado, que não chegava a predominar, do que das autoridades executivas, que preparavam um simulacro de eleições, no recurso ininterrupto às atas falsas. Não raras vezes o Poder Judiciário se acumpliciou com os governantes, em troca de vantagens de tôda ordem, entre as quais não poderiam ser esquecidos os benefícios outorgados à descendência dos magistrados. Federação, nunca chegamos a ter de maneira efetiva, regular e generalizada. Algumas unidades federativas possuíam poderes de mais, outras de menos, conforme o prestígio de seus chefes nos quadros da política federal. Sob a pressão do estado de sítio, quantas vezes se fundiram ou desapareceram os direitos individuais, a liberdade de imprensa, o direito de reunião e de locomoção? Não foram poucos os temporais, em que sossobraram até mesmo as imunidades parlamentares. Entre os textos constitucionais e as realidades políticas, trava-se uma luta desesperada e quotidiana, luta que nos países de escassa educação democrática se reveste da feição de um «catch-as-catch-can», em que os textos às vezes vencem por pontos e não raro sucumbem por «knock-out» efetivo ou técnico, para usar a linguagem apropriada a essa espécie de combates.

Temos, por isso, que convir, com Saleilles; que o costume vale muito mais que os textos. «O costume, dizia êle, é quase tudo e os textos escritos não são mais do que a trama ligeira sôbre a qual

trabalha e funciona a força organizadora e reguladora que põe em obra a vida coletiva de um país. Pelo costume é que se criou a Constituição inglesa; é por meio dos desvios costumeiros que se coordenam e se regulam tôdas as instituições de direito público, estabelecidas por via de Constituição escrita, nos países regidos por uma carta desse gênero. Da mesma forma que o movimento se demonstra marchando, pode-se dizer, em matéria de direito público, que o direito se cria funcionando». Não era outra a opinião de De Maistre, a propósito da Constituição francesa do ano III: — «Nenhuma Constituição resulta de uma deliberação; os direitos dos povos nunca são escritos, ou pelo menos os atos constitutivos ou as leis fundamentais escritas não são mais do que atos declaratórios de direitos anteriores, dos quais não se pode dizer outra cousa, senão que existem porque existem».

Podemos, entretanto, imaginar que se tenha pelos textos constitucionais aquela idolatria, a que se reportava Chateaubriand em *Mémoires d'Autre Tombe*, quando se dizia capaz de atravessar uma fogueira, para salvar nos braços a dama de seu culto. Lembra êle, entretanto, que foi num desses «acessos de constituição» que chegou a conhecer o Conde de Villèle, cuja carreira política tanto havia de prosperar na fase da Restauração. Admirava-se o escritor com a moderação ou quase frieza dos sentimentos constitucionais de seu companheiro de lutas. A verdade, porém, era que na paixão de Chateaubriand havia muito de literatura e de inclinações temperamentais. Na realidade da vida política, os amores constitucionais costumam ser tão interesseiros como os outros amores. Só as vantagens ou os objetivos é que diferem, num e noutro caso. Quando se demonstra zelo pela Constituição, pode ser que se pretenda apenas um contraste, para realçar a indiferença dos adversários. Trocados os papéis, seria de prever que fôssem também trocadas as paixões, passando a outros corações o entusiasmo pela Carta de Direitos. A política sabe formar os dois partidos, o dos apaixonados e dos violadores dos textos. Desconfio, no íntimo, que todos teriam a mesma vocação para o partido dos violadores e não é sem alguma melancolia que se acolhem ao castelo dos que suspiram de amor e de ternura pela Constituição escrita. Aspectos do jogo político, que acaba sendo tão pouco sincero quanto a do poker, em que o êxito muitas vezes depende da capacidade de atribuir a um pobre par de noves o entusiasmo ou a segurança despertada pelos «fives» de ases. O que não quer dizer que não haja governantes empenhados no respeito às cartas de direito, por uma questão de formação ou porque entendam que lhes cabe uma função educativa, no sentido da elevação dos costumes políticos.

Ao contrário do que acontece em muitos outros casos, as Constituições de mais prestígio não são aquelas de data mais recente. Estamos, aqui, num dos raros domínios, em que os brotos não valem muito. Podemos lembrar a lição de Bryce, quando exaltava a força da democracia americana e dizia que o seu mérito principal estava na sua estabilidade. «Do mesmo modo, dizia êle, que uma das provs de vigor de constituição para um corpo humano é a sua capacidade de chegar a uma idade mais avançada, do mesmo modo é de louvar, num regime político, o não ter sofrido mais mudanças do que sofreria qualquer instituição e dar ainda hoje a esperança de uma duração longa. O povo é profundamente afeiçoado à forma que a vida constitucional tomou. A constituição federal é para êle quase uma cousa sagrada, uma Arca Santa, sôbre a qual ninguém deve pôr mãos temerárias.

A Constituição dos Estados Unidos data de 17 de setembro de 1787 — o que quer dizer que faz hoje 169 anos, o que é uma idade provecta nesse domínio ou até mesmo um milagre de longevidade. Nossa Constituição completa apenas dez anos e seria quase uma criança, se se não envelhecesse depressa, nesses tempos tormentosos do mundo moderno, com as crises que nos assaltam e com a inflação a solapar os alicerces da vida econômica, social e política. Num ambiente desses, dez anos significam muito. Temos que tomar como ponto de referência, não os 169 anos da Constituição brasileira de 1934. A Carta americana já superou o período de experiência e provação; a outra ainda aposta com os costumes e as tendências da vida política, para ver o que se pode salvar do programa estabelecido no seu texto. É possível que, nessa luta com as realidades, alguns pontos pareçam menos resistentes ou menos satisfatórios. Será então o caso de mantê-los assim mesmo? Ou de tomar a iniciativa de alterações, que venham a concorrer para um ajustamento melhor entre o texto e as necessidades nacionais? Na campanha civilista de 1910, desfraldara Rui Barbosa a bandeira revisionista, enquanto a candidatura Hermes da Fonseca se acolhia à sombra de uma aparente idolatria pelo texto de 1891, colocando-a acima da Nação, sob a proteção de um «noli me tangere», que não seria mais, no momento, que uma conveniência política ou um «slogan» de campanha partidária. Mas Rui Barbosa respondia vitoriosamente, dizendo que era exatamente por amor a essa Constituição que aconselhara a revisão. «A Constituição de 1891, dizia êle, precisa de ser reformada para se conservar. As boas instituições hão de se conservar, melhorando-se, como as boas construções, refazendo os estragos do tempo, e acomodando-se com o correr dêle, aos novos hábitos e às novas exigências dos seus sucessivos habitantes. De maneira que os verdadeiros conservadores são os amigos da reforma».

A questão estaria no espírito ou propósito da reforma. Algumas podem piorar a construção. Mas o que é certo é que não adiantaria levantar palácios de linhas impecáveis, mas de tal modo incômodos, que não servissem de habitação para quem quer que fôsse. O acêrto, mais uma vez, está no meio têrmo, até mesmo porque, se fôssemos fazer uma Carta constitucional, modelada sob a inspiração exclusiva dos costumes, acabaríamos redigindo um documento, que pareceria mais uma expansão de cinismo do que um instrumento de educação e aperfeiçoamento político.

Êsse é o grande drama da vida das nações, que não possuem uma tradição democrática, estruturada profundamente nos costumes do povo. Recordo-me que quando lia as críticas de Oliveira Viana ao idealismo da Constituição de 1891, e ao teorismo dos bacharéis, ficava a pensar no que seria um texto feito, sob medida, para os costumes que encontramos radicados no país. Foi o Sr. Otávio Mangabeira que uma vez afirmou que nunca tivemos democracia. Mesmo no Império, a que existia era uma democracia de fachada, capaz de deslumbrar os estrangeiros, mas não a quem levasse um pouco mais longe a análise ou até mesmo a própria observação dos fatos. Como acreditar numa democracia em que não existe, por exemplo, a inviolabilidade do domicílio do cidadão? Ou o respeito à livre locomoção e à liberdade dos indivíduos? No meu entender, é por êsses aspectos que se mede o grau de realidade de uma democracia e não pelas relações entre os poderes do Estado, ou pela forma de seu funcionamento.

Confesso, por isso, que nunca tive impressão mais forte de nossa realidade política do que diante de uma ocorrência, que presenciei no interior de Pernambuco, no último pleito que ali se realizou. Paramos diante da casa de humilde morador, que possuía família numerosa, quase tôda de eleitores. Suas ligações políticas eram conhecidas. Mas declaravam que não iam votar. E como insistíssemos para que fôsem cumprir o que era mais que um direito, pois que se tornara obrigação, por fôrça de lei, o homem do campo se limitou a erguer para nós seus olhos tristes, perguntando: — «E como será amanhã, quando o comandante do destacamento policial nos vier surrar? E os que estavam ali presentes e sabíamos o que se estava passando em todo o Estado, baixamos a cabeça e nos retiramos, vencidos pela evidência de sua razões. Mas não era aquela a própria realidade brasileira?

Quando se considera êsse outro lado das Constituições, é que verificamos como os nossos debates sôbre os temas de organização política se revestem do sentido de uma espécie de bisantínismo. Porque o que interessa não é a beleza dos textos, mas

a realidade de sua aplicação, e, sobretudo, a segurança de suas garantias.

O CLIMA DA DEMOCRACIA

Por isso, meus Senhores, no 10.º aniversário da Constituição de 1946, aqui nos reunimos, por determinação de nosso eminente presidente. É que precisamos fazer de nossas Cartas de direitos instrumentos de educação política. Devemos promover cursos de divulgação de direitos e prerrogativas, que vivem nos textos e dêle não conseguem sair. Cabe-nos exaltar o benefício e a utilidade das Cartas elaboradas para a defesa do cidadão. E para isso não precisamos e nem devemos partir do pressuposto de uma concordância absoluta com todos os itens da Carta de 1946. Lembremos as palavras de Benjamin Franklin, exatamente no dia de hoje, há 169 anos, quando falava aos seus pares da Assembléia de Filadélfia, confessando que não concordava com todos os preceitos, da Constituição elaborada, mas que a «aceitava com todos os seus defeitos, se é que eram realmente defeitos». Admitia que nenhuma assembléia poderia fazer constituição melhor, pois que quando se reúne um grande número de homens, para recolher os benefícios da sabedoria de todos, estão sempre presentes as paixões, prevenções, erros, interesses locais e preocupações egoístas de todos êles. «Pode-se esperar, perguntava êle, que uma tal assembléia possa fazer alguma cousa perfeita?» Respondia de pronto que não, mas advertindo que, «ainda assim, aceitava a Constituição porque não havia outra melhor e porque acreditava que não era a melhor. Faço ao bem público, concluía êle, o sacrifício da opinião que eu tenho de seus defeitos».

Nessa frase e nesse conceito está a própria essência da democracia, entendida como o sacrifício de nossas opiniões ao interesse público ou à decisão geral. Democracia significa, por isso mesmo, tolerância, capacidade para admitir o próprio êrro, para ceder em face de teses e de interesses que não são nossos. Mas para isso é necessário que se estabeleça um clima propício, o clima democrático, feito de equilíbrio, de serenidade e de compreensão. O exagêro das paixões, a veemência das palavras, a exaltação dos sentimentos podem conduzir a tudo, menos à democracia. Podem ser elementos indispensáveis de um clima esquiliano, com as danças selvagens e os gritos desordenados das Erínias, açuladas pelo cheiro de sangue humano. Mesmo porque as Erínias acabariam sendo criação particular de cada partido, uma espécie de tropa de choque para os entreveros políticos. O clima esquiliano conviria a Hitler, talvez mesmo a Mussolini, mas não poderia ser nunca o clima da Inglaterra democrática.

Se desejamos, pois, que a nossa vida política permaneça dentro dos quadros constitucionais, a condição inicial é ajustar nossos sentimentos e nossas paixões a essa necessidade, para que as lutas políticas, que são a própria vida da democracia, não se venham a transformar num espetáculo de furioso canibalismo.

Citando mais uma vez o Sr. Otávio Mangabeira, recordemos aquela frase, em que desenhou a democracia brasileira como um arbusto tenro, a exigir cuidados especiais dos cultivadores. Êsses cuidados poderiam ser condensados em duas palavras: virtude e moderação. Virtude dos governantes, nos exemplos de austeridade como no respeito aos direitos e à personalidade do cidadão. Moderação nas lutas políticas e partidárias, para que as divergências de opinião não venham a tomar o aspecto de lutas sem quartel, desesperadas e destruidoras. De outro modo, como esperar que possa resistir aquêle «tenro arbusto» sob a fúria das tempestades desencadeadas pelas paixões políticas exacerbadas?

Por isso, meus Senhores, concluo minhas considerações com aquêle mesmo receio e aquela mesma esperança, manifestados no instante da assinatura da Constituição de 1946, fazendo votos para que a Nação brasileira não venha a perder de vista o fanal que a 18 de setembro de 1946 acendemos com o pensamento na grandeza da Pátria. Que ela saiba mantê-lo e conservá-lo com o mesmo espírito, a mesma compreensão e o mesmo desinterêsse com que o construímos, na Assembléia Constituinte de 1946, para servir ao Brasil.

O VISCONDE DE CABO-FRIO (*)

(Joaquim Thomaz do Amaral)

HILDEBRANDO ACCIOLY

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fiel à sua tradição de aproveitar sempre as oportunidades para homenagear os grandes vultos de nossa história, sobretudo aquêles que pertenceram ao seu grêmio, não pode deixar sem alguma referência o meio centenário, que decorreu êste ano, do desaparecimento do ilustre brasileiro que foi Joaquim Thomaz do Amaral, Visconde de Cabo-Frio. Daí a incumbência, por mim recebida, de aqui proferir hoje algumas palavras a seu respeito.

Grande servidor da pátria, nos períodos monárquico e republicano de nossa vida política, Cabo-Frio sempre se salientou por sua dedicação ao serviço público e, especialmente, aos altos interesses nacionais, no âmbito das relações exteriores.

Nascido em 16 de agosto de 1818, já aos 22 anos de idade se iniciava na carreira diplomática, a cujo serviço, daí por diante, dedicou sua incansável atividade, até os últimos dias de vida.

Sua primeira nomeação para o serviço externo do país encontrou-o como estudante de medicina, — carreira da qual desistiu ao ser nomeado, em outubro de 1840, comissário-árbitro, com a categoria de cônsul, na Comissão Mista Brasil-Inglaterra, com sede em Serra Leôa, na costa ocidental da África.

O pôsto parecia importante, sobretudo para um jovem daquela idade.

A dita comissão mista resultara de atos diplomáticos promovidos pela Grã-Bretanha, na luta em que se empenhara contra o comércio ilícito da escravatura, atos celebrados primeiramente com Portugal e depois com o Brasil.

Foram assim criadas duas comissões de tal natureza, uma das quais justamente aquela, em Serra Leôa, enquanto a outra tinha sede no Rio de Janeiro.

(*) Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 26 de junho de 1957.

A função de ambas era o julgamento, sem apelação, das causas que lhes fôsem apresentadas, referentes aos navios detidos como empregados no aludido tráfico de escravos. Em cada uma delas, havia um comissário-árbitro.

O dito comissário-árbitro brasileiro em Serra-Leão demorou pouco naquele pôsto, sendo depois transferido para a Legação brasileira em Londres.

Só alguns anos mais tarde iria servir nos Estados da bacia do Prata, que eram então, segundo disse alguém, «a melhor escola para a diplomacia brasileira». E, de fato, por ali passaram vários dos nossos maiores diplomatas do tempo do Império. Nos postos daquela zona, como que completou a formação de seu espírito diplomático, desenvolvendo então suas qualidades de observação, tacto e discrição.

Joaquim Thomaz do Amaral foi mandado para o Uruguai em setembro de 1856, no caráter de Encarregado de Negócios. Já possuía, então, a categoria de primeiro secretário de Legação. Aquêlê pôsto, na situação diplomática de então, era bastante delicado para um agente brasileiro.

Poucos anos antes, o Estado Oriental passara por fase bastante difícil, em virtude de lutas internas. Em fevereiro de 1854, o Governo uruguaio chegara a solicitar insistentemente ao Brasil, com base no tratado de aliança celebrado no Rio de Janeiro entre os dois Governos, a 12 de outubro de 1851, a intervenção armada brasileira. O Governo imperial, afinal, cedera às instâncias e conseguira o restabelecimento da ordem, naquele país. As tropas brasileiras agiram com tanta ponderação e tanta isenção que o Governo da República oriental, espontâneamente, manifestou depois, em nota de seu então ministro das Relações Exteriores ao Visconde de Abaeté, seu reconhecimento pelo «elevado desintêresse» — dizia — da politica do Governo imperial em suas relações com a República oriental, — ao mesmo tempo que louvava «a disciplina, moderação e moralidade», com que a divisão imperial havia procedido durante sua permanência no território oriental.

O Uruguai, porém, ainda permanecia agitado. De modo que, quando Amaral chegou a Montevidéu, em fins de 1856, a situação continuava, mais ou menos, instável.

Seja como fôr, nosso representante portou-se naquele pôsto com a devida habilidade e, apesar da instabilidade politica ali reinante, soube conquistar simpatias para o Brasil, — de tal forma que a 9 de dezembro de 1858 o Governo imperial julgou dever promovê-lo *sur place* a Ministro Residente.

Em Montevidéu, negociou êle e concluiu um protocolo, no qual se estabeleceram as condições de um largo empréstimo àquela

república, e, depois, um acôrdo relativo à indenização por prejuízos causados a cidadãos brasileiros durante a guerra civil uruguaia.

Sua ação parece ter inspirado então bastante confiança nalguns meios políticos, a personalidades em evidência naquele pequeno país.

Como reflexo talvez dessa situação, pode citar-se, por exemplo, um documento de alta significação e, ao que presumo, muito pouco conhecido, — documento existente no Arquivo Histórico do Itamarati.

Refiro-me a uma carta, pessoal e reservada, dirigida ao Conselheiro Paranhos, — futuro Visconde do Rio-Branco, então ministro dos Negócios Estrangeiros, — a propósito do General Oribe, contra o qual tínhamos combatido.

Como é sabido, na guerra contra Rosas, Oribe foi aliado do ditador argentino, e tropas brasileiras evitaram que Montevideu caísse em seu poder.

Nossa política, aliás, já era então, como há de ser sempre, a de manter a independência do pequeno país vizinho, onde floresce uma democracia que merece o respeito, a estima e a simpatia das demais Repúblicas do Continente. «Não tínhamos ambição de anexá-lo», — escreveu Joaquim Nabuco; e acrescentou: «só tínhamos um interesse em relação a êle: o de têmos uma fronteira sossegada e segura, — para o que era essencial que êle se tornasse independente».

Na verdade, apesar de nem sempre, especialmente entre gentes de outras terras, se ter feito a devida justiça aos propósitos da política brasileira daquela época, no tocante ao Uruguai, — parece indiscutível que, desde o tratado de 1828, pelo qual lhe reconhecemos a independência, esteve longe de nós a idéia de anexar qualquer parte do território cisplatino.

Nabuco, apoiando êste mesmo ponto de vista, cita nesse sentido palavras convincentes de um eminente uruguaio, que, com bastante dignidade, representou aqui seu país e viveu vários anos entre nós, — isto é, Andrés Lamas, — cujas expressões valem como testemunho insuspeito das boas intenções da política brasileira.

Andrés Lamas tinha razões seguras para dar semelhante testemunho. Os papéis do Arquivo de nosso Ministério das Relações Exteriores demonstram êsse desinteresse brasileiro, ou, melhor, o apoio que o Brasil vinha prestando à manutenção da independência uruguaia.

Entre vários outros documentos que o provam, veja-se, por exemplo, a nota de 6 de dezembro de 1859, dirigida ao próprio Lamas pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil,

João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na qual êste recordava ao representante uruguaio que, quando, pouco tempo antes, a República Oriental se vira em «circunstâncias difíceis» e recorrera ao Brasil, «seu mais desinteressado aliado», pedindo o eventual «apoio material das nossas forças», — nossa Legação em Montevideu havia respondido que não haveria dúvida em que tal apoio lhe seria prestado, apenas sob a condição de que o Governo oriental se mantivesse neutral na luta existente entre as esquadras beligerantes ancoradas em águas uruguaias.

«Por êste simples enunciado» — dizia Sinimbu — «vê-se que o Governo imperial nunca teve em mente impor política alguma ao Estado Oriental». E acrescentava que o Império estaria sempre disposto a «intervir com o apoio de tôdas as suas forças» para manter e fazer respeitar a independência uruguaia, quando esta sofresse algum ataque direto.

Joaquim Thomaz do Amaral foi um intérprete fiel dessa política em relação ao Uruguai, servindo-a com inteligência e dedicação. Sem dúvida, o Brasil não podia deixar, então, de estar vigilante, procurando, no entanto, evitar, quanto possível, ser envolvido nas lutas ou dissídios entre as facções, — que, aliás, muita vez, apelavam para a nossa intervenção e nesta buscavam apoio. Nosso interesse, contudo, seria apenas o de ajudar a manter ali a paz e de ver assegurada a estabilidade dos governos.

Como quer que seja, Oribe fôra nosso adversário. Pois bem, aquêlê mesmo famoso caudilho, como que reconhecendo, afinal, as nossas boas intenções, talvez reveladas pela política hábil e conciliadora do então representante diplomático brasileiro na capital uruguaia, não hesitou em dirigir-se a êste, para lhe fazer o pedido mencionado na carta «particular e reservada» a que aludi e que passo a ler:

«Montevideu, 5 de dezembro de 1856.

«Ilmo. e Exmo. Sr.

«Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

«Ontem à tarde mandou o General Oribe dizer-me que já estava na sua quinta do Molino e pediu-me que o fôsse ver, porque tinha necessidade de falar-me.

«Era isto um recado que me devia ter sido dado dois dias antes. Tinha havido esquecimento da pessoa encarregada dêle.

«Não hesitei e fui ontem mesmo.

«Disse-me o general que sentia que eu tivesse tido o incômodo de empreender o passeio, porque já não subsistia a razão por que me havia dirigido aquêlê pedido.

«Passamos a conversar sôbre a crise atual e no corre. A conversa comunicou-me o general que estava resolvido a passar à província argentina de Entre Rios.

«Não me surpreendeu esta notícia. Já eu tinha julgado essa viagem provável no caso de vencer o Governo as eleições. As relações existentes entre o General Oribe e o Presidente da Confederação me autorizavam a pensar assim.

«Perguntei quando tencionava partir. Respondeu-me que mui brevemente.

«Disse-me mais o General Oribe que estava inclinado a naturalizar-se estrangeiro e desejava saber se lhe seria possível obter o fôro de cidadão brasileiro.

«Informei-o do que dispõe a lei a êsse respeito e êle acrescentou que desejaria que a sua naturalização fôsse acompanhada da concessão de um pôsto militar.

«Nada lhe respondi sôbre êste último ponto, mas perguntei-lhe se as duas comunicações que acabava de fazer-me eram simplesmente para meu conhecimento ou para serem comunicadas a V.E.

«Respondeu-me que desejava que eu as comunicasse.

«São horas de expedir a mala. Por isso limito-me a dar a V.E. esta breve conta do que se passou na minha visita ao general.

«Tenho a honra de reiterar a V.E. os protestos do profundo respeito com que sou

«De V.E.

«O mais obediente e obrigado criado.

(a) *Joaquim Thomaz do Amaral*».

Paranhos atribuiu, no entanto, aquêlê desejo de Oribe a «uma expansão de despeito pela sua desinteligência com o Presidente da República» (do Uruguai). Acreditava que aquilo passaria; e respondeu que não devíamos sair da nossa «linha de prudência e imparcialidade». Concluiu então: «Tratemos bem ao General Oribe, e a tôdas as pessoas distintas dêsse país, mas não comprometamos, nem aparentemente, a nossa fôrça moral».

Entrementes, Amaral ia a Assunção, em missão especial, para, juntamente com representantes da Argentina e do Uruguai, ajudar a resolver a grave divergência entre os Governos do Paraguai e dos Estados Unidos da América, a propósito de um incidente ocorrido, no Paraguai, com o vapor norte-americano *Water Witch*.

A capital paraguaia, chegava êle a 9 de janeiro de 1859, sendo prontamente recebido pelo então Presidente da República, Carlos Antonio López.

Procurava-se então evitar, por meio dos bons officios do Brasil, Entre-Rios e Corrientes, que a situação criada pelo mencionado incidente, nas relações entre os Estados Unidos da América e o Paraguai, degenerasse numa guerra.

Entre as personalidades officiais que pretendiam participar da mediação, e para isto foram a Assunção, figurou o próprio presidente da Confederação argentina, General Urquiza, — que, no entanto, aproveitaria o ensejo para tratar de outros assuntos com o presidente paraguaio, inclusive a questão de limites entre os dois países.

Amaral, porém, estava atento a tudo quanto se passava ali e que de algum modo nos pudesse interessar; e, entre outras informações mandadas para cá, figurou a de que a entrevista dos dois chefes de Estado não tñha dado o esperado resultado. «O Presidente do Paraguai» — dizia o agente brasileiro, em officio reservado, dirigido ao Conselheiro Paranhos — «tem-se-me queixado amargamente do da Confederação, dizendo que [o mesmo] se nega a concluir o que estava ajustado», acêrca do assunto de limites; «e atribui essa mudança à influência do General Guido, que qualifica de *intrigante*». Êste havia acompanhado Urquiza e se mostrava bastante ativo.

A missão especial de que Amaral estava incumbido foi bem acolhida por Carlos Antônio López, mas não assim pelo representante americano, — ali chegado, para tratar daquele assunto. Tal representante alegava não ter recebido instruções de seu governo para aceitar mediações, embora ficasse satisfeito com os bons officios dos pretendidos mediadores.

Por outro lado, a presença do General Urquiza em Assunção criara certos estorvos à ação official do agente especial brasileiro. Isto, aliás, não surpreenderia Amaral, conforme êste mesmo comunicava a Paranhos, dizendo-lhe: «Já eu temia o que depois se realizou: que a sua presença fôsse para mim uma grande dificuldade».

Em todo caso, nosso representante soube informar precisamente o Govêrno imperial de quanto estava ocorrendo, inclusive de que o General Urquiza, como presidente da Confederação argentina, graças provavelmente à sua alta categoria, conseguira intervir nas negociações entre o Presidente López e o agente norte-americano, sem a cooperação do agente brasileiro.

Em longo officio, ainda datado de Assunção, Amaral dava as razões pelas quais, provavelmente, não teria sido admitida sua

mediação, pelo representante do Govêrno americano, embora o presidente paraguaio a tivesse aceito.

Queixava-se, então, de que suas instruções não tinham mencionado que haveria, concomitantemente, outros mediadores." Mas isto parecia sanado pela chegada de outras instruções, em que tudo fôra esclarecido.

Entretanto, o General Urquiza trabalhava no sentido de mediar só e diretamente. Nisto, aliás, era ajudado pelo General Guido, que ali gozava de certas facilidades, — embora o Presidente Carlos López o considerasse um «intrigante».

Na verdade, a posição de nosso representante era desigual, — o que não o impedia de proceder com lealdade e firmeza.

Em certa ocasião, durante uma reunião, perante o Presidente López, falou com bastante franqueza e dignidade, — dizendo que não insistiria. Pediu então permissão para se abster e acrescentou que, se o General Urquiza tivesse êxito, êle, Amaral, ficaria satisfeito; e, no caso contrário, estaria disposto a fazer o que estivesse a seu alcance, para evitar um rompimento.

Como quer que seja, nosso representante soube sair-se airoso-mente daquela situação incômoda. Para cá, aliás, aludiu francamente às dificuldades que encontrou, dificuldades não criadas por êle e que não lhe tinha sido possível prever, nem remover.

Tendo voltado a Montevidéu, ainda se achava na capital uruguaia quando, em fins de 1859, foi mandado, noutra missão especial, à Argentina. Tratava-se, então, de reconciliar a Confederação argentina com a Província de Buenos-Aires.

O Govêrno imperial, de acôrdo com os Governos da França e Inglaterra, oferecera seus bons ofícios para a obtenção dêsse resultado, e o mesmo Amaral recebera a incumbência de aplicar seus esforços em tal sentido.

Logo ao chegar a Buenos-Aires, o agente brasileiro comunicava, ao General Urquiza, a decisão do Govêrno do Brasil, de aceitar o convite daqueles dois Governos europeus, para que os três procurassem realizar a aludida finalidade. E se dizia feliz do recebimento da incumbência de ser o agente do Imperador do Brasil para o desempenho de tal missão. Ao mesmo tempo, anunciava que o Govêrno de Buenos-Aires já havia aceito a oferta que lhe fôra feita em igual sentido.

O General Urquiza, porém, não quis aceitar os bons ofícios que lhe foram oferecidos.

Em 13 de novembro de 1859, Amaral dava conta ao Conselheiro Sinimbu, então na pasta dos Negócios Estrangeiros do Império, do resultado de sua missão, ou, melhor, da falta de êxito da mesma, em consequência da recusa de uma das partes.

Entremettes, estas haviam chegado a um acôrdo direto, — de cujo êxito o nosso agente duvidava. De fato, escrevendo a Sinimbu poucos dias após a celebração do pacto de união entre as partes desavindas, dizia Amaral: ... «a paz está feita, mas... não tenho confiança na sua estabilidade».

Amaral também tratou, então, de outros assuntos, entre os quais, o da revolução dos *Blancos*, em Montevidéu.

A êsse respeito, esteve em constante contacto não só com as autoridades uruguaias, mas também com as de Buenos-Aires. E podia, assim, informar com segurança o Govêrno imperial sôbre os acontecimentos na zona conflagrada.

Seu prestígio, na capital argentina, parecia grande, — o que lhe permitiu, por exemplo, obter do Govêrno local a necessária permissão para fazer copiar, e dar a conhecer ao Govêrno imperial, uma correspondência do encarregado de negócios do Paraguai em Paris e Londres, a qual havia sido interceptada pelo Govêrno de Buenos-Aires.

* * *

Anos mais tarde, e depois de haver servido algum tempo em Bruxelas, Joaquim Thomaz do Amaral foi chamado para ocupar o cargo de diretor-geral da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, cargo no qual, por ato de 21 de março de 1865, substituiu o velho e acatado diplomata brasileiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.

Ainda assim, voltaria ao rio da Prata, em começos de 1868, noutra missão especial, desta vez junto ao General Flores, em Montevidéu, e ao General Mitre, em Buenos-Aires, e já com a categoria de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, para tratar de assuntos relacionados com a guerra contra o Paraguai, — missão na qual se houve com o costumeiro tacto e da qual regressou em começos de 1869.

De Buenos-Aires, mal ali chegado, informava para cá sôbre a attitude do Govêrno argentino, com respeito à revolução dos *blancos*, em Montevidéu.

Mais tarde, observando o desenrolar dos acontecimentos na margem septentrional do Prata, lembrava ao nosso então ministro dos Negócios Estrangeiros, João Silveira de Sousa, a conveniência de não nos envolvermos em questões internas uruguaias, — ou, mais precisamente, a de evitarmos intervir na luta, então em curso, entre as duas partes do partido *colorado*.

Entremettes, cuidava de outros negócios, sôbre os quais estaria, naturalmente, provido de instruções. A êste respeito, merecem citados: o protocolo, que assinou a 19 de agosto de 1868, com os plenipotenciários argentinos (Rufino de Elizalde) e uruguaio (Manuel Herrera y Obes), para a permissão de trânsito,

pelo rio Paraguai, do vapor *Wasp*, que devia transportar de Asunción o ministro americano Washburn, o qual se retirava para seu país; outros protocolos, referentes ao trânsito de outros navios estrangeiros; um acôrdo, com o Governo uruguaio, relativo ao subsídio do Brasil ao Uruguai, que fôra estipulado em ato de 15 de janeiro de 1867.

Não deixava, contudo, de permanecer vigilante, observando o que ocorria; e informava, com freqüência, o nosso Governo de quanto ia chegando ao seu conhecimento e lhe parecia digno de ser comunicado para cá.

Assim, por exemplo, quando, no comêço de junho de 1868, a situação no Uruguai se antolhou difficil para nós, Amaral, que se achava então em Montevidéu, se deu pressa em escrever para cá, no dia 2, dizendo: «Está definida a situação política. O Governo oriental ainda não é abertamente hostil ao Brasil, mas começa a sua ação nesse sentido. Concorreram para isto o antigo ódio ao partido conservador e, por parte do general [referia-se, ao que parece, ao General Lorenzo Battle, eleito presidente do Uruguai poucos meses antes], o desejo de se ir preparando para o que há de succeder, se, como pensa, fôr o General Urquiza eleito presidente». Naquela conjuntura, parecia-lhe oportuno que o nosso Governo enviasse mais forças para Montevidéu.

No dia seguinte, Amaral informava o nosso Governo de que transmitira, ao Marquês de Caxias, noticias que seriam de interesse para o chefe das nossas tropas em operações de guerra contra o Paraguai. Assim, conforme se lê em officio seu reservado, mandara dizer-lhe o seguinte: «Consta-me, por conduto fidedigno, que há fundada razão para crer-se que o Governo Oriental mandou ontem para Buenos-Aires, a fim de seguir pelo vapor de amanhã para Curupaiti, um expresso que leva ao General Castro [chefe uruguaio] ordem para trazer immediatamente para Montevidéu toda a força que elle tem às suas ordens. Essa ordem é expedida sem o conhecimento e audiência quer do Governo imperial, quer da Missão especial. Também não consta que tenha sido ouvido o Governo argentino». Acrescentara: «O General Flores pretendeu no ano passado retirar o seu contingente. Desistiu dessa pretensão, não só porque deixou de ter necessidade, mas também porque o Governo imperial não deu o seu consentimento». E concluira: «O Ministério actual é hostil ao Brasil e inspirado por João Carlos Gomes».

Semanas depois, novamente em Buenos-Aires, escrevia, com data de 27 de julho, ao Conselheiro João Silveira de Sousa, então ministros dos Negócios Estrangeiros: «A idéia de paz com o Paraguai vai-se propagando notavelmente nesta capital. Tem contribuído para isto a luta dos interesses eleitorais, a revolução

de Corrientes, no que se refere à província de Entre-Rios, alguns discursos proferidos no Parlamento brasileiro, o oferecimento de bons officios feito pelos agentes da Bolívia e do Chile, e os sucessos militares de 16 a 18 do corrente em Humaitá e no Chaco».

Os fatos citados são apenas exemplos da atividade desenvolvida por Amaral, naquela ocasião.

Merece, contudo, menção especial o importante acôrdo por êle concluído em Buenos-Aires, com Rufino de Elizalde, plenipotenciário argentino, sôbre a direção militar da guerra contra o Paraguai e pelo qual se modificou certa cláusula do Tratado da triplice aliança, de 1865. O aludido ato teve a data de 3 de outubro de 1868 e a êle aderiu, dois dias depois, o Govêrno uruguaio. Era, de certo modo, a resultante do afastamento do General Bartolomeu Mitre, que, expirado o prazo de sua presidência, resolvera, por escrúpulo de consciência, — conforme Elizalde comunicara a Amaral, — não voltar ao Exército, tanto mais quanto a guerra já não estava sendo feita em território argentino, ou em território paraguaio limítrofe com aquêle.

O mencionado acôrdo referia-se exclusivamente ao comando das tropas aliadas no território paraguaio, estabelecendo, — conforme dizia Amaral ao Conselheiro Paranhos, — «a independência das forças de cada Estado, e, tanto quanto fôr possível, o comum acôrdo na direção das operações militares».

Na celebração dêsse ajuste, Amaral tivera em vista conseguir, entre outras finalidades, as seguintes: a ressalva da inteira independência das forças brasileiras; a garantia de que, em território brasileiro, o comando em chefe pertenceria a general brasileiro.

Nosso agente especial informava, então, o Govêrno imperial de que, segundo lhe comunicara ainda Rufino de Elizalde, o General Mitre reconhecia que, tendo deixado ao Marquês de Caxias o maior trabalho e a responsabilidade maior da guerra, cometeria uma injustiça se pretendesse tirar-lhe a glória da conclusão.

Em todo caso, Amaral procurara ainda introduzir no protocolo uma cláusula, que deixasse a Caxias a faculdade de prosseguir nas operações de guerra contra o inimigo comum, embora sem o acôrdo dos outros generais e contanto que daí não pudesse resultar conflito ou rompimento entre os aliados. Encontrara, porém, certa resistência à aceitação de semelhante cláusula, — tida, aliás, como prova de desconfiança. Assim, procurara atenuá-la e, afinal, obtivera ganho de causa.

* * *

Voltando à direção da Secretaria de Estado, continuou a prestar serviços relevantes, que lhe valeram o título de Conselheiro e o de Barão de Cabo-Frio, e mais tarde o de visconde.

Ao ser proclamada a República, segundo foi relatado por alguém, julgou dever ficar em casa. Sendo, porém, chamado à Secretaria de Estado, não quis deixar de atender à solicitação para continuar a prestar serviços ao país. Dêle contam a seguinte frase, proferida então e na qual se espelha seu patriotismo: «Em primeiro lugar sou brasileiro. Volto à Secretaria».

Reassumindo suas funções, mostraria ainda a mesma antiga dedicação à causa pública. E foram tais os serviços prestados ao governo, durante a fase da revolta da Armada, que o Marechal Floriano Peixoto lhe conferiu as honras de general de brigada.

À frente da Secretaria de Estado, como seu diretor geral, continuou por vários anos, até sua morte, ocorrida a 15 de março de 1907.

Coube-lhe, aliás, duas vezes, a encarregatura interina do despacho dos negócios do Ministério, — uma vez, por ausência de Quintino Bocayuva, e a outra, por ausência de Olinto de Magalhães.

De sua atuação como diretor geral da Secretaria de Estado, ficou a tradição de haver sido um chefe respeitável, amante da disciplina e conhecedor de nossos problemas externos.

Essa tradição ainda a encontrei, naquela casa, quando ali ingressei há pouco mais de quarenta anos. Contava-se, então, o prestígio de que Cabo-Frio ali gozara, não só entre os funcionários que lhe eram subordinados, mas também entre diplomatas estrangeiros e em face dos ministros de Estado que, em seu tempo, por ali haviam passado.

O Barão do Rio-Branco, ao ser nomeado ministro de Estado, ali o encontrou e o manteve na chefia da Secretaria, pôsto no qual pôde ser de grande utilidade àquele nosso inolvidável chanceler.

* * *

Aí está, em traços largos e desataviados, o que foi a vida funcional dessa ilustre figura, vinda do Império e que se não recusou a prestar serviços à nação, após a mudança do regime político.

Foi Cabo-Frio, na verdade, incansável servidor do Brasil, devotado inteiramente aos interesses nacionais e de quem, ao lhe ser feita uma manifestação de simpatia por ocasião da passagem de seu 85º ano de existência, um intérprete da classe de funcionários públicos desta capital disse, com razão, ser um «símbolo de trabalho, honestidade, independência e lealdade».

O Instituto Histórico, pela voz eminente do Conde de Afonso Celso, em sessão realizada a 21 de outubro de 1907, já lhe havia feito o merecido elogio, a par do de outros sócios desta instituição.

dizendo dêle que tinha sido, «mais que diplomata, arquivo animado, encarnação da diplomacia brasileira», na qual deixara «luzente rastro».

Agora, cinqüenta anos depois, foi considerado justo que o mesmo Instituto, por outra vez, embora sem nenhum brilho, lhe prestasse outra homenagem, constante das palavras singelas que acabo de proferir, — para que não fique desconhecida ou esquecida da atual geração dos nossos homens públicos, especialmente dos que labutam na defesa dos negócios externos do país, a personalidade daquele que tantos e tão relevantes serviços prestou à nossa diplomacia e, por consequência, aos interêsses permanentes da nação.

JOSÉ HIGINO DUARTE PEREIRA

J. M. BRANDÃO CASTELLO
BRANCO SOBRINHO

Escolhido pelo Exmo. Embaixador Macedo Soares, digníssimo presidente dêsse conceituado sodalício para falar sôbre o vulto do ilustre brasileiro José Higinio Duarte Pereira, fiquei surpreso e hesitante por haver recaído a distinção no mais humilde e obscuro dos membros desta seleta e veneranda casa.

Sem possuir os atributos indispensáveis ao papel que me foi indicado, pois, apesar de haver sido juiz, não cheguei a treinar a oratória, por não ter sido membro do ministério público, nem advogado, sinto-me incapaz de desempenhar o encargo. Além disso, tratando-se de uma grande figura do mundo jurídico nacional e de um notável pesquisador da nossa história, considero-me inapto para focalizar os predicados que exornam êsse vulto da intelectualidade brasileira, por me achar afastado das lides jurídicas há um quarto de século, esquecendo o pouco que aprendi, bem com ainda não tive tempo de assenhorear-me das letras históricas para poder desobrigar-me de tarefa só adequada à aptidão dos mestres, como acontece com qualquer outro dos ilustrados e conspícuos membros dessa respeitável associação.

Para completar o meu pensamento no tocante a justificativa da segunda parte dessa alegação, devo acrescentar que não há muitos anos e somente com o propósito de tornar mais conhecido o território do Acre, a região mais nova do Brasil, conquistada e povoada por nordestinos brasileiros, dediquei-me a pesquisar e a estudar as suas origens, seu desbravamento, seu povoamento, a fim de esclarecer certos pontos ainda pouco evidenciados de sua história.

Como vêem os ilustrados consócios, as minhas reservas históricas são mui restritas, não compreendendo horizonte tão largo como o que me foi apontado.

(*) Conferência no Instituto Histórico, em 19 de julho de 1957.

Contudo, resignei-me e estou aqui para cumprir, sem nenhum lustre, sem estilo e sem qualquer arranjo literário, a missão que me foi cometida.

A vida de José Higino pouco excedeu de meio século: nascido a 22 de janeiro de 1847, na cidade do Recife, extinguiu-se a 10 do derradeiro mês de 1901, na capital da república mexicana; tendo sido seus pais — o Dr. Luís Duarte Pereira e D. Carlota de Miranda Duarte, descendente esta de revolucionários de 1848, pois, foi um dêsses, o seu avô José Higino de Miranda.

Fez um bom e proveitoso currículo no Ginásio Pernambucano, de onde se transferiu para a Faculdade de Direito do Recife, em que se bacharelou aos vinte anos de idade; interrompendo êsses estudos no terceiro ano, para oferecer o seu sangue, como voluntário da pátria, na luta que o império do Brasil sustentava contra a tirania de Lopes, na república do Paraguai.

Durante êste curso, em que se colocara no primeiro plano e demonstrara a sua propensão para o estudo das ciências jurídicas e sociais, lecionava modelarmente diversas matérias do ensino secundário, denotando já por êsse tempo resoluta inclinação para as investigações da nossa história, principalmente a da dominação holandesa, pouco conhecida naquela época.

Formado em direito no ano de 1867, ocupou o cargo de juiz municipal na cidade de Desterro, em Santa Catarina, Estado que o elegeu deputado provincial. Regressando a Recife, exerceu várias funções como as de juiz substituto desta capital, secretário da presidência da província, deputado à assembléia regional, advogado, penetrando na Faculdade de Direito como lente substituto, em 1878, academia em que, dois anos antes se doutorara de maneira ostentosa.

Em 1879, foi nomeado agente auxiliar do Arquivo Público Nacional, função esta só cometida a individualidades do porte de Cândido Mendes de Almeida, Barão Homem de Melo, Tristão de Alencar Araripe e Joaquim Manuel de Macedo, entre os maiores cultores do ramo histórico, em cada unidade do império brasileiro.

Redigiu, quando ainda acadêmico, *A Ilustração Acadêmica*, de 1865 a 1867, com Joaquim Maria Carneiro Vilela e outros; e no tempo em que era professor da Faculdade de Direito, em 1883, o *Industrial*, com Tobias Barreto, Graciliano Batista e Barros Guimarães; alcançando o posto de professor catedrático da referida Faculdade de Direito, em 1884, depois do que seguiu-se a viagem à Holanda, com a finalidade de melhor conhecer e esclarecer a ocupação holandesa no Brasil.

Estabelecido o regime republicano em nossa pátria, desempenhou cargos da maior relevância, como senador à Constituinte

Federal e ao primeiro Congresso Legislativo que se seguiu, ministro de estado dos negócios da Instrução Pública, Correio e Telégrafos (23 de novembro de 1891 a 10 de fevereiro de 1892), e interinamente da Justiça e do Interior, ministro do Superior Tribunal Federal (25 de maio de 1892 a 7 de junho de 1897), lente da Escola Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro, e, finalmente, o de ministro plenipotenciário na república do México, e, concomitantemente, o de delegado do Brasil ao segundo Congresso Pan Americano, realizado na capital do mesmo país, em 1901.

Foi também sócio benemérito do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano; correspondente em 1886 e efetivo em 1894 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e possuía as venerated fidalgo cavaleiro da ordem da Rosa, do Santo Sepulcro de Jerusalém e da Casa Imperial.

Pertenceu ao partido liberal do Império, defendeu a causa do abolicionismo e aprendeu, sem mestre, as línguas holandesa, alemã, espanhola, italiana e tupi.

Pelo que se vê — serviu aos três poderes constitucionais da nação, não só na era monárquica, no círculo provincial, como em âmbito mais amplo — o da federação, no período republicano; desempenhando, além disso, encargos como de professor de humanidades e de direito, advogado, jornalista e de pesquisador da nossa história.

Destacou-se em tudo, sendo que o seu título de jurista sobrepunhou aos demais, pois, foi quase sempre uma pessoa dedicada à ciência do direito, quer quando exercitava a magistratura judiciária, a advocacia, o professorado, a diplomacia, quer quando desincumbia-se de um encargo legislativo ou administrativo, a ponto de seu nome haver transposto as raias da intelectualidade brasileira.

* * *

Pertenceu à segunda fase da evolução das idéias desenvolvidas em Pernambuco, já quando a Faculdade de Direito deixara Olinda e se instalara no Recife, período em que pontificavam Braz Florentino, Mendes da Cunha, Pereira do Rego, Antônio de Figueiredo, Silveira de Sousa, Aprígio, Pinto Júnior, José Liberato, Drumond, Coelho Rodrigues, João Vieira e Barros Guimarães.

Distinguiu-se no meio dos seus companheiros de turma, da qual fizeram parte os futuros lentes da academia — Antônio Estevam de Oliveira, Antônio Gonçalves Ferreira e Francisco Gomes Parente, além do notável juriconsulto João Barbalho Uchôa Cavalcante, e dos poetas Adolfo Generino Rodrigues dos

Santos, Antônio Alves Carvalhal e um companheiro de Castro Alves, o advogado, jornalista e abolicionista — Augusto Álvares Guimarães.

Defendeu tese perante a Faculdade de Direito do Recife, com os bacharéis Manuel Pinto Damazo e Frederico Augusto Borges, e como fôsem aprovados, colaram o grau de doutor em ciências jurídicas e sociais, no dia 24 de novembro de 1876; numa reunião muito concorrida, falando como paraninfo de todos o lente Aprígio Guimarães e em nome dos graduados Manuel Pinto Damazo.

Para retornar ao recesso dessa academia, não mais para fazer parte do seu corpo discente, em que êle tanto se distinguuiu, mas, para ornar o seu corpo docente, cuja estrutura e idéias, êle ao lado de Tobias Barreto, ia abalar e revolucionar, submeteu-se a um concurso perante a congregação da veneranda escola, de que se saiu galhardamente e foi nomeado lente substituto da mesma, por decreto de 29 de novembro de 1878, passando a catedrático da terceira cadeira do quinto ano, por despacho do govêrno imperial de 22 de março de 1884.

É considerado o émulo do filósofo da Escada.

De positivista passou a adotar o evolucionismo spenceriano, cujas idéias desenvolvia com firmeza, transformando-se às vêzes, quando o assunto o empolgava num dialético intrépido e irresistível.

Depois de Tobias Barreto, José Higino foi o professor que mais contribuiu para agitar o ensino do direito, lutando contra as vulgaridades e insignificâncias que tanto conturbavam a cabeça dos moços.

Achava que o direito, «sendo criação do homem, estava sujeito não só às influências do mundo físico, como à economia das sociedades em cujo seio se desenvolvia». «Tal é a idéia capital, em que se baseou José Higino, para organizar um programa de ensino, que veio abrir largos horizontes às inteligências sequeiosas de luz».

Diz Clovis: «Devemos colocá-lo entre os que, no corpo docente da Faculdade de Direito do Recife, prepararam os espíritos, para receber a transformação mental, que Tobias Barreto havia de operar», circunstância essa que «podia ter sido motivo de aproximação simpática entre os dois professores; mas, pelo contrário, foi de atritos e dissídios, que terminaram por violenta polémica, em que a questão jurídica em debate desapareceu afogada num chuva de personalidades e convícios».

Tobias menoscabava a filosofia de Spencer, cujo sistema Higino ensinava aos alunos.

Este, adianta Clovis, estava deslocado nesse torneio, «que o magoava e desalentava, mas, para não ser acusado de pusilânime, ia se mantendo». «Homem de gabinete amando a vida recolhida e simples, afeito à serenidade das locubrações e aos gozos plácidos do espírito bondoso e chão, desamava o desabrimento das lutas, pela imprensa». E acrescenta o mestre: «um, desembaraçado, impetuoso, arrogante, seguro de si e cheio de vivacidade, apesar de estar preso ao leito, de onde não mais se havia de erguer; o outro menos ágil no manejo das armas aceitas, vibrando golpes, que haviam de doer no adversário, porém, também, determinavam visível sofrimento no paladino, que as arremessava».

Ajunta Clovis que essa contenda foi, como outras a que lhe sujeitou a política, uma nuvem escura a lhe toldar passageiramente a alma, sendo êle tímido, calmo, sem paixões, mas, intransigente quando convencido da verdade.

Veamos sua atuação como jurista. Professor de direito de 1878 a 1889, quando foi jubilado, tornou à cátedra por volta de 1898, mas, já na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, época em que reabria seu escritório de advocacia na mesma cidade.

Escreveu naquela primeira fase — *Lições de direito natural, Lições de direito administrativo*, afora as *teses* para concurso de lente e de doutoramento, *artigos* diversos publicados em revistas e jornais, *razões e pareceres* magistralmente *traçados*; e na segunda fez a tradução do *Tratado de Direito* de Franz von Liszt, cujo prefácio é uma revelação de sua vasta cultura; além de compor nova série de *razões e pareceres* que lhe aumentaram a reputação de jurisconsulto.

Com o advento da República, a sua vida mudou de cenário. É certo que se não transformou de todo, pois, já era político, mas, transportou-se para um palco mais amplo, em que iria denotar a sua fibra de alto pelejador da ciência de Justiniano.

Na Assembléia Constituinte Nacional, desenvolveu tal atividade que se impôs entre os mais hábeis representantes do povo brasileiro. Fez parte da «comissão dos vinte e um», seleção esta constituída para dar parecer sobre o projeto de Constituição organizado pelo Governo Provisório.

Na discussão desse projeto, José Higino revelou seus doutos conhecimentos, propondo emendas, pelo que passou a ser muito acatado; devendo-se ressaltar nessa conjuntura os seus esforços no sentido de unificar a organização da justiça, subordinando-a diretamente ao governo federal e como não o conseguisse, assinou o parecer da «comissão dos vinte e um», com restrições.

Num discurso pronunciado sobre discriminação de rendas, mostrou conhecer o direito norte americano, germânico e suíço.

tendo nessa mesma sessão falado sobre bancos emissores, matéria cuja competência, no seu conceito, devia ser da União.

No discurso de 18 de julho de 1891, discorreu sobre a atribuição do Presidente da República para baixar decretos, distinguindo os que encerram matéria constitucional dos referentes às leis ordinárias.

Quanto à precedência do casamento civil à do religioso, achou não ser ato essencial, debatendo o caso com Amaro Cavalcanti, Campos Sales e Saldanha Marinho.

Analizando a situação dos bens doados à ex-princesa imperial do Brasil, considerou um esbulho a privação deles pelo governo.

Além disso, debateu outros assuntos submetidos ao exame do Senado Federal, a cuja comissão de finanças pertenceu, assim como a uma outra composta de Campos Sales e Ubaldino do Amaral, para fazer o estudo de todas as emendas apresentadas e elaborar um Código de Justiça Federal. Apresentou vários projetos de lei, como o que dava personalidade jurídica a associações religiosas, científicas, artísticas, políticas e recreativas, e o relativo à organização dos ministérios.

Seu temperamento e idéias avançadas, francamente liberais, impediram-no de acompanhar o ato irrefletido do Marechal Deodoro, tanto que mesmo anteriormente ao golpe de estado, já formava ao lado dos contrários, associando-se à *conjuração* que se iniciou a primeiro de outubro de 1891, ao lado de José Simeão, Eduardo Wandenkolk, Custódio de Melo, Aquilino do Amaral, Anibal Falcão, Demétrio Ribeiro, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Pinheiro Guedes, Pedro Velho, José Bernardo, Silva Paranhos, Carrêdo, Gonçalves Ramos, Barbosa Lima, Gomensoro, Bezerril, Palheta, Esteves Júnior, Cunha Júnior, Amaro Cavalcanti e outros, com a finalidade de impedir a dissolução do Congresso Nacional e deliberar sobre a atitude a seguir pelos membros das Câmaras Legislativas acerca de atos de sua competência; pelo que, lhe coube redigir o manifesto dos congressistas que se insurgiram contra a referida dissolução do Congresso, e ao organizar-se o governo do Marechal Floriano, a 23 de novembro de 1891, José Higino foi convocado para constituir o novo ministério, cabendo-lhe três pastas: a dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, e interinamente, a dos Negócios da Justiça e a dos do Interior, funções em que se manteve até 10 de fevereiro do ano seguinte, quando solicitou exoneração.

Nesse ministério, a vista das constantes agitações e intolância política, não podia êle, dado o seu feitio moral e intelectual, muito demorar, tornando-se a sua colaboração e solidariedade ina-

dequadas e improficientes, até que surgindo a questão de proceder-se a eleição para preenchimento do cargo de Presidente da República, vago com a renúncia do Marechal Deodoro, êle achou indispensável a realização de nova eleição, ante a Constituição vigente, a que a maioria se opunha, pelo que, tornando-se suspeito de infidelidade à situação nascente, demitiu-se.

Entre as decisões que tomou na qualidade de ministro da justiça avulta a constante do aviso de 11 de dezembro de 1891, que fixou o direito do Estado, relativamente à sucessão nos bens das ordens monásticas extintas no país, com o falecimento do último dos religiosos da agremiação, no qual firmou êsse direito, segundo Clovis Bevilacqua, de modo «lúcido, seguro e irretorquível».

Os jornais de fevereiro de 1892 diziam que, apesar de não haver estado de sítio decretado oficialmente, já não havia garantias, citando vários casos de violência, tendo como consequência natural a retirada do ministério, entre outras, a do Sr. José Higino.

No desempenho do alto cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal não desenvolveu, como era de esperar, o seu saber, talento e experiência, talvez, por não ser o ambiente próprio à difusão de sua capacidade ou por não ter havido oportunidade para expandi-la.

Contudo, surgindo ali embaraçosas situações, como a dos *habeas-corpus* originados da guerra civil no Rio Grande do Sul e atos arbitrários determinados pela repressão à revolta de 6 de setembro, recursos êsses interessantíssimos, não só pela singularidade das questões levantadas e reputação e prestígio dos acusados, como devido ao talento dos seus defensores e interesse para mantê-los presos, José Higino tornou-se, no seio do Tribunal, o paladino dos princípios liberais no tocante ao estado de sítio, doutrina que posteriormente vingou, determinando que os efeitos da suspensão de direitos não fôsem além do tempo fixado no ato que os decretou.

Cinco anos depois de sua investidura nesse honroso cargo, mas, de um labor cheio de desencantos e desgostos, resolveu aposentar-se para se dedicar a uma advocacia serena e vantajosa, que deu margem a consagrar-se com mais esmero aos estudos de sua preferência, ensejando a tradução de obra clássica de von Liszt — *Tratado de Direito Penal*, em cujo prefácio expôs: «as suas idéias sobre criminologia, política criminal e direito penal, combatendo a escola antropológica de Lombroso, mostrando a insuficiência das concessões de De Ferri, e o valor da crítica dos seus adversários».

Clovis Bevilacqua, apreciando êsse valioso esforço de José Higino avança — «A literatura jurídica brasileira deve olhar êsse estudo como uma de suas páginas mais significativas».

Ainda saiu-se bem na tarefa de organizar a *Consolidação das leis federais*, obra esta que tem prestado grande auxílio aos que se dedicam à aplicação do direito no país.

Fôra também encarregado de organizar um código de processo civil, mas, não chegou a aprontá-lo, por ter sido nomeado representante do Brasil no Congresso Pan Americano.

* * *

Apesar de trabalhador incansável e de possuir um desenvolvimento intelectual excelente, não realizou uma obra demonstradora da sua vasta cultura, mas, a despeito disso, quando, o governo teve que enviar um representante à segunda Conferência Pan Americana a realizar-se na república mexicana, em 1901, congresso êsse composto das mais eminentes personalidades do continente, o seu nome foi o preferido por ser «uma autoridade indiscutível» e «na altura de manter as tradições de nossa cultura jurídica»; recordando o sempre acatado *Jornal do Comércio* que «em um país em que tanto se barateia o mérito alheio nenhuma voz se levantou para fazer reparos ao acêrto da escolha»; e o *Jornal do Brasil* que fôra «uma das raras nomeações acertadas do Governo da República».

Esta designação se deu em setembro de 1901, para o duplo encargo de ministro plenipotenciário da República brasileira na mexicana e de delegado do Brasil ao segundo Congresso Pan Americano, a inaugurar-se a 12 de outubro seguinte; e ao abrir-se êste, foi êle eleito seu primeiro vice-presidente, cabendo a presidência ao delegado do México, país em que se efetuava dita assembléia.

Esta deferência era de se notar por haver ali representantes de nações como os Estados Unidos, Argentina, Chile, Uruguai, afora outros, mui dignos da elevada investidura.

Além disso, fez parte da «Côrte de Arbitragem», na qual se representavam dezenove nações e da qual dimanou uma comissão de três membros, a que se denominou «de Arbitramento», que ficou constituída pelos Srs. Antonio Bermejo, José Higino e Blest Gana, delegados, respectivamente, da Argentina, Brasil e Chile.

Nessa conferência, pronunciou importante oração sôbre a codificação de princípios relativos ao direito internacional público e privado, lançando os seus fundamentos, sem poder presenciar o término dêsses trabalhos, por ter a implacável parca o afastado do seio dêsse congresso.

Mais tarde, porém, a Conferência, na sua sessão de 15 de janeiro seguinte, aprovava, devido aos esforços dos delegados argentino e peruano, um tratado de arbitragem obrigatório para

as controvérsias existentes ou que venham suscitar-se desde que não afetassem a independência e a honra nacionais.

* * *

Acometido, por uma pneumonia aguda, poucos dias depois exalava o último alento, tendo apoiada ao peito a mão direita, dentro da qual apertava uma cópia das atas do Congresso Pan Americano.

Pouco antes de morrer, delirando, «julgava-se em sessão do Congresso, discutindo a questão de arbitragem».

Ao falecer, não só o Congresso Pan Americano, como o govêrno e o povo mexicanos, prestaram-lhe as mais soberbas e sentidas homenagens.

O presidente da magna assembléia, ao recordar os seus elevados dotes intellectuais e morais, propôs como homenagem de profundo pezar que «fôsse deixada vaga a cadeira que o distinto jurista ocupava na mesa diretora dos trabalhos», e, lamentando a sua morte, nomeou uma comissão composta do segundo vice-presidente e dos chefes das delegações dos Estados Unidos, Argentina e Peru, para tomar várias providências, a qual propôs transferir os despojos para a sala das conferências, em que os delegados e empregados montariam guarda; suspender a sessão do dia; tomar luto por três dias; dirigir condolências ao Govêrno do Brasil e à família enlutada e designar três oradores para falarem sôbre o falecido no cemitério, deliberações essas que foram aprovadas pelo congresso, que nomeou os Srs. Casasus, Bermejo e Cuestas, representantes do México, Argentina e Uruguai, respectivamente, para orarem no campo-santo.

O Presidente da República mexicana prestou-lhe honras de embaixador, mandou embalsamar o corpo, trasladou-o para o salão das conferências com imponência incomum, acompanhando os delegados a pé o coche de grande gala, por entre dupla fila de soldados em formatura; e no dia do entêrro para a capela da familia do Presidente Porfirio Diaz, determinou suntuoso cerimonial, pendendo do luxuoso coche fitas que foram tomadas pelo general Presidente da República, membros do Ministério, da Conferência, pelo Dr. Fontoura Xavier, secretário da nossa legação e substituto interino do pranteado morto. Formou uma divisão do exército mexicano, salvando a artilharia com dezenove tiros. Esteve presente a essas solenidades o arcebispo do México; tendo sido enviadas cêrca de 150 coroas, entre as quais as do chefe do govêrno do México, das delegações estrangeiras, de alguns Estados da Federação; recebendo a familia do falecido, condolências de mais de mil pessoas, em cujo meio se contavam, de quase todos os governos americanos, do corpo diplomático e consular, oficiais

superiores do exército, magistrados e pessoas gradas da sede do govêrno.

Os jornais da capital teceram longos necrológios, no que foram acompanhados por quase tôda a imprensa do país; repercutindo a sua morte em todos os países do continente.

Dos eloqüentes discursos proferidos no cemitério, destacou-se o do Sr. Casasus, delegado mexicano e secretário geral do Congresso, o qual disse, entre várias outras coisas, haver sido o finado «um sacerdote do direito e um missionário da paz, que ansiava a conversão dos povos, por meio da religião e da justiça». E mais, que êle «era um cruzado, que marchava em busca da arca santa da justiça, que vemos flutuar desde séculos sôbre o encrespado mar da discórdia humana». E também, que «sua vida foi curta, se tivéssemos de medi-la pelo número de anos que alcançou; porém êle a fez extensa, graças a um incessante e frutuoso labor; podendo dizer-se, sinceramente, que durou pouco, mas viveu muito». «Êle foi sempre poderoso elemento de união e concórdia, com a sua palavra, persuasiva e doce, seu conselho, prudente e sábio, e sua atitude, discreta e nobre».

Não destoam dessas, as francas palavras do eminente delegado da república uruguaia, quando diz: «Ainda vibra em nossos ouvidos o eco de suas palavras de concórdia: daquelas nobres e elevadas palavras que sempre estavam prontas a brotar de seus lábios por que achou a fórmula de transação ou de um acôrdo. Seu fidalgo coração rompeu-se no momento em que acreditava ter alcançado o meio preciso para a realização do seu ideal».

O Congresso Pan Americano resolveu não preencher o lugar de primeiro vice-presidente da Conferência, por êle ocupado, por causa do embaraço encontrado e melindres que poderia gerar essa escolha.

No Rio de Janeiro, foram tributadas homenagens à sua memória, no Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Faculdade Livre de Direito, em cujas entidades houve necrológios, votos de pesar, sendo que em algumas, suspensão dos trabalhos e luto por determinado período.

Na chegada do corpo à nossa capital, no meado de fevereiro do ano seguinte, celebrou-se missa na capela do Arsenal de Guerra, coberto o caixão com a bandeira nacional, cercado o catafalco por numerosas coroas vindas do México, além de outras oferecidas por amigos e família do extinto. Notavam-se, entre os presentes à cerimônia e tomaram parte no cortejo fúnebre, representantes do Presidente da República, do ministro das Relações Exteriores, do arcebispo do Rio de Janeiro, do Supremo Tribunal

Federal, e da Faculdade Livre de Direito, além de alguns oficiais das forças armadas, advogados, juizes, jornalistas e parentes.

* * *

Resta dizer algo sôbre o homem que, suspendendo os seus afazeres de professor de direito e de advogado, seguiu para a Europa com o fim de remexer vetustos arquivos e trazer para o seu país, documentos da maior valia sôbre o domínio holandês no Brasil.

Apreciando o estudo da nossa história, interessou-se mais pelo que dizia respeito à invasão holandesa, e estimulado por um relatório do Dr. Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, dirigido, em 1874, ao ministro do império, em que mencionava algumas coleções de documentos do século XVII, acêrca do Brasil, inteiramente desconhecidos, e poder penetrar e esclarecer as obscuridades da época, aprendeu, sem mestre, várias linguas, inclusive a dos invasores, e então propôs ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano a nomeação de alguém para proceder ao exame dos arquivos de Haia, a fim de apurar o que havia a respeito da luta entre o Brasil e a Holanda.

O Instituto aplaudiu a idéia e propôs ao govêrno provincial que, de acôrdo com o imperial, autorizou a viagem para colher no real arquivo de Haia, documentos relativos ao domínio flamengo no Brasil, missão esta que José Higinio desempenhou com a maior abnegação e patriotismo, ampliando as páginas da história pernambucana e consequentemente as do Brasil.

É certo, que a tarefa não era fácil, devido ao pouco conhecimento da linguagem arcaica daquele tempo, usada pelos invasores.

É o próprio comissionado que confessa os embaraços que teve, quando alega haver levado dois meses para familiarizar-se com a antiquada escrita dos holandeses, cujas cópias sômente um amanuense do Arquivo podia extrair dentro de um horário reduzido. Mais tarde, porém, conseguiu algumas facilidades que muito favoreceram o seu trabalho, mais uma vez estorvado pelo inesperado ato do govêrno imperial suspendendo-lhe o pagamento de seus vencimentos de professor, após nove meses de árduos e patrióticos serviços, pois iniciara êstes em Haia no mês de abril de 1885, e a 3 de janeiro do ano seguinte recebera o aviso dessa suspensão.

E confessa o illustre pesquisador que, apesar dêsse ato magoar-lhe profundamente, ali permaneceu o tempo necessário para a conclusão do exame das coleções e redigir instruções sôbre os documentos que deviam ser copiados na sua ausência.

Como é avultado o número dos papéis coligidos e para não me tornar fastidioso, deixo-os de enumerar, assinalando, apenas,

que as cópias compreenderam tudo quanto julgou útil sôbre o assunto, respeitante ao período decorrido de 1630 a 1654, como sejam cartas, papéis, ofícios, atas, nôtulas, atos secretos, mapas, gravuras, retratos, livros, opúsculos, leis e relatórios, encontrados no real arquivo referido, num total de milhares de páginas.

Além disso, traduziu diversos dêsses papéis e relatórios, dando-lhes publicidade em várias revistas históricas, inclusive a do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.

Diz a respeito dêsse distinto e operoso obreiro da história brasiliense, o nosso ilustre confrade José Honório Rodrigues: «É depois de Varnhagen e Joaquim Caetano, o maior investigador de nossa historiografia, tendo ocasionado a sua pesquisa um resultado extraordinário» — «era o homem indicado para uma tarefa desta natureza. Sabia pesquisar, tinha informação bibliográfica, conhecia as coleções de manuscritos já trazidas ao Brasil e era capaz de ler o holandês».

Noutra passagem, adianta José Honório que não deve ser esquecido o nome sempre respeitado dêsse invulgar pesquisador que enriqueceu o nosso documentário de maneira incomum.

De passagem por Londres e antes de chegar à Holanda, visitou o Museu Britânico, no qual encontrou avultado número de manuscritos de origem espanhola e portuguesa, mandando extrair dentre êles vários referentes aos Brasil.

* * *

A *Província*, jornal que lhe fazia oposição no seu Estado natal, ao noticiar o seu falecimento, dizia tratar-se de um pernambucano ilustre que honrava a sua pátria em terra estrangeira no desempenho de elevadíssima incumbência, para cuja escolha recebera aplausos de amigos e adversários, alcançando sempre as mais altas posições «pela sua inteligência ambiciosa de gloria e o seu amor ao estudo», pois, era pobre e modesto; mas, como ministro do Marechal Floriano em 1891, cometera vários desacertos, sendo êle «um dos principais responsáveis pelos sucessos lutosos de 18 de dezembro daquele ano».

Procurando elucidar que acontecimentos eram êsses, verificamos referirem-se aos choques travados entre a força policial e a tropa de linha com a ajuda do povo, por ocasião da deposição do governador do Estado de Pernambuco, naquela data, ação esta que foi reputada pelos vencedores como sendo a conquista da liberdade do povo pernambucano, inspirada pelos mais nobres sentimentos.

O que aconteceu, em Pernambuco, sucedeu nos Estados, cujos governadores aderiram ao golpe de estado de 3 de novembro de 1891. Restabelecida a legalidade com a assunção do

Marechal Floriano a 23 do referido mês, agitaram-se os políticos contrários a Deodoro, dando-se, conseqüentemente, a deposição daqueles governantes, e, como José Higino, na qualidade de ministro do novo governo, possivelmente, contribuisse para isso no seu Estado, conforme atestam os vivas ao seu nome, proferidos pela multidão vitoriosa, era natural que o acusassem como sendo um dos principais responsáveis pelos acontecimentos.

* * *

Entre as várias qualidades que exornavam o seu caráter, salientavam-se duas: a obstinação e a bondade.

A primeira foi a força com que êle conquistou não só a laurea de bacharel, habilitando-o para a vida de advogado e professor, como a capacidade de trabalho, zêlo e competência com que se dedicou à pesquisa da nossa história em Haia, à expansão de seus horizontes intelectuais, ao forte aparelhamento de sua inteligência, tornando-o apto a desempenhar os encargos mais diversos no círculo das letras jurídicas, sociais e históricas.

A segunda, justamente a que transforma o homem num ente superior, como alguém já proclamou dizendo que «de todos os elogios que se pode fazer a um homem notável, o maior e o mais comovente, é que êle tenha sabido ser espontaneamente bom», foi um dos maiores e constantes predicados do homenageado.

Nesse particular êle foi um verdadeiro missionário, como aludiu o delegado mexicano Casassus, por ocasião do seu funeral na cidade do México. «Caráter santificado pela constante intuição do bem», como expõe um jornal pernambucano; atributo êsse que os próprios adversários não lhe recusavam como vamos ver: Certa vez, o famoso jornalista e notável panfletário Carlos de Laet, diretor de um jornal católico e monárquico — *O Brasil* — sentiu-se sem garantias para manter o seu periódico e resolveu dirigir-se ao Dr. José Higino, então ministro do Interior e da Justiça, pedindo-as, ante a atitude de arruaceiros que ameaçavam a sua tipografia e jornal, provocando os que ali trabalhavam com vivas à república. Laet ouviu o ministro e concluiu que o governo não podia assegurá-las de maneira eficaz, porém, esclarece ao relatar a entrevista referida, que transparecia, nessa ocasião a bondade no seu semblante, a despeito do desassossego que o atribulava.

CENTENÁRIO DO FALECIMENTO DO MARQUÊS DO PARANÁ

Não se tendo comemorado o *centenário natalício* de Honório Hermeto Carneiro Leão, Visconde e Marquês de Paraná, transcorrido a 11 de janeiro de 1901, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao qual êle pertencera, entendeu de reverenciar-lhe a memória no *centenário do falecimento*.

Estadista dos mais notáveis entre os denominados *Gigantes do Império*, encontrava-se o Marquês de Paraná em «pleno fastígio do poder», quando faleceu a 3 de setembro de 1856.

Para maior realce da efeméride e mais completa apreciação de tão histórica personalidade, o Instituto promoveu uma série de cinco conferências biográficas, realizadas no decurso de 18 de julho a 4 de setembro de 1956 pelos seus associados Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Ministro Alfredo Valladão, Hélio Viana, José de A. Wanderley Pinho e Pedro Calmon, cada um dos quais se ocupou de diferentes períodos da vida do Marquês de Paraná, conforme programa sugerido pelo primeiro citado e conseqüente aprovação do presidente perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Valiosíssima, sem dúvida, foi a contribuição do Arquivo Nacional, que por iniciativa do seu operoso e provecto diretor, Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, com antecedência organizara uma exposição de documentos pertinentes ao vulto em apreço, publicando no *Jornal do Comércio*, em diferentes datas, a partir de 6 de setembro de 1956, nada menos de trinta e cinco artigos, através dos quais não só foi divulgada a catalogação das peças ali existentes, como ainda o inteiro teor de copiosa correspondência epistolar, grande parte da qual se mantinha inédita e só recentemente fôra recolhida àquela repartição pública. É de justiça, portanto, que a tal respeito também seja enaltecido mais êste inestimável auxílio prestado pelo *Jornal do Comércio* às letras históricas brasileiras.

Ao demais, em suas colunas a efeméride foi noticiada com destaque em sucessivas edições, nelas tendo sido publicadas algumas das referidas conferências, bem como um oportuno e bem traçado *Registro* de Humberto Gottuzzo em 5 de setembro, além do erudito artigo — *Honório Hermeto e o Instituto Histórico*, de autoria de um dos seus veteranos colaboradores, nosso 1º secretário Dr. Virgílio Corrêa Filho.

Velando pelas próprias tradições, a Santa Casa de Misericórdia, por determinação de seu ilustre provedor, Ministro Antônio Carlos Lafayette de Andrada, aderindo às homenagens patrocinadas pelo Instituto Histórico, rendeu seu tributo de gratidão a quem também fôra seu provedor. Com êste objetivo, fez celebrar missa votiva em sua tradicional igreja, em 3 de setembro, centenário da morte, e mandou ornamentar o mausoléu do Marquês de Paraná, no Cemitério de S. João Batista, onde, por ordem do Governador Bias Fortes, em nome do Estado de Minas Gerais, foi depositada uma coroa de flores naturais.

Dêses patrióticos preitos igualmente participou o Instituto dos Advogados, cuja fundação Honório Hermeto coadjuvara quando ministro da Justiça, durante a Regência Trina, tendo cabido ao Professor Alfredo Baltazar da Silveira, o encargo de proferir interessante conferência, publicada no *Jornal do Comércio* de 28-10-956.

Entre o que apareceu na imprensa carioca, devem ser mencionadas duas crônicas do *Diário de Notícias*. A primeira, publicada com bastante antecedência, a 8 de abril de 1956, de autoria de R. Magalhães Júnior, intitulada *Um amigo do teatro*, e outra de Manuel Diégues Júnior, em 2 de setembro, sob o título de *Honório Hermeto, o Conciliador*.

Infelizmente, no Congresso Nacional a efeméride em aprêço não despertou o interesse que fôra de se esperar. Apenas no Senado fêz-se ouvir o representante de Pernambuco, Senador Novais Filho, o qual com apoio do seu colega Fernandes Távora, relembrou e teceu elogiosos comentários à política conciliatória e de pacificação incarnada e levada a efeito pelo Marquês de Paraná.

Nesta Capital, nas sessões do Instituto Histórico, fizeram-se representar alguns ministros de Estado, ocorrendo a de encerramento a 4 de setembro, no Palácio Itamarati, onde o orador oficial, o Magnífico Reitor Pedro Calmon, proferiu eloqüente oração sobre *A histórica personalidade do Marquês de Paraná*. Realizada naquele local, sob os auspícios e a presidência do próprio ministro das Relações Exteriores, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a solenidade revestiu-se do maior brilhantismo, dando ensejo a que o Governo Federal assim prestasse o seu concurso e adesão às aludidas comemorações.

Na terra paulistana, em cuja vila de São Sebastião Honório Hermeto iniciou sua carreira em 1826, dando ali as primeiras demonstrações de sua inteireza moral, o centenário de sua morte repercutiu na imprensa da capital, publicando o *Estado de São Paulo*, na edição de 2 de setembro, em página inteira, ornamentada com um dos melhores retratos, a parte propriamente biográfica

da conferência com que o nosso consócio H. C. Leão Teixeira Filho iniciara, em 18 do mês anterior, a série programada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E na mesma edição o referido órgão da imprensa paulista começou a publicar um estudo sobre o mesmo estadista, elaborado pelo Sr. Sebastião Hermeto Jr. e concluído em inúmeros subseqüentes.

Em Minas Gerais, terra natal do Marquês de Paraná, através das colunas do *Diário*, de Belo Horizonte, J. C. de Oliveira Torres lamentou na edição de 4 de setembro que ali não se tivesse programado condigna comemoração à memória de um mineiro que outrora tanto honrara sua província nos mais altos postos do Império. Voltou ao assunto, em outro artigo biográfico, em 19-6-56. E prometeu retornar ao mesmo, parecendo que o seu pronunciamento em boa hora tenha propiciado ali a sessão com que o Instituto Histórico de Minas Gerais afinal houve por bem reverenciar o nome de quem, tendo sido o primeiro mineiro a ocupar a presidência do Conselho de Ministros, com tanta dignidade prestara inestimáveis serviços à Pátria Brasileira.

Em Pernambuco, província presidida e pacificada por Honório Hermeto nos difíceis tempos de 1849-1850, quando ainda ardiam brasileiros da *revolução praieira*, o centênário de sua morte foi oficialmente comemorado. Graças à operosidade e patriótica compreensão do Dr. Jordão Emerenciano, diretor do Arquivo Público Estadual, realizou-se no Recife uma exposição de documentos e retratos do Marquês de Paraná, para cujo êxito concorreram também os nossos consócios Leão Teixeira Filho e Guilherme Auler, o primeiro enviando contribuição iconográfica, e o segundo ali pronunciando uma conferência sobre a presidência de Honório Hermeto em Pernambuco. Esta solenidade foi presidida pelo governador General Cordeiro de Faria, que também inaugurou e muito se interessou pelo aludido certame documental. As homenagens pernambucanas tiveram a adesão da Assembléia Legislativa, do Instituto Arqueológico e da Academia de Letras, bem como representantes de todos os jornais locais. No Estado do Rio, província igualmente presidida por Honório Hermeto durante o revolucionário ano de 1842, e na qual além de fazendeiro ele exercitou acentuada influência política, inclusive auxiliando a fundação de Petrópolis, em cujo desenvolvimento também cooperou, coube ao Instituto Histórico daquela cidade tributar expressiva reverência à sua personalidade.

Ali também se realizou uma exposição semelhante à levada a efeito no Recife, e bem assim uma sessão especial do respectivo Instituto, na qual o vice-presidente H. C. Leão Teixeira Filho discorreu sobre *Honório Hermeto na fundação de Petrópolis, e alguns traços de sua personalidade*. Referida solenidade teve lugar

no Museu Imperial, onde no dia do centenário o busto de Honório Hermeto foi carinhosamente ornamentado por ordem do respectivo diretor, nosso consócio Sr. Francisco Marques dos Santos. Em Petrópolis, boa contribuição foi feita através de artigos na imprensa local, publicando-se na *Tribuna de Petrópolis* amplo noticiário em várias edições. Houve ainda um voto de reverência na Câmara Municipal. No Estado do Paraná, antiga comarca paulista de Curitiba, cuja elevação à categoria de província fôra em 1850 decisivamente impulsionada pelo futuro Marquês de Paraná, e cuja instalação por coincidência ocorreria quando o referido estadista, então Visconde de Paraná, se encontrasse na presidência do Conselho de Ministros, também não foram olvidados os seus serviços, tendo cabido ao Sr. Martins Franco a elaboração de uma monografia sobre o grande vulto.

A transcrição que aqui se faz do artigo de J. de Alencar e do discurso biográfico de Paraná — é em homenagem àquele grande vulto da política brasileira e ao seu primeiro biógrafo.
— C.D.R.

O MARQUÊS DE PARANÁ

Traços biográficos

JOSÉ DE ALENCAR (*)

AO LEITOR

Este esboço biográfico do marquês de Paraná foi escrito ao correr da pena, sob a impressão da notícia de sua morte.

Não pode por isso ser completo, e abranger todos os atos da vida pública do distinto estadista; entretanto julgo ter descrito com imparcialidade os fatos mais salientes, assim como os traços mais pronunciados do seu caráter, como homem e como político.

A primeira parte dêste trabalho foi feita sôbre os esclarecimentos dados por um ilustre amigo e companheiro político do marquês; sem êstes apontamentos não poderia de certo apreciar aquela época, e descrevê-la com exatidão.

Algum dia talvez retoque êste esboço, e o complete com um estudo mais perfeito da vida parlamentar do marquês de Paraná, assim como de sua missão ao Rio da Prata.

5 de setembro.

J. DE ALENCAR.

(*) Reprodução do trabalho publicado em 1856 impresso na "Tipografia do Diário".

Um dos caracteres mais notáveis do Brasil, um dos homens mais ilustres da história contemporânea, acaba de desaparecer justamente no momento em que todo o país, atento, esperava a última fase dessa transição política, que o grande estadista havia dirigido com aquela atividade incansável e aquela poderosa energia, que revelara em tôdas as circunstâncias de sua vida.

A sua carreira brilhante, à qual se acham intimamente ligados os acontecimentos mais importantes da nossa história, terminou, como havia começado; alguns dias bastaram em 1832 para elevar o simples deputado, o moço quase desconhecido, ao ministério e à posição de um dos membros mais proeminentes do partido moderado; alguns dias foram bastantes em 1856 para cortar essa existência notável, quando se achava no apogeu de toda a sua glória e de todo o seu prestígio.

Vamos percorrer rapidamente, ainda sob a impressão do acontecimento, as páginas dessa vida, que durante o espaço dos últimos vinte e quatro anos são também as páginas da nossa história; poucos homens talvez neste tempo tenham-se identificado tanto com os acontecimentos políticos do país.

Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná, nasceu na província de Minas Gerais, vila de Jacuí, em 11 de janeiro de 1801; era filho legítimo do Coronel Nicolau Netto Carneiro Leão e de sua primeira mulher, cujo nome ignoramos (1).

Tendo estudado com bastante aproveitamento as humanidades, em que então se distinguiam os estabelecimentos de instrução secundária de sua província, partiu em 1820 para a universidade de Coimbra onde tomou o grau de bacharel em direito no ano de 1825.

Nomeado juiz de fora de S. Sebastião, em 1826, serviu depois diversos lugares de magistratura, como os de auditor de marinha e ouvidor do Rio de Janeiro, e no fim de três ou quatro anos de exercício foi elevado ao cargo de desembargador da relação de Pernambuco com exercício na desta côrte; na ocasião, em

O
MARQUEZ DE PARANÁ.

TRAÇOS BIOGRAPHICOS

(Publicados no *Diário*.)



RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA DO DIÁRIO

1856.



Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná)

que devia entrar para o Supremo Tribunal de Justiça, como lho vedasse pela lei a sua qualidade de conselheiro de estado, aposentou-se (2).

Percorreu por conseguinte na carreira da magistratura todos os cargos e todas as honras, faltando-lhe unicamente o último degrau da hierarquia judiciária, que não atingiu, porque já então o estadista dominava o magistrado, o homem político fazia desapparecer o juiz.

Foi no ano de 1830, nessa época de exaltação e entusiasmo, que pela primeira vez appareceu na cena política; o grande partido moderado, dirigido por Evaristo Ferreira da Veiga, dominava a situação; a elle pertencia toda essa plêiade illustre de homens políticos, como Tôrres, Costa Carvalho, Vergueiro, Limpo de Abreu, Paula Sousa, Alencar, Vasconcelos, Feijó, José Bento, e outros; todos esses nomes, que depois vieram a figurar tanto na história do nosso país.

Eleito deputado por Minas à segunda legislatura, que começou a funcionar neste mesmo ano de 1830, Honório Hermeto Carneiro Leão ligou-se ao partido moderado; apesar de não ser orador, a sua actividade e energia, a sua dialéctica cerrada, o distinguiram logo entre os seus colegas; a argumentação supria a belleza da forma e a facilidade da elocução; a tenacidade e a constância davam ao seu pensamento essa força de persuasão que dispensa sobretudo nas grandes occasiões os ornatos e as flôres da eloquência.

Entretanto a circumstância não era favorável para uma ambição nascente; o partido moderado, além dessa plêiade illustre de que falamos, tinha à sua frente Evaristo, uma das mais elevadas intelligências, uma glória brilhante que obscurecia com o seu talento de escritor, e a sua profundeza de chefe político, todas essas aspirações que só mais tarde puderam elevar-se à altura do seu merecimento.

O campeão nòvel que entrava na liça, embora houvesse revelado immediatamente um carácter notável, não podia contudo deixar de soffrer a influencia que exerciam outros nomes sobre a opinião; a popularidade que acompanhava as reputações já feitas, como o rastro luminoso dos astros na sua ascensão, não viu no deputado obscuro o futuro ministro de uma política criada por elle.

Os homens daquela época lembram-se ainda de um moço pobre e sem prestigio, em quem seus amigos reconheciam talento, mas a quem de certo não julgavam destinado a traçar em vinte annos essa existencia brilhante, cheia de lutas, de emoções, e de glórias, que acaba de extinguir-se quase de repente, deixando o país tão surpreso do seu desaparecimento, como de sua rápida progressão.

Durante dois anos gastos a conquistar palmo a palmo uma posição a que tinha direito, Honório Hermeto Carneiro Leão estudou naturalmente as circunstâncias do país e mediu talvez as suas forças para essa luta de ambição, que ia travar com o futuro.

Chegou finalmente o memorável dia 30 de julho de 1832, uma das datas mais célebres do Brasil; não entraremos no alcance político dos acontecimentos, que então se passaram; somos historiador, e como tal apenas consignaremos os fatos e as suas consequências, deixando que a posteridade julgue de que lado estava a razão e a justiça.

É bem conhecida essa página dos nossos annaes; o partido liberal, reconhecendo a necessidade de reformar a lei fundamental, deliberou que a Câmara dos Deputados se declarasse em convenção nacional, e promulgasse em nome da nação a nova constituição, que dizem já se achava elaborada com antecedência (3).

Todo o partido aderiu a esse plano ousado, e H. H. Carneiro Leão, como um dos membros consultados, não se opôs; planejada assim essa grande revolução constitucional, marcou-se para a sua realização o dia 30 de julho.

Quais seriam as consequências desse ato nos destinos do Brasil, qual a influência, que elle devia ter na história, são questões que não desejamos aventar; alguns enxergavam um futuro assustador, outros viam o único meio de salvar o país; para decidir entre essas duas opiniões, seria necessário interrogar a consciência dos seus autores e poder adivinhar a tendência, que tomariam as idéias.

Passemos pois sobre esta circunstância, que não diminui o merecimento do homem, cuja vida esboçamos, nessa quadra notável de sua carreira; quaisquer que fôsem os resultados da convenção, o seu procedimento como homem político, e como filho de sua convicção é um ato que o illustrou.

Apesar de haver aderido ao plano da convenção, H. H. Carneiro Leão apresentou-se na sessão de 30 de julho resolvido a combatê-lo; separou-se dos seus antigos aliados, e pronunciou-se com tanta firmeza e energia contra o projeto, que conseguiu produzir na maioria um fracionamento, que, ligando-se à opposição, suplantou o partido moderado, e rejeitou a idéia da reforma constitucional.

Dêste fato data propriamente a influência de Honório Hermeto Carneiro Leão; sua decisão, o seu pronunciamento franco e enérgico, e sobretudo o feliz resultado de que foi coroada sua iniciativa, o collocaram immediatamente à frente do novo partido que havia organizado, porque era de fato um novo partido este

que se havia formado da fusão dos oposicionistas com os liberais divergentes.

Tornou-se pois o homem da situação; e depois do famoso ministério de quarenta dias, foi chamado para fazer parte do gabinete de setembro, em que ocupou a pasta da justiça (4).

Contava então pouco mais de trinta e um anos; seu caráter independente, que se havia revelado bem claramente no curto espaço de sua vida política, tornou-se ainda mais notável no ministério; desde o comêço mostrou que não aceitaria imposições, nem governaria por direções estranhas.

Era ainda muito moço na vida e na política, para que seus antigos chefes se resignassem a ceder-lhe o primeiro lugar, e a trabalhar sob as suas vistas; daí proveio uma divergência entre o novo ministro da justiça e os homens que dirigiam a onipotente maioria. A sedição de Minas, à testa da qual achava-se um seu cunhado, serviu de pretexto aos governistas para hostilidades que o obrigaram a pedir a sua demissão, depois de ler o relatório de sua repartição, em que, com o estilo vigoroso que sempre o caracterizou, sustentava a necessidade de reformas no sentido de dar mais força à autoridade (5).

Assim, apesar da situação que êle criara, e que elevou ao poder os homens da maioria, foi repellido por êles, e o ódio político dos seus antigos aliados chegou a tal ponto que reuniram os eleitores mineiros para cassarem o diploma do homem que acabava de obter a mais brilhante reeleição (6).

Nem por isso H.H. Carneiro Leão renunciou as suas opiniões de liberalismo moderado; e quando em 1834 a morte de D. Pedro I, aniquilando as esperanças de uns e os receios de outros, destruiu a barreira que dividia os antigos partidos, o seu talento para aproveitar os menores incidentes, e a sua energia nas grandes ocasiões, deram-lhe uma posição eminente nesta câmara poderosa, que obrigava a retirar-se da regência o homem que ela mesma elevava.

Organizou-se então o célebre gabinete de 19 de setembro de 1837; e nesta ocasião deu H.H. Carneiro Leão uma prova de sua penetração de homem político; desdenhando o prestígio de uma pasta, preferiu conservar-se na câmara como chefe da maioria, e dominar o ministério desta posição respeitável que o seu talento e a sua influência então decisiva lhe asseguravam.

Iniciando-se em 1840 o projeto da maioridade, combateu-o apresentando outro com uma reforma na constituição; repentinamente porém o retirou sem prévio acôrdo com o gabinete, talvez por uma dessas resoluções prontas e decisivas, que o seu espirito

previdente e a sua firmeza de vontade lhe faziam tomar muitas vezes.

Dêste fato resultou a indecisão que mostrou o govêrno do regente nesse periodo, e a lei que declarou a maioria, e inaugurou o reinado atual em 23 de julho de 1840.

A mudança de politica que então se deu, colocou-o na opposição, onde sob uma fase diferente teve ainda occasião de dar provas de sua firmeza e actividade; naqueles tempos em que a opposição não era como hoje, um simples descontentamento, mas uma luta tenaz e constante, o seu espirito revelou todos os recursos de um hábil politico.

Com a entrada do ministério de 1841 recuperou a sua posição de chefe da maioria, e distinguuiu-se como presidente do Rio de Janeiro, combatendo a rebelião de 1842, e foi nessa época nomeado senador e conselheiro de estado: a provincia ainda conserva a lembrança dos beneficios que deve a sua administração vigorosa (7).

Sendo encarregado de organizar um novo ministério em 20 de janeiro de 1843, occupou nêle a pasta da justiça, e depois a de estrangeiros, até fevereiro de 1844, em que fêz apparecer a questão de gabinete que mudou novamente a politica do país (8).

Voltou então à opposição, e nela manteve-se sempre firme até a elevação do ministério de 29 de setembro de 1848, ao qual prestou serviços relevantes com a sua presidência de Pernambuco em 1849, e com a sua missão ao Rio da Prata em 1851.

Resta-nos agora a segunda parte dessa vida illustre começada no ministério de 7 de setembro de 1853, a qual vamos esboçar da melhor maneira que nos fôr possível; é a história dos últimos tempos, cuja memória é ainda bem recente (8 bis).

Durante o periodo que acabamos de percorrer, e na carreira de parlamentar, o seu nome se acha registrado em todos os atos legislativos de alguma importância; fêz parte da comissão encarregada dos trabalhos para a confecção da célebre lei de 3 de dezembro de 1841, e foi um dos seus mais estrênuos defensores.

Teve o officialato do Cruzeiro em 1841 e a grã-cruz de Cristo em 1850; em 1843 recusou a grã-cruz da Legião de França, e foi ultimamente agraciado com a grã-cruz da Ordem da Conceição de Portugal (9).

Aqui termina a biografia de Honório Hermeto Carneiro Leão, o ministro enérgico, o parlamentar illustre; começa porém a história do visconde e marquês de Paraná, o estadista profundo, que, dominando a situação, inaugurou no país uma nova politica, e realizou o benéfico pensamento da coroa no meio das lutas e difficuldades que só à sua coragem e energia seriam capazes de vencer (10).

II

Quando, em 5 de setembro de 1853, o Visconde de Paraná foi chamado para a organização de um novo ministério, a política do país, essa política, que desde 1830 tinha dominado inteiramente o espírito público, estava de todo gasta.

A luta, que durante tantos anos havia animado com a sua agitação febril as questões de governo e administração, desaparecia, deixando após si a reação, e com ela o letargo de todas as paixões políticas, a descrença nos poucos princípios que haviam servido de norma e de programa às diversas opiniões.

Um dos dois partidos, enfraquecido, decomposto, sem harmonia e sem ligação, havia tudo perdido, até o nome que o distinguia; alguns homens notáveis pela sua influência passada, restos de um grande núcleo, lembravam ainda, como hoje, êsses liberais ilustres que haviam dirigido os negócios do país durante os primeiros anos de sua organização, e inaugurado por uma revolução legal o reinado atual.

Era um grande e nobre partido êsse, que tinha deixado impressa a sua influência, como o cunho da liberdade, nos mais importantes acontecimentos do Brasil; que tinha salvado a monarquia em 1831 e feito a maioridade em 1840.

Entretanto, apesar dessas glórias passadas de que apenas restavam alguns vultos respeitáveis que se destacavam no meio do ceticismo geral, o partido liberal estava quase que extinto, embora suas idéias subsistissem; a oposição tinha desaparecido da imprensa e da tribuna, e deixara o lugar à calma e à indiferença.

O outro partido, saciado do poder depois de uma longa administração, fatigado igualmente das lutas que por tanto tempo haviam agitado o país, não tendo sequer a oposição para reanimá-lo e dar-lhe nova força e novo vigor, parecia considerar a sua missão terminada.

Havia dois anos, um de seus chefes mais ilustres, o conselheiro Euzébio de Queirós, depois de ter executado com uma energia extraordinária a sua grande obra da extinção do tráfico, e haver dotado o país com algumas reformas úteis da organização judiciária, tinha espontaneamente renunciado ao poder, e afastou-se de algum modo da política.

O Visconde de Itaboraí, continuador dêsse ministério de 1848 formado dos mais legítimos representantes das idéias do partido conservador, depois de uma curta administração, reconheceu de certo que a política até então seguida já não achava apoio nem na opinião pública, nem mesmo na dedicação daqueles que a tinham sempre acompanhado.

O hábil estadista estudou a situação; e, sentindo que cinco anos de poder não disputado, que o amortecimento dos antigos ódios e hostilidades, que o cansaço e a fadiga dos espiritos iam operando uma mudança radical no estado de coisas; resolveu retirar-se do governo, e deixar o país seguir livremente o impulso das idéias; contrariá-lo não seria útil, nem prudente.

Foi neste momento, na situação delicada que acabamos de descrever, no comêço de uma crise importante pelas suas consequências e pelo futuro que dependia todo dela, que foi incumbida a organização de um novo ministério a Honório Hermeto Carneiro Leão, nomeado Visconde de Paraná em 1852.

O prestígio imenso que cercava êsse nome, que o título não obscurecera, a força de vontade e energia dêste caráter provado nas lutas de um passado cheio de convulsões, e sobretudo a lembrança dos esforços que na sua presidência de Pernambuco empregara para acalmar os ânimos e restabelecer a tranquilidade. o tornavam o homem mais próprio, senão o único habilitado a assumir o poder nesta ocasião, e a realizar as vistas do governo imperial.

Chamar os liberais seria uma transição brusca, perigosa no momento de uma crise, e prejudicial ao país, visto que tornar-se-ia necessário reconstruir o partido que se achava inteiramente desorganizado, e produzir portanto uma alteração radical no pessoal da administração: além de que a opinião liberal não era a expressão justa das necessidades daquela época.

Quanto ao outro partido já mostramos como êle havia de alguma maneira resignado o poder; seus principais chefes Euzebio de Queirós, Marquês de Monte Alegre, Visconde de Itaboraí, e Visconde de Uruguai, membros dos dois últimos ministérios conservadores, não podiam mesmo que o quisessem trair o passado ainda muito recente.

Só havia pois um homem feito para a situação era aquêlê que, possuindo como seus companheiros o grande talento de imprimir a direção à política, tinha sôbre êles a superioridade incontestável de ter estado fora do ministério dez anos, de ter deixado esquecer os ódios pessoais, conservando apenas a glória do seu passado e a influência de sua posição; era pois um nome antigo pelo prestígio, novo pelas circunstâncias especiais em que se achava.

Assumindo a grande responsabilidade da política que devia seguir, e do pensamento que se propunha realizar, o Marquês de Paraná calculou naturalmente todos os embaraços e dificuldades com que teria de lutar; mas os dois traços característicos do seu gênio eram a coragem para a resolução, e a nergia para

a luta; compreendeu a situação e aceitou o mandato que S.M. lhe confiou no dia 5 de setembro de 1853.

Nem se pense que por ser a época filha de uma tendência natural das idéias, a sua direção era fácil; ao contrário justamente essa razão a tornava bem melindrosa, pois que o menor erro, a mais leve imprudência, chocando êsse impulso do espírito público, podia trazer uma reação, que faria reviver com mais vigor o fogo das paixões políticas apenas sopitado sob essas aparências de atonia e indiferentismo.

É certo que o homem chamado então a dirigir os negócios públicos não tinha a criar um novo sistema de política, como se pretendeu, visto que o sistema estava nas coisas e não no pensamento; a coroa o tinha manifestado, e todos o sentiam, o achavam mais ou menos no seu espírito, como a revelação de uma necessidade indeclinável.

Mas também é verdade que a tarefa do governo era ainda mais difícil e mais delicada, do que a de organizar um sistema nas circunstâncias ordinárias, e applicá-lo; porque era preciso para auxiliar essa crise salutar que se operava nas coisas, atender aos menores accidentes, conciliar tôdas as ambições, acalmar alguns despeitos, neutralizar enfim tôdas as causas que podiam obstar ao desenvolvimento dessa transição lenta, por meio da qual o país devia passar de um período de organização a um futuro de progresso e melhoramentos.

A primeira dificuldade séria que o Marquês de Paraná teve de vencer foi a da formação dêsse ministério que devia acompanhá-lo na grande obra da regeneração política do país; e identificar-se com o seu pensamento para levar ao cabo a missão que empreendera.

Naturalmente no primeiro momento lançou os olhos em torno de si, e procurou nomes, nomes que pela sua áurea e pela sua popularidade servissem de garantia à lealdade dos seus compromissos; mas todos êsses nomes impossíveis na ocasião para a direção da política, o eram igualmente para a aceitação do pensamento dominante.

Um só dêsses nomes se lhe apresentou, despido daquelas circunstâncias e ao contrário talhado para a época; foi o de seu antigo companheiro de 1830, de seu amigo de sempre, do homem que em 1831 havia ditado a célebre representação dos 23 deputados e um senador, enquanto êle a escrevia com o seu próprio punho; falamos do Visconde de Abaeté (11).

Era quanto lhe bastava a êle que tinha nome suficiente não só para um ministro, mas para um ministério, para um partido inteiro; confiou as outras pastas a homens novos, mas que se haviam distinguido no parlamento e na administração, que lhe

traziam o poderoso auxílio de suas inteligências, e que, livres de compromissos, podiam aceitar lealmente o pensamento da nova politica.

Organizado assim o ministério, e vencida a primeira dificuldade, outra mais grave se apresentava, filha da posição de uma câmara eleita em 1852 ainda sob a pressão do espirito de partido, e que por conseguinte não podia receber favoravelmente essa mudança, que, embora se houvesse operado na opinião, não tinha contudo tido tempo de reagir sobre a representação nacional.

A situação da câmara em face do novo gabinete é bastante conhecida: concentrando-se inteiramente em uma expectativa, que era ao mesmo tempo prudência e inação, ocultava entretanto sob essa superficie calma uma fermentação surda, que podia desvanecer-se, mas que podia também fazer uma explosão terrível, se fôsse comprimida.

Os chefes do partido conservador, honra lhes seja feita, deixaram o campo livre; não aprovaram talvez, porém também não deram a menor demonstração de que estavam dispostos a combater a marcha do ministério.

Quanto aos partidistas, êstes oscilavam; uns estavam resolvidos a atacar quando chegasse a ocasião oportuna, outros, faltando-lhes a direção dos seus chefes, cediam à influência prestigiosa que exercia em tôrno de si o homem que se achava à testa dos negócios públicos, influência aumentada pelas circunstâncias do momento.

Nessa situação apresentou-se o Marquês de Paraná no seio da representação nacional, para declarar o programa da administração que ia encetar; a tarefa era difícil, para não dizer impossível, pois resumia-se em anunciar à câmara uma politica inteiramente oposta à sua origem, às suas crenças, aos seus interesses, e ao seu futuro.

Politico amestrado à tribuna e à discussão, o presidente do conselho de ministros mediu o alcance dêsse ato e limitou-se no meio de tôdas as sutilezas com que explicou a sua entrada no poder, a uma única palavra — à *conciliação*.

É verdade que esta palavra resumia tôda a situação, e não era senão o eco mais ou menos remoto do pensamento de todos os homens da politica; era o fato palpitante, a fase saliente da época.

Para os liberais ela queria dizer a reabilitação, a participação à vida politica e administrativa de que estavam privados; para os conservadores significava o amortecimento dos ódios, o cansaço da luta, o poder ainda exclusivo mas já calmo e tolerante; para os homens sem princípios pronunciados, para as ambições novas expri-

mia a justa apreciação do mérito e da inteligência sem distinções de partido.

Firmando-se pois nesta simples palavra, e definindo-a em termos vagos, o Marquês de Paraná satisfazia ao menos pelo momento a necessidade do seu programa; elevava um fato à altura de um sistema, e continuava pela dúvida e pela esperança a posição expectante que havia tomado a câmara, e que lhe daria o tempo necessário de obrar.

Sob esta impressão encerrou-se a assembléia geral de 1853, e o presidente do novo gabinete, tendo aplainado o caminho que contava trilhar, via diante de si oito meses, tempo que com a sua energia e atividade lhe bastava para consolidar a sua política, e entrar com vigor e resolução nessa nova senda que abrira com tanta inteligência e perspicácia.

III

A tendência da nova política inaugurada pelo Marquês de Paraná manifestou-se lentamente.

A prudência não permitia, nas circunstâncias em que se achava o país, uma transição rápida e inesperada; convinha mais acompanhar a marcha das coisas do que precipitá-la, procurando imprimir-lhe um impulso mais forte do que exigia a crise do momento.

O influxo benéfico das idéias do govêrno revelou-se principalmente na reanimação da opinião liberal, que se achava comprimida e havia quase desaparecido da cena política; o desengano, o desânimo que pouco a pouco tinha sufocado a opposição, passou e deixou o lugar a uma esperança vaga, indecisa, que receiava manifestar-se e temia comprometer-se.

O partido liberal continuou, é verdade, no mesmo estado de dispersão; os chefes tinham desamparado o seu pôsto e sua falta de direção foi causa de uma inversão de idéias, de uma contradição de princípios, que ultimamente se notava nos atos da opposição, principalmente nas duas províncias de S. Paulo e Pernambuco.

Mas, apesar disso, os representantes mais notáveis dessas idéias receberam a influência que começava a produzir a nova marcha da política; alguns duvidavam do cumprimento do programa, no qual a triste experiência do passado apenas lhe deixava entrever um sistema de interesses individuais, e não uma idéia de utilidade geral: outros menos céticos aceitavam a iniciativa que tomara o Marquês de Paraná e confiavam no futuro.

Muitos liberais foram chamados a ocupar cargos de importância na administração; não quebrou-se de todo, mas distendeu-

se quanto era possível êsse círculo de ferro que comprimia as inteligências do país; modificou-se o dogma da antiga política intolerante, que mandava calcular o merecimento pelo nome e não o nome pelo merecimento.

É bem recente ainda o despeito que acolheu êsses primeiros atos da administração do Marquês de Paraná e o desdem que se mostrava por aquêles homens do partido liberal, que, ou pela confiança pessoal que lhes inspirava a lealdade do ministro que se achava à testa do gabinete, ou por qualquer outra razão que não nos cabe indagar, tinham sido os primeiros a dar a sua plena adesão.

A opinião apelidou-os de *conciliados*, palavra que exprimia, não a conseqüência legítima de um fato, mas uma espécie de transação pouco airosa para o que a aceitava, e pouco digna para o govêrno que a propunha; porque era ao mesmo tempo deslealdade e fraqueza.

Para os liberais que viam os homens de sua crença separarem-se da posição de expectativa, em que julgavam dever conservar-se, e receber sem garantias formais uma transação tôda pessoal, que não trazia nenhum benefício ao partido; havia neste ato uma deslealdade, uma apostasia política.

Para os conservadores puros, os homens que, apesar de terem reconhecido que o seu tempo havia passado, não podiam resignar-se de todo a abandonar as posições oficiais e a ver proclamado o princípio da livre concorrência do mérito e do talento; a conciliação era uma fraqueza do govêrno.

Apenas alguns homens de um e outro partido, que pela sua posição e pela sua nobreza de caráter estavam acima dessas mesquinhas rivalidades e dessas pequenas ambições que temem os competidores, conservavam-se indiferentes neste juízo que se fazia geralmente da aplicação da política conciliadora.

Hoje que a lembrança ainda bem viva dêstes atos pertence de algum modo à história pela morte daquele que representou nêles o mais importante papel, podemos, sem faltar à imparcialidade, julgar severamente os fatos e enunciar a nossa opinião sôbre essa fase da administração do Marquês de Paraná, injustamente apreciada.

O espirito público, que considerava a realização do programa conciliador como uma política pessoal e de alguma maneira reprovava pelo descontentamento essa marcha do ministério, era exato na existência do fato, mas injusto na sua verdadeira apreciação.

Sim; a política dos primeiros tempos do ministério de 7 de setembro de 1853 era uma política quase tôda individual, uma política adaptada às ambições, aos despeitos, aos caprichos, às novas adesões; e é precisamente êste o maior título de glória

para o homem que conseguiu realizá-la com tanta energia como talento.

É necessário refletir bem na situação em que se achava o país, para compreender que só havia um meio de operar a transição da política; e este meio era fazer com que os homens que exerciam algum prestígio sobre a população acompanhassem o movimento das idéias.

Os nossos partidos, força é confessá-lo, nunca tiveram princípios bem pronunciados; e naquele tempo mais do que nunca certos dogmas de um e outro lado pareciam senão prescritos, ao menos esquecidos ou modificados; os nomes eram os únicos símbolos das duas opiniões que por muito tempo dividiram o país.

Não devíamos talvez dizê-lo, mas aqui somos historiador, e a experiência do passado servirá de lição para o futuro; quem tiver estudado os últimos vinte anos da nossa política há de ter visto que o nome de Paula Sousa, ou de Vasconcelos, por exemplo, tinha mais partidistas no Brasil, do que o princípio da descentralização administrativa, ou outro qualquer desses poucos que distinguiam os partidos.

Nesse estado de coisas era possível um sistema doutrinário de política, um programa de princípios novos? Qual seria a força capaz de incutir de repente na opinião pública, e no momento de uma crise delicada a necessidade dessas idéias que fôsem professadas pelo ministério?

As idéias não se inoculam na população como o vírus no corpo humano: é preciso o tempo, a discussão, a propaganda, para que a pouco e pouco se comunique ao espírito público o pensamento que o estadista formula no seu gabinete sobre as necessidades do país.

Demais, era altamente imprudente, no momento em que a exacerbação das paixões políticas ia-se acalmando, excitá-la de novo, provocando a discussão e o choque das opiniões contrárias sobre as idéias iniciadas, e dando assim alimento a uma combustão, cujas consequências seriam impossível de prever.

E com quem contaria o Marquês de Paraná para a aceitação dessa política regeneradora, para a sustentação desse núcleo de princípios que devia formar um sistema de administração?

O partido conservador receiava-se dele, porque temia que o não despojasse da sua influência; o partido liberal esperava, mas ainda não confiava na lealdade de suas vistas; os indiferentes e os homens novos o seguiam com prudência receiando-se comprometerem-se.

Não havia pois um elo que prendesse fortemente o ministério do país; elevado pela vontade imperial, flutuava sobre a situação,

sem ter um ponto fixo de apoio, onde pudesse firmar a alavanca para abater a velha ordem de coisas, e sôbre as ruínas do passado lançar as bases do futuro.

Outro homem que não tivesse o prestígio, a firmeza de vontade e o talento do Marquês de Paraná, teria governado alguns dias ou alguns meses; e reconhecendo a impossibilidade de continuar, abandonaria o poder e deixaria o país entregue a essas oscilações, cujo resultado ninguém pode avaliar.

Mas êle não era homem para recuar diante de um obstáculo; conheceu que o seu ministério e a sua política só tinha dois apoios, o seu nome e a confiança imperial; e que por consequente era preciso com êstes dois meios firmar a sua influência, consolidar-se, dominar a opinião; terminada essa primeira missão, depois poderia livremente inaugurar uma nova época.

Se aquêles que o julgaram injustamente o acompanhassem na realização dêsse plano ousado, e apreciassem todos os recursos que mostrou nessa política de tiroteios e de guerrilhas, ora conquistando uma adesão valiosa, ora evitando uma defecção ou um descontentamento, e empregando alternativamente a imposição ou a diplomacia; haviam de reconhecer, como nós, que em nenhuma das fases de sua vida o Marquês de Paraná foi tão hábil politico e tão grande estadista como no primeiro ano do seu último ministério.

Aí revelou êle uma qualidade que todos lhe recusavam, a prudência; adquiriu-a talvez à custa de sacrifício e pela fôrça das circunstâncias; os tempos haviam mudado, e o parlamentar arrebatado de 1840, conservando a sua energia, transformara-se no ministro providente.

Vencidas as primeiras dificuldades da sua posição, organizado o seu ministério, e apresentado o seu programa, tratou portanto de ganhar adesões, de formar um apoio no país, de criar senão um partido, pois ainda não era tempo, ao menos de fazer prosélitos.

Procedeu como era possível e como era prudente; conquistou os homens e por êles a opinião, pouco a pouco foram agrupar-se ao redor dêle muitos dos principais membros dos dois partidos, uns espontâneamente, outros arrastados por sua influência; pouco lhe importava que conservassem suas antigas crenças, contanto que aceitassem a sua administração como necessária.

Cada nome que se ligava a êle trazia-lhe naturalmente o apoio de um certo círculo por pequeno que fôsse; eram fracionamentos ainda bem pouco sensíveis dos dois partidos, desmembramentos que não se pronunciavam, mas que acompanhavam o ministério.

O Marquês de Paraná tinha pois conseguido o seu primeiro fim com essa política pessoal, tão falsamente julgada e que não era senão um meio hábil de preparar a sua marcha futura; se houvesse apregoado uma idéia, uma só, qualquer que ela fôsse, teria levantado contra si uma cruzada geral e cairia por falta de apoio.

Ao contrário com o seu sistema atingiu o alvo, promoveu ainda mais a fusão dos partidos; e no meio dêsse amálgama conseguiu criar um núcleo de defensores: finalmente, assim apoiado, colocou-se numa posição superior e manteve os exagerados de ambos os lados pela tendência que podia imprimir à política; os conservadores temiam que, rejeitado por êles, se lançasse nos braços dos liberais, êstes receiavam que, repelindo-o, produzissem a elevação de um ministério exclusivo da opinião oposta.

IV

Pouco mais de um ano foi suficiente para que o gabinete de 7 de setembro de 1853 se consolidasse e firmasse no país a convicção de que tinha força bastante para realizar o seu programa.

O Marquês de Paraná havia chegado a êste grande resultado no meio de circunstâncias bem difíceis; durante a sessão de 1854 teve de lutar no parlamento com uma opposição tanto mais perigosa e enérgica, quanto partia de um homem que conhecia toda a administração financeira do gabinete e que por conseguinte o combatia com as suas próprias armas.

O conselheiro Ferraz, apesar de conservar-se em uma posição isolada, hostilizava a política do governo com todo o talento que sempre mostrou na carreira parlamentar; e era de receiar que essa opposição a princípio individual não achasse eco no meio de uma câmara que apenas tolerava a situação, mas que ainda não a aprovava.

O Marquês de Paraná teve de sustentar essa luta de tribuna; aceitou a discussão; e quaisquer que sejam as censuras que lhe tenham feito pela maneira por que então procedeu, a verdade é que o fim justificou os meios; a protestação vigorosa, virulenta mesmo, com que nesta ocasião respondeu a todas as interpelações que partiram de um ou outro membro da câmara, acalmaram a opposição que parecia dever tomar um caráter decisivo.

Mas nova dificuldade surgiu de repente; a triste solução da questão do Paraguai, devida à pouca energia dos agentes do governo, trazia como que de propósito uma séria complicação à situação já tão melindrosa do ministério.

A quebra que a nossa dignidade de nação independente havia sofrido em frente da Assunção, a ofensa à honra e à soberania

brasileira, dava a essa falta do mandatário do governo toda a importância de uma grande questão de nacionalidade, que colocava o ministério em uma bem triste posição.

A nossa bandeira, o estandarte nacional tinha sido desrespeitado por uma pequena república que o mundo civilizado ainda não contava no grêmio das nações livres e independentes; o nome brasileiro, esse nome que conservávamos puro desde o dia da nossa emancipação política e que se revoltava com um nobre orgulho contra a menor exigência de uma nação poderosa, como a Inglaterra, acabava de sofrer uma afronta do Paraguai.

Os brios nacionais deviam repelir necessariamente uma política e um governo que, pela sua imprevidência ou pela sua infelicidade, condenara o país a passar por uma semelhante humilhação; o ministério compreendia o alcance do fato e temia as suas consequências.

O conselheiro Ferraz aproveitou hábilmente a circunstância e em um discurso pronunciado poucos dias depois da notícia, colocou-se em uma posição superior, defendendo a nacionalidade atacada e mostrando como se haviam realizado todas as suas previsões sobre a política errada do governo nas repúblicas vizinhas.

Aqui, cumpre confessar, a habilidade e o talento do estadista nada podiam fazer; foram as circunstâncias que salvaram o gabinete e sobre tudo a impossibilidade que quase todos reconheciam de formar-se, com os elementos que então existiam, um ministério que aceitasse a responsabilidade das consequências desses acontecimentos que se acabavam de passar.

O que a inteligência do homem político podia fazer, o Marquês de Paraná pôs em prática nesta ocasião, auxiliado por seus colegas; o governo aceitou a solidariedade da política, mas o ministro dos estrangeiros, o Visconde de Abaeté, dando conta à câmara de maneira por que se tinham passado as coisas; e, mostrando como o fato não era a consequência daquela política, mas o resultado accidental de circunstâncias imprevistas, como que tomou sobre si toda a responsabilidade.

Esse procedimento salvava o gabinete tanto quanto era possível, embora sacrificasse o ministro dos estrangeiros, que renunciou a pasta para ir em comissão diplomática ao Rio da Prata reparar os erros cometidos por seus agentes e cuja responsabilidade havia assumido.

Assim desvaneceu-se essa nuvem que parecia dever precipitar o gabinete de 7 de setembro de 1853; o futuro incumbiu-se do resto; e os tratados ultimamente assinados com as repúblicas do Paraguai e da Confederação Argentina, assim como a vinda de um

ministro de Lopez a esta côrte, deram um feliz desenlace a esta questão que havia tomado um caráter tão perigoso, e reabilitaram o govêrno e o ministro de estrangeiros do choque que sofreram.

O ministério continuou o mesmo, com a diferença de dois membros novamente chamados, o Marquês de Caxias e o Conselheiro Wanderley; a política restabeleceu-se do estremecimento que sofrera e pôde desenvolver-se em um campo mais vasto.

A reforma eleitoral foi apresentada ao parlamento; o Marquês de Paraná iniciou-a com um discurso em que, fazendo um rápido esboço do passado, concluia pela necessidade de um sistema de eleições que desse lugar a que tôdas as opiniões do país fôsem representadas no parlamento; êsse sistema no entender do govêrno era a deputação por círculos, acompanhada de certas incompatibilidades que evitassem a concentração do poder legislativo em uma só classe.

A expectação pública foi excitada por esta luta que ia se travar entre o govêrno e a câmara; a apresentação da lei dos círculos, como questão de gabinete era uma espécie de duelo de morte, em que um dos dois campeões devia matar-se por sua própria mão; a câmara não podia aprová-la sem suicidar-se moralmente, o govêrno estava obrigado a vencê-la para salvar-se.

O Marquês de Paraná tinha jogado uma carta arriscada, porque comprometera nela não só a existência do gabinete, mas a situação e talvez o futuro do país; uma derrota na lei de eleições equivalia a uma mudança de política e essa mudança, qualquer que fôsse, significaria a impossibilidade do sistema de conciliação.

Mas êle conhecia o terreno em que pisava; e compreendia que, se o seu prestígio não fôsse capaz de dar-lhe aquela vitória, seria impotente para continuar uma política que não podia manter-se muito tempo no estado dúbio e vacilante em que se achava; era necessário aproveitar as circunstâncias e decidir de uma vez a questão do futuro.

Fôsse pela ameaça de uma dissolução que pesava sôbre o espírito da câmara e que lhe fazia entrever uma eleição tôda no sentido liberal, fôsse porque se favoneassem as esperanças de alguns e os receios de outros, ou porque as opiniões individuais não se animassem a contrariar uma tendência do espírito público; a lei de eleições foi aprovada no seio de uma deputação pela maior parte composta de magistrados.

A Câmara declarou simbolicamente pela sua votação que ela era filha de um passado que não devia voltar, renegou a sua origem, deu uma aprovação plena ao gabinete e identificou-se com êle para realização dessa mesma política que a princípio parecera absurda e impraticável.

A vitória estava ganha; restava ainda o Senado, mas aí sabia-se com antecedência o resultado que depois se obteve; alguns membros protestaram e entre elles o Conselheiro Eusebio de Queiroz que pronunciou um dos mais belos discursos que figuram na série brilhante de sua carreira parlamentar.

Mas o distinto estadista emitia apenas a sua opinião, salvava os seus princípios, a que o silêncio podia fazer dar uma falsa interpretação; era um protesto e não uma opposição que, se entendesse dever fazer, teria com antecedência planejado e dirigido com o mesmo talento que revelara em 1848.

A lei dos círculos garantia o futuro; o Marquês de Paraná por conseguinte não tinha mais que fazer senão manter a situação, conservar o presente, para que a sua obra não fôsse destruída; restava-lhe ainda uma sessão dessa câmara que, apesar da votação que acabava de dar, era uma anomalia da época, um expressão do passado.

Falou-se então em uma dissolução, como a consequência lógica da reforma eleitoral; mas se tal pensamento houve, naturalmente o receio de precipitar os acontecimentos, de abalar o país com uma medida violenta e de promover a luta eleitoral logo depois das impressões contrárias que havia produzido a lei, aconselharam a prudência.

Desde que alcançou o seu fim, a reforma que devia servir de base à nova época, o Marquês de Paraná, como dissemos, tratou de conservar o presente; e para isso continuou ainda a sua política de expectativa, que o havia consolidado no poder e que devia auxiliá-lo até o momento da abertura da assembléia-geral em 1857.

Nas vésperas das eleições, em luta com tôdas essas ambições que queriam saber sôbre que haviam de contar, conduziu com a mesma habilidade o gabinete até quase o momento em que iam encerrar-se as câmaras e que livre de qualquer tropêço podia preparar e dispor o país para levar às urnas um voto que, se não fôsse de todo livre, não seria ao menos exclusivo.

A Providência porém não quis que terminasse a obra que havia começado; reservou talvez para outros essa tarefa importante.

No dia 3 de setembro, no meio da impressão que produzia o triste acontecimento cuja notícia corria a cidade, todos os espiritos se concentravam nessa interrogação do futuro, que exprimia bem a dificuldade da situação: — Quem o substituirá ?

*Breves anotações de H. C. Leão Teixeira Filho a essa Biografia
do Marquês de Paraná*

(1) Enganou-se Alencar quanto ao nome e à patente do pai, o qual chamava-se Antonio Netto Carneiro Leão, era mineiro de Paracatu, filho do capitão de igual nome e de Ana Maria Leme, e faleceu como *tenente-coronel*,

pôsto em que fôra reformado em 1826. No tocante a mãe, chamava-se Joana Severina Augusta, mineira de Vila Rica e filha do capitão Miguel Alves da Costa e Maria Rosa do Espírito Santo.

(2) A promoção a desembargador ocorreu em 1829, mas para a Relação da Bahia e com assento na Casa de Suplicação, na qual serviu até a respectiva extinção, época em que ficou pertencendo à Relação do Rio de Janeiro até ser aposentado como ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

(3) Referência à *Constituição de Pouso-Alegre*, assim denominada por ter sido impressa naquela localidade mineira, na tipografia do *Pregoeiro Constitucional*.

(4) Ministério de 13 de setembro de 1832, ao qual pertenceu até 14 de maio do ano seguinte, tendo como ministros das outras pastas: Vergueiro, Rodrigues Torres, Araújo Viana, Bento da Silva Lisboa e Antero Ferreira de Brito.

(5) *Rebelião de Ouro Preto*, em 1833, durante a qual seu cunhado e primo Manoel Soares do Couto, membro do Conselho da Província, mal inspirado e contra os conselhos de Honório, tornou-se por alguns dias *presidente intruso* de Minas Gerais.

(6) Movimento chefiado por Bernardo de Vasconcelos, para que o eleitorado mineiro revogasse o mandato do deputado Honório Hermeto, que resistiu impavidamente ao vendaval das paixões políticas e afinal, após longos debates e conclusivo parecer aprovado pela Câmara, foi considerado isento de culpa, decidindo-se outrossim pela irrevocabilidade dos mandatos por parte dos eleitores.

(7) Sobre A presidência do Rio de Janeiro em 1842, o autor destas notas publicou documentado relato no *Anuário do Museu Imperial*, vol. VI, ano 1945 (páginas 139 a 167).

(8) O gabinete de 20 de janeiro de 1843, chefiado por Honório Hermeto, então senador e conselheiro de estado, foi incontestavelmente uma das mais notáveis e pujantes organizações ministeriais do 2.º reinado, bastando lembrar que nêle se reuniram três das maiores personalidades políticas do Império: os vindouros *Paraná*, *Itaboraí* e *Uruguai*, eficientemente coadjuvados pelos ministros Silva Maia, Joaquim Francisco Viana e General Salvador José Maciel. O incidente pessoal com Dom Pedro Segundo, motivado pela intransigência de Honório Hermeto ao p'eitear a demissão do inspetor da Alfândega, teve ruidosa repercussão, acarretando completa reviravolta política em consequência da retirada do *Partido Conservador* que, solidarizando-se com o chefe do ministério, largou o poder, do qual ficaria afastado cerca de cinco anos. É portanto de se estranhar, não tenha José de Alencar analisado o acontecimento, passando ao largo num episódio marcante do caráter do biografado, que o próprio Imperador relembriaria mais tarde, ao escrever: o *Paraná não se curvava*.

(8 bis) Embora outros autores também tenram apontado para o ministério a data de 7 de setembro, certo é que a sua nomeação foi no dia 6.

(9) Além das condecorações mencionadas, possuía a gran-cruz da *Águia Branca da Rússia*. Quanto a da *Legião de Honra*, com a qual o Rei Luiz Filipe quisera agraciá-lo em 1843, quando na qualidade de ministro de Estrangeiros Honório Hermeto negociara o casamento do Príncipe de Joinville com a Princesa dona Francisca, irmã de Dom Pedro II, sua recusa inspirou-se em escrúpulos funcionais, consoante alegou, mas também para que a referida honraria fôsse concedida a Bernardo de Vasconcelos, que servira como plenipotenciário no contrato nupcial dos mencionados príncipes, encargo alvitrado pelo próprio Honório com o louvável empenho de aproximar do Imperador o famoso ministro das 9 horas de 1840.

(10) O título de *Marquês* somente lhe seria concedido mais tarde, a 2-12 de 1854, no mesmo decreto em que, naquele natalício do Imperador, igualmente seriam elevados os então *viscondes* de Olinda, Monte Alegre e Alvantes.

(11) Não obstante êsse depoimento de J. de Alencar, alguns historiadores de renome têm atribuído a Evaristo da Veiga a *autoria* da famosa representação dirigida ao Imperador Dom Pedro I e assinada por 23 deputados e um senador: Entre os que, com maior autoridade, assim opinaram encontra-se Basílio de Magalhães, o qual, no entanto, acrescenta haver cabido ao vindouro Marquês de Paraná o árduo encargo de levar tal documento ao Imperador. Bem possível é que, realmente a *redação* tenha sido *concebida* por Evaristo, que escrevia com tanta facilidade e logo após tanto iria distinguir-se como *publicista da Regência*. Não se pode, porém, admitir que José de Alencar, escrevendo muitíssimo mais próximo à época em que ocorreu o episódio, e apoiando-se nos «esclarecimentos dados por ilustre amigo e companheiro político do marquês — que tudo leva a crer, teria sido o próprio Visconde de Abaeté — a êste conferisse, em vida de tantas testemunhas e em páginas de tamanha repercussão, errônea preponderância no acontecimento em aprêço. Assim, parece mais admissível que o jornalista e nável deputado Evaristo haja *redigido* a referida representação, mas que, conforme afirmou J. de Alencar, a outrem, ao vindouro Visconde de Abaeté, então magistrado e deputado mais antigo, houvesse cabido a honra de lê-la e ditá-la, em patriótica reunião, ao jovem deputado Honório Hermeto, incumbido depois de levar o documento ao impetuoso monarca. Como quer que tenha sido, em ambas as versões figura o nome de Honório Hermeto, que no ano seguinte (1832) tornar-se-ia mais conhecido e ascenderia aos bancos ministeriais.

DISCURSO AUTOBIOGRÁFICO, PRONUNCIADO NO
SENADO, PELO ENTÃO VISCONDE DE PARANÁ,
PRESIDENTE DO CONSELHO, NA SESSÃO DE 31 DE
JULHO DE 1854 *

«O SR. VISCONDE DE PARANÁ (*presidente do conselho*): — Sr. presidente, nenhuma intenção eu tinha de fallar nesta 1ª discussão do orçamento do imperio; e não me desviaria deste proposito se tivesse somente de responder a esses convicios e insultos, que de ordinario o nobre senador pelo Rio Grande do Norte procura lançar-me. Pouco me importaria, sr. presidente, mostrar ao nobre senador que tenho os necessarios conhecimentos da historia e sufficiente lição de todas as materias indispensaveis para bem desempenhar o cargo que occupo; pouco me importaria com a arguição de ignorancia, da parte do sr. senador. Ha, porém, certas insinuações, certas allusões, que não é possivel deixar sem resposta.

Se nós não tivessemos jornaes, se essas insinuações ou allusões não passassem desta casa —, tendo eu aqui amigos de quem sou tão conhecido, amigos que desde o principio da minha carreira viveram commigo em intimidade e souberam de todos os meios de que eu podia dispor, não me abaixaria, sr. presidente, porque é realmente abaixar-me a demonstrar que tive á minha disposição esses meios.

Mas, sr. presidente, as asserções do nobre senador não ficam só nesta casa, ellas podem ser lidas em todas as provincias do imperio, e a malignidade pode dizer, se me visse guardar silencio: «Lançou-se em rosto ao ministro que a origem da sua fortuna não era conhecida e elle nada teve a responder».

O nobre senador especula com a posição em que me acho e que me priva de responder-lhe, como talvez devesse; especula com certo acanhamento que cada um deve ter de fallar de si e de

(*) Este discurso, publicado no *Jornal do Commercio* da época, foi muitos anos depois reproduzido integralmente pelo *Jornal do Brasil* de 25-7-1897, quando este brilhante orgão da imprensa brasileira tinha á sua frente o dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira, neto materno do Marquês de Paraná. (H.C.L.T.F.).

entrar em certos detalhes miudos de sua vida privada; e faz tudo isso, sr. presidente, porque conta com o comedimento que me impõe o respeito devido á casa. Parece-me, sr. presidente, que vejo um sectário das doutrinas do D. Basilio da comedia de Beaumarchais; aliás o nobre senador conhece que a calúnia, quando não fere, pelo menos é carvão que tisna.

Vou, sr. presidente, recordar á casa as expressões do nobre senador, e procurarei expor ao senado qual a origem daquillo que hoje possuo: «Nesta posição, sr. presidente, achando-me até o sr. presidente do conselho, orador distincto, etc.... Em que ha aqui motivos de censura? Agora digo eu, vós que independencia tinheis? Vós o que herdastes? Com a differença de que todo o mundo sabe de que fonte proveio o que eu tenho, mas nem todos sabem como é que o sr. presidente do conselho accumulou uma riqueza tão colossal em tão poucos anos? Herdou fortuna de seus paes?»

O que pretendeu o nobre senador com esta insinuação?

Pergunta-se-me, sr. presidente, que independencia tinha eu. Tive sempre a independencia do meu character. (*Apoiados*). Sem ter tido em todos os tempos a fortuna de que hoje disponho, tive sempre a coragem de manifestar as minhas opiniões em todas as épocas, fossem ou não de perigo. (*Apoiados*).

O SR. FERNANDES CHAVES: — É uma verdade.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Não sou como alguns que só têm a coragem do insulto, quando tem a certeza de que nenhum cabello da sua cabeça corre o menor risco.

Agora pelo que toca á pergunta que se me fez: «O que herdaste? o que tendes? Todo mundo não sabe a origem do que possuis». Respondo: Meu pae foi militar, pouco possuía; assim mesmo em sua vida recebi d'elle os meios para minha formatura, e dous pagens, dos quaes conservo um, e outro está fôrro e vive nesta cidade. Falleceu elle em 1846 depois de ter casado seis filhos que teve de dous matrimonios: pouco mais que nada lhe restava, e esse pouco ficou á minha madrastra.

Se, porém, por esta parte nada herdei, todos sabem que por outra alguma cousa recebi e tenho herdado; é sabido que casei-me com minha prima, filha do meu tio o sr. João Netto Carneiro Leme, que negociou por muitos annos nesta cidade, e alguma fortuna possuía. Teve elle aqui em seu começo uma fabrica de preparar arroz; depois negociava em escravos, comprando-os em Valongo, e revendendo-os para Minas e para esta provincia, em pequena escala vendia tambem diamantes por commissão.

Tenho pessoas nesta côrte e nesta casa que o conheceram.

Elle viveu nesta côrte até o anno de 1831, em que se mudou para a cidade de Barbacena; merecia o conceito do sr. Francisco Pereira de Mesquita, tio do actual barão de Bomfim; merecia o conceito dos srs. Thomé Rodrigues de Faria e barão de Guaratiba, com os quaes muitas vezes teve transacções.

O dote que recebi não preciso declarar-o, pois que não devo contas disso a ninguém; basta que diga que apresentei-me na villa de S. Sebastião como juiz de fora, levando commigo oito escravos de minha propriedade (*apoiados*), uma mobília rica para o paiz e uma baixela de prata, tanto para serviço de chá, como de mesa; além disso, tinha deixado alguns vintens em poder de meu sogro, que os poz em rendimento.

Servi em S. Sebastião 18 ou 19 mezes, e fui então despachado ouvidor desta camara.

O logar não era de grande ordenado; mas eu o servi sómente durante 13 ou 14 mezes, occupando conjuntamente, no impedimento do sr. Lopes Gama, o logar de auditor da marinha, reunindo ambos os ordenados e tendo mesmo algumas porcentagens de presas que então se arrematavam; o rendimento de ambos os logares chegava nestas circumstancias para minha subsistencia.

Em 1829 fui despachado desembargador da relação da Bahia, com exercicio na casa da supplicação, e auditor da marinha; fazia 2:000\$ de ordenado.

No anno seguinte, tomei posse do logar de deputado, para que tinha sido eleito em 1828.

Nesse tempo o subsidio de deputado pela provincia de Minas vendia-se com um cambio de 35 40 e 50%; e aproveitei-me disso nos annos de 1830, 1831 e 1832. Vinha eu, pois, a fazer com ordenado de desembargador e subsidio de deputado, quatro contos e tanto.

Aquelles que me conheceram e viram que, quando fui ouvidor desta comarca, morei na cada do sr. barão de Guaratiba pagando 30\$ por mez, que, quando fui ministro de estado, em 1832, morei n'uma casa de 800\$ por anno e logo depois que deixei de ser ministro n'uma outra de Botafogo pela qual pagava 480\$, todos aquellos que viram mais tarde mudar-me para uma casa em Mata-cavillos, pela qual pagava 600\$ e onde me conservei até o fim do anno de 1841, em que fui residir em Nitheroy como presidente do Rio de Janeiro; aquellos que viram a ordem e economia que se dava na minha casa, sabem muito bem que os meus ordenados chegavam para poder passar e que não gastando mais do que elles me rendiam, não tive necessidade de diminuir o meu capital.

E pois repito, que além da mobilia, prata e escravos, tive sempre um capital de que dispor, o qual procurei aproveitar dando-o á premio.

Posso citar os nomes de pessoas de respeito e consideração que o tiveram em suas mãos.

Ao sr. Barreto Pedroso emprestei 3:000\$ a premio em 1829, e elle os conservou até outubro de 1831. O meu amigo e patricio o sr. José Fernandes de Oliveira Penna fez-me o favor de ter a premio desde essa época quantias, ora maiores, ora menores, segundo me convinha. O sr. João Antonio de Lemos, hoje barão do Rio Verde, tambem teve por este tempo algum dinheiro meu em seu poder, creio que 2:400\$000.

Depois, sr. presidente, em 1833 meu sogro, que tinha ido para Minas em 1831, encarregou-me de varias cobranças — e execuções de seus devedores.

Entre esses devedores havia o capitão José Custodio Cotrim que lhe era devedor da quantia de 25:600\$000, com hypotheca sobre seu engenho e escravos, muitos dos quaes tinham-lhe sido vendidos por meu sogro.

Promovendo esta execução chegou ella ao ponto de ter logar a adjudicação do engenho e escravos; e nessa occasião meu sogro por escriptura publica que está annexa aos autos da execução que correu em Maricá me fez cessão dessa divida, não exigindo de mim senão 9 contos pagaveis em dous annos.

Intervieram alguns amigos, e eu compuz-me com o devedor recebendo dinheiro, escravos e outros bens.

Tudo vendi, e no fim dos dous annos paguei a meu sogro os 9 contos, liquidando para mim 16 contos de réis.

O SR. RODRIGUES TORRES: — Apoiado; sei desse facto.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Como a aquisição dessa quantia, o meu capital montava então seguramente a 30:000\$, e provo a existencia desse capital desde o principio do ano de 1834.

Por esse tempo cheguei a ter a premio em mão do sr. Antonio José da Rocha, estabelecido com negocio na rua Direita e travessa da Candelaria 13:000\$; tive em mão dos srs. Penna Santos & C. quantias variaveis, que algumas vezes montaram a 12:000\$; tive em poder do sr. Joaquim Francisco Vianna, e por conta da casa de seus irmãos estabelecidos em Campos, 8:000\$; tive em mão de varios fazendeiros de serra acima, abonados pela firma do sr. José Bernardo Brandão, estabelecido com casa de commissão de café nesta côrte, quantias tambem variaveis, que algumas vezes subiram a mais de 16:000\$000.

Entre esses fazendeiros recordo-me dos nomes dos srs. Domiciano de Oliveira Arruda e Antonio Barbosa da Silva.

No fim do anno de 1835 e principio de 1836 resolvi-me a realizar o pensamento que sempre tive de estabelecer-me com fazenda de cultura de café, pensamento com que fui a Minas em 1831 e que abandonei em 1832, em razão de ter sido nomeado ministro de estado.

Tornando á minha antiga idéa, em 1836 comprei terras quasi incultas, e por isso, e por ser o logar pouco frequentado, por preço modico como consta da respectiva escriptura publica. Essa compra não excedeu ao valor de 4:500\$000.

Fiz posteriormente tres ou quatro outras aquisições de pequenas porções de terreno, e todas estas compras não excederam a 10:000\$000.

Fui, pois, principiar a ser fazendeiro com esse capital, que era por si somente sufficiente para um bom começo, e com outros adjutorios entre os quaes em primeiro logar o serviço de 26 africanos que eu e minha mulher obtivemos; e em segundo logar a minha economia, pois reduzi o mais possivel as minhas despesas e enviei para a fazenda todos os escravos que podia dispensar do meu serviço domestico. E aqui devo observar que sempre vivi economicamente, e que jamais pedi dinheiro emprestado para comer ou despendar improductivamente; quando o pedi emprestado foi para empregal-o com proveito, jamais me conheceu alguem pedindo dinheiro emprestado para comer, vestir, ou despendar em funções ou objectos de luxo.

Como disse, fiz aquisição dessas terras e principiei a cultival-as, tendo comprado por intermedio do sr. Meyrat escravos da fazenda de um suiso fallecido em Cantagallo, e tendo feito arrematação de outros nas praças desta cidade e do Porto da Estrella. Nas compras de terras e escravos, que não fiz de uma vez, mas successivamente e aos poucos, em proporção do recebimento do dinheiro que tinha a premio, absorveu-se afinal todo o meu capital, sem que me desse rendimentos a fazenda, que pelo contrario, precisava ainda de engenho e de outras obras.

Além disso, desejava eu augmentar o numero de braços para o proporcionar ás plantações que tinha feito. Esgotado o meu capital, passei a pedir emprestado, e obtive por intermedio do sr. Getulio um emprestimo de 12 contos do cofre dos orphãos desta corte. Foi isso no anno de 1837, e só vim a saldar esse emprestimo em 1849, isto é, 12 annos depois. Empreguei essa quantia, e no anno seguinte ou no mesmo anno novas necessidades me fizeram pedir emprestado ao mesmo cofre outros 12:000\$ que

obtive por intermedio do meu concunhado o sr. Jeronymo José Teixeira.

Vê-se pois, sr. presidente, que tive para empregar na aquisição da minha fazenda cincoenta e tantos contos de réis; a saber: 30 contos de capital proprio, e 24:600\$ que obtive emprestado do cofre dos orphãos a juros de 6%; isto além dos 26 africanos.

Ora sr. Presidente, quem não sabe que 90% dos proprietarios de serra acima que cultivam café principiaram com muito menor capital, e alguns até trabalhando por seus braços, e que hoje têm fortuna colossaes?

Que muito era pois que eu tivesse prosperado tendo começado com um capital de cincoenta e tantos contos, grande parte dos quaes me pertencia, e pagando do resto juros mui baixos, porque eram de 6%, e o juro não vencia juro; de maneira que, quando em 1851 paguei a ultima porção de 13:000\$, o juro que pagava não correspondia a mais de 3% desse capital? Que muito era, sr. presidente, que nestas circumstancias com a minha economia, com a minha industria, com a boa ordem que sempre reinou em minha casa, eu prosperasse no fim de 18 annos?

E depois, sr. presidente, exaggeram a minha fortuna. Todos sabem que até ao anno de 1847 nada comprei, além das terras em que fundei minha fazenda; começou ella a render alguma cousa desde o anno de 1840, mas tudo quanto até então rendeu voltava, nella mesma era empregado. Em 1847 comprei a meação de uma herança, e della a chacara que hoje possuo; precisei para essa compra de 25:000\$, porque, além da meação, comprei a quota de um dos herdeiros.

Não tinha então mais de 7:000\$ em dinheiro; precisava de mais 18:000\$ que foram tirados do Banco Commercial com a minha firma, e com a do meu amigo o sr. visconde de Condeixa. Para obter esse dinheiro não paguei semelhante premio a ninguem.

Tenho sempre limitado minhas precisões aos meus recursos, e por isso nunca paguei altos juros, sempre obtive dinheiro pelo premio mais baixo da praça, talvez porque sou pontual em pagar o que devo, e todos sabem que o sou tanto como é qualquer negociante acreditado.

Quando comprei essa propriedade, senhores, já tinha colhido em 1846 8.000 arrobas de café, e no anno em que fiz essa compra tinha colhido 9.000; eu contava portanto com os recursos que deviam provir desse rendimento. O nobre senador não me fez semelhante allusão, de que me tenho defendido, de boa fé, o nobre senador frequentava a casa do sr. visconde de Condeixa, elle era franco, e não foi segredo para o nobre senador que eu,

quando tomei para meu correspondente aquelle senhor em 1839, não colhia café algum, era freguez pouco util, mas passei successivamente nos annos seguintes a colher mil e tantas arrobas, 2.000, 3.000, 4.000, 6.000, 8.000 e 9.000. No anno de 1850 colhi 15.000 e no anno de 1852 20.000 arrobas!

E se fiz senhores tão avultada colheita, não é porque tenha empregado grande numero de braços; ha fazendeiros que tem o duplo e ainda mais, e entretanto colhem menos. Não tenho na fazenda mais de 150 escravos entre grandes e pequenos; emprego poucas pessoas livres; pago aos meus escravos o que colhem nos dias de guarda, e o excesso de sua respectiva tarefa nos dias de serviço.

• Em 1850 eu dava a minha fazenda com a reserva de 30 e tantos escravos por 160:000\$ circumstancias fizeram com que não se effectuasse o negocio, hoje senhores, não a dou certamente por essa somma, porque acho que vale muito mais. Não a dou porque apezar de ter morrido um ou outro escravo, tem nascido muito mais do que tem morrido; ainda que seja verdade que isso não compensa o serviço perdido.

Não a venderia hoje por mais 50:000\$, porque teria dificuldade de achar emprego igualmente productivo, e uma vez que os escravos tem hoje valor muito maior do que aquelle que tinham na época a que acima me referi.

Senhores, todos aquelles que vão ás funções da cõrte podem ver a modestia e simplicidade do trajo com que minha familia se apresenta. Minha mulher tem com pouca differença as joias que possuia quando se casou, e será porque lhe eu tenho coarctado os meios? Não, senhores: isto é por sua propria inspiração, é porque ella mesmo resiste a toda a despeza de luxo, porque foi educada com o trabalho, parcimonia e economia, por isso que tem amor a seus filhos e deseja deixar-lhes uma fortuna.

Em 1841, chamo o testemunho do sr. João Pedro da Veiga, tirou ella em uma loteria 4:000\$, empregamol-o em pagar nossas dividas; em 1850 tirou em outra loteria 10:000\$, invoco o mesmo testemunho; empregamol-os primeiro em apolices provinciaes, depois as vendemos; e em 1851 empregamos o producto em pagar o resto que deviamos ao cofre dos orphãos.

É pois, sr. presidente, o espirito de ordem, de trabalho, de economia e o preceito que me tenho sempre imposto de não despender com o meu sustento e morada mais do que a importancia dos meus ordenados e de procurar accumular todos os rendimentos que desde o principio da minha carreira pude ter além dos ordenados, rendimentos que tem sua origem no dote

de minha mulher; são todas essas circumstancias as que concorreram para que hoje esteja em melhor estado de fortuna.

Portanto não tive nenhuma difficuldade em abordar a questão (*apoiados*).

Citei muitos nomes vivos, não lhes pedi licença, mas estou certo de que nenhum mo desmentirá (*apoiados*).

O que é de admirar que eu tivesse podido viver com os meus ordenados quando desde 1830 tive annualmente por ordenado e subsidio 4:000\$ e 4:500\$, recursos algumas vezes augmentados pelo cambio com que recebi o subsidio dos tres annos de que fallei ?!

É verdade que desde o fim de 1841 que fui nomeado presidente do Rio de Janeiro minhas despesas se augmentaram; porém com essa necessidade tive maiores meios; em fevereiro de 1842 fui nomeado conselheiro do Estado, e em maio desse mesmo anno senador.

Os meus ordenados foram então de 7:800\$ annuaes, e desde 1847 em que fui aposentado no logar de desembargador, 8:800\$. Tudo isto não é nada para um dissipador, mas a pessoa que falla a v.ex., sr. presidente, nunca foi na sua vida dissipador. Fui estudante com uma pequena mesada e nunca tive necessidade de incommodar meus companheiros ou amigos, pelo contrario muitas vezes servi a alguns com as minhas meias moedas ou moedas. Ha tambem aqui pessoas que foram de minha intimidade em Coimbra e que podem desmentir-me se ha inexactidão no que digo (*apoiados*).

A' vista disto, sr. presidente, devia eu resentir-me das duvidas que muito de proposito e para fazer effeito ao longe se quiz apresentar sobre a origem de minha fortuna.

Aprecio a honra e fama de probidade mais do que tudo.. Não teria nenhuma necessidade de defender-me, se por ventura a voz do nobre senador ecoasse somente nesta casa, onde tenho muitas tstemunhas para me abonarem; mas quando o que elle diz pode ser lido em Matto Grosso, em Goyaz, etc., quando pode haver alguém que diga — o ministro ouviu estas palavras e não teve factos nem tstemunhas a citar para mostrar a origem licita da sua fortuna; — eu era obrigado a descer a esta narração, que na verdade deve incommodar a casa e a mim. E sr. presidente, esta é a desgraça da situação em que nos achamos (*apoiados*); tenho incorrido no odio do nobre senador, este odio é cego, elle já não se contenta com o que dizia aos outros ministros; já foram corrompidos dous ministerios antes do meu; não se contenta com dizer que somos corrompidos referindo-se aos empregos em que tivemos tal ou qual intervenção e a nossa influencia nos negocios

publicos, hoje vae adiante: pretende fazer insinuações que atacam a probidade individual!

É isto suportavel, senhores? Estarão os ministros nos outros paizes sujeitos a semelhantes apodos e insultos? Não, sr. presidente, nesses paizes há um remedio efficacissimo; é o duello! Mas neste paiz não é costume aceitar duellos, aqui, senhores, aquelles que só têm a coragem do insulto julgam que podemos ficar sendo tidos por homens de brio depois de recusar um desafio.

Qual é pois o recurso que haveria sr. presidente? Correr na rua publica sobre o insolente!... pois que ha irresponsabilidade nesta tribuna. Esta irresponsabilidade não se pôde manter sem respeito mutuo. (*Apoiados*). É necessario que não se conspurque esta casa (*apoiados*) ella tem necessidade de que se respeite a todos os seus membros, não só por elles mesmos, para que este recinto se não torne uma arena de gladiadores, mas tambem no interesse publico; no do paiz sobre o qual lhe cabe vellar. (*Apoiados*).

Ora, esse respeito não existe quando nesta casa pôde impunemente qualquer individuo aventurar insultos dos mais graves que se podem lançar. De que natureza são as insinuações que se contem nas palavras do nobre senador? Podem-se fazer no parlamento sem as provas que as justifiquem?

O homem que sem essas provas, sabendo o contrario as vem fazer não se respeita.

Mas o que devo eu dizer? O sr. senador tem o habito do insulto; a mulher daquelle a quem elle chamava seu pai não escapou a esse habito; nas vespas de morrer o sr. marquez de S. João da Palma, ella recebeu insultos do sr. senador.

O SR. D. MANUEL (*com fôrça*): — É falso. Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Appello para o sr. marquez de Valença.

O SR. PRESIDENTE: — Eu devo observar ao sr. ministro que isso não é objecto da tribuna.

O SR. HOLLANDA CAVALCANTI: — Nem isso, nem o mais que tem dito.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Não duvido que o sr. possa dizer isso...

O SR. HOLLANDA CAVALCANTI: — O nobre senador está lavrando a sua propria sentença.

O SR. PRESIDENTE: — Ordem.

O SR. FERNANDES CHAVES: — O que é triste é um ministro ver-se na necessidade de descer a estes debates. (*Apoiados. Trocam-se differentes apartes. Ha muito sussurro*).

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Quem lavra a sua sentença é aquelle que não se respeita assás, que dirigindo-me insultos me obriga a allegar seus habitos.

Tive sr. presidente necessidade de mostrar que ha o habito de insulto no sr. senador, e que foi esse habito que fez com que elle me dirigisse a aggressão pungente de que fallei. Sr. presidente eu tenho respeitado todos os caracteres, poderei muitas vezes ter commetido excessos, nunca em aggressão, sempre em defesa; nunca ataquei o caracter de alguem de maneira que estabelecesse um muro de bronze entre mim e a pessoa a quem fallava.

Eis, sr. presidente o que me foi necessario dizer. Se a marcha das nossas discussões tivesse sido outra, se os habitos introduzidos nesta casa desde 1850 tivessem sido diversos, nunca me veria na necessidade de discutir estes pontos, nunca me veria na necessidade de repellir insultos desta ordem, e aggreir talvez, contra minha intenção».

HONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO

Marquês de Paraná

Do berço de Jacuí ao fastígio do poder — 1801-1856

Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo sócio benemérito Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, ao abrir-se em 18-7-1956, a série comemorativa do centenário da morte do famoso estadista.

É de ética e bom preceito, ao inaugurar-se um curso ou série de conferências respeitantes a determinado assunto, algo mencionar-se acêrca da respectiva bibliografia.

Cronologicamente, o primeiro biógrafo do Marquês de Paraná foi José de Alencar, cujo trabalho, publicado no *Diário* logo após o falecimento do pranteado chefe da Conciliação, foi depois editado em opúsculo de 33 páginas na tipografia do referido jornal.

É um belo escôrço, notável pelo critério e rapidez com que foi elaborado, e no qual se espelham com exatidão os traços predominantes do biografado e os principais acontecimentos e panoramas em que agiu e avultou tão forte personalidade.

Pouco depois, a 13 do mesmo mês, o *Jornal do Comércio* chamava a atenção dos leitores para um artigo biográfico estampado em suas colunas naquela data, advertindo-lhes ter sido «escrito por uma das nossas mais hábeis penas políticas». E tal anonimato conservar-se-ia durante longos anos, sendo afinal desvendado em 1938, justamente por quem ora o está relembrando. Em contribuição apresentada ao Congresso comemorativo do centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o autor procurou demonstrar que o trabalho em apêço deveria ser atribuído à pena de Justiniano José da Rocha.

E acertou, pois decorrido algum tempo sua afirmação seria irretorquivelmente comprovada. Em poder de Cipriano Lage, neto do Senador Firmino Rodrigues Silva, político e panfletário de renome, existia uma carta do próprio Justiniano, na qual o misivista se confessava autor da misteriosa biografia, que o Marquês

de Caxias lhe dissera haver causado forte impressão a D. Pedro II, então apelidado *Pio Nono* naquela e noutras cartas do afamado jornalista squarema.

Na época em que morreu o Marquês de Paraná muita coisa se escreveu na imprensa a respeito de sua invulgar personalidade e destacada preponderância política, sobressaindo entre tantas publicações um artigo de Nabuco de Araújo, ministro da Justiça, escrito para o *Correio Paulistano* e transcrito na Côrte, no *Correio Mercantil*. Salvo prova em contrário, teriam sido de Paranhos, então ministro dos negócios estrangeiros, os sucessivos artigos assinados com o pseudônimo *Agrippa* no mencionado *Correio Mercantil*, pois o estilo assemelha-se ao seu, a clareza de frase, sem artifícios, lembra a sua oratória, e até algumas citações justas e adequadas, mencionam os autores de sua costumeira preferência.

Ainda no mesmo ano, em sessão magna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizada a 15 de dezembro, coube a Manuel de Araújo Porto Alegre fazer, em longo discurso, o elogio do Marquês de Paraná. Apoiando-se principalmente no aludido trabalho de Justiniano, sem no entanto apontar-lhe o nome, o orador do Instituto, a cujo quadro social pertencia o marquês, deu cabal desempenho à sua missão, burilando louvores com senso artístico, respeito à verdade e vibrante eloquência.

Três anos depois, em 1859, imprimia-se na Bahia, na tipografia de Antônio Olavo da França Guerra, obra de outra espécie, um poema em dez alongados cantos, intitulado *O Marquês de Paraná*, dedicado pelo poeta Manuel Pessoa da Silva ao Imperador, curiosíssimo panegírico em versos eruditos e complicados, acrescidos de numerosas notas explicativas ou indispensáveis à mais fácil compreensão ou decifração de tão entusiástica quão ornamentada arte poética. No gênero, é provável que esse livro, contendo 260 páginas, não encontre similar na historiografia brasileira.

Com o rolar dos tempos, diversos historiadores de renome também se ocuparam do Marquês de Paraná, dentre eles devendo-se apontar: Manuel Joaquim de Macêdo, em *Ano Biográfico*; Pedro Xavier da Veiga, nas *Efemérides Mineiras*; Vieira Fazenda, em sua obra *Os provedores da Santa Casa de Misericórdia*; Eunaipo Deiró — o Timon de *Estadistas e Parlamentares*, ao bosquejar um perfil do Barão de Cotegipe; e mais outros que, no decurso de um século, em biografias e obras concernentes à história imperial, com maior ou menor desenvolvimento, igualmente procuraram retratar quem tanto se elevou no período de 1830 a 1856.

Poucos, porém, o fizeram com tanta viveza e segurança quanto o fez, em diversos capítulos de *Um Estadista do Império*,



Honório Hermeto Carneiro Leão. (Óleo oferecido pela Associação Comercial do Recife). Autor não identificado (1850)

a insuperável mestria de Joaquim Nabuco. Realçando-lhe qualidades e predicados, sem omitir-lhe as falhas ou defeitos, na própria obra consagrada à glorificação paterna, Nabuco não hesitou em considerar o Marquês de Paraná como o *político de maior ascendente no país* ou o *estadista de maior vulto no Império*, culminando em apontá-lo, no final da obra, qual *vassalo igual ao rei*.

Também Euclides da Cunha, em sua admirável síntese *Da Independência à República*, primoroso capítulo de seu livro *A Margem da História*, vislumbrou em luminosa perspectiva a figura empolgante do homem que, durante um quarto de século, exerceu incontestável influência política e social nos mais altos postos da administração, da política e da diplomacia imperial. Apontando e fixando a participação que o Marquês de Paraná teve nas lutas da Regência e nos principais acontecimentos do 2º Reinado até 1856, Euclides da Cunha, em largos traços, não regateou encômios à memória do estadista, concluindo que o *grande homem (Paraná) demarca um trecho decisivo de nossa história constitucional, e centraliza-a; enfeixa as energias do passado, e desencadeia as do futuro; separa duas épocas: foi o ponto culminante do Império*.

Dentre os historiadores que foram contemporâneos e conviveram politicamente com o Marquês de Paraná, dois devem ser especialmente lembrados: Monsenhor Pinto de Campos, biógrafo de Caxias e do Imperador, e João Manuel Pereira da Silva, tanto em sua *História do Brasil de 1831 a 1840*, como em suas *Memórias do Meu Tempo*. Ambos consignaram, nas aludidas obras, achegas e testemunhos que não podem ser menosprezados por quantos tencionem estudar e bem compreender a bela época em que viveu e se distinguiu Honório Hermeto.

Entre os mais antigos historiadores também devem ser lembrados, pelas mesmas razões, os nomes de Moreira de Azevedo, tão meticoloso e probo nos depoimentos, ou Luís de Carvalho Melo Matos com as suas bem cuidadas *Páginas da História Constitucional*, e bem assim os dois Ottonis, isto é, Teófilo com a famosa *Circular aos Eleitores* e Cristiano com sua curiosa *Autobiografia*. A este grupo de historiadores também devem ser arrolados os nomes de Urbano Sabino Pessoa de Melo e Jerônimo Macário Figueira de Melo, no tocante à Revolução Praieira e conseqüente pacificação de Pernambuco; bem como os de Tito Franco de Almeida com *A Grande Política* e a *Biografia do Conselheiro Furtado*, e Tristão de Alencar Araripe com sua valiosa contribuição sobre os sucessos da *Maioridade*.

Continuadores desses, foram indiscutivelmente Escragnolle Dória, com as memoráveis crônicas da *Revista da Semana*, em cujas páginas tantas vêzes relatou interessantes episódios em que

foi parte o Marquês de Paraná, e Agenor De Roure, o qual, entre outros trabalhos valiosos, proferiu, aqui no Instituto, notável conferência sobre o *Ministério da Conciliação*; ou ainda Aureliano Leal em variados estudos de *História Constitucional*, João Pandiá Calógeras, principalmente em sua obra *Da Regência à queda de Rosas*, e Max Fleiuss com sua *História Administrativa do Brasil*. Tornar-se-ia, porém, monótona esta relação, caso pretendesse enfileirar, com minudências, todos quantos, direta ou indiretamente, têm versado sobre a época e o vulto em aprêço. Ao demais, haveria o risco de incorrer-se em omissões imperdoáveis, alongando-se em demasia esta simples resenha, que além de incompleta está naturalmente sujeita a revisão e mais explicitas indicações.

De passagem, entretanto, sejam ainda mencionados dois panfletários de renome no 2º reinado: Sales Tórres Homem, o *Timandro de O libelo do povo* e Firmino Rodrigues Silva, magistrado, jornalista e político *saquarema*, nomes bem acima de outros que, através de publicações apaixonadas, somente sabiam proferir injúrias e mordacidades. Dêsse gênero, o mais habilidoso terá sido *Horácio Cócles*, pseudônimo que, no dizer de José Antônio Soares de Sousa encobriria, em 1849, a irrequieta personalidade de Araújo Porto Alegre.

Dentre os historiadores vivos, e de maior renome, há muito que recolher no tocante à personalidade e à época em que viveu o Marquês de Paraná. À frente dêles inculcam-se merecidamente, os veteranos da velha guarda, tais como o Ministro Tavares de Lyra, autor de tantos trabalhos minuciosos, desde a sua *Contribuição para a biografia do Imperador* até os mais recentes estudos acerca da *Presidência do Conselho de Ministros e do Conselho de Estado*; o mesmo relêvo tem o Ministro Alfredo Valladão, infatigável pesquisador, judicioso analista da nossa formação constitucional, *primus inter pares* nos fastos da Regência, biógrafo esclarecido, inclusive de uma cidade, a sua estremecida Vila da Campanha da Princesa. Ao mesmo plano cultural pertencem Basílio de Magalhães com o seu acervo de estudos e ensinamentos relativos à história e à cultura brasileira, e o velho mestre Afonso de Taunay, escritor infatigável, verdadeiramente enciclopédico, em cujas páginas eruditas e variadas, afora referências nominais ao Marquês de Paraná, encontra-se a história da Fazenda Lordêlo, fundada pelo referido titular à margem do Paraíba, em terras fluminenses e defronte à localidade mineira de Porto Novo do Cunha.

Na geração seguinte, no tocante ao assunto em tela, cabe a primazia aos nomes de Vilhena de Moraes e Wanderley Pinho, biógrafos de Caxias e de Cotegipe, obras em que ressurgem, por vezes, em corpo inteiro, o vulto de Paraná, principalmente através

de suas cartas aos biografados e dos acertados conceitos proferidos por tão probos quão competentes autores. Na mesma altitude paira, naturalmente, Otávio Tarquínio de Sousa, justiceiro historiógrafo de Pedro I, Feijó, Bernardo de Vasconcelos e Evaristo da Veiga, bem como das crises políticas ocorridas em 1832 e 1840, em ambas as quais Honório Hermeto teve ruidosa participação. Ao mesmo grupo pertencem, certamente, Batista Pereira e Gustavo Barroso, pois ambos, em diversas produções, bosquejaram em traços fortes e côres vivas a figura enérgica de Honório Hermeto, ao relatarem memoráveis episódios em que êle tivera magna parte. Outro que também não deve ser omitido é Edmundo da Luz Pinto, o qual em magnífica contribuição ao 3º Congresso de História Nacional, realizado em 1938 em comemoração ao centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em páginas traçadas com mestria e erudição, pôs em relêvo os *Principais Estadistas do Segundo Reinado*, e, salientando dentre êles a proeminência do Marquês de Paraná e do Visconde do Rio Branco, chegou à conclusão de que maior do que êsses dois sòmente teria sido o próprio Imperador.

De permeio a êsses historiadores cumpre mencionar José Antônio Soares de Sousa, biógrafo de seu bisavô Visconde do Uruguai, e que presentemente é um dos mais conhecedores da história diplomática do Império, da qual se tem ocupado em estudos concernentes ao Rio da Prata, onde seu outro bisavô, o futuro Marquês de Paraná, desempenhou com tanta dignidade e sobranceira a missão extraordinária de 1851-52, acêrca da qual êle tem em preparo, preste a vir a público, documentada monografia.

É bem de ver que, da bibliografia assim resumida, sempre hão de ser peças basilares os relatórios apresentados por Honório Hermeto nas vêzes em que foi ministro da Justiça, de Estrangeiros e da Fazenda, bem como nas ocasiões em que presidiu as províncias do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Do mesmo modo deverão ser arrolados os *Anais da Câmara dos Deputados*, desde 1830 até 1841. Mas, o mais difícil será o exame dos seus discursos no Senado Imperial, cujos anais não se imprimiram no decurso de 1840 a 1858, sòmente se podendo contar com as coleções do *Jornal do Comércio*, nem sempre ao alcance de quem as queira consultar. Peça indispensável, pedra angular para quantos almejem conhecer a envergadura do Marquês do Paraná, é o discurso *autobiográfico* por êle pronunciado no Senado em 31 de julho de 1854, e que mais tarde seria reproduzido no *Jornal do Brasil* de 25-7-1897, quando à frente do referido órgão da imprensa carioca se encontrasse seu neto Henrique Carneiro Leão Teixeira.

Este preâmbulo não teria cabimento se apenas fôsse destinado àqueles que, em conferências subseqüentes, hão de abrihantar suas orações com o fulgor de suas inteligências, cultura especializada e indiscutível conhecimento da matéria. Basta lembrar que se acham convidados para as próximas ovações o Ministro Alfredo Valladão e os Professores Hélio Viana, Wanderley Pinho e Pedro Calmon. O primeiro versará sôbre a época das Regências (1831-1840); o segundo a respeito de assuntos em que se tem revelado mestre, apreciará o período de 1840 a 1852, ou seja o que vai da Maioridade do Imperador à completa pacificação do Império; o terceiro cuidará da política e do famoso *Ministério da Conciliação*, (1853-1856); e o quarto, a respeito do qual nada se precisa dizer, com a sua proverbial eloqüência versará sôbre *A histórica personalidade do Marquês do Paraná*, examinada um século após o seu falecimento.

* * *

Desde o primeiro quartel setecentista o sobrenome Carneiro Leão, oriundo de portugueses do Pôrto, começou a ser notado nas Minas Gerais, inscrevendo-se em alguns livros de batismos, matrimônios e óbitos, bem como nos registros de patentes e nombramentos de permeio aos de tantos outros povoadores que, atraídos pela mineração ou conduzidos pelo exercício de funções públicas, então se fixaram e constituíram parentela em diversas paragens mineiras.

Assim, ao começar a segunda metade do referido século, José Carneiro Leão e Manuel Alvares Carneiro, moradores afazendados na freguesia de Curral d'El Rei, já possuíam ali antiguidade e condições para conseguirem, logo em 1751, sesmaria de meia légua em quadra naquelas mesmas terras onde tantos anos após haveria de surgir Belo Horizonte.

Bem mais longe, no extremo ocidental da capitania, chegaria no decênio seguinte o Capitão Antônio Netto Carneiro Leão, estabelecendo-se com sua mulher Anna Maria Leme em Santo Antônio da Manga, primitiva designação das minas e arredores que, sòmente mais tarde, em 1798, seriam elevadas à categoria e denominação de Vila de Paracatu do Príncipe. Na época em que êle demandou êsses confins, cujas minas de ouro a Anhanguera apenas assinalara no seu roteiro de 1725, o arraial, embora já abrigasse considerável população, ainda contava poucos anos de existência legal. Surgira repentinamente, à margem do Córrego Rico, quando em 1731 Felisberto Caldeira Brant, fugindo à Justiça da Comarca do Rio das Mortes, ali havia acampado com numeroso séquito trazido de Goiás, iniciando clandestinamente, naquele e noutros riachos, copiosa extração de ouro. A povoação, originada com aquela gente e tal espírito de aventura, crescera rapidamente, atraindo forasteiros de tôda parte, inclusive da metrópole lusitana, tão depressa se espalhara

aos quatro ventos, em 1744, a notícia de que o bandeirante Rodrigues Frôes, vindo da Bahia legalmente autorizado e bem instruído pelo aludido roteiro, ali apparecera num belo dia, surpreendendo infratores e despertando para a capitania mineira a natural jurisdição em tão longínquo quão rico recanto de seu imenso território.

Espantoso desenvolvimento operou-se, então, naquelas bandas, onde em curto prazo se aglomeraram para mais de 12.000 pessoas de toda espécie e condição. Deslocaram-se para as minas paracatuenses, levando alguns as próprias famílias, inúmeros habitantes da capitania, principalmente dos povoados próximos ao São Francisco, por cujas águas e tributários também se transportaram consecutivas levas da Bahia e de Pernambuco. O ouro farto, que todos colhiam em tantas lavras e córregos, logo proporcionou fortunas consideráveis, dando ensejo a que naqueles sertões se implantasse uma civilização extravagante, algo esplendorosa, com berrantes contrastes de grandezas e pequenezas, em cujo meio, garroteados pelo fisco e cobiçados pelas garras afiadas do Santo Officio, os homens bons ter-se-iam de acautelar, durante vários anos, ante a petulância e audácia de certos elementos malévols, que ali haviam apparecido aos magotes e somente atendiam à lei da força ou poderio das armas. Ainda assim, naquele ambiente agreste e por vêzes turbulento, labutou e conviveu muita gente boa. Na lendária Paracatu dos áureos tempos fíncaram-se as raízes genealógicas de algumas famílias, cujos nomes perduram incorporados a honrosas páginas da História do Brasil. Por isso mesmo, não há Mello Franco, Carneiro de Mendonça, Soares de Sousa, ou Carneiro Leão do ramo mineiro, que possam menosprezar suas origens paracatuenses e mesmo não se envaideçam com as lendas e narrativas da terra ancestral, onde, entre outros, tiveram berço o pai do Visconde do Uruguai e o pai do Marquês de Paraná.

Filho legítimo do mencionado capitão, herdeiro do respectivo nome, o segundo Antônio Netto Carneiro Leão nasceu em 1769 no legendário arraial de Santo Antônio da Manga de Paracatu. Ali se criou e conviveu até os 22 anos, idade em que se decidiu pela carreira militar e assentou praça aos 25 de janeiro de 1791, levando cêrca de um decênio para conseguir as divisas de *cabo*, alfim alcançadas a 27 de novembro de 1799. Inteligente e de regular instrução, é de presumir-se que «o gênio alevantado» e a «língua solta» de que se queixariam mais tarde alguns dos seus superiores, já naqueles tempos lhe acarretassem dificuldades e malquerenças, mercê das quais não lhe tivessem sido suaves os primeiros degraus da tarimba. Esta, aliás, era geralmente vagarosa e difícil para os nativos, pois no regime colonial quase todas as regalias e acessos de preferência cabiam aos reinóis.

Estava para terminar o ano 1800, quando chegou a Minas Gerais, na parada em que servia o referido *cabo*, uma ordem para que êle se apresentasse no Rio de Janeiro. A êsse tempo, não obstante os parcos proventos da carreira militar, dispondo de outros recursos, Antônio Netto Carneiro Leão já constituiria família. Casara-se em Vila Rica de Ouro Prêto, aos 12 de setembro de 1798, com D. Joana Severina Augusta, nascida e batizada na freguesia de N. S. da Conceição de Antônio Dias, filha do capitão Miguel Alves da Costa, português de Vila da Feira, bispado do Pôrto, e de D. Maria Rosa do Espírito Santo, que nasceu, batizou-se, e casou em 1758, naquela mesma freguesia ouropretana.

De D. Joana Severina Augusta não se conhece nenhum retrato, sabendo-se apenas por tradição avoenga haver sido boa espôsa e carinhosa mãe. Naqueles fins de 1800, ela, que já tivera uma filha no ano anterior, encontrava-se novamente em adiantado estado de gravidez. Ainda assim, acostumada a seguir e obedecer, ao marido, não hesitou em aprestar-se para acompanhá-lo ao Rio de Janeiro. Por muito penosa ou arriscada que então se lhe tornasse tão longa viagem, preferiu enfrentar as conseqüências na esperança de que o espôso pudesse assisti-la no instante do parto. E aprovou a Deus, assim acontecesse.

Ainda no Sul de Minas, ao chegar o casal ao povoado de Jacuí, compreendeu D. Joana quão impraticável ser-lhe-ia prosseguir na caminhada. Então, resignada e corajosa, acedeu em recolher-se à casa em que outrora se aquartelava a força pública. E lá mesmo, no desconforto e constrangimento da antiga caserna, mas na presença almejada do marido, no domingo 11 de janeiro de 1801, dia de Santa Honorata, deu à luz um menino, que foi batizado na igreja do lugar e se chamou Honório Hermeto Carneiro Leão.

Assim, foi por mera casualidade que o vindouro Marquês de Paranã teve seu berço naquele arraial, elevado pelo Príncipe Regente, em 1814, à categoria de Vila de São Carlos do Jacuí. Nesta, entretanto, haveria de conservar-se a recordação do seu nascimento, que no futuro seria invocado qual braço ou glória de sua fortuita terra natal.

Naquele tempo o arraial do Jacuí pertencia à extensa e legendaria comarca do Rio das Mortes, fazendo parte do têrmo da Vila da Campanha da Princesa, da qual seria desmembrado quando se lhe conferissem os supracitados foros de vila. Mas pertencia, por sua situação geográfica, à diocese de São Paulo, à qual estavam subordinadas algumas povoações sul mineiras. Em 1801 o povoado em aprêço já devia contar uma centúria, quiçá alguns anos mais de existência. No dizer do próprio autor da *Memória Histórica e Descritiva de Jacuí*, «a origem de sua fundação desaparece completamente na escuridão do passado, envôlto com o des-

cambar do século XVII». A riqueza de suas terras teria atraído em remotos tempos grande afluência de paulistas e mineiros, que lhe devassaram o solo e nêle se implantaram em busca de ouro. Não se conhece, porém, a data em que teria ocorrido tal acontecimento, nem tampouco quais tenham sido os pioneiros dessa aventura, graças à qual ter-se-ia formado a povoação, que aliás pouco haveria de progredir, apenas alcançando um maior desenvolvimento no decurso de 1814 a 1847. Daí por diante dar-se-ia o declínio gradativo de Jacuí a tal ponto que um magistrado de renome (Firmino Rodrigues Silva) chegaria a recomendar, que nos crimes ali cometidos jamais se deixasse de alegar a circunstância agravante de *logar ermo*...

Tirante o elo do nascimento, não teria Honório Hermeto mais estreitas ligações com a tristonha terra onde nasceu. Ainda pequenino levaram-no para outras paragens mais felizes, transcorrendo em Vila Rica sua infância e adolescência. Da meninice, na velha capital mineira, ficar-lhe-iam inapagáveis recordações, que alguns anos depois êle mesmo invocaria, ao relembra com emoção e sinceridade, num momento crítico de sua carreira, «o interesse que devo ter pelo Ouro Preto, onde passei o melhor tempo de minha vida, a infância, e onde tenho parentes e amigos».

A morte de sua mãe, ocorrida em 10 de fevereiro de 1806, quando êle apenas contava cinco anos e mal podia compreender a desventura da orfandade, privá-lo-ia bem cedo dos carinhos e encantos de amor materno; mas não o tornaria criança infeliz, nem lhe incutiria complexos de inferioridade. Criando-se no convívio acolhedor da parentela mineira mais chegada, principalmente entre os Soares do Couto e os Alves da Costa, êle teria a sorte de encontrar, no seio da família materna, quem deveras se lhe afeiçoasse, fazendo-lhe as vêzes de mãe. O desvêlo com que então D. Rita de Cássia Soares do Couto soube cuidar do pequeno Honório e de sua irmã Balbina, bem depressa tocou ao coração do viúvo Antônio Netto Carneiro Leão, deixando-lhe ver quão venturosa ainda seria a sua vida, se aquela moça, sobrinha de sua falecida mulher, correspondesse aos seus sentimentos de gratidão e amor, e ao fim anuisse em seus propósitos matrimoniais.

E o romântico namôro, assim iniciado, em breve tempo logrou o almejado remate. Aos 11 de janeiro de 1807, dia em que o menino Honório completava em Ouro Preto a idade de seis anos, seu pai convolava novas núpcias, conduzindo ao altar, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, aquela moça carinhosa, filha de uma irmã de sua falecida mulher e de seu conchado Coronel Nicolau Soares do Couto. Dêste modo, celebrou-se o segundo matrimônio perante o Vigário Colado João Antônio Pinto Moreira, apresentando os nubentes Provisão do Bispado para dispensa do aludido parentesco. Menos pelo noivo, que então bei-

rava 37 anos e ainda marcava passo como simples furriel a que fôra elevado em 3-7-1803, do que pela patente e influência do sogro, participaram do ato, na qualidade de testemunhas, o Coronel do Regimento de Linha da Capitania, Pedro Afonso Galvão de Sam Martinho, professo na Ordem de Aviz, e o Capitão Antônio da Cruz Machado, professo na Ordem de Cristo, ambos moradores no Pilar de Ouro Preto.

Dêsse segundo leito nasceram outras filhas e um varão, que seria o caçula da prole e se chamou Nicolau Netto Carneiro Leão, e ao depois teve o título de Barão de Santa Maria. Tanto os do primeiro matrimônio quanto os do segundo, todos os filhos se casaram e tiveram descendência, que seria impraticável enumerar no curto espaço de uma resenha biográfica.

Também alongar-se-ia por demais êste relato se pretendesse esmerilhar *pari-passu*, em lugar de resumi-la, a carreira do militar em aprêço, que não teve brilho nem relêvo, e nem mesmo faria jus a ser rememorada, se de tal pai não proviesse filho tão notável quanto o foi o Marquês de Paraná.

Nomeado pelo Príncipe D. João, em fins de 1808, *quartel-mestre-agregado* do Regimento de Cavalaria de Linha da Capitania de Minas, em cujas fileiras continuara servindo, passou a *efetivo* por decreto de 25-9-1816, conseguindo em 27-7-1819 ser promovido a *capitão*, pôsto no qual em 1821 veio prêso ao Rio de Janeiro, por haver falado mal e proferido injúrias contra o Governador e Capitão General, D. Manuel de Portugal e Castro.

Tido, por desafetos e inimigos, como fraco adesista, suposto traidor ou não simpatizante com a causa da Intendência, teve de enfrentar, e contestar com desassombro e altivez, os superiores que lhe fizeram pesada carga e debalde tentaram impedir-lhe a elevação ao pôsto de major, ao qual D. Pedro I houve por bem promovê-lo em novembro de 1823.

Com a saúde abalada e o corpo quebrantado por tantos anos de marchas e montarias, serviu como lhe foi possível em sua nova patente, acompanhando de certo modo os estilos e patriotadas da época, conforme o fêz em uma das suas derradeiras petições ao Imperador, mediante a qual, alegando possuir cavalos próprios, com *panache* abriu mão das quantias que lhe competiam para cavalgaduras inerentes a seu pôsto, e as ofereceu para o engrandecimento da Marinha Nacional, gesto que então estava em moda e que o monarca apreciou e agradeceu. Pouco depois, impossibilitado de cavalgar, foi designado major do 21º Batalhão de 2ª Linha do Exército, situação em que se encontrava ao ser reformado no pôsto de tenente coronel com o correspondente sôlido legal, nos têrmos do imperial decreto de 19-5-1826 e respectiva Patente de 8 de julho seguinte. Contava então 57 anos de idade, dos quais consumira

35 com encargos e deveres da tarimba. Recolhendo-se à vida privada, transferiu-se mais tarde para a Vila de Barbacena, onde residia desde 1831 seu mano João Netto Carneiro Leme, paracatuense nascido em 1774, homem de mais recursos, ali falecido em fins de 1842 com prestantes serviços à causa legalista durante a revolução irrompida naquele ano na referida vila. Mais idoso, com 77 anos, faleceria em agosto de 1846, na mesma localidade, em cuja Matriz foi sepultado, o próprio Tenente Coronel Antônio Netto Carneiro Leão. Morria assim, tão modesto quanto vivera, aquêle velho militar, cujo filho ilustre, então já acastelado nas culminâncias do Senado e do Conselho de Estado, certa imprensa e alguns políticos constantemente amofinavam com o tratamento de *El Rei Honório*.

Durante os anos de infância e adolescência, transcorridos com a família em Ouro Preto, Honório Hermeto recebeu educação bem superior à modesta condição do pai, que fêz milagres para custear-lhe estudos e prover ao sustento da prole. Em face dêsses apertos é provável que o rapazola tenha cogitado de servir na tropa. Decorre esta suposição da existência de uma *patente de alferes* do Regimento de Cavalaria de Milícias, obtida por êle em 1817, quando mal completara 16 anos, constando da mesma já estivesse servindo ali como *porta-estandarte*.

Com a promoção do pai a capitão, em meados de 1819, a família devia ter melhorado algumas *patacas*, pois logo no ano seguinte pôde Honório viajar para Coimbra, em cuja Universidade foi admitido à matrícula do 1º ano juridico, aos 15 de novembro de 1820, com exames de Latim, Filosofia Racional e Moral, e Retórica. Consequência da revolução do Pôrto, ao fim daquele ano letivo não houve exames, sendo concedido *perdão do ato*, ou seja *ciência outorgada por decreto*, bolorento costume do antigo absolutismo, no qual incidiram os liberais, e que levaria 98 anos para ser imitado e reiteradas vêzes repetido no Brasil... No resto do curso Honório Hermeto foi sempre aprovado *nemine discrepante* conseguindo grau de Bacharel em Leis em 1824, após o qual ainda cursou mais um ano, de acôrdo com os novos estatutos da Universidade e segundo consta de sua carta de formatura, passada a 18 de junho de 1825.

Quando estudante coimbrão teve numerosos colegas brasileiros, residindo alguns anos na rua da Trindade n.º 86, mudando-se depois para os Palácios Confusos n.º 166. Pertenceu ali a uma *sociedade secreta*, denominada *Gruta*, fundada em Coimbra por estudantes brasileiros, que tinham por fim promover a implantação da república quando regressassem ao Brasil. A êste respeito disse o saudoso General Sousa Doca, em conferência aqui realizada em 1932, haver encontrado tal informação no depoimento de um dos asso-

ciados da Gruta, José Pedroso de Albuquerque, importante farroupilha que foi ministro da República Rio Grandense. E dá que pensar que, além dos gaúchos Cândido Batista de Oliveira, Antônio Rodrigues Fernandes Braga e José de Araújo Ribeiro, também tivessem participado do mesmo grêmio vindouros titulares do Império, tais como Paraná, Uruguai e Sepetiba. A essas possíveis tendências políticas da mocidade não aludiria o vindouro marquês quando, em discurso biográfico, relembresse a ordem e economia com que vivera em Coimbra, graças às quais pudera ajudar alguns colegas com os recursos de sua pequena mesada. Ao revés, nos tempos agitados da Regência sempre bater-se-ia pela conservação da monarquia, que se lhe afigurava indispensável à manutenção da unidade nacional.

Depois de formados, Honório e seus companheiros de turma dirigiram-se para Lisboa, à espera de embarque para o Brasil, cuja Independência ainda não fôra reconhecida pelo governo português. Ali os encontraria o vindouro Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, em cujas memórias há, a tal respeito, o seguinte registro:

«Na hospedaria de Mr. Campbell, no Rocio, onde se hospedou José Maximo, conheci muitos Brasileiros Formados, que se retiravam para o Brasil: era o curso do Honório. Assisti ao lançar de dados, jôgo de azar, no qual o Honório ganhou a caixa da música, por ter lançado duas vezes cenas e mais um lance alto».

Em breve, porém, cessariam tais folguedos, partindo para a pátria distante aquêles jovens saudosos da terra e da parentela, gastando 63 dias de viagem até o Rio de Janeiro, onde aportaram, na galera *D. Domingos* a 9 de outubro de 1825. Refere o *Diário Fluminense* terem vindo de Lisboa, na referida nau, seis passageiros mencionados, mais o prêto liberto Francisco de Paula Freitas, e os seguintes *Bacharéis Formados*: Gabriel Mendes dos Santos, João Joaquim da Silva, Aureliano de Sousa e Oliveira, Saturnino de Sousa e Oliveira, Manuel Antônio da Rocha Faria, Honório Hermeto Carneiro Leão, Francisco Pereira Dutra, Bernardo Belisário Soares de Sousa, Manuel Machado Nunes, Martiniano da Rocha Bastos, Luís Alvares de Andrade, Antônio José Monteiro de Barros, Francisco de Paula Serqueira de Laet e Joaquim José Rodrigues Tôrres.

No Rio de Janeiro hospedou-se Honório Hermeto em casa de seu tio João Netto Carneiro Leme, comerciante bem relacionado na Praça e na Província de Minas, homem de certa influência, revendo ali sua prima Maria Henriqueta, nascida e batizada no arraial de Inhoy, na Freguesia do Tijuco, recentemente trazida para a Côrte, para que os dois primos melhor se conhecessem e,

sob as benções de Deus, alfim se unissem pelo matrimônio, consoante o desejo dos respectivos pais. Assim aconteceu, pelas cinco horas da tarde de 20 de maio de 1826, na Matriz de Santa Rita, onde casaram com provisão do Bispado, sendo celebrante, o coadjutor Manuel Lino dos Reis e testemunhas Lourenço Antônio do Rêgo, e o colega de turma e de viagem, acima mencionado, Martiniano da Rocha Bastos.

Dêste consórcio, feliz em todo os sentidos, nasceriam diversos filhos, dos quais sômente quatro chegariam à maioridade e se chamaram: Maria Emilia Carneiro Leão de Barros, nascida na província de S. Paulo, na Vila de S. Sebastião em 1827, casada em 1845 com o Comendador Constantino Pereira de Barros, agraciados com o título de Barões de S. João de Icarahy, e dos quais existe numerosa descendência; Honório Hermeto Carneiro Leão Filho, nascido em Ouro Preto em 1832, bacharel em direito, o qual foi diretor de negócios políticos e diplomáticos na Secretaria de Estrangeiros, foi deputado provincial pelo Rio de Janeiro e deputado geral pela província de Minas Gerais, em cujo mandato faleceu prematuramente em 1873, casado com D. Maria Cândida Tôrres, filha dos Barões de Itamby, e do qual não houve geração; Maria Henriqueta Carneiro Leão Teixeira, nascida na Côte em 1834, casada em 1853 com seu primo irmão Jerônimo José Teixeira Júnior, o qual foi senador do Império, e Conselheiro de Estado, falecidos com o título de grandeza de Viscondes do Cruzeiro, deixando numerosos descendentes; e Henrique Hermeto Carneiro Leão, nascido em 1847, formado em medicina, fazendeiro de renome na terra fluminense, eleito deputado geral pela Côte para a derradeira Câmara da Monarquia, casado com D. Zeferina Marcondes, de cujo leito não houve descendentes, tendo sido agraciados em 1888 com o título de Barões de Paraná.

★ ★ ★

No derrame de graças pelo natalício do Imperador, a 12 de outubro de 1826, foi Honório Hermeto contemplado com o cargo inicial de sua carreira na magistratura, sendo despachado Juiz de Fora na vila de São Sebastião e anexas (Vila Bela e Ubaituba) no litoral paulistano. Participando sua nomeação ao Visconde de Congonhas, presidente de São Paulo, desde logo se queixou do «logar de que tinha muito más informações, mas que assim mesmo aceitara para ter a honra de servir debaixo da presidência de S. Exa.» — Reportando-se posteriormente aos recursos de que dispunha naquela quadra, e que lhe haviam sido assegurados pelo tio e sôgro, diria êle mais tarde: «O dote que recebi não preciso declará-lo, pois disso não devo contas a ninguém; basta que diga que apresentei-me na vila de S. Sebastião, como Juiz de Fora, levando comigo oito escravos de minha

propriedade, mobília rica para o país, e uma baixela de prata, tanto para o serviço de chá, como de mesa; além disso tinha deixado alguns vintens em poder de meu sogro, que os pôs em rendimento».

Logo de início, porém, deu Honório Hermeto as primeiras demonstrações de seu gênio e personalidade. Em curto prazo ei-lo em conflito e bate-barbas com o governador militar daquelas vilas Tenente Coronel Lopo da Cunha D'Eça e Costa, que logo se irritou e representou contra as intromissões do magistrado, «muito moço, ouvindo muito a homens mexeriqueiros e inimigos do sossego». Queixava-se de que Honório «queria sempre dar-lhe quinao em tudo quanto lhe ponderava, querendo sempre levar avante sòmente a sua opinião». E por isso insistia, dizendo: «Se estas coisas não forem serenadas pelos efeitos de boas providências, não poderei viver com êle senão com malho e com bigorna». Por sua vez teve Honório de se defender das acusações e queixumes, representando contra o militar, do que resultou muita papelada burocrática, que acabou em mãos do Imperador D. Pedro I, o qual tudo resolveu com um simples decreto, dando por findo o triênio em que Honório deveria servir em S. Sebastião e nomeando-o Ouvidor na Capital do Império. Empossado no Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1828, pouco permaneceu nessas funções, sendo nomeado desembargador da Relação da Bahia, com exercício na Casa de Suplicação, a 18 de outubro de 1829, «faustíssimo dia dos felizes desposórios de S.M. o Imperador», data em que também foi nomeado Auditor Geral da Marinha, acumulando essas funções e respectivos proventos. No exercício dêste segundo cargo coube-lhe, entre outros casos, funcionar como relator, perante o Conselho de Guerra que julgou o Almirante Pinto Guedes, Barão do Rio da Prata, processo famoso, do qual saiu unânimemente absolvido o réu, em conformidade com o voto proferido por Honório.

Com a reforma da justiça e decorrente desaparecimento da Casa da Suplicação, ficou o Desembargador Honório Hermeto pertencendo à Relação do Rio de Janeiro, onde se conservou até 1848, momento em que caber-lhe-ia ingressar no Supremo Tribunal de Justiça, altíssima judicatura para a qual estava, no entanto, impedido em face de sua qualidade como conselheiro de Estado. Teve, então, de aposentar-se no lugar de ministro do Supremo Tribunal, conforme decreto de 14-4-1848, confirmado pelo parlamento, e têrmos da respectiva Carta Imperial, passada a 5-12-1851.

Apreciando-lhe a passagem pela magistratura, escreveu José de Alencar: *Percorreu todos os cargos e honras, faltando-lhe unicamente o último degrau da hierarquia judiciária que não atin-*

giu, porque então o estadista já dominava o magistrado, o homem político fazia desaparecer o Juiz. Opinião corroborada por Macedo, que a êle assim se referiu: — *Como juiz distinguuiu-se pela sua inteligência luminosa e penetrante, por espirito de justiça, e por certa aspereza natural do seu gênio que muitas vêzes lhe dava ríspidos modos.* Saiu portanto da magistratura, como acentuou Xavier da Veiga: *prestigiado com a reputação de superior inteligência e provada integridade.*

* * *

Foi na Câmara dos Deputados, onde se manteve durante três legislaturas consecutivas, de 1830 a 1841, como representante de Minas Gerais, sua província natal, que Honório Hermeto se impôs, de um dia para outro, ao respeito de seus pares e admiração do país, grangeando fama em plena mocidade.

Aos 31 anos, carrancudo e ainda pouco conhecido, vencendo amizades e sem dispor de maiores dotes oratórios, ei-lo a enfrentar o plenário conjurado para o desfêcho, a 30 de julho de 1832, de um golpe de estado planejado entre o ministério e a maioria. De cabeça fria, naquela ambiente escaldante e amedrontado por ameaças e boatos, o jovem deputado, usando sômente a fôrça da razão e o poderio de sua dialética, consegue vencer a batalha, atraindo a câmara para suas idéias conciliadoras, salvando o país e as instituições de uma aventura perigosíssima, dêste modo deixando entrever seu descortino político e sua embocadura de estadista.

Já antes, logo após a abdicação do Imperador, dera provas de argúcia política, concertando com seus amigos aquela fórmula hábil, que contentou o Norte, agradou o Sul e satisfez as fôrças armadas, por ocasião da eleição da regência trina. E assim, atravessando o mar revolto das paixões e violentos embates da época regencial, pouco a pouco foi adquirindo a arte do comando político, que lhe haveria de assegurar tantos triunfos, e o conduziria mais tarde ao fastígio do poder.

No seu procedimento de 30 de julho, em sua maleabilidade na condução do *Grupo da Maromba*, durante as votações do Ato Adicional, oriundo de lei por êle sancionada quando ministro da justiça em 1832, e de tantas outras demonstrações de seu espirito de ordem e senso legalista, é que residem as origens do pujante Partido Conservador, por êle fundado com a valiosíssima adesão do grande Bernardo de Vasconcellos, e com o qual se operou a famosa *reação conservadora de 1837*.

Com a subida dos seus amigos e correligionários ao govêrno, não quis Honório Hermeto volver aos bancos ministeriais, tendo preferido manter-se na Câmara dos Deputados, à testa da maioria.

Ficou ali como *contra-forte exterior* da nova situação política, pôsto em que teria de enfrentar o movimento revolucionário da maioria do menino Imperador.

Nesse lance dramático da nossa história política, tentou repetir em 1840 seu procedimento de 1832, propondo medidas que ao menos aparentassem certa legalidade ao absurdo em perspectiva, qual o de elevar à chefia do Poder Executivo um menino de 14 anos, em flagrante desrespeito aos ditames constitucionais. Na defesa de suas idéias e pontos de vista, arrostando a fúria dos *maioristas*, concitando-os, ao menos, à salvaguarda das aparências, usando então linguagem contundente para quantos o agrediam e apupavam. Mas não foi atendido. Aderindo ao concêrto revolucionário, o menino Imperador, numa improvisada reunião parlamentar, realizada pelos maioristas da Câmara e do Senado, aos 14 anos *jurava manter e respeitar* uma Constituição que sômente lhe permitia subir ao trono *quando completasse 18 anos*. Dêsse ato impensado adviria, no futuro, sua pecha de *príncipe conspirador*.

* * *

Por duas vêzes teve Honório Hermeto o encargo de *presidir províncias*. Em 1842, a do Rio de Janeiro, então considerada a mais progressista e de maior importância no Império, pôsto-chave durante a Revolução Liberal estourada naquele ano, em Minas e São Paulo. Em 1849, a de Pernambuco, ainda conturbada e ensanguentada pelos restos da Revolução Praieira de 1848, onde sômente um político de braço forte e incontestável autoridade conseguia manter a ordem e pacificar os espíritos.

Em ambas as vêzes, portanto, em épocas anormais, circunstância que empresta um caráter excepcional às mencionadas investidas.

Do que foi a sua presidência fluminense, na qual foi empossado em 1-12-1841, já tratei em trabalho publicado no *Anuário do Museu Imperial*, relatando com minuciosidade sua ação governamental e a resistência por êle oposta aos rebeldes, indo pessoalmente para as linhas de combate:

Da presidência de Pernambuco, onde tomou posse em 2-7 de 1849 muito se tem escrito, inclusive sôbre o recrudescimento da revolução durante o seu govêrno, assunto longamente descrito por êle mesmo em relatório apresentado em 1850 à assembléia Legislativa provincial, em seguida completado com o que entregou ao seu sucessor, vindouro Visconde de Jaguarari, ao transmitir-lhe o cargo em 18 de maio de 1850.

Da governança fluminense passara Honório Hermeto para o Senado Imperial, eleito por sua província de Minas, em abril de

1842, e escolhido por Carta Imperial de 27 de maio do mesmo ano, no qual em consequência da prévia dissolução da Câmara não houve legislatura, razão do retardamento de sua posse senatorial ocorrida a 2 de janeiro de 1843, ao abrir-se o Parlamento.

O ano de 1842 também lhe proporcionara outra importantíssima investidura, qual a de sua nomeação para o Conselho do Estado, recém-criado naquele tempo, e onde sòmente tiveram assento as principais notabilidades do Império.

* * *

Estadista de amplo e elevado descortino, não tinha Honório Hermeto preconceitos regionalistas. Disso deu provas em diversas épocas e diferentes circunstâncias políticas.

Em 1842 e 1843, tanto na presidência fluminense quanto na chefia do Ministério, atendendo com presteza aos interesses e tranquilidade do Império, não hesitou em desmembrar da sua província natal, e incorporar à do Rio de Janeiro, um território onde a manutenção da ordem e os meios de govêrno, em face das distâncias e precaríssimos transportes, não estavam ao alcance de Minas Gerais. É possível que, assim procedendo, houvesse exorbitado de suas funções; mas não se pode negar o patriotismo e a isenção com que se conduziu em tal emergência.

Com igual superioridade também agiu em 1850, ao discutir-se no Senado a criação de novas províncias. Dêle, em verdade, foi a emenda, apresentada com a sua única assinatura, para que as Comarcas do Alto Amazonas, na província do Grão-Pará e a de Curitiba, na de São Paulo, fôsem elevadas à categoria de províncias com os nomes de Amazonas e Paraná, o que posteriormente sucedeu em leis separadas. E por uma fortuita coincidência, entrando em vigor a Lei nº 704 de 29 de agosto de 1853, oriunda daquela emenda, a Província do Paraná seria instalada nos primórdios do Ministério da Conciliação, então recentemente constituído pelo Visconde de Paraná, título advindo da missão diplomática no Rio da Prata, mas que também recordaria sua decisiva participação para que se criasse aquela que seria a mais nova das províncias brasileiras.

As idéias sustentadas no Senado por Honório Hermeto, ao intervir nos debates acima mencionados, merecem ser reproduzidas através das suas próprias palavras:

— «Eu estimaria, Sr. Presidente, que tivesse passado a Província do Rio Negro em um projeto, depois a de Curitiba em outro, e sucessivamente aquelas que fôsem necessárias; a respeito do que não ponho outro limite senão o interesse público; porque

para mim, é indiferente que a Província de Minas, por exemplo, seja grande ou pequena; o que desejo é que a nação brasileira seja grande; e como a redução da Província de Minas Gerais em duas, três ou mais províncias, não torna menor a nação brasileira, não destrói o sentimento de nacionalismo, o único que se deve fomentar, e que deve prevalecer a esse mal entendido provincialismo, por isso não tenho escrúpulo algum em votar por qualquer divisão que se proponha da Província de Minas, e que fôr baseada no bem público, no interesse nacional».

Justificada assim a sua isenção no assunto em debate, continuou Honório Hermeto a sustentar suas idéias, acrescentando:

— «... Julgo conveniente que se crie uma Província na Curitiba. Na minha opinião, muitas outras Províncias se devem criar; a Província de Minas dá três províncias; na da Bahia, talvez mesmo na costa se possa criar uma nova província; mas pelo menos no sertão, a Comarca de S. Francisco unida com a da Boa Vista em Pernambuco e com algumas da margem esquerda do rio S. Francisco, deve formar uma outra província. Essas localidades são ingovernáveis, principalmente a da Boa Vista, que dista da capital de Pernambuco mais de 200 léguas. e por consequente, é conveniente que tenham administração local. Eu portanto, Sr. Presidente, em qualquer ocasião que se apresente projetos de criação de Províncias, hei de votar por elas.»

Eis aí, através de suas próprias expressões a sua clarividência como homem de Estado, superior a interesses regionais ou rivalidades provincianas. Delas ressumbra o seu acendrado patriotismo, bem como a sua idéia favorável à criação da *Província do S. Francisco*, pois, consoante suas afirmações: o *vale daquelle rio era ingovernável do Recife*, conforme êle mesmo pudera verificar ao exercer, pouco antes, a presidência de Pernambuco.

* * *

Três vêzes ascendeu Honório Hermeto aos Conselhos da Coroa, no caráter de ministro de Estado.

Primeiramente durante a Regência, após a retirada do Ministério de 40 dias, quando aos 31 anos foi nomeado para a pasta da Justiça e Segurança Pública, cargo que, no dizer dos contemporâneos, fazia então as vêzes de primeiro ministro. Nos oito meses em que ocupou o pôsto deixou marcas de sua passagem pelo cargo: — a promulgação do Código do Processo Criminal e a investida para acabar-se com a *Conservatoria dos Ingêleses*, isto é, com o absurdo privilégio da existência de uma Justiça especial para os súditos de S.M. Britânica.

Mas, atendendo ao seu *espírito conciliador*, preferiu retirar-se do ministério quando o suspeitaram implicado com a Rebelião de Ouro Preto, em 1833, a cuja frente estava seu primo e cunhado Manuel Soares do Couto.

Na 2ª vez, incumbido pelo Imperador de organizar o ministério de 20 de janeiro de 1843, reservou para si a pasta da Justiça, ocupando interinamente, até o mês de junho, a dos Negócios Estrangeiros, reservada para o seu amigo Paulino, vindouro Visconde do Uruguai. Foi um ministério forte, nitidamente conservador, deveras trabalhoso para o chefe do Gabinete, que, além das duas pastas, a princípio tinha de sustentar complicados debates no Senado, onde se discutiam os processos concernentes aos Senadores envolvidos na revolução de 1842. Ministério que também poderia ser chamado de casamenteiro, pois durante sua vigência celebraram-se os esponsais de D. Pedro II e de sua irmã Princesa de Joinville.

Mas Honório ainda não polira as arestas de seu gênio, e por isso, e também por muita intriga de palacianos e pessoas rasteiras do Paço, acabou tendo sério atrito com o Imperador, episódio bastante conhecido e de sobejo narrado por tantos historiadores. O próprio Imperador comentaria o fato ao anotar o livro de Tito Franco, e lembrando a altivez do ministro, não hesitou em escrever: *O Paraná não se curvava*. É verdade que o mesmo poderia ter dito ou escrito a respeito de outros estadistas; mas é certo que não o disse nem se lhe conhecem referências semelhantes.

De resto, mostrando sua grandeza d'alma o próprio Imperador escreveria, à margem do mesmo livro: — *O Marquês de Paraná relevou-me de qualquer falta que eu houvesse cometido em relação a Carneiro Leão*.

Completando o que a tal respeito tem sido divulgado, existe ainda outro depoimento inédito, do próprio punho do Imperador, ora revelado por nímia gentileza de seu bisneto, o Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, a quem o autor dêste resumo biográfico acha-se prêso por tantos laços de amizade; trata-se de um precioso caderno, com 27 páginas, e diversos capítulos, contendo *Conselhos à Regente, em 1871* e no qual, na parte tocante ao *Poder Moderador* e ao *Chefe do Poder Executivo*, o Imperador confessava que *somente tinha concorrido voluntariamente para a retirada de três ministérios, a começar pelo que se retirou em 1844, por ter eu negado a demissão do Inspetor da Alfândega, pedida pelo ministro Honório Hermeto Carneiro Leão, depois Marquês de Paraná, visto eu não a reputar justa, e sobretudo parecer exigida como que de quem era moço, pouco experiente, e por-*

tanto falto das qualidades necessárias para combater a exigência.» Eis aí a leal confirmação, escrita na intimidade para governo e ciência da Princesa Isabel, pela mesma mão comentadora do aludido Livro de Tito Franco.

Tudo faz crer que o vindouro Paraná tenha sido por demais intransigente, não se sujeitando à manutenção de um funcionário de confiança, incompatibilizado com o ministro da fazenda. Como quer que tenha sido, o *monarca manteve seu capricho, mas o ministro não se curvou.*

Na terceira vez Honório Hermeto, então já agraciado com o título de Visconde de Paraná, retorna ao mando do governo, aureolado pelos serviços prestados e renome engrandecido na presidência de Pernambuco (1849-1850) e na famosa missão diplomática no Rio da Prata (1851-1852). Coerente com as suas idéias, assimilando os anseios do país, desfralda então a bandeira da Política de Conciliação, agremiando em tôrno do seu nome e de sua invulgar envergadura, os moços de promissora inteligência, conseguindo, ao menos durante algum tempo, que os velhos emperrados se mantenham em expectativa. Forma então o famoso Ministério da Conciliação, isto é, o gabinete de 6 de setembro de 1853, que alguns cépticos e o próprio Wanderley, futuro Cotegipe, não consideram de permanência duradoura. Mas a Conciliação dantes tentada sem sucesso por outros políticos, torna-se uma realidade. O ministério consolida-se no poder, e nêle permanece em 1854, 1855 e 1856, ano em que sofre irreparável perda com a morte, a 3 de setembro, do grande capitão que o formara e o chefiava.

Muito se tem escrito sôbre a obra realizada pelo Marquês de Paraná, título com que fôra agraciado a 2 de dezembro de 1854, durante o seu derradeiro ministério, onde reuniu uma constelação de companheiros, que bastariam à governança do Império até as vésperas da República. — A seu lado, reunira além do seu velho amigo e antigo adversário Limpo de Abreu, depois Visconde de Abaeté, nomes novos e promissoras inteligências, sem receio de que lhes fizessem sombra ou lhes invejassem o mando. Chefiou assim a mais notável organização ministerial do 2.º reinado, ficando com a pasta da Fazenda para si e a de Estrangeiros com Limpo de Abreu, confiando as demais a homens da envergadura de Paranhos — o 1.º Rio Branco —, Nabuco de Araújo, notável entre os mais notáveis juristas do país; Pedreira, depois agraciado Visconde do Bom Retiro, administrador experimentado e progressista, amigo pessoal do Imperador, e Bellegarde, general de renome intelectual, indicado por Caxias, que ao depois, em 1855, viria substituí-lo, ocasião em que o ministério

também seria sobremodo enriquecido com a entrada de Wanderley, o vindouro e famoso Barão de Cotegipe.

Não se pense, porém, que tão brilhante conjunto sòmente tenha transitado entre rosas e aplausos. Houve, como em tôdas as épocas escaramuças parlamentares, nas quais, de viseira erguida e peito aberto o próprio Paraná se mediu com famosos tribunos e sagazes políticos. Nessa missão, na defesa do govêrno e de sua política, não cedia o encargo a nenhum dos seus auxiliares. Assim o fêz até o derradeiro instante, em agôsto de 1856, quando pela última vez usou da palavra no Senado, respondendo ao Marquês de Olinda. Dezoito dias depois falecia no Rio de Janeiro, a 3 de setembro, *em pleno fastigio do poder*, o Marquês de Paraná, então considerado como o *estadista que maior influência havia exercitado na cena política desde o ano de 1831*. Morria aos 56 anos incompletos, qual triunfador que tombasse às vésperas de uma nova e decisiva batalha. Desaparecia justamente quando se iam realizar as primeiras eleições pela Lei dos Círculos, reforma eleitoral que tantos esforços lhe custara e em cuja aprovação empenhara todo o prestígio e renome de sua inconfundível personalidade.

«O estrondo, o espanto dêsse acontecimento, escreveu Joaquim Nabuco, foi imenso em todo o país, a situação ficava sem chefe, a política dominante sem apoio, a oposição sem um braço forte para garanti-la e sendo preciso favorecê-la. Se profundo foi o abalo, não foi menor o pesar; era com efeito, uma decepção nacional ver, quase repentinamente, desaparecer da cena o protagonista da Conciliação no momento em que o país ia tirar a prova da sua política. Houve uma explosão de sentimento; não se vira cortêjo fúnebre igual no Rio de Janeiro, senão o de José Clemente Pereira; mas o que nenhuma pompa nem manifestação exterior podia exprimir era o vácuo que todos sentiam. Essa impressão, acrescentou Nabuco, durará por muito tempo; o momento dessa morte, nas vésperas das eleições, será lembrado por amigos e adversários; é um dos enigmas indecifráveis da nossa história parlamentar saber qual teria sido o cunho das eleições de 1856 se Paraná tem podido presidir, êle mesmo, a essa primeira tentativa de eleição livre».

Descrevendo-lhe os traços pessoais, Justiniano José da Rocha assim o retratou: «O Marquês de Paraná era dotado de uma memória prodigiosa e sempre pronta, de uma agudeza e perspicácia extraordinária; de muita resolução e firmeza; sua palavra era incorreta, sua dição difícil; logo, porém, que a contrariedade o aquecia, ou que o arrastava a força da sua argumentação, êsses defeitos, essas hesitações desapareciam, o grande orador parlamentar cativava os seus ouvintes, pulverizava os seus adversários.

«De gênio irascível, fácil cedia a precipitações injustas; nem os debates do nosso parlamento eram a escola mais própria para corrigir-lhe êsse defeito do seu caráter; mas, como sabia esquecer a agressão que lhe era feita, era o primeiro a voltar da agressão que fizera logo que a reflexão lho impunha.

«De uma lealdade a tôda prova, servia aos seus amigos com raríssimo zelo, ainda maior do que êles próprios podiam ter pelos seus interesses. Na tribuna arrojava-se impávido diante dos insultos, dos convícios, para desviá-los dos seus amigos, ainda mesmo chamando-os sôbre si e oferecendo-se às iras que contra êle se dirigiam; assim, em tôda a ocasião, pela lei da amizade afrontava as maiores dificuldades.

«Franco a toda prova, nunca dizia um *sim* para disfarçar um *não*; a amizade, porém, não raras vêzes fazia trocar o *não* pelo *sim*. Diziam os seus amigos que tinha êle gênio dominador, absoluto, que não sabia suportar contradição; descontando o que há, naturalmente, de exagerado nessas agressões, cumpre reconhecer que o nobre Marquês tinha os defeitos das suas boas qualidades e todos tanto o reconheciam, tanto lho relevavam, que nunca ninguém teve maior número de amigos devotados, nunca ninguém tanto os soube conservar».

Com êste testemunho de um contemporâneo, escrito sem preocupações de fazer panegírico nem tampouco de detratar, consoante frizou o próprio Justiniano, melhor se podem vislumbrar os traços marcantes do Marquês de Paraná. Completam-se dêste modo os pálidos contornos através dos quais, velando tradições tão luzidas, um dos seus bisnetos procurou esboçar a linha vertical em que Honório Hermeto Carneiro Leão soube conduzir-se *do berço de Jacui ao fastígio do poder*.

O MARQUÊS DE PARANÁ — DA REGÊNCIA À MAIORIDADE (*)

ALFREDO VALLADAO

Acedi prasenteiro ao honroso convite, para realizar uma das Conferências, do programa organizado pelo Instituto, comemorando o centenário da morte dessa notável figura da nacionalidade, que foi Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná.

Figura que ainda me atrai particularmente, por ser seu coestaduo, pois nasceu êle em Minas Gerais.

E não é só; nasceu, a 11 de janeiro de 1801, na Freguesia de Jacuí, quando a mesma integrada em um dos confins do vasto termo da Vila da Campanha da Princesa, a que, pelo Alvará de 20 de outubro de 1798, foi elevada a antiga e já histórica Freguesia da Campanha do Rio Verde, ornada com a residência e os ensinamentos cívicos e culturais da brilhante trindade de Alvarenga Peixoto, o vate luminoso do *Canto Genetliaco*, Bárbara Heliodora, a «Heroína da Inconfidência», e a encantadora menina Maria Efigênia, a «Princesa do Brasil»; trindade que focalizei em um dos capítulos do Volume I da minha obra *Campanha da Princesa*, isto é, da História da querida gloriosa terra natal, a Cidade da Campanha:

A luz irradiante da Vila da Campanha da Princesa, como que se projetou no berço longínquo, em que nasceu êle, Honório Hermeto, para altos destinos no cenário do Brasil.

Cabe-me nesta Conferência dissertar sobre a sua figura no período da nossa História Política, da Regência à Maioridade, nesse tão importante período, referto de grandes acontecimentos e de grandes vultos, de quadros admiráveis.

E devo significar que para organizá-la, me aproveitei abreviadamente do quanto sobre o mesmo período já escrevi em alguns de meus trabalhos; certo, ampliando agora, o que se refere especialmente à figura em causa neste momento.

(*) Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão de 29 de julho de 1956.

Assim, do que escrevi nessa Memória apresentada em 1914 ao Primeiro Congresso de História Nacional — *Tentativa de Golpe de Estado em 1832: A Constituição de Pouso Alegre*; nessa parte *Abdicação de D. Pedro I*, da obra *Contribuições para a Biografia de D. Pedro II*, publicada por este Instituto em 1925; nessa *Exposição de Motivos* ao Temário para o Segundo Congresso de História Nacional, de 1931; em algumas passagens da obra *Campanha da Princesa*, e em passagens dos capítulos da obra *Vultos Nacionais*, relativas a Bernardo de Vasconcellos, José Custódio, José Bento, e José Antônio Marinho, figuras políticas contemporâneas da que está em causa.

Até 1830 era êle, Honório Hermeto, sòmente magistrado, e com sucesso; e continuaria a sê-lo, havendo porém de aposentar-se, quando, no momento em que devia entrar para o Supremo Tribunal de Justiça, já era conselheiro de Estado, incompatibilizado assim, por lei, de pertencer ao mesmo.

Foi nesse ano de 1830, que ingressou na carreira política eleito por Minas, deputado à Assemblêia Geral, e reeleito nas seguintes legislaturas, até em 1842 ser escolhido senador.

Ingressou em momento agudo, da campanha liberal que se vinha desencadeando contra D. Pedro I, sobretudo pela palavra de Bernardo Vasconcellos, e pela pena de Evaristo da Veiga, por essas duas forças titânicas, cuja fama o tempo não consegue apagar.

Iria essa campanha contar com o seu apoio.

Carrega-se fortemente a atmosfera nos primeiros dias de março de 1831.

D. Pedro I, diga-se a verdade, sempre destemido, aceitando um desafio de Bernardo de Vasconcellos, vai a Minas pleitear a eleição de seu ministro Silva Maia à cadeira de deputado, mas para ser recebido a dobres de sino, presenciar afinal a derrota do mesmo, ou, melhor, a sua própria derrota!

Pela sua volta agitam-se no Rio de Janeiro os seus partidários.

Segue-se a conhecida *Noite das Garrafas*, em que os brasileiros foram gravemente ultrajados pelos absolutistas portugueses.

Em férias nesse momento as Câmaras, reúnem-se a 17 de março na *Chácara da Floresta*, residência do destemido José Custódio, deputado por Minas, um senador (Vergueiro) e vinte e três deputados liberais que aqui se achavam, para deliberar sôbre a matéria; e assinando êsse vibrante protesto, onde se lia: «Os Brasileiros tão cruelmente ofendidos, os Brasileiros, que se ameaça ainda com prisões parciais e injustas, nutrem em seu espírito a indignação mais bem fundada e mais profunda, não sendo possível calcular até

onde chegarão os seus resultados, se acaso o Govêrno não coibir desde já semelhantes desordens, sem tomar medidas para que esta afronta feita à Nação seja quanto antes reparada».

E entre os deputados em causa, lá estava Honório Hermeto.

Irrompe, afinal, o 7 de Abril, que Teophilo Ottoni, em 1860, na sua célebre *Circular aos Eleitores de Minas Gerais*, qualificaria de *journée des dupes*: «Projetada por homens de idéias muito avançadas, jurada sob o sangue dos Canecas e dos Raticlifes, o movimento tinha por fim o estabelecimento do Govêrno do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra».

À notícia dêsse movimento em ebulição pela manhã do mesmo dia, no Campo de Sant'Anna (hoje Praça da República), reúnem-se ainda na *Chácara da Floresta*, a fim de deliberar, a respeito, as mesmas figuras liberais que coparticiparam da reunião em 17 de março, entre as quais, como ficou visto, êle, Honório Hermeto.

E sai vitoriosa a corrente moderada, que imediatamente se põe em atividade, detendo o carro da Revolução diante de um berço, depositário da esperança que não haveria de falhar, da Democracia coroada, que foi o reinado de D. Pedro II.

Triunfa o movimento, com essa exposta colaboração de Honório Hermeto.

Abdica D. Pedro I.

Está constituída a Regência.

É entretanto em 1832, que a figura dêle, Honório Hermeto, mais sobressai como focalizei em uma das passagens do meu referido trabalho, sob o título *Tentativa de Golpe de Estado de 1832 — A Constituição de Pouso Alegre*, publicado em 1914.

Os vencedores de 7 de abril eram *moderados*, uns, *exaltados*, outros.

Queriam êstes decretar na praça pública as reformas liberais. E não tardariam a apelar para o processo revolucionário. Ajudavam-nos, os republicanos; ajuda-vos, a tropa.

Destemido, Feijó, Ministro da Justiça, os subjuga.

Mas vai se haver agora, com os *restauradores*, com os partidários da volta de D. Pedro I, os quais a seguir também tomam armas contra a regência.

Subjuga-os, de igual modo.

Mas consumada a vitória, quer êle, Feijó, apurar as responsabilidades, punir os culpados.

E acusa perante o Corpo Legislativo ao próprio José Bonifácio, Tutor dos Príncipes, considerando-o conivente com os restaura-

dores ou inepto: «Fôra a Quinta da Boa Vista o quartel general dos revoltosos».

Pede á sua destituição de Tutor.

Concede a Câmara essa medida, seguindo o respectivo projeto para o Senado.

Mas este já não era o mesmo de 1831, encolhido, amedrontado.

Recebera naquele ano, o projeto de reforma da Constituição votado pela Câmara, dando satisfação ao espírito liberal que havia inspirado o 7 de abril.

E projeto o mesmo, realmente, de moldes os mais adiantados: consagrava a Federação, suprimia o poder moderador e o conselho de estado, estabelecia a eletividade e temporariedade do Senado.

Sem coragem de rejeitá-lo, no momento, saiu-se pela tangente; com a alegação de falta de tempo para a sua discussão, adiou a mesma para a seguinte sessão legislativa, a de 1832.

Agora, em 1832 reanimado com as dificuldades que vinham afligindo a Regência, assentou em se opor a tôdas as medidas liberais contidas nesse projeto, começando por votar contra a Federação.

É nessa hora que recebe o projeto da Câmara, de destituição de José Bonifácio, de Tutor.

Recusa-lhe aprovação.

E Feijó se exaspera.

Acostumara-se a não ser vencido; via iminente o sossôbro do 7 de abril; e profundo ódio pessoal o separava dos Andradas, desde 1823, trocando-se ainda dias antes na Câmara, em torno do assunto em causa, fortes doestos entre êle e Martin Francisco.

Torna-se revolucionário.

Declara indispensável, considera medida de salvação pública, atender-se agora as exigências dos exaltados.

E ainda na *Chácara da Floresta*, nesse reduto do Liberalismo, pactuaram os moderados, porém com o voto divergente dêle, Honório Hermeto, o golpe de Estado pelo qual a Câmara, assumindo funções de assembléia nacional, votasse imediatamente a *Constituição de Pouso Alegre*, que tirava o seu nome da antiga Freguesia de Pouso Alegre, da então Vila da Campanha da Princesa, onde fôra impressa na tipografia do *Pregoeiro Constitucional*, importante órgão redigido pelo então deputado, e, logo em 1834, senador, José Bento Leite Ferreira de Mello, uma das maiores figuras liberais da época, e nascido naquela mesma Vila da Campanha da Princesa.

Na mesma ficava remodelada a Constituição do Império, consagradas as idéias do referido projeto aprovado em 1831 pela Câmara, salvo a Federação, retirado do Imperador o título de «Defensor Perpétuo do Brasil», e embora não consagrada a Federação, criavam-se as assembléias legislativas provinciais, uma semifederação, bem caracterizada pelas atribuições a elas conferidas.

Inicia-se na sessão da Câmara, de 30 de julho, o processo de realização do golpe de Estado.

Lido o parecer da respectiva Comissão, favorável à medida, falam imediatamente Evaristo da Veiga e José Bento.

Mas eis que se ergue Honório Hermeto.

Coerente com a atitude que tomara na *Chácara da Floresta*, separa-se de seus amigos, e a dizer: «fazendo os últimos esforços para tirar-lhes a venda que lhes cobre os olhos, e indicar-lhes o caminho da legalidade que com elles tinha constantemente trilhado».

Rende-lhes justiça quanto às suas intenções, mas opõe-se formal, terminantemente, ao atentado que elles iam praticar contra a Constituição.

«Nós não temos necessidade», proclama, «de ferir a legalidade e os princípios; podemos fazer as leis justas, que forem necessárias para conter os partidos, e na Constituição observada temos meios seguros e legais para dar à nação o que ela pretende».

Causa viva impressão o seu discurso.

Cinde-se a maioria; fracassa assim o golpe.

E foi êsse pronunciamento de Honório Hermeto, como afirmou no meu referido trabalho, o *germe* do partido conservador, que mais tarde seria organizado.

Com o fracasso do golpe de Estado, deixou Feijó a pasta da Justiça.

Forma-se o Ministério (embora incompleto), como diz Pereira da Silva, «com pessoas de fora das lutas dos partidos pleiteantes, como personagens neutros e desapaixonados, enquanto que não se serenavam os ânimos e se esclareciam as posições dos partidos, necessariamente conturbados pelos eventos ocorridos».

Prossegue o Senado na sua obra de reacção contra o espírito liberal do 7 de abril, pondo abaixo uma por uma as modificações à Constituição, constantes daquele projeto que vinha examinando, oriundo da Câmara.

Apenas aprova dois de seus dispositivos: o que estabelecia a Regência una, e o que transformava os conselhos gerais em assembléias provinciais.

Entretanto, ao passo que os *restauradores* vão agindo, os *moderados* vão se aproximando dos *exaltados*, com os quais chegam a se entender, não estando mais em causa a pessoa de Feijó, dominados os últimos pelo cansaço de tantas lutas e decepções.

Quarenta dias dura apenas o ministério organizado por efeito de 30 de julho.

Voltam os *moderados* ao poder, constituído o ministério de 3 de agosto.

A êste sucede o ministério de 13 de setembro ainda do mesmo partido, e no qual Honório Hermeto é o ministro da Justiça, exercendo a pasta por oito meses, com a revelação da sua cultura jurídica, posta à prova nessas decisões constantes da *Coleção dos Atos do Poder Executivo*, e com a isenção de espírito do magistrado, que êle era; merecendo especial registro a decisão em que se ergue contra a continuação do *Juiz Conservador*, dessa entidade jurisdicional odiosa e anti-constitucional, de tempo existente em favor do súditos ingleses.

Voltando, como disse ao poder ativam êles, os *moderados*, a reforma constitucional.

Havia a Câmara rejeitado tôdas as emendas do Senado ao respectivo projeto.

Na forma da Constituição opera-se a sua fusão com o Senado, saindo daí a lei de 12 de outubro que, como observa Aurelino Leal, autoriza a feitura do Ato Adicional, «numa obra de transação política em que cada matiz resistiu e cedeu, marchou e contra-marchou, avançou e recuou, até um pacto definitivo».

Autorizou-se como concessão à causa liberal, a transformação dos conselhos gerais em assembléias provinciais, a extinção do Conselho de Estado. Como medida conservadora, autorizou-se o estabelecimento da Regência una.

Suspenderam os restauradores a ação revolucionária, desde quando o Duque de Bragança (o ex-Imperador), encetara em Portugal a luta contra o absolutismo; não podiam afastá-lo daquele país no momento.

Mas por todos os outros meios continuaram a agir, e sendo certo que José Bonifácio afinal, em 1834, haveria de ser destituído de Tutor dos Príncipes.

Suspeita de *restauradora* foi a sedição militar de Ouro Preto, irrompida a 22 de março de 1833, e que prendeu essas grandes figuras liberais, então quase republicanas, que eram Bernardo de Vasconcelos e José Bento.

E contra Honório Hermeto, com o seu antecedente de 30 de julho e com aquela suspeição, aliás redundando em honra para êle

ministro da Justiça, com que era visto pela imparcialidade de verdadeiro magistrado, mantida nas eleições municipais da cidade do Rio de Janeiro, em que saíram vitoriosos os *restauradores*; contra êle, por ser ligado pelo parentesco (cunhado) e amizade, a Soares do Couto, presidente aclamado na sedição, levantou-se a acusação de haver sido copartícipe da mesma.

Aborrecido, deixa a pasta da Justiça, a 13 de maio.

E por duas formas se há de defender: por uma iniciativa e por um discurso.

Em junho dêsse mesmo ano de 1833, leva o ministro dos Estrangeiros ao Corpo Legislativo as representações dos ministros diplomáticos do Brasil, na Europa, sôbre os planos que ali se concertavam para a restauração em tempo de D. Pedro I no govêrno do Império.

Se o Senado julgou vão qualquer temor a respeito, de outra forma procedeu porém a Câmara.

Aprova uma proposta do deputado Costa Ferreira, no sentido de se responder que ela coadjuvará o govêrno em tudo que fôr constitucional e justo para se evitar o opróbrio de uma restauração e que tomaria em consideração as suas propostas.

E o que faz Honório Hermeto?

Vai mais longe, apresentando um aditamento, que é igualmente aprovado, visando condenar também a Câmara desde logo, expressamente, outra forma dos retrógrados, isto é, a Regência do Duque de Bragança, caso não fôsse possível restaurá-lo no Trono.

A essa iniciativa, segue-se, três meses depois, o seu discurso de defesa.

Como salienta Pereira da Silva, conseqüência daquela sedição de Ouro Preto, mostrava-se dividida a deputação de Minas, pôsto que tôda pertencente ao partido moderado; uns acompanhavam a êle, Honório Hermeto; outros, porém se lhe declaravam contrários. Bernardo de Vasconcelos se convertera em um seu decidido inimigo.

Promove êste a cassação do seu mandato de deputado, conseguindo declarações escritas do eleitorado em maioria, de que o mesmo não lhes merecia mais confiança, «depois de seu procedimento quando ministro da Justiça, durante a rebelião do Ouro Preto».

Ê o assunto discutido nas sessões preparatórias da Câmara, manifestando-se o parecer da respectiva comissão, contrário à medida.

Parecer êste que foi aprovado por grande maioria; assistindo assim Bernardo de Vasconcelos, de corpo presente, a sua derrota.

No curso dos acontecimentos, surge afinal o projeto de anistia para as rebeliões verificadas em diversos pontos do país, inclusive a de Ouro Preto; e na discussão da mesma, em sessão de 4 de setembro, defende-se Honório Hermeto daquela acusação que lhe fôra levantada.

E no discurso que profere, deixa impressa a sua alta formação moral e política nestas considerações que emite:

«Um homem que se tornou meu inimigo, sem eu saber a causa, desde que fui chamado ao ministério, começou a intrigar-me e caluniar-me, aproveitando-se da sedição de Ouro Preto, para durante ela espalhar de viva voz, e por escrito, na vila de São João del Rey, que eu aprovava essa sedição, que sustentava a sua legalidade, e que comunicando-me com os sediciosos os exortava a que se mantivessem».

«Eu bem sei que os meus atos em semelhante ocasião aí estão patentes a todos, e bastariam para desmetir tão perverso caluniador; mas persuadido de que possa ser ouvido por êle, aproveito esta ocasião para desafiá-lo que apresente essas cartas minhas que tem dito possuir; poderá forjá-las, mas não o temo, a verdade sempre há de aparecer».

«Eu falo perante colegas que me conhecem e que tem visto que nas ocasiões as mais melindrosas nenhum respeito humano, nenhuma ligação de amizade me tem embargado de professar livremente opiniões contrárias às daqueles com quem me acho ligado».

«Não sou para tergiversações, e portanto se eu quisesse pactuar com os sediciosos de Ouro Preto, teria seguido a opinião que se conduziu no conselho de ministros de se mandar um novo presidente para Minas, logo que se soube da sedição; se eu entendesse que isso era conveniente, justo e necessário ao bem do estado, tinha a coragem de sustentá-lo públicamente, ainda que soubesse que ia desagradar, não digo a indivíduos, mas mesmo à maioria de meus concidadãos».

Perfeito é êsse seu auto-retrato, que assim reproduzo, de altivez; lealdade, destemor e civismo.

E retrato que o acompanharia, para sempre, o tempo não tendo força para alterá-lo ou esmaecê-lo, antes cada vez mais o avivaria.

O ano seguinte, o de 1834, caracterizou-se pela votação nas Câmaras, do Ato Adicional, e pela remoção de José Bonifácio, de Tutor dos Príncipes, fato êste último de que já antecipei notícia.

Certo que, em tôrno do Ato Adicional, manifestou-se êle Honório Hermeto, mais uma vez, espírito conservador; dos vinte votos contrários ao mesmo, um dêles foi o seu.

Por fim, vem a marcar-se, em 1835, um acontecimento imprevisível, e que modifica profundamente a situação política do país, o falecimento do ex-Imperador D. Pedro I.

Satisfeitos até certo ponto os *exaltados* com o Ato Adicional, fortes e coesos se mantinham no poder os *moderados*, de guarda contra os *restauradores*.

Agora, já não há mais partido *restaurador*.

E no imperativo de uma lei histórica, do ciclo do *Liberalismo*, a nação vai passar para o ciclo da *Reação Conservadora*.

Com o desaparecimento do partido *restaurador*, cinde-se o partido *moderado*.

E no desmantelamento e confusão em que caem os partidos, uma única voz tem autoridade e se faz ouvir; é a de Evaristo da Veiga, que fôra o verdadeiro herói do 7 de abril.

Graças a êle, Feijó é eleito Regente; mas havia passado o momento do ex-ministro da Justiça, segundo deixei exposto no capítulo «Regência e Maioridade», da minha *Exposição de Motivos* ao Temário para o Segundo Congresso de História Nacional, nas seguintes considerações, que passo a reproduzir.

Faltava agora, a Feijó, como bem diz Pereira da Silva, «o campo material da pugna, a convulsão a reprimir, o motim a refrear, o tumulto a esmagar».

Ademais, ainda sob êsse aspecto, o seu ânimo não se apresentava com o mesmo arrôjo, era hesitante.

Pelo que ocorria nas Províncias, chegou a admitir — em uma das cláusulas que impôs para a aceitação da Regência — a hipótese da separação do Norte: «no caso da separação das províncias do Norte, segurar as do Sul» ... E quanto à revolução do Rio Grande, agiu com frouxidão e chegando a ser acusado de convivência com seus chefes.

E se proverbiais a sua energia, a sua integridade, proverbiais, da mesma forma, eram a sua falta de tato, a sua falta de maleabilidade.

Destas armas que agora se exigiam, êle absolutamente não dispunha.

Era áspero, era rude.

Guardava os ódios, os rancores das lutas tremendas em que se vira empenhado como ministro da Justiça.

E um escritor de tôda a imparcialidade no caso, o Cônego Marinho, figura das maiores da Revolução de 1842, na Introdução da sua obra histórica sobre a mesma, haveria de falar da obstinação que fôra a do Regente Feijó, na escolha de seus ministros, «que

parecia querer deixar à banda as capacidades notáveis para nomear a homens que, à exceção de poucos não tinham habilitação para bem servirem».

Finalmente, atentava êle contra a alma católica do Brasil na questão religiosa que levantou, «confundindo» como diz Vilhena de Moraes no seu trabalho *O Patriotismo e o Clero*, «a sua rebelião contra o Santo Padre com a causa do Brasil».

Encerradas essas considerações sôbre a figura do Regente Feijó, passo a falar agora diretamente sôbre a *Reação Conservadora*, suas causas, sua marcha, suas principais figuras, sua vitória examinando particularmente a ação que teve a figura em causa, Honório Hermeto; mas, seria desnecessário prevenir, fazendo-o em traços gerais, segundo impõe a estreiteza do tempo.

Obra de verdadeiro patriotismo era, no momento, realizar uma contra-marcha, na vida politica do país.

À sombra do ultra-liberalismo do Código do Processo e do Ato Adicional, reinava o desassossego, a insegurança, campeava a anarquia.

Especialmente quanto a êsse Ato, começavam as Províncias a se considerar soberanas, a arrogar-se atribuições que nem a República viria conceder aos Estados.

E a unidade nacional, como diz Joaquim Nabuco, rasgada pela ponta no Rio Grande, estava a pique de ser tôda feita em pedaços.

Dão-se as mãos Bernardo de Vasconcelos e Honório Hermeto, até aí separados em luta ardente.

E tendo ao seu lado outras ilustres figuras, assim por exemplo, Rodrigues Tôrres, Miguel Calmon e Maciel Monteiro.

O pioneiro da *Causa Conservadora*, como deixei visto, fôra Honório Hermeto, afirmado no 30 de julho, e confirmado no voto que, em 1834, proferiu contra o Ato Adicional.

Mas o chefe supremo dessa *Campanha Conservadora*, irrompida em 1836 de modo sensacional, foi essa figura incomparável de Bernardo de Vasconcelos, o «gigante intelectual», como o chama Joaquim Nabuco, «o criador do parlamentarismo no Brasil», como o chama Rio Branco, e, por fim, o maior, evidentemente, de nossos legisladores.

Êle quem, impávido, desfralda a bandeira do *Regresso*, da contra-marcha no carro do Estado, proclamando em frases lapidares:

«Fui liberal, então a liberdade era nova no país e estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas: o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da

sociedade; os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram: a sociedade que então corria o risco pelo poder, corre agora pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, e por isto sou regressista. Não sou trãsfuga, não abandono a causa que defendo, nos dias de seus perigos, de sua fraqueza: deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete».

Aberta a Câmara, está travada a luta dos *Conservadores*, — logo constituídos em maioria —, contra Feijó, para só terminar com a vitória que cada vez mais se aproximaria.

Luta que, no terreno dos princípios, versa sobre estes dois pontos: o parlamentarismo e a lei de interpretação.

E que, sob outros aspectos, tem ainda vivas manifestações.

A palavra máxima nessa luta, a palavra de Bernardo de Vasconcellos, é luminosa, e servida por uma cultura transbordante; é invencível.

Vai desmontando o Regente e o seu governo, com o formidável libelo que desenvolve, contra o poder pessoal do mesmo Regente, e contra o Ministério, no qual de fato, com raras exceções, reinava a incompetência, levada ao ridículo com cenas edificantes!

E na exuberância de sua cultura, ao tratar da nossa situação com referência à Santa Sé, demonstra, dando admiráveis lições de Direito Canônico ao próprio Feijó, ser este um *cismático*, e que tinha a audaciosa pretensão de arrastar consigo o Brasil, a Terra de Santa Cruz!

Era o apoio de Evaristo da Veiga, que ainda o ia sustentando, a Feijó, em tão crítica situação.

Chegou porém esse próprio Evaristo da Veiga a perder o seu entusiasmo pelo mesmo, como cumpridamente deixei exposto, em uma passagem do referido capítulo «Regência e Maioridade» da minha *Exposição de Motivos* ao Temário para o Segundo Congresso de História Nacional, realizado em 1931.

Empregou êle os maiores esforços, para conter os seus amigos, que o eram os de ambos os grupos em luta. Confessou com toda a lealdade, como diz Pereira da Silva, que não marchava o governo convenientemente, mas lhe parecia melhor aconselhá-lo do que desmoralizá-lo. Aconselhava a uns e outros a moderação.

Improficuos, porém, êsses esforços.

A luta continuava, e não podia cessar; a força da evolução conduzia o país para os partidos novos ali delineados, e que definitivamente se constituíram, para vigorar até a queda do Império: o *conservador* e o *liberal*.

A refazer a sua saúde, alterada por tantos anos de superiores serviços prestados à Pátria, e pelo que estava ocorrendo, e para agradecer a Minas Gerais o voto com que vinha fazendo parte da Câmara, segue êle, Evaristo da Veiga, em fins de 1836, para essa província.

Encaminha-se para a então Vila da Campanha da Princesa, de clima de eterna primavera, e onde residiam desde alguns anos, ali constituindo família, dois de seus irmãos, reproduzindo-lhe no cenário local, a sua figura no cenário nacional. Eram êles Bernardo e Lourenço, ambos autodidatas, ambos fundadores ali de livraria e de imprensa (acontecimento então único em uma localidade do interior); e sendo que o primeiro órgão aparecido (vivendo de 1832 a 1835), proficientemente redigido por Bernardo (Bernardo Jacyntho da Veiga), e que era bi-semanário, a *Opinião Campanhense*, pregava as mesmas idéias por êle Evaristo da Veiga defendidas aqui no Rio de Janeiro na *Aurora Fluminense*, e tinha grande eco em tôda a Província de Minas.

E ali, na «Atenas Sul-Mineira», desferiu o *Publicista da Regência*, o *Herói do 7 de Abril*, e aquêle a quem mais tarde Rui Barbosa escolheria para patrona da sua cadeira na Academia Brasileira, quando esta se fundou; desferiu êle a última nota de seu estro, nessa longa e sentida poesia com que da mesma se despede:

«Em que da paz no regaço».

«Quatro meses fui ditoso».

Poesia de gratidão a Minas, especialmente à Vila da Campanha, cheia de funda saudade, e na qual se revela também a amargura em que andava a alma do grande brasileiro no meio das agitações políticas do país.

Regressa êle, afinal, daquela terra.

Já em carta de lá escrita a 13 de janeiro, a seu irmão João Pedro aqui no Rio residente, da qual dá noticia Félix Pacheco, no *Publicista da Regência*, ali assim se exprimia, sôbre a política do país: «Digo deveras: olhando para todos os lados, não sei o que farei; é mais fácil discriminar em todos os grupos o mau do bom, porém, *é-me impossível sem labéu sustentar tão mal organizado e esquisito ministério*».

E aqui chegando, ao Rio de Janeiro, a 2 de maio daquele ano, véspera da abertura das Câmaras, tem logo de expandir-se, de dizer tudo o que sente em reunião política efetuada na casa de Feijó.

Profliga, verbera a sua conduta. Feijó porém, é o companheiro d'outrora, dos dias difíceis de 1831...

E como diz Homem de Mello: «O passado e o futuro, os sentimentos do coração e os destinos da pátria travam luta na alma de Evaristo. Não podia resistir a tanta tribulação e a sua cabeça vergou ao pêso do infortúnio do país».

A 12 de maio desaparece o grande brasileiro.

E sem o seu amparo, entregue a si próprio, tem Feijó os seus dias contados.

Avoluma-se cada vez mais a luta da Câmara contra êle, e sendo agora o tema dominante, o relativo ao movimento revolucionário do Rio Grande do Sul, à *República de Piratini*, estando em perigo a unidade da Pátria.

Mas não se lhe diminue a teimosia; vai de arbitrio em arbitrio.

Ameaça dissolver a Câmara, quando para isto não se lhe dava poder a Constituição. E chega a declarar em certo momento: «Eu não sirvo para Rei Constitucional!»

Eis, porém, que a fuga de Bento Gonçalves — o presidente aclamado da *República de Piratini* — do forte da Bahia, onde se achava recluso, levanta na Câmara e fora dela, novos brados de indignação contra o Governo, acusado de imprevidência ou conivência na mesma.

Compreende afinal êle, Feijó, que não pode mais governar. Assim se expressa em manifesto que dirige à nação: «Não devo por mais tempo conservar-me na Regência. Cumpre que lanceis mão de outro cidadão, que mais hábil ou mais feliz mereça a simpatia dos poderes políticos».

Nomeia Araújo Lima ministro do Império, para que posteriormente possa exercer a Regência na forma da Constituição.

E renuncia.

Está consumada a vitória.

Chama Araújo Lima, os *Conservadores*, que formavam a maioria da Câmara, ao poder. Organiza o Ministério de 19 de setembro, o *Ministério das Capacidades*, como foi apelidado.

Conforme signifiquei anteriormente, no terreno dos princípios tôda a luta travada pela Câmara contra Feijó, versava sôbre êsses dois pontos: o regime parlamentar, e a lei de interpretação, isto é, de interpretação do Ato Adicional.

Do que respeita ao regime parlamentar, acabei de falar cumpridamente.

E do que respeita à lei de interpretação, tratarei para adiante, pois se aparecem iniciativas, no período que acabou de ficar estudado, só mais tarde se consumaria a vitória.

Nesse quadro até aqui exposto da *Reação Conservadora*, irrompida em 1836, falei, como se impunha, individual e conceitualmente, embora em considerações gerais, da sua magna figura, a de Bernardo de Vasconcellos.

Agora passo a falar individual, conceitual e desenvolvidamente, da sua grande figura, da figura que se acha em causa nesta Conferência, a de Honório Hermeto.

Esteve sempre a postos.

Tomou parte saliente na discussão dos assuntos palpitantes.

Certo, no começo de sua vida parlamentar, como ficou visto iniciada em 1830, não era um orador, e nem lhe fôra dado até aí praticar a oratória, pois, embora formado em Direito, não exerceu a profissão de advogado, entrou logo para a magistratura.

Como já soube significar Macedo, estudando-lhe a personalidade, no seu trabalho *Ano Biográfico*, «faltavam-lhe alguns dos principais dotes para sê-lo; sua voz era de som pouco agradável; as palavras faltavam-lhe muitas vêzes; e os seus discursos não se recomendavam pela correção nem pelo brilhantismo da forma: Honório Hermeto porém distinguia-se pela dialética cerrada».

E esta dialética, traía o perfeito magistrado que era êle, pois ser magistrado é sentenciar, e a sentença constitui um silogismo.

Mas, se naquela época não era um orador, eis o orador que veio a ser depois, segundo informa ainda Macedo:

«Em 1836 e 1837 Honório Hermeto principia a impor-se na tribuna, como orador de merecimento. A reação dava à sua voz entonações menos desagradáveis e no ataque dos adversários sua palavra difficil tornava-se torrente impetuosa».

No desenvolvimento de tôda a luta que se travou, Bernardo de Vasconcellos pairava em um plano a que ninguém podia atingir, era como signifiquei, o doutrinador que iluminava a Câmara com os clarões da sua palavra e que ainda chumbado na sua cadeira de paralítico, dizimava as hostes que ousassem enfrentá-lo.

Honório Hermeto apresentava títulos especiais para a luta, que também Macedo já soube pôr à vista falando da «sua força de vontade, sua dedicação, sua atividade incansável, sua energia como que dominadora, e o inexcédível talento de disciplinador, e de estrategista de partido».

Retorno ao ponto a que havia chegado — ao 19 de setembro.

É essa data, gloriosa para os destinos do Império, e gloriosa para Bernardo de Vasconcellos, — a da vitória do Parlamentarismo!

Vitória de um regime que não estava na letra da Constituição do Império, mas que surgiu por obra dessa brilhante e incansável doutrinação do «gigante intelectual», desde quando em 1826, se instalaram as Câmaras Legislativas no país.

É um dos maiores acontecimentos da nossa História Constitucional, essa conquista de Bernardo de Vasconcellos, que só encontra um simile na também brilhante, longa e incansável pregação, de um outro gênio da nacionalidade, Rui Barbosa — o grande constitucionalista do Regime Republicano —, no sentido de elevar o Supremo Tribunal Federal à altura de «Roda Mestra» do mecanismo da República, isto é, ao que representa nos Estados Unidos sua Suprema Corte.

Bem se apelidou *Ministério das Capacidades*, aquêlê organizado a 19 de setembro, no qual, além da figura incomparável de seu chefe, Bernardo de Vasconcellos, apareciam vultos como êstes, de que basta citar os nomes, Miguel Calmon (depois Marquês de Abrantes), Maciel Monteiro (depois Visconde de Itamaracá), e Rodrigues Tôrres (depois Visconde de Itaboraí).

Do mesmo não quis fazer parte êle, Honório Hermeto, embora havendo colaborado na sua organização; na consciência de seu valor, reservando-se para chefia de Ministério, que de futuro, lhe haveria de tocar.

Foi, porém, a sua capacidade, como se impunha, aproveitada em posição ainda mais alta do que a de ministro.

Coube-lhe ser o guia do partido na Câmara.

Foi, como diz Joaquim Nabuco, «o contraforte externo do Ministério».

Passo a falar agora, sobre a lei de Interpretação, a segunda daquelas duas medidas do terreno dos princípios, consagradas no programa da *Reação Conservadora*.

Lei essa, de fato, urgente, sem a qual o Ato Adicional era, como estava acontecendo, o «Código da Anarquia», da feliz expressão atribuída a Bernardo de Vasconcellos.

Sobre essa matéria, apresentara um projeto à Câmara, em 1837, Paulino de Sousa (depois Visconde de Uruguai), notável jurista e diplomata.

Projeto, porém, que ficou estacionado.

Logo que constituído o Ministério, Bernardo de Vasconcellos seu chefe, e acumulando as pastas do império e da Justiça, pede em brilhantes relatórios apresentados às Câmaras, a sua urgente aprovação, bem como a reforma do Código do Processo, no sentido de se corrigir o seu ultra liberalismo.

Aprova a Câmara o projeto, apesar da forte resistência dos *liberais*, que não queriam, por forma alguma, tocar no Ato Adicional; programa era seu «defender tôdas as vírgulas dêsse famoso *paladium*», como salienta Theophilo Ottoni, na sua célebre *Circular aos Eleitores da Província de Minas*.

Resistência essa que continuaria em todos os trâmites parlamentares que se seguiram.

E só pode ser vencida no Senado, surgindo afinal a lei de 12 de maio de 1840, essa almejada Lei de Interpretação, graças à palavra admirável e tenaz, dêle próprio Bernardo Vasconcelos, como tão vivamente salienta Levi Carneiro, no seu importante trabalho *Federalismo*, apresentado ao Primeiro Congresso de História Nacional.

Desafiava a competência do mais experimentado parlamentar, a missão confiada a Honório Hermeto, de guia do *partido conservador*, na Câmara, maxime depois de aberta a legislatura de 1838-1840.

Reaparecia aí na Câmara a figura tradicional de Antônio Carlos, em foco desde as Côrtes de Lisboa, orador altiloquente, formidável *debater*, e exímio constitucionalista; a figura de Theophilo Ottoni, o grande tribuno popular; e aparecia pela primeira vez, vindo da Terra da Inconfidência, essa figura do Cônego Marinho, um dos mais brilhantes e fogosos oradores da Câmara, de vasta cultura, e que não tardaria a ser um dos principais chefes políticos da Revolução de 1842, e entrando em combate, da qual seria ainda o «Xenofonte», consagrando-lhe importante trabalho histórico.

E, por outro lado, o que de melhor havia nessas hostes *liberais*, na legislatura anterior, aí na Câmara era ainda visto, isto é, êsses grandes vultos que se chamaram Limpo de Abreu (depois Visconde de Abaeté), Alves Branco (depois Visconde de Caravelas, segundo de nome), e Martim Francisco.

Foi nesse alto meio político e cultural, que teve de agir Honório Hermeto, como guia de seu partido e galhardamente, sobretudo pelo que respeita à sessão legislativa de 1840, ou melhor à *Maioridade*.

Eundo adquiriré vires.

Bem se aplica êsse pensamento à vida parlamentar de Honório Hermeto.

Aquêlê orador dos primeiros tempos, tão deficiente, apenas salientando-se pela sua dialética, pintado por Macedo, foi de fato se corrigindo, se aperfeiçoando, se engrandecendo, para tornar-se por fim um dos mais salientes da sua época.

Tal o que agora, com segurança pude conhecer, intensificando meus estudos sobre a sua personalidade, para realizar esta Conferência, ao consultar demoradamente os Anais Parlamentares.

Orador impetuoso, de variada cultura, cerrada dialética, exposição clara, conceituoso, intrépido na defesa de seus ideais, de elevados sentimentos, nem lhe faltando o humor, ou a própria sátira, quando atacado; e nos momentos mais agitados, tendo lances que chegavam à eloquência.

Era com todos esses títulos que galhardamente êle conduzia na Câmara seu partido, o *partido conservador*, secundando a ação do *Ministério das Capacidades*.

Por vários motivos, insucessos no Rio Grande do Sul, vaidade de Bernardo de Vasconcelos e o ciúme que despertava nos seus próprios colegas o «gigante intelectual», — cãei por fim esse Ministério a 17 de abril de 1839.

E disto falando, momento é de assinalar que o acervo deixado não constava apenas da grandiosa obra política realizada.

Constava ainda dessa obra cultural dos mais variados sentidos, levada a efeito por Bernardo de Vasconcelos, ministro do Império, da qual dei longa notícia, na Conferência realizada nesta Casa, quando se comemorou o Centenário da morte do «Gigante Intelectual».

Obra realmente admirável, marcava o renascimento das letras, da ciência e das artes, pois o culto das mesmas, como salienta Pereira da Silva, parecia suplantado sob o jugo exclusivo da política, que tantos anos absorvia os espíritos.

Cai por fim aquele Ministério, repito; mas o que o sucedeu parecia não existir diante do seu vulto portentoso.

Enfraquece-se a Regência.

Livres de Bernardo de Vasconcelos, os *liberais* unidos com os *áulicos*, planejam o golpe de estado da Maioridade, para subirem ao poder.

Mas ergue-se na tribuna Honório Hermeto; é o mesmo homem de 30 de julho.

Sai a campo e está nos seus grandes dias.

Debate com as maiores figuras do partido liberal, com Antônio Carlos, Limpo de Abreu, Montezuma, Martim Francisco, Theophilo Ottoni.

Pronuncia longos e sucessivos discursos condenando o golpe de estado em si mesmo, e rebatendo ainda as razões com que procuravam justificá-lo.

São discursos de fato notáveis, de argumentação cerrada, com a revelação da largueza de seus conhecimentos, nas considerações

que desenvolve, de direito público, de direito constitucional, e de história, em torno do assunto em causa.

E nos quais, com essa revelação da largueza de seus conhecimentos, corre paralela a da largueza de suas idéias, e o requinte do seu senso moral.

Veja-se, por exemplo, esta passagem do discurso pronunciado na sessão de 18 de julho; e onde já se vislumbra o futuro chefe do «Ministério da Conciliação»:

«Eu sigo a doutrina que autoriza as mudanças de opinião; não estou convencido de que os homens devam ficar estacionários, nem desprezar as ciências e a experiência que alteram e modificam os juízos e opiniões, mas entendo que as regras segundo as quais se julgam aquêles que mudam devem ser pesadas pelo espírito público, êle deve tratar de conhecer se é pela justiça e pela razão que se mudou de opinião, ou se essa mudança foi movida pelo interesse».

Quero agora significar que, aquêles que se deram as mãos em 1836, continuaram juntos nessa emergência da *Maioridade*.

Honório Hermeto, como ficou visto, na tribuna da Câmara; Bernardo de Vasconcelos, na pasta do Império, que aceita pela manhã do dia 22 de julho.

Apela para êle o regente a fim de se conjurar o movimento da *Maioridade*.

Destemido, aceita a pasta, referendando o decreto de adiamento das Câmaras. Reunidos porém nesse mesmo dia no edifício do Senado, deputados e senadores, sem forma regimental, e conseguindo o apoio do príncipe, proclamam a *Maioridade*; consuma-se o golpe de Estado.

Foi um ministério apenas de nove horas, horas estas que êle declarou terem sido as mais gloriosas de sua vida.

Não lhe importava a incompatibilidade com que viesse a ficar com a própria coroa: «não me é dado saber qual será a minha sorte por êste acontecimento».

«Venham sôbre mim todos os males; ainda estou impenitente» — exclamou!

Notável, como acabou de ficar visto, foi a atuação de Honório Hermeto, nesse tão importante período da nossa História Política, em causa nesta Conferência, o que vai da Regência à *Maioridade*.

Mas o ápice da sua carreira, seria marcado mais tarde, pelo *Ministério da Conciliação*.

Depois da *Maioridade*, essas duas figuras da *Reação Conservadora*, Bernardo de Vasconcelos e Honório Hermeto, teriam destinos diferentes.

A carreira política, pròpriamente dita, ficou fechada para Bernardo de Vasconcelos, fôsse pela precariedade sempre crescente de sua saúde, fôsse pela incompatibilidade que êle vaticinara quando ministro do Império impàvidamente referendou naquela manhã de 22 de julho, o decreto de adiamento das Câmaras para impedir o golpe de Estado.

Não mais voltou ao poder.

Certo, entretanto, que continuaria o «gigante intelectual», a ser o maior vulto do Senado, como o fôra na Câmara, e ao mesmo tempo o seria ainda do Conselho de Estado, desde que se constituiu êsse *crisol* dos estadistas do Império, como bem o definiu Joaquim Nabuco; pois era um predestinado a ser o maior de todos onde estivesse!

A carreira política de Honório Hermeto, ao contrário, prosseguiria, de vitória em vitória.

Foi êle a princípio a figura proeminente do Ministério de 20 de janeiro de 1843, em que ocupou, ao mesmo tempo a pasta da Justiça e a de Estrangeiros; foi «o contraforte externo» do Ministério de 29 de setembro de 1848, como disse Joaquim Nabuco.

Conquistou por fim, nessa carreira política, um prestígio sem igual.

E do mesmo se utilizou para abrir novos horizontes no progresso do Brasil, hasteando a bandeira da *Conciliação* do Ministério de que foi chefe, organizado em 1853, no qual se viam, pela ordem cronológica, essas figuras dos futuros presidentes do Conselho, que se chamaram Caxias, Abaeté, Rio Branco, Cotegipe, e ainda essa figura de Nabuco de Araújo.

HONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO, VISCONDE E MARQUÊS DE PARANÁ, DA MAIORIDADE À CONCILIAÇÃO (1840-1853)

HÉLIO VIANNA

Dos políticos do Brasil imperial é, sem dúvida, Honório Hermeto Carneiro Leão, Visconde e Marquês de Paraná, dos que merecem o título de estadista. Digno, portanto, de ser devidamente lembrado no centenário de sua morte, visto ainda não ter recebido a consagração biográfica que há vários anos dedicadamente prepara seu bisneto Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

A êste coube a conferência inicial da série promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Autorizadamente evocou a existência de seu ilustre antepassado, do nascimento em Jacuí, 1801, ao falecimento em pleno fastígio político, em 1856. Resumiu, como ninguém o poderia fazer, 55 anos de uma carreira das mais notáveis do Brasil monárquico. Iniciando exame mais minucioso da vida pública de Honório Hermeto, eruditamente acompanhou-a o Ministro Alfredo Valadão, das Regências à Maioridade do Imperador D. Pedro II, ou seja, de 1831 a 1840. Cumpre-nos, agora, prosseguir nessa biografia política, levando-a até as proximidades do Ministério da Conciliação, ponto culminante de uma ascensão que não conheceu declínio, pois nem mesmo a morte teve poderes para extinguir a idéia que a inspirava: o bem do Brasil. Dêsse coroamento político, a presidência do gabinete de 1853-1856, falará o descendente de um de seus membros, Wanderley Pinho, neto do Barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley.

Examinemos, portanto, o período que nos compete, de 1840 a 1853, em que bem nítido se nos apresenta o amadurecimento do estadista que dentro dêle presidiria duas importantes províncias, Rio de Janeiro e Pernambuco, por pouco mais de um ano chefiaria o governo do país e no estrangeiro cumpriria missão diplomática das mais difíceis dentre as que temos enfrentado na região do

(*) Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 22 de agosto de 1956.



CONS.º HONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO.

Marquez de Paraná

*Litografia de Augusto Off. (Coleção de Henrique Carneiro Leão
Teixeira Filho)*

Rio da Prata — a obtenção da derrota de um dos mais sangüinários caudilhos da América, o ditador argentino Rosas.

1. PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1841-1843)

Na Câmara dos Deputados, em 1840, Honório Hermeto, desde 1830 representante de Minas Gerais, sustentou o último ministério da regência de Pedro de Araújo Lima, futuro Visconde e Marquês de Olinda, o gabinete que inútilmente tentou enfrentar o empolgante movimento nacional favorável à antecipação da maioridade do Imperador D. Pedro II. Na iminência da crise — registrou João Pandiá Calógeras — «Honório Hermeto, sempre na linha dos combatentes de vanguarda quando via em perigo o funcionamento íntegro da Constituição, propôs a única solução legal: solicitar dos eleitores, nas primeiras eleições a se realizarem, poderes para alterar o limite pôsto no Estatuto. Dois vícios apresentava a proposta: era lógica e era legal; e por isso mesmo ia contra as correntes sentimentais da opinião exaltada dominante» (1).

De nada valeram, entretanto, os seus esforços, nem os dos ministros conservadores seus amigos, Joaquim José Rodrigues Tôres e Paulino José Soares de Sousa, futuros Viscondes de Itaboraí e Uruguai, ou a tentativa de adiamento das Câmaras, de que foi encarregado, à última hora, Bernardo Pereira de Vasconcelos. Vitorioso ficou, pelo assentimento do imperador de quinze anos incompletos, o desejo popular manifestado por muitos de seus legítimos representantes, através de nossa única revolução parlamentar, a de 23 de julho de 1840.

Terminado, assim, o período das Regências, inaugurou D. Pedro II o seu efetivo reinado chamando ao poder os liberais que haviam antecipado a sua maioridade. Aos conservadores parecia pouco provável a próxima volta ao govêrno, sobretudo pelo excessivo partidarismo revelado nas chamadas *eleições do cacete*, de 25 de outubro do mesmo ano, em que Honório Hermeto, como tantos outros deputados gerais, não conseguiu reeleger-se. Foi-lhes vantajosa, porém, a desunião do gabinete dito *das famílias*, em que dois irmãos Andradas e dois irmãos Cavalcanti de Albuquerque não se harmonizaram com os restantes ministros Antônio Paulino Limpo de Abreu e Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, futuros Viscondes de Abaeté e Sepitiba.

A 23 de março de 1841 subiam ao poder os conservadores, embora com a manutenção, na pasta dos Negócios Estrangeiros,

(1) J. Pandiá Calógeras — *Formação Histórica do Brasil*, 4ª ed. (São Paulo, 1945), pág. 168.

do citado Aureliano, como seu irmão Saturnino de Sousa e Oliveira colega de turma de Honório Hermeto na Universidade de Coimbra, onde se formaram em 1825. Já no mês seguinte, abril, apuravam-se eleições para a Assembléia Legislativa Provincial fluminense, para o biênio 1842-1843, em que saíam diplomados vultos dos mais representativos de nossa elite política, como revide à compressão anterior. Entre êles os novos ministros Aureliano, Paulino e José Clemente Pereira, os ex-ministros Manuel José de Sousa França, Rodrigues Tôrres e o próprio Honório, além dos futuros ministros Joaquim Francisco Viana e Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara. Em julho, por ocasião da coroação de D. Pedro II, era Honório galardoado com o título de Conde-lheiro de Sua Majestade o Imperador e condecorado com o officialato da Ordem do Cruzeiro.

As eleições do cacete haviam, entretanto, produzido suas conseqüências, em favor dos liberais, que dispunham de ampla maioria, se se reunisse a Câmara dos Deputados, em 1842. Para dissolvê-la, oportunamente, reuniu o govêrno amplos elementos informativos e, prevendo a natural reacção dos prejudicados, dedicou especial atenção ao provimento dos cargos de presidentes das províncias. Assim foram sucessivamente nomeados, para a Bahia o desembargador Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, depois Barão e Visconde de Monserrate; para o Rio de Janeiro, então a província mais importante do Império, Honório Hermeto Carneiro Leão, a 4 de outubro de 1841; para Minas Gerais, Carlos Carneiro de Campos; e para São Paulo o ex-regente José da Costa Carvalho, já Barão, depois Visconde e Marquês de Monte Alegre.

Empossado a 1 de dezembro do mesmo ano, Honório Hermeto deu início a uma administração cujos méritos podem ser devidamente comprovados, inclusive pelo *Relatório* que no ano seguinte apresentou à Assembléia Provincial, como nõ de seu successor, João Caldas Viana, de 1843. Enérgico, honesto e meticoloso, cuidou da instrução, da abertura e melhoramento de estradas, de segurança pública, etc. Contou, para isso, com alguns bons auxiliares, dentre os quais o chefe de Polícia, juiz de Direito Inácio Manuel Álvares de Azevedo (pai do poeta), diretor da Instrução o jornalista Justiniano José da Rocha, e tesoureiro Manuel Odorico Mendes, escritor bem conhecido. Ao ator João Caetano dos Santos, em cujos braços morreria, facultou os meios para a aquisição de um teatro em Niterói. Fazendeiro na província desde 1835, Honório Hermeto igualmente cuidaria do desenvolvimento de sua principal riqueza, a lavoura cafeeira.

Os acontecimentos mais relevantes de sua presidência fluminense foram, porém, os que se referem às providências que tomou

no sentido de impedir a propagação, em seu território, dos movimentos revolucionários em maio e junho de 1842 pelos políticos liberais deflagrados nas vizinhas províncias de São Paulo e Minas Gerais, em consequência da dissolução prévia da legislatura que deveria iniciar-se naquele primeiro mês. Nesse sentido desenvolveu extraordinária atividade, organizando forças militares que inicialmente guarneceram as divisas do Rio de Janeiro e, em seguida, passaram à ofensiva contra os rebeldes de Minas Gerais, sob o comando, a princípio, do Coronel José Tomás Henriques, depois do marechal de campo Barão de Caxias, já vitorioso em São Paulo. Com esse objetivo dirigiu-se, pessoalmente, aos municípios de Resende, Valença e Paraíba do Sul, não tendo dúvida em penetrar em zona de combate, em território mineiro. Tanta era a confiança nêle depositada pelo ministério, que chegou a receber a nomeação de presidente de Minas Gerais, que usaria caso fôsse deposto ou impedido o ocupante legal do cargo, Bernardo Jacinto da Veiga. Sômente regressou a Niterói quando forças por êle organizadas já se encontravam a caminho de Barbacena (onde seu velho pai e o sogro haviam sido presos pelos revoltosos), de Ouro Preto e da vitória final, pela legalidade obtida em Santa Luzia do Rio das Velhas, a 20 de agosto. Recebeu, então, grandes manifestações de aplauso e júbilo, inclusive um *Te Deum* em que foi orador o Cônego Januário da Cunha Barbosa, primeiro secretário dêste Instituto.

Antes dêsses acontecimentos havia Honório Hermeto atingido dois pontos culminantes da carreira política sob o regime monárquico: a nomeação para membro ordinário do Conselho de Estado, quando de sua reorganização, em fevereiro, e a eleição e escolha para senador do Império, pela província natal, em março e maio de 1842.

Foram seus companheiros de nomeação, como conselheiros de Estado, outros notáveis vultos da política imperial brasileira, como o então Visconde de Olinda, Caetano Maria Lopes Gama (depois Visconde de Maranguape), Bernardo Pereira de Vasconcelos, Manuel Alves Branco (mais tarde 2º Visconde de Caravelas), o Barão de Monte Alegre e José Carlos Pereira de Almeida Tôrres (depois Visconde de Macaé). No Conselho foi designado para a Seção de Justiça e Negócios Estrangeiros. Desnecessário seria lembrar a importância dêsse órgão na vida política do Brasil imperial, pois, de acôrdo com Joaquim Nabuco, foi êle «o crisol dos nossos estadistas e a arca das tradições do govêrno» (2).

(2) Joaquim Nabuco — *Um Estadista do Império* — Nabuco de Araújo — *Sua vida, suas opiniões, sua época*, 2ª ed., tomo I (S. Paulo-Rio, 1936), pág. 44.

Na eleição senatorial figurou na lista tríplice em primeiro lugar, seguindo-se-lhe José Cesário de Miranda Ribeiro (também conselheiro de Estado e futuro Visconde de Uberaba) e Bernardo Belisário Soares de Sousa, seu colega em Coimbra e tio do Ministro Paulino de Sousa. Referindo-se a essa eleição, em seu posterior trabalho sobre a revolta dos liberais mineiros, não deixou o Cônego Marinho de alegar a compressão oficial em favor dos candidatos conservadores, plenamente vitoriosos (3).

Deixando a presidência fluminense a 2 de janeiro de 1843, Honório tomou posse, imediatamente, de sua cadeira de senador vitalício, no mesmo dia em que o fez Aureliano Coutinho, eleito pela província das Alagoas. Como companheiros de bancada teria, inicialmente, entre outros, o amigo Cândido José de Araújo Viana, depois Visconde e Marquês de Sapucaí; Bernardo Pereira de Vasconcelos e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, ambos, por diferentes motivos, então no ostracismo; os Marqueses de Baependi e Valença, remanescentes do Primeiro Reinado, e o Padre José Bento Leite Ferreira de Melo, pouco depois assassinado (4).

2. CHEFE DO GABINETE DE 20 DE JANEIRO DE 1843

Empossado no Senado, apesar de uma tentativa protelatória de Holanda Cavalcanti, foi Honório eleito, com o Visconde de São Leopoldo e Manuel Alves Branco, para a Comissão encarregada de elaborar a resposta à Fala do Trono que abrira a sessão legislativa de 1843. Na proposta que redigiu teve de mencionar os acontecimentos revolucionários do ano anterior, motivo pelo qual não a assinou o terceiro membro da Comissão, o que motivou sua calorosa defesa do respectivo texto. Outras discussões daí decorreram, abordando a repressão havida e, principalmente, a prisão e breve deportação, para o Espírito Santo, dos dois senadores comprometidos no levante paulista, Vergueiro e Padre Diogo Antônio Feijó. Quanto a este, acentuou Honório tê-lo apoiado, quando, em 1831-1832, como ministro da Justiça fora enérgico defensor da ordem.

(3) Cônego José Antônio Marinho — *História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais*, 2ª ed., (Conselheiro Lafayette, 1939), pág. 64.

(4) Para a preparação deste capítulo muito nos servimos do trabalho de Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho intitulado — *A presidência do Rio de Janeiro em 1842*, extraído de seu livro em preparo *Vida do Marquês de Paraná*, publicado no *Anuário do Museu Imperial*, de Petrópolis, vol. VI, de 1945, págs. 135-167. Ainda para este, como para os demais capítulos consultamos o Arquivo do Marquês de Paraná e minuciosas anotações postas à nossa disposição por seu bisneto e futuro biógrafo.

Esses fatos chamaram a atenção para o novo senador mineiro e, ocorrendo uma crise ministerial, por Rodrigues Tôrres provocada contra Aureliano Coutinho, titular dos Negócios Estrangeiros, a 20 de janeiro publicou o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, a seguinte nota: «O ministério pediu demissão. O Sr. Senador Honório Hermeto Carneiro Leão acha-se encarregado da formação do novo gabinete». Embora, antes disso, já outros políticos tivessem recebido, de D. Pedro I, como de regentes e do próprio D. Pedro II, a incumbência de escolher ou indicar seus companheiros de governo, tratava-se, como opinou Joaquim Nabuco, de «fórmula nova, que demonstrava da parte do imperador o desejo de escapar à censura de inspirar a formação dos ministérios e de ter nêles, sempre, pessoa sua» (5). Trata-se, evidentemente, de antecipação da criação da presidência do Conselho de Ministros, somente ocorrida em 1847, e fato que ao futuro Marquês de Paraná outorgava a indiscutível posição de chefe do gabinete, embora meses depois ainda mostrasse não gostar dessa atribuição, feita pelo estrepante Deputado Nabuco de Araújo, um de seus componentes, o campista Joaquim Francisco Viana, titular e funcionário da pasta da Fazenda (6), então deputado fluminense e, como diretor-geral de Contabilidade, depois um dos *bispos do Tesouro*, senador, porém nunca mais ministro.

Outro deputado fluminense, o responsável pela anterior saída de Aureliano Coutinho, Joaquim José Rodrigues Tôrres, também contemporâneo de Honório em Coimbra e ex-ministro, futuro senador, Visconde de Itaboraí e por duas vezes chefe do governo — no gabinete de 1843 ocupou a pasta da Marinha. Ao senador José Antônio da Silva Maia, nascido em Portugal, ex-procurador da Coroa, igualmente antigo ministro e conselheiro de Estado — coube a pasta da Império. A da Guerra foi dada ao Marechal de Campo Salvador José Maciel. Honório voltou à da Justiça, que ocupara em 1832-1833, retendo até 8 de junho de 1843 também a dos Negócios Estrangeiros, quando a transferiu a Paulino José Soares de Sousa, então deputado fluminense, concunhado de Rodrigues Tôrres e enérgico ministro da Justiça do gabinete anterior, principal agente da repressão às revoltas liberais de 1842, futuro senador e Visconde do Uruguai.

Essa posterior entrada de Paulino, já incompatibilizado com Aureliano Coutinho, então acusado de ser o «pontífice» do chamado *Clube da Joana*, o grupo político por intermédio do mordomo Paulo Barbosa da Silva mais ligado ao jovem imperador — iria provocar, entre este e Honório, um primeiro atrito, revelado somente há poucos anos, através de documento do Arquivo da

(5) Joaquim Nabuco — *op. cit.*, pág. 43.

(6) Joaquim Nabuco — *op. cit.*, pág. 50.

Família Imperial, por generosa doação desta depois incorporado ao Museu Imperial, de Petrópolis. Trata-se de um duplo pedido de demissão, a D. Pedro II formulado por Honório Hermeto, de ministro, tanto da Justiça como de Estrangeiros, por não ter concordado com sua transferência daquela para esta pasta, a fim de que Paulino pudesse voltar a gerir os negócios da Justiça. Vencida a mineira desconfiança do suscetível resignatário, cedendo às razões por êle expostas concordaram o imperador e Paulino com sua exigência, contornando-se por esta vez a crise, que por quase todo um século permaneceu desconhecida de nossos historiadores, somente a tendo entremostrado o «Inventário dos inestimáveis documentos históricos do Arquivo da Família Imperial do Brasil, existente no Castelo d'Eu, em França», de Alberto Rangel, aparecido em 1939 (7).

Constituído o gabinete, apresentou-se Honório no Senado, com as seguintes palavras explicando o motivo da saída do ministério anterior:

— «A Coroa entendeu que o gabinete passado estava dividido e, malogradas as tentativas de o harmonizar, de o fazer convergir em opiniões, e de estabelecer entre os dignos membros dêsse gabinete a mútua confiança que devera entre êles existir, julgou que convinha a sua dissolução».

E acrescentou, em nítida antecipação de fidelidade aos princípios parlamentaristas, então ainda excepcionais entre nós:

— «A Coroa recusou-se à idéia de recompor o ministério, idéia que eu mesmo propus, movido, já pelas dificuldades que se me ottereceram à organização de um gabinete fortemente constituído, como as necessidades da situação me parecia exigir, já pela consideração de não ter havido em nenhuma das Câmaras manifestação que denotasse a falta de maioria em alguma delas».

E adiante, proféticamente depois de solicitar a confiança do parlamento:

— «Sem ela impossível é que possamos desempenhar a tarefa de que nos incumbimos; assim, no momento em que ela nos falte, nós resignaremos êsse poder, assim como o faremos prontamente ao menor sinal da perda, ou mesmo do enfraquecimento daquela que a êle nos chamou» (8).

Ministério conservador, o de 1843 mostrou sua ligação com o anterior também por intermédio da continuidade da administração.

(7) Incluído nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LIV, de 1932 (Rio, 1939). Trata-se do documento nº 970, do maço XXVII, do referido «Inventário».

(8) *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 24 de janeiro de 1843.

em importantes províncias. Manteve, assim, vários bons presidentes antes nomeados, tais como Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, no Maranhão; o Barão de Boa Vista (Francisco do Rego Barros, notável administrador), em Pernambuco; Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos (depois Barão e Visconde de Monserrate), na Bahia; e o então Barão de Caxias no Rio Grande do Sul, onde, também como comandante das armas, eficazmente lutava para conseguir, como conseguiu, em 1845, a terminação da Revolução Farroupilha, a mais prolongada de nossas revoltas internas. Na província do Rio de Janeiro efetivou, como presidente, o vice João Caldas Viana, irmão do ministro da Fazenda. Acrescente-se, aí, ter Honório Hermeto contribuído para que o Major Júlio Frederico Koeler obtivesse «o contrato de que resultaria a fundação de Petrópolis, promovida através do imperial decreto de 16 de março de 1843» (9).

Quanto aos novos presidentes nomeados pelo ministério, incluíram-se entre eles José Ildefonso de Sousa Ramos (depois Barão das Três Barras e 2º Visconde de Jaguarí), no Piauí; o Tenente-General Francisco José de Sousa Soares de Andréia (mais tarde Barão de Caçapava), em Minas Gerais; e Manuel Felizardo de Sousa e Melo, em São Paulo.

Na Câmara dos Deputados o gabinete teve a apoiá-lo uma renovada e brilhante maioria conservadora, embora entre ela aparecessem, ao lado de experimentados remanescentes das lutas políticas das Regências, também alguns estreantes que depois ascenderiam a posições de chefia nos dois partidos do Segundo Reinado. É o caso, nessa «sessão de 1843», que Joaquim Nabuco devidamente exaltou, de seu próprio pai e biografado, José Tomás Nabuco de Araújo. Como o de seus companheiros do Curso Jurídico de Olinda (sucessor, com o de São Paulo, da função preparadora de elites da Universidade de Coimbra), João Maurício Wanderley (depois Barão de Cotegipe), Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana) e João Lins Vieira Cansção de Sinimbu (Visconde de Sinimbu).

Sob a chefia de Honório não encontrou o ministério sensíveis dificuldades em sua ação parlamentar, embora prosseguissem os julgamentos dos participantes nos movimentos de rebeldia de 1842 e continuasse, já em fase francamente favorável à legalidade, a luta armada no Rio Grande do Sul.

Importantes acontecimentos relativos à Família Imperial registraram-se durante o ministério de 1843. Além da realização do casamento do próprio imperador, contratado no ano anterior, negociaram-se os de suas irmãs: o de D. Francisca com o Prin-

(9) Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — *op. cit.*, pág. 150.

cipe de Joinville, filho do Rei dos Franceses, Luís Filipe; e o de D. Januária com o Conde d'Áquila, irmão da nova Imperatriz, D. Teresa Cristina Maria, e do Rei das Duas Sicílias, Fernando II.

Menos felizes foram outros acontecimentos do setor internacional. Está nesse caso um inútil «tratado de aliança ofensiva e defensiva», solicitado, assinado mas não ratificado pela Confederação Argentina. Com êste país, aliás, outras dificuldades diplomáticas tivemos, em consequência do bloqueio de Montevidéu, que declarou não reconhecer o nosso enviado ao Uruguai, Cansação de Sinimbu, o que provocou a retirada de nosso ministro em Buenos Aires, Duarte da Ponte Ribeiro (10).

Da mesma forma, falharam, no Rio de Janeiro e em Londres, tentativas no sentido de serem estabelecidos os limites com a Guiana Britânica e renovado o tratado de comércio com a Inglaterra (11).

Foi, porém, um caso pessoal que deu origem à retirada do gabinete de 20 de janeiro de 1843, pouco mais de um ano depois de sua organização. Sendo esta já a terceira depois da Maioridade e sem dúvida uma das mais importantes crises ministeriais ocorridas sob a vigência do regime monárquico no Brasil, e interessando, tanto à biografia de Honório Hermeto como à história de nosso parlamentarismo, convém que aqui seja lembrada com alguma minúcia.

Já assinalamos terem sido colegas de turma, na Universidade de Coimbra, Honório, Aureliano Coutinho e o irmão dêste, Saturnino de Sousa e Oliveira. Mantiveram, os dois primeiros, boas relações ao tempo das Regências. Participantes, embora não ao mesmo tempo, do último ministério da Regência Trina Permanente, dêle saíram, ambos, por intrigas de Bernardo Pereira de Vasconcelos (12), com o qual se reconciliou, mais tarde, seu comprovinciano, mas não Aureliano. Foram tão amigos que, em 1837, optou Honório por uma vaga da representação mineira, a fim de permitir que Aureliano, apenas suplente de deputado, pudesse entrar na bancada do Rio de Janeiro, em que também figurava aquêle (13). Antes de terminar a legislatura iniciada em 1838, separou-os a questão da antecipação da maioridade de D. Pedro II, o fato de ter Aureliano participado, em seguida, tanto do primeiro ministério liberal como do primeiro gabinete conservador, e a

(10) Cf. José Antônio Soares de Sousa — *Um diplomata do Império (Barão da Ponte Ribeiro)*, (São Paulo, 1952), cap. XVII — «A borrasca».

(11) Cf. Raul Adalberto de Campos — *Relações Diplomáticas do Brasil* (Rio, 1913), págs. 63 e 175.

(12) Cf. Hélio Viana — *Visconde de Sepetiba*, biografia, separata de *Centenário de Petrópolis — Trabalhos da Comissão*, vol. VII (Petrópolis, 1943), cap. VIII — *A luta entre Aureliano e Bernardo de Vasconcelos*, págs. 125-27.

(13) Hélio Viana — *op. cit.*, pág. 136.

saída dêste, provocada por Rodrigues Tôrres, decerto com o assentimento de seu concunhado Paulino de Sousa, amigo de Honório. Acrescentem-se a derrota eleitoral de Saturnino, candidato à deputação fluminense em 1842, e a ação do discutido *Clube da Joana*, a partir da Maioridade, e teremos o conjunto das primeiras causas da demissão ministerial de 2 de fevereiro de 1844. Quanto àquela eleição, veja-se, por exemplo, o seguinte trecho de carta de Honório, presidente da província do Rio de Janeiro, a Paulino, ministro da Justiça: «Remeto a V. Excia. a inclusa carta que me tornará a reenviar, porque ainda a não respondi, e cumprindo o que nela se me recomenda, rogo a V. Excia a exclusão do nome do Sr. Paulo Barbosa, que parece estar despeitado pelo mau sucesso da candidatura do Dr. Saturnino, mau sucesso que me não pode ser imputado» (14).

Referia-se à exclusão do mordomo da Casa Imperial da bancada de deputados mineiros. Sobre o famoso *Clube da Joana* e alguns de seus componentes, convém que se repitam alguns dados, que noutras oportunidades já reunimos (15). Trata-se de um dos mais curiosos capítulos de nossa história política, sobre a existência de um grupo de amigos que, orientado por Aureliano e Paulo Barbosa, e habitualmente reunido na residência do segundo, junto ao riacho da Joana, num dos lados da Quinta da Boa Vista (16), teria influído, de 1840 a 1848, sobre o ânimo do jovem e ainda inexperiente imperador, de modo a dirigí-lo e ao país «por detrás da cortina» (17). Trata-se, em suma, da chamada *facção áulica*.

Acima de tudo, contribuiu para a formação dessa hipótese a ação da imprensa, sobretudo da *Sentinela da Monarquia*, jornal orientado pelo Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, já então aliado de seu antigo adversário Honório Hermeto. Percorrendo a sua coleção, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, poderemos acompanhar a formação dessa intriga, que à força de repetida ganhou foros de verdade incontestável.

(14) Carta sem data, mas certamente de 1842, do Arquivo do Visconde do Uruguai, em poder de seu bisneto José Antônio Soares de Sousa, cópia de Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

(15) Na citada biografia do *Visconde de Sepetiba* e na tese *Da Maioridade à Conciliação*, de 1945, adiante cit., trabalhos reunidos no vol. *Estudos de História Imperial* (S. Paulo, 1950).

(16) A casa, ainda existente, embora consideravelmente modificada, fica perto das esquinas das ruas Ibituruna e General Canabarro, próximo à confluência do riacho Joana com o Maracanã.

(17) Américo Jacobina Lacombe — *Paulo Barbosa*, esboço biográfico, separata de *Centenário de Petrópolis* — *Trabalhos da Comissão*, vol. VII, cit., pág. 42.

Entretanto, além do *Clube da Joana*, o incidente entre Saturnino e Honório, que deu causa à dissolução do gabinete de 20 de janeiro, precisa, para ser bem compreendido, que se conheçam mais alguns dados sobre o irmão de Aureliano.

Era Saturnino, desde 1833, inspetor da Alfândega da Côrte, cargo de que se afastara temporariamente, ou por divergir do governo regencial do Padre Feijó, ou para desempenhar as difíceis missões que consistiram em duas presidências da convulsionada província do Rio Grande do Sul, em 1839-1840 e em 1841-1842. Tendo sido deputado pela província do Rio de Janeiro na 3ª legislatura (1834-1837), apenas conseguiu o lugar de suplente na 5ª (1843-1844), devido, provavelmente, à pressão contrária dos chefes conservadores Paulino de Sousa e Rodrigues Tôrres, se não houve hostilidade, nessa eleição de 1842, também de Honório, presidente provincial. Político inteligente, dotado de inegáveis qualidades de homem de ação, disto deixou provas nos dois livrinhos que publicou, relativos às suas atividades no combate à revolução *farroupilha* (18). Escrevendo, em 1843, mais um opúsculo — *Projeto para a supressão de alguns impostos e amortização de parte da divida pública fundada* — nesse trabalho «viam alguns u'a mal disfarçada censura contra as exigências do ministério que havia causado o mau êxito das negociações com a Inglaterra» (19).

Abrindo-se vaga na representação senatorial fluminense, com a morte do Padre Diogo Antônio Feijó, a ela resolveu apresentar-se Saturnino. Declarou-o pelo *Jornal do Comércio* de 5 de dezembro de 1843, acrescentando que a nenhum ministro pedira que fôsse incluído na indicação oficial, acentuando, assim, o caráter independente de sua candidatura. A chapa do governo, de acôrdo com o costume então ainda vigente, de eleições de ministros, foi composta dos nomes dos titulares da Marinha, Rodrigues Tôrres, e da Fazenda, Joaquim Francisco Viana, além do presidente de Minas Gerais, Tenente-General Francisco José de Sousa Soares de Andréia, depois Barão de Caçapava. Este último, tendo sido sucessor de Saturnino na presidência do Rio Grande, em 1840, também fôra seu feliz rival na eleição de deputados à 5ª legislatura.

(18) Saturnino de Sousa e Oliveira — *Bosquejo Histórico e Documentado das Operações Militares na Província do Rio Grande do Sul, durante a Presidência do Dr. ...* (Rio, 1841); e *Negócios do Rio Grande — As operações do Passo Fundo, descritas pelo atual presidente do Rio Grande do Sul, o Dr. ...* (Rio, 1842).

(19) [Luis José de Carvalho Melo Matos] — *Páginas d'História Constitucional do Brasil — 1840-1848* (Rio, 1870), pág. 95. — Esta obra, encomendada pelo governo e impressa em 1868, destinava-se a responder à de Tito Franco de Almeida, intitulada *O Conselheiro Francisco José Furtado — Biografia e Estudo de História Política Contemporânea* (Rio, 1867) — adiante mencionada quanto às importantíssimas anotações que recebeu de D. Pedro II.

Realizou-se a eleição senatorial a 14 de janeiro de 1844, e os candidatos oficiais venceram, não conseguindo o oposicionista alcançar colocação na lista triíplice, encabeçada pelo futuro Visconde de Itaboraí, a 22 de fevereiro escolhido pelo imperador.

Passada a eleição e tendo em vista, provavelmente, castigar a rebeldia do alto funcionário que se opusera aos desejos do governo, resolveu Honório Hermeto solicitar de D. Pedro II a demissão de Saturnino do cargo de inspetor da Alfândega, embora não fôsem essas funções de natureza política, mas, como diríamos hoje, técnica e de confiança. Recusando-se o jovem imperador a concedê-la, por julgá-la «injusta», preferiu o ministro exonerar-se, com a sua saída arrastando a do gabinete e a do próprio Partido Conservador. Caracterizou-se, assim, o aspecto pessoal do caso, como aliás reconheceu o próprio ministro demissionário.

«O gênio altivo e assomado do primeiro ministro» — escreveu Melo Matos em resposta à *Circular* de Teófilo Ottoni (20) e ao livro de Tito Franco — «tão conhecido que foi por vêzes objeto de discussão nas Câmaras, e que, em abono da verdade seja dito, não era devido a um caráter brutal e insensível, mas à extrema franqueza e expansibilidade da sua índole, veio então perturbar o desfecho da questão.

«A maneira por que insistiu era bem diferente da que permite a etiqueta, e pelo menos estranha nas relações de súdito a soberano.

«Quer a violência do ministro tivesse exaltado o sangue do jovem príncipe, movendo nêle o receio de parecer consentir no amesquinamento do seu augusto caráter constitucional — quer o seu coração se tivesse revoltado contra os motivos a que era geralmente atribuída a proposta, o fato é que insistiu por sua vez na recusa» (21).

O resultado foi o pedido de demissão de Honório, formulado a 31 de janeiro de 1844, «tendo em vista os seus empenhos contraídos perante o Corpo Legislativo», conforme declarou no respectivo requerimento. Solicitou, ao mesmo tempo, por desejar ausentar-se da Côrte, segundo alegou, sua transferência do quadro

(20) Teófilo Benedito Ottoni — *Circular dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. Eleitores de Deputados pelo 2º Distrito Eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura pelo ex-Deputado* ... (Rio, 1860).

(21) Luís de Carvalho Melo Matos — *op. cit.*, pág. 97. — Esta versão do incidente é confirmada pela publicação relativa à demissão do primeiro ministério de Honório Hermeto, aparecida no *Diário do Rio de Janeiro*, de 22 de fevereiro de 1844.

de conselheiros de Estado ordinários para o de extraordinários e, não sendo isto conveniente, a própria demissão do Conselho» (22).

Falando no Senado, posteriormente, disse Honório não ter faltado, na crise, a solidariedade dos colegas, nem a confiança do parlamento, nem a da Coroa, *que o exortara a continuar como ministro*, mas entenderam os membros do gabinete que, recusando-se o soberano a concordar com a demissão de um empregado que os hostilizava, não poderiam se conservar nos cargos. «A causa da retirada do ministério foi uma questão pessoal» — declarou o demissionário. «O ministério entendeu que não podia continuar a servir um chefe da repartição da Fazenda que era inteiramente oposto à sua política e que por algum motivo oculto era inimigo pessoal da administração» (23).

A propósito comentou, com razão, Melo Matos: «O gabinete retirou-se por uma questão de amor próprio, e não por motivo político: ora, que nas relações com os ministros deva o chefe do Estado também ceder em questões de amor próprio, é tese nova, nunca até agora demonstrada» (24).

Melhor ainda explicou o caso o imperador, em nota à biografia do *Conselheiro Francisco José Furtado*, de Tito Franco de Almeida, obra aparecida em 1867: «Entendi que a demissão era injusta, e pelo modo por que o Carneiro Leão insistiu entendi que se cedesse me reputariam fraco. Ninguém influiu no meu espírito para assim proceder, e depois que meu caráter foi conhecido eu teria acedido, mesmo porque a experiência me tem mostrado que os vaivéns políticos reparam em mais ou menos tempo os atos injustos que originam. O *Marquês de Paraná* revelou-me de qualquer falta que eu houvesse cometido em relação a *Carneiro Leão*» (25).

Alguns anos depois, ao redigir *Instruções* destinadas à Princesa Imperial Regente, sua filha D. Isabel, em forma de conselhos e observações, às vésperas de embarcar para a Europa, voltou D. Pedro II ao caso, em documento que se guarda no Arquivo do Palácio Grão-Pará, em Petrópolis, por gentileza de Sua Alteza o príncipe D. Pedro Gastão de Orléans-Bragança copiado por Guilherme Auler para Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho: «Desde 1840 que só para a retirada de três minis-

(22) Original no Arquivo da Família Imperial do Brasil, no Museu Imperial, de Petrópolis, nº 5.174, maço XL do «Inventário» cit., de Alberto Rangel.

(23) *Jornal do Comércio* de 13 de maio de 1844, apud *Circular* cit., de Teófilo Ottoni, pág. 117.

(24) Luis de Carvalho Melo Matos — *op. cit.*, pág. 59.

(25) As notas do imperador à biografia do *Conselheiro Furtado* apareceram, primeiramente, em outro livro de Tito Franco de Almeida — *Monarquia e Monarquistas* (Pará, 1895). — A cit. encontra-se na 2ª ed. daquela obra (S. Paulo, 1944), como nota 21, pág. 33.

térios tenho concorrido voluntariamente, e são êstes: o que se retirou em 1843, por ter eu negado a demissão do inspetor da Alfândega, pedida pelo ministro Honório Hermeto Carneiro Leão, depois Marquês de Paraná, visto eu não a reputar justa, e sobretudo parecer exigida como de quem era moço, pouco experiente, e portanto presumivelmente falto das qualidades necessárias a combater a exigência» (26).

À vista dessas explicações posteriores, evidencia-se não ter nenhum fundamento a afirmação do panfletário Timandro (Francisco de Sales Tôrres Homem, depois Visconde de Inhomirim) — de que a crise de 2 de fevereiro de 1844 fôra «uma simples vindita da Côrte» (27). Com êle concordou Teófilo Benedito Ottoni, em sua despeitada *Circular* de 1860, embora acrescentando que Saturnino era «homem de grande mérito», e que, demitido o ministério, seu irmão (Aureliano) «foi de pronto encarregado da presidência da província do Rio de Janeiro», nomeação que dava «a decifração do enigma de 2 de fevereiro» (28).

Não se limitou ao Segundo Reinado a exploração do famoso incidente político. Já sob a República coube ao anedoteiro Suetônio, pseudônimo de filho de ilustre parlamentar do Império, forjar, em artigo publicado no jornal *O País*, outra versão do caso, segundo a qual Honório Hermeto ter-se-ia mostrado desrespeitoso diante do jovem imperador (29). Desmentindo-o, cabalmente, foram decisivas as declarações do Visconde de Ouro Preto, neste Instituto Histórico, em 1906, então confirmadas por nosso presidente da época, o segundo Marquês de Paranaguá.

— «Aludira o Sr. Tito Franco de Almeida à demissão do Ministro Honório, depois Marquês de Paraná, porque exigiu e demissão do inspetor da Alfândega e não a obtivera por *favoritismo*....

«Declarou o imperador: «Nunca tive favoritos. Recusei, é certo, a demissão do inspetor da Alfândega desta cidade e concedi a do ministério, que disso fizera questão, por dois motivos. Em

(26) Doc. publ. em fac-símile — As demais dissoluções de ministérios, das quais D. Pedro II assumiu a responsabilidade foram as do Visconde de Abaeté, em 1859, e de Zacarias de Góis e Vasconcelos, em 1868.

(27) Timandro [Francisco de Sales Tôrres Homem] — *O Libelo do Povo*, 3ª ed. (Lisboa, 1868), pág. 89.

(28) Teófilo Benedito Ottoni — *Circular* cit., pág. 117.

(29) Suetônio [Antônio Ferreira Viçana Filho] — *O Antigo Regime (Homens e Cousas)*, prefácio de Quintino Bocaiuva (Rio, 1896), págs. 99-100. — Repetiu a imaginária cena José Pedro Xavier da Veiga na «Notícia biográfica de Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná)», publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, fasc. IV, de 1896 (reed. de Belo Horizonte, 1934), págs. 823-824.

primeiro lugar, *não me provara* o ministro nenhuma irregularidade no procedimento daquele funcionário honestíssimo. Depois, eu era então muito môço: começava a exercer minhas funções e entendi dever mostrar que tinha vontade e resolução.

«O Sr. Marquês de Paranaguá dá o seguinte aparte:

— «E o imperador acrescentou: «Hoje não procederia assim».

«O Sr. Visconde de Ouro Preto (continua): «Exatamente; e mais que: Tanto Honório não se magoou comigo, que depois serviu nos mais altos cargos de imediata confiança» (30).

3. PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (1849-1850)

Não tendo sido de natureza política, e sim um caso pessoal, o motivo da exoneração do primeiro ministério de Honório Hermeto, convidou o imperador, para substituí-lo na tarefa da organização do novo gabinete, outro membro do Partido Conservador, o então Visconde de Monte Alegre. Escusando-se êste de dar cumprimento à incumbência, foi ainda a um recente adversário dos liberais que recorreu D. Pedro II: o senador José Carlos Pereira de Almeida Tôrres, depois Visconde de Macaé.

Na organização do novo ministério surgiu a possibilidade de infiltração dos liberais, ainda há pouco em rebelião, processo e julgamento, conforme em carta do mesmo dia 2 de fevereiro de 1844 denunciou Honório ao amigo Cândido José de Araújo Viana, evidentemente para que o transmitisse ao imperador, e com tôda a urgência, como realmente fêz: «Acabo de ser informado que reunindo-se ontem em casa de Ernesto (31) os Srs. José Carlos e Alves Branco, para concordarem nas pessoas que deviam completar o novo gabinete, que êste propusera o Limpo e Ottoni. — O Limpo tem boas qualidades, é instruído, e estou mesmo que tem modificado muito suas idéias sôbre política, porém que direi do Ottoni? Saído no mês passado da cadeia do Ouro Preto, e já proposto no 1 de fevereiro para ministro do Sr. D. Pedro 2º!! — Consta-me que a idéia foi repelida, mas a simples proposição não mostra bastante a tendência dêstes Senhores? Não se deveria prevenir ao imperador? S. Majestade estêve sempre concorde com o gabinete de que fiz parte em tôdas as questões de política

(30) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXVII, parte I, de 1914, vol. 129 (Rio, 1915), pág. 251. — Quase tôda a parte relativa à demissão do ministério está conforme nossa tese *Da Maioridade à Conciliação* (1840-1857). Síntese de História Política e Bibliografia do Período (Rio, 1945), págs. 15-19.

(31) Ernesto Ferreira França.

interna e externa: a divergência apareceu em uma pequena questão pessoal. Deve essa divergência originar uma mudança para a política da rebelião? Eu perguntei a S.M. o Imperador se pretendia modificar a política interna, e S.M. me respondeu que não. À vista dêsses dados consulto a V. Excia. se convém prevenir ao imperador; e quem o há de fazer?» (32).

Se o protesto de Honório valeu quanto aos indigitados quase ministros, não teve efeito quanto a outro quase oposicionista, Manuel Alves Branco, depois 2º Visconde de Caravelas, incluído na pasta da Fazenda. E embora fôsem conservadores outros novos ministros, como Ernesto Ferreira França e Jerônimo Francisco Coelho, o próprio organizador do gabinete, Almeida Tôrres, mostrou ser elemento suscetível de emigrar para o campo oposto (33). Com a anistia aos revoltosos liberais e as posteriores entradas para o ministério do citado Limpo de Abreu e de Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, futuros Viscondes de Abaeté e Albuquerque — ficaria bem nítida a linha liberal do novo governo.

Nesse período, que irá até 1848, como seria de esperar conservou-se Honório Hermeto afastado dos postos governamentais, embora senador e conselheiro de Estado. Não deixou, porém, de ter o nome envolvido nas cogitações políticas da época, a ponto de ser-lhe atribuída por Teófilo Ottoni, na citada *Circular* de 1860, participação na autoria do anônimo panfleto intitulado *A dissolução do Gabinete de 5 de Maio ou A Facção Áulica*, de 1847, cuja elaboração coube, entretanto, a Firmino Rodrigues Silva.

Somente com a ascensão dos conservadores ao poder, em 1848, no grande ministério sucessivamente presidido pelos Viscondes de Olinda e Monte Alegre, que durou quase quatro anos, até 1852, pôde Honório prestar novos serviços ao país, em postos de grande confiança e alta significação política.

Primeiro dêles foi a presidência da província de Pernambuco, pouco antes convulsionada na fase mais aguda da chamada revolta *praieira*, de fins de 1848 aos meses iniciais de 1849. Nomeado a 31 de maio dêsse último ano, para suceder ao enérgico Manuel Vieira Tosta, depois Barão, Visconde e Marquês de Muritiba, somente a 2 de julho seguinte pôde tomar posse do cargo, no Recife.

Começou sua ação política tomando providências para que houvesse ampla liberdade nas eleições primárias que se realizariam a 5 de agosto, inclusive suspendendo as prisões de implicados na

(32) Documento até agora inédito, do Arquivo da Família Imperial Brasileira, no Museu Imperial, de Petrópolis, nº 5.174, maço XL do «Inventário» de Alberto Rangel.

(33) Hélio Viana — *Da Maioridade à Conciliação* cit., pág. 21.

revolta, não pronunciados pela justiça. O mesmo fêz mais tarde quanto à terceira eleição senatorial para as já antigas vagas de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e José Carlos Mairink da Silva Ferrão, paulista e mineiro envolvidos nas revoluções pernambucanas de 1817 e 1824, o primeiro como revolucionário, o segundo como fraco presidente legalista.

Quanto aos remanescentes da revolta *praieira*, de acôrdo com anteriores ordens do govêrno imperial, concedeu anistia a todos que estivessem naquelas condições, e que não tivessem seguido para as matas do sul da província com o capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira. Esforçou-se, ainda, para que também êstes, em número aproximado de 400, se entregassem, indo o seu chefe servir, como militar que era, durante cinco anos na província do Grão-Pará. Malograram-se, porém, as tentativas nesse sentido feitas, desenvolvidas durante três meses. Pela interferência do anistiado Caetano Alves, que se reuniu a Pedro Ivo, do ex-chefe de Polícia Miguel Afonso Ferreira e de outros antigos *praieiros*, teve de ordenar a retomada de hostilidades em outubro de 1849, convocando novas tropas de linha e da Guarda Nacional, inclusive solicitando-as de outras províncias do Império.

Determinou, então, que fôssem removidos da fortaleza do Brum para a ilha de Fernando de Noronha os réus já anteriormente condenados pelo tribunal do júri presidido por José Tomás Nabuco de Araújo. Entre êles Filipe Lopes Neto, depois diplomata e Barão de Lopes Neto; Jerônimo Vilela de Castro Tavares, professor do Curso Jurídico de Olinda; o historiador José Inácio de Abreu e Lima; o agitador e pasquineiro Antônio Borges da Fonseca; Henrique Pereira de Lucena e outros. Bernardo José da Câmara, senhor de engenho e futuro Barão de Palmares, também para a ilha foi mandado, sob a acusação de ter dado auxilio a Pedro Ivo, embora não tivesse sido condenado pela justiça.

Realizadas novas operações militares, a princípio dirigidas pelo comandante das armas, Marechal José Joaquim Coelho, depois Barão da Vitória, mais tarde por seu sucessor, Marechal Antônio Corrêa Seara, travaram-se alguns encontros, como o de 14 de novembro, favoráveis aos legalistas. Em fevereiro de 1850, vencidos, debandaram os revoltosos das Matas, internando-se em Alagoas, de onde Pedro Ivo e outros embarcaram para a Bahia, esperando obter anistia. Em abril mandou o presidente Honório Hermeto que fôsse prêso o facinora Vicente de Paula, mandando-o para Fernando de Noronha.

Além dessas operações no sul da província, também no norte e centro houve necessidade de algumas outras, sem a mesma intensidade, porém com o mesmo objetivo pacificador. Aliás, devido à revolta, outras povoações do interior, como Flôres, também estive-

ram convulsionadas por desordeiros, muitas providências exigindo do govêrno.

Além do relevante problema da ordem e segurança, assuntos puramente administrativos também constam dos *Relatórios* que Honório Hermeto em 1850 apresentou à Assemblêia Legislativa Provincial, em abril, e ao seu sucessor na presidência, José Ildefonso de Sousa Ramos, no mês seguinte (34). Entre êles os referentes à instrução e saúde pública, diversas obras no interior da provincia e na capital (inclusive a quase conclusão do Teatro Santa Isabel), etc.

Como prêmio por seus novos e relevantes serviços recebeu a grã-cruz da Ordem de Cristo.

4. ENVIADO EXTRAORDINÁRIO E MINISTRO PLENIPOTENCIÁRIO EM MISSÃO ESPECIAL NO RIO DA PRATA (1851-1852)

Regressando ao Rio de Janeiro em maio de 1850, depois de dez meses e meio de exercício da presidência de Pernambuco, por algum tempo permaneceu Honório Hermeto em suas funções de senador e conselheiro de Estado, apoiando o ministério conservador presidido pelo Visconde de Monte Alegre, mas sem receber novas comissões. A revolta *praieira*, cujos últimos reflexos tanto contribuiu para debelar, fôra o último levante provincial do Império e um período de quarenta anos de paz interna então se iniciou, durando até a proclamação da República. Se esta era a situação íntima do país, consolidados os seus partidos políticos, outro tanto não acontecia no setor externo, em que a posição continental do Brasil exigia prontas e graves soluções, a que não faltaria Honório, com sua cooperação em delicada missão diplomática.

A prolongada guerra entre a Confederação Argentina e a República Oriental do Uruguai, com o predomínio, na primeira, do ditador Rosas, e a rebelião, na segunda, conduzida pelo caudilho Oribe, apoiado pelos portenhos, interessava, por muitas razões, ao Império. Constituía, inicialmente, evidente ameaça à independência do país cisplatino, de que éramos fiadores, desde 1828. E, em segundo lugar, havia o problema do livre acesso fluvial da provincia de Mato Grosso, ligado ao da autonomia da República do Paraguai, que o govêrno rosista não reconhecia.

Resolveu-se, em 1851, a primeira parte da questão. Rompidas as relações diplomáticas da Argentina com o Brasil, combinara êste, em maio, com o Uruguai e os governos rebelados das pro-

(34) Publicado, o primeiro, no Recife, em folheto de 1850; o segundo no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, a 30 de maio de 1850.

víncias de Entre-Rios e Corrientes, uma ação conjunta contra Oribe, que dominava grande parte do interior uruguaio, ameaçando, de suas vizinhanças, a própria Montevidéu. Urquiza, governador de Entre-Rios, e o tenente-general Conde de Caxias, presidente e comandante das armas do Rio Grande do Sul, penetraram com forças armadas no Uruguai, a fim de combatê-lo. Oribe, porém, preferiu entregar-se ao primeiro, sem luta e em condições a êle muito favoráveis, à vista da aproximação do segundo. Realizava-se, assim, sem audiência de uma das partes, uma pacificação apenas parcial e certamente transitória, de visíveis inconvenientes.

Simultaneamente, concluíam-se no Rio de Janeiro, com o ministro uruguaio Andrés Lamas, antigas negociações, com a assinatura, a 12 de outubro, de quatro tratados, de aliança, limites, comércio e navegação e extradição. Dêles foram signatários, pelo Brasil, dois políticos que muito bem representavam as duas correntes partidárias então existentes: a conservadora, por Honório Hermeto; a liberal, por Antônio Paulino Limpo de Abreu, futuro Visconde de Abaeté.

Foi diante dessa dupla emergência que o ministério brasileiro, tendo Paulino José Soares de Sousa na pasta dos Negócios Estrangeiros, resolveu recorrer novamente a Honório, enviando-o ao Rio da Prata como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial junto aos governos das repúblicas do Uruguai e do Paraguai, e das províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes. Fazendo-o, Paulino declararia, mais tarde, as razões da nomeação: «a urgência de enviar ao Rio da Prata um negociador hábil, decidido, e que, acreditado com poderes bastantes perante todos aquêles Estados, servisse de centro para dar ali uma direção pronta e eficaz aos nossos negócios» (35). E, por feliz escolha de Honório, o secretário da missão seria exatamente quem pôde continuá-la, como ministro residente, um futuro estadista e internacionalista, então jovem jornalista, político à época mais ligado aos liberais que aos conservadores, a quem assim se oferecia oportunidade para carreira pública das mais notáveis do Império: José Maria da Silva Paranhos, depois Visconde do Rio Branco.

Partindo imediatamente para Montevidéu, já no comêço de novembro iniciava Honório as negociações relativas à segunda parte do programa imediato do Brasil na bacia platina: a obtenção da queda de Rosas, como único meio de tornar efetiva a pacificação do Uruguai e da própria Argentina, e o reconhecimento da independência do Paraguai, com a consecução da liberdade de navegação fluvial rumo a Mato Grosso. Tão prontamente agiu que já a

(35) Paulino José Soares de Sousa — *Relatório* do Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 15 de maio de 1852 apresentado à Assembléia Legislativa, publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, do dia seguinte.

21 do mesmo mês e ano assinava com os representantes de Entre-Rios, Corrientes e Uruguai o convênio especial de aliança que assegurou o modo e meios de ser alcançado aquêlê fim. A guerra, que meses antes, contra tôdas as normas internacionais, o govêrno de Buenos Aires já considerava existente, contra o Brasil, era pelo Império aceita e posta em condições para nós mais vantajosas, com o aproveitamento da rebelião daquelas duas províncias argentinas contra o ditador que há dois decênios aviltava o país.

Seguindo-se à ação diplomática a militar, todos conhecem o papel decisivo que então coube à marinha e ao exército imperiais: aquela, sob o comando de Grenfell, conduzindo as tropas aliadas, rio Paraná acima, até o pôrto do Diamante, brilhantemente vencendo a resistência que em Tonelero lhe foi oferecida; êste, sob o comando de Caxias concentrado em Colônia, tendo enviado a divisão de Marques de Sousa a cooperar, de modo decisivo, com as fôrças de Urquiza na batalha de Morón, Santos Lugares ou Monte Caseros, que a 3 de fevereiro de 1852 definitivamente derrubou o tirano.

Ainda se celebravam em Buenos Aires as festas da vitória quando surgiram incidentes que poriam à prova as qualidades patrióticas de Honório Hermeto: duas vêzes tentou Urquiza sustentar que seu feito militar havia salvo o Brasil de uma mutação de regime político e duas vêzes o contraditou o representante brasileiro, com a energia que exigia o absurdo da alegação. O resultado foi o rompimento pessoal do chefe do novo govêrno argentino com o plenipotenciário, situação sòmente acomodada pela necessidade, que aquêlê tinha, de subsídios monetários brasileiros, e pela manutenção de boas relações com o nosso comandante em chefe, tenente-general Conde de Caxias.

Se isso ocorria na Argentina, maiores eram as dificuldades surgidas no Uruguai. Falecera o candidato à presidência da República que representaria excepcional conciliação entre *colorados* e *blancos* — o General Garzón. Em consequência, foi eleito Juan Francisco Giró, cujo ministro das Relações Exteriores, Castellanos, logo deu a entender que os *blancos*, novamente no poder, não estavam dispostos a ratificar os tratados de 12 de outubro, negociados por seus antagonistas.

O impasse significava a perda de grandes esforços anteriores, além da ingratidão pelo auxílio brasileiro para a terminação da Guerra Grande e dificuldades dela consequentes. Acrescente-se que no mais impugnado dos quatro convênios — o de limites — havia o Brasil levado sua generosidade a ponto de não reivindicar as divisas estabelecidas em 1819 — a linha do rio Arapeí, não a do Quaraí — ficando estritamente dentro daquilo que já estivesse inquestionavelmente ocupado pelos brasileiros.

A solução apresentou-a Caxias, apoiado pelo chefe de esquadra Grenfell e pelo encarregado de negócios Rodrigo de Sousa da Silva Pontes: à vista da atitude uruguaia só lhe restava mandar que fôsse ocupada, pelas forças brasileiras, a fronteira designada na convenção de 1819, apresentando-se ao governo de Montevideu uma reclamação exigindo-se a inteira e pronta indenização de todos os prejuízos sofridos por súditos brasileiros em território da República (36). Tomando as providências militares aconselhadas, não tardou que mudassem de atitude os *blancos*, resolvendo ratificar os tratados, mediante a cessão, com a qual concordou Honório Hermeto, das duas meias léguas dos rios Cebolati e Tacuari, únicos pontos em que se não verificava o *uti possidetis* brasileiro (37).

Terminava, assim, com pleno êxito, a difícil missão diplomática de que fôra Honório Hermeto encarregado. De volta ao Brasil, o título de Visconde de Paraná, a 26 de junho de 1852 premiou o homem público que também no setor da política externa acabava de prestar ao país mais alguns assinalados serviços. Outros, de nível político ainda mais alto, teriam início no ano seguinte. Com o ministério da Conciliação atingiria Honório Hermeto Carneiro Leão o marquesado e a posição de estadista, dentre os maiores que tem tido o país. «Dêste modo — na expressiva opinião de Euclides da Cunha — o grande homem demarca um trecho decisivo da nossa história constitucional; e centraliza-a. Enfeixa as energias do passado e desencadeia as do futuro. — Separa duas épocas. — Foi o ponto culminante do Império» (38).

(36) Capitão Antônio Pedro de Alencastro — «Diário do Exército (Campanha de 1851-1852)», no *Anuário do Museu Imperial*, de Petrópolis, vol. XII, de 1951, pág. 232.

(37) José Antônio Soares de Souza — *A Vida do Visconde do Uruguai (1807-1866)*, (S. Paulo, 1944), caps. XIV e XV. — Hélio Viana — *História das Fronteiras do Brasil* (Rio, 1948), cap. XV. — Sobre a missão de Honório Hermeto Carneiro Leão no Rio da Prata tem minucioso trabalho, no prelo, o historiador José Antônio Soares de Sousa.

(38) Euclides da Cunha — «Da Independência à República», in *A margem da História*, 3ª ed. (Pôrto, 1922), p. 280.

O MARQUÊS DE PARANÁ E A CONCILIAÇÃO (*)

JOSÉ WANDERLEY DE ARAUJO PINHO

Nesta espécie de curso em cinco preleções, com que comemoramos o centenário do falecimento do Marquês de Paraná, coube-me por tema o período final da vida desse grande estadista — o que vai de 1853 a 1856, e dentro do qual se enquadra a «Conciliação».

Confesso meu embaraço, porque em livro tratei do assunto, e, de mim, o que melhor podia, era reler-me e repetir-me, para não citar-me. Demais, Paraná e a Conciliação têm sido versados por grandes penas de historiadores políticos: de José de Alencar e Araújo Pôrto Alegre a Joaquim Nabuco; de Euclides da Cunha a Agenor de Roure, sem falar nos que também sobre essa época e aqueles homens escreveram, como o nosso querido e venerando Tavares de Lyra.

Curto embora, é um período cheio de fatos, rico de significado, referto de conseqüências e afirmador do caráter do homem, e de sua maneira de ser individual e política.

Não é possível deixar, em tratando da «Conciliação» — essência, antecedentes e resultados — de pôr em justos termos os fatos históricos, retificando alguns exagerados conceitos de que são especialmente inspiradores responsáveis Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha, sempre citados e nunca criticados.

Joaquim Nabuco seguiu demasiadamente à risca o roteiro que o pai lhe deixara traçado numa espécie de autobiografia, a que só faltavam a forma literária e o encadeiamento estético e sintético dos elementos documentais e das notas, colecionados com o cuidado carinhoso de quem pensava constantemente na posteridade.

E Nabuco de Araújo guardara daquele ministério uma impressão de «lua de mel» com a política e o govêrno.

(*) Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 29 de agosto de 1956.

Alguém disse que não há quem esqueça e não tenha saudades da primeira mulher que amou, do primeiro partido a que pertenceu, do primeiro chefe a quem obedeceu. Direi aqui e do primeiro ministério de que fez parte, — o «virtuoso» — como o velho Nabuco o apelidava, ao recordar aquela época quase inicial de seus triunfos na vida pública.

O capítulo relativo à «Conciliação» em «Um Estadista do Império» é um dos mais interessantes, mas um daqueles que mais necessitam de retificação, não nos fatos que narra, mas na luz que sobre êles projeta.

A «Conciliação» e o ministério Paraná não se destacam, como aquelas páginas nos levam a crer. Aquela época não é, como ali se figura, um obelisco monolítico erguido na planície; mas sim degrau de pirâmide. Não há excepcionalidades, mas tão só um maior destaque, como alto relêvo na superfície histórico-política do país.

Ao lermos Nabuco filho temos a impressão de que antes e depois da «Conciliação» nada se pareceu com a política e a administração do gabinete presidido por Paraná.

Assim é que repetidamente dá como realização ou consequência daquela política e desaparecimento dos partidos ou sua fusão, apresentando Paraná como «o verdadeiro destruidor da antiga oligarquia saquarema de que fizera parte» e «o criador da situação de que saiu a fusão dos partidos»; e ainda mais como o criador de «tôda a vida ulterior do nosso sistema político». Para Joaquim Nabuco a influência do nome de Paraná foi tal que «se obliteraram inteiramente as divisas dos partidos» e, durante dez anos, «antigos liberais e antigos conservadores vão aparecer misturados nos mesmos gabinetes, até que, com a formação do partido Progressista, os conservadores puros se extremaram outra vez e de novo recomeça o antagonismo dos dois partidos».

Um passeio pelos anais parlamentares, pela imprensa coeva e pelas correspondências e escritos políticos da época mostra que nem houve nunca fusão, mas ministérios mistos, em que os componentes não perdiam suas côres, tal como os membros do parlamento que os apoiavam; nem com o arrefecimento das lutas apaixonadas se obliteraram as divisas partidárias. E não parece que a formação do partido Progressista e suas consequências tenham direta ligação com a conciliação de 1853-56 e a política do grande Paraná.

Tais amplificações e hipérboles ao definir os efeitos e benefícios da «Conciliação» — «época de renascimento, de expansão, de recomeço, em que se renovou o antigo sistema político decrépito, em que se criou o aparelho moderno do governo, e se dilatou extensivamente, não para a classe política sòmente, mas para tôdas as classes, o horizonte que as comprimia» — é que inspiraram à cálda

e fulgurante pena de Euclides da Cunha sentenças que ensombram a lucidez resplendente do estudo — «Da Independência à República», tão encantador como enganoso em vários fundamentos e bastas conclusões.

A Euclides da Cunha — cujo estilo era um temperamento e cujo temperamento comunicava à realidade vista ou recordada os reflexos de uma incontida exaltação, a Euclides, apareceu a «Conciliação» com feições altamente dramáticas e êle a chamou ao palco de seu ensaio entre cenografias de apoteose.

No panorama «Da Independência à República» ergue-se uma serra a dividir águas e sombras: «com êle (Paraná) extinguiram-se partidos em cujo antagonismo havia desde 48 a força dispersiva do ódio; e sob o seu influxo iam aparecer partidos modelados pela força construtora das idéias».

Ora, nada de extinção de partidos; nem ódios militantes. Já desde 1850 começara a política de congraçamento. Nada de geração de partidos novos; e menos ainda êsse halo de idéias que então surgem para iluminar a vida política nacional.

E continua o autor dos *Sertões*: — «o criador da conciliação — e esta nada mais foi do que a absorção do partido liberal exausto pelo conservador pujante — seria o criador póstumo da liga de 62, que nada mais foi do que a absorção da maioria do partido conservador cindido pelo liberalismo revivente».

Se é verdade que os «luzias» estavam exaustos e dominados — não foram absorvidos. Cederam aos «saquaremas» alguns «conciliados» — Salles Tôrres Homem, por exemplo. Subsistiram, embora fracos ao início da «Conciliação», mas vivos e cheios de futuro.

A «Liga» não teve aquela paternidade nem aquêle caráter.

Euclides escreve ainda que a lei dos círculos «alastraria, de fato sôbre todo o país as responsabilidades políticas» — frase que nos parece não ter conteúdo, como aqueloutra que ainda define a lei dos círculos como «o triunfo da causa territorial», «contra o intrincheiramento à beira-mar do velho regime».

E assim vem o genial autor dos *Sertões* até esta eloqüente síntese: — «dêste modo o grande homem (Paraná) demarca um trecho decisivo da nossa história constitucional; e centraliza-a. Enfeixa as energias do passado e desencadeia as do futuro. Separa duas épocas. Foi o ponto culminante do império. Depois dêle o que dizem todos os fatos, é o decair contínuo do princípio monárquico até 1889, gastando na descensão quase tanto tempo quanto para a subida. Realmente a república, que não devemos confundir com a bela parada comemorativa de 15 de novembro de 1889, tinha lançado os seus fundamentos. O princípio democrático renasceu da lei dos «círculos». Triunfou ruidosamente nas eleições de 1860».

Altisonas palavras carentes, todavia, de verdade histórica, pois não foi aquela época a cumiada do império, não foi nela que a república começou, nem só então se deflagraram as energias do futuro.

A monarquia em suas máximas afirmações de força e poder esperava ainda pela guerra do Paraguai, pela lei do ventre livre, pela questão religiosa, pelas mais salientes demonstrações do «poder pessoal» do rei.

A república aguardava a reação liberal de 68, o retôrno vitorioso dos heróis da grande guerra, o manifesto de 70, as questões militares, a decadência física do imperador.

As energias do futuro, os melhoramentos, o aproveitamento das descobertas e invenções, o crescimento das riquezas, o progresso — gás, navegação, estradas de ferro... — vinham já de antes e teriam suas melhores realizações depois, dentro de uma seqüência progressista, cujo início não é lícito datar de 1853 a 1856.

A glória do Marquês de Paraná e de seu grande Ministério não necessitam desses ouropéis e galas retóricas.

A realidade imponente daquela época e a estrutura colossal daquele homem são melhor vistos e admirados sem essas luzes coloridas projetadas pelas chamas de um talento rebelde.

* * *

Os antecedentes lavram registros antigos de nascimento à «conciliação»; batizam-n'a os documentos de «pensamento augusto»; os acontecimentos mais chegados à organização do gabinete de 6 de setembro mostram-n'a bem gerada e já nascida, ainda que mal vivida, até que a tomou nos braços vigorosos e caminhou com ela, para destinos inacabados, o forte Honório.

Estava no ambiente e até nos fatos, quando o Visconde de Paraná e o Imperador deram-lhe as feições com que se afirmaria dentro da história política nacional.

O desbarato dos «Praieiros» delineia uma grande mutação no mundo político, de tal modo passaram a comportar-se os partidos, os homens, a opinião.

Após a volta de Honório, do govêrno e pacificação de Pernambuco; enquanto e em seguida à sua missão ao Prata — «o aspeto do país se modificava; as paixões políticas arrefeciam; os princípios não eram contestados; a indústria que surgia concentrava tôdas as atenções». «Na atmosfera não havia êsse pêso de electricidade, preságios de mais ou menos próximas tempestades; nenhum dos dogmas fundamentais da sociedade brasileira era pôsto em dúvida; a autoridade reorganizada pelo partido conservador havia desarmado tôdas as paixões ardentes, pôsto côbro a tôdas as criminosas temeridades; a pacificação dos espíritos já ia tão completa, que

a palavra conciliação estava em tôdas as bôcas, o seu desejo em todos os corações e em tôdas as inteligências», — são palavras de Justiniano José da Rocha.

Já o ministério de 29 de setembro, na sua segunda fase, começara a dar corpo a essa conciliação, tão desejada, e quando cedeu o governo ao que presidiu Paraná, tirava proveito da alta inteligência e probidade de alguns contrários «que souberam fazer secção entre o dever de servir ao soberano e o espírito de partido» — expressões de Araújo Pôrto Alegre no elogio fúnebre de Paraná, proferido desta tribuna, de onde disse mais: — «a hora da paz tinha soado na consciência de todos e era necessário um homem para sua cabal consumação, e que pelo seu prestígio, pela sua firmeza e pelo seu passado inspirasse igualmente confiança a ambos os lados».

A política de conciliação adotada assim pelos conservadores e pelo ministério presidido por Itaborahy, essa política, ainda embaraçada pela opposição do «partido parlamentar», ou fôsse a deputação pernambucana, a que se agregavam alguns elementos de valor de outras províncias, pareceu aos ministros não poder ser levada até onde devia, e até onde queria o Imperador, por um governo já fatigado de ação e benemerências. Podia dizer-se cansado e pedir repouso aquêlê ministério, que soubera impor a autoridade e a paz no interior e o prestígio e a hegemonia do Brasil no Prata; defendera a dignidade nacional e iniciara uma grande transformação social na questão do tráfico; e principiara realizações progressistas e de adoção e aproveitamento de descobertas e inventos.

Fôssem ainda saquaremas os que realizassem plenamente o nobre tentame da total conciliação — mas pareciam necessários outros homens, «outro homem» — era preciso convocar a Honório Hermeto Carneiro Leão, Visconde de Paraná.

E sua missão prometia fácil, porque já bem iniciada.

Do lado dos «luzias» era a propaganda de Sales Tôrres Homem, pregando no *Correio Mercantil* a conciliação, a invocar precedentes europeus dos gabinetes de *coalisão* e a aconselhar a coroa a não se contentar com um papel passivo na política nacional; a não reinar apenas.

Do lado conservador era a ação moderada e harmonizadora do gabinete presidido por Itaborahy a «lançar mão de homens de opposição» (Pacheco, sessão da Câmara de 28 de julho de 1853), imparcial nas nomeações «especialmente no ramo da administração das finanças» (Sayão Lobato — sessão da Câmara de 2 de julho de 1855).

Do lado da coroa era o desenvolvimento e fortalecimento do «pensamento augusto».

Pedro II já então com o tino político que lhe davam os vinte e oito anos de idade e a experiência de treze de reinado; senhor de si; liberto da facção aulica, se é que ela alguma vez existiu; seguro de já haver dado ao país o espetáculo de ter vontade e saber exercê-la; desassombrado de que ainda pudessem julgá-lo fraco; influenciado pelo exemplo inglês — mirava a conciliação como a paz interna, necessária a seus fortes designios na política americana e ao progresso material, cultural e moral do país em que imperava.

Mas, quando todos a queriam, um grupo — o efêmero «partido parlamentar» — exhibia discórdia, azedo nas críticas e combativo nas arremetidas de tribuna.

Antes de mais nada, portanto, a pacificação deveria começar com aquêles árdegos dissidentes, combatidos, e simultâneamente aconselhados, na Câmara, por Saraiva e Ferraz. Todos, porém (inclusive os próprios «parlamentares») desejavam a «Conciliação».

Em 8 de julho de 1853 fazia Itaborahy declarações que parecem o rascunho das que Paraná iria proferir três meses depois, ao apresentar o programa ministerial. Não compreendia Itaborahy fôsse possível conciliarem-se «os interesses de todos os cidadãos e o antagonismo de tôdas as opiniões políticas», todavia o ministério que então presidia, administrava com «justiça e moderação, conseguindo por êste modo acalmar as paixões políticas». Não traçara um círculo de ferro em tôrno da administração e dos empregados públicos «para dentro do qual não pudesse entrar quem não pautasse suas opiniões pela dos ministros e seus amigos políticos». E, terminante, testemunhava: — «para os empregos políticos temos atendido mais à inteligência e à probidade do que a opiniões políticas, seguindo assim o programa a que nos comprometemos desde o dia 29 de setembro de 1848».

Decorrera quase um mês dessas declarações de Itaborahy quando Nabuco profere o discurso — *ponte de ouro* — de explicação e apaziguamento quanto aos pernambucanos-parlamentares e preconizador da conciliação promovida pelo govêrno; não transação de privilégios de partidos, nem fusão dêsses partidos, mas «alguma concessão ao espírito de reforma» para chamar os capazes e honestos do partido adverso poupados ao vexame da idéia de apostasia pela certeza de aproximação promovida «pela modificação das idéias», no sentido do progresso.

E não tardou que outra grande voz saquarema — a de Wanderley se levantasse para advertir e aconselhar aos «parlamentares» e para ocupar-se da conciliação, que devia começar pelos elementos desavindos dos saquaremas. Fôssem os partidos tolerantes e calmos. Respeitasse o govêrno as competências e as chamasse aos

postos da administração sem perquirir opiniões políticas, salvo quando se tratasse de cargos políticos e de confiança, mantendo-se porém os partidos com suas idéias, seus princípios e organizações, para que tivesse plena realidade o regime representativo. Nem haveria cepticismo mas tranquilidade.

Ambos os bahianos traçaram na Câmara os limites da conciliação enquanto no Senado o faziam Abaeté e Paraná.

Abaeté volvia-se para a conciliação através de medidas legislativas, tendentes a garantir direitos e interesses dos diversos partidos, mas cumpria à oposição declarar o que nesse setor pretendesse. Nada de pensar num ministério formado de homens de ambos os partidos.

Paraná (sessão de 2 de junho) alegou a «decadência dos partidos» (Souza Franco contestava: — «não decadência» mas «civilização dos partidos») desenhando-a, — os liberais silenciavam ou modificavam opiniões já não aspirando o progresso violento e revolucionário, enquanto nos conservadores operava-se um «resfriamento proporcionado». Dêsse estado de «decadência» haviam resultado «novas transformações»; mas a fusão dos partidos num só não era possível nem útil.

Agradando, embora advertindo, aos «parlamentares», que na Câmara o elogiavam, Paraná dava a seu discurso o tom de quem se sentia capaz de harmonizar os dissidentes; empresa para que se mostravam impotentes Itaborahy e seu ministério.

* * *

Não nos detenhamos sobre a imediata causa determinante da retirada de Itaborahy.

Foi chamado então a organizar gabinete (três meses depois daquelas suas definições no Senado), o Visconde de Paraná, que visou desde logo a congregar no ministério, tanto governistas quanto «parlamentares» (conciliação de conservadores), nomeando ainda para cargos de alta importância administrativa elementos liberais, a frente dêles o futuro Visconde de Inhomerim.

Aquêles que chamou para seus companheiros eram todos novos, salvo Abaeté, Abrantes e Rêgo Barros, que, êstes dois recusaram a pastas a êles oferecidas. E os novos viriam a ser luminares da política imperial, especialmente os três bahianos — Nabuco, Paranhos e Wanderley, pois Pedreira (Bom Retiro) sacrificaria à amizade pelo Imperador uma carreira garantida por suas grandes qualidades. Caxias, já famoso como militar, acrescentaria a seus méritos os de político e chefe de partido.

O alto teor dos auxiliares que o presidente do Conselho teve o tino de escolher, assegurava o êxito administrativo do gabinete,

já que o setor político ficava-lhe exclusivamente reservado, não admitindo partilha.

* * *

No Senado é que Paraná expôs o programa do ministério (sessões de 10 e 11 de setembro de 1853), ainda que, sobre a conciliação, por mais de uma vez acrescentasse, explicasse ou interpretasse suas explicações iniciais.

Embora fossem os mesmos do seu antecessor os princípios norteadores, não eram um «mero continuador», como, com desdém, acusara D. Manuel. Instituiria até um exame sobre a administração das províncias, no cuidado de reparar erros porventura cometidos por agentes que se houvessem desligado das regras prescritas pelo gabinete passado.

O novo governo era um ministério conservador, opinião política esta que, não excluindo o progresso, conduzia aos melhoramentos materiais, intelectuais e morais do país.

Tal declaração de *saquaremismo* do gabinete respondia às suspeitas de «coalisão», que, aliás, por não ter sido realizada, era no Senado lamentada.

Usando de termos gerais quanto à política externa, Paraná articulava os melhoramentos internos a que ia devotar-se.

Sempre imagino eu como seria interessante, sobretudo pelas lições de prudência que comportaria, um livro que compendiasse os programas ministeriais, as plataformas de presidentes da república e de estados, os discursos programas de candidatos a esses postos de governo, em confronto com o que, em ministérios e presidências, hajam depois realizado ou omitido. O contraste entre as idéias e as realidades, entre prometer e fazer, entre o desejado e o possível, entre a opinião dos que ainda estão fora da ação e as circunstâncias e contingências que a governam — poderia instilar cepticismo, mas desenharia um panorama realista, útil aos que em lances de crítica ou em excessos de prometer tanto se enganam.

No caso do programa de Paraná é fácil verificar o que indicou e o que realizou. Não parece que nesse balanço de contas seja avultado seu débito. Mas não cabe no âmbito dessa conferência alinhar parcelas de deve e haver, tiradas aos comprovantes de leis, decretos, atos administrativos e providências.

Há porém, quanto ao programa do gabinete Paraná, uma especialidade. A de ter sido, aquêle que o presidente do conselho expôs ao parlamento, precedido e inspirado por outro, pelo Imperador formulado ao organizar-se o novo governo. Assim em exame mais minucioso haveria confrontarem-se os itens alinhados do programa imperial, do programa de Paraná e das realizações ou omissões do ministério.

Muito do que preconizava o Imperador deixou de ser anunciado por Paraná; nem mesmo cabiam numa exposição ministerial ao parlamento tantas minúcias e miudezas. Mas há tópicos de um e outro quase idênticos.

O de Pedro II em 1853 é um altíssimo documento da história do Reinado, indispensável, como as instruções à Princesa Isabel em 1871, à caracterização das maneiras de empunhar o cetro e de exercer o Imperador seu famoso e discutido «poder pessoal».

E, em sendo entregue a Paraná, dados certos antecedentes e o temperamento dominador e imperioso do primeiro ministro, se não pode ser chamado um desafio, é bem uma carta de segurança.

Tive ocasião de, em «Cotegipe e seu tempo» revelar esse documento. E deixei escrito: — Paraná voltava ao governo depois de quase dez anos, desde quando, num assomo, atirara as pastas aos degraus do trono, para recolher-se, com o seu partido, ao ostracismo, não sem dizer ao parlamento, descobrindo e acusando a coroa, que não quisera submeter-se às influências áulicas. Amargava ainda o Imperador um ressaibo de amor próprio ofendido. Não esquecera. Se a idade aconselhava agora a Honório outra prudência, para não repetir a cena, ou não pretender dominar o rei com ameaças, este também já não era o jovem quase inherbe, a que o estadista mineiro procurara tomar o pulso, três anos depois da maioridade. Prevenido Pedro II escudava-se agora com advertências, balizando o âmbito das prerrogativas e da política imperiais, restringindo o círculo da ação ministerial. Estendeu pois diante do novo presidente do conselho um programa, onde há frases de arrogante desempenho.

«*O Ministro que se desculpar com meu nome será demitido*» — eis uma locução belicosa.

«*Nada se revelará do que se passar em despacho*» — outro cartel à confiança, à lealdade e à discreção dos ministros. «*Nem se lavrarão os decretos antes da decisão do Conselho, salvo se no 1º caso se tiver nisto mesmo assentado e no 2º o negocio não admitir demora*»: — um marco às lindes do poder real. Como que o agredido de Timandro lhe ouvira o recente conselho de não apenas reinar: — queria governar.

«*Todas as decisões que não forem d'expediente serão tomadas em despacho; contudo o Presidente do Conselho ou os ministros respectivos poderão tratar commigo individualmente de qualquer negocio*»: — era a absorção de todo o governo, a censura universal da administração pela coroa.

E prosseguia o Imperador, formulando uma espécie de regulamento das suas relações com o governo, assegurando-se a mais

vigilante minudência em todos os assuntos, abrindo por inteiro as pastas ministeriais à sua curiosidade, garantindo-se de a tudo presidir, em tudo opinar; influir em cada resolução.

Interessante é verificar a semelhança, não só da atitude real, como até de alguns assuntos versados, e de certos meneios de redacção, entre o programa de Pedro II e aquêlê célebre memorando ou carta da Rainha Vitória, havia três anos, dado a Aberdeen, para mostrar a Palmerston, de cujo autoritarismo e liberdades de acção governamental a rainha da Inglaterra tinha queixas.

Não eram, pois, então e depois, só os partidos, os políticos, os oradores, os mesmos *dandies* de Câmara e Senado — imitadores de Inglaterra e França e Bélgica. Era também S.M. o Imperador a buscar modelos peregrinos para a arte de reinar e governar.

Eu gostaria de fazer convosco, agora, o confronto entre êstes dois documentos reais — o brasileiro e o inglês —; mas bem vêdes que ainda tenho muito o de que falar do «Marquez de Paraná e a Conciliação» e muito o que poupar ao vosso tempo e generosa atenção.

* * *

O «pensamento augusto», a «conciliação», haveria por força ser versado no papel imperial; com êle coincidindo plenamente o programa ministerial. O rei e seu ministro definiram aquela altíssima política, cuja integral realização, em seus benefícios inteiros ou nas conseqüências totais, não quis o destino fôsse assistida pelo egrégio marquês.

«Snr. Presidente dizia Paraná no Senado a 10 de setembro — tem-se algumas vêzes dito nesta casa que nenhum ministério pode bem administrar o país sem que tenha no seu programa a conciliação. A palavra é boa e nós não a condenamos absolutamente».

Com essa maneira fria, que semelhava incluir a conciliação na classe de cogitações secundárias, e que impressionaria a oradores liberais como Pacheco; com essas expressões mornas, acêrca de um propósito tão calorosamente sustentado e solicitado, Paraná cingia-lhe o âmbito em limitações de ordem partidária: — «se a conciliação consiste na extinção dos partidos, prometê-la seria propormo-nos a conseguir uma utopia, porquanto para que o sistema representativo existisse, sem partidos políticos, fôra preciso que estivesse falseado, e que se desse uma verdadeira compressão, e a isso não estamos resolvidos».

A compressão seria da coroa com um partido áulico, ou dêle, vassalo tão aproximado a rei, com um partido personalista.

«Conciliação» era moderação, repressão dos crimes que se apadrinhavam com o espírito de partido, e acolhimento de adversá-

rios: «estimaremos muito e acolheremos com grande satisfação tôda e qualquer adesão; a ninguém repeliremos; a todos aceitamos», mas não para postos políticos: — «em todos os empregos que tiverem influência política preferiremos aquêles candidatos que aderirem à nossa política e que melhor exprimam o nosso pensamento. Em todos os outros empregos buscaremos o mérito, onde quer que êle se ache».

Estas primeiras declarações que impressionam por seu caráter restritivo, prudentemente restritivo, seriam glosadas por outras, que abriam mais as asas da conciliação, um tanto tolhidas nesses primeiros ensaios de vôo. Paixões calmas; opiniões modificadas; ambiente de quietação tudo facilitava aproximações; êle mesmo se chegara a muitas das idéias de seus adversários; viessem êstes como já caminhava para êles. Largo campo para entendimento político entre conservadores e liberais oferecia o programa administrativo. «Haja uma marcha recíproca»; «o gabinete nada tem com o tempo passado, os seus membros não se consideram nem como luzias, nem como saquaremas. . . portanto aquêles que apoiam e compartilham o pensamento do ministério são ministerialistas, qualquer que tenha sido ou seja o seu partido». Os que refugassem a êsse pensamento não podiam ser nomeados para os empregos públicos.

Era a «Conciliação» imperial, a do programa de Pedro II: — «nomeações dos lugares políticos ou que possam influir na política recairão em homens do partido, podendo eu rejeitá-las e lembrá-las unicamente. As outras só poderão êstes mesmos obter em igualdade de circunstâncias. . . Continuará a mesma política a respeito das províncias, sobranceira aos partidos». Era o «pensamento augusto» ainda ratificado e expresso nestas outras palavras de Paraná, já agora em resposta ao senador D. Manuel que queria um gabinete de coalisção como o de Aberdeen na Inglaterra: — «estou certo que o ministério de Lord Aberdeen não nomearia para os empregos de influência política senão aquêles homens que melhor exprimem o pensamento ministerial. Creio que cometeríamos um êrro se praticássemos o contrário, e pois declaro que em todos os empregos que tiverem influência política preferiremos aquêles candidatos que aderirem à nossa política e que melhor exprimirem o nosso pensamento. Em todos os outros empregos buscaremos o mérito, onde quer que êle se ache». (Sessão do Senado de 10 de setembro de 1853, *Jornal do Comércio* de 11 de setembro de 53).

Esta referência aos fatos políticos da Inglaterra, também invocados na Câmara por vários deputados e na imprensa, frisa eloqüentemente como tantos do Brasil obedeceram a uma espécie de lei de influência, repercussão e imitação que os amarrava aos

acontecimentos europeus. O exemplo conciliatório, até o ponto das coalisões, vindo da Inglaterra, predispôs em muito o espírito dos políticos luzias e saquaremas para o apaziguamento, o entendimento, a mútua colaboração e àquele «esfriamento proporcionado» de que falava Paraná.

Observada por esta face a «conciliação» foi uma sugestão européia. E como o nosso pensamento aqui é levado a lembrar os isocronismos de 1830-1831, de 1848-1849, para meditar sobre esses arremedos, tanto para a revolução como para a pacificação? ...

* * *

Ante o novo ministério, à vista do programa de Paraná, reagiram os partidos, os políticos — entre discreção e simpatia, embora no Senado se levantassem logo vozes de crítica oposicionista. Na Câmara os «luzias» Pacheco e Ribeiro de Andrada fixam-se numa atitude de expectativa simpática, embora preferissem um ministério misto e alegassem que a conciliação, devendo ser a sua principal missão, não era encarada com fé pelo presidente do conselho. Nada de adesões — que seriam apostasias; mas se o programa fôsse cumprido com sinceridade e boa fé haveria benevolência por parte dos homens culminantes do partido liberal, e apoio para as reformas e assim — «conciliação».

As reformas principais deviam ser — incompatibilidades e círculos; a respeito das quais Paraná fôra pouco explícito.

A conciliação devia ser a «transmissão de algumas idéias de um a outro partido, moderação na vida política, mútuo reconhecimento de direitos, substituição da pugna dos princípios ao combate das personalidades». Paraná fizera belas promessas que abririam uma nova era política e administrativa. Escolhesse homens capazes de as realizar.

Receiar ainda, aguardar os atos, pondo porém quase tôdas as esperanças no presidente do Conselho, — concluía Pacheco.

Compunha-se o ministério de «homens culminantes» entre os saquaremas — Abaeté, Paraná... mas sobre este — dizia Pacheco — é que pesava toda a responsabilidade, pelo «prestígio e preponderância no partido a que pertence», e como quem «impõe respeito, e é homem de energia».

Pacheco assinalava a situação privilegiada de Paraná a quem seu partido dera tudo e a coroa tudo ou quase tudo, e tanto que «nada mais tem a ambicionar senão a glória, senão as bençãos do país e um nome na posteridade». E, a reconhecer situações e incitar estímulos, exclamava: — «o Sr. Visconde de Paraná [no seu partido, é o único homem que pode saltar por cima de tôdas as considerações pessoais, para fazer a felicidade de sua pátria. Estava

em condições de «desempenhar entre nós o papel que na Inglaterra (sempre os exemplos e os modelos peregrinos europeus, ingleses) o grande estadista Robert Peel, que compreendeu as necessidades de sua época e foi ao programa de seus próprios adversários tirar tudo quanto lhe pareceu útil e exequível para fazer o bem do país e fazer seu nome imortal».

* * *

Êstes e outros apelos conduzem-nos a meditar sôbre aquela espécie de paradoxo que era esperar de mãos tão ásperas uma tessitura delicada e fina, a trama conciliatória.

Feito para dominar e lutar — posso repetir-me — não era a êle que caberia o ceder indulgente da fraternidade, a leveza das transigências, a destreza astuciosa da sedução política, com que se capta a adesão dos contrários. Se lhe sobravam impavidez, audácia, energia, fervente agressividade — faltavam-lhe serenidade, calma, cautela.

Dirigida por êle, por êle chefiada, tudo indicava que a conciliação só poderia ser «imposição». Obrigaria os conservadores a aceitá-la, os dissidentes a volverem à disciplina, e, buscando aqui ou ali os liberais, obter-lhes-ia a colaboração mais pela atração da firmeza, do que pelo feitiço e os chamamentos do poder.

Ilustração em nada excepcional; palavra sem grandes encantos; rudeza acerba de convívio; estadista que se fêz pela atividade que aproveita os minutos, pela combatividade que não despreza os menores desafios, pela vontade que quer tudo fazer, não esmorece nunca, e, ao em vez, redobra de energia ao estímulo das dificuldades — Paraná era todo espinhos e asperezas. A dureza e a agrestia, eram nêle couraça inata e lanças de combate.

Quando já se ganhou autoridade para usá-las, estas armas dão quase sempre o triunfo, ainda que possam envenenar as alianças de despeitos, temores e antipatias, ou instilar nos adversários a peçonha das inimizades.

Em homens, porém, dessa psicologia belicosa há reservas imensas de olvido.

Ninguém que dêle falasse esquecia-lhe a «ríspida rabugem e a irascibilidade fácil», defeito que vinha muito dos sobejos de suas qualidades. Essa mesma certeza íntima de seus direitos de dirigir e não ser contrariado — mando que nem respeitava a força perpétua do cetro — supria nos debates as suas insuficiências de talento verbal. Se a contestação vinha forte; se o aparte lhe esportava o discurso — a imaginação, normalmente fugaz e ausente, a frase desornada, a escorar-se em moletas e pausas, e a própria voz nasalada e estridente transfiguravam-se ao choque das reacções.

Firmado então na lógica que não lhe faltava, e na memória, boa companheira, ia buscar triunfos de tribuna onde antes se desdobrava, monótono e inexpressivo, um discurso de amanuense.

É que sua eloquência só se acendia na irritação.

Mas também, estimulado da necessidade política, conseguia reprimir as exorbitâncias do seu gênio, e dêle distilava, martirizando-se embora, alguma insistência suave para reter o aliado ou grangear o antagonista.

Parecendo não o ter, possuía coração capaz de reconciliações definitivas.

Volvendo agora, pela última vez, ao poder, trazia uma legenda: — o prestígio de muitas audácias de ação e outras tantas de palavras.

Todos lhe procuravam as cicatrizes de tantos duelos, lembrando as cutiladas que marcara em muito combatente de tôdas as fações. Dizia-se que a moça que fizera um dia no broquel imperial levara dez anos para desaparecer. Parecia um herói de aventuras políticas.

Isso lhe aumentava a fascinação da fôrça — iman de quem trazia um passado de vinte anos de escaramuças e de combates.

* * *

O impetuoso sabia sofrer-se, sendo mister; e quando se continha sabia ser ameno, como o era no trato familiar, em mimos epistolares, e presentes românticos de flôres, à espôsa ausente, como aqui nos narrou em sua conferência, a primeira desta série, Leão Teixeira, que me diz sempre que a marquesa era semelhante ao marido nas durezas de querer e dizer, casados assim em exata comunhão de almas.

Nosso caro confrade, possuidor do arquivo de seu grande bisavô, bem poderia ter lido algumas daquelas cartas. Foi discreção excessiva, demasiado recato, resguardar tais intimidades, que também devem pertencer à história. Não quis encaminhar o *fusain* para êsses traços mais humanos e mundanos do herói. Ora há prazer e lição em surpreender nos gigantes e nos homens ferozes tais delicadezas de amorosa ternura, . . . quem sabe se também dispensadas por Honório a pernambucanas e uruguaiaias nas suas longas ausências do lar? . . .

Não insinuo infidelidade. Seria incapaz de tamanho desrespeito à memória do marquês, e de tal provocação às susceptibilidades da admiração filial de seu bisneto. Mas história é história; e é documento. Aqui os tenho, aptos a amenizar esta parlenga, não com o testemunho de algum romance, mas com impressões contemporâneas de que o impertérito seria capaz de doces descai-

das, pelo menos em olhares de cubiça e conquista às uruguaiaes bonitas.

Estava Abaeté no Prata e Wanderley lhe escrevia, faceto e malicioso, a respeito dos perigos da graça provocante das *señoritas*. Mas o velho Limpo de Abreu não apanha a deixa, antes replica, entre severo e casto, austero e jocoso. Lá figura Paraná, nessa correspondência. E quem nos assegura que, chamado à fala, não dissesse com franqueza de alguma fraqueza?...

Abaeté a Cotegipe: — «aqui estou desde o dia 24 do mês passado, e o que tenho visto não confirma as informações que dão os senhores de Paraná e Paranhos. Talvez seja porque pesam sobre os meus hombros quase sessenta anos, e porque atua constantemente em meu espirito a idéia de recolher-me ao claustro. Já tenho feito escolha do convento, há de ser o de Santo Antônio (singular atração dêsse cenóbio a políticos de certo estôfo — Abaeté, Ferreira Viana), porque quero fazer companhia ao Padre Monte Alverne, estudar com êle, e fazer-me digno de herdar a cadeira do Padre Anchieta de que S.M. o imperador lhe fêz presente» (carta de 2 de novembro de 1855).

E quase um mês depois: — «nunca tomei o pulso às *señoritas*. . . deixo êste juizo ao Senhor Marquês de Paraná, e Paranhos, que, segundo V. Ex. diz, são autoridades na matéria. Eu sou inteiramente incompetente por três razões: 1.º porque carrego já com o pêso de quase sessenta anos; 2.º — porque estou compreendido em um dos impedimentos do matrimônio; 3.º porque quero entrar para o convento de Santo Antônio, e deixar o mundo a quem possa desfrutá-lo, como V. Ex.» (carta de 24 de novembro de 1855).

* * *

A evolução politico-administrativa do ministério da «Conciliação» desdobrou-se em duas fases, que correspondem a duas faces da personalidade de Paraná, melhor diríamos, da dupla capacidade de conter-se e explodir — para dominar e realizar.

O primeiro tempo daquela sinfonia impunha ao maestro a apelar para os violinos em pianíssimos sutis. No segundo era ferir os bordões grossos dos contrabaixos e fazer retinir os metais em fanfarras de comando. A princípio precisou diluir resistências e captar adesões, para, fortalecendo a base parlamentar e partidária do governo, levar a cabo a «conciliação» pessoal, iniciada pelo ministério anterior.

Foi a época dos silêncios, das cortesias, da ação menos de tribuna que de corredores; e foi o tempo das nomeações acusadas de apostasias.

Mas essa pacificação à base de considerações individuais não bastava aos propósitos, ao gênio, à sede de reformas e glória, que inquietavam e estimulavam ao presidente do Conselho.

E não satisfazia aos partidos, pois, embora reanimados e possuídos de esperanças, os liberais ainda duvidavam, receiando comprometer-se. Se alguns lucravam; o partido nada.

E muitos saquaremas em tudo viam e sentiam preterições.

Paraná, que fôra pouco preciso nas suas referências (que não chegavam a ser promessas) às reformas liberais de maior atualidade — incompatibilidades e círculos eleitorais — contemporizava em adiamentos.

«Era altamente imprudente, no momento em que a exacerbação das paixões políticas ia-se acalmando, excitá-la de novo, procurando a discussão e o choque das opiniões contrárias... dando assim alimento a uma combustão cujas conseqüências seriam impossíveis de prever»: é Alencar quem escreve; acrescentando que, no primeiro ano de seu ministério, com essa «política de tiroteios e guerrilhas, ora conquistando uma adesão valiosa ora evitando uma defecção ou um descontentamento», Paraná nunca fôra «tão hábil político e tão grande estadista».

Usando tais recursos, entre as conquistas e vitórias que foi grangeando, a maior foi a alcançada sobre si mesmo — a prudência.

Não tamanha, todavia, que lhe tolhesse a veemência da réplica, quando provocado pessoalmente, ou a violência quando injustamente insultado, como, por exemplo, em seus duelos com Ferraz e D. Manuel.

Ficou célebre aquêlê faiscar de floretes, quando ao futuro Barão de Uruguaiana, que lhe procurava acutillar com a acusação de não gerir a sua pasta, sendo figura secundária de um *kitchen-cabinet*, Paraná rebateu o golpe com a frase atrevida e lapidar: — «a fatuidade não conhece mérito na modéstia».

E, peça essencial da crônica do canibalismo parlamentar, que não respeita a honra do adversário e atira, para além do homem público, à sua dignidade particular, «essa espécie de guerra política à moda do Pele Vermelha, que arranca o pericrâneo ao inimigo» — como a definiu Joaquim Nabuco; documento indispensável, e por todo modo notável, dêsse processo histórico é aquêlê discurso com que arrazou a insinuação de deshonestidade que lhe assacara D. Manuel, pedindo-lhe contas de como amealhara fortuna.

Como Rio Branco — na questão das cambiais; como Sinimbu — na do Banco Nacional; como Cotegipe — nas das popelines — amargou o injusto desacato a sua probidade. Arrolou então com

extensas minúcias de homem arrumado e contabilizado, verba por verba seus haveres, com as datas e as fontes de aquisição e multiplicação, através de uma vida de equilíbrio, laboriosa e poupada. E, se não assistiu em vida à retratação ou o nobre arrependimento do ofensor, teria tal compensação sua memória, como a de Rio Branco, Sinimbu e Cotegipe.

* * *

Naquele ano difícil de 1853-1854 amargou o ministério duas derrotas: uma interna — a reforma judiciária de Nabuco que teve de ser abandonada; outra externa — o desastre da missão Pedro Ferreira ao Paraguai.

Quando pois se iniciou a segunda fase da vida do ministério, se o mundo parlamentar estava conquistado, havia mister algo que refizesse o gabinete daquelas feridas e lhe fortalecesse o abalado prestígio. Chegara também a hora das grandes realizações políticas.

É quando Abaeté deixa a pasta como em uma espécie de holocausto, e entram dois ministros novos Caxias e Wanderley.

É quando Paraná se empenha na «revolução legal» — como chamaram em sua época os jornais e os políticos as duas reformas das incompatibilidades e dos círculos.

Fôra êle tergiversante em seu programa acêrca dessas reformas: — «não temos ainda fixada a nossa opinião sôbre se a lei atual de eleições é ou não suficiente para garantir a liberdade do voto; mas procuraremos ilustrar-nos a êsse respeito pela experiência; se esta nos mostrar que essa lei é insuficiente, não duvidaremos promover a sua reforma; e se no país se formar uma opinião que queira mudar a base da eleição, adotando a eleição direta e por círculos não duvidaremos acoroçoar essa opinião para se levar a efeito êsse pensamento». (Sessão do Senado de 10 de setembro de 1853 — *Jornal do Comércio* de 11 de setembro de 1853).

Desligava-se assim do programa de Pedro II que era incisivo: — «reformas eleitorais (eleição direta e por círculos)». Não tinha opinião fixada, aguardava experiências, esperava um pronunciamento do país.

Parece que a experiência só podia vir com a realização de eleições pela lei vigente; o pleito de 1857 é que deveria dizer da necessidade da reforma. Limpo de Abreu, falando na Câmara em resposta a Pacheco transforma esta nossa suposição em certeza, sustentando ser o que acontecia de abusivo e deplorável nas eleições não consequência da lei, mas de sua execução, para declarar: — «o ministério está disposto a fazer executar a lei como ela é concebida; e se a experiência mostrar evidentemente que não é bastante para proteger a liberdade do voto, de certo nenhum dos

membros do ministério terá dúvida em aceitar as reformas que julgar indispensáveis». O ministério estava na firme disposição de patrocinar a liberdade do voto, colocando-se acima dos partidos, «protegendo tanto a opinião que o sustenta como a opinião que o combate, a fim de que o voto nacional se possa livremente pronunciar». (Sessão da Câmara de 13 de setembro de 1853).

Não se formou no país aquela opinião a que aludira Paraná, que dispensou a experiência das futuras eleições, libertando-se das condições que estabelecera, para surpreender o mundo político e parlamentar com sua decidida propulsão para os círculos (sem eleição direta), e para as incompatibilidades.

Tudo indica que o estadista quis revigorar-se com atos de força, que eram ao mesmo tempo de reformas liberais. Visou a grandes coisas: regeneração política pela mais fiel e livre escolha dos representantes, pela limitação das influências compressoras do governo, pela libertação das individualidades políticas, dentro dos partidos, emancipados da preferência ou dos vetos dos chefes partidários organizadores das chapas ou «chusmas», como êle as chamou.

As novas eleições despir-se-iam de grilhões oficiais, governamentais; seriam expressão das preferências locais (círculos), criadoras de câmaras legitimamente ligadas por sua origem à vontade nacional.

Largos vãos reformistas êsses, que lhe alteariam a inteligência e a vontade aos plainos da fama e da posteridade.

Tinha Paraná uma vez experimentado com um dos grandes poderes constitucionais — a coroa — seus métodos de querer e não ceder, mas o menino-imperador lhe resistira; agora enfrentava outro — o parlamento, a Câmara.

Impôs e venceu.

Êle tinha imensa confiança na eficácia da intimidação e da energia, que achava boas para tudo, até para a pacificação. Certa vez dissera: — «a calma das paixões, a conciliação, a tranquilidade dos partidos não pode ser *imprimida* senão por braço muito forte»; e sabia ser «o braço mais forte que a nossa politica produziu» — como assinalou Joaquim Nabuco.

Acompanhar as discussões no Senado e na Câmara desde o momento que dali foi desarquivado um velho projeto de 1848 de incompatibilidades e círculos é ler uma das mais brilhantes páginas dos Anais Parlamentares, empolgante por sua elevação e dramaticidade.

Se no Senado a viva oposição que hostiliza o projeto, desde o parecer de Euzébio, Olinda e Maranguape (votos em separado

Pimenta Bueno e Sapucahy) aos grandes discursos de Eusébio, Gonçalves Martins e Sousa Ramos, opposição rebatida com cuidados prudentes por Paraná, que só se exalta nas réplicas a D. Manuel e ao futuro Visconde de S. Lourenço; se ali, onde a imposição seria descabida, êle anda com pés de lã, como quem receia agravar dissidências com amigos, — outra seria na Câmara a feição dos debates.

Quando aqui chegou o projeto vinha mal ferido. Tantos senadores, correligionários dos de mais autoridade do presidente do Conselho, haviam levantado a voz contra a proposição, que os impugnadores da Câmara bebiam à saciedade nos seus discursos, argumentos, razões, combatividade, prestígio e atração.

Paraná sentiu então o terreno fugidio que ia pisar na Câmara popular. Precisava impedir à maioria de se dispersar na liberdade de opiniões acêrca de um assunto, que tão político se apresentava, quanto doutrinário.

Ou tinha mão nos deputados ou perderia a partida.

Preferiu a convencer, constranger. Isso ia bem com as circunstâncias e a necessidade; ia melhor ainda com o feitio e os pendores do chefe, a apelar para golpes fulgurantes em que, juntando tôdas as forças, caía a fundo sôbre os que o enfrentavam ou pretendiam abandoná-lo. O faro da derrota possível excitava o leão a pôr a garra na caça.

Cerravam-se, como uma ala de opositores quase certos, os magistrados políticos, os funcionários atingidos pelas incompatibilidades. Era ousado pedir-lhes uma espécie de *harakiri*. Talvez devesse sacrificar as incompatibilidades aos círculos; recuar, como fizera, nesse ponto, no ano anterior quando da frustra reforma judiciária.

Mas êle sentiu não haver lugar para hesitações ou concessões.

Ou tudo; ou nada.

São unânimes os que escreveram sôbre êste episódio da história parlamentar em assinalar a coragem e o risco da cartada.

Não importa que muitas das previsões dos que o combateram se realizassem, especialmente as de Euzébio; não importa que só uma eleição se processasse obedecendo à sua lei e todos os partidos dela recuassem para a chamada lei triangular, já no pleito immediato; não importam os efeitos desclassificadores da Câmara nos seus elementos e anarquizadores dos partidos em sua disciplina; não importa que os fatos em muito não confirmassem os ideais: — o pensamento fôra alto, e os meios de levá-lo a cabo excepcionalmente fortes.

E o que saía daqueles debates e da aprovação daquela lei era o Marquês de Paraná, desafiando o futuro pelas idéias, e dominando o presente pela energia, — pela violência.

Foi o ápice de sua carreira; e mal adivinhava naquelas coroas de glorificação augúrios de morte.

Foi um triunfo, cantado e exaltado como início de uma nova era. O entusiasmo transbordou para as ruas, e a 7 de setembro de 1855, no teatro, foi o Marquês de Paraná alvo de uma grande ovação, levado à casa entre aclamações.

Leão Teixeira narra um episódio anedótico, nessa noite ocorrido, e que tem algum sal, o bastante para atenuar um pouco o enosso desta palestra. É um jôgo de palavras com um dos apelidos de Carneiro Leão, cognomes que, segundo me contava o saudoso Tobias Monteiro, davam a um continuo de ministério maneira pitoresca de informar aos postulantes, ou mesmo a algum deputado, das variações de humor de Paraná. Chegado à ante-sala o visitante receioso perqueria ao moço, talvez com um simples gesto interrogativo; e o humilde servidor acudia, como um ponteiro de barômetro anunciando bom ou mau tempo: — Carneiro... Leão...

Mas vamos ao caso, guardado na memória dos descendentes, como tradição de família.

Naquela manifestação chegara a vez de Paraná falar agradecido ao povo apinhado em face à sua residência no Caminho Novo. A certa altura do discurso passou a ser interrompido por um paradasco que aparteava repetidamente: — «muito bem, meu *parente*; apoiado, meu *primo*». Irritado com isso, conta Leão Teixeira, Paraná deu ordens para que detivessem o sujeito, e depois o trouxessem à sua presença». Perguntou-lhe então com sobrolho carregado: «que história de parentesco é esta»? Então o mulato que estava tresandando a cachaça — prossegue Leão Teixeira —, disse-lhe sorrindo: — «pois então, meu senhor, V. Ex. não é *Carneiro*? — Pois eu, conforme me chamam, sou *cabra*, e assim sêmos mesmo parentes». Paraná, bem humorado como estava (*Carneiro*, sublinho eu), riu e não deu ao caso maior importância, dando ainda ao *cabra*, para que não fizesse tais pilhérias, algum dinheiro, com a recomendação de que não o gastasse em bebedeiras».

Aprovada a lei dos círculos, prosseguiu o ministério em sua marcha de realizações e melhoramentos, em tôdas as pastas, cuidando-se, na parte pròpriamente política, da delimitação dos círculos, província por província.

Em agosto de 1856, faz um século, discutiam-se no Senado os orçamentos, e arcava o chefe do gabinete com oposição valiosa, que o inquietava e irritava.

* * *

A dois grandes estadistas e homens da tribuna, atribuíram-se, como palavras de despedida, as de discursos no delírio da agonia proferidos: — o Visconde do Rio Branco e o Marquez de Paraná.

Sobre os últimos momentos de Rio Branco escreveu o «Visconde de Taunay uma bela e emocionante página, nas *Reminiscências*; mas acontece que a versão, literariamente narrada pelo autor de *Inocência*, foi, se não contestada — quase — pelo filho de Paranhos o futuro Barão do Rio Branco.

Acêrca, porém, do Marquês de Paraná é o fato referido por vários historiadores, biógrafos e ensaístas, sem nenhum reparo, retificação ou notícia de contestação: — Pereira da Silva, Macedo, Araújo Porto Alegre, Justiniano da Rocha, Joaquim Nabuco... E pelos jornais e cronistas contemporâneos.

No decorrer dos debates do orçamento quando a forte oposição do Senado (D. Manuel, Ferraz, Sousa Franco) fazia críticas ao governo e inquietava a Paraná, ansioso por ver aprovada a lei de meios; glosando também verbas e quantias, Olinda (16 de agosto de 1856) investiu em um vivo ataque à política do gabinete e à sua gestão financeira («o tesouro em miserável estado»).

O discurso de Olinda descrevendo a «Conciliação» tal como estava sendo realizada, é cruelmente arrazante, quanto à sua grandeza e utilidade, e, ultraferino e agressivo quanto a efeitos e conseqüências.

Aliás aquilo que agora assim acrimoniosamente combatia, meses depois adotava, desenvolvia e exagerava até ao ponto de organizar um ministério de «coalisão», misto de liberais e conservadores congregados em torno à mesa de um mesmo conselho de gabinete.

Bem pode imaginar-se como raivosamente, mal contendo e sofrendo ímpetos, retendo humores, ouviu silencioso Paraná aquelas duras sentenças proferidas por um correligionário e amigo: — «um cepticismo político incrível, a mais completa indiferença pelos negócios públicos»; as antigas lutas políticas entre o princípio monárquico e o princípio democrata acabadas; uma ou outra voz de quando em quando que clamava no deserto a incomodar e ouvida com desgosto; a imprensa calada. Essa indiferença, êsse amortecimento repentino dos espíritos «quando ainda há pouco saíramos de lutas encarniçadas, até com armas nas mãos» era um sintoma político-social a merecer atenção, meditação. «As paixões estavam

acalmadas, não havia dúvida, era um benefício para o país». Mas que é que se via? O partido conservador «não achando já inimigos abraça como amigos seus antigos adversários» —, mas amortecido e dividido, julgava-se «abandonado, porque seus serviços não se consideram mais necessários». O liberal — «cansado também dessas lutas frenéticas com seus antigos adversários mostrava-se igualmente calmo». Louvores a ambos — «porque têm compreendido seus interesses e os interesses do país».

Retratando assim a conciliação, corria Olinda, em seguida, um véu de apreensões misteriosas e irônicas malignidades, a perguntar: «mas essa apatia será real ou aparente? Pela aceitação dos empregos terá o partido liberal renunciado suas convicções?... Ambos os partidos ajudam o governo, mas como é que ambos acham no governo essa homogeneidade de pensamento? Alguém tem mudado então. Esta indiferença, esta apatia não terá um sentimento oculto»? Não se devia temer de tudo «uma reação»?

De quem o sentimento oculto — dos liberais, do governo, de Paraná? Quem estava mudando, dentro desse pensamento oculto? — Paraná para os liberais? ou os liberais fazendo-se conservadores?

O tom sibilino das perguntas, a ambiguidade da malícia que tanto arranhava à esquerda como à direita, devia fazer ferver furores em Paraná, que entretanto tudo escutava, sem os assomos costumados; para depois falar e responder.

Cronistas referem ter sido valente a réplica — «com vigor e acrimônia» — diz Pereira da Silva, embora as notas taquigráficas ou os resumos mandados à imprensa não guardassem esse azedume.

Por elas (*Jornal do Comércio* de 18 de agosto e *Correio Mercantil* de 16 e 17 de agosto de 1856) ouvimos a reação enérgica do ministro contra a obstrução ou protelação em discutir-se longamente o orçamento — «se o Senado quer, desde já que não se votem as despesas está a isso resignado, e nada lhe será mais agradável do que apareça uma maioria que declare que se encarrega da administração do país, reduzindo as despesas e aceitando tôdas as conseqüências desse passo; o que porém é intolerável é que uma pequena minoria se erga em maioria e se arrogue o direito de prolongar desmedidamente as discussões». Quer um pronunciamento pronto do Senado.

Mas, quanto ao ataque de Olinda à política conciliatória, o enérgico Paraná acha forças para abafar toda reação.

Apenas define, e repete mais uma entre tantas vezes, a essência e o modo da conciliação: «o governo atual não costuma confiar os (cargos) de alta administração senão a quem lhe inspira con-

fiança, e procede neste ponto como procediam os ministros anteriores; mas o que é verdade é que nas suas nomeações não tem tomado em conta os precedentes políticos das pessoas de que lança mão. Qualquer que inspire confiança, embora pertencesse a este ou aquêlê partido, é empregado, quando se considera que pode prestar serviços ao país. Não é um título ter sido saquarema constante, nem constante luzia; o título é a capacidade do indivíduo e a confiança do ministério». E empregava também homens novos, que ainda não se tinham declarado por qualquer partido.

O grande «debater» saiu dêste reencontro — enfermo.

Ligar-se-ia depois a doença ao choque, ao «traumatismo moral» dessa derradeira peleja, no Senado.

Seria então a atrabilis; seriam os humores contidos e retidos; o retesamento, a compressão íntima; um fatal represar de desabafos, que pouparam o correligionário e o amigo, não, porém, a saúde e a vida de quem tôda ela viveu em instantâneos ímpetos, em veementes impulsos, e até acometimentos de fúria, mas nunca soubera refrear-se nas franquezas freqüentemente rudes de um caráter aberto e impávido.

Fôra um sacrifício, — pela «Conciliação» guardar na alma a mágua de não ter dito, a paixão de não haver reagido, azedando-a até comprometer a saúde daquele corpo fatigado.

Certo é que a crônica, com a ajuda das notícias das últimas palavras do Marquês de Paraná, estabelecem filiação entre o debate último e a doença final — para assim compor uma bela imagem, digna daquela grande vida: — um gladiador que morre na arena.

Do Senado recolheu-se ao leito, que não mais deixou senão pelo tûmulo.

Tão combatido e combatente, nem com a imobilidade da morte conquistou silêncio em tôrno de si. Não falo do quanto, ainda quente o seu cadáver, a história começou em sentenças a julgá-lo e a exaltá-lo; mas do que, a respeito da moléstia que o matou, ou das curas com que o extinguiram, tanto opinaram e discutiram alopatas e homeopatas, em minudências que eram impiedades e desrespeitos e amostras, para o observador de hoje, das fraquezas da medicina daquele tempo, ciência incapaz de atinar com as causas de sofrimento e de acertar com expedientes e mezinhas, para salvar uma grande vida, ainda cheia de futuro e promissora de maiores serviços à pátria.

Nessa polêmica de médicos aparece um homem prostrado em febre, e êles a atribuírem as culpas da moléstia a males vários em diferentes órgãos — intestinos, fígado, pulmão, hesitantes em sucessivos diagnósticos — hepatite, pneumonia, febre intermitente, hepa-

tização pulmonar, enquanto resguardos, purgas, sanguessugas e sangrias, viscatórios e emplastos vão inanindo, consumindo e matando ao enfermo. Desfilam ricinos e târtaros eméticos, sulfatos de sódio, valerianatos de quinina e mais calomelanos; dez sanguessugas hoje, depois mais doze, e mais trinta e cinco amanhã; e ventosas sarjadas de permeio a bebidas sudoríferas e dieta de caldos simples ou com poligala, ou de nada — «consente-se contudo ao doente chupar alguns roletes de cana assada» — e, como afagos em meio a tantos castigos, uma beberagem açucarada de flor de laranjeira ou louro-cereja, e uns banhos de farelo, e logo fricções, fomentações e pomadas mercuriais.

A homeopatia culpava os alopatas. No curso de uma hepatite a pneumonia fôra provocada pelo tratamento dos médicos que, agindo por suspeitas, gastaram o organismo com aplicações a esmo.

Como eram diferentes dos de hoje os processos de curar e ...matar da medicina!...

Mas os homeopatas e um alopatha formado em Paris, São Petersburgo e Rio de Janeiro, — o Dr. Bidault, acordam em suas críticas em culpar o temperamento do doente e o choque dos últimos debates do trágico fim de sua doença. Paraná estava com o organismo «intima e profundamente alterado e em vez de ser fortalecido, o sangraram e o purgaram, esgotando-o em dietas. A causa de tudo fôra um desequilíbrio da força vital, determinado por uma afeção moral em um indivíduo bastante colérico (e que) tinha trazido uma exacerbação do sistema nervoso, dando em resultado uma perturbação da veia porta, que se manifestava nas vias hemorroidárias e no fígado, sede dos incômodos antigos do doente» (Dr. Jacinto Rodrigues Pereira Reis, *Jornal do Comércio*, 15 de setembro de 1856).

Também o Dr. Bidault apela para o temperamento do paciente — «irritável, neuro-bilioso, sujeito a ataques intestinais (hemorróidas), sofrendo de uma hepatite crônica, tão freqüente nos países intertropicais pelos trabalhos de gabinete e de tribuna», enquanto verbera o errado tratamento, depauperante e contraditório, sanguessugas contrariadas por heméticos e ricinos — «que estragos em doze dias! Doze vêzes eméticos em doses crescentes; seis vêzes óleo de ricino e calomelanos e sulfato de sódio e sulfato e valerianato de quinino e louro cereja !!!» (Parecer levado ao Imperador, Rio, 23 de setembro de 1856, Doc. 6.157 do Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis).

Mas se foi o temperamento o maior culpado da morte e se o que exacerbou êsse temperamento ao ponto de comprometer as raízes da existência, foi uma luta do parlamento; ainda torturado

por tantos dias pela medicina — o Marquês de Paraná teve morte digna d'ele e em estreita lógica com sua grande vida.

Os últimos momentos passou-os discursando no Senado, continuando e terminando um debate que se interrompera. A intelligência feneceu-se-lhe orando, discutindo e protestando; e a defender sua grande política, semeadora de renovações e benefícios e nunca portadora de males ou de cepticismo.

Uma raiva heróica sacrificou-lhe a saúde; e morreu falando e sustentando — a conciliação: «cepticismo... o nobre senador... pátria... liberdade». (Macedo, «Ano Biográfico»).

PERFIL POLÍTICO DO MARQUÊS DE PARANÁ

Conferência do

Prof. PEDRO CALMON

Oriundo de rijos mineiros de Paracatu, criado na paz religiosa de Ouro Preto, formado em Coimbra — Honório Hermeto Carneiro Leão é uma síntese possante de fôrças, deslocadas da terra, elaboradas pela cultura, plasmadas pela politica, aplicadas ao império. A natural aspereza do temperamento herdou-o do pai soldado, como um prolongamento inevitável das influências rurais, que a Universidade, a magistratura, o parlamento e o Poder não apagaram de todo, na estridência da sua vontade heróica. Nasceu com êsse destino de comando (diríamos, a vocação da *liderança*), que sendo uma fatalidade do espírito, é um indeclinável compromisso de ação: e na hora própria em que se organizava o País. A êste respeito, o condutor de homens é o personagem providencial. Pertence à geração dos obreiros da unidade, dos artistas, dos construtores da estrutura brasileira, dos gênios tutelares da Pátria — entre os que a emanciparam, nos dias líricos da Independência, e os que a civilizaram, com as liberdades do segundo Reinado. Ombreia-se com os patriarcas do sistema constitucional, José Bonifácio, Cairu, Evaristo; com o general que o assegurou, Caxias; com os chefes de partidos que o consolidaram, Feijó, Vasconcelos, Eusébio de Queirós; com os tribunos que o doutrinaram, com os diplomatas que o projetaram, com os governos que o impuseram. Mas com uma originalidade, que é a marca heráldica da sua biografia tempestuosa: a filosofia, e culto, e vigor da autoridade. Na rocha dessa energia rude, «contraforte exterior» do regime (como justamente se disse), espécie de quebramar granítico anteposto aos arremessos das ondas nas mais dramáticas procelas da politica imperial — as lutas cívicas recortaram um perfil agreste de «vassalo igual ao rei».

A sátira dos adversários, chamando-lhe venenosamente de «el rei Honório», constitui — deformação ilustrativa do retrato — a informação complementar do seu gênio indomável, do seu caráter de *antes quebrar*, dessa altivez sem amenidade que mereceu



O Marquês de Paraná. (Na Galeria Histórica do Palácio Itamaraty)

ao soberano o comentário atencioso: «Paraná não se dobrava». Mas foi o autor de três decisivas conciliações: a que em 1831 deu forma à regência; a que em 1832, a salvou da anarquia; a que em 1853 (seu perene título de glória) assinalou a madureza das instituições num governo de confiança pública — sob a sua firme direção. O que parece paradoxo — a inflexibilidade associada à concórdia — traduz-se noutra fórmula: o lúcido desempenho do governo. Não o que se desmanda em capricho, golpeia inútilmente ou se dissipa em ineficiência, tumulto e destruição; mas o que tem programa, itinerário e lógica; e afinal se converte em orientação, disciplina e generosidade.

* * *

A vida combativa de Honório Carneiro Leão inicia-se num grêmio de estudantes em Coimbra. Apelidava-se a Gruta. E escondia numa conspiração poética as esperanças republicanas de vários brasileiros, que seriam, dez anos depois, os pilares da cêrca e os sentinelas da lei. Brotou daquela *gruta americana* (para recordar o árcade mineiro) o caudal de idéias que à luz dos trópicos reproduziria — largo e cristalino — pitoresco da paisagem, sem as brumas e as fantasias das leituras acadêmicas. O realismo do bacharel negaria patrioticamente as utopias do estudante. Aprendeu mais na magistratura — aula jurídica de autoridade — do que nos bancos escolares e nos segredos da Gruta. Levou para a Câmara dos Deputados em 1830 o seu feitio agressivo de desembargador ávido de justiça mas fiel ao código: tem no novo cenário a exorbitante função de juiz do bom senso; é o árbitro da legalidade.

* * *

Honório não derrubaria o primeiro reinado. Destronado, porém, tudo faria para o substituir por uma ordem efetiva e sóbria, que fôsse além disto nacional. Com os seus amigos, tirou à regência (oportuna lei!) a faculdade de Poder Moderador, e conseguiu que se constituísse com três nomes, um do norte (João Bráulio Muniz), um do sul (Costa Carvalho), um do exército (Lima e Silva), que a sustentassem com o seu apoio esquemático. Brigavam entretanto os princípios da revolução incompleta e da paz instável; e os homens de Sete de Abril sonhavam com a Grande Reforma. Há momentos na existência dos povos em que se opções se apresentam brutalmente, entre o deslumbrante — desconhecido — e o mediocre — tranquilizador; entre o roteiro ideal, previsto pelos visionários do belo futuro — e a sensata resistência dos que lhe temem a aventura, as surpresas, as quimeras e os desenganos. Uma data, pelo menos, corresponde então a

êsse grave problema de escolha, quando se dividiu a Câmara (incompatível com a «reação» do Senado conservador e disposta a demoli-lo com a sua Constituição conspiratória, imposta súbitamente, pelo golpe de Estado nimamente parlamentar...) É o 30 de julho de 1832. A combinação trançada entre a regência, o ministério e a maioria tinha a simplicidade de uma dissolução. Demitiam-se todos, ministros e regentes; em face da supressão do governo, revoltar-se-ia, na sua pureza de intenções, a maciça maioria; e em resposta ao pessimismo da nação, convertida aquela casa da assembléia em Convenção constituinte, promulgada a Carta do Brasil novo... Honório — com o seu impecável sentimento de legalidade — saltou bravamente na arena. Com a Constituição jurada e a obediência à lei haveria remédio para a crise, que era antes de autoridade que de forma política, crise de confiança, crise de decisão, crise de bravura ou de viril civismo, nunca de sistema ou de estilo... A voz imperiosa do jovem deputado de Minas Gerais a maioria, um instante indecisa, recebeu o equívoco, repudiou as combinações conversadas, fixou-se na defesa do regime estatuido e — fascinada por seu comando leal e atrevido — o elevou ao ministério. Feijó, outro forte, ministro da justiça das repressões pontuais, engajado na reforma *salvadora* — voltou para a sua província... Desanuviou-se o ambiente. Tornou-se possível a criação, — desde aí indispensável — do partido do centro, que seria em 1837 o partido conservador, inspirado por Honório no sentido desassombrado e fecundo da autoridade. A seu serviço ajudou a abater a regência tumultuosa de Feijó — que voltara mais poderoso do ostracismo; foi na Câmara o oráculo da «reação» de 37; opôs-se em 40 à «maioridade», desfechada maliciosamente pelos liberais (em 31, inimigos do rei que proclamara a Independência, em 40 arautos de rei que era ainda uma criança...); e quando caíram êles, em 41, foi o presidente da província do Rio que a arregimentou contra a revolta de Minas.

* * *

Ministro em 43, deixou abruptamente a pasta por não concordar o imperador com a demissão do inspetor da alfândega, irmão de Aureliano, ostensivo chefe da facção maiorista. Mas o rompimento com o poder não o alheiou dos deveres para com a nação. Em 49 foi o presidente de Pernambuco que restaurou a ordem despadaçada nas ruas do Recife, com as guerrilhas da Praia. E a missão ao Prata, que lhe valeu o título de Visconde de Paraná — realçou-o no conceito internacional como negociador hábil, clarividente e enérgico.

A sua grande hora, porém, a que o fixou para a História, foi o ministério da Conciliação.

Cançara-se o país, com a alternativa das facções, em cujos altos e baixos periodicamente se provava a sua estabilidade. Há um sentimento de exaustão, na inércia em que os conservadores se imobilizavam, petrificados pelo horror à revolução; e há na inquietação aturdida dos liberais uma angústia de reformas impossíveis e insurreições frustradas. Cada um desses partidos tivera a sua oportunidade e a perda, por insuficiência orgânica. Que fôra a regência, senão um ensaio desordenado de democracia, que acabara molemente, em separatismo e confusão? E a reação — que pusera no trono D. Pedro II — senão uma tentativa de travar a anarquia, fracassada no personalismo e na fraude eleitoral — a que se seguira, depois da sublevação de 1832 — o insucesso da política de recomposição e tolerância? A subida em 1848 da «oligarquia», tivera o sortilégio de restabelecer a ordem e vencer, no interior, a resistência, no exterior, o caudilhismo. Cumpria-lhe desarmar os espíritos. Na realidade satisfizera-os, com a extinção do tráfico, em 50, e uma administração empenhada em promover o progresso material. Faltava-lhe contudo a solidez de um governo de confiança pública, e que pressupunha coligação e cultura. O imperador sonhou com esse ideal difícil — que aparentemente refutava a sua convicção britânica, de que o regime exigia dois partidos inconciliáveis para a mecânica parlamentar, mas na verdade lhe afagava o autoritarismo — na unidade forte do poder sem oposição e sem dubiedade. A época explica — e esclarece — essa doutrina apaziguadora. Em 1853 o império era uma exceção continental de tranquilidade, a que o brilho das armas, em Monte Caseros, dera o prestígio das instituições que ganham as guerras, em nome da moral civilizada e da superioridade ideológica. Batendo-se com Rosas, fôra «civilisación y barbárie». O nosso César não era um truculento usurpador, como se dizia do francês, que a esse tempo, entre alas de baionetas imperiais, se alçara ao trono; muito menos um autócrata latinoamericano, de rêlho e esporas, destacado da selvajaria rural por uma intuição heróica de chefia e glória. O seu perfil suave era o de um príncipe europeu educado na política constitucional da coroa sem validos nem desvarios, a exemplo da monarquia inglesa, de cuja discreção imitava a modéstia e a majestade. Mas com estes requisitos, o soberano era voluntarioso e lúcido. Também êle se fatigara, daquele jôgo insistente de partidos em detrimento da paz e da prosperidade da nação: e porque parecia lá fora decair o princípio representativo — de maiorias e minorias despedaçando-se na eterna briga — achava oportuna a concentração do poder. Ninguém melhor do que Honório para esta responsabilidade: a de submeter liberais e conservadores (seus correligionários, tantos dêles, das lutas pas-

sadas) à disciplina de uma fórmula de emergência — que tinha a beleza de um lema patriótico e a profundidade de uma idéia de salvação pública.

O gabinete da Conciliação fêz-se com um programa que o próprio imperador minutou, como para não dar aos ministros o pretexto de lhe sacrificar a teoria (a admirável teoria da eficiência, pelo apaziguamento) pelos desvios eventuais do govêrno, temperamental ou incapaz. Formou-se de acôrdo com um plano; e executou-o, com a firmeza bravia que o presidente do Conselho — êsse enérgico Honório — sabia imprimir à sua ação. Perpetrou o absurdo momentâneo, de silenciar em todo o país o alarido das paixões. Mergulhou-o na serenidade inesperada de uma inundação — como a enchente diluviana que escondia os topos das montanhas e as mais altas frondes das árvores orgulhosas! — que transformou os relevos brutais da paisagem numa superfície macia e imensa, a refletir o colorido do céu, isto é, as tintas e as visagens daquele govêrno todo-poderoso. Pois se licenciara a política partidária, que se movimentassem as fôrças do trabalho! Que se compensasse a liquidação provisória dos partidos com a euforia econômica da produção, a indústria, o transporte, a colonização, a metamorfose do império, ontem negro e agrícola, agora fabril, estrangeirado, portos abertos à Europa, modernizando-se — no alegre ritmo das Nações que se atualizam!

Foi feliz, a iniciativa augusta, que contara com o Condestável civil do regime, o inamolgável Marquês de Paraná.

Não duraria, porém. Conciliações tentam-se, no breve prazo em que do entendimento acomodaticio dos homens pode resultar uma utilidade comum. Libertadas, entretanto, as energias repressadas e domadas, nesse periodo histórico de renúncias e docilidade, logo se enfileiram em linha de combate; e cumprem o seu destino, de controvérsia e aniquilamento. A morte prematura abateu o estadista quando o Senado lhe exigia as primeiras irritações, da autoridade desafiada. Quisera prolongar a Conciliação. Não conseguiria levá-la muito longe. Baqueou a sua saúde, no limiar das decepções, que se iam acumulando na placidez daquela trégua — vigiada pelo monarca, insuportável, para os trêfegos espíritos de um e outro grupo, boa para as crises, mas injustificável na rotina de sistema — para quantos lhe preferiam o romantismo das batalhas verbais, à compostura fria, da mentalidade administrativa. Morreu Honório — após uma rápida moléstia — na plenitude da sua magistratura. Tombou como um roble da floresta tocado pelo raio: em meio à perplexidade e à veneração do país. Jamais o desaparecimento de um homem de Estado impressionara

tanto as populações, tomadas de surpresa, ansiosas e tristes, em face dêsse infortúnio imprevisto. Mais do que o chefe do ministério, fôra o eixo da política, e mentor da monarquia, e emblema da ordem legal, a forte autoridade — que rumorosamente caía, no crepúsculo da Conciliação. Mas legando ao futuro o Brasil organizado. A ordem oficial. A unidade inquebrantável. O senso de poder paternalista vestido de decência parlamentar e dignidade jurídica. O império na sua forma e na sua essência, nas suas particularidades e na sua inteireza, constitucional e pacífico. Recebera uma herança de édies, que transubstanciara num patrimônio de idéias. Assistira à transição, da democracia demagógica dos pasquineiros para a sociedade severa e elegante em que havia cintilações de côrte refinada e reverberes de inteligência criadora. Contemporâneo na juventude do turbilhão revolucionário, implantara a gravidade dos costumes equilibrados, a que a erupção do progresso emprestava o tumulto lisonjeiro, das épocas de riqueza e bom gôsto. Mensageiro inflexível da disciplina política, saiu de cena quando já a sua missão se esgotava — na sua eficácia sem retórica. Modelara à imagem da sua robustez — de atleta da tribuna, do formidável campeão da autoridade — o regime a que servira. Podia abandonar o palco de seus triunfos sem que êstes se desvanecessem, na poeira do caminho. Constituíam a estrutura metálica da ordem brasileira.

O Marquês de Paraná fôra o seu operário insuperável.

Pertence-lhe de direito o título de organizador-mor do império.

HONÓRIO HERMETO E O INSTITUTO HISTÓRICO (*)

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Quando se fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 21 de outubro de 1838, já Honório Hermeto Carneiro Leão se encontrava entre os paredros que imprimiam à direção dos negócios públicos a marca possante da sua individualidade.

Surgiu no cenário político ainda no primeiro reinado, quando D. Pedro lhe notou a digna altivez com que, juiz de comarca dominada pelo comandante militar, não titubeou em arrostar-lhe a animosidade, para realçar o primado da justiça.

Diante do conflito que rompera entre a autoridade civil e a militar, o Imperador decidiu abreviar-lhe o prazo trienal de juiz de fora da vila de São Sebastião, para o qual fôra nomeado a 12-10-1826, como se quisesse impor-lhe grave penalidade. Ao mesmo tempo, nomeou-o ouvidor na comarca do Rio de Janeiro, assim premiando, mediante promoção, a sua retidão de proceder na distribuição de justiça. Não lhe decorreria, porém, da toga, apesar da estréia auspiciosa, o prestígio que só a política poderia outorgar-lhe. Deputado por Minas, sua Província natal, não tardou em assumir posição na vanguarda, especialmente quando se emborrascasse o ambiente.

Afeito aos contratempos, não se deixava levar pela propaganda dos que divergiam do seu credo. Enfrentava, resoluto, a corrente adversa, para vencê-la, se possível, ou levar a sua bandeira a outro reduto.

Na era da Regência, quando tumultuavam as impaciências, à procura de solução de equilíbrio, entre as fações exaltadas, avultou a sua personalidade, que rapidamente conquistou renome. Especialmente ao romper a conjura do «Golpe de Estado», que a argúcia de Feijó premeditara, como eficaz recurso para superar a oposição do Senado, cuja maioria lhe era hostil.

Fôra, sem dúvida, hábilmente preparada, como esclareceu, em excelente monografia, H. Carneiro Leão Teixeira Filho, ao explicar a tese: «Tentativa de golpe de Estado. A constituição de

(*) *Jornal do Comércio*, Rio, 23 de setembro de 1956.

Pouso Alegre e a atitude de Honório Hermeto», apresentada ao Segundo Congresso de História Nacional.

A «Chácara da Floresta» acolheu, em dia inquieto, os convidados do Padre Custódio Dias, um dos dirigentes do partido situacionista, que expôs aos correligionários o plano de campanha parlamentar, baseado na espontânea demissão coletiva do Ministério, e da própria Regência.

Para acudir à resultante acefalia do Governo, a Câmara, transformada arbitrariamente em Assembléia Nacional, reformaria a Constituição, de acordo com o modelo impresso em Pouso Alegre. Dos presentes, Evaristo da Veiga «não foi entusiasta da idéia», mas, assinalou Aurelino Leal, «cedeu por disciplina, submetendo-se à maioria». Quando lhe chegou a vez de opinar, Honório Hermeto condenou, resolutivo, o projeto, que se lhe afigurava mais nocivo ao país do que os defeitos passageiros contra os quais haveria outros meios de ação legal. Não obstante o seu parecer judicioso, não conseguiu demover os promotores da subversão constitucional conforme ajustaram.

Teve início a execução, pela renúncia de Feijó e dos ministros com êle solidários e dos Regentes, de quem recebeu a Câmara ofício de 30 de julho, no qual diziam: «Os membros da Regência permanente, abaixo assinados (F. Lima e Silva, J. Costa Carvalho, J. Bráulio Muniz), nas circunstâncias em que o Estado se acha, depois da demissão de um ministério da sua mais alta confiança, e da recusação constante que tem encontrado em todos aqueles cidadãos, de quem melhor esperavam para substituí-los, acreditando não poderem mais ser úteis à pátria no cargo eminente a que o voto da Assembléia-Geral da nação os levou, vão perante a augusta Câmara dos Srs. Deputados dar, como lhes cumpre, a sua demissão»...

Atirada a bomba, aguardaram os conspiradores o resultado, que previam ser-lhes favorável. Tendenciosa encenação mobilizou juizes de paz e oficiais da guarda nacional, apressurados em solicitar aos legisladores «quanto antes as mais enérgicas providências para o bem do país, cuja liberdade existe ameaçada pela feroz facção restauradora e pelos furores da implacável anarquia».

Desempenhando o papel que lhe tocara, a Câmara nomeou Comissão Especial, incumbida de examinar às pressas a questão suscitada e sugerir as providências cabíveis.

Não tardou o parecer conforme o qual «a nação se achava à borda de um abismo pelas divisões que infelizmente tinham retalhado o país e principalmente pela existência de um partido retrogrado» e por isso, «vendo iminente a guerra civil e a anarquia, e antolhando com horror as revoluções parciais e desregradas que

de certo hão de aparecer nas províncias e de que pode resultar a desmembração e ruína do império»... concluiu por sugerir «que esta augusta Câmara se converta em assembléia nacional para, então, tomar as resoluções que requer a crise atual e que isto mesmo se participe ao Senado».

Convicta de triunfar, a maioria enganou-se ao permitir a discussão, em vez de aprovar apressadamente o parecer, que lhe interpretara a opinião. Certo, Honório Hermeto incluía-se em seus quadros partidários, mas já se manifestara contra o premeditado golpe. E iria combatê-lo pela palavra, por julgá-lo atentatório à Constituição, além de prejudicial aos interesses do país. Mais tarde, recordando o episódio culminante da sua carreira política, encetada sob a bandeira da moderação, desvaneceu-se «de que quanto êsse partido, arrebatado pela torrente de sucessos que pareciam chamar uma maior energia, julgou dever separar-se dêsse princípio, para ter meios mais adequados de repressão, eu lhe disse «Alto; continuo a ser moderado».

Em verdade, na histórica sessão de 30 de julho de 1832, a voz dissidente, que se fizera ouvir na residência do Padre Custódio, ainda uma vez iria apontar os inconvenientes da solução pretendida pelo relator.

Claros argumentos formulou, com o fervor dos paladinos, em discursos recheados de «lições que fazem honra à sua memória», conforme sentenciou Aurelino Leal.

Sem sombra de dúvida, naquele episódio, foi Honório Hermeto o denodado vencedor que conseguiu «incutir a todos a verdadeira responsabilidade do momento». E assim, a «pequena deputação por êle capitaneada ia aos poucos se avolumando. Diante disso, encheu-se de receios os partidários do parecer, e, exasperados, clamam pela sua imediata votação. Já não era mais possível, porém, levar avante o golpe de Estado». Passara a oportunidade de sua aprovação, possível sòmente no primeiro momento, de surpresa.

No dia seguinte, o substitutivo, que admitira emendas, propunha que se dirigisse «mensagem à Regência, convidando-a a permanecer no pôsto», além de outras providências tendentes a acalmar as inquietações. E assim, graças à oposição pugnaz do deputado mineiro, malogrou o golpe ideado pelo enérgico ministro, que não logrou o retôrno ao cargo, diferentemente do que sucedeu com os Regentes, decididos, afinal, a anuir aos apelos dos deputados, e desistir da renúncia.

O Ministério, constituído de acôrdo com as circunstâncias do momento, não se destinaria a perdurar. E ao afastar-se do poder, a 13 de setembro, para a nova organização ministerial entraria Honório Hermeto, em quem reconheciam as qualidades exigidas para superar a crise.

Pela atuação, provou a exequibilidade legal do govêrno sem recorrer a medidas violentas e inconstitucionais. Daí por diante, o historiador encontra-lo-á em posição de relêvo, sempre que aflore alguma questão importante para a nacionalidade. Como se encontrasse em plena luta parlamentar, para sustentar o «Gabinete das Capacidades», chefiado por Bernardo de Vasconcelos, e depois para aparar novo Golpe parlamentar, desta vez triunfante, com a Maioridade antecipada de D. Pedro II, não participaria das reuniões preparatórios da fundação do Instituto Histórico, de que se aproximaram alguns políticos em férias, ou desejosos de ambiente sereno para suas investigações. Na primeira oportunidade, porém, ingressar-lhe-ia no quadro social, e o Instituto, por bem compreender a sua cooperação, acompanhou-lhe com carinho a trajetória ascendente. E quando o viu tombar, em pleno fastígio, a palavra eloquente de Araújo Pôrto Alegre, orador oficial, assinalou-lhe, em sessão solene, os títulos de benemerência. De outra feita, aprovou a proposta para a ereção de uma estátua, que representasse o estadista, em frente ao Senado, cujo recinto lhe assinalou memoráveis vitórias tribúncias.

Não se concretizou em ato a indicação, devido a intercorrência de fatores adversos, que, todavia, não diminuíram a admiração do Instituto, que lhe dedicou à memória mais de uma referência elogiosa, em várias ocasiões.

Assim, ao versar o tema: «A Presidência e os presidentes do Conselho de Ministros durante o segundo reinado», em sessão de 20 de julho de 1923, o Ministro A. Tavares de Lyra traçou breve, mas expressivo perfil de Honório Hermeto, de quem tratou mais longamente Agenor de Roure, então segundo Secretário. Em sessão de 8 de setembro de 23, tomou por assunto de sua explanação «O Ministério Paraná (6 de setembro de 1853)». Recordou que «homem de ação e de vontade, talvez um pouco áspero, quando atacado, mas sempre bem intencionado, Paraná era um gentleman». «A sua energia não se confundia com a brutalidade. Era mais propenso à generosidade que à violência».

«Com essas qualidades, Paraná foi um homem. Revelou-se no tempo da Regência. Confirmou seus dotes naturais de estadista como Ministro da Justiça e do Gabinete de 13 de setembro de 1832.

«Dez anos depois fôra chamado de novo ao govêrno como Ministro da Justiça e interino dos Estrangeiros no gabinete de 20 de janeiro de 1843».

No tocante ao Ministério que lhe coube organizar, alçando a bandeira da Conciliação, afirmou o conferencista: «O grande Honório Hermeto tombou em meio da tarefa; mas o que deixou feito

era suficiente para garantir a continuidade de uma política sadia e forte, desbravado o caminho e aberta a vereda do progresso na aspreza de intrincados costumes políticos».

Por último, o centenário do seu falecimento propiciou oportunidade aos sabedores para ainda uma vez relembrar a atuação do paladino da legalidade, que a sustentou na vida civil, semelhantemente a Caxias, na militar. Para coordenar-lhes a colaboração, o Presidente Perpétuo Ministro J. C. de Macedo Soares, delegou poderes ao consócio H. Carneiro Leão Teixeira Filho, que há muito vem elaborando, com o carinho de pesquisador consciencioso, a biografia mais completa do insigne estadista, de quem descende.

Sem dificuldade, conseguiu apontar temas indicativos de fases várias da carreira de Honório Hermeto e obter o concurso de quem soubesse explaná-los a primor. Coube-lhe, como decidiram os parceiros, a primeira conferência da série planeada, em que debuxou, por traços amplos, a figura do mineiro nascido na vila modesta de Jacuí, que se desvaneceria, mais tarde, de proporcionar ao Brasil, individualidade de tamanho porte. Acompanhou-lhe a ascensão contínua, pontilhada de episódios, que lhe definiam a forte personalidade. Não os versou por miúdo, porém, como os outros oradores, aplicados em considerar apenas aspectos limitados das suas atividades. Assim, cuidou o Ministro Alfredo Valadão, que demonstrara, em mais de um escrito, conhecer a preceito os sucessos impressionantes da época, da Regência à Maioridade, justamente quando se firmou a reputação de Honório Hermeto, simples deputado de 1830, que não tardou em evidenciar qualidades de chefia. É a década fecunda em que se empolham, entre discussões memoráveis, as instituições, partidárias e culturais, que orientariam a evolução do Brasil.

Não obstante excitada pelos impulsos renovadores, a comunidade aplaude a criação de entidades, oficiais ou particulares, que se devotam à defesa das tradições nacionais, como o Arquivo Público, o Instituto Histórico, tanto quanto as consagradas à formação das gerações futuras, a exemplo do Colégio Pedro II. É no terreno politico-administrativo, todavia, que mais profundas se patenteiam as inovações.

As opostas correntes de opinião ora guiam o país para a direita, ora para a esquerda, a que o impeliaria o «Sete de Abril», se o partido moderado não contivesse os anseios dos exaltados. Retomando a frente, planejam estes o Golpe de 30 de julho, que Honório Hermeto neutralizou, assumindo responsabilidades de liderança. Comprovou-as ao adversar a Regência de Feijó, que afinal não resistiu à pressão parlamentar, e deu por finda a sua missão.

Sem fazer parte do gabinete seguinte, de 19 de setembro, sustentou-o eficazmente na Câmara, onde lhe cresceu o prestígio.

Orientou-o com sagacidade o chefe incontestado do nascente partido conservador, cujas raízes mergulhavam até a impugnação de 1832, com que Honório refreou as demasias exaltadas dos seus correligionários, embora brotasse recentemente da apologia do «Regresso», mediante a qual se afastou Bernardo de Vasconcelos dos arraiais liberais. Entenderam-se às maravilhas, esquecendo passados antagonismos. Aliados para campanha de ampla envergadura, provaram no «Ministério das Capacidades», organizado por um e amparado por outro, que o seu grêmio partidário possuía sobejos elementos para empreender o engrandecimento do Brasil.

Após a vitória, juntos conheceram a derrota, ao pretenderem impedir a maioria apressada do jovem monarca, de que resultou a ascensão dos liberais ao governo.

A década imediata encontrou-os no ostracismo político, embora não desistissem da luta parlamentar, que lhes confiaria de novo a direção dos negócios públicos.

Examinou-a, com a segurança de quem aplicara as suas pesquisas à era em que esteve no fastígio o Visconde de Sepetiba, cuja biografia elaborou esmeradamente, o Professor Hêlio Viana. Incumbiu-se de rememorar a atuação de Honório, tanto no Ministério de 20 de janeiro de 43, como igualmente no governo da Província do Rio de Janeiro, onde auxiliou decisivamente a repressão do surto revolucionário de Minas, e também no de Pernambuco, para atenuar as paixões deflagradas pela Revolução Praieira.

Em ambas as Presidências, procedeu com o descortino de estadista, prudente e enérgico de quem se valeria o Império para relevante missão ao Rio da Prata, da qual regressou triunfante. Estava, mais do que ninguém, naturalmente indicado para assumir as responsabilidades ministeriais, para realizar conhecidas aspirações pacificadoras. Planeia o Gabinete da «Conciliação», do qual tratou Wanderley Pinho, neto de um dos seus ministros, que honraria o título de Barão de Cotegipe.

Lembra, pelos seus memoráveis empreendimentos, o «Gabinete das Capacidades», de que diferia pela atenuação das contendas partidárias, que em 37 agitavam o ambiente. Todavia, ainda brotariam descontentamentos, como o que precipitou o emudecimento do chefe prestigioso do situacionismo, vítima de traumatismo moral, que o tratamento médico agravou, em vez de abrandar. Com traços magistrais, o conferencista, depois de lhe considerar os atos, que o creditaram à benemerência nacional, descreveu-lhe os dias derra-deiros, até o momento final, deplorado pela nacionalidade enlutada.

Como fêcho condigno, a última conferência tocou a Pedro Calmon, a cuja aplaudida eloquência o salão de conferência do Ita-

marati proporcionou adequado ambiente de elegância e magnificência. Sintetizou, em traços impressionantes, a vida benemerita do revolucionário de Coimbra, transfigurado em sustentáculo da ordem constitucional, antes, até, de cooperar decisivamente para a fundação do partido conservador, que se propôs a defendê-la a todo o transe. E depois de garanti-la, fronteiras a dentro, com as responsabilidades de ministro do Império e de Presidente da Província do Rio de Janeiro e de Pernambuco, em quadras inquietantes, anuiu em promover a pacificação do ambiente borrascoso do Rio da Prata.

Rosas não se contentava em oprimir os seus conterrâneos. Queria estender à vizinhança o mesmo regime de terror, como base de política expansionista.

Urgia reprimir-lhe as demasias, antes que as desfechasse contra o Brasil. E Honório Hermeto rumou para o estuário sulino, donde tornaria satisfeito de ter bem cumprido a sua missão, mercê da qual não tardaria a soçobrar a tirania rosista em Monte Caseros. De volta, desfeito o perigo platino, ideou ainda maior título de glória, que lhê proporcionaria a política de congraçamento, de que sempre se mostrou partidário convicto.

E assim formou o «Ministério da Conciliação», que «foi o ponto culminante do Império», na frase incisiva de Euclides da Cunha. Sem conhecer o declínio, inesperadamente sucumbiu, em pleno apogeu, o insigne brasileiro, já Marquês de Paraná, a quem o Instituto prestou expressivas homenagens, pela palavra de autorizados intérpretes, ao comemorar o primeiro centenário do seu falecimento. As conferências então proferidas constituem excelentes contribuições para o conhecimento da história do Brasil no agitado período, que decorreu da Regência à Conciliação.

HONÓRIO HERMETO NA FUNDAÇÃO DE PETRÓPOLIS E ALGUNS TRAÇOS DE SUA PERSONALIDADE

Conferência pronunciada no Instituto Histórico de Petrópolis em 29 de setembro de 1956, pelo Sr. H. C. Leão Teixeira Filho, vice-presidente daquela associação, na solenidade comemorativa do 99.º aniversário da elevação de Petrópolis a categoria de cidade e do centenário da morte do Marquês de Paraná.

Poucas cidades brasileiras têm suas origens fixadas com tanta nitidez, no tempo e no espaço, quanto Petrópolis. Sua história, desde os primórdios, assenta em documentos incontestáveis, através dos quais facilmente podem ser verificadas as datas de sua evolução política e administrativa, bem como as superfícies do primitivo território e dos quinhões que posteriormente lhe foram sendo acrescentados.

Adquirindo a Fazenda do Córrego Sêco mediante escritura firmada em 6 de fevereiro de 1830, em suas terras acidentadas, então cobertas de matas entrecortadas por numerosos rios e córregos, pretendeu D. Pedro I instituir ali moradia de veraneio adequada à sua imperial condição. E tudo leva a crer que se prendesse a tal desiderato o plano que, por sua encomenda, então elaborou o arquiteto Pezerat para a construção de um almejado Palácio da Concórdia.

Naquela denominação bem se pode avaliar quão empenhado andaria o monarca, então embevecido e apaixonado pelos encantos e virtudes da segunda espôsa, Dona Amélia de Leuchtemberg, em conciliar ou pelo menos abrandar a discórdia política, que lhe solapava o prestígio e tão depressa o conduziria à inesperada abdicação no 7 de abril de 1831.

Retirando-se, então, do país onde transcorrera a mor parte de sua vida agitada, e cuja Independência êle mesmo proclamara com tanto garbo e notável intuição política, de corpo e alma entregar-se-ia o Duque de Bragança a outros feitos heróicos, que lhe dariam nova glória e maior renome na Europa. Desembainhando a espada contra o mano usurpador, com tenacidade e bravura, e até com o sacrifício da própria saúde, soube então conquistar para a filha primogênita a coroa lusitana: remate de veras glo-

rioso para um *Rei Cavaleiro* que não lograra conservar a coroa do Brasil por ser português de nascimento, mas que tivera força e ânimo para colocar no trono de Portugal uma *Rainha Brasileira*.

Combalido por moléstia traiçoeira, contraída no legendário cêrco do Pôrto, pouco tempo sobreviveria o primeiro Imperador do Brasil, D. Pedro IV de Portugal, ali falecido aos 36 anos, em 1834, na mesma *Sala D. Quixote* na qual nascera em 1798, no Palácio de Queluz.

Assim, desaparecido o imperial proprietário do Córrego Sêco, no inventário dos seus bens, realizado em Lisboa, foi a referida fazenda lançada aos credores para resgate de algumas dívidas. Antes, porém, que tal se ultimasse, houve no Brasil quem estivesse alerta e procurasse salvaguardar para D. Pedro II aquelas terras em que seu augusto pai sonhara veranear e talvez construir o mencionado Palácio da Concórdia.

Teve tal iniciativa, em 1839, um brasileiro ilustre, Honório Hermeto Carneiro Leão, o qual na época chefiava a maioria da Câmara dos Deputados e mais tarde seria engrandecido com os títulos de Visconde e Marquês de Paraná. Com seu prestígio e autoridade soube aquêle deputado mineiro promover, no referido ano, medidas adequadas ao desembaraço da aludida propriedade «a fim de que não acontecesse ao novo imperador o que várias vêzes sucedera ao seu augusto pai, o qual, quando tinha de tomar melhores ares, se via na necessidade de pedir emprestada a fazenda do Padre Corrêa».

Pecaria, portanto, por omissão o historiador que, ao perquirir os antecedentes de Petrópolis, deixasse de mencionar os nomes de D. Pedro Primeiro e do vindouro Marquês de Paraná como precursores de tão auspiciosa realização.

Acontece, porém, por muito estranho que pareça, não ter sido o nome do Herói do Ipiranga incluído na primitiva nomenclatura dos logradouros petropolitanos, conforme se pode verificar na primeira planta da cidade, publicada oficialmente em 1846. E causa espécie que tal omissão, ou imperdoável esquecimento, houvesse perdurado durante todo o 2.º reinado, sòmente rendendo-se devida homenagem a D. Pedro I em 1925, exatamente por iniciativa de quem então exercia em Petrópolis o trabalhoso cargo de Diretor de Obras e Viação e ora relembra a reparação em aprêço. Agora, decorrido tanto tempo, tributo semelhante dever-se-ia prestar à memória da Imperatriz Dona Amélia, a cujos encantos e desejos, reza a tradição, teria acedido o impetuoso monarca ao comprar as terras que, transmitidas por herança a D. Pedro II, haveriam de constituir, em conformidade com o imperial decreto de 16 de março de 1843, a base territorial em que assentaria a fundação de Petrópolis.

Esquecido não ficara, no entanto, o outro precursor, pois *ad initium* se lhe conferiu o privilégio de ser o único estadista com o nome em uma das ruas petropolitanas. Aquela Rua do Honório, inscrita no primitivo cadastro desde a planta inicial de 1846, e à qual se referem tantas escrituras públicas e cartas de aforamentos da antiga Fazenda Imperial, durante muitos anos conservaria o nome de tão notável brasileiro, que entretanto desapareceria da nomenclatura petropolitana quando a Municipalidade, atendendo aos ardores republicanos da época, houvesse por bem reunir numa só via, então cognominada Avenida Washington, as antigas ruas do Mordomo e do Honório, que permaneceriam juntas e no futuro apenas haveriam de lembrar o nome do mordomo Paulo Barbosa.

Coube, porém, ao saudoso Dr. Hermogênio Silva impedir que o nome de Honório Hermeto Carneiro Leão ficasse olvidado em Petrópolis. Fê-lo no entanto, denominando tão somente Carneiro Leão uma rua no pitoresco bairro do Retiro. Com o rolar do tempo, e o aparecimento de outras pessoas com igual sobrenome, tornou-se inexpressiva a homenagem em aprêço, conferindo-se então, em 1940, o nome de Marquês de Paraná a uma rua aberta naquele ano, à margem esquerda do rio Quitandinha, perpendicularmente à rua Coronel Veiga, e que, sendo prolongada morro acima, mediante adequado desenvolvimento permitirá estabelecer-se um novo acesso ao Valparaíso.

Na época em que o Major Koeler começou a planejar Petrópolis, encontrava-se aquêl engenheiro-militar a serviço da província fluminense, nas obras da Serra da Estrêla e estudos da estrada para Minas Gerais. Na presidência do Rio de Janeiro, estava então o Conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, o qual dispensava a Júlio Koeler protetora estima e altamente apreciava sua competência profissional, conforme se pode ajuizar da seguinte carta endereçada ao Ministro da Justiça, seu particular amigo:

«Ilmo e Exmo. Sr. Paulino José Soares de Souza.

Meu Amigo e Senhor — Peço nesta ocasião ao Sr. Ministro do Império como muito especial favor a mim feito a nomeação do Major Júlio Frederico Koeler para a direção das obras públicas da Côrte, que estava confiada ao Coronel Rangel, que me asseguram dever partir para o Rio Grande; e a V.Exa. rogo não impeça a dita nomeação, antes coadjuve a vontade que o dito Sr. Ministro costuma ter de me servir nos favores que lhe peço.

Por contemplação com êste seu amigo espero que V.Exa. esqueça a desinteligência que no ano passado infelizmente houve

entre V.Exa. e o dito Júlio, que estou certo ter sido até então grande respeitador e admirador das qualidades de V.Exa.

Ajuntarei êste aos outros favores que devo à benignidade de V.Exa.

Sou de V. Exa. — at.º am.º ob.º C.

H. H. Carneiro Leão

Valença, 20 de Julho de 1842.»

Fôssem quais fôssem as razões, certo é que, não obstante tão positivo empenho, não conseguiu o Major Koeler a desejada nomeação. Permaneceu, por isso, a serviço da Província do Rio de Janeiro, encorajado e distinguido pelo próprio presidente. E assim, residindo por exigência dos trabalhos nos cimos da Serra da Estrêla, com entusiasmo, mestria e admirável intuição urbanística, concebeu e traçou os planos que seriam aprovados pelo imperial Decreto de 16 de março de 1843, e que propiciariam a D. Pedro Segundo realizar aquilo que, muito possivelmente, também tivesse sido o sonho de seu augusto pai ao comprar a Fazenda do Córrego Sêco.

Parece mais do que mera coincidência que o referido Decreto e o conseqüente contrato do Major Koeler com a Fazenda Imperial — alicerces da fundação de Petrópolis — sòmente fôssem lavrados quando Honório Hermeto houvesse empolgado o mando governamental, constituindo e chefiando o Ministério de 20 de janeiro de 1843, no qual ficou com a pasta da Justiça e exerceu interinamente, até junho do mesmo ano, a dos Negócios Estrangeiros. Nem é crível que atos administrativos dessa natureza, embora constitucionalmente praticados através da mordomia da Casa Imperial, chegassem a bom têrmo sem audição, apoio e naturalíssima interferência do principal ministro de Sua Majestade. Ao demais, em se tratando de assunto estreitamente ligado aos interesses da Província Fluminense, cuja presidência Honório Hermeto deixara em mãos do vice-presidente João Caldas Viana, irmão do Ministro da Fazenda, Joaquim Francisco Viana, e como êste pessoa politicamente chegadíssima ao próprio Honório, não há como desconhecer ou subestimar, nos atos em aprêço, a influência do vindouro Marquês de Paraná, que no ano anterior galgara às culminâncias do Conselho de Estado e do Senado do Império, e no exercício da presidência do Rio de Janeiro grangeara tanto prestígio e notoriedade com a sua pessoal resistência à Revolução Liberal de 1842.

Prende-se, portanto, a tais antecedentes o privilégio com que Honório Hermeto foi distinguido ao serem lavradas na Fazenda

Imperial os primeiros aforamentos de Petrópolis. Distinguiram-no, então, concedendo-lhe no livro inicial o Registro n.º 1, concernente ao Prazo n.º 2.201, quadrilátero com a superfície de 3.148 braças quadradas, medindo 52 braças de testada pela Rua do Honório e outras tantas pela Rua do Imperador, com extensão de 116 metros e trinta e oito centímetros entre êsses logradouros, abrangendo tôda a área da atual rua Dr. Porciúncula, inclusive a própria estação ferroviária. Não se cuide, porém, que êsse e outros terrenos, que Honório Hermeto então obteve por aforamento, lhe tenham sido doados ou constituíssem naquela época algo excepcionalmente valioso; foram-lhe outorgados com os mesmos ônus e obrigações impostas a quaisquer outros enfiteutas. Aliás, olhando-se a planta da época, ver-se-á que no referido Prazo 2.201 espriava-se, em largo meandro, o Córrego Seco, o qual sômente mais tarde dali seria afastado, quando se rasgasse em rocha viva adequada passagem para o seu leito no eixo da Rua do Imperador, no comêço da atual Avenida 15 de Novembro. De resto, afora a carência dessas obras, aquêlê terreno ainda exigiria, em grande parte, considerável atêrro, razões pelas quais Honório Hermeto não quis conservá-lo e logo em meados de 1850 o alienou, vendendo parte ao Marquês de Valença pela quantia de oitocentos mil réis, e o restante a Henrique Carpinter por um conto e oitocentos, conseguindo assim, por tamanha superfície, apenas o total de Rs. 2:600\$000.

Empenhado em prestigiar com o seu nome e cooperação o cometimento do Imperador, adquiriu o futuro Marquês de Paraná outras porções de terras em Petrópolis, entre as quais o Prazo n.º 41, na Vila Imperial, correspondente ao Registro n.º 9, e ainda com testada no outro lado da mesma Rua do Honório, justamente na confluência desta com a estrada para o Palatinato, terreno triangular, medindo apenas 103 1/2 braças quadradas, então aforado para sua mulher, Dona Maria Henriqueta Netto Carneiro Leão.

Ainda no Palatinato Inferior teve também os Prazos n.º 2.222 com 5.250 braças quadradas (Registro n.º 376), adquirido em 1848 de Dona Mariana Zeferina de Gouvêa, e bem assim o de n.º 2.217a, com 829 braças quadradas, por êle depois transferido a José Maxwell, e em parte confinante com o Prazo n.º 2.211 (Registro n.º 16), aforado para o filho herdeiro do seu nome, terreno que pela medição de 1847 tinha 3.384 braças quadradas e no qual foi construída a casa que o próprio Honório Hermeto arrendou em 1850 a João Batista Calógeras e ao Barão de Tautphoeus para que nela fôsse instalado o acreditado Colégio Calógeras, tudo conforme minuciosa escritura conservada pelo autor dêste relato e que, a pedido do Dr. Guilherme Auler foi

publicada na *Tribuna de Petrópolis* em 3 de maio de 1956. No referido prédio funcionaria também, durante algum tempo, o Hospital mantido pela Província, bem como instalar-se-ia mais tarde o Colégio Paixão, a cujo proprietário a Marquesa de Paraná e sua nora Dona Maria Cândida Soares Tôrres Carneiro Leão, após a morte do Dr. Honório Hermeto Carneiro Leão Filho, ocorrida em 1873, venderam o domínio útil do terreno e benfeitorias, de que eram meeiras por herança, abrindo-se posteriormente naquelas terras a rua Buarque de Macedo.

Relativamente a êsse imóvel, justo é que se mencione o carinho dispensado pelo futuro Marquês de Paraná às árvores e viveiros de plantas ali existentes e por êle citados na aludida escritura de arrendamento, em cujas cláusulas, a par de cautelosas minudências concernentes à renda e conservação do prédio, o proprietário não se esqueceu de impor aos inquilinos a preservação dos arvoredos e plantações, tomando a si o compromisso da imediata construção de mais algumas salas, as quais, ao seu critério, seriam providas de soalhos ou pavimentadas com asfalto, detalhe pouco vulgar na época em referência. Do casarão, que durante tantos anos lembraria no Palatinato (na esquina das ruas Dr. Sá Earp e Buarque de Macedo) as primeiras construções petropolitanas, existem duas esplêndidas fotografias, tiradas especialmente pouco antes à respectiva demolição, e nas quais se destacam dois gigantescos eucaliptus, coetâneos das espécies indicadas no arrendamento de 1850, árvores majestosas que num meio mais civilizado jamais teriam sido derrubadas... Completando a documentação iconográfica dessa casa, acêrca da qual bem se poderia escrever curiosa monografia, o autor destas linhas também possui uma pequena aquarela, pintada pela inglesa Susan Miers, e que tem no verso a seguinte autenticação: «The house of Snr. Honorio Hermeto Carneiro Leão, formerly Primer Minister of Brazil — Petrópolis, Oct. 1850». Confirmando êsse desenho, existe uma fotografia de G. Leutzing, feita em tórno de 1865 e focalizando o Palatinato Central, vista em que se destaca com nitidez o Hospital, então alojado naquele casarão, foto recentemente reproduzido por Guilherme Auler na *Tribuna de Petrópolis*, de 3 de março de 1956.

No Quarteirão Suíço também foram aforados em 1846 e 1847, ao futuro Marquês de Paraná dois prazos, um em frente ao outro, ambos com testadas sôbre o rio Lomonossoff: o de n.º 3.202 (Registro n.º 857), com 5.946 1/2 br2, por êle transferido mais tarde a Antônio Moreira Rodrigues; e o de n.º 3.229 (Registro n.º 337), tendo a superfície 5.458 brs2, por êle cedido a Adão Mussel.

Outros laços significativos também ligam o nome do Marquês de Paraná aos primórdios petropolitanos, dentre êles podendo-se

apontar o seu valioso apoio ao Barão de Mauá, para a construção da Estrada de Ferro, que foi a primeira levada a efeito na América do Sul e cuja inauguração ocorreu em 1854, ao tempo do seu famoso Ministério da Conciliação, época em que também incentivou Mariano Procópio para a construção da Estrada União e Indústria, notabilíssimo empreendimento rodoviário, iniciado durante o seu mesmo governo.

A própria efeméride de 29 de setembro de 1857, relativa à promulgação da lei provincial n.º 961, mediante a qual Petrópolis foi elevada à categoria de cidade, acontecimento ocorrido um ano após o falecimento do Marquês de Paraná, de certo modo também tem ligações com o seu nome. Assim opinou e concluiu o atual presidente do Instituto Histórico de Petrópolis, Dr. Mesquita Pimentel, em magistral conferência pronunciada nesta mesma data, em 1939, trabalho erudito e consciencioso, indispensável a quantos pretendam desvendar os episódios e tramas que se antepuseram à obtenção da mencionada lei, conseguida principalmente através dos esforços e tenacidade do Tenente-Coronel Emilio Amaro da Veiga, operoso e competente auxiliar do Barão de Mauá, em algumas empresas e realizações progressistas. Ao referido titular, pioneiro dos maiores empreendimentos nacionais, também muito ficou devendo Petrópolis o seu rápido desenvolvimento. Edificando na cidade do Imperador o único palacete construído para sua moradia, solar que ainda constitui um dos melhores padrões arquitetônicos da época, Mauá deixou bem claro quanto presava esta terra, cujo progresso impulsionou com a ferrovia e o próprio ânimo construtivo, justificando sobejamente a ostentação do seu título de nobreza na praça pública em que mais tarde se instalou e ainda permanece o Paço Municipal de Petrópolis.

Posta em vigência a mencionada lei, a nova cidade teve de enfrentar, logo de saída, os malefícios decorrentes da sua tão custosa quão almejada autonomia prematura. Vieram as eleições, e com elas as costumeiras fraudes. . . Assim, por duas vezes foram anulados os primeiros pleitos eleitorais, somente sendo considerado válido o terceiro, levado a efeito em 1859. No interregno dessas peripécias políticas ficara a cidade subordinada à Câmara da Vila da Estrêla, cujo presidente, Dr. Bernardino Alves Machado, aos 17 de junho de 1859 alfim empossaria, na forma da lei, os primeiros vereadores petropolitanos. Consequentemente, não obstante as determinações da referida lei de 1857, somente na apontada data de 1859 conseguiu Petrópolis instalar a sua Câmara Municipal. Gastara cêrca de dois anos, da sua incipiente autonomia, a pelejar em sucessivas eleições, às voltas com artimanhas e chicanas que ainda acharam meios de impedir o exercício do seu vereador mais votado, aquêle mesmo Coronel Veiga, deputado provincial a quem

mais se ficou devendo a supracitada lei, que, após o veto do presidente da Província, afinal foi promulgada pela presidência da Assembléia Legislativa.

Examinada essa questão à luz dos documentos e à distância de um século, aclaram-se as perspectivas e melhor se vislumbram as razões em que se apoiariam as resistências opostas pelo Governo da Província. A povoação, iniciada em 1843, mas que nem sequer atingira a categoria de vila, e na qual a colonização estrangeira, introduzida a partir de 1845, criara da noite para o dia tão numerosos quão sucessivos problemas de ordem política, econômica e social, na verdade ainda não estava apta nem tinha onde angariar tributos indispensáveis aos serviços e melhoramentos pertinentes à condição de cidade. Em tal conjuntura, não fôsse o providencial desvêlo do Senhor Dom Pedro Segundo, que do seu próprio bolso, e por intermédio de seus mandatários na Província, jamais deixaria de ocorrer com oportunos auxílios financeiros, muito difícil e morosamente ter-se-ia operado o desenvolvimento da nova cidade, que sempre seria, até mesmo nas horas tristes do exílio, a filha diletta do Imperador.

Evidenciada a participação de Honório Hermeto nos antecedentes e primórdios da fundação de Petrópolis, vem ao caso apontar outros laços que também o prendiam à terra fluminense.

Conquanto fôsse mineiro e sempre tivesse representado a sua província natal na Câmara dos Deputados (1830-1841) e no Senado vitalício para o qual foi escolhido em 1842, desde os começos de sua carreira parlamentar o vindouro Marquês de Paraná usufruiu de algum prestígio pessoal na Província do Rio de Janeiro, onde afazendou-se e politicamente também «fazia rancho» entre os maiores saquaremas. Naquele ambiente, e noutros cenários mais amplos da política imperial, cimentou elos de particular e recíproca estima com Rodrigues Tôrres, Paulino e Eusébio de Queirós, componentes do poderoso triunvirato que assumiria a incontrastável direção do Partido Conservador após a morte de Vasconcelos e a do próprio Honório.

Eleito concomitantemente, em mais de uma legislatura, deputado provincial à Assembléia Legislativa fluminense, contou com a valiosa solidariedade dessa Província quando, nas eleições realizadas para a legislatura imperial de 1838 a 1841, periclitava a sua recondução à Câmara dos Deputados. Diplomado então deputado geral pela Província do Rio de Janeiro, só não exerceu êsse mandato por ter optado pela representação mineira, da qual ficara apenas suplente e a cujo seio pôde assim retornar na vaga ocorrida com o prematuro falecimento de Evaristo da Veiga. Assim procedendo, deu ensejo a que a sua cadeira na bancada fluminense fôsse ocupada

pelo suplente Aureliano Coutinho, vindouro Visconde de Sepetiba, que ainda era seu amigo e dentro em breve tornar-se-ia seu adversário.

Antes de findar 1841 e de encerrar-se a 4ª legislatura imperial, em cujo ano anterior havia sido inconstitucionalmente proclamada a maioria do menino-imperador, bem turvos e apreensivos se apresentavam os horizontes e campanários políticos. A nova Câmara, forjada pelos maioristas através de celeberrima *eleição do cacete*, e na qual Honório Hermeto e outros vultos de renome no Partido Conservador não teriam assento, longe estava de representar, pelos vícios de origem, sequer um simulacro da verdade eleitoral. Em tais condições, além de facioso, aquêlê corpo do parlamento iria constituir séria ameaça à preservação das leis e medidas de segurança que os partidistas da ordem, tendo volvido ao poder em 23 de março de 1841, tão cautelosa e acertadamente haviam concebido e promulgado. Diante dêsse impasse, o govêrno imperial pressentiu o perigo, e antes de recorrer ao remédio extremo, isto é, à dissolução prévia da Câmara, tomou providências adequadas, dentre elas destacando-se a de confiar as principais províncias a presidentes de pulso forte e que, pelo próprio passado, energia e notórios predicados, melhor pudessem velar pela manutenção da ordem na eventualidade de quaisquer rebeliões ou concertos revolucionários.

Para a Província do Rio de Janeiro, justamente a de maior importância no tocante ao progresso, economia e posição geográfica, foi nomeado a 4 de outubro de 1841 o desembargador Honório Hermeto Carneiro Leão, então já agraciado com o Oficialato do Cruzeiro e o título de Conselheiro do Imperador.

O novo presidente, ao assumir o cargo em 1 de dezembro, estava na pujança dos 40 anos e trazia bom tirocinio, começado na magistratura, na qual havia ingressado em 1826 como Juiz de fora na Vila de São Sebastião, donde passara a ouvidor na capital do Império, degrau que lhe facilitou a nomeação de auditor geral da Marinha em 1829 e a concomitante promoção a desembargador na Relação da Bahia com assento na Casa de Suplicação, ali conservando-se até a extinção daquele tribunal, época em que ficou pertencendo à Relação do Rio de Janeiro. Possuía, além disso, experiência administrativa conquistada nos oito trabalhosos meses em que havia sido ministro da Justiça e Segurança Pública em 1832-33, nos tempestuosos tempos da Regência Trina. E sobrava-lhe, principalmente, traquejo político, pois nos 12 últimos anos pelejara, como deputado geral, no primeiro plano dos acontecimentos, esgrimindo com desassombro e clarividência, impondo-se ao respeito do país e adestrando-se, qual verdadeiro condutor de homens, no comando das opo-

sições, dos entendimentos parlamentares, e principalmente na chefia da maioria da Câmara. Era, portanto, um homem bem escolhido para o cargo, ao qual ascendeu com incontestável prestígio e indiscutível autoridade.

No exercício da presidência fluminense recebeu Honório Hermeto duas inequívocas demonstrações do aprêço e confiança da Coroa: a sua investidura no Conselho de Estado recém-criado, e a sua escolha para o Senado do Império após o pleito em que fôra eleito pela sua província de Minas Gerais.

Muito ultrapassaria os rumos desta resenha biográfica, tornando-a demasiadamente longa, e mesmo fatigante, se nela se pretendesse enumerar todos os atos e realizações de Honório Hermeto em sua administração. Isso, aliás, já o fez o próprio autor desta parlenga retrospectiva, aqui mesmo em Petrópolis, publicando no Anuário do Museu Imperial (vol. VI — 1945) minucioso trabalho sobre «A presidência do Rio de Janeiro em 1842». Naquelas páginas, valorizadas pela divulgação de alguns documentos pertencentes ao autor — os quais até aquela data estavam inéditos — bem ressaltada ficou a patriótica e corajosa participação de Honório Hermeto à frente das forças por ele organizadas para imediata defesa da legalidade, ao irromper naquele ano a Revolução Liberal; delas também ressumbram o zelo e o espírito público com que, entre tantas atribulações, o referido presidente procurou servir aos interesses da Província e aos do próprio Império.

Começando em 1 de janeiro de 1843 a 5ª legislatura imperial, teve Honório Hermeto de ausentar-se da presidência do Rio de Janeiro a fim de tomar assento no Senado, onde, em face de sua proeminência política, logo foi destacado para relatar a resposta à Fala do Trono. Dias depois, a 20 do mesmo mês, o imperador, propenso ao parlamentarismo, pela primeira vez delegava a um estadista a incumbência de constituir um novo ministério. E o encargo, mais expressivo porque ainda não havia sido criada a presidência do Conselho de Ministros, recaiu exatamente no senador e conselheiro de estado Honório Hermeto Carneiro Leão.

Debaixo do ponto de vista político e pessoal o gabinete de 20 de janeiro de 1843 foi uma das mais fortes composições ministeriais do 2.º reinado, trazendo aos Conselhos da Coroa indissolúvel predominância fluminense.

Tomando para si a pasta da Justiça, pela qual já passara em 1832, e mantendo-se por longos meses, interinamente, na dos Negócios Estrangeiros, o Senador Honório Hermeto Carneiro Leão confiou a da Fazenda a Joaquim Francisco Viana (irmão do vice-presidente em exercício na província do Rio de Janeiro),

e a da Marinha a Rodrigues Tôrres, ambos deputados pela terra fluminense, entregando a da Guerra ao General Salvador José Maciel e a do Império ao Conselheiro de Estado José Antônio da Silva Maia, antigo ministro de D. Pedro I e competente administrador. Meses depois, a 8 de junho, entrando para a pasta de Estrangeiros Paulino J. Soares de Sousa, deputado pela mesma província e famoso ministro da Justiça no govêrno anterior, mais forte ainda ficou o gabinete e mais viva tornou-se a sua aludida coloração fluminense.

Difícil, e por vêzes bem árdua, foi a tarefa em que se empenhou o chefe do ministério. Afora os freqüentes e azedos debates no Senado, a propósito do processo dos rebeldes de 1842, entre os quais estavam indiciados dois senadores de renome — Feijó e Vergueiro, tinha ainda de repelir a oposição oculta que, desde os tempos de 1840, lhe faziam certas *peessoas rasteiras do Paço*, intrigando-o freqüentemente com o Imperador. A par disso, cumpria-lhe não descurar dos negócios do sul, envidando todos os esforços em prol da pacificação do Rio Grande, prendendo-se a tal empenho o tratado de 24 de março de 1843, então negociado por sugestão da Confederação Argentina, mas que depois de assinado não foi ratificado pelo nefasto ditador Rosas. Seus cuidados e patrióticos anseios, para que o Império não sofresse o desmembramento daquela província, em boa hora êle os escreveu, naquele seu estilo viril, em carta então endereçada ao Conde de Caxias, exortando-o a obter em prazo certo tão glorioso remate para a manutenção da integridade nacional.

Foi no tempo em que o chefe do gabinete ainda arcava com duas pastas ministeriais, que se realizou no Rio de Janeiro, em 1. de maio de 1843, o casamento da Princesa D. Francisca, irmã de D. Pedro II, com o Príncipe de Joinville, filho de Luís Filipe rei dos franceses. Em sinal de aprêço e reconhecimento pelos seus serviços no ajuste dêsse matrimônio, foi-lhe oferecida a Gran-cruz da Legião de Honra, que êle declinou por escrúpulos funcionais e principalmente para que tão alta distinção fôsse conferida a Bernardo de Vasconcelos, que por indicação do próprio Honório servira como plenipotenciário no tratado nupcial então assinado, incumbência outorgada com louvável propósito de aproximar da Família Imperial o grande homem que, em julho de 1840, apenas fôra ministro «durante as 9 horas mais gloriosas de sua vida». Meses depois, coube-lhe também, como chefe do ministério, render as primeiras homenagens do govêrno à Imperatriz D. Tereza Cristina, apresentando-se a bordo da nau em que ela aportou na Guanabara, quando ali a foi receber o Imperador. Dêsse encontro ficou a tradição, certa ou infundada, de que o monarca, no esplendor dos 18 anos, tivesse manifestado algum desaponta-

mento ante a espôsa que a diplomacia lhe arranjava. Mas tudo afinal transcorreu a contento, inclusive em relação ao referido ministro que respeitosa e hãbilmente soube conduzir-se, captando desde logo a confiança da bondosa imperatriz, a qual sempre haveria de distingui-lo, inclusive concedendo-lhe a honra e o difícil encargo de com ela dansar nos bailes da Côrte ou noutros abrilhantados pela presença de suas majestades.

Com seu gênio assomado e a franqueza com que falava ao monarca, nascido justamente quando Honório acabara de formar-se em Coimbra, bem difficil seria a permanência do ministério por êle chefiado. Assim, teve êle dois sérios atritos com o imperador: Primeiramente, quando da entrada de Paulino para o gabinete, ocasião em que Honório preferia ficar com a pasta de Estrangeiros, deixando a da Justiça para o novo ministro, que tanto se notabilizara nela durante o ministério anterior. Não anuindo o imperador aos seus desejos, entendeu Honório de exonerar-se, inclusive do próprio Conselho de Estado. Mas D. Pedro II aplinou os escolhos e o ministério pôde continuar até 2 de fevereiro de 1844, data em que se retirou em consequência do ruidoso incidente entre Honório e o Imperador, a propósito da demissão do inspetor da Alfândega, exigida pelo altaneiro ministro e não concedida pelo jovem monarca. Anos mais tarde, ao comentar a biografia do Conselheiro Furtado, escrita por Tito Franco, o imperador reportar-se-ia ao caso, escrevendo de próprio punho: *O Paraná não se curvava*. E lembrando-se com saudade do ministro então já falecido, à margem do mesmo livro deixaria outro depoimento ainda mais expressivo: *O Marquês de Paraná relevou-me de qualquer falta que eu houvesse cometido em relação a Carneiro Leão*.

Com a saída dos conservadores, solidários com Honório Hermeto, operou-se no país completa reviravolta política, assumindo Aureliano Coutinho, irmão do mencionado inspetor da Alfândega, a presidência do Rio de Janeiro, onde procurou desmontar o poderio dos *saquaremas*. E o govêrno imperial tornou-se instável, constituindo-se sucessivamente, no decurso de fevereiro de 1844 até maio de 1848, nada menos de cinco ministérios, não obstante a criação da presidência do Conselho de Ministros em maio de 1847. Afinal, em 29 de setembro de 1848, em consequência de nova *reação conservadora*, voltava o govêrno às mãos do Partido da Ordem.

Do gabinete então formado pelos conservadores, e do qual foram presidentes do Conselho dois antigos regentes do Império — primeiramente Olinda e depois Monte Alegre, ambos ainda viscondes — não participou Honório Hermeto, preferindo colaborar como na anterior reação de 1837, qual *contra-força exterior*,

posição em que igualmente se manteve após a reorganização ministerial presidida por Rodrigues Tôres (Itaboraí) a partir de 11 de maio de 1852. Nessa conjuntura, com seu procedimento demonstrou desambição e admirável senso político, prestando com o sacrifício de suas comodidades e até dos próprios interesses, dois relevantíssimos serviços ao Império. Primeiramente em 1849, ao aceitar a presidência de Pernambuco, província ainda conturbada pelos restos da *revolução praieira*, ali irrompida no ano anterior, e que êle procurou pacificar, governando com pulso firme e tôda a sua proverbial energia, mas também com oportuno e bem dosado espirito de conciliação, sobrepondo-se pessoalmente aos excessos do seu próprio partido. Depois, seguindo para o Rio da Prata, na chefia da missão diplomática de 1851-1852, na qual se conduziu com sobrançeria, inquebrantável firmeza e bem alto soube manter a dignidade do Brasil.

Ao retornar do Prata, encontrar-se-ia Honório Hermeto engrandecido com o título de Visconde de Paraná, que tanto lembraria o caudaloso rio cuja travessia êle negociara para as forças militares do Império, quanto a sua própria intervenção, desde 1850, para a criação da província paranaense, afinal decretada pela lei de 29 de agosto de 1853, mas cuja instalação justamente seria iniciada nos primórdios do seu famoso Ministério da Conciliação.

Voltando pela terceira vez às funções ministeriais, agora na qualidade de presidente do Conselho e titular da pasta da Fazenda, no gabinete de 6 de setembro de 1853, não hesitou o Visconde de Paraná em desfaldar e sustentar a bandeira da concórdia política. Sobrava-lhe autoridade para sobrepor-se aos interesses partidárias, e assim corresponder à confiança do Imperador, que desde vários anos nutria tal esperança, mas debalde encontrara quem a levasse avante.

Na verdade os partidos estavam gastos, a paz externa fôra conseguida, e nos campanários internos já não havia razões para ódios ou dissídios extremos entre *luzias* e *saquaremas*. A nação ansiava pela ordem e tranqüilidade, indispensáveis ao progresso material do Império.

O primeiro pensamento de Paraná foi no sentido de congregar em tórno de si velhos amigos, entre os quais o Visconde de Abrantes, Eusébio de Queirós, Sebastião do Rêgo Barros e o Marquês de Caxias, indo buscar dentre os mais novos o concurso de Wanderley, futuro Barão de Cotegipe, presidente da Bahia, cargo em que preferiu permanecer. Com aquela intenção poderia governar com homens experimentados, insuspeitos à *grei conservadora*. Não acedendo aquêles ao mencionado desejo, não perdeu mais tempo o presidente do Conselho, preferindo atrair *homens novos*, mas que pela ilustração e predcados se lhe afiguravam

até mais apropriados à obra de renovação que êle almejava realizar. Nessa ocasião contou, entretanto, com o valioso apoio de Limpo de Abreu, posteriormente Visconde de Abaeté, ao qual entregou a pasta dos Negócios Estrangeiros, e que, havendo militado outrora com bastante ardor no campo contrário, ali ao ministério, ao lado de Paraná, apagava a lembrança das lutas passadas, afiançando ao país a sinceridade do governo. Para a Justiça entrou José Tomás Nabuco de Araújo, com quem Honório Hermeto estreitara relações no Recife, no tempo em que presidiu Pernambuco e ali pudera observar as luzes e alta capacidade do referido jurista e magistrado; na pasta do Império tomou assento Luís Pedreira do Couto Ferraz, mais tarde Visconde do Bom Retiro, operoso e progressista administrador, então presidente do Rio de Janeiro desde os fins de 1848, e que aliava a tantas qualidades a circunstância de manter relações pessoais com o imperador, do qual talvez tenha sido o único amigo mais íntimo. O ministério da Guerra, que tocava a Caxias, mas que êste recusou por razões de saúde, por indicação dêle foi confiado ao General Pedro de Alcântara Bellegarde, possuidor de honrosa fé de ofício e um dos mais ilustrados militares do seu tempo. No ministério da Marinha, a princípio ocupado interinamente pelo citado general, tomaria posse em meados de dezembro o Dr. José Maria da Silva Paranhos, vindouro Visconde do Rio Branco, o qual servira como secretário de Honório Hermeto no Rio da Prata e depois ali ficara como ministro residente em Montevidéu, sendo na própria ausência eleito deputado geral pela província do Rio de Janeiro, em conformidade com a elogiosa circular em que Paraná, aos 12 de novembro de 1852, com tanto empenho o recomendara ao eleitorado fluminense.

Com tais auxiliares refulgiria o prestígio pessoal do Marquês de Paraná, elevado a essa dignidade a 2 de dezembro de 1854, data em que, através do mesmo decreto, em comemoração ao natalício de D. Pedro II, também alcançaram o marquesado os Viscondes de Olinda e de Monte Alegre, antigos regentes do Império, bem como o Visconde de Abrantes, seu particular amigo e vizinho no Caminho Novo de Botafogo.

Só mais tarde, com a saída de Abaeté e de Bellegarde em 14 de junho de 1855, o gabinete sofreria alterações, entrando para o Ministério da Guerra o Marquês de Caxias e para o da Marinha o futuro Barão de Cotegipe, passando o vindouro Visconde do Rio Branco para a pasta de Estrangeiros, para a qual parecia talhado e em cujos negócios mais tarde tanto se distinguiria.

Não se imagine, porém, que durante o triênio em que Paraná presidiu o Ministério da Conciliação a calma fosse absoluta e de quando em quando não se esquentassem os debates parla-

mentares. A inveja e o despeito de alguns políticos e pseudo-estadistas por várias vêzes incendiariam os ânimos, forçando o presidente do Conselho a travar desagradáveis discussões, através das quais sempre repeliu os doestos e calúnias que lhe assacaram, e que afinal lhe propiciaram inegáveis triunfos na tribuna. Nesta, batalhou com pertinácia e convicção em defesa da administração, salientando-se nos debates pertinentes à reforma eleitoral, cuja aprovação, mediante a *Lei dos círculos*, exigiu-lhe ingentes esforços. Bateu-se com denodo pela melhoria dos costumes políticos, procurando com aquele instrumento legal possibilitar eleições honestas e verídicas, que ao demais acabassem com os «deputados de enxurrada».

Empolgado pelo mando e responsabilidade inerentes a sua posição, Paraná aderiu com sinceridade às idéias de *progresso refletido*, desprezando em parte as que dantes proclamara em relação às construções e vantagens das ferrovias. Evoluindo, seu franco e decisivo apoio a iniciativas de vulto, dentre elas devendo-se mencionar a Estrada de Ferro D. Pedro Segundo e a de Jundiá a Santos cuja importância bem avaliou e que decorrido quase um século, ainda continuam a prestar incomensuráveis benefícios à economia nacional. Todavia, com o seu proverbial bom senso, sua forte inteligência, e principalmente aquela penetração mineira que o ajudava a julgar os homens e as proposições com olhar certo e rápido, — jamais deixou de condicionar sua aquiescência a quaisquer obras ou reformas administrativas, ao prévio exame dos respectivos custos e meios de realização. Nisso não transigiu, dando um grande exemplo aos seus prestimosos e brilhantes colegas ministeriais.

Parecendo feito para mandar e dirigir, possuía naturalmente o dom da autoridade, que outrora impunha com aspereza, e mesmo arrogância, mas que no tempo da Conciliação êle procurou exercer mais suavemente. A idade polira as arestas mais afiadas do seu gênio alevantado e dominador, ensinando-lhe a evitar conflitos ou criar barreiras intransponíveis. Conseqüentemente, não teve mais atritos com o Imperador, ao qual serviu com lealdade e franqueza, mas também *sem curvar-se*, dêle recebendo inequívocas demonstrações de aprêço e amizade.

Traço curioso da sua passagem por diferentes postos de govêrno, foi a proteção por êle sempre dispensada ao teatro, que na sua opinião era útil e necessário ao recreio espiritual da sociedade e ao aprimoramento cultural do país, onde a instrução difundia-se com dificuldade e a elevada percentagem dos analfabetos estendia-se até entre pessoas abastadas. Assim pensando, já nos tempos da sua presidência fluminense auxiliara João Caetano dos Santos, favorecendo e apressando a construção do Teatro

Santa Teresa, em Niterói. Com o mesmo objetivo, ao presidir Pernambuco, concluiu no Recife o Teatro Santa Isabel, inaugurado com uma representação de gala na data em que transmitiu o cargo ao seu sucessor. Coerentemente, também na Côrte, onde residia e costumava frequentar os principais teatros, por vêzes ajudou vários artistas, promovendo no parlamento e concedendo no govêrno auxílios e subvenções a emprêsas promotoras de espetáculos líricos e dramáticos. E mediante regulamento adiantado para a época, estimulou a produção e aparecimento de peças nacionais, impondo aos empresários a obrigação de fazê-las representar, em determinada proporção, assegurando aos autores das que lograssem melhor aceite popular o produto liquido das respectivas terceiras récitas, que se realizariam em noites prefixadas pela Inspetoria dos Teatros Subvencionados. Dêste modo, consoante lembrou recentemente Raimundo Magalhães Júnior, *com o Marquês de Paraná nascia o nosso teatro e, ainda que bisonhamente, nascia também o direito autoral, assim já reconhecido nas leis do Império*. Amigo pessoal e grande admirador do gênio da arte dramática, quando ardeu em 1856 o Teatro São Pedro de Alcântara, não faltou com o seu amparo a João Caetano dos Santos, que ali se exhibia e com o incêndio perdeu avultados haveres. Por tudo isso, quando em setembro daquele ano, a morte se abeirasse do leito do seu grande protetor, fiel à lei da amizade e da gratidão, dali não se afastaria João Caetano, dando ensejo a que o poeta Manuel Pessôa da Silva concluísse seu poema biográfico com a seguinte recordação:

*E o gênio da política fenece
Nos braços do imortal gênio da cena.*

Com o falecimento de José Clemente Pereira, ocorrido em março de 1854, coube ao visconde e pouco depois Marquês de Paraná o difficilimo encargo de substituir tão benemérito cidadão na Provedoria da Santa Casa de Misericórdia, então apontada qual verdadeiro *Ministério da Caridade*. Assim, ao irromper no Município Neutro o flagelo do *cólera-morbus*, em 1855, na dupla qualidade de responsável pelo govêrno e de provedor da pia instituição, não mediu esforços nem sacrificios para debelar a epidemia e mitigar o sofrimento da população. Instituiu enfermarias em diversos pontos da cidade, inclusive na Câmara Municipal, percorrendo-as com freqüência e até mesmo com o próprio Imperador, que também não temeu o contágio dos doentes e pessoalmente encorajou a dedicação do seu grande ministro, cujos serviços humanitários, prestados em tão dolorosas circunstâncias, êle mesmo invocaria mais tarde, em decreto, quando a Marquesa de

Paraná conferisse, após a morte do marido, a categoria de Dama Honorária da Imperatriz.

Sempre haverá quem possa apontar falhas ou esquecimentos nos retratos biográficos das personalidades de maior renome. No tocante ao Marquês de Paraná, a figura ficaria um tanto esmaecida caso não se lhe avivassem os traços com o colorido do anedotário entretecido a seu respeito.

Guardou-se a tradição de que, nos seus dias de bom humor, ao invés de apartear os oradores que o criticassem no parlamento, preferia mimoseá-los com mordacidade, enviando-lhes à tribuna lacônicos bilhetinhos, contendo ironias ou ameaças espirituosas. Assim teria procedido certa vez, em relação a Montezuma, que no momento fazia-lhe amargosa oposição, e ao qual enviou brevíssimo aviso, nestas simples palavras: — *genro nomeado...* Na ocasião, foi o bastante para que o impetuoso orador se contivesse, mudando o rumo de sua objugatória e atribuindo a pessoas menos informadas as queixas e censuras inicialmente formuladas. O espanto provocado por tão brusca mudança teria sido geral, dando ensejo a que venenosamente indagassem de Paraná se êle afinal *comprara* o referido orador. Sorridente e bem humorado, teria então respondido irônicamente o presidente do Conselho: *Não, êle não se compra, aluga-se...* E dizem que essa resposta, levada depois ao conhecimento de Montezuma, teria feito com que êle novamente voltasse as suas baterias contra o ministério. Como em tôdas as anedotas, no caso em apêço algo haverá de verdadeiro.

Caso parecido ocorreria também com o Deputado João Manuel Pereira da Silva, genro de um falecido amigo do Marquês de Paraná. Êste recebera o encargo de sempre aconselhar a viúva daquele amigo, senhora de avultados haveres. Em dada ocasião, tendo ela recebido uma proposta para convolar novas núpcias, fiel aos desejos do falecido marido, foi consultar Honório Hermeto, que a desaconselhou de um tal passo, mostrando-lhe quão prejudicial poderia ser aos seus próprios descendentes. E foi atendido espalhando-se a notícia de que êle tivera fôrças para impedir o almejado segundo casamento. Ora, entrando certa vez no recinto da Câmara, o Marquês de Paraná, foi surpreendido pelo discurso que então proferia o Deputado Pereira da Silva, ensaiando cautelosamente uns começos de oposição ao ministério. Estranhando que assim procedesse um correligionário que êle tanto presava, prontamente resolveu cortar-lhe as asas, fazendo chegar às suas mãos um daqueles seus bilhetes, assim redigido: — *cuidado, olhe que eu faço casar a sogra...*». Anos depois, narrando ao Senador Teixeira Júnior, vindouro Visconde do Cruzeiro, o pitoresco episódio, pilheriando acrescentaria o próprio Pereira da Silva: — *Pelo sim e pelo não, achei preferível não contrariar o senhor*

Marquês, pois quem tivera forças para impedir um casamento desejado, mais ainda deveria ter para reajustá-lo ou arranjar outro...

Outro episódio interessante, mas bem diferente, deu-se em 1852, quando Honório Hermeto regressou do Rio da Prata e tão festivamente foi obsequiado por numerosos amigos e admiradores. Durante um baile no solar dos Viscondes de Abrantes, enquanto a dona da casa rodopiava nos braços de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, estava o Visconde de Paraná sendo cortejado pelos que deveras o estimavam, e pelos que nêle já anteviam o *sol nascente*, preste a voltar aos bancos ministeriais em privilegiadas circunstâncias. Tendo a referida dama perguntado ao seu par se afinal êle havia sido eleito deputado à legislatura seguinte (1853-56), com certa mágoa êle se queixara de apenas ter conseguido esperançosa suplência na bancada paulista. Interrompendo a dança, trouxe-o a viscondessa à presença de Paraná, ao qual indagou, na frente de todos quantos o rodeavam: — *Então, Sr. visconde, ainda teremos outra Câmara sem um Andrada?*... Disseram os ouvintes que, assim colhido de surpresa, Paraná ficara a princípio *embezerrado*, carregando o sobrólho, mas logo a seguir, correspondendo aos sorrisos da interlocutora, cavalheirescamente respondera: — *Veremos, minha senhora, em política sempre há algumas possibilidades...* E assim, reticente, hãbilmente escorregou por outro assunto, sem descontentar uma senhora de tão alta posição social, nem tampouco desanimar seu ilustre protegido. Êste, além do empenho da viscondessa, contaria com os bafejos da sorte, beneficiando-se com as conveniências administrativas e arranjos políticos, que no exercício de quatro diferentes suplências afinal lhe assegurariam a permanência na Câmara durante os quatro anos da 9ª legislatura imperial.

Julgada sem maior exame, a política de conciliação que o Marquês de Paraná encarnou e conseguiu realizar, recorrendo algumas vêzes ao *braço forte* que êle mesmo reconhecia possuir, talvez pareça uma forçada imposição aos partidos. Incorrerá em êrro quem assim pretenda considerá-la.

Em primeiro lugar, não há como desconhecer que a Conciliação, — crismada de *pensamento augusto* pelo Marquês de Olinda — não surgia como simples ambição de um chefe político de renome, que aspirasse o mando supremo e nêle pretendesse destruir os partidos. Bem ao contrário, era um anseio geral, a começar pelo Imperador, que desde algum tempo encarecia a necessidade do arrefecimento das paixões políticas. Em consonância com êsses desejos, a *concórdia* e a *moderação* já haviam sido prometidas, e mesmo intentadas por alguns ministérios anteriores, que entretanto a tal respeito jamais haviam ultrapassado as fronteiras das promessas sedutoras. Para levá-las avante, mister se tornava

encontrar quem pudesse elevar-se acima dos partidos e, por um conjunto de predicados pessoais, inspirasse confiança alicerçada na coerência do próprio passado. Ao demais, era preciso que o indivíduo, a quem se cometesse tal encargo, pertencesse ao partido dominante, que se acastelara no govêrno desde 1848 e nêles conseguira reforçar o princípio da autoridade, implantando ordem a desencadeando o progresso. Em resumo: precisava-se de um homem de estado, *antigo* por seu largo e conhecido passado político, porém inteiramente *novo* em consequência do longo período em que permanecera ausente das organizações ministeriais. Esse homem era o Visconde de Paraná, ao qual o Imperador manifestou seus propósitos generosos, outorgando-lhe a presidência do Conselho de Ministros em 6 de setembro de 1853.

Em segundo lugar, desde 1831 nenhum político havia atravessado o mar revolto das tempestades partidárias demonstrando tanta *coerência conciliatória* quanto Honório Hermeto, não obstante os incidentes em que os acontecimentos e o seu feitio o tinham arrastado. Dêle partira a fórmula hábil com que após a abdicação do primeiro Imperador, ao eleger-se a Regência Trina Permanente, contentara-se o Exército, o norte e o sul do país. A êle se devera, no 30 de julho de 1832, a frustração do golpe de estado, bem como o instrumento legal que, permitindo emendar-se a Constituição através do Ato Adicional, possibilitou o *entendimento entre os liberais*. E dêle também fôra a tentativa conciliatória para que a proclamação da maioria do Imperador, em 1840, não ferisse os dictames constitucionais e ao menos se revestisse de aparência legal. Com o mesmo espírito conciliador, quando presidente do Rio de Janeiro, lembrando-se do que êle fizera com o Marechal Pinto Peixoto em 1833, sugerira ao govêrno a sua nomeação interina para a presidência de Minas Gerais, que êle Honório assumiria na casualidade de ser deposto ou ficar coacto o presidente legal, guardando em segredo o instrumento que não usou e o habilitaria a investir-se de tais funções, tudo fazendo, inclusive nos campos de combate, para que nenhum desar atingisse Bernardo Jacinto da Veiga. Com o mesmo sentimento de concórdia contivera em 1843 e o seu amor-próprio no primeiro choque ocorrido entre êle e o imperador, a quem ainda ajudou após o ruidoso rompimento de 1844, escrevendo a Araújo Viana alguns conselhos

sensatos, que êste seu amigo transmitiu ao Imperador juntamente com a referida epístola de Honório. Enérgico, mas principalmente pacificador, também se mostrara em Pernambuco, onde agradara mais aos *praieiros* do que aos seus próprio correligionários. E ainda no Rio da Prata, onde desempenhara as funções de plenipotenciário e ministro extraordinário na missão diplomática de 1851-52, deixara tôdas as marcas de sua inquebrantável energia nos momentos necessários, e também os traços de sua tolerância e alevantados propósitos pacifistas, mercê dos quais conseguira alianças e aplainara desavenças.

Era por tantos títulos e razões lembradas, o estadista mais indicado, não obstante as arestas do próprio gênio, para tentar e conseguir realizar a política de conciliação.

Da maneira pela qual êle se conduziu, adveio-lhe o *fastígio político*, que desgastaria o seu organismo e prematuramente o arrastaria ao leito, onde morreu, qual *vassalo igual ao rei*, na manhã de 3 de setembro de 1856. Guardião do seu pensamento manteve-se o Imperador, ordenando a permanência do ministério sob a presidência do Marquês de Caxias, a fim de que as novas eleições se processassem com o *espírito de concórdia* em que as concebera e preparara o pranteado Marquês de Paraná.

Realizado o pleito, segundo os preceitos instituídos na Lei dos Círculos, novos valores conseguiram eleger-se, mas o ministério considerando haver cumprido a sua missão, entendeu que chegara a hora de largar o poder. E assim, pelas mãos experimentadas do Marquês de Olinda, que tão descrente se mostrara relativamente à Conciliação, essa política enveredou por caminhos mais dilatados e sinuosos, gerando lamentável confusão partidária. Para a sua continuidade, nos moldes em que a conduzira o seu grande capitão, faltava a presença do Marquês de Paraná.

Pouco depois de instalar-se a nova Câmara, estranhando o Deputado Teixeira Júnior que o Marquês de Olinda também arvorasse e se propusesse a conduzir a *bandeira da conciliação*, do alto de sua grandeza, de *quase vice-rei*, respondeu-lhe o novo presidente do Conselho:

— «A política de conciliação senhores, é o grande programa do atual govêrno.

Quando essa política foi proclamada pelo ministério passado, ainda debaixo da presidência do nobre Marquês de Paraná, porventura perguntou-se o que isso era? Acaso não foi entendida por todos, não mereceu aquiescência de todos os votos? — Pois senhores, é essa a mesma política que o ministério vai continuar. Se então estava definida, permita o nobre deputado que eu diga que está definida hoje».

Esta explicação deveria de certo modo satisfazer à arguição do referido deputado, mas o Marquês de Olinda, rendendo um preito de justiça à memória do grande vulto desaparecido, ainda foi mais longe, acrescentando:

— «Ninguém mais do que eu venera a memória do Sr. Marquês de Paraná; tratei-o muito de perto, sei quais eram as suas boas qualidades. Fez um importante serviço ao país, abrindo as portas e deixando ver a luz nessa escuridão que ainda havia».

Invocando tão eloqüente depoimento, bem se pode excluir:
— *ECCE HOMO!*

A PRESIDÊNCIA HONÓRIO EM PERNAMBUCO

Conferência pronunciada no Arquivo Público de Pernambuco pelo Dr. Guilherme Auler, em 18-9-1956, na sessão solene comemorativa do centenário da morte do Marquês de Paraná.

1 — O PERFIL

Traçar o perfil de Honório Hermeto Carneiro Leão é tarefa fácil, pois existem abundantes estudos biográficos, saídos das mãos de contemporâneos do alto nível mental de José de Alencar, Manuel de Araújo Porto-Alegre, Joaquim Manuel de Macedo e Justiniano José da Rocha (1).

Além desses biógrafos, tão extensos quanto minuciosos, há páginas de Eunápio Deiró, o Timón dos *Estadistas e Parlamentares*; Euclides da Cunha, Vieira Fazenda e F. de Paula Sousa (2). E como fonte da maior importância, temos o chamado discurso auto-biográfico, pronunciado no Senado, a 31 de julho de 1854 (3).

Sua fisionomia divulga-se em óleos e litografias. Além dos grandes quadros, o retrato pintado por Emilio Bauch e a tela de Louis Auguste Moreau, onde aparece junto ao imperador, na visita de Sua Majestade aos coléricos, há ainda um outro, possivelmente executado no Recife, oferta da Associação Comercial

(1) O *Marquês de Paraná*, traços biográficos, por José de Alencar, Tipografia O *Diário*, 1856; Elogio fúnebre feito por Manuel de Araújo Porto-Alegre, na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 15-XII-856, publicado na *Revista*, tomo XIX, suplemento, páginas 137 a 147; *Ano Biográfico Brasileiro* por Joaquim Manuel de Macedo, volume 3, 1875, páginas 15 a 25; O *Marquês de Paraná*, publicado no *Jornal do Comércio*, de 13 de setembro de 1856, artigo identificado por Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho como da autoria de Justiniano José da Rocha, Arquivo de H. C. Leão Teixeira Filho.

(2) *Estadistas e Parlamentares*, por Timon, 1883; *A margem da história*, por Euclides da Cunha, páginas 33 e seguintes; *Os provedores da Santa Casa*, por Vieira Fazenda, páginas 317 a 322; *Revista do Arquivo Público Mineiro*, fascículo 4, ano 1. Arquivo de H. C. Leão Teixeira Filho.

(3) Publicado no *Jornal do Brasil*, em 25-7-1897. Arquivo de H. C. Leão Teixeira Filho.



Marquês de Paraná. Quadro a óleo de Emílio Bauch, 1856. (Coleção de Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho)

de Pernambuco. Numerosas litografias permitem organizar uma relação: a de J. de Alves Leite; de Augusto Off; de François René Moreau, impressa em Heaton e Rensburg, na série da «Galeria Contemporânea Brasileira»; a de J. C. da Costa, segundo retrato de Moreau, editada por A. J. Ferreira da Silva; a de Peyre, segundo retrato de Boulanger, na oficina de Heaton e Rensburg, com a legenda de Honório Presidente da Província de Pernambuco; a de Sisson, segundo fotografia de Moreau, na oficina de Melo, página do album *Galeria dos Brasileiros Ilustres*; outra de Sisson, segundo desenho de Boulanger, na oficina de Rensburg; uma de artista anônimo, também segundo retrato de Boulanger, na mesma oficina de Rensburg; e finalmente, a grande composição «Gabinete de 6 de setembro de 1853», litografias de Sisson, ornamentação de Therier, editada por Paula Brito, onde aparecem Dom Pedro II e os seis ministros da Conciliação.

No leito de morte, uma ainda se confecciona, obra de Therier segundo fotografia de Revert Henrique Klumb.

Duas fotografias localizamos, uma original, sem assinatura, e outra da Associação Artística Fotográfica, de Amaro (4).

Bustos em mármore e bronze, segundo modelo de Honorato Manuel de Lima, encomenda do ator João Caetano, recordam a projeção dispensada ao teatro nacional.

Vemos, assim, que de Honório Hermeto ocupam-se artistas do valor de Boulanger, Sisson, Off, os dois Moreau, Bauch, Klumb, Therier, Honorato, evidenciando a projeção política no setor das artes plásticas.

Nascido acidentalmente, em Jacuí, a 11 de janeiro de 1801, é filho de militar, Antônio Netto Carneiro Leão, e de sua primeira esposa, Joana Severina Augusta. Provém de um dos velhos troncos originários de Paracatu do Príncipe, berço aliás de outras famílias ilustres, Melo Franco, Soares de Sousa, Carneiro de Mendonça.

Aos 19 anos de idade, estuda em Coimbra, diplomando-se bacharel em Direito, em 1825. Regressa, após, ao nascente Império. A primeira função, juiz de fora, dirige-o para São Sebastião. Promovido a ouvidor, transfere-se para o Rio de Janeiro, sendo mais tarde nomeado desembargador da Relação, com exercício na Casa de Suplicação.

A carreira política inicia-se em 1830, com a eleição para deputado por Minas Gerais, e as suas qualidades de chefe surgem, na célebre sessão de 30 de julho de 1832, quando se tenta concretizar a perigosa conspiração batizada da Floresta. Pretende a maioria liberal transformar a Câmara em Assembléia Nacional, revogando-se a Constituição em vigor e se demitindo o Ministério e a

(4) Na Seção Iconográfica da Biblioteca Nacional.

Regência. Os perigos de uma tal deliberação, que levaria o país a rumos desconhecidos, semelhança trágica dos primórdios da revolução francesa, numa quase convenção, provocam em Honório Hermeto uma reação vigorosa, cindindo a maioria liberal e derrotando o plano urdido na chácara Floresta, do Padre José Custódio Dias.

Da refrega parlamentar, sai Honório ministro da Justiça do novo gabinete, que se forma a 13 de setembro. Conta apenas 31 anos de idade.

Em 1836, alia-se ao adversário Bernardo Pereira de Vasconcelos, e quando os conservadores voltam ao poder, no ano seguinte, recebe a direção da maioria na Câmara.

Senador por Minas Gerais, eleje-se em 1842. Nesse ano preside a Província do Rio de Janeiro, conseguindo com suas providências, zelo e atividade, neutralizar os focos revolucionários, que não podem expandir-se para a capital do Império, limitados a São Paulo e Minas Gerais.

Em 1843, volta ao Ministério da Justiça. Deve-se, entretanto, a um incidente de caráter pessoal a queda do gabinete, no ano seguinte, com a consequente perda do poder dos conservadores, que o exercem desde o segundo ministério da maioridade. O episódio requer uma pormenorização, pelas consequências e reflexos, acarretando a subida dos liberais ao poder, de 1844 a 1848, seguida do ostracismo e da revolução em Pernambuco.

Durante o ministério, Honório dirige acontecimentos da mais ampla repercussão para a Casa Imperial: os casamentos do imperador e os das princesas suas irmãs, Dona Januária e Dona Francisca.

O incidente surge com o inspetor da Alfândega Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho, irmão de Aureliano, o chamado maiorial do grupo da Joana. Publicamente, através de um folheto, o funcionário manifesta-se contrário ao ministério, em oposição declarada. Honório encaminha a demissão do seu subordinado ao imperador, que não concorda com a medida. Então, se demite, arrastando na queda política, todo o ministério e o Partido Conservador.

As razões de Dom Pedro II, hoje, sabemos pelo manuscrito conservado no Palácio Grão Pará, entre os conselhos políticos deixados pelo monarca à sua filha Dona Isabel, nas vésperas da regência de 1871. Ai lemos o pensamento imperial, declarando que a demissão do inspetor da Alfândega negou-a por *não a reputar justa e sobretudo parecer exigida, como de quem era moço, pouco experiente e portanto presumivelmente fulto das qualidades necessárias a combater a exigência* (5).

(5) Arquivo do Palácio Grão Pará, Petrópolis.

Com a volta dos conservadores ao poder, em 1848, uma difícil missão no ano seguinte, tem a executar, a Presidência de Pernambuco, então ensanguentada nas labaredas da guerra civil.

Em 1851, outra faceta da sua personalidade se revela. Vai ao Rio da Prata, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil, na missão que antecede o aniquilamento de Rosas. Um curioso exemplo do seu dinamismo e zelo inexcedível, divulga a pesquisa histórica de José Antônio Soares de Sousa (6), quando em Montevidéu recebem-se duas caricaturas editadas por Rosas, num trabalho daninho de ridículo. A resposta de Honório, então, fulmina os adversários, devolvendo o ridículo com seis desenhos, onde o grotesco abala o rosismo nos pontos mais vulneráveis. Tudo se executa com sua direção: caricaturas, impressão e a conseqüente distribuição nas ruas de Buenos Aires.

Vitorioso da sua missão diplomática, regressa ao Brasil, sendo, por decreto de 26 de junho e carta imperial de 10 de julho de 1852, distinguido com o título de Visconde de Paraná, em lembrança do rio, cuja liberdade de navegação inclui-se entre as suas conquistas.

No ano seguinte, instala-se uma política nova, a *Conciliação*, pensamento augusto, do qual será o realizador. Forma-se o gabinete de 6 de setembro de 1853, com grandes vultos da política nacional: Honório na presidência, e mais Couto Ferraz, Nabuco de Araújo, Limpo de Abreu, Paranhos, Cotegipe e Caxias.

Mas, se a dita *Conciliação* não agrada inteiramente aos adversários liberais, também não satisfaz às ambições de correligionários conservadores. E depois de uma batalha no Senado, vítima dos dardos do Marquês de Olinda, que pronuncia o célebre discurso do ceticismo, Honório adoece. Estamos em 18 de agosto de 1856. Aparece-lhe uma bronquite catarral, tratada com óleo de rícino e târtaro emético. Dois dias após, surge um ataque hemorroidal, aplicando-se-lhe 10 sanguessugas. Completa retenção de urina vem como conseqüência dos tubérculos hemorroidais, combatida com outras seis sanguessugas e mais óleo de rícino e dieta de caldos (7).

O fígado congestiona-se, continuando o mesmo tratamento de sanguessugas, óleo de rícino, târtaro emético e dieta de caldos. Com o agravamento do estado, no dia 26, aos cuidados dos Drs. Paula Cândido e Antônio da Costa, alia-se o Dr. Valadão

(6) *Um caricaturista brasileiro no Rio da Prata*, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume 227, 1955.

(7) *História da moléstia do Exmo. Sr. Marquês de Paraná*, pelo Dr. A. da Costa em *Jornal do Comércio*, edição de 11-9-1856. Arquivo de H. C. Leão Teixeira Filho.

Pimentel. A medicação aprovada em conferência consiste em 35 sanguessugas sobre o fígado, calomelanos, pós antimoniais, quatro ventosas e cataplasmas. Acrescentam, ainda, fricções de pomada mercurial e sulfato de quinino.

O pulmão direito entra em cena, com uma anunciada pneumonia, tratada com seis ventosas, tártaro emético em grandes doses, dieta e sangrias.

Numa noite de desespero, convocam-se médicos homeopatas, que entretanto, não passam da sala de visitas.

No dia 2 de setembro, melhora sensivelmente. Essa visita da saúde não demora, pois à meia noite agoniza e, às 7 horas e quarto, entrega a alma a Deus.

A doença de três semanas terminada com o falecimento do maior expoente político, ocasiona um natural escândalo. E pelas colunas do *Jornal do Comércio*, em 11 de setembro, seus médicos assistentes Paula Cândido, Antônio da Costa e Valadão Pimentel divulgam minucioso relatório, numa espécie de esclarecimento do que aconteceu e de justificativa. Quatro dias após, no mesmo órgão de imprensa, o homeopata Jacinto Rodrigues Pereira Reis critica violentamente o relatório, apontando possíveis erros de diagnóstico e tratamento. Há então outro homeopata, Dr. Antônio Cândido Nascentes Azambuja, manifestando-se pelo mesmo *Jornal do Comércio*, com críticas também ao companheiro de orientação terapêutica (8).

A série de artigos, polêmica das mais infelizes, provoca a intervenção da própria Marquesa de Paraná, solicitando um ponto final através das palavras: «... eu receberia como um grande obséquio da parte de V.S. e de seus ilustres colegas a deliberação de cerrarem um véu sobre êstes fatos, porque as polmicas médicas que se vão reproduzindo nos jornais desta Côrte, além de intempestivas, tendem a perturbar a tranqüilidade em que devem repousar as cinzas de meu marido e a aumentar a minha dor e sofrimento» (9).

O episódio, entretanto, não fica no âmbito da família, chegando até o Imperador. Um Dr. Bidault, anunciando-se médico pelas Faculdades de Paris, São Petersburgo e Rio de Janeiro,

(8) Os Drs. Costa, Paula Cândido e Valadão ou a história da moléstia e morte do Sr. Marquês de Paraná, pelo Dr. Jacinto Rodrigues Pereira Rego, no *Jornal do Comércio*, de 15-9-1856; O Sr. Dr. A. da Costa ao Ilmo. Sr. Dr. Jacinto Rodrigues Pereira Reis, no *Jornal do Comércio* de 16-9-1856; e Resposta ao Sr. Dr. Jacinto Rodrigues Pereira Reis, pelo Dr. Antônio Cândido Nascentes Azambuja, no *Jornal do Comércio* de 16-9-1856. Arquivo de H. C. Leão Teixeira Filho.

(9) O Dr. A. da Costa ao público, no *Jornal do Comércio* de 17-9-1856. Arquivo de H. C. Leão Teixeira Filho.

morador à Rua da Alfândega nº 98, envia a D. Pedro II curioso trabalho a respeito da doença de Honório Hermeto, com severas críticas à terapêutica empregada e com esta síntese elucidativa da sua personalidade:

«Era muito conhecido que o Marquês de Paraná possuía um temperamento irritável, nervoso, bilioso, sujeito a ataques hemorroidais, sofrendo uma hepatite crônica, muito freqüente nos países tropicais e nos homens superexcitados por trabalhos de gabinete e de tribuna» (10).

E se a morte do grande estadista ocasiona escândalo e polêmica na imprensa, cinco anos mais tarde tudo se reaviva. Na abertura do seu túmulo, no Cemitério de São João Batista, constata-se que o caixão apresenta-se violado, com o vidro quebrado. As condecorações e os ornatos de ouro do fardão, alguém roubara (11).

2 — A PROVÍNCIA

Pernambuco está ensanguentado, dividido profundamente pela guerra civil, com covas semi fechadas, prisioneiros em fortalezas e navios de guerra, o ódio imperando entre vencidos e vencedores.

A situação, aliás, não se deve ao presente. Quando o mor-
domo da Casa Imperial Paulo Barbosa da Silva transita pelo Recife, em julho de 1846, a caminho da Rússia, informa ao imperador:

«Os Partidos aqui estão tão extremados que nem se falam por cortesia. Minha neutralidade entre eles tem sido, por ambos mal acolhida, sem que isso me tenha feito mudar carreira.

«Sem ajuizar dum e doutro, ficarei mais por aquêles que se opõem a que uma família só queira dominar. Os que a isto se opõem me parecem mais monarquistas porque só querem obedecer a Vossa Majestade Imperial e à sua alta dinastia, sem o intermédio do Cavalcanti, que aspira ao mando em seu proveito» (12).

O relatório secreto do antigo Presidente Manuel Vieira Tosta, em 2 de julho de 1849 (13) retrata a situação. Pedro Ivo continua

(10) Arquivo da Casa Imperial (Museu Imperial, Petrópolis), maço 123, documento 6.157.

(11) Efemérides da Folhinha Laemmert, volume ano 1862, dia 2-5-1861. Arquivo de H. C. Leão Teixeira Filho.

(12) *O Recife em 1846 — As impressões do Ministro Brasileiro na Rússia Paulo Barbosa da Silva*, por Guilherme Auler, no *Diário de Pernambuco*, de 21 de abril de 1956. Documento citado do Arquivo da Casa Imperial (Museu Imperial, Petrópolis), maço 109, documento 5.367, carta de 19-7-1846.

(13) Correspondência do presidente da Província de Pernambuco com o ministro do Império, no Arquivo Nacional, ano de 1849.

foragido, sob a proteção de poderosos parentes, recomendando-se uma vigília permanente. Apesar dos pronunciamentos legalistas, suspeita-se dos tios José Pedro e Zeferino Veloso da Silveira.

Também suspeitos, apontam-se João Fernandes da Cruz, oficial maior da Contadoria da Fazenda Geral; João Cavalcanti, escrivão da Tesouraria Provincial; e Faustino José dos Santos, conferente da Alfândega.

Um militar, o Tenente João Marinho de Albuquerque Cavalcanti tenta criar nova tipografia e conseqüente jornal, sendo transferido para a Côrte. O sucessor da emprêsa é o advogado Nascimento Feitosa.

Afasta-se o caudilho Vicente de Paula dos revolucionários, por um suborno, determinada quantia entregue-lhe pelo Pe. Joaquim Pinto de Campos, havendo ainda um saldo a pagar-lhe de 800\$000.

Surto no Lamarão, o navio de guerra *Paraguçu* detem os principais chefes revolucionários, e em Fernando de Noronha encontram-se os 40 prisioneiros do combate de 2 de fevereiro.

Como medida acauteladora, o 8.º Batalhão de Caçadores acampa em Água Prêta, ocupando também o Engenho Verde, propriedade do sogro de Pedro Ivo. Entre essas duas posições, fica a morada de Caetano Alves, o provável substituto de Vicente de Paula.

3 — A NOMEAÇÃO

Uma interrogação surge: qual o motivo para Dom Pedro II nomear Presidente da Província de Pernambuco, a Honório Hermeto, na época senador e já por duas vezes Ministro de Estado, Conselheiro de Estado, e antigo Presidente do Rio de Janeiro?

Que razão teria feito Honório aceitar o cargo, deixando família no Rio de Janeiro, mulher com filha recém-nascida, seguindo apressadamente para o Recife, em navio de guerra?

O Imperador nomeia, justamente, quem possui a *independência de caráter*, a fim de garantir a execução de uma política compreensiva, pacificadora, e não um instrumento de vinditas, de esmagamento dos adversários. Deve êle «lutar contra as exigências e paixões dos vencedores», como muito bem salienta um dos seus biógrafos, Joaquim Manuel de Macedo (14).

Difícil missão, calculando-se quanta paixão concentra-se no clã Cavalcanti — Rego Barros, sequiosa de desforra. O novo Presidente da Província necessita ter a energia para contrapor-se a

(14) *Ano biográfico brasileiro*, volume 3. Honório Hermeto, no seu discurso auto-biográfico do Senado, também declara: *Tive sempre a independência do meu caráter.*

tôdas as manobras de vingança e realizar sua missão de paz e concórdia.

No estabelecimento de um equilíbrio político, sem exageros de dominação, cifra-se a recomendação de Dom Pedro II a Honório, seguindo aliás a linha política traçada pelo Imperador e da qual êle dá sempre o primeiro exemplo, em tôdas as ocasiões.

Nos conselhos secretos à Princesa Dona Isabel, em 1871, recomenda: ...«é indispensável que o Imperador, mantendo-se livre de prevenções partidárias» (...) «procure ouvir» (...) «as pessoas honestas e mais inteligentes de todos os Partidos». E mais adiante: «Quando se me apresentam os Presidentes nomeados, antes de irem para as Províncias, eu costumo chamar sua atenção para as principais necessidades dela, para o que trato de ler todos os relatórios provinciais, e expender-lhes minhas idéias sôbre as eleições, em que a autoridade se deve intervir, e assim mesmo sem se apressar inconvenientemente, para manter a ordem e fazer respeitar a lei e a nomeação de autoridades» (15).

O pensamento de Dom Pedro II, ainda podemos seguir, através de uma outra série de conselhos à Dona Isabel, em 1876:

«Meu grande empenho é a liberdade das eleições. Para isso tenho sempre lembrado a boa escolha de presidentes. Foram até consultados Conselheiros de Estado — êste é o caso de Honório — que não quiseram aceitar êsse encargo».

«Não sei qual seja o resultado das eleições, mas se êle permitir que o poder volte aos liberais, estimá-lo-ei. O que eu almejo é que os ministérios se sucedam pela opinião da maioria da Câmara».

E, como profissão de fé política, estas últimas palavras, em tom de desabafo: «Estimo ter acabado de escrever estas considerações no dia de hoje — 25 de março, aniversário da promulgação da Constituição Imperial de 1824 — porque minha consciência não me acusa de ter deixado de respeitar a Constituição. Terei errado, mas involuntariamente» (16).

O exemplo concreto do apaziguamento imperial, no caso especial da revolução de 1848, temos num decreto da Mordomia da Casa Imperial. O Dezembargador Nunes Machado, o chefe dos revolucionários, morto em combate, a 2 de fevereiro de 1849 quando os praieiros executam o ataque ao Recife, deixa a sua viúva Joana Gomes Machado em dificuldades financeiras. Quem

(15) Manuscrito do Arquivo do Grão Pará, Petrópolis.

(16) Arquivo da Casa Imperial (Museu Imperial, Petrópolis), maço 175. documento 7.972.

a socorre é o Imperador, com uma mesada de 80\$000, quantia vultosa na época, paga da sua renda pessoal (17).

4 — A ADMINISTRAÇÃO

Na análise da obra administrativa de Honório Hermeto, em Pernambuco, contamos como fontes principais os seus relatórios de 7 de abril e 18 de maio de 1850, e mais a correspondência com o Ministro do Império (18).

Não seria possível, num tão curto espaço de tempo, de 2 de julho de 1849 a 18 de maio de 1850, período atribulado com revoltas e epidemia de febre amarela, realizar maravilhas. Admiramo-nos, entretanto, com sua atividade muito bem assinalada para a posteridade.

O Teatro de Santa Isabel, cuja construção se arrasta desde 1839, com pedra fundamental de 1 de abril de 1841, tem sua conclusão acelerada. E no momento da transmissão do govêrno, a 18 de maio de 1850, declara Honório ao sucessor José Ildefonso de Sousa Ramos: «A obra do Teatro de Santa Isabel está concluída, menos o salão da frente; assim, dar-se-á hoje nêle a primeira representação e V. Excia. julgará da companhia engajada pelo empresário».

Pereira da Costa, no seu minucioso estudo sôbre o teatro em Pernambuco (19), descreve a representação, transformada, por assim dizer, na despedida do futuro Marquês de Paranã, ao Recife. Espetáculo imponente, em grande gala, leva-se à cena o drama de Mendes Leal *O Pajem de Aljubarrota*, com um elenco organizado por Germano Francisco de Oliveira, qualificado de «notável artista», ao mesmo tempo empresário e administrador do Teatro.

A decoração cênica, vestuários e móveis luxuosos e modernos provocam grandes elogios. A companhia dramática compõe-se das seguintes figuras: Germano Francisco de Oliveira, Silvestre Francisco Meira, Antônio Maximiano da Costa, Pedro Batista de Santa Rosa, Antônio José Duarte Coimbra, Sebastião Arruda de Miranda, José Máximo de Almeida Cabral, José Francisco Monteiro, Antônio da Cunha Soares Guimarães, Joaquim José Pereira, Caetano Marques de Sousa, Joana Januária de Sousa Bettencourt, Emília Matilde Valença, Rita Tavares da Gama e Maria da Soledade. Além dêsse elenco de 15 pessoas, há mais guarda-roupa, ponto,

(17) Livros da Mordomia da Casa Imperial, no Museu Imperial (Petrópolis), Códice 34, decreto de 15-2-1854.

(18) Arquivo Nacional.

(19) *História do Teatro em Pernambuco*, por Francisco Augusto Pereira da Costa, em *Arquivos*, Recife, 1944, páginas 231 e 232.

cabelereiro, alfaiate, maquinista, porteiro, escriturário, guardas e serventes.

O repertório variado consta de 18 peças, entre 3 tragédias, 3 melo-dramas e 12 comédias heróicas, sérias e de meio caráter.

Vemos, pois, que a inauguração do Santa Isabel, caprichadíssima, denuncia em tudo o dedo de Honório Hermeto, êle um dos protetores do teatro nacional, também inaugurador do Teatro de Santa Teresa, na sua presidência do Rio de Janeiro, amigo do ator João Caetano, que em gratidão manda esculpir-lhe o busto em mármore, por um dos mais afamados artistas do momento, Honorato Manuel de Lima.

Infelizmente, seu trabalho para a conclusão e funcionamento do Santa Isabel permanece no esquecimento, apontando-se o successor José Ildefonso, nas várias celebrações realizadas, como o autor da inauguração...

Para as obras públicas tem a iniciativa de um novo regulamento, incrementando de maneira considerável a construção e conservação de estradas municipais. Obra sua é o cais da Rua da Aurora, no trecho compreendido entre o Passeio Público e Santo Amaro. E, em matéria dêsse melhoramento urbano, também, promove providências para a edificação de mais dois: o do Arco da Conceição à Rua do Brum, e do Arco de Santo Antônio ao Palácio do Govêrno.

Destinado ao calçamento dos Pátios do Carmo e de São Pedro, autoriza um empréstimo de 8:000\$000 à Câmara Municipal.

Mais dois grandes melhoramentos públicos merecem seus cuidados: o cemitério e a cadeia.

O primitivo projeto do cemitério deve-se ao Engenheiro Luís Vauthier, segundo uma comissão constituída dos médicos Joaquim de Aquino Fonseca, José Eustáquio Gomes e José Joaquim de Moraes Sarmiento. A planta, entretanto, desaparece inexplicavelmente, nada se achando na repartição ou arquivo. O Engenheiro José Mamede Alves Ferreira possui, entretanto, um esboço do projeto Vauthier, restaurando-se a mesma comissão de médicos com o acréscimo de Mamede, para executar, na sua plenitude, o que o francês idealizara. Para tal, tomam-se providências na aquisição de um sítio e de partes de outras sete propriedades vizinhas.

Recomenda o Presidente Honório a mais urgente extinção dos enterros nas Igrejas. E um regulamento para o cemitério estuda-se no Conselho de Salubridade, com projetos do Dr. Mavignier e do Dezembargador Martiniano da Rocha Bastos, sugerindo entre-

tanto a aplicação do regulamento da cidade de Paris, devidamente adaptado.

A cadeia, a atual Casa de Detenção, projeto pessoal do Engenheiro José Mamede Alves Ferreira, submete-se a estudos de uma comissão de engenheiros, médicos e juristas. Orça-se a obra em 237:903\$731, plano dos mais grandiosos, considerando que toda a receita da Província, para o exercício de 1850, estima-se em 659:238\$000. Esse plano sofre mutilações, pois se tenciona aproveitar o terreno com frente para a Rua da Concórdia, contíguo à cadeia, com mais dois edifícios, o da Câmara Municipal e o do Júri.

A febre-amarela chega ao Recife, em princípios de 1850. Segundo um relatório do Dr. Aquino Fonseca, importa-se a epidemia da Bahia, pelo navio francês *Alcyon*, transmitindo-se a seguir ao paquete sardo *Josefina*, ao *Aquiles* e aos demais ancorados no Lamarão (20). Ataca de preferência os homens do mar, atingindo o óbito a cerca de 50 por cento.

Dos navios, alastra-se pelos bairros. Na Boa Vista, famílias inteiras atacadas, atribui-se a propagação a uma Enfermaria Inglesa, situada na Rua do Atêrro.

As providências do Presidente da Província, enérgicas e rápidas, estabelecem, logo a 14 de janeiro, um Lazareto, na Ilha de Nogueira, entregando a direção do mesmo ao Dr. Aquino Fonseca. Divide, após, a cidade em quatro zonas, e as então quatro freguesias, nomeando para cada uma delas um médico e também designando para cada zona uma botica. Assim, possibilita o combate sem tréguas à epidemia, com o fornecimento gratuito de assistência médica e remédios.

Certamente, devido às medidas eficientes, a febre-amarela converte-se em benigna, entre os recifenses, conquistando apenas um por cento de óbitos, ao contrário dos 50 por cento entre os marítimos. Debelada, chegaria ao fim, *com a época próxima em que reinam os ventos do sul*, segundo se acredita e assim afirma o presidente da Província, na sua fala oficial...

No extremo da então Rua da Cruz, outrora dos Judeus, existe um arco, antiga porta da cidade, com uma capela do Senhor Bom Jesus das Portas, na sua parte superior, sede também da irmandade da mesma invocação.

A pretexto de ampliar obras do Arsenal de Marinha e de desobstruir a mesma Rua da Cruz, estabelecendo livre comunicação com a Rua do Pilar, condenam o arco com sua capela, esta fundada em 1667.

(20) Correspondência do presidente da Província de Pernambuco com o ministro do Império, no Arquivo Nacional, ano de 1850.

A dificuldade com os membros da Irmandade acomoda-se mediante a cessão de um altar da Igreja da Madre de Deus e mais o usufruto de dependências, um armazém e dois quartos. Como quebra do arranjo, paga-se a quantia de 2:500\$000, a título de indenizar o material da demolição, empregado nas obras do porto. E a 9 de maio, transfere-se a imagem do Senhor Bom Jesus, seguindo-se no dia imediato a profanação da capela, pelo bispo. Depois, começa a demolição...

5 — A ORDEM PÚBLICA

Assumindo o governo a 2 de julho de 1849, pratica Honório uma política de desarmamento, anistiando noventa e tantos presos políticos a assegurando a liberdade de imprensa. Promove uma tentativa pacificadora junto a Pedro Ivo, oficial do exército, foragido e assim considerado desertor, prometendo-lhe anistia com a condição de residir cinco anos no Pará.

Dessa época, lemos numa carta sua ao Ministro Eusébio de Queirós e enviada por êste a D. Pedro II, que a guarda entre os seus papéis: «... creio poder dizer a V. Excia. que os praieiros estão esmagados, sob o peso dos meus benefícios» (21).

Se a política de moderação segue a linha traçada pelo imperador, não a apoiam os maiores conservadores da Província. De Rego Barros, o futuro Conde da Boa Vista, a Pedro de Araújo Lima, mais tarde Marquês de Olinda, muito antes já se conhece o desabafo: «Desgraçadamente, entre nós, não tem havido senão condescendências e daí a audácia de uns e outros; de uns cuidando que o governo os teme, e de outros julgando-se muito necessários» (22).

Por três meses, há um namoro político, trégua interrompida em outubro, quando se descobre nova conspiração, ordenando-se as prisões do futuro Barão de Palmares, Bernardo José da Câmara, e de Miguel Afonso Ferreira.

Pedro Ivo e Caetano Alves chefiavam revoltosos, nas matas de Água Preta, municiados desde os Engenhos União e Sibiró.

Outras concentrações de revoltosos assinalam-se, nos Engenhos Mossaíba e Mamucaia, dirigindo-se após para as matas de Catucá.

No alto sertão, verificam-se escaramuças em Flores, Boa Vista e Brejo, conseqüências do assassinato do Padre Joaquim

(21) Arquivo da Casa Imperial (Museu Imperial, Petrópolis), maço 112, documento 5.567.

(22) Idem, idem, maço 112, documento 5.508, carta datada de 21-1-1849.

José de Veras, entrincheirando-se os homens em armas, na Serra Negra.

A maioria praieira não acompanha o novo surto revolucionário, julgado «aventura louca». O que decorre, entretanto, do ressurgimento armado é o anunciado fracasso da política de conciliação seguida por Honório, exultando os intransigentes conservadores com a atitude de Pedro Ivo.

Em janeiro de 1850, o Brigadeiro José Joaquim Coelho volta ao campo de luta, apertando o cerco e derrotando progressivamente os revoltosos, até a debandada final.

Aparece, então, no teatro da luta, o Tenente-Coronel do Exército Pedro Antônio Veloso da Silveira, pai de Pedro Ivo, vindo da Bahia com licença do presidente da Província, para conseguir a retirada do filho.

O fio da trama não se acha suficientemente esclarecido, parecendo mesmo que se deseja salvar Pedro Ivo das mãos de Honório Hermeto. Qual a razão dos presidentes da Bahia e das Alagoas ultrapassarem atribuições, imiscuindo-se noutra província? O fato é que o remanescente revolucionário, Pedro Ivo, Miguel Afonso Ferreira e outros mais, vão para Alagoas, embarcam no *Carioca* para a Bahia, e daí, seguem para o Rio de Janeiro...

Honório ignora as negociações dos seus colegas de Maceió e Salvador, e se sentindo desprestigiado, a 15 de março, pelo ofício reservado nº 3, solicita demissão. Em 9 de abril, em carta particular a Eusébio de Queirós, reclama sua exoneração feita já por duas vezes, em documentos enviados pelos navios *Imperador* e *São Sebastião*. Repete o pedido, com as palavras: «... agora de novo me empenho com V. Excia. para que me alivie dêste peso» (23).

A demissão chega a 23 de abril.

6 — INFORMAÇÕES AO SUCESSOR

No relatório de 18 de maio de 1850, há curiosas informações. Por exemplo, o Palácio do Governo apresenta esta situação: «O cupim o tem destruído e chove mais ou menos em tôdas as salas e quartos».

Delapidaram os bens do Hospital da Misericórdia de Olinda, com o desaparecimento de livros de tombo e de escrituras de aforamento, enquanto se arrancaram páginas do livro de devedores.

(23) Idem, idem, maço 113, documento 5.618.

Com a morte do Marquês do Recife, os descendentes extinguiram o Hospital do Paraíso, apesar do patrimônio formar-se de numerosas doações estranhas, de terceiros.

Os títulos de propriedade do Hospital Regimental, contíguo à Igreja da Soledade devem merecer minucioso exame, pois talvez o imóvel pertença ao Hospital dos Lázaros e não à Irmandade de Santana.

Chegam denúncias de construções clandestinas em terras do antigo Forte do Matos, impondo-se uma verificação.

Da subscrição encabeçada, no Rio de Janeiro, pelo Barão de Bonfim, em benefício das vítimas da guerra civil, distribuiu-se a parcela de 24:000\$000, por intermédio de uma comissão local, da qual serve de tesoureiro Francisco Antônio de Oliveira. Há um saldo de 11:000\$000, entregue ao novo presidente, para aplicação.

E, como derradeiras palavras da missão cumprida: «... a paz e a ordem se acham restabelecidas em todos os pontos da Província»...

7 — «PÁTRIA — LIBERDADE»

Honório Hermeto transmite o govêrno a José Ildefonso de Sousa Ramos, o mais tarde Barão de Três Barras e Visconde de Jaguarí, e logo regressa ao Rio de Janeiro, num vaso de guerra, o *Afonso*.

Chega à Côrte a 29 de maio, e já no dia seguinte, faz publicar no *Jornal do Comércio*, o seu relatório (24).

Em 1851, alcança a vitória diplomática, coroada com o recebimento do título de Visconde de Paraná. Dois anos após, chega a oportunidade de realizar no plano nacional, o que tentara quando presidente de Pernambuco, a política da conciliação. Galga então, o degrau mais alto da hierarquia, com a elevação do seu título a Marquês de Paraná, na mesma ocasião que Abrantes e os dois regentes Olinda e Monte-Alegre, conquistando a posição nobiliárquica mais proeminente, pois Caxias só será duque em março de 1869.

O título de marquês, aliás, D. Pedro II distribuiu, com a maior parcimônia e seleção, só criando 19, nos quase cinquenta anos do seu reinado.

Aos 55 anos de idade, Honório Hermeto está nas culminâncias de tôdas as hierarquias, política, social, financeira, nobiliárquica,

(24) *Jornal do Comércio* de 30-5-1850, no Arquivo de H. C. Leão Teixeira Filho.

nada mais podendo ambicionar. Deus reserva-lhe a felicidade de chamá-lo à eternidade, nesse momento máximo da sua projeção.

Ao retirar-se da sessão do Senado, onde sofre os dardos do Marquês de Olinda, adoece pelo esforço de conter-se e não reagir violentamente, segundo alguns. Isto acarreta a sua morte. O fato histórico, entretanto, registrado por Joaquim Manuel de Macedo, diz que durante toda sua agonia prolongada das duas horas da madrugada até às 7 horas e um quarto, quando expira, Honório Hermeto Carneiro Leão julga-se na tribuna do Senado (25).

Discursa respondendo aos adversários. Gesticula e defende os princípios da sua política de conciliação. O que não dissera três semanas antes, sai-lhe da boca aos borbotões da eloquência, num debate em que a morte assiste.

Então, quando não mais pode formar frases, apenas palavras articula, antes de fechar os olhos para sempre:

Ceticismo — O nobre senador — Pátria — Liberdade.

A PAZ DO CHACO

A PAZ DO CHACO (*)

GENERAL LEITÃO DE CARVALHO

A legítima satisfação com que assomo a esta tribuna, para agradecer à douta comissão julgadora do Concurso General Augusto Tasso Fragoso o seu generoso veredicto, tem raízes muito profundas, pois se prendem à sincera estima, ao alto aprêço e à irrestrita admiração que, invariavelmente, em toda uma longa vida, dediquei ao egrégio patrono do concurso.

Ver-me agora distinguido com tão alto galardão, que lhe traz o nome venerado, é sentir renovarem-se os laços espirituais e afetivos, que me prendiam ao grande historiador dos fastos heróicos da nacionalidade brasileira.

A escolha de seu nome ilustre para guia e exemplo dos estudiosos desses fastos, foi um justo preito de reconhecimento às qualidades de caráter, à peregrina inteligência, ao ardente patriotismo, e ao seu vasto, profundo e onímodo saber, que lhe deram aquele perfil inconfundível, próprio a servir de paradigma na formação de chefes numa democracia.

Digna dos maiores louvores é, pois, a feliz iniciativa desse brilhante e culto espírito, que dá realce, com sua atividade dinâmica à Biblioteca do Exército, o Coronel Umberto Peregrino, consagrando, por essa forma comovedora, a generosa idéia em que se inspirou o emérito historiador, quando, num dos seus primeiros trabalhos dessa fase de sua fecunda existência, procurou justificar a dedicação às letras históricas, ao descer, já, a triste encosta da vida, como uma contribuição à cultura intelectual e cívica da mocidade militar, que, por experiência própria, sabia desconhecadora dos fastos heróicos em que tanto se distinguiram os nossos antepassados, na gestão da política externa e na defesa da soberania nacional nos campos de batalha.

Confessou êle, com efeito, no prefácio de seu magnífico estudo sobre os antecedentes diplomáticos da guerra do Brasil com

(*) Discurso pronunciado a 4 de janeiro de 1957, no salão de conferências da Biblioteca do Exército, por ocasião da entrega do prêmio «General Tasso Fragoso», conquistado pelo orador.

as Províncias Unidas do Rio da Prata, e as operações militares encerradas com a batalha do Passo do Rosário, que a obra realizada concretizava antigo projeto seu, concebido logo aos primeiros passos de oficial, quando reconheceu, com mágoa, que lhe falecia, em geral, o conhecimento dos fastos da Pátria; sobretudo os de seus grandes eventos militares, e se convenceu «de que o estudo dos episódios guerreiros das gerações que nos precederam, feito com serenidade e reflexão, é salutar aos moços que vestem farda, pois lhes fortalece o espírito, retempera o caráter e proporciona sólidos elementos para julgarem questões imprevistas e, por vêzes, incandescentes, em que as paixões dominantes, sem as luzes da verdadeira História, acarretariam os maiores desatinos.

E fôra assim que se empenhara na meditação do passado, convencendo-se, quanto mais o investigava, ser urgente a necessidade de chamar para êle a atenção de seus jovens companheiros de armas. Fôra assim que lhe desabrochava o pensamento de tomar notas e coordenar suas leituras, não para seu uso exclusivo, senão para os poupar do trabalho a que, embora com deleite, se estava entregando. Assim, empreendera, com dedicação beneditina e fervor patriótico, a busca da verdade, não para si, mas para os seus jovens patricios que ingressavam no Exército, ou que só há pouco alcançaram o pôsto de oficial, os quais, estava certo, acolheriam jubilosos e complacentes, — modestamente afirmava, — «quem se propunha guiá-los na jornada e mostrar-lhes por vêzes, subindo a uma colina dos arredores, alguns recantos da paisagem que se perde para traz, acercando-se do longínquo horizonte».

Tocado por êsse generoso desejo de evitar aos jovens camaradas as dúvidas que, nas aulas da Escola Militar, lhe sobresaltavam o espírito, quando via filiar todos os acontecimentos sociais, direta e exclusivamente, aos governos dominantes, e atribuir-lhes, por conseguinte, tôdas as guerras, procedeu a um exame geral do nosso passado militar, dotando a nossa literatura histórica, relacionada com os fastos heróicos da nacionalidade, com substanciais estudos que durarão para a eternidade, como a própria Pátria.

E com o seu olhar de águia a penetrar o futuro, descortinava a magnitude da obra, que pedia a dedicação, não de uma vontade, mas de muitas, apelando para a mocidade, a fim de que lhe seguisse os passos e penetrasse, em sua companhia, os umbrais da história militar do país para expor, à luz gloriosa da verdade, as lições que nos legaram as gerações precedentes e inspirar-se nelas ao conduzir os destinos do Brasil.

Movido pelo afã de servir aos jovens camaradas, foi, assim, dotando a nossa história militar, desenrolada sôbre a trama da vida política do país, de narrativas empolgantes, pela exatidão dos

fatos, os judiciosos comentários, a pureza da linguagem e a nobreza do estilo, obras primas que o colocaram no augusto pedestal da benemerência, como cultor inegualado da história militar do Brasil.

Seu espírito curioso e infatigável não se conformada com deixar na sombra do olvido qualquer episódio digno de estudo e, temendo não poder examiná-los todos, recomendava, aos que julgava capazes, levassem por diante o seu elevado propósito. As narrativas que nos deixou assentam, por isso, em sólidos pilares, apoiados tanto no terreno consolidado da política interna, como no seu desdobramento nas relações internacionais, focalizado o panorama da ação militar de forma a apresentar um quadro de côres verdadeiras, desenhado por mão firme e inatacável espírito de justiça.

No prefácio de sua monumental *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, justificou haver deixado de lado os *incidentes diplomáticos*, ocorridos durante o longo período da luta, com o desejo de não interromper a continuidade da narrativa que teria de estender-se ainda mais. E lembrava que não faltaria no Exército, ou no corpo diplomático, quem se propusesse, dentro em pouco, a preencher tão sensível lacuna.

Eis aí uma atraente tarefa a seduzir os cultores da historiografia militar, agora estimulados pelo programa da Biblioteca do Exército, consubstanciado no Concurso General Augusto Tasso Fragoso.

Seu amigo, e modesto auxiliar na repartição técnica, por excelência, do Exército, a quem emprestou, durante vários anos, o brilho de suas qualidades excepcionais, foi sob sua influência que me veio o gosto pelas letras históricas, a que tão mesquinamente tenho servido. Mas ficou-me a lição e pude contribuir, ao menos com os meus depoimentos pessoais, sobre acontecimentos, nem sempre agradáveis, de que fui parte, para que o historiador futuro possa, com isenção e base autêntica, reconstruir o passado.

Está nessas condições a exposição sucinta do processo diplomático a que esteve submetida, durante quase um século, a perigosa questão do Chaco, e a feliz solução que recebeu, em 1935, graças à ação decisiva da Chancelaria Brasileira.

Lendo no Arquivo do Itamarati, na documentação do processo, as notas expedidas pelos nossos chanceleres durante êsse longo período, tive a mesma sensação de admiração e respeito, que dominara o espírito patriótico e justo de Tasso Fragoso, ao tomar conhecimento das notas do governo imperial relativas aos acontecimentos provocados pela crise desencadeada com a guerra

do Paraguai. Definiu êle, nestes têrmos reconfortadores, o orgulho patriótico que as referidas notas lhe despertaram:

«Apraz a um brasileiro ler a documentação referente a êste episódio, conhecer de perto a segurança e nobreza das notas que expedimos, e a firmeza, a calma patriótica e o saber com que estadistas brasileiros, como Paranhos, Cotegipe e Correia, se houveram nas discussões travadas na Côrte, em Buenos Aires e em Assunção. É meditação que reconforta a alma, pois demonstra a segurança e oportunidade das decisões que se escudam em motivos elevados».

Não quebrou a Casa de Rio Branco a gloriosa tradição firmada pelo patriotismo e clarividência de Paranhos, Cotegipe e Correia, e tantos outros estadistas que imprimiram à política externa do Brasil seu cunho desinteressado e nobre, que tanto impressionou o grande coração do insigne patrono dêste concurso. Dignidade, visão clara dos fatos, propósitos nobres de cooperação para a paz e de solidariedade americana, — eis o que ressalta dos documentos escritos pelos grandes chanceleres Melo Franco e Macedo Soares, a quem coube a gestão diplomática, na sua fase mais aguda do litígio do Chaco; firmes ambos, e nobres de propósitos; ambos inspirados nos mais elevados sentimentos de fraternidade americana, respeitando os justos melindres, mesmo as apparentes susceptibilidades, dos povos amigos envolvidos na contenda. A um, que já se foi do rol dos vivos, mas cuja memória será sempre lembrada com saudade e admiração: o patriótico aprêço de quem o teve por chefe e por amigo. Ao outro, o verdadeiro solucionador da intrincada questão, o diplomata ativo e hábil, de quem o Ministério das Relações Exteriores tem a sorte de receber a proficua orientação pela segunda vez: as mais elevadas homenagens de quem teve a honra de acompanhá-lo e testemunhar-lhe a clarividência, a operosidade e o patriotismo, em mais de uma ocasião.

Resta-me agradecer ao eminente historiador e homem de letras, Sr. Gustavo Barroso, o orador desta solenidade, a quem aprendi a querer e admirar, desde a sua brilhante e fecunda mocidade, as palavras com que ornou a modesta obra dêste velho soldado, que está a despedir-se das atividades do pensamento, como há tantos anos se despediu da farda do Exército: com o coração apertado de saudade e a consciência tranqüila, por ter dado ao Brasil o que estava ao seu alcance.

TRANSCRIÇÕES

O BRASIL E O PAN-AMERICANISMO (*)

HÉLIO VIANA

O primeiro ponto de contato entre as nações americanas nasce da circunstância de tôdas terem sido colônias de países europeus, contra os quais tiveram de lutar, embora hoje os respeitem como suas mães-pátrias; quase tôdas são repúblicas democráticas, conquanto tenham passado por maiores ou menores convulsões de origem autocrática.

O IDEAL PAN-AMERICANISTA

Da necessidade de defesa contra os inimigos europeus da independência dos jovens países da América nasceu o pan-americanismo. Assim, em 1813, quando lutava contra a Espanha, sugeriu Bolívar a união das antigas colônias sul-americanas, tendo em vista uma ação de conjunto contra a metrópole e pelo próprio desenvolvimento. Conseguida, anos depois, a separação da Grã-Colômbia, por uma série de tratados assinados com outros países do continente procurou formar alianças que a todos garantissem as liberdades há pouco obtidas. No mesmo sentido agiu a famosa Mensagem de 1823, do Presidente Monroe, dos Estados Unidos, contra a renovação de quaisquer tentativas de recolonização de territórios americanos.

O Brasil, apesar de sua opção pela forma monárquica, não permaneceu estranho à mesma tendência. Ainda em tempos do Reino Unido aos de Portugal e Algarves, em 1819, lembrou Rodrigo Pinto Guedes, depois almirante e Barão do Rio da Prata, a criação de uma *Liga Americana*, idéia retomada por outro português, Silvestre P. Ferreira no ano de nossa independência, quando José Bonifácio de Andrada e Silva imprimia à nossa política exterior aspecto nitidamente americanista. Assim, aderindo àquela orientação anunciada por Monroe, tentou o governo brasileiro conseguir uma aliança com os Estados Unidos, a qual se não

(*) *Jornal do Comércio*, 14-4-1957.

efetivou por terem cessado os motivos que a originariam, a guerra com Portugal.

Pouco depois, procurando Bolívar consolidar os seus planos de união americana, reuniu no Panamá o Congresso de 1826, a que sòmente compareceram quatro países: o México, América Central, Grã-Colômbia e Peru. Sem a participação dos Estados Unidos e do Brasil, cujos representantes, embora nomeados, não chegaram a tomar parte nos trabalhos, e com a ausência do Chile e das Províncias Unidas do Rio da Prata — limitou-se a assembléia à elaboração de um Tratado de Aliança Defensiva e Ofensiva, visando à manutenção da soberania e independência dos signatários.

Dificuldades da política internacional americana adiaram, mas não anularam, os esforços dêsses precursores.

Coube ao México retomar o plano de Bolívar, aconselhando, em 1833, 1838 e 1840, a assinatura de tratados de Amizade e Comércio, a fim de serem evitadas as guerras, inclusive mediante a solução de litígios fronteiriços e a criação de um direito público uniforme. Neste último ponto insistiu, em 1841, o nosso diplomata Duarte da Ponte Ribeiro, em suas *Reflexões Sôbre as Vantagens do Preconizado Congresso Americano*.

Diante da probabilidade da vinda à América de uma expedição militar espanhola, reuniu-se em Lima, 1847, uma Conferência, a que compareceram cinco países: Nova Granada, Equador, Peru, Bolívia e Chile. O Brasil, que não acreditou naquela inciativa do governo de Madrid, manifestou, entretanto, que «na hipótes figurada, a sua política seria conforme aos interesses contrários». Como resoluções mais importantes dêsse Congresso citam-se a adoção do *uti possidetis* de 1810 como norma para as questões de limites, e disposições relativas ao arbitramento.

A mesma necessidade de segurança contra possíveis ataques externos motivou a assinatura em Santiago, 1856, de um Tratado de Aliança entre o Equador, Peru e Chile. Outro, do mesmo ano e igualmente preventivo, assinaram em Washington representantes do México, Guatemala, Salvador, Costa Rica, Nova Granada, Venezuela e Peru.

Renovando-se a ameaça espanhola, outra Conferência realizou-se em Lima, 1864, quando firmaram convenções o Salvador, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Chile. O Brasil, embora reconhecesse a utilidade da reunião, adiou a nomeação de seu representante. Todavia, quando em 1866 bombardearam os espanhóis o pôrto de Valparaíso, enêrgicamente protestou contra o atentado, solidarizando-se com o Chile.

Até que a matéria pudesse ser retomada mais tarde, em termos amplos, aqui somente se reuniram simples congressos jurídicos, como em Lima, 1877, e Montevidéu, 1888.

AS CONFERÊNCIAS PAN-AMERICANAS

A Guerra do Pacífico, entre três países sul-americanos, em 1879-1881, sugeriu a James Blaine, secretário de Estado norte-americano, a idéia de reunir uma assembléia continental em que fôssem discutidos os meios tendentes a evitar os conflitos internacionais. Falhou, então, a iniciativa, mas, de volta ao cargo, renovou-a em 1889, conseguindo reunir em Washington, pela primeira vez, representantes de tôdas as nações americanas.

Além de criar, nessa capital, o Bureau Internacional das Repúblicas da América, origem da União Pan-Americana, hoje Organização dos Estados Americanos (OEA), discutiu a Primeira Conferência Internacional Americana questões como a do arbitramento e da união aduaneira continental. Uma de suas Declarações eliminou do direito público americano o princípio da conquista territorial, tornando nulas as cessões obtidas por pressão da força armada ou ameaça de guerra.

Na cidade do México, em 1901, reuniu-se a Segunda Conferência Pan-Americana, de que participaram dezenove países. Nela competiu ao Brasil propor a codificação do direito público americano.

Em 1906 reuniu-se no Rio de Janeiro a Terceira Conferência Internacional Americana, em que definiu os tradicionais rumos de nossa política exterior o ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco.

Desfavorável era a situação política no continente, quando se reuniu em Buenos Aires, 1910, a Quarta Conferência Pan-Americana, por isso mesmo de resultados mais limitados.

Somente depois da primeira Guerra Mundial realizou-se em Santiago a Quinta Conferência Internacional Americana, em 1923, prejudicada por discussões relativas ao desarmamento dos principais países da América do Sul.

Presentes as vinte e uma repúblicas do continente em Havana, 1928, na Sexta Conferência Pan-Americana foi aprovado um Código de Direito Internacional Privado.

Depois de grande crise universal, dedicou-se a Sétima Conferência, reunida em Montevidéu, 1933, principalmente aos estudos econômicos.

O aparecimento de sério conflito, a Guerra do Chaco, determinou a posterior reunião, em Buenos Aires, 1936, de Confe-

rência especial, destinada a pronunciar-se sobre os meios mais efetivos de assegurar-se a paz no continente.

Já na expectativa da segunda Guerra Mundial teve lugar em Lima, 1938, a Oitava Conferência Pan-Americana, que estabeleceu as reuniões, posteriormente realizadas, dos ministros das Relações Exteriores dos países do continente, sempre que o exigisse a situação internacional.

NOVA TENDÊNCIA DO PAN-AMERICANISMO

Deflagrada a segunda Guerra Mundial, reuniram-se no Panamá em 1939, em Havana, 1940 e no Rio de Janeiro em 1942, aqueles ministros. Na última dessas reuniões decidiu-se o rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão, em consequência do ataque do último desses países aos Estados Unidos.

Terminada a conflagração, antes que se reunissem em São Francisco da Califórnia os representantes das Nações Unidas, encontraram-se no México, em 1945, os membros de mais uma Conferência especial americana. De acordo com sua Resolução VIII foi declarado que «todo atentado de um Estado qualquer contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a soberania ou independência política de um Estado americano, será considerado como ato de agressão contra os demais». Consequentemente, elaborou-se em Petrópolis, 1947, em nova Conferência para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, e assinou-se no Rio de Janeiro, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, ainda em vigor. Para resolver sobre as situações criadas, foi dada competência às reuniões de consulta dos ministros das Relações Exteriores, cujas decisões, obrigatórias para todos, serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros.

Para consolidar estas e outras disposições do moderno direito internacional americano deveria reunir-se, em 1948, em Bogotá, a Nona Conferência Pan-Americana, cujos trabalhos foram por alguns dias interrompidos por violentas agitações de caráter extremista. Votaram-se, porém, medidas coletivas contra outras perturbações do mesmo gênero, que ocorressem em qualquer parte do continente.

Normas econômicas e financeiras foram estabelecidas na quarta reunião dos ministros das Relações Exteriores da América, realizada em Washington, 1951.

Em Caracas, 1954, reuniu-se a Décima Conferência Pan-Americana, que cuidou da reestruturação da Organização dos Estados Americanos.

Em 1956, comemorando o centésimo-trigésimo aniversário do Congresso do Panamá, reuniram-se na cidade dêsse nome dezenove dos vinte presidentes das repúblicas da América, que reafirmaram os propósitos pacíficos e defensivos da política continental.

Nota — Este artigo comemorativo do Dia Pan-Americano, foi inteiramente baseado em capítulo de nossa *História Diplomática do Brasil*, a ser brevemente publicada pelas Edições Melhoramentos, de São Paulo.

FEIJÓ BITTENCOURT (*)

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Quarentão quando ingressou no Instituto Histórico, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt já apresentara credenciais sobejas, que lhe atestassem a séria cultura intelectual de que justamente poderia ufanar-se.

Para aprimorá-la, não houve mister ausentar-se da Capital Federal, onde nasceu a 13 de junho de 1893.

Bastou-lhe continuar a tradição de amor aos estudos, que lhe herdaram os ancestrais de nobre linhagem. Se, pelo lado paterno, descendia de Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, cujo prestígio intelectual, derivado de obras imortais e valiosos serviços ao Brasil, na fase de transição, do regime colonial ao independente, o elevara à Presidência do Instituto nascente, pelo materno procedia do afamado Professor Feijó, conceituado entre os maiores médicos do seu tempo, afidalgado com os braços de Visconde de Santa Isabel.

Apesar, porém, dos títulos nobiliárquicos de seus avós, não os exhibia por vanglória, preferindo imitar-lhes os exemplos, nos domínios do saber.

Bacharel em direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, onde terminou o curso em 1915, escolheu, sem tardança, o rumo que imprimira às suas atividades. E começou como professor na Escola Amaro Cavalcanti, a que se consagrou entusiasticamente.

O magistério empolgou-o, então, com os seus encantos de ginástica intelectual, para proveito próprio, e fervores de apostolado mental, para quem o exerça com os propósitos de modelador de vocações ainda incertas.

Sem deixar a cátedra municipal, a que se devotou com carinho, mantido, quase até as vésperas de sucumbir, alçou-se a nível superior, mediante concurso para a livre docência na Faculdade de Direito, da Universidade do Brasil, à qual apresentou tese referente à *Soberania*.

(*) . *Jornal do Comércio*, 7-4-957.

Freqüentemente, cabia-lhe a regência da cátedra, em que explanava temas de direito constitucional, ramo de suas preferências.

Por lhe conhecer a capacidade mental, convidou-o a Escola do Estado Maior para proferir apropriada série de conferências, que empolgaram a assistência, maravilhada com o seu saber especializado e maneira de exposição, com a aparência de improviso, que lhe imprimia maior vivacidade.

É que o professor se abeberara nas mais puras fontes de sadias doutrinas jurídicas e possuía facilidade de expressão.

O entusiasmo com que lecionava explicaria o êxito obtido pelas preleções em ambiente de todo estranho ao convívio costumeiro, à sombra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Aí, nas duas últimas décadas da sua ativa existência, estadeou-se-lhe a personalidade pelas feições mais impressionantes.

Era o meio mais propício aos seus esforços construtivos, como verificou, ao participar do Congresso de História da América, de 1922, ao qual levou a tese acêrca da *Evolução da eloquência parlamentar*.

Não obstante bem acolhido na ocasião, por ventura não se interessaria pela admissão ao grêmio, que somente se tornou efetiva em 1935, mediante proposta de 7 de abril.

Ao examiná-la, a Comissão de História, representada por Sousa Docca, relator, Max Fleiuss, Hélio Lobo, Basílio de Magalhães, entre outros conceitos expressivos, assinalou, a 18: «o Sr. Feijó Bittencourt vem estudando em dez longos artigos críticos, inseridos no *Jornal do Comércio*, a composição do Instituto, sua existência e seus arquivos, com especialidade os relativos aos documentos que o Instituto possui de José Bonifácio, o Patriarca da Independência, constituindo esta série, ainda não concluída, minucioso e esclarecido exame que enaltece a riqueza de nossa Companhia».

Eleito no mês seguinte, não tardou em comprovar, por obra reveladora de minuciosas pesquisas, o acêrto da sua escolha.

Avizinhava-se a comemoração do Centenário do Instituto e o seu secretário perpétuo, Max Fleiuss, para homenagear devidamente os estudiosos, que lhe promoveram a fundação, a 18 de outubro de 1838, convidou o novo consócio para lhes evocar os vultos.

Aceitou a incumbência, que exigia cuidadosas investigações, com a condição, porém, de não receber nenhuma retribuição pecuniária.

Nesse lance, ao primeiro contato com a instituição, revelou-se o feitio moral de Feijó, que desinteressadamente continuou

a atuar, com o mais vivo empenho de contribuir para o engrandecimento da «Casa da História», de que fôra o seu bisavô o primeiro presidente eleito.

Em breve prazo, no desempenho de sua missão, ultimou a elaboração de *Os Fundadores*, cuja publicação, em 1938, trouxe à atualidade os nomes gloriosos, que se creditaram à benemerência da Posteridade.

Com inexcédível destreza e competência, traçou 27 biografias, que distribuiu por classes: «os primeiros diretores-políticos-funcionários públicos, nomes do comércio, a grande aventura, mestres e intelectuais-militares».

Nenhuma significação teria essa distribuição, além de agrupar as individualidades por suas ocupações na vida prática.

No seio do Instituto, porém, desapareciam as categorias profissionais, dominadas pela vocação comum de cultores dos estudos históricos.

Certo, não se colocariam todos no mesmo nível, de que se afastavam pela diversidade de ocupações dispersivas, ou solicitações de natureza diversa.

Raros poderiam emparceirar-se com Joaquim Caetano da Silva, sempre engolfado em pesquisas penetrantes, fora das horas de suas aulas no Colégio D. Pedro II. Mas todos se consagravam, com maior ou menor eficiência, à propagação dos ideais do grêmio, que Fernandes Pinheiro cabalmente personificou.

Não admira que a sua biografia se estendesse por 118 páginas, quando as outras variavam de oito, como a primeira, e quatro a última, a vinte e quarenta, conforme a documentação manuseada pelo ensaísta.

Assim começou Feijó a definir-lhe as características: «uma vida cheia de serviços prestados desde antes da Independência até a época da fundação do Instituto Histórico, uma vida vivida através de uma fase de atribulações e grandes transformações sociais, percorreu o Visconde de São Leopoldo que procura desfrutar nesse Instituto a liberdade de espírito na ciência, liberdade que não encontrara na política».

E como dispunha de fartos mananciais de consulta, recordou a atuação patriótica de Fernandes Pinheiro como estudante, mais tarde colaborador de Frei Veloso, em Arco do Cego, afinal deputado às Côrtes de Lisboa, primeiro degrau da ascensão, que o levaria às mais altas posições políticas.

Simultaneamente, as atividades literárias, de que lhe resultou merecido renome, são mencionadas pelo biógrafo, que discretamente oculta o seu parentesco.

O esmero, porém, com que longamente lhe definiu a personalidade, e o carinho rompente de mais de uma passagem, especialmente da página final, evidenciam que no íntimo se gloriava do antepassado insigne.

Mas esforçou-se por manter a mesma imparcialidade, com que versou outros capítulos, referentes a políticos combativos, da classe de Aureliano Coutinho, Montezuma, a professores, do porte de Silva Maia, ou do abnegado José Lino de Moura, a cujo respeito, nas breves páginas, que lhe dedica, aflora a sua comovida admiração.

«Em contraste com os que ostentam a própria personalidade, são, pois, os que admiram sinceramente. São nomes que se prendem às congregações de que fazem parte; porém são aqueles de quem essas instituições recebem a organização, o espírito de economia. Eis o que se deve assinalar principalmente d'este funcionário público, que foi tesoureiro do Instituto».

Com êsse volume de estréia no Instituto, de 510 páginas, fortaleceu Feijó a sua reputação de pesquisador, que daí por diante seria comprovada em ocasiões propícias.

Algumas vezes, por iniciativa própria. Na maioria dos casos, por solicitação dos dirigentes, que lhe conheciam os pendores naturais e contavam com a sua colaboração prestante.

Assim foi que à tribuna do Instituto compareceu, para relembrar a personalidade admirável de Aureliano Coutinho, em 1937, de A. J. Macedo Soares, por ocasião do seu centenário em 1938, de Afonso Celso, quando lhe foi prestada homenagem à memória, em sessão de 11 de agosto de 1939, de R. J. da Cunha Matos, de Rangel Pestana, também em 1939, de Domingos José Nogueira Jaguaribe (1948), Nabuco e o seu primeiro livro (1949), Roquette Pinto (1950), Ferreira Viana (1951), Tavares de Lira (1955), Alfredo Valadão (1955).

Versando assuntos diversos, também escreveu sobre a *Gênese da Abolição* (1938), *A Expressão histórica da Missão Artística Francesa* (1941), *Quem escreveu e como escreveu acerca do Barão de Rio Branco* (1945), *Dia Pan-Americano e o Generalissimo Francisco de Miranda* (1950).

A amplitude dos seus conhecimentos e as diretrizes, que adotara, revela-se, ainda, em *A Grécia e o despertar da História* e *A História e a Filosofia Grega* (1947), em que firma conceitos indicativos de suas convicções.

«É a posição geográfica a verdadeira causa que em tempo fizera da Grécia e da França o que elas foram. Sucessivamente os países se substituem na grandeza, devido a condições materiais,

e seguindo o comércio que em grande extensão, em proporções universais, se faz por êles».

«É pois, a geografia que, dando a ver duas faces do povo helênico, faz compreender a Grécia, e revela como de dois modos o grego se impôs ao mundo».

É até certo ponto o determinismo geográfico, que lhe orienta as conclusões.

O número seguinte da Revista (195) estampa-lhe a continuação dos ensaios, a respeito de *A Renasçença e a História e A História e as Nações Modernas*.

Além de contribuições bibliográficas, especialmente depois de 1945, ainda publicaria ensaios eruditos, como os dois últimos.

Na *Vida de Manuel Cicero Peregrino da Silva* (1955) espelha-se a admirativa simpatia, com que estudou a trajetória e obras do preclaro reorganizador da Biblioteca Nacional, que dignificou o quadro social do Instituto, até lhe ocupar a Presidência.

É ensaio que honra tanto o autor, pela proficiência com que relembrou os sucessos contemporâneos, como o biografado, que ainda recebeu, em seu recanto de nonagenário, cuja vida se consagrara ao bem público, as homenagens dos seus admiradores, interpretados em escrito documentado a primor.

De outro, *As Cruzadas e o Angelus resado ao meio dia*, era assunto que não lhe entrara com ardor nas cogitações.

Todavia, a erudição orientou-lhe a conferência, em que mais uma vez comprovou a sua capacidade de versar os mais variados assuntos históricos.

Era, assim, Feijó Bittencourt o sócio laborioso, disposto sempre a aceitar as mais árduas tarefas, de que se desobrigava cabalmente.

Participava de bom grado de todos os trabalhos do Instituto, que, em reconhecimento de sua atuação abnegada, lhe foi demonstrando progressivamente maior aprêço.

De um lado, fazia parte da redação da *Revista*, a princípio como diretor substituto, e a partir do número 196, como um dos três membros, juntamente com o General Estevão Leitão de Carvalho e Cláudio Ganns, da Comissão Diretora, em cujo exercício deixou provas eloqüentes dos seus amplos conhecimentos e incansável operosidade.

Fora, representava o Instituto perante a «Organização das Entidades Não Governamentais do Brasil».

Coube-lhe, assim que se abriu vaga, o cargo de segundo secretário, e ao exercitá-lo mereceu a proposta de 28 de julho de 1949, que o indicou para a classe dos beneméritos, além de outros

fundamentos, porque «não há incumbência, reveladora de cultura, que não o encontre sempre solícito em desempenhá-la, quando conveniente à agremiação».

Copiosas contribuições assinalaram-lhe a magnitude do labor intelectual, tanto na tribuna de luminosas tradições, mais que centenárias, como igualmente no silêncio fecundo das Comissões e nas páginas da *Revista*, em que examinava «com sagacidade e comprovado saber os livros submetidos à sua análise», como atestaram os seus pares, em 1949.

Dai por diante, não diminuiriam os seus esforços produtivos, senão ultimamente, quando o organismo como que já pressentia estar se avizinhando o limite da resistência.

Não obstante, julgou passageira, como em lances anteriores, a crise, e perseverou no cumprimento cabal das suas obrigações, até baquear, irremediavelmente, apesar dos recursos da medicina. Deixou enlutada a sua digna família e privado o Instituto de um dos seus mais prestimosos membros, cujo procedimento correto se harmonizava às maravilhas com a cultura, que lhe aprimorava a inteligência.

Não admira que tivesse grangeado leais amizades entre os consócios e quantos tiveram ensejo de tratá-lo de perto e conhecer-lhe as generosas qualidades pessoais.

SAVIGNY (*)
(A Lei Crepereia)

DESEMBARGADOR VIEIRA FERREIRA

Gaio, tratando nas suas Instituições (IV) das seguranças que os litigantes eram obrigados a prestar à parte contrária, informa-nos de que havia dois modos de intentar uma ação real, como a reivindicação: a forma petitória e a *per sponsionem*, no processo então vigente, que era o das fórmulas, ou instruções escritas dadas pelo pretor aos juizes.

Intentada a ação real pela fórmula petitória, o réu era obrigado a prestar a caução dita *judicatum solvi*; intentada *per sponsionem*, tinha lugar a estipulação denominada *pro praede litis et vindictiarum* (§ 91).

Na intenção da fórmula petitória o autor afirmava sua (*rem suam esse*) a coisa demandada (§ 92).

Se demandava *per sponsionem*, dirigia ao réu a seguinte pergunta (*stipulabatur*): «Se fôr meu o escravo de que se trata (é o exemplo de Gaio) prometes (*spondes*) 25 sestércios?» E oferecia logo a fórmula em cuja intenção dizia ser-lhe devida pelo réu a quantia estipulada (§ 93).

Mas a quantia da sponsio, os 25 sestércios, não era exigível, ainda que o réu fôsse condenado a pagá-la, porque não se trata de uma ação penal (*non enim poenalis est*), mas de uma ação prejudicial, cujo fim era só obter o reconhecimento do domínio como condição preenchida para o pagamento estipulado. Por isso na ação real *per sponsionem* o réu não restipulava do autor a quantia da sponsio.

A caução que dava o réu na ação real *per sponsionem* denominou-se *pro praede litis et vindictiarum* por ter substituído os garantes (*in locum praedium successit*) que outrora (*olim*), no tempo das ações da lei (*cum lege agebatur*), a parte a quem fôsse concedida a posse provisória da coisa litigiosa, dava à outra de restituir-lha com os frutos, se não fôsse vencedora (§ 94).

(*) *Jornal do Comércio*. Rio, 21 de março de 1954.

Como no tempo de Gaio ainda se observava em dois casos (§ 31) a *legis actio sacramenti*, sendo um dêles o das ações para as quais juizes competentes eram os Centúviro, diz-nos o jurisconsulto que a quantia da *sponsio* não se pedia então com a fórmula, mas com a ação da lei (*per legis actionem*) provocando-se o réu para o *sacramentum*, e que a quantia estipulada era de 125 sestércios, por força da lei Crepareia (§ 95).

Este nome não aparece nas edições das Instituições de Gaio conhecidas por Savigny. Em 1878 o *Corpus juris civilis academicum parisiense* ainda o omite.

Não se tendo aplicado ao estudo histórico do direito anterior a Justiniano, como fêz com tanta proficiência, quanto ao posterior, na sua admirável *História do Direito Romano na Idade Média*, Savigny, que tratou das Instituições de Gaio com tanta inteligência, não foi completo na elucidação das questões que suscitam, nem aprendeu bem o sentido da passagem de Cícero, In Verrem, II, 45 que transcreve em nota ao § 209 no seu *Tratado de Direito Romano*. Diz no texto a que se refere essa nota que só existem dois meios de se demandar uma sucessão: fazê-lo perante os Centúviro ou recorrendo a *sponsio*, como se êste, na passagem de Cícero, não fôsse também levado a êsses juizes.

O que Cícero faz no trecho transcrito é mostrar que num processo de petição de herança, para o qual eram competentes os Centúviro, a forma, não a fórmula, podia ser petítória (*lege ageret in hereditatem*) ou *per sponsionem*, tal qual foi depois da lei Ebucia no processo *per formulas*, exposto por Gaio.

Rudolf von Ihering, em *O Espírito do Direito Romano*, §§ 32, 47, 52, 66 e 68, repete com clareza o que outros já tinham dito sobre a *actio in rem per sponsionem*, sem adiantar coisa alguma na elucidação do assunto.

* * *

Mas, que significa êsse recurso a uma ação pessoal em que não se quer o pagamento que se pede, mas um direito cuja existência é figurada como condição contratual do débito que se demanda?

Como explicar o emprêgo dêsse artifício processual menos sincero em que verificada a prótase da *sponsio* a epódose é como se não existisse?

Qual a razão histórica da obliquidade processual, de um rodeio em que o julgado não se coarta ao pedido mas ao fundamento da sentença?

Nos dias de Gaio, contemporâneo de Adriano (117-189), vigorando já o processo formulado que a lei Ebucia tomou as

ações perante o pretor dos peregrinos já não tinha razão de ser a ação real *per sponsionem*; era suficiente a fórmula petitória. Mas o jurisconsulto, nos parágrafos citados, atesta a persistência dêsse meio processual, tanto na fórmula como na *legis actio sacramenti*. E foi desta sem dúvida que êle passou para as ações *in rem* no processo formulado.

Ê, pois, necessário explicar na *actio sacramenti* a introdução dêsse meio indireto, consistente em usar de uma ação *in personam*, em vez da *in rem*, para obter o reconhecimento de um direito real sòmente implícito na decisão da causa.

O problema não me parece insolúvel, desde que se atenda ao que nos fornecem as fontes e à necessidade prática de simplificar o processo, contornando formalidades e delongas obstrutivas, como as da *legis actio sacramenti in rem*, cujo rito, na sua técnica dramática, temos nos parágrafos 16 e 17 (IV) das Instituições de Gaio e na oração de Cícero *pro Murena* (XII).

O exemplo em Gaio é a reivindicação de um escravo; em Cícero, a de um imóvel.

Em ambos o drama processual é representado com os atos rituais e as palavras solenes (*immutabiles*), cujo emprêgo era tão rigoroso que perdia a causa quem recorresse a equivalentes ou mesmo a melhores (Gaio, IV, 11).

Na oração *pro Murena* pronunciada por Cícero quando era cônsul (ano 65 a.C), num processo crime, o grande orador teve *ex adverso* um dos maiores jurisconsultos romanos, Sérvio Sulpício Rufo, que era também notável por sua eloquência, diz-nos Pomponio, quando dêle trata no § 43 de seu resumo histórico do direito romano. Fr. 2 do Digesto I, 2 de *origine juris et omnium magistratuum et successionem prudentium*.

Cícero, para diminuir a autoridade notória de Sérvio, tentou fazer um pouco de história do direito, referindo, como um exemplo de extravagâncias na aplicação da lei das XII Táboas, o rito da forma petitória na *legis actio sacramenti in rem*, que atribui a uma invenção dos juristas, empenhados, a bem da sua influência, em tornarem-se necessários por uma técnica processual misteriosa.

Êsse recurso de advocacia, embora contenha um êrro histórico, é precioso para a história do processo no direito romano, por haver-nos conservado o drama processual de uma *legis actio sacramenti in rem*, vindicatória de um imóvel.

Na sua crítica Cícero começa observando que em vez de se dizer na ação: «Ê meu o prédio sito no *ager Sabinus*», bastava dizer: «Ê meu o sítio (*fundus*) Sabino». Mas o *ager* é que se denominava Sabino e não o prédio nêle sito, que se reivindicava. O Digesto, L, 16, de *verborum significatione*, nos Fr. 27, 115 e 211, dá-nos o sentido das palavras *ager* e *fundus*.

E Tito Lívio, quando nos fala em *ager Sabinus*, refere-se a um trecho da Itália, e não a uma propriedade privada. Assim o *ager romanus* e outros.

Em seguida Cícero reproduz as palavras do diálogo com que as partes contendem, ameaçando uma a outra de se tirarem do imóvel (*manu consertum*).

Considera absurda a interlocutória do magistrado que manda irem os litigantes ao prédio com suas testemunhas: *Ite viam*; mas antes que arredem pé, manda que voltem; *Redite viem*.

E tem finalmente por estultas as palavras com que as partes pedem uma a outra que mostre a causa do direito que se atribuem.

Cícero refere-se ao processo da *actio legis* vindicatória como a uma coisa que já não se usava com as circunstâncias que descreve. É que no seu tempo já se preferia recorrer à *legis actio per sponsionem in rem*, com a *stipulatio pro praede litis et vindiciarum*, de que trata na sua oração in Verrem.

O processo que ridiculariza em Pro Murena deve ser muito anterior às XII Táboas e não merece o ridículo oratório de que o cobre, nem era guardado em segredo pelos patrícios. Como observa Guido Padelletti, leis e processos tinham em Roma toda a publicidade. *Storta del diritto romano* (1886), pág. 108.

Deve-se fazer justiça aos Latinos priscos, se foram os inventores dessa técnica, excelente meio de perpetuar na memória das testemunhas, na falta de autos escritos, os termos do processo a que assistiram e a individuação da coisa litigiosa.

Só o conhecimento dos dias em que se podia litigar (*dies fasti*) é que até Gneu Flávio (304 A.C.) não estava ao alcance do público.

Era mais cômodo, entretanto, recorrendo a um meio lícito, diminuir as formalidades do processo, movendo uma *legis actio sacramenti in personam*, em vez de uma *in rem actio*.

Que se fêz?

Na *sacramenti in rem* a parte a quem se concedia a posse provisória da coisa litigiosa dava a outra um fiador de restituir-lhe a coisa demandada e os frutos, se fôsse vencida, um *prae litis et vindiciarum*. Todo o interesse do reivindicante estava na estipulação dessa fiança.

Em vez de se chegar a êsse resultado por uma ação *sacramenti in rem*, recorreu-se à *in personam*, cujo formalismo era mais simples.

O reivindicante, ou o autor na petição da herança, provocava o seu perante o pretor (*in jure*) a obrigar-se a pagar-lhe uma quantia no caso de se provar que a coisa ou a herança era sua.

O réu era forçado pelo pretor a fazer tal promessa, sob pena de perder a causa desde logo. Prometendo e sendo vencido, era obrigado a pagar ao autor a quantia estipulada.

Compreende-se a posição aflitiva do réu quando o pretor não moderasse convenientemente a quantia da *sponsio* quando excessiva. Proposto, por exemplo, o dôbro do valor da coisa litigiosa, teria a alternativa de entregá-la desde logo ou de arriscar-se a pagar o dôbro se fôsse vencido.

É manifesta a injustiça de tal situação, quando se tratasse de um possuidor de boa fé, que procurando defender-se com o seu título aquisitivo corria o risco de pagar duas vezes o valor da coisa, porque a ação não deve ter começado como prejudicial apenas, qual era no tempo de Gaio.

Parece que o legislador se lembrou dela por ser a do *sacramentum* (*poena quingenaria*) nas causas de valor igual a 1.000 asses, ou maior, em que o depósito era de 500 (Gaio, IV, 14).

Com efeito, depois de 217 AC. o denário passou a valer 18 asses e o sestécio 4. Igualavam assim os 125 sestércios da lei Crepereia os 500 asses do *sacramentum*.

O legislador reduziu a essa taxa o que antes dependia do arbitrio pretório nem sempre de certo equitativo.

Não encontro nos Fastos consulares nenhum Crepereio, ainda que Serafino Ricci, em sua *Epigrafia latina* (1889), pág. 274, ponha entre as gentes romanas (48) uma Crepereia.

A lei a que se refere Gaio deve ser, pois, um plebiscito votado entre 64 e 56 antes de Cristo, época em que viveu um Q. Crepereio Roco, cujo nome se lê em moedas de prata dêsse tempo, como se pode ver em F. Gnechi, *Monete romane* (1935) pág. 172.

O discurso de Cícero contra Verres, em 71 antes de Cristo, é portanto, anterior à lei Crepereia e posterior à lei Papiria de 89, que fez descer o as ao peso de meia onça (as semuncialis).

Se recorrermos à estimação de Monet em Wex, *Métrologie grecque et romaine* (1886), pág. 120, para convertermos os sestércios de 4 asses em francos (0,2155) e os francos (hoje os suíços) em cruzeiros, teremos para os 125 da lei Crepereia uns 110 cruzeiros.

Quanto ao poder aquisitivo do sestécio numa época em que a conquista enchera de escravos as senzalas italianas (*ergastula*), não era grande, se o preço de um escravo, segundo J. Toutain *L'économie antique* (1927), pág. 296, variava de 2.500 a 7.000 sestércios, podendo elevar-se a 200.000 quando se tratasse de algum grego instruído. N. Moreschi, *Antichità private dei Roman* (1902), pág. 110.

Compreende-se destarte que o valor da *sponsio*, 125 sestércios, passando a mera formalidade processual, tenha deixado de ser exigível no tempo de Gaio.

Era evidente que não se tratava mais de uma dívida séria, mas de um meio, prático de evitar o arcaísmo processual da *sacramento in rem*.

Desde que a parte substancial da *legis actio sacramenti per sponsionem* não estava no *sacramentum* nem na *sponsio*, resíduos persistentes no processo, como nas escrituras públicas as palavras ditas tabelioas, mas na *stipulatio pro praede litis et vindiciarum*, era por esta estipulação *in jure* que a ação começava. Com efeito diz Cícero na oração contra Verres: «Se alguém se julga herdeiro por um testamento que até então não se conhecia, demandará a herança por uma ação da lei (*lege ageret in hereditatem*), ou (*aut*), tendo-se-lhe dado a caução *propraede litis et vindiciarum*, litigará sobre a sucessão recorrendo a uma *sponsio* (*sponsionem faceret*)».

Passei o verbo para outro tempo e modo, porque Cícero com o subjuntivo figurava um processo em que êsse direito não se observara.

* * *

Os novos fragmentos das Instituições de Gaio poderiam levantar uma dúvida, competindo pela lei das XII Taboas a *legis actio per judicis postulationem*, quando o pedido se fundasse na *stipulatio*.

Mas, como as questões de sucessão e de propriedade quiritaria, pelo menos tratando-se de imóveis, eram julgadas pelos Centúnviros e para a competência desse tribunal a ação devia ser intentada *sacramento*, o direito demandado, propriedade ou herança, ainda que trazido como condição do pedido, fez prevalecer nesse caso a *legis actio sacramenti* sobre a *per judicis postulationem*.

Final, não se tratava seriamente de cobrar um débito, mas de haver um imóvel ou uma herança, e recorria-se à *legis actio sacramenti per sponsionem*, para não se desaforar o processo do tribunal competente: os Centúnviros.

Quanto à reivindicação de coisas móveis ou semoventes, infere-se do citado parágrafo 93 de Gaio (IV) que se fazia, antes do processo formulado, com a *legis actio per judicis postulationem*, intentada *per sponsionem* com a prévia caução *pro praede litis et vindiciarum*.

Creio ser visível, através de fontes transparentes, o arcaico direito processual que fica exposto.

Não terminarei sem estranhar que o grande historiador e romancista Teodoro Mommsen haja admitido, numa nota à pág. 265

do seu monumental direito público dos Romanos, traduzido por Girard, que o tribunal dos Centúnvirois tenha sido criado pela lei Crepareia.

Essa conjectura destituída de qualquer prova parece ter sido lançada pelo insigne historiador num momento de cansaço por tão hercúleos trabalhos com que sua luminosa atividade entre muitos outros entesourou a riqueza do *Corpus inscriptionum latinarum* e do seu mencionado direito público dos Romanos.

Como observa Gaddi em *La origini dello stato Romano* (1888), não se compreenderia que os historiadores romanos deixassem de assinalar a criação do tribunal, se fôsse um fato recente.

É incrível também que essa criação fôsse destinada a manter num juízo majestoso o rito arcaico das *legis actiones*.

Trata-se, pois, de um tribunal antiquíssimo, cujos juizes foram aumentando em número proporcionado ao crescimento da população, até chegarem ao que lhes deu o nome de Centúnvirois.

Não creio, como pensa Voigt, que o *dare judicem* do § 15 de Gaio (IV) compreenda numa expressão genérica o tribunal dos Centúnvirois. Suponho que só se aplica a juizes singulares.

Nesse parágrafo Gaio termina a página ilegível em que tratou da ação sacramento pessoal, que não era, como a real, sujeita aos Centúnvirois, perante os quais se demandava propriedade imóvel ou a herança.

Suprimido o sacramento na *legis actio sacramenti*, quando se fundava a causa numa estipulação e noutros casos previstos em lei, teve-se na *per judicis postulationem* um processo mais sumário.

A reivindicação de móveis e semoventes, que Gaio expõe no § 16, admitia, como a ação pessoal, o juiz único do § 15.

Mas a de imóveis e a petição de herança não vejo razão para supor que só mais tarde hajam sido sujeitas a um tribunal para isso criado serôdiamente.

Os sérios trabalhos de Savigny não trataram das ações da lei e do Tribunal dos Centúnvirois senão quando os esclarecimentos históricos lhe pareceram servir para a inteligência do direito romano vigente na Alemanha de seu tempo.

Creio que êle, se ainda vivesse, não rejeitaria o que aqui fica escrito como complemento.

Pelo menos desculparia.

WASHINGTON LUÍS E O INSTITUTO HISTÓRICO(*)

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Era Washington Luís Pereira de Sousa secretário de Justiça do Estado de São Paulo, quando Max Fleiuss, Artur Guimarães Norival de Freitas apresentaram, a 25 de agosto de 1911, a proposta de que lhe resultou a admissão ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na classe de sócio correspondente.

Não foi, todavia, a posição política, na ocasião, que lhe franqueou o ingresso, a que fez jus pelos seus estudos.

Serviram-lhe de credenciais realçadas no parecer da Comissão, de que faziam parte B. F. Ramiz Galvão, relator, Clovis Beviláqua, Viveiros de Castro, Antônio Jansen do Paço, especialmente, a *Contribuição para a História da Capitania de São Paulo — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes e Antônio Raposo*.

Ambos os ensaios estamparam-se em páginas da *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, volumes VIII e IX.

O primeiro, de título simplificado para — *Capitania de São Paulo — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes* — foi reeditado em 1918, pela Casa Garraux, que o apresentou em volume de 170 páginas.

Quando, em 1925, de passagem pela capital paulista, o secretário-geral do Estado de Mato Grosso, em visita amistosa, manifestou-lhe a sua admiração e votos para que retomasse a pena de historiador, a quem devia Cuiabá a melhor descrição da fase inicial de sua evolução, o autor, benevolente, entre risos declarou que já não tinha folga para se ocupar de investigações.

A política empolgara-o em trajetória ascendente, que só terminou no fastígio, para mais fortemente lhe acentuar as qualidades peregrinas.

Apesar de nascido em Macaé, a 26 de outubro de 1870, não lhe aprouve a tentativa de aplicar, em sua terra natal, os conheci-

(*) *Jornal do Comércio* — Rio, 25-8-957.

mentos jurídicos adquiridos na Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau por volta de 1891.

Começou a revelar-se em Batatais, como vereador e, mais tarde prefeito, que atraiu a atenção dos dirigentes do Estado. Deputado estadual, aceitou o convite do Presidente Jorge Tibiriçá, para dirigir a Secretaria da Justiça, em cujo exercício, de 1906 a 1912, patenteou raros predicados que lhe justificaram a indicação para outros cargos.

Na Prefeitura de São Paulo, e na Câmara dos Deputados, consolidou o seu prestígio, que o elevou à Presidência do Estado em 1920.

Por bem conhecer as deficiências do sistema circulatório do país, adotou o lema — «governar é abrir estradas» — e de harmonia com o que pregava, mobilizou os recursos do Estado para a campanha de suas preferências, em que traçou admiráveis diretrizes para a administração pública.

As ocupações de utilidade prática, porém, a que se dedicavam os seus esforços de governante operoso, não o faziam esquecer as aspirações de historiador, que soubera explanar temas anteriormente envoltos em confusões e erranias.

Uma vez, todavia, que já não dispunha de folga, para investigar acêrca de individualidades mais afamadas do que conhecidas, como decidira, ao acompanhar as façanhas de Antônio Raposo, ou as prepotências de Rodrigo Cesar, contentava-se em oferecer aos estudiosos preciosa documentação que existia inédita.

Era meio eficiente de revelar ainda o seu amor aos estudos históricos, embora não mais escrevesse a respeito.

A série de publicações que empreendeu, como prefeito da Capital ou presidente do Estado, trouxe a lume as *Atas* e o *Registro Geral da Câmara de São Paulo* e de Santo André de Borda do Campo, os *Inventários e Testamentos*, as *Sesmarias*, os *Documentos Interessantes*, de que os pesquisadores se têm servido à larga para as suas obras.

Ainda mais, promoveu a nacionalização do Museu Paulista, ao qual eminente zoólogo imprimira o cunho da sua especialidade.

Concedeu-lhe o crédito necessário para que o seu proficiente diretor, A. de Taunay, pudesse dar-lhe feições compatíveis com o nome.

Ao apresentar-se remodelado, a 7 de setembro de 1922, era como outro estabelecimento, consagrado não somente às ciências naturais, mas também à história do Brasil em particular à de São Paulo.

Com os mesmos propósitos patrióticos obteve da Câmara dos Deputados lei especial, que autorizou a aquisição do edificio em que se realizou memorável convenção republicana, a 18 de abril de 1873.

Convenientemente modificado, nêle se inaugurou festivamente, a 18 de abril de 1923, o Museu Republicano «Convenção de Itu», para comemorar expressivamente a propaganda republicana paulista.

Ainda que Washington Luís nenhum capítulo tivesse redigido como sabedor dos fastos nacionais, e pelo menos duas monografias insubstituíveis lhe atestam a sagacidade investigadora, expressa em linguagem incisiva, bastaria a sua iniciativa de editar os documentos esquecidos nos arquivos, para lhe granjear irrestritos louvores dos estudiosos.

Titulos sobejos o levariam, portanto, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde se conservou o seu gesto definidor das preferências pessoais.

Era sócio correspondente, quando assumiu a Presidência da República.

De conformidade com os Estatutos caber-lhe-ia o título de Presidente de Honra, com que se incluiria então na relação dos sócios.

Ao saber que o maior apagaria o menor, reclamou, para que não lhe tirassem o nome da lista, em que ingressou, mercê dos seus trabalhos.

Era uma conquista, pelo reconhecimento dos seus méritos de historiador, ao passo que a honraria, reflexo de sua posição política, apenas correspondia a influência passageira, no decurso do quadriênio presidencial.

E como quis, foi o único a figurar, ainda recentemente, em duas classes de sócio, correspondente, admitido a 4-5-912, o terceiro, em ordem de antiguidade, e presidente honorário, desde 18-7-1927, já desacompanhado dos dois imediatos, o que o precedeu, Artur Bernardes e o seguinte, Getúlio Vargas.

E para evidenciar o seu apêgo à centenária instituição, compareceu a mais de uma das suas sessões, como Chefe do Governo, e uma vez afastado violentamente do exercício, nem assim deixou de apreciar-lhe as atividades.

No exílio, a que foi condenado, e que suportou com edificante correção e patriotismo, em mudez admirável, diligenciava conhecer os estudos dos consócios, quando possível.

Solicito amigo, a seu pedido, recebia os números da Revista, que lhe não chegassem às mãos e incumbia-se de remeter-lhe.

Ao tornar ao Brasil, acolheu-o a moção congratulatória, proposta por H. Carneiro Leão Teixeira Filho, e aprovada por unanimidade, de que teve ciência a 30 de setembro de 1947.

Ser-lhe-ia do agrado verificar que, no ambiente sereno do Instituto, em que não penetram as paixões partidárias, encontraria amigos e admiradores, substitutos daqueles que votaram a favor de sua admissão.

A nova geração constituía por assim dizer a antecipação da Posteridade, que se aproximava.

Daí por diante, não deixaria de acusar o recebimento dos tomos que lhe fôsem endereçados.

Bem que octogenário, não recorria à mão de outrem, para preencher a ficha respectiva que assinava, com a sua letra, ainda firme e clara — Washington Luís — como o fêz até 20 de maio de 1955.

Por exceção, apenas a de 16 de outubro de 1954, não traz a letra *g* como se pretendesse de fato suprimi-la do seu prenome.

Afigura-se inadmissível a hipótese, em relação a quem desde cedo firmara sua personalidade mediante decisões definidas e definitivas, como certa vez se expressou, quando solicitado a opinar em problema que surgira no Catete, governado ainda pelo seu antecessor.

O nome fazia parte das suas características pessoais, e não iria, na velhice, modificá-lo de propósito.

Tornara-o insigne para definição de sua individualidade, com tôdas as letras que usara desde a estréia na carreira política.

A uniformidade da firma, em épocas diversas bem correspondia à integridade mental que lhe realçou os atos em todos os postos ocupados.

As convicções que lhe apontavam as diretrizes, seguidas inflexivelmente, ainda com risco de sua segurança, mantinham a coerência do proceder, sempre altivo.

Assim atuara na prosperidade, quando contemporâneos, reconhecendo-lhe os incontestáveis predicados de estadista, foram progressivamente elevando as suas responsabilidades públicas, de vereador e prefeito de Batatais, da Capital de São Paulo e deputado estadual, a presidente do Estado, a senador estadual e federal, e finalmente à Presidência da República.

Quando lhe soçobrou o govêrno, soube permanecer de pé, em demonstração eloqüente da sua destemida dignidade. E o silêncio a que se recolheu no exílio e depois do regresso à Pátria, não foi menos exemplar que a sua vitoriosa trajetória encerrada pela Revolução de Outubro.

Quando, mais tarde, o interpelavam a respeito dos sucessos ulteriores, costumava dizer que falecera em Trinta.

Entretanto, a deposição pelas armas, que o afastou do poder, apenas contribuiu para lhe realçar a individualidade por feições diferentes.

Sereno, recusou concorrer a algum cargo eletivo, a que o solicitavam amigos dedicados, por compreender que bem preencheria as missões a que o elevaram os seus contemporâneos.

Adquirira direito ao repouso, em que se consagraria aos seus trabalhos prediletos como provou ao entregar aos prelos ultimamente a sua última obra — *A Capitania de São Vicente*.

Voltado para o passado, não comentaria, porém, os assuntos que contrariassem os princípios orientadores de sua atuação pública. A força de vontade que praticara antes de Trinta, não seria mais expressiva, que a patenteada na última fase da sua vida modelar.

Testemunhou erros e desacertos, muitos dos quais lhe causaram sofrimentos pessoais.

Se lhe fôsse possível, combatê-los-ia de viseira erguida, como lhe era o costume.

Transfigurara-se, porém, o ambiente nacional, e então, calou-se, em benefício do Brasil.

Para engrandecê-lo, empenhara todos os seus esforços, pela palavra e por atos decisivos.

Não queria acumpliciar-se com os dirigentes que lhe promoveram a deposição, nem com os sucessores.

E para não causar perturbações inoperantes, silenciou, como ensinara o bispo de Olinda.

Ao ser interrogado em famoso processo, apenas proferiu: *Jesus autem tacebat* certo de que seria, de qualquer forma, condenado, como se verificou.

Washington Luís também foi levado à prisão, onde se portou com impávida altivez, e depois emudeceu.

Era bem a personificação da primeira República, substituída pela Nova, que não lhe merecia o apoio.

Não a hostilizaria, porém, senão pelo silêncio, que permanecerá como a prova da sua decisão inquebrantável.

Soubera governar os outros durante o primeiro período, no exercício do poder.

Provou que também sabia governar a si próprio, em edificante lição muda, que sobremaneira o exaltou no conceito dos que lhe antecipam o julgamento da Posteridade.

DOCUMENTOS

A INVASÃO DO RIO DE JANEIRO PELOS FRANCESES (1710-1711) — DOIS DOCUMENTOS

MANUEL XAVIER DE VASCONCELLOS PEDROSA

Sr. Presidente.

Trouxe do Arquivo Histórico Ultramarino o microfilme de dois documentos a respeito da invasão da cidade do Rio de Janeiro pelos franceses em 1710-1711, oferta do Exmo. Sr. Diretor daquela Casa o Dr. Alberto Iria.

Autorizado a apresentá-los em sessão do Instituto Histórico é com prazer que hoje os deixo sôbre a mesa dos nossos trabalhos a fim de serem recolhidos ao arquivo.

Antes de fazer a leitura e bordar ligeiros comentários sôbre o conteúdo dos mesmos, quero dar publicidade dos sentimentos pessoais que o ilustre Dr. Alberto Iria externou em carta que me escreveu, relativa à honra de pertencer ao quadro do Instituto Histórico, da estima que vota à pessoa do nosso presidente perpétuo e da sua admiração pela figura de Pedro Calmon que lapidarmente designou o Arquivo Histórico Ultramarino como Casa do Brasil em Lisboa.

A amabilidade do historiador do *O Algarve e o Descobrimento* seu último livro em dois alentados tomos que tive o prazer de ver sôbre a sua mesa de trabalho, quando em comêço de outubro de 1956 o visitei, é proverbial para todos os brasileiros que por lá passam. Quanto a mim, êle me fez percorrer tôdas as dependências do Palácio da Ega (que como se sabe, tem a sua crônica na história da galantaria portuguesa), passando através de salas sucessivas ocupadas com estantes de aço pejadas de papéis relativos ao Brasil e às Índias.

Ainda por gentileza, Sua Excelência fez-me assinar no livro de Ouro dos visitantes e fêz questão de acompanhar-me até a saída do Palácio apesar dos meus protestos aos quais respondeu com esta afirmação que me deixou vencido: Quando o anfitrião acompanha o visitante até a porta da casa, isto significa na melhor expressão do cavalheirismo lusitano que êle fica aguardando a

volta do visitante. Ora, meus caros confrades, a volta para mim é uma coisa difficil, mas a ida de qualquer um de vós àquella casa do Brasil em Lisboa, é muito para desejar, tendo em vista a obra do congraçamento cultural entre o Brasil e Portugal por bem da qual tanto vem se esforçando o nosso eminente presidente e agora com a presença do Exmo. Sr. General Craveiro Lopes recebeu uma contribuição consagradora com a assinatura do Tratado de Consulta e Amisade.

DOCUMENTO Nº 1

Senhor.

O Governador Francisco de Castro Moraes dá conta a Vossa Magestade com tôda a individuação do glorioso Triunfo, que conseguiram as Armas de Vossa Magestade governadas por êle, contra as de França no assalto que deram à esta cidade em 19 de setembro próximo passado; em que ficaram mortos e prisioneiros perto de mil Franceses, que entrarão nela entre cabos e soldados; com que me não fica que dizer sobre esta materia senão que o dito Governador se fez nesta ocasião dignos de louvores grandes, e merecedor de todo o premio pela constancia, zelo e atividade com que se empregou todo e não esqueceu nada do que pareceu conveniente para a defensa desta praça no mar, e na terra, mostrando em todos os accidentes desta invasão o quanto era bom Servidor e fiel Vassalo de Vossa Magestade cuja pessoa Deus guarde muitos anos como todos havemos mister. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1710.

Luiz d'Almeida Corr^a d'Albuquerque.

DOCUMENTO Nº 2

Senhor.

Na junta, a que me chamou o Governador Francisco de Tavora por serviço de V. Magestade para se regular a contribuição dos seiscentos e dez mil cruzados, que se deram aos Franceses pelo resgate da Cidade, fortalezas, e artilharias; convim em que os Eclesiásticos pagassem o que lhes tocasse das casas, que tivessem na Cidade, por que esta contribuição não era tributo, mas sim compra, paga e resgate do que cada um havia perdido, e se havia comprado por junto para a cada um se dar o seu. Porém no lançamento que se fez, depois da frota partir, se extendeu a contribuição também as propriedades que os Eclesiásticos tem fora da cidade, que o Inimigo não occupou, nem era fácil chegar pelas distancias e acasos, e sempre se conservarão no dominio e posse dos Eclesiásticos. Nestas circumstancias, a contribuição imposta nestas propriedades, não é compra, nem paga, nem resgate de bem perdidos, por que sempre os conservarão

mas é tributo. E se comprova do primeiro capítulo da capitulação donde se declara (que largarão a soberania e a Cidade redondamente, fortalezas e artilharia) e a Cidade redonda não compreende, nem se estende às propriedades fora dela, e só venderam o que possuem. Em cujos termos para se por tributo em bens eclesiásticos é necessário licença e ordem do Papa. Nem basta só o meu consentimento, é necessário o do Clero, o qual renite e repugna pagar destas propriedades, pagando, e contribuindo das que tem dentro da cidade.

Nem se pode cohonestar com serem accessorias da Cidade que é o principal por que este principio e proloquio, não tem lugar, quando o accessorio se pode conservar, destruído o principal, como sucederia no caso presente, que demolida a Cidade, ficavam em pé, e conservadas as propriedades que fora dela, com tais distancias possuem os Eclesiásticos. E quando se queira attribuir a subsidio Eclesiástico, devia primeiro examinar-se, e justificar-se com o tempo, e razão, não bastava só a contribuição sem lar. São doutrinas e declarações da Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares, commuas, e sabidas.

Falei neste particular ao Governador, não quis examinar a materia, nem suspender. Dei logo parte a V. Magestade pelas Ilhas, e agora o repito como materia grave, para Servido manda-la considerar, e resolver. E também quando algum Eclesiástico não paga contribuição com pontualidade, pois a não tem pronta, quer o Governador executar os seus bens, com não se praticar a ordem, que eu tinha dado, de que o cobrador desse parte ao Vigário Geral, e esse a executasse; porque assim sem nota e desprezo do estado se consegue pacificamente o pagamento. V. Magestade mandará o que for servido. Deus guarde a Real Pessôa de V. Magestade muitos e felizes anos como lhe peço e havemos mister. Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1714.

Francisco, Bispo do Rio de Janeiro.

COMENTÁRIOS AOS DOCUMENTOS

O primeiro a ser feito é se elles foram ou não publicados no Brasil. O segundo é quem foi Luís de Almeida Corrêa d'Albuquerque. O terceiro que valor têm estes dois documentos.

Relativamente à carta de L. A. C. A. a D. João V respondemos: nunca foi publicada, nem é conhecida dos nossos historiadores. Quanto à carta do Bispo do Rio de Janeiro, Dom Francisco de S. Jerônimo, respondemos: está publicada porém incompletamente.

Este documento é o número 3.358 do Arquivo Histórico Ultramarino publicado à pág. 340, 341, do vol. 39 dos Anais

da Biblioteca Nacional, que, como se sabe, encerra o Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro e Almeida, abrangendo a época de 1616 a 1729. O mesmo documento foi publicado por Rodolfo Garcia como complemento à nota nº 5, à pág. 309, da *História Geral do Brasil* de Vainhagen, utilizando-se êle daquela fonte na qual a carta de D. Francisco do S. Jerônimo não vai além das palavras: «Só venderam o que possuíam».

Desta forma, o documento em questão se acha agora completo o que não é para desprezar, pois nêle o Bispo do Rio de Janeiro desenvolve uma argumentação baseada no Direito Canônico em defesa dos interesses de seus subordinados, que pode interessar aos historiôgrafos da Igreja no Brasil. Parece-nos não ser descabido acrescentar a êste comentário sôbre a carta de D. Francisco de S. Jerônimo, a resposta que ela mereceu da parte do Conselho Ultramarino e datada de 22 de novembro de 1714, nos seguintes têrmos: «pareceu ao Conselho o mesmo que ao Procurador da Coroa, exceto na declaração que fez em não contribuirem os Eclesiásticos pelos bens e propriedades que tem fora do Distrito da Cidade, porque destas propriedades devem também como está resolvido, pois ocupada a Cidade havia o inimigo ser senhor das fazendas do distrito da mesma Cidade, sendo o resgate dela tanto dos bens continentes da mesma Cidade, como fora dela e se não deve considerar como tributo». (Vol. 39, pág. 344, dos *Anais da Biblioteca Nacional*, documento 3.395 do Arquivo Ultramarino).

Quem foi Luís d'Almeida Corrêa d'Albuquerque? Para sabê-lo tivemos que fazer uma pequena pesquisa. Recorremos a várias fontes. A primeira foi o Arquivo do Conselho Ultramarino cujas cópias estão no nosso Instituto; outra foi, o volume 39 dos *Anais da Biblioteca Nacional*; outra foram os Tomos Especiais da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que estão publicando o Catálogo de Documentos sôbre a História de S. Paulo, existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, cujo aparecimento saudamos com entusiasmo por que como diz o nosso prezado consócio J. P. Leite Cordeiro, neste momento na presidência do Instituto Histórico de São Paulo, «é uma série que virá não só facilitar, mas sobremaneira esclarecer as nossas pesquisas históricas». Tendo sido um dos primeiros beneficiários desta iniciativa queremos nos congratular, nesta ocasião, com os seus beneméritos promotores. Uma quarta fonte foi a Revista da Casa da Moeda em seu número 3, ano I, de junho de 1947, onde foram publicados manuscritos existentes na Biblioteca daquela velha instituição, coligidos pelo ilustre escritor e poeta Tasso da Silveira.

Luís d'Almeida Corrêa d'Albuquerque foi procurador da Fazenda Real ao tempo dos governadores D. Fernandes Martins Mascarenhas de Lencastro, D. Francisco de Castro Morais e D. Francisco Távora, cronologicamente de 1708 a 1717, conforme se pode ver dos diversos documentos por êle assinados. Com efeito encontram-se no vol. 39 dos Anais da Biblioteca Nacional à pág. 321, três «locais» com seu nome:

a) Cartas de L. A. C. A. sobre a remessa de ouro proveniente dos quintos das tomadias e dizimos, datadas de 9 e 12 de abril de 1710 (documento nº 3245 e 3249 do Arquivo Ultramarino).

b) Carta do mesmo sobre a remessa de dinheiro para o Conselho Ultramarino em letras provenientes da cobrança das diversas contribuições. Anexo tem a relação das letras e das importâncias retidas aos contratadores dos diversos impostos. Datada do Rio de Janeiro, 26 de maio de 1710. (Doc. nº 3.250 e 3.252 do Arquivo Ultramarino).

c) Ainda um outro documento do punho de L. A. C. A. atestado que passou na sua qualidade de provedor da Fazenda sobre a nomeação de Gregório Ferreira Homem e o desempenho do seu cargo, fundidor e centrador da Casa dos Quintos do Rio de Janeiro passado nesta cidade em 8 de agosto de 1714. (Doc. nº 3.372 do Arquivo Ultramarino).

No tomo I dos Especiais da Revista do Instituto Histórico à pág. 117, se encontra: Certidão de Fé de Ofício, passada pelo procurador da Fazenda Real do Rio de Janeiro, L. A. C. A., atestando que nos livros do seu Cartório e da Vedoria dessa cidade se acha registrado que João Thomaz Duarte, natural de Lisboa, filho de Leonardo Duarte assentou praça no ano de 1694, na Companhia do Capitão Bernardo Machado, uma das da guarnição desta Praça. Em 1696, passou a cabo de esquadra da mesma Companhia. Em 1698 sendo Mestre de Campo Martim Corrêa Marques foi-lhe dada baixa e passou-lhe a fé de ofício a qual se desencaminhou. Requereu outra que é a presente pela qual se declara não ter nota alguma que ponha entrave aos seus requerimentos. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1708.

Com a data de 1 de abril de 1714, a Revista da Casa da Moeda publica a resolução do Governador Francisco Távora, que reuniu uma Junta composta da sua própria pessoa, o Ouvidor Geral, Dr. Vital Casado Rotier, o Provedor da Fazenda L. A. C. A., e o provedor da Casa da Moeda cujo nome não dá, os quais unânimemente concordaram em que, dado o ajuste aludido recebesse o ouro fundido na Casa da Moeda por seu valor intrínseco, visto haver cessado o motivo de comprar-se ouro em pó a «doze

tostões a oitava». (Revista da Casa da Moeda nº 3, maio, junho de 1947).

Entre os Documentos copiados do Conselho Ultramarino existentes no Instituto Histórico se contam quatro que dizem respeito ao Procurador da Fazenda do Rio de Janeiro, L. A. C. A., que vamos mencionar segundo a ordem cronológica:

1) 'Consulta se deve dar ou não farinha aos artilheiros, sargentos e tambores, como se dá aos soldados daquele presidio. (Data 5 de outubro de 1711).

2) Carta acêrca de terem chegado os quintos das minas no mesmo porto depois da saída da frota. (Datada de Lisboa, 2 de dezembro de 1716).

3) Da chegada ao Rio de Janeiro de três arrobas de ouro, vindas das Comarcas do Rio das Mortes, Ouro Preto, e Ribeirão, pertencente aos quintos e que ficaram carregadas em receita ao Almojarifado da Fazenda Real. (Lisboa, 2 de abril de 1717).

4) Dá conta de ter ido tomar posse da nova Colônia do Sacramento, o mestre de campo e governador da Praça de Santos, Manuel Gomes Barbosa. (Datada de 12 de outubro de 1717).

Está pois historicamente reconhecida a individualidade de Luís d'Almeida Corrêa d'Albuquerque como provedor da Fazenda, antes e depois da época em que se deu a primeira invasão do Rio de Janeiro pelo mais flibusteiro que militar Jean François Duclerc, assassinado na noite de 18 de março de 1711 e sepultado em uma capela da Igreja da Candelária. (Gastão Ruch Sturzneker: *A morte de Duclerc*, Anais do Primeiro Congresso de História Nacional, vol. 100 da Revista do Instituto Histórico).

O terceiro comentário que desejamos fazer é justificar a informação que demos de que o documento cujo verbete é: Carta de Luís d'Almeida Corrêa de Albuquerque para D. João V confirmando a notícia do triunfo do exército real, comandado pelo governador (da Capitania do Rio de Janeiro) Francisco de Castro Morais sobre os franceses quando êstes tentaram invadir esta cidade em 19 de setembro de 1710. Louva também o zelo e competência do referido governador demonstrado naquela ocasião. Rio de Janeiro, 1710 Novembro 12 — conforme redação dada pelo Arquivo Histórico Ultramarino; é um documento inédito para nós.

Para assim considerá-lo, tivemos que fazer uma busca demorada pelas nossas fontes mais acreditadas — as Cópias dos Documentos do Arquivo Ultramarino existentes no Instituto Histórico, os Manuscritos existentes na Biblioteca Nacional, os Documentos publicados nos seus Anais, e Documentos existentes no Arquivo Nacional.

Em nenhum desses lugares encontramos a referida Carta. Ela nunca foi publicada no Brasil. Uma leve alusão encontramos a seu respeito nas cópias extraídas do Arquivo do Conselho Ultramarino, entre os Verbetes que se iniciam com palavras: Sob o que escrevem... etc. 1711 Arquivo 1 — 1 — 24, págs. 5, 6 e 7.

Esta alusão relativa apenas à Carta do Provedor da Fazenda sem dar por extenso o seu nome, vale como um recibo para autenticidade da mesma, do recebimento dela no Conselho Ultramarino e conseqüentemente do seu conhecimento por El-Rey D. João V; e da resposta que a mesma mereceu, não individualmente, mas sim conjuntamente, com a do Governador Castro Moraes e dos oficiais da Câmara, nos termos que abaixo transcrevemos, do seu primeiro período:

«Vendo-se neste Conselho as Cartas inclusas do Governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Moraes, do Provedor da Fazenda Real e dos Officiais da Câmara, em que dão conta a Vossa Magestade da forma com que assaltaram os Francêses àquela Cidade; e o glorioso successo que tiveram as nossas armas, com a morte de muitos dêles e os mais prisioneiros, e do valor com que se portou o mesmo governador no dito conflito, e singular disposição com que acudiu a tôda a parte por salvar o nosso perigo e haverem morto os inimigos, ao Mestre de Campo Gregório de Castro Morais e ao Capitão de cavalos Antônio Dutra da Silva, e ferido ao Capitão de Infantaria, Josef D'Almeida, na peleja havendo-se com grande esforço o Capitão João Gonçalves Vieira, em defesa da Ilha Grande e impedindo o desembarque dos mesmos francêses que quizeram lançar gente em terra».

Este episódio da invasão dos francêses tem sido bastante debatido pelos nossos historiadores mais acreditados, dividindo-se êles entre uns que accusam e outros que defendem a personalidade do Governador Castro Morais.

Com estas breves considerações a respeito dêstes documentos sem entrar no mérito dos mesmos, pois isto nos levaria a uma larga explanação que não está no nosso intuito de fazê-lo neste momento, dou por finda esta comunicação relativa aos documentos que me foram ofertados pelo ilustre Dr. Alberto Iria.

COBRANÇA DOS QUINTOS DE OURO (*)

JOÃO ALVES SIMÕES

Ill.mo e Ex.mo Snr. Diogo de Mend.ça Corte Real
Meo Amo e meu Snr. ja respondi a carta que de V. Ex.^a recebi em a Não de lisensa p.la mesma e p.la Ilha da Madr.^a novam.te tenho a honra de hir a prez.^a de V. Ex.^a com o mais humilde reconhecim.to da m.^a obrig.am e com a mais eficaz vontade de q̃ V. Ex.^a ache alivio p.^a tanta continuação de defluxos.

Ja disse a V. Ex.^a q̃ chejo de confusão olho p.^a o meo desp.^o porq̃ o meo pouco merecim.to a isto me obriga e a reconhecer q̃ a gr.de bond.e de V. Ex.^a quiz mostrarme the onde chegava o seo amparo e o q̃ posso atestar a V. Ex.^a he q̃ the ao q̃ alcansar a m.^a curta capacid.e não se mouera erro de vontade e já remeti a V. Ex.^a huã folha de papel assignada em branco e de fora parte procoração p.^a o Dez.or Dionizio José Collasso e repito outras p.^a maior cautela.

Bem creyo eu q̃ a dispeza q̃ fas a cobrança dos quintos enchera de horror a q.m tem a honra de servir a Sua Mag.de e mais me persuado q̃ se toda chegasse a Real Prez.ça do mesmo Snr não deferiria p.^a m.to tempo a mudança do methodo, e reconhecho m.to bem, q̃ conforme os regim.tos da fazenda Real justifica a experiencia q̃ o melhor modo de se aproveitar he por contractos, porem he certo q̃ o contractador q̃. foi de direito Senhoreal do ouro não rematara o contracto p.^a assistir as dispezas de sua caza e introduzir este castigo a huns povos q̃ estão promptos a contribuirem com razoavel cabeção e privar a Sua Mag.de do intereçe q̃ vay boscar o contractador, q̃. só hade cuidar no medo de se utilizar, sem

(*) O Ms. abaixo se encontra no Arquivo Ultramarino (Lisboa) de onde foi copiado. Assina-o João Alves Simões, (que para ser fiscal de arrecadação de impostos) e está endereçado a Diogo de Mendonça Côte Real e trata da cobrança dos quintos de ouro. Indicação: A.H.U. (Arquivo Histórico Ultramarino — Rio de Janeiro — Documentos avulsos, s/data — século XVIII — Caixa n.º 6 — 1710 a 1717, não catalogadas).

Como interessa à história da numeração brasileira — achamos interessante aqui divulgá-lo.

C. Gomes.

reparo ao caminho porq̃. o faz nem q̃. os vassallos fiquem arruinados não me parece justo, e já disse a V.Ex.^a q̃. a margura da capitação hade durar de filhos a netos e com tudo se aos povos pozerem em balança esta com o contracto, estou certo q̃ se enchararão a capitação, mas as Capitanias, q̃ repugnarem a contri-buir com cabeção desde já digo a V. Ex.^a q̃. todo o tempo q̃. se demora em não receberem os quintos por contractos, he hũa dezi-gualdade q̃. dentro no mesmo Estado se esta praticando hum insulto q̃. a encomparavel Pied.e de Sua Magd.e esta tolerando aos mora-dores dellas, porem as Com-cas de S. Paulo, e Pernagoã não devem entrar nesta Conta, porq̃. apenas conservaõ huãs pobres faisqueiras sem affluencia de mineiros, porq̃. a mayor parte da gente vive de outras grangearias e ficando ambas p.la ordem em q̃ esta Pernagoã de vir o ouro em borrachas a quintar nesta Caza da Moeda se consegue a cobrança dos quintos sem dispeza algũa da Real fazenda, e com a utilid.e q̃. nunca produzio a capitação como no Cons.^o se veria, esta frota p.la remessa q̃. foi de Per-nagoã comparada ao tempo da capitação e toda a dezordem se acaba com Sua Magd.e consignar forma com q̃ o Ouro não seja fora da mão do misieiro antes dequintado, porq̃. não he natural q̃. o comprador do genero pague o dizimo o q̃. o lavrador defructo he obrigd.^o Logo q̃. colhe o fructo, e se p.^a isto tem apparecido melhor projecto do q̃. o meo estimarei sabelo, porq̃. me tem levado o mayor estudo sem descobrir outro q̃. taõ suave seja ao povo, e taõ util aos intereces de Sua Magd.e e claro p.^a se praticar sem confozaõ alguã, mas tudo q̃. se me ordenar executarei com o mayor cuid.^o

Como ja lá se sabe a conduta q̃. seguio a Rellação do R.^o com o G.or q̃. por hora ocupa o logar pouco me fica q̃. dizer a V. Ex.^a senão q̃. se hum seculo se estudace p.^a vir hum Chanceler q̃. cervise de G.or menos capaz q̃. o actual não se conseguiria facilm.te e he sensivel q̃. compondoce de alguns Menistros q̃. a farião respeitavel p.la destinação com q̃. servem como he hum q̃ veijo da B.^a por nome M.el da Fon.ca Brandão, e Ioão Cardozo e Ig.co da Cunha, padessaõ estes a culpa de outrem, porq̃. estes certam.te saõ admiraveis principalm.te M.el da Fon.ca Brandão, e tão bem Miguel Iosê Viena (?) e Agostinho Felis Capello podiaõ servir, q̃. nos mais não me meto.

As Cazas de fundição de Minas Geraes, ficaraõ no ultimo de Abril em noventa arrobas de quintos, e p.os mezes q̃ lhes faltaõ discorro q̃. este anno chegarão a sento e vinte arrobas, porq̃. o mez de Iulho ja he de se lavarem m.tos cascalhos dos Serv.os dos Rios; e não quinta ouro senão q.m tem neçeid.e em receber intereçe de se valer dele, porq̃. o methodo não obriga com

preceito algum fora da derrama, q̃. so por manifesto castigo pode acontecer.

A Intend.^a e Caza de Inspeção senão podem reger por boa ordem sem escalor p.^a o seo serv.^o porq̃. todo o Ouro de Cuiaba, Goyas, S. Paulo e Pernagoa e m.ta parte de Minas Geraes entrão p.la barra e Costa do Sul, e não só p.^a as delig.as q̃. se fazem a todas as embarcaçoens q̃. entrão neste porto e delle saem mas tão bem p.^a se patrulhar na barra onde he facil lansarem-no em hũa Canoa com q̃. venhão de sobreceleste ou q̃. ande a pesca q̃. passaõ sem as buscas nem he possivel fazer-lhas e p.la Caza de Inspeção como se handem fazer nas frotaa as arqueaçoens em os Navios sem escalor p.^a tudo destinado empedindoce emprestado ou alugarse huã barca e p.^a ministro não parecem decentes as duas ultimas clauzulas e o escalor q̃. há na fazenda Real não tem dia dezocupado do uzo p.^a q̃ foi feito e assim pesso a V. Ex.^a q̃. seriam.te olhe p.^a esta representaçãõ, porq̃. a barra he o unico cuid.^o q̃. me acompanha no misterio (?), e pode trazer conqideravel descam.^o senão ouver a cautela de atemorizar os traficantes com o susto de q̃. por ella ha rondas, q̃. por terra esteja V. Ex.ça certo, q̃. não handem fazer descamò, nem comprarem-me os sojeitos q̃. emprego e porq.m lanço as m.as medidas p.^a guarda do Ouro, porem não duvida de V. Ex.ça querer carta do In.te (?) p.^a aplicar esta provid.^a a mando, e V. Ex.ca fara della o q̃. intender, e de qualquer disgosto q̃. deste descam.^o me ocorrer sera remedio não estar da m.^a p.e remedca-lo de outra sorte.

Como as fragatas q̃. foraõ a Mossambiq.e voltaraõ por este porto dezarmadas, se guarneceraõ com dous destacamentos desta Prassa, e por Comendantes dellas vaõ dous Of.es q̃. com m.ta instançia (ou) por elles a V. Ex.ca e lhe dei carta; por saber q̃. V. Ex.^a dezeja conhecer os homens q̃. servem com honra, e sobre qualquer delles ser m.to capaz, ambos estiveraõ em registos de Ouro com particular activid.e se vierem com adiantam.to q̃. contenha algũa condiçãõ; por tãobem guardarem o descam.^o do Ouro de gd.e estímulo servira p.^a os outros Of.es se terei mais donde escolher.

Como senão tem socorrido de remedio eficaz Paracatu a mayor p.e do ouro daquelle districto, e m.to de Goyaz corre p.^a R.^o das Contas e Certaõ de Ceara em pó, e o q̃. sobre tudo me admira he certificarem-me q̃. do ministro do R.^o das Contas assim o tolera de -q̃. ja avizei o Intend. e geral da B.^a por donde pode ser advertido, e examinarce este descam.^o com mais indeviduação.

As Minas Geraes e toda esta Capitania vivem em admiravel tranquillid.e, e Iozé An.^{to} Fr.e de Andr.^a continua os seus governos

com gd.e dezentereçe e com o maior dezejo de acertar q̃. ainda vi e eu quizera conseguir esta fortuna em tudo q̃. V. Ex.ca me ordenar.

D.s g.de a V. Ex.ca m.s an.s

R.º de Jan.ro

Beija as mãos de V. Ex.ca

Seo mais obgdº C.dº

João Alves Simões

P.S. Como V. Ex.ca me faz a honra de falar-me em expedição p.ª Costa da Mina perdoeme.

Arquivo Histórico Ultramarino — Rio de Janeiro — Doc.tos avulsos s/d — Seculo XVIII) Caixa n. 6 — 1710 a 1717 não catalogado.

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
BRASILEIRO. L. 17 — N.º 366

OFFD.º AO INSTITUTO PELO SR. JE. FIRMINO
ROIZ DE VASCONCELLOS

MEMORIA HISTORICA E POLITICA SOBRE A CREAÇÃO
E ESTADO ACTUAL DA ACADEMIA REAL
MILITAR

Qua que ipse miserrima vide.
Verg.

Em húa epoca, em que o Mundo vacillava sobre seus eixos, e hum terremoto politico ameaçava húa catastrophie, cujas circumstancias ninguem ousaria prever, nem calcular, era proprio de húa alma verdadeiramente patriotica promover os estudos em hum paiz, onde elles erão quase desconhecidos, e muito particularmente abeneficio daquelles, que se dedicão à defeza do Estado, à qual está demonstrado que não bastão as virtudes civis, senão são accompanhadas de solidos conhecimentos. Hum Ministro, q sem duvida possuia as sciencias opactas, traçou este grande plano, e arrostrando grandes difficuldades, conseguiu desempenha-lo. Mas illudido pelas suas proprias luzes, e pelo seu talento extraordinário, e ainda mais por aq.^{tes} q tendo sempre nos labios hum Amem sacrificao aos seus enteresses a gloria do seu Amigo, e do seu Protector, arriscou algúas innovações, que por ventura a sua habilidade teria emendado, se lhe não faltasse a vida. Entregue por este fatal acontecimento a nascente Academia a húa Direcção estranha, era ainda de esperar q. prosperasse debaixo do disvelo de creaturas daquelle sabio e Ministro, q absolutamente lhe deverao a sua fortuna.

Não succedeu assim: e aquelles abusos faceis de emendar, forão seguidos por outros muitos. Para os apontar resumidamente debaixo de algúa ordem, analysarei a Carta da Lei, q serve de Estatutos, emostrarei como se tem observado até o presente.

O titulo primeiro (e por desgraça o mais fatal) cria húa Junta p.^a presidir á Academia. Os estatutos da Universidade esta-

belecerão Congregaçoens compostas dos Lentes das respectivas faculdades, para vigiarem a bem das mesmas. Mas he singular q à testa de huá Corporação de Comuns de letras de ponha húa Junta de inspecção, accusando-se desta maneira a incapacidade dos Lentes, e pressupondo nos Membros da mesma Junta qualidades difficeis de reunir em hum sujeito. Trez me parecem os requisitos para desempenho das obrigações d'aquelles Deputados: conhecimentos avultados, energia efficaz, e decidida probidade. A Carta de Lei não deixa levar a escolla dos individuos porque nos sinais q descreve, aponta definitivamente; Presidente, e hum dos Deputados, eos outros trez são envolvidos na clausula «ou mais habeis nos estudos scientificos e militares», e isto só quando concorrer em hum Official pelo menos Coronel! Estavaó pois nomeados o Senr. Gen.al Carlos Antonio Napion, q supposto possuisse muitos conhecimentos, e tivesse huá probidade a toda a prova, não fez os seus estudos em Portugal, e por tanto ignorava absolutamente a pratica das Academias Militares ficando deste modo subordinado a aquelle q tendo, ou devendo ter similhante exercicio, abusasse da sua dependencia: As qualidades do Director do Arquivo são bem conhecidas. O segundo Deputado, eq ficou sendo o ultimo e Secretario pela ommissão dos outros dois, tinha sido substituto de húa Academia Militar, e inculcava por isto estar ao facto do que cumpria fazer-se; e o Ministro o conhecia taó bem, q não pode duvidar-se deq elle seja muito habil «nos estudos scientificos e militares».

Combinando os caracteres destes trez Deputados, se adivinharia exactamente o exito desta Junta. A Academia da Marinha regia-se, e rege-se perfeitamente sem tutores, e communicando immediatamente com S.A.R., e esta como criança (permita-se-me a expressão) precisava curadores. Quaesquer q fossem os conhecimentos dos Lentes nomeados, e a pratica de alguns delles, não poderiaó decidir com tanto acerto como homens scientificos, e pelo menos Coroneis. Vamos a factos.

A Junta Militar (diz a Lei) se reunirá húa vez cada mez ordinariamente. Quando se praticou isto? Não passavaó muitos mezes sem húa sessaó, ainda havendo requerimentos q informa consultas q fazeis, Etc.

A distribuição dos trabalhos, que pertencem a cada Deputado he perfeita imaginação. Nem se fizeraó jamais os exercicios indicados, nem caso se fizessem, serviria de algúa utilidade a presença daquelles Directores.

Deixo muitas reflexões obvias, e noto somente q o Deputado mais moderno, devendo, como tal, ser Secretario, para eximir-se deste onus, admittis à Junta o Secretario da Academia, ou outro o Guarda Livros, como diz o tit. 12.º e q deve unicamente oferecer

resoluções, consultas, propostas etc dos Lentes; vindo por este modo a collocar-se de algúa maneira superior aos Lentes o seu subordinado, e seguindo-se daqui muitos abusos, dos quaes a diante apontarei alguns.

Naó he menos visivel q o respeito dos Lentes deve ser muito menor em huá Academia assim dirigida do que com outra, q communique immodestamente com a Secretaria do Estado; porq os Discipulos achão na Junta hum abrigo contra as suas faltas, e pensaó poder impunemente esquecer-se das suas obrigações. Exemplo. O Alferes do 3.^o Reg. de Linha João Reinardo de Verna e Bilstein, havendo insultado publicamente o Lente Substituto José Victorino dos Santos e Souza, regendo então o primeiro anno, e sendo isto presente á Junta, não teve o Discipulo castigo algum publico, q satisfizesse a aquelle Lente. Igual subordinação mostraó os outros Subditos, e mormente o Secretario, q por muitas vezes tem ousádo altercar com os Lentes, e commettido faltas de serviço, sendo inteiramente estereis as representações, q a este sujeito tem feito os Lentes, naó recebendo em resposta, nem ao menos «Accuso a recepção». Quem dezejar provas, consulte os Lentes dos 4.^o, 5.^o e 7.^o annos, sobre o resultado das suas Representações (*). O primeiro regendo interinamente a Cadeira do primeiro anno, em 8 dias remetteu á Junta duas pastas de faltas de serviço, e não houve resposta, nem providencia. Naó se allegáo os outros Lentes, porq vergaraó mais ou menos diante daquella Authoridade.

O principal dever da Junta recommendado neste § vem a ser as informações. Vejamos rapidamente em alguns exemplos o seu desempenho. Requereu o Lente do 4.^o anno a effetividade do Posto de Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros, depois de appontados e approvados os seus Compendios. Ea Junta consultou q no referido Corpo havia outro Official de muito merecimento e mais antigo. Era isto da competencia da Junta. Na informação do Lente de Desenho disse q este não appresentava o seu Compendio. Onde falta a Lei do Compendio de Desenho? Com os Discipulos ha immensas inconsequencias. Achão-se no 4.^o anno Sargento de Artilharia, e entretanto muitos apenas acabaraó o 1.^o anno forão despachados, ainda sendo approvados pela maior parte, e com reconhecido favor (**); chegando mesmo a Junta a propor Cadetes de

(*) O Lente do 4.^o anno, o Sargto. Mor Engenheiro Manoel Ferreira de Araujo Guimarães servia na Academia Real dos Guardas Marinhas desde 19 de junho de 1801; o Lente do 7.^o Manoel da Costa Pinto, Tent. Corel. Graduado de Artilharia era há muito Lente do Reg. de Artilharia da Côrte em Lysboa e nesta Cide. O Lente do 5.^o João de Souza Pacheco, Tent. Cor. el. Graduado Engenheiro tambem o fora no Algarves. Os mais erão novos, e tudo sofrerão.

(**) O Sarg.to de Artilharia Elias depois de reprovado, e frequentar mais de 2 annos o primeiro contra a determinação da Lei, foi examinado nas

outros Corpos, não sei com que fundamento; emquanto no 5.º anno se acha hum Cadete de Cavallaria, approvedo plenamente em quatro precedentes com muitos creditos. Nesta materia nunca teria fim esta Memoria.

São publicos outros muitos abusos, e verdadeiros despotismos dos quaes alguns se exporão nos § seg.tes, e outros ficaraõ em silencio, talvez por pejo de referi-los.

En quais conferimos agros!

TITULO 2.º

A distribuição das materias pelos 7 annos, q compoem aquelle Corpo está demonstrada pela pratica por impossivel. Naõ posso deixar de considerar com cuidado este titulo, em que se amarraõ as obrigações dos Lentes.

O Lente do 1.º anno deveria explicar Arithmetica, Algebra até equações do 3.º e 4.º graos, a Geometria, a Trigonometria Rectilinea, eas primeiras acções da Spherica. O compendio de Algebra devia ser formado sobre o de Euler e de La Croix. Não se havendo formado este Compendio, traduzio-se o primeiro Volume da Algebra de Euler p.ª o primeiro anno, ea de La Croix p.ª o segundo. Sendo aquelle imperfeitissimo, sem embargo da grande extensaõ, junto á Arithmetica de Best, eã Geometria e Trigonometria de Le Gendre fizeraõ o anno taõ carregado, que apezar de se ommittir, ou antes reservar para o 4.º q.to diz respeito á Trigonometria Esferica, e de naõ se dar huá só palavra sobre problemas indeterminados, naõ se poderão explicar convenientemente as materias restantes. O Lente respectivo representou á Junta este embaraço, propondo a exclusão da Algebra de Euler, introduzindo em seu lugar parte da de La Croix e fazendo algúas outras pequenas alterações. A Junta mandou informar os outros Lentes sobre este objeto, e sem embargo de concordarem unanimemente com a proposta, nada se decidio, e continuou-se com o mesmo embaraço. Este mesmo §, julgando q o primeiro anno estava pouco pezado, lhes impõs (?) mostrar toda a extensaõ da Geografia e outros objectos, que por impraticaveis passavão ao quarto, que desta sorte ficou mais rico com os despojos dos outros.

materias do primeiro anno em 1814, precedendo huá Carta de empenho de hum dos Deputados da Junta p.ª os Lentes, dos q.es todavia hum teve a constancia de sacrificar o seu dever aos seus interesses. Apenas approvedo voarão as informações, e foi promovido a Segundo Tenente. Fez ao mesmo tempo exame do 3.º anno, foi nelle approvedo e premiado o Sargento José Joaquim Januario da Lagoa, e não foi promovido. Que igualdade.! (E pª isto era preciso húa Junta?).

No segundo anno tambem se ordena hum Compendio debaixo dos principios de La Croix. O q se vê porem he dar-se a Algebra, o Calculo Integral e Diferencial, a applicação da Algebra à Geometria, e o Complemento da Algebra, tudo de La Croix. Tambem parece q se não podem explicar tantas materias em tão pouco tempo. A Geometria Descriptiva fazia o objecto da segunda aula. Mas apesar doq a Lei ordena esta aula, q he sem duvida da maior necessidade, e no § 8 deste mesmo titulo se declara muito expressamente q jamais se dê caso de haver Cadeiras, q deixem de ser servidas, havendo alumnos q possaó ouvir as suas lições nem no anno passado nem no presente foi regida esta Cadeira, havendo p.^a ella hum Lente avançado, q como tal vence 400\$ r.^o He provavel que a Junta tenha authorid. e p.^a o fazer, porq falias seria zombar claramente da Lei.

O compendio do 3.^o anno tendo sido ordenado segundo o espirito da Lei, deve estar completo. O tratado de maquinas de Gregory, havendo-se confiado a hum dos Lentes p.^a traduzir em 1810, lhe foi tirado para darse a outro, que o desempenhasse mais depressa e até o presente naó appareceu huá letra. Muito desejo ver o resultado de hum trabalho, q eu ensejo (?), e cuja difficuldade quasi chega a impossibilidade, mas q se tem dito enfaticamente q se fazia muito bem.

Os compendios do 4.^o anno foraó os primeiros, e até agora os unicos apresentados ao Conde das Galveias, entao Ministro da Guerra, epor elle remettidos à Junta, que os approvou. A optica foi traduzida pelo Lente do 2.^o anno André Pinto Duarte, e a Astronomia e Geografia foraó ordenadas segundo o espirito da Lei, e consultando mais authores dos que por elles (?) apontados. Neste anno se acha hum grande vasio pela falta de obras valiosas. Nem ao menos hum globo se encontra n'aquela aula, e se he possivel suprir estes defeitos, isto sem duvida depende de forças muito superiores às do actual Lente deste anno. Ha tambem huá segunda aula, de Physica, onde se explicaó os Elementos de Hanns sem húa só maquina!

O Lente do 5.^o satisfz à Lei e sustentou os creditos, q tinha adquirido. A segunda aula, ou a de Chimica tem por agora húa marcha irregular, dilatamos as nossas esperanças de húa proxima reforma.

O 6.^o começando agora as suas apostillas, não dá assumpto à reflexáo algúa. (*) O desempenho delle ha de corresponder à esperanças da Junta.

(*) Abrio-se a Academia em 1811, eainda se postilla em 1815! Quatro annos não bastaráo p.^a a traducção de hum volume em 4.^o, e sua impressáo! Não fallarei da traducáo, q os Discipulos vão copiando, he meio-franceza,

O 7.º não tem exercicio; e o resto deste titulo não conduz a observação algúa.

TITULO 3.º

Este titulo trata da proposta para Lentes e Substitutos, e manda expressamente que se proponhão «os *Officiaes mais habeis em cada huá das Sciencias, e em falta destas aquellas pessoas, q ganhando premios, e havendo publicado memorias de conhecido merecimento, se fizessem dignas de serem nomeadas a lugares de tanta consideração*»; e como se isto não bastasse acrescenta q os *Officiaes propostos p.ª Lentes effectivos e Substitutos deverão ter mostrado a extensao das suas luzes por Memorias q hajão appresentado*.

Neste artigo he para admirar a pontualidade comq a Junta tem cumprido a Lei. No principio da Academia, estando impossibilitado o Lente do 2.º anno André Pinto Decarte, e havendo dois Substitutos hum dos quais regia a Cadeira de Geometria Descriptiva, se propoz a Substituir o 1º Tent. da Marinha Fradique Silverio de Araujo Ribeiro, hoje empregado na Academia Real dos Guardas Marinhas, o qual alem de ter os Cursos das Academias da Marinha e da Fortificação, sendo muitas vezes premiado, possuia conhecimentos de bellas letras, e todavia a Junta declarou q não estava nas circumstancias da Lei, porque não tinha appresentado Memoria, ainda que, como o Candidato arguia muito bem, não se houvesse proposto ao publico. Contudo sendo necessario depois accomodar outro pretendente, não Official, e sim o Corpo da Fortificação não só senão exigir a apresentação daquellas Memorias, mas até se acrescentou «por não ter algum Official requerido este lugar».

Hum pretendente ainda menos authorizado se appresentou em campo com os exames de Obrigado (*) em 1º e 2º anno da Uni-

environantes, attaçados, passo de souvir, e outras immensas expressoens Fran-
cezas: q. erros de linguagem ou de orthographia! Com tanto he feito por hum
dos Deputados da Junta. Ao menos se o Lente corrigisse! Mas achando-se em
S. Cruz o Proprietario a Junta propoz a S.A.R. hum Lente Extraordinario
da Classe Militar, pª reger aquella Cadeira; vindo a haver Lentes de classes,
e não de annos, como a Lei determina. Se aquella proposta fora continuada
(e creio q o será) o Curso militar viria a ter 4 Lentes p.ª 3 Cadeiras, e isto
quando não está em exercicio o Lente do 7.º, q deveria, segundo a mesma
Lei, reger a Cadeira do 6.º, como o anno passado regeu por algum tempo
a do 5.º.

(*) Todos sabem a differença entre Discipulos obrigados e voluntarios
na Universidade. Os primeiros querendo somente frequentar a Sciencia como
hum preparatório, eos segundos propondo-se a seguir aquella faculdade.
D'aqui vem q Disc.os reprovados como Voluntarios vem a ser approvados
como Obrigados. Esta advertencia he motivada por se haver comparado a

versidade, e naturalm.e porq lhe faltavaó as circumstancias exigidas não foi deferido. Porem não falta quem diga que o mesmo individuo fora ultimamente proposto. Substituto pela Junta, e em quanto huns attribuem esta anomalia à falta de Presidente, outros à aquella relaxação q desgraçadamente se entromette em todos os estabelecimentos humanos, e alguns a outras causas, apenas direi q, se o facto existe, devem de necessidade ter mudado as circumstancias, e o candidato por estudos incansaveis deve ter adquirido os conhecimentos necessarios, como a Junta haverá julgado à vista das Memorias, q lhe forão apresentadas.

Os dois § § seg.es não tem sido postos em pratica; portanto passarei...

A Lei distingue duas classes de Discipulos, Obrigados e Voluntarios. No § 2 se ordena húa distincão a favor daquelles q souberem as linguas Latina e Grega, e as linguas vivas; o que não se tem praticado, talvez por ommissão dos Discipulos em appontarem os competentes Documentos.

Ainda q a Lei determine muito positivamente q só possão concorrer a premio os Obrigados, foi logo ao principio revogado este artigo; a proposta da Junta, q poz de nivel huns e outros, apezar das reclamações de alguns Lentes, q julgavão essencial aquella differença, e proverão os abusos, q infelizmente se tem verificado.

O ultimo § encarrega a Junta de fazer as propostas dos que devem ser empregados em cada arma. Este exame cizudissimo requeria q a Junta tivesse conhecimento das qualidades de cada individuo, ou ao menos consultasse os Lentes, o q não sei que se tenha feito. E deste modo os fins da erecção d'aquelle curso entreposto saó inteiramente nullos.

TITULO 5.º

He escusado falhas delle; porq não ha Observatorio, nem Gabinete de Physica. O Gabinete mineralogico, e o Laboratorio do Dr. Gordon he q.to existe!

admissaó de Antonio José do Amaral, ora Lente do 1.º anno com esta pretendente. AAquelle estava no 4º anno Voluntario, e este no 3º anno Obligado. Se compararmos depois talentos, e applicação, q disparidade! A Junta não pode ignorar tudo isto, mas salva-se com hum quasi. Circunst.as quasi iguaes! Não deve esquecer q o Lente do 1.º anno foi nomeado antes de publicada a Lei, q nons respicit retro.

TITULO 6.º

Foi alterado mudando-se o principio do Curso do 1.º de Abril p.^a o 1.º de março, a exemplo da Academia Real dos Guardas Marinhas. Esta mudança foi proposta pelos Lentes.

TITULO 7.º

Começa pela repetição de hum principio q sempre se tem mostrado impossivel sua pratica. Ordenão os Estatutos da Universidade que o tempo da lição se divida em duas partes, das q.e húa sirva p.^a explicar a lição, e a outra p.^a tornar ao Discipulo a do dia precedente. Mostra a experiencia q em Mathematica he impossivel cumprir-se esta condição. Sem embargo repetio-se nos Estatutos da Academia Militar, como se fizera nos da Academia da Marinha, e de Fortificação.

O § 4.º contem huá expressão difficil de entender. A Junta nomeará os Lentes, ou aquelles Officiaes Militares q juntamente com elles devem assistir a fazer os exames dos Discipulos. Naó se sabe quem saó estes Officiaes militares, porq a Junta não tem autoridade senão sobre os Lentes. Neste mesmo § se propoem os exames vagos, q a Junta redigio a exames de ponto, segundo a authoridade q p.^a isso lhe dá a Lei. O resto do tit. pertence a authoridade superior.

O titulo 8.º tem sido igualmente esteril, porq faltão todos os instrumentos, e nenhúa providencia se tem dado p.^a o seu desempenho.

Passo em silencio o titu. 2.º q diz respeito ao regimen das aulas, porque não me he licito fallar deste artigo. O seg.e inculca os privilegios dos Lentes, e até agora se ignorão.

O titulo 11.º regula a distribuição dos partidos. Ordena a Lei q todos os Lentes votem na proposta, e sem embargo não se tem praticado este requisito. He verdade q isto exigiria q todos os Lentes assistissem aos exames, o q me parece q deve praticar-se. A Junta porem entende de outra maneira. Quem poderá disputar a sua intelligencia?

A Junta /diz a Lei/ a examinará /a proposta», e approvará. Como se deve entender aquelle exame, naó he obvio: mais creio q se explica com hum facto. Do anno de 1813 p.^a o de 14 forão julgados dignos do premio no 5.º anno dois Discipulos, hum dos quais era de hum merecimento decisivo. Approvou a Junta esta proposta, mas ao prepararem-se os provimentos, cassou aquella approvação, e fez hum termo de nulidade. Este facto parece bem singular, mas ainda o saó mais as consequencias. Requereu o primeiro proposto húa Certidão do que constasse dos seus.

assentos, e foi-lhe escusada: requereu q se lhe passasse hum titulo, pelo qual constasse ter satisfeito ao Curso de infantaria e cavallaria, segundo se declara no titu. 7.º § 5.º, e tambem não foi deferido.

No § 3.º ordena a Lei q a Junta exclua do estudo os que forem reprovados em dois annos successivos, e não faltão exemplo dos Discipulos reconduzidos duas e mais vezes. Entre estes he o mais notavel hum Silverio Nunes, q matriculando-se no primeiro anno em 1811, não fez exame; repetio no de 1812, e foi reprovado, mas despachado para Tenente em Angola; tornou no de 1813, e no fim teve igual sorte, assim na reprovação como no despacho, q consistio em passagem para o Rio Grande; com estes exemplos, continuou no de 1814; foi a terceira vez reprovado, a terceira vez despachado Capitão para Angola.

Finalmente o titulo 12 deixa à Junta a nomeação de hum Guarda Livros, q servirá tambem de Secretario da Academia, e já notei q este mesmo tem sido chamado a exercer funções de Secretario da Junta escrevendo e registrando consultas, etc.; não só contra a expressa declaração de Lei, mas até mesmo com manifesto detrimento de serviço; pois vem desta sorte a ficar conhecendo aquellas cousas q lhe devião ser vedadas, e quando alguns dos Lentes tiver q notar faltas daq.le seu subordinado, virá por isso mesmo a ser sabedor. O resultado deste abuso foi augmentar-se o ordenado de 150\$.r.es determinado na Lei ao de 300\$.r.es, superior ao de hum substituto, e dar-se-lhe húa graduação de Capitão. Os emolumentos, q a Junta determinou, levão os interesses do Guarda Livros muito acima dos de hum Lente effectivo. Desigualdade notavel, e q mostra q a porção principal da Academia tem sido a menos attendida pela Junta. Antes de largar este objecto notarei q, incluindo a Lei q obrigações do Guarda Livros neste primeiro §, a Junta julgou dever dar-lhes hum regimento em data de 23 de Outubro de 1811, o qual contou 18 artigos, cada hum dos quaes mereceria húa analyse particular. Passemos-lo rapidam.e pelos olhos.

No art. 1.º he encarregado de ter em boa ordem e arrecadação as consultas, numericas, Etc. q lhe forem entregues pelos Deputados da Junta, e pelos Lentes. No 2.º se diz que os Livros serão rubricados pelo Deputado encarregado da observancia dos Estatutos, e sendo este o Secretario da Junta, a quem cumpre a escripturação doq a esta pertence, vêm-se livros rubricados pelo mesmo que os devia escrever. No 3.º ordena as matriculas dos q apresentarem o competente despacho da Junta, e de ordinario apparecem os despachos só com a rubrica do Deputado Secretario. O 4.º e 5.º contem o q pertence ao ponto sempre mal observado. No 6.º preferem as sortes p.^a q Sabbatinas, às q.es faltando muitas vezes o

Secretario, e havendo sobre isso representações dos Lentes, nem o primeiro foi repreendido, como se collige das suas reincidencias, nem aos segundos se deu satisfação. O 7.º he bem cumprido pelo que diz respeito aos emolumentos do Secretario, mas quanto à forma das attestações não me consta q se desempenhe o que determina a Junta, q todavia observa a sangue frio esta infração. No 8.º se fixáo as certidões de frequencia em 120 reis, isto he em quasi trez dias de soldo p.^a os Cadetes, e 240 reis p.^a os Officiaes. Q igualdade! Deverião ser pagas estas Attestaçõens! Não o são as da Academia de Fortificação de Lisboa, mas a Junta quiz então favorecer o Secretario.

O artigo 9.º prohibe passar attestação em nome dos Lentes, salvo a de frequencia. Lição importante de subordinação!

O 10.º regulando os avisos p.^a substituir nos impedimentos dos actuaes, usa do termo — substituto respectivo, e em húa Academia, onde não ha hum determinado Subst.^o p.^a cada anno, não se sabe aq isto queira dizer.

O 11.º nunca foi cumprido. O Secretario devendo (segundo este §) com parecer na Academia no ultimo dia d'Aula de cada Semana, o não faz; e ja disse q impunemente.

Nada direi do 12.º e 13.º, nem dos seguintes, q não merecem attenção. Perguntaria eu agora de estes 18 artigos dizem mais do que ainda menos de 18 palavras da Lei, e se a expressão *mais trabalhos Academicos* não são sufficientes. Os Secretarios das Academias de Marinha, Guardas e Marinhas, e Fortificação não tem hum semelhante regimento, e as suas obrigações se reduzem summariamente a cumprir as ordens dos Lentes.

Voltando à Lei, temos no § 2 q os empregos de Porteiro e Guardas sejão dados q.to ser possa a soldados q não possam continuar no Serviço militar. Providencia taó sabia, como mal executada! Havia na Aula do Reg. de Artilheria hum soldado nas circumstancias referidas, q servia aquelle lugar, eq se contentava com 80 reis diarios o q fazia 29\$200 annuaes. Mas porq então era a epoca dos planos de economia nomearão dois Porteiros (hum dizia a Lei) com o Ordenado de 120\$r.es cada hum, sendo hum criado de hum dos Deputados da Junta, e o outro soldado da Guarda Real, e tambem criado de hum Grande; passando depois o criado de Deputado ao Ordenado de perto de 200\$rs. (*) com o titulo de primeiro Porteiro; o q faz húa differença de quasi 300\$r.s.

(*) Pasma ver q a Junta fosse taó cuidadosa em dobrar o soldo do Secretario, fazer quasi o mesmo ao do chamado Sr. Porteiro, enão fizesse caso dos Lentes. Ainda mais q hum Deputado da Junta se oppozesse aq o Lente mais antigo tivesse 600\$r.es, obtendo assim húa differença de ordenado, como

Que não são precisos dois Porteiros se conhece claramente, porq estes revezão; enquanto hum substituto, q tem 200\$re.s como o primeiro Porteiro, serve effectivo, como succede a Fr. Pedro de S. Marianna no segundo anno. Mas creio q isto entrará tambem no plano economico.

Naó cansarei mais a paciencia do Leitor. O q fica apontado he de conhecida verdade, e prover-se-ha, quando cumprir. O meu intento não he denegrir o credito da Junta, que respeito, como ella merece; sim isentar os Ministros da accusação q diariamente se lhe faz. Diz-se q a falta do Ministro, q creou a Academia, tem sido a causa dos seus poucos progressos. Falsidade manifesta! O Ministro, q se lhe seguio, teve toda a contemplação com a Academia prommoção alguns Lentes, e muitos Discipulos, talvez com profusão, mas seguindo as informações da Junta; e depois delles seria facil mostrar exemplos semelhantes. He logo à Junta q se deve unica e puramente a falta de cumprimento da Lei. Creio ter semeado bastantes provas nesta Memoria escrita em horas da ociosidade. Se as circumstancias exigirem, não só se desenvolverão os factos, q vão aqui levemente apontados, mas offerecer-se-hão outras não menos escandalosas, e que ommitti de proposito, ou antes reservei para occasião opportuna.

^a Rio de Janeiro, 11 de Abril de 1815.

tem na Unversid.e todos os Lentes de Prima, e verificando-se a iguald.e entre huns e outros Lentes, q a Junta tão bem conhece ser recomendado na Lei. Mas todos sabem q as paixoens abafão a luz da razão. Sobre esta materia nada mais direi, e ao Leitor ficará o trabalho de concluir do q fica dito a razão deste procedimento extravagante.

HOMENAGEM

RONDON E O PRÊMIO NOBEL DA PAZ

No Brasil, como alhures, incrementam-se com vigor os sentimentos de veneração, não apenas com relação aos mortos, mas também em preito de reivindicação para os injustiçados ou para os que não foram compensados na altura dos seus méritos.

Consola-nos, por exemplo, o sabermos que ninguém entre nós terá recebido tantas homenagens quanto o Exmo. Sr. Marechal Rondon. Elas ultrapassaram as fronteiras e o nome de Rondon pode ser apontado como um dos mais conhecidos dentre os de quantos, exprimindo feitos de caráter prático, intelectual ou moral, conseguiram firmar-se no estrangeiro.

As numerosas manifestações que abaixo referimos, seriam suficientes para consagrar qualquer grande personalidade do mundo civilizado mas, no coração dos bons humanistas do Brasil e do estrangeiro, Rondon ainda merece mais. Sua glória pede uma consagração de caráter universal e a perspectiva de lhe ser conferido o *Prêmio Nobel da Paz* constitui hoje um anêlo veemente de almas nobres de tôdas as partes do mundo.

É digno de registro o belo gesto do industrial holandês Jan A. Bata, já inscrito como candidato ao Prêmio Nobel da Paz pela sua atuação em favor de milhares de refugiados europeus em vários países, sobretudo no Brasil. Sabendo achar-se inscrito, com probabilidades de êxito o grande Marechal Rondon, desistiu da sua candidatura em favor do pioneiro da fraternidade humana na América do Sul.

Interessante é constatar-se que não apenas as entidades de caráter cultural se interessam vivamente pela Candidatura do Marechal Rodon; alinham-se para o mesmo objetivo agremiações de caráter prático, como é o caso da Associação Comercial do Rio de Janeiro e o do prestigioso Clube Militar.

FORMAS SUBSTANCIAIS DE HOMENAGENS PRODIGALIZADAS AO MARECHAL RONDON

HERMAS

— Duas no Território do Guaporé (uma em Porto Velho e outra em Guajará-Mirim).

— Uma na Praça General Rondon, antiga Del Prete, na Capital Federal, novamente denominada Del Prete por influência sua.

— Uma na entrada do Museu Theodoro Roosevelt, em New York.

ESTÁTUA ARTÍSTICA

— Em Belém do Pará.

MEDALHAS DE OURO

— «Mérito» da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, hoje Sociedade Brasileira de Geografia — 1919.

— «Prêmio Lewingstone» da Sociedade de Geografia de New York — 1914.

— «Medalha Militar» com passadeira de platina (40 anos de bons serviços).

— Medalha oferecida pelos matogrossenses residentes no Rio de Janeiro, para comemorar a travessia, através do sertão de Mato Grosso ao Amazonas — 1919.

CARTÃO DE OURO

— Com os dizeres «Homenagem dos munícipes de Santo Antônio do Madeira, no ato da inauguração da linha telegráfica Cuiabá-Madeira» — 1 de janeiro de 1915.

INSCRIÇÃO COM LETRAS DE OURO MACIÇO

— Num livro aberto à curiosidade dos visitantes da Sociedade de Geografia de New York, estão escritos, com letras de ouro, cinco nomes:

Amundsen -- o descobridor do Polo Sul.

Pearry — o descobridor do Polo Norte.

Charcot — o explorador que mais devassou terras árticas.

Byrd — o explorador que mais devassou terras antárticas.

Rondon — o explorador que mais se avantajou em terras tropicais, onde também foi descobridor.

MEDALHA DE PRATA

— «Medalha Crévaux» da Sociedade de Geografia Comercial de Paris.

MEDALHA DE BRONZE

— Concedida pelo «The Explorer's Club» dos Estados Unidos da América do Norte.

CONDECORAÇÕES

— «Gran Cruz da Ordem do Mérito» Militar (Brasil) — 1951.

— «Comendador da Legião de Honra» da França — 1921.

— «Comendador da Ordem La Couronne» da Bélgica — colocada no pescoço de Rondon pelo Rei Alberto com estas palavras: «pelo bem que tem feito à Humanidade».

- «Grande Oficial da Ordem El Sol» do Peru.
- «Grande Oficial da Ordem de Boyacá» da Colômbia.

INSCRIÇÃO NO LIVRO DO MÉRITO

— Com desusada concorrência, em grande solenidade, o Sr. Presidente da República do Brasil presidiu à cerimônia da inscrição do nome do Sr. General Rondon no Livro do Mérito Nacional, sendo lavrada a respectiva ata e entregue o Diploma ao homenageado.

DIPLOMAS DIVERSOS

— 24 diplomas diversos de Presidente Honorário, Membro de Honra, Membro Efetivo, Membro Correspondente, etc., de Sociedade de Geografia, de História e de Instituições Científicas diversas, tanto brasileiras — da Capital e dos Estados, — como estrangeiras.

CIVILIZADOR DOS SERTÕES

--- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística criou para o Sr. General Rondon o título especial de «Civilizador dos Sertões» — 1939.

No seu regresso de Leticia foi êsse conferido ao Sr. General Rondon, em sessão solene no Itamaratí, presidida pelo Ministro Osvaldo Aranha.

INTERFERÊNCIA DO SEU NOME NOS FASTOS CIENTÍFICOS

— Muitas espécies novas e até famílias, nos domínios da história natural, tomaram denominações derivadas do seu nome, em homenagem a quem possibilitou sua descoberta.

ETNOGRAFIA

— Seu contato com os índios «Nhambiquara» permitiu, pelo estudo específico dêsses silvícolas que êles entrassem como grupo étnico novo, na classificação geral dos índios americanos.

RONDÔNIA

— A grande região do antigo Estado de Mato-Grosso, por onde passou em viagem de descoberta, em 1909, região que, em parte, pertence hoje ao Território do Guaporé, ficou sendo denominada Rondônia (1).

MERIDIANO RONDON

— No seu trabalho *Les Idées sur la Physiographie Sud-Américaine*, o General Jaguaribe de Matos, caracterizando uma

(1) Essa homenagem foi proposta pelo saudoso cientista e escritor Edgard Roquette Pinto em conferência que realizou no Museu Nacional, desenvolvida depois no livro *Rondônia* — 1917, da coleção dos Anais do

linha líquida ininterrupta, desde o mar, na foz do rio Essequibo, na costa da Guiana Inglesa, até a foz do rio da Prata, denominou-a, por ficção geográfica, «Meridiano Rondon», com aprovação dos membros do 3º Congresso Internacional de História das Ciências (Portugal, 1934).

Museu. O nome Rondônia conforme o projetou Roquette Pinto, cobriria toda a região (na maior parte descoberta pelo Tenente Coronel Rondon em 1909), compreendendo vasta zona situada entre a margem direita do rio Madeira e contribuintes da margem esquerda do Rio Juruena.

Recentemente o Congresso votou uma lei mudando o nome do Território do Guaporé para Território de Rondônia no nobre intuito de consagrar a personalidade do eminente geógrafo indigenista. A Sociedade Brasileira de Geografia, em Memorial que dirigiu ao Sr. Presidente da República, agradeceu o gesto do Governo mostrando no entanto que para manter a primitiva homenagem prestada pelo Professor Roquette Pinto, seria preciso dividir a região em Rondônia Ocidental e Rondônia Oriental a fim de que o nome Rondônia possa alcançar águas do Juruena, onde foram notáveis as descobertas da Comissão Rondon. A Rondônia Ocidental seria o atual Território, outrora denominado do Guaporé e a Rondônia Oriental seria a região semi-virgem que prolonga aquela para o lado de Leste, dentro do Estado de Mato Grosso entrando em águas do Juruena, conforme a descrição feita no Memorial interpretativo da Sociedade Brasileira de Geografia.

Damos em seguida a relação das entidades estrangeiras que indicaram o Marechal Rondon como merecedor do inigualável galardão.

Algumas dessas entidades já se haviam pronunciado junto a Oslo com o mesmo objetivo.

1) Universidade de Columbia — Professores Adolph Berle, Henry de Vries, Germán Arciniegas, Frank Tannenbaum, Charles Wagley, Theodosius Dobzhansky.

2) Professor Manuel Gamio, presidente do Instituto Indigenista Inter-Americano da cidade do México.

3) Professor Raul de Cardenas, presidente da Sociedade Cubana de Direito Internacional.

4) Universidade de Havana — Professores Pablo Lavín, Cesar Salaya e Fernando Ortiz.

5) Instituto Indigenista do Uruguai.

6) Professor Damião Peres, da Universidade de Coimbra.

7) Professor Eugene Pittard, presidente da Sociedade Suíça de Americanistas e da Sociedade de Etnografia de Genebra.

8) Professor Arnold Steiger, da Universidade de Zurique e presidente do Instituto Suíço de Estudos Internacionais.

9) Professor Jean Gabus, Diretor do Instituto de Etnologia de Neuchâtel.

10) Professor Hans Dietschy, vice-presidente da Sociedade Suíça de Americanistas.

11) Professor Jean Liniger, presidente da Federação das Sociedades Suíças de Geografia.

12) Eric Haegler, delegado da Cruz Vermelha Internacional no Brasil.

Publicamos na íntegra a justificativa apresentada pelos presidentes de sete das principais agremiações de cultura do Brasil em apoio à medida proposta pelo Explorer's Club de New York.

«PRÊMIO NOBEL DA PAZ»

APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA DO EXM. SR. MARECHAL CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON

(Justificativa)

Rio de Janeiro.

Det Norske Stortings Nobelkomite Nobelinstituttet
Drammensvein 19 — Oslo

Senhores:

As instituições científicas de caráter privado aqui representadas pelos respectivos presidentes abaixo assinados, cientes de que o «Explorer's Club», de New York, propôs seja atribuído o Prêmio Nobel da Paz de 1957 ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, convictas de que representam a opinião das entidades congêneres, a dos altos valores do Brasil nos domínios do pensamento e da atividade e ainda a do povo em geral, vêm trazer o seu consciente e entusiástico apoio a êsse tentame de justo e dignificante galardamento.

Já em 1953 estas instituições dispunham-se a apoiar tentativa semelhante surgida no país a qual infelizmente não prosseguiu, por falta de boa coordenação.

Agora porém, partindo a iniciativa de uma prestigiosa instituição estrangeira, a proposta toma caráter internacional e a adesão de entidades brasileiras exprimirá o calor com que todas elas anseiam pela vossa justiça, esperançosas de que o excepcional devotamento manifestado pelo Marechal Rondon em todos os atos de sua vida pública, seja agora reconhecido e recompensado. Êsse galardão poderá servir de estímulo a quantos, em todo o mundo, se comprazem em esforços sistemáticos dedicados à nobilitação da espécie humana.

Já o grande Alberto Einstein, há pouco desaparecido, procurou mostrar que o trabalho em favor do conforto do homem e do bem estar geral da humanidade é aspiração sublime contida em todos os credos e deve constituir empenho de homens de tôdas as

raças e de tôdas as religiões, quaisquer que sejam seus estatutos sociais e suas condições pessoais de fortuna.

Ora, ilustrados senhores, o mundo nos mostra que a paz imposta pelas armas faz calar os oprimidos, recalca, sem extinguir, as ânsias dos que ficam subjugados mas, dia poderá vir em que, mercê de contingências propícias, possa surgir a reação dos recalçados para levá-los à luta pelo triunfo de suas antigas aspirações.

Também a paz feita por tratados ou protocolos entre governantes, nem sempre exprime a legítima conveniência dos povos interessados. Por vêzes ela é apenas uma concordância eventual de periferias geográficas, ajuste efêmero de interesses econômicos instáveis, sem base na tradição dos povos contraentes, sem a elasticidade necessária ao processo evolutivo dos ecúmenos respectivos.

A paz assim urdida também pode ser prólogo de novos desajustes.

É no coração do homem, como célula da sociedade, que deve ser lançada a sementeira da paz e a do respeito pelos direitos do seu semelhante. Isso não desmerece e antes deve fortalecer, em cada qual, os sentimentos de amor próprio, os de justiça e de confiança em si mesmo.

As nações são mais ou menos arestosas ou mais ou menos harmoniosas, conforme a tendência, depurada através de séculos, dos sentimentos dos seus sacerdotes, dos de seus artistas, de seus filósofos, de seus estadistas, de seus cientistas, escritores em geral e demais pioneiros do idealismo humano.

A educação não sendo elemento primordial na tendência dos povos, é, sem sombra de dúvida, o agente modificador, moderador, o mais expressivo quando se considera a necessidade da vida coletiva, ou seja, a sobrevivência da humanidade.

Assim, senhores membros do Nobelkomite, baseadas nesses princípios, presumem as entidades abaixo assinadas que dificilmente alguém, dentre os ainda não contemplados por essa nobre instituição, poderá apresentar uma vida tão humanitária, tão cheia de extremados esforços persuasivamente empenhados em favor da paz, como a que fulge na pessoa do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Esse nobre varão, nascido em 1865, conta 91 anos de idade, integrados em 5 de maio de 1956 e totaliza 74 anos de serviço público, quase ininterruptos (de 1881 a 1955), 25 dos quais prestados mau grado ter adquirido direito ao «otium cum dignitate» como oficial general da Reserva desde 1930 e oficial general reformado desde 1935.

Corroborando pois a proposta levada a êsse «Komite» pelo «Explorer's Club», de New York, as instituições que a êste

subscvem, apresentam as seguintes razões em abono da causa que pleiteam:

I — SERVIÇOS HUMANITARIOS PRESTADOS NO INTERIOR DO BRASIL

- 1º) No Setor Geográfico Geral;
- 2º) Em contato com os aborígenes;
- 3º) Na construção de um sistema de linhas telegráficas;
- 4º) Nos domínios da História Natural.

1º — No imenso território do Brasil, 8.513.800 quilômetros quadrados de superficie, quase tão extenso no sentido dos meridianos como no dos paralelos, as descobertas geográficas realizadas ou superintendidas pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon avultam tanto que, examinando-se uma carta da América do Sul cuidadosamente organizada, mesmo estando representada em pequena escala, pode-se desde logo dizer se a carta foi elaborada antes ou depois da era «rondoniana».

Tôdas as 10 fronteiras com os países que circundam o território do Brasil (7 nações e 3 colônias ou guianas), foram visitadas pelo Marechal Rondon em trabalhos técnicos de levantamento e de inspeção. Nesse mister, como nos do interior do país, êle admitiu em sua coorte, por espírito fraternal, a entrada de trabalhadores estrangeiros (em geral sul americanos), apesar da delicadeza da missão, colocando-os em situação de igualdade ao lado dos trabalhadores brasileiros. A chegada a cada uma das fronteiras era sempre motivo de expansão fraternal com o povo confrontante.

Para alcançar os variados pontos de serviço no interior do país ou dêles retirar-se, Rondon contornou o Brasil por várias vêzes, ora desde o Rio de Janeiro até a foz do Prata, por êste acima e pelos rios Paraná, Paraguai até Mato Grosso, seguindo trecho por terra, com saída pelos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas, prosseguindo por mar até o Rio de Janeiro e vice-versa; ora fazendo uma espécie de diâmetro terrestre do perímetro quase integralmente fluvial descrito, isto é, entrando ou saindo por terra, via Mato Grosso, Goiás, S. Paulo, Rio de Janeiro e completando aleatoriamente os hemicíclcos resultantes, pelo lado do norte ou pelo do sul.

Foram levantados cêrca de 40.000 km de itinerários por terra em estradas, caminhos, piques abertos em regiões desconhecidas, etc. e por água em «ubás» ou «pirogas», canoas e lanchas, dentro de rios, lagos e pantanais.

Esses resultados constituem grandes serviços de paz prestados à sua pátria, ao Continente Americano e a todo o mundo.

2º — As penetrações em terras virgens, em geral povoadas por indígenas guerreiros, destemidos, precavidos contra os civilizados, aos quais atribuem, com justa razão, o massacre de entes queridos (além de inconscientes roubos e usurpações), deram ensejo a lutas, com perdas de vidas de ambos os lados, sendo muito mais sacrificados os indígenas, devido a inferioridade de suas armas.

Rondon conseguiu entretanto entrar em contato com muitas dezenas de tribos indígenas de etnias diferentes, falando idiomas os mais variados, desde os índios de maior porte, os Bororos, até os de estatura abaixo da média normal humana, como é caso existente entre os Auêto e Camaiúra.

Para fazer o estudo do Chapadão dos Parecis e atravessar afinal todo o sertão virgem situado entre as últimas povoações do N. de Mato Grosso e a de Santo Antônio, no Rio Madeira, então pertencente ao Estado do Amazonas, teve de varar territórios de nações integralmente desconhecidas e inimigas das tribos circundantes.

É tradição arraigada entre as nações selvagens o respeito pelo território dos seus vizinhos. Os acidentes que pela tradição constituem a linha divisória: rios, morros ou matas, não são atingidos por nenhuma das partes; integram zona neutra. Transpô-los, importa em ato ostensivo de provocação ou de ataque. Em tais condições seria impossível a travessia, como o foi para quantos a tentaram antes de Rondon.

No entanto o largo trato que teve com os índios Bororo, cuja língua chegou a falar correntemente, o contato com outras tribos na zona do pantanal e depois uma maior observação dos índios do planalto, sobretudo os Parecí, permitiram-lhe insinuar-se e fazer-se amigo desses índios. Ele ficou naturalmente aceito como supremo chefe, em tôdas as tribos que abordou.

Vários índios Parecí foram seus guias, excepcionais pela argúcia e pela dedicação, tais como:

Uavadaissú (João Vaz) em 1907; Uazacuririgaçú, acompanhado por seu filho Toheroã (João Ferreira) 1907; Toloiri (Matias) 1908-1909; Camaizoré ou Camaizorocê (Rivani); Coluizorocê (Libânio) filho do precedente, 1909; Zalomaiê (Joaquim Parecis) — 1909.

Rondon, major desde 1903 e tenente-coronel a partir de agosto de 1908, inspirou tão grande confiança a esses indígenas que eles, empolgados pela sua lealdade e cientes da sua maneira

Neste caso o largo período de vida sertaneja do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, passado dentro do Brasil, desde 1890 a 1930, terá constituído um sincero, devotado e eficiente esforço em favor da fraternidade humana e da paz.

Não parou aí, porém sua altruística missão.

II — SERVIÇOS HUMANITARIOS PRESTADOS FORA DO PAÍS EM PROL DA PAZ SULAMERICANA

Aos 69 anos de idade Rondon era chamado para o desempenho de delicada missão internacional, em países estrangeiros, tendo de atuar, em precárias condições de conforto. Resolvida que ficou a questão de limites entre o Peru e a Colômbia, no tocante ao trapézio adjudicado à Colômbia e que se ajusta à linha geodésica tirada entre os pontos situados a $1^{\circ} 32' 13''$, 4 de Lat. S. e $69^{\circ} 27' 02''$, 4 de Long. W. de Greenwich, do lado do Norte, no rio Japurá e $4^{\circ} 13' 30''$, 5 de Lat. S. e $69^{\circ} 56' 33''$, 7 de Long. W. de Greenwich, do lado do Sul, no rio Solimões, — nos termos do tratado de 24 de março de 1922 (ratificado em 23 de janeiro de 1928), o porto de Letícia, o melhor porto fluvial da região, sito à margem esquerda do rio Solimões, a cerca de dois quilômetros a montante do marco de limites Brasil-Colômbia, ficou pertencendo à Colômbia.

Desde a fundação desse porto houve assistência continuada de peruanos, e alguns interessados e inconformados quanto à facilidade de utilização do porto, davam motivos a agitações. A um de setembro de 1932 o porto foi tomado por um grupo de peruanos armados. A situação tornou-se inquietante e uma «Comissão Administrativa de Letícia» foi criada pela Liga das Nações para solucionar o caso.

Essa comissão constituiu uma paliativo, sem poder dar solução à querela. Foi então que o ministro do Exterior brasileiro, Embaixador Afrânio de Melo Franco, ofereceu os préstimos do Brasil como mediador.

Com seu brilhante talento e sua consumada habilidade diplomática, bem exercitada quando dos prélios da antiga «Sociedade das Nações», redigiu um «Protocolo» ou «Pacto de Amizade e Cooperação», entre a Colômbia e o Peru, fórmula essa que logrou franca aceitação de cada uma das nações adversas, sendo firmada pelos respectivos representantes, sob os auspícios do Itamarati, em 24 de maio de 1934.

Pelo art. 6º desse Protocolo seria nomeada uma Comissão Mista, composta de uma representação colombiana e outra peruana, figurando como árbitro o chefe de uma representação brasileira.

O objetivo explícito da Comissão Mista era «velar pelo acôrdo de que trata o art. 4º e estimular sua execução». A referida Comissão não ficou investida de *poder de policia, função adminsitrativa nem competência jurídica, nos territórios sujeitos à jurisdição das Altas Partes Contratantes*, cuja autoridade se exerceria ali em tôda plenitude. A Comissão agiria junto aos governos interessados, no caso de surgirem conflitos por efeito de atos ou decisões que importassem em violação de alguns dos referidos acôrdos e fôssem levados ao seu conhecimento pelas partes pleiteantes, caso em que teria ela de resolver se, decorrido o prazo de 90 dias, os Governos respectivos não houvessem tomado as providências adequadas.

Dessa decisão poderia haver recurso para a Côrte Permanente de Justiça Internacional de Haya.

Era presidente da República do Peru o General Oscar Benévices e presidente da República da Colômbia o Dr. Alfonso Lopes. Ambos muito contribuíram para a boa exação do Protocolo. Como chefe da representação foi nomeado por parte do Peru o Senador Manuel Pablo Villanueva, que faleceu durante o período de execução do Protocolo, sendo substituído pelo deputado Dr. Victor Manuel Arévalo, integrado até o término da vigência.

Pela Colômbia o iniciador da empreitada da paz foi o General de Brigada Luiz Acevedo, que foi chamado pelo seu govêrno, algum tempo depois, para o exercício de outra função importante, sendo substituído pelo Dr. José Joaquim Gori.

Um terceiro delegado teve de ocupar o alto pôsto, depois um quarto e por fim um quinto, o Dr. Eduardo Guzman Esponda, que conduziu os trabalhos por parte do seu país até a sessão de encerramento.

Em mais difícil contingência que os presidentes do Peru e da Colômbia ficou o Presidente da República do Brasil, Dr. Getúlio Dornelles Vargas, tendo de escolher e nomear o árbitro ou presidente da Comissão Internacional, nos têrmos do Protocolo de 24 de maio de 1934. Seria mistér que o escolhido representasse, pela sua hierarquia social e pela sua autoridade moral, um padrão de integridade humana suficientemente alto para ser aceito com prazer pelos chefes das delegações dos dois povos desavindos e que, ao mesmo tempo, pudesse inspirar confiança e respeito aos observadores da América do Sul como aos de todo o mundo civilizado. Pela primeira vez instituia-se no continente americano uma comissão de caráter internacional tendo de agir apenas pela força persuasiva. Empregava-se assim como força coercitiva a força moral, isto é, pedia-se o máximo que seria lícito esperar da nobreza e da concórdia humana em casos de desentendimentos

e de atritos surgidos no seio de povos vizinhos, exaltados e agueridos, a propósito de aspirações materiais contrariadas ou postergadas. Além dos requisitos de ordem espiritual, — intelectuais e morais, — indispensáveis para que alguém, pertencente à elite brasileira, pudesse ser objeto de cogitação para tão alta investidura, forçoso seria considerar também as possibilidades materiais da pessoa elegível, isto é, resistência comprovada, capacidade de adaptação para permanência em meio semi-selvático, conformidade com o quadro de vida de isolamento e de precário conforto etc., pois forçoso seria que a Comissão executora do Protocolo tivesse assistência no próprio local do dissídio.

Uma relação contendo nomes selecionados foi apresentada ao Presidente Getúlio Vargas pelo seu ministro de Relações Exteriores, Dr. Afrânio de Melo Franco, como sugestão para a escolha do chefe da Delegação Brasileira e árbitro da exação do Protocolo de 24 de maio de 1934. Sem hesitar, o Presidente Vargas decidiu-se pela personalidade do então General de Divisão Reformado Cândido Mariano da Silva Rondon.

Organizando sua Comissão, o General Rondon apelou para antigos auxiliares seus das campanhas sertanejas de Mato Grosso e Amazonas e dos serviços de inspeção de fronteiras.

Nomeou secretário da Delegação Arbitral o Dr. Joaquim Augusto Tanajura, médico ilustre, com grandes serviços clínicos e filantrópicos realizados durante as grandes travessias dos sertões, nos contatos eventuais com populações indígenas, como nos pousos, nos nucleamentos avançados de brasileiros, dentro da trama fluvial da Amazônia. Para ajudante de ordens escolheu seu antigo auxiliar e parente Capitão Joaquim Vicente Rondon, sertanista por tradição de família, treinado nas refregas da extinta Inspeção de Fronteiras. Vários outros técnicos com função diplomática, oficiais superiores e, auxiliares de Secretaria, completaram o quadro previsto. A 23 de junho de 1934 instalava-se a Comissão Mista em Manaus e, a 11 de julho partia para Letícia, ficando alojada na fazenda e centro industrial peruano «La Vitória», à margem esquerda do Amazonas, a cerca de 20 km a montante de Letícia.

Começou então o apostolado da paz. Visita à população peruana de «Caballo Cócha», sobre um «sacado» da margem meridional do Amazonas e continuação até «Atacuári», no início do trapézio que ficou adjudicado à Colômbia; regresso descendo o rio Amazonas até a foz do rio Içá, ou Putumayo, subida do rio Putumayo até «Puerto Assis», ponto extremo da navegação. Nessa viagem e, complementarmente na descida, foi a Comissão visitando tôdas as populações colombianas e peruanas das margens do Putumayo, inclusive as dos afluentes navegáveis. Fez uma visita especial a «La Chorrera», na estrema navegável da Igara-

Paraná, afluente da margem esquerda do Putumayo, local onde existe um orfanato do govêrno colombiano, para indígenas.

O curso do rio Putumayo, entre a foz e Puerto Assis, o de seu afluente Igara-Paraná até «La Chorrera» e o do afluente Algodon, da margem direita, entre a foz e um ponto a uns 20 km acima da entrada do rio Tagsha-Algodon, ficaram levantados por ordem do presidente da Comissão e cuidadosa diligência técnica do Capitão Joaquim Vicente Rondon. O conforto levado às populações fronteiriças com a presença dos chefes das Delegações dos três países, os socorros médicos largamente prodigalizados, os conselhos e instruções dados sôbre vários misteres técnicos praticados naquelas paragens, o interêsse revelado pelo progresso regional etc. constituíram uma força de persuasão, bem acentuada pelo exemplo de concórdia que lhes davam as representações unidas nos esforços em prol da paz. Assim, as reuniões da Comissão em Leticia, no cumprimento do Protocolo, processaram-se sempre com êxito e sem nenhum incidente. Nenhum recurso foi encaminhado ao Tribunal de Haya pelos Governos interessados em manter a paz, por isso que reinou sempre perfeita cordialidade nas decisões tomadas e, pode dizer-se mesmo, que nenhuma reclamação séria foi apresentada à Comissão. Os trabalhos da Comissão Mista foram encerrados após o cumprimento total do Protocolo, com êxito completo. Reinava perfeita harmonia entre as populações que quatro anos antes, por sucessivos incidentes, indicavam muito próxima a fatalidade da guerra. O então General Rondon não se afastara um só momento do seu posto, chegando mesmo a perder a visão de um dos olhos pois, supondo estar atacado de catarata, não se tratou e, enquanto isso, a moléstia verdadeira, um — glaucoma — progredia, prejudicando um dos olhos e atacando o outro.

Embarcando no porto de Manaus no vapor *Araranguá* em julho de 1938, veio recebendo homenagens oficiais, de caráter cívico-científico e populares, em todos os portos de escala, da costa do Brasil.

Ao aproximar-se da barra da baía de Guanabara, esquadilhas de aviões do Exército passaram a sobrevoar o navio, até sua atracação no caís e continuaram sobrevoando as avenidas da cidade, em desfile festivo. Uma Comissão Nacional de recepção, composta de todos os ministros de Estado e de altas autoridades militares e civis, estava constituída, apoiada em uma subcomissão executiva instalada no Ministério do Exterior, sob os auspícios do Minstre Oswaldo Aranha. No cais o General Rondon e sua Exma. espôsa foram saudados pelo prefeito Dr. Henrique Dods-worth, que lhes deu as boas vindas em nome da cidade. Seguiram-se os cumprimentos do representante do Presidente da Re-

pública, do embaixador do Peru e ministro da Colômbia e de quase todos os chefes de missões acreditadas no Brasil, do Embaixador Melo Franco, de todos os ministros de Estado, do representante do interventor federal no Estado do Rio e do interventor federal no Estado do Espírito Santo, do chefe de Polícia, de todos os generais de terra e mar sediados nesta Capital, e de tôdas as representações militares estrangeiras, autoridades civis, entidades científicas, instituições cívicas, educandários diversos, antigos companheiros, amigos etc. A multidão enchia tôda a Avenida Rio Branco e as entradas das ruas dependentes, tôdas belamente ornamentadas. Um orfeão de mais de 300 vozes, regido pelo Maestro Villa Lobos cantou o Hino da Independência e os Hinos Herói do Brasil e Pareci Nozani-Ná, de sua autoria, acompanhados pela Banda de Música do Corpo de Bombeiros e pela Banda Municipal. Bandas de Fuzileiros Navais, da Polícia Militar e do Exército tocaram marchas e desfilaram à testa do grande cortejo até a casa do General Rondon em Copacabana.

O cortejo festivo passou entre fileiras da tropa, formada em primeiro uniforme e disposta em continência, ao longo das grandes artérias.

No dia seguinte ao da chegada, ou seja a 4 de agosto de 1938, realizou-se no Itamarati uma sessão magna, sob a presidência do Ministro Oswaldo Aranha, para homenagear a personalidade do General Rondon. Ali se achava a mais alta expressão da cultura e da administração do Brasil, como a das representações estrangeiras na Capital da República. Teriam de pronunciar-se os representantes dos ministérios sob cuja administração o homenageado prestara inolvidáveis serviços ao país.

Pelo Ministério da Guerra falou com muito brilho o General José Meira de Vasconcelos, antigo e prestimoso chefe do Estado Maior do General Rondon; pelo da Viação percorreu com entusiasmo o Capitão Faria Lemos, então diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos, repartição com a qual Rondon manteve longa colaboração, durante a construção das linhas telegráficas sertanejas e, pelo Ministério da Agricultura, falou com elevação o Dr. Artur Torres Filho, antigo ministro interino, sempre ligado aos problemas da proteção ao indígena.

Encerrando a sessão, discursou, com grande eloquência o ministro das Relações Exteriores Dr. Oswaldo Aranha. Disse, em síntese, que aquela homenagem, na qual o Brasil ali representado por tôdas as suas classes, por tôdas as suas raças, também se congregava por suas esperanças. «Aquela manifestação não era dirigida apenas à pessoa do General Rondon mas também à sua obra, à sua imortalidade», «Rondon serviu à terra e à gente

do Brasil pela forma a mais brasileira». «Os serviços prestados em Letícia pelo eminente brasileiro não cabem dentro do âmbito das fronteiras nacionais». Naquela solenidade era «possível ver lado a lado os plenipotenciários do Peru e da Colômbia, nações secularmente unidas e que agora mais estreitavam os laços de amizade, graças à ação de Afrânio de Melo Franco, na elaboração do acôrdo de 1934 e à atividade pessoal direta e decisiva de Rondon, na presidência da Comissão executora do mesmo acôrdo». Como antigo embaixador do Brasil nos Estados Unidos, podia lembrar, dizia, «a maneira pela qual Theodoro Roosevelt apontou ao povo da grande nação do norte a figura e a obra de Rondon, como exemplo de constância, de justiça, de devotamento, de desinteresse e de amor pelo Brasil». Por sua vez o Embaixador Afrânio de Melo Franco, cujo nome foi certa vez lembrado como merecedor do Prêmio Nobel da Paz, declarara que o Protocolo de Letícia não teria sido realizado se o árbitro brasileiro fôsse outro que não o General Rondon.

Respondendo, cheio de emoção e de modéstia, pôde o General Rondon pronunciar um discurso sóbrio e esclarecedor. Começou atribuindo valor excepcional àquela manifestação feita a um oficial general reformado pelas mais altas autoridades do país, pelas representações estrangeiras, por cientistas, artistas e demais expressões do povo brasileiro. Julga-a filha da exaltação da justiça, que é tão cara ao coração brasileiro. Recordou os longos e difíceis serviços de explorações e de construção de linhas telegráficas realizados no interior do Brasil, sobretudo em Mato Grosso, para destacar a importância da colaboração dos seus auxiliares para os quais reivindica os êxitos conseguidos. Falou com enternecimento sobre a situação dos indígenas. Descreveu a natureza de sua missão em Letícia, destacou as figuras proeminentes dos delegados da Colômbia e do Peru como as dos principais auxiliares das três delegações, para afirmar que havia predisposições para a paz. Diz: «As linhas mestras da paz foram traçadas pelo Sr. Embaixador Melo Franco, com apoio no Itamarati, sendo diligentemente mantidas pelas administrações dos Srs. ministros de Estado Dr. José Carlos de Macedo Soares, Dr. Manuel de Pimentel Brandão e concluídas na brilhante administração do Exmo. Sr. Dr. Oswaldo Aranha». Manifesta seu comovido agradecimento a todos e especialmente aos orientadores do Protocolo e aos auxiliares que, no grande empreendimento, colaboraram, sem esmorecer, com as energias do coração.

O seu discurso, repassado de nobreza e dignidade, foi motivo para calorosíssimo e mui prolongados aplausos.

III — CONTRIBUIÇÃO DO BRASIL PARA A PAZ

Na vida de relação das nações, alguns setores da exteriorização dos sentimentos do povo, estão mais expostos a causar mal entendidos, descontentamentos, etc. capazes de gerar a guerra. São sobretudo os relativos à Integridade Territorial, à Expressão da Soberania Nacional e à Expansão da Política Comercial.

No Brasil Lusitano, a fidelidade e a obediência dos governadores gerais, dos vice-reis, dos capitães generais e governadores, aos ditames da Metrópole, podem ser considerados como constituindo o principal fator da unidade do País.

Esse mesmo aspecto centralizador prevaleceu no período do Brasil-Reino, quando o bandeirismo (feição aventureira, mais ou menos aleatória, de penetração pelo Continente a dentro) foi substituído por tentativas racionais de colonização, que se estenderam até mesmo a regiões centrais do Brasil. Único país americano de língua portuguesa, possuindo todos os climas, guardando, entre seus pares, na América do Sul, o privilégio de conter os maiores rios, a mais extensa costa marítima e os mais vastos sertões úteis, apresenta o Brasil, tanto em superfície como em população, uma quase equivalência das nove nações de língua espanhola somadas às três guianas (situadas em região outrora espanhola), países que o circundam pelo norte, pelo oeste e pelo sul.

Duas incorporações de terras estranhas ocorreram no Brasil, uma ao tempo do Reinado, outra ao tempo da Regência do Príncipe D. Pedro.

Com a primeira D. João VI, então príncipe regente, conquistava a Guiana Francesa, em 1809, como represália aos ultrajes que sofrera de Napoleão Bonaparte no Continente Europeu. Com a segunda, D. Pedro I, então príncipe regente do Brasil, incorporava aos seus domínios a Banda Oriental do Uruguai (apoiado em decisão do próprio Cabido Uruguaio).

A Guiana Francesa foi restituída à metrópole em 1817 mediante tratado, após uma administração extremamente justa e progressista, desenvolvida pelo Marquês de Queluz. Quando o governador brasileiro partiu, pessoas do povo da Guiana presentindo a falta que iriam sentir de um administrador sábio e paternal, choraram.

A Província Cisplatina tornou-se independente sob o nome de República Oriental do Uruguai, após uma guerra cansativa travada entre a Argentina e o Brasil. Feita a paz, sem vencedor explícito, com a intervenção da Inglaterra, a independência da Cisplatina foi reconhecida com vantagem tanto para a Argentina como para o Brasil.

Os limites entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai permaneceram os mesmos da ex-Província Cisplatina com a Província do Rio Grande de S. Pedro, limites que eram, aliás, aproximadamente os mesmos firmados entre as antigas possessões espanhola e portugueza, estabelecidos nessa região, depois da guerra de 1801, eclodida entre as duas metrópoles ibéricas. Ficara o Brasil com exclusividade das águas na Lagoa Mirim como no Rio de Jaguarão. Pelos ajustes de 1851, 1852 e 1853 ficou ressalvado para o Brasil o direito exclusivo da navegação em águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, o que não excluía a possibilidade de permissão ocasional dada pelo Brasil ao Uruguai para utilização dessas aquavias.

Esse direito de exclusividade da navegação fluvial e lacustre nas zonas de fronteira, de que os portuguezes muito se serviram para melhor assegurar sua penetração e posse em terras do interior da América do Sul, ainda subsiste em muitas regiões do mundo. Mantinha-se, antes da primeira grande guerra, na fronteira entre a Saxônia e a Prússia (parte do Lebauer Wasser, pertencente exclusivamente à Saxônia), no Rio Foron, entre a Suíça e a França (do qual 8 quilômetros são da exclusividade da França), nos Rios Morges e Eau Noire e em um trecho do Doubs, na mesma fronteira (que são da exclusividade da França), em Barberine e o Rancanniére (que, diversamente, são exclusivos da Suíça). Na África o conhecido Lago Niassa, entre possessões da Grã Bretanha e de Portugal, pertence todo a Grã Bretanha, e assim, em muitos outros casos, referidos cuidadosamente pelo Barão do Rio Branco em *Questões de Limites — Exposições de Motivos*.

Por outro lado, para manutenção da exclusividade, no caso do Brasil, concorria espontaneamente o Uruguai, que teve no Brasil um defensor da sua integridade ante as ambições do tirano argentino D. Juan Manoel de Rosas.

Na execução do tratado de limites de 1867, entre o Império do Brasil e a República da Bolívia, teve o Brasil oportunidade para revelar aquilo que seria mais tarde uma característica da sua política filantrópica no ecúmeno sulamericano.

O limite seguiria por terra suficientemente afastado da margem direita do Rio Paraguai. Eram reminiscências materiais das tentativas de demarcação feitas no período do Brasil Lusitano, sobretudo as da atuação do 4º governador e capitão general de Mato Grosso e Cuiabá, comissário de limites na execução do Tratado de 1777, D. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. As lagoas de Cáceres, Mandioré, Gahiva e Uberaba, estariam interiorizadas mas, decidiu o Brasil oferecer o traçado da linha divisória pelo interior das lagoas, de tal sorte que a Bolívia pudesse

fruir tôda a sorte de beneficios dessas águas o fluxo do seu comércio por intermédio da navegação do Rio Paraguai e os mistérios da Agricultura e da Pecuária, em regiões que durante os períodos estivais têm carência de água.

Mais ao norte, na questão do Acre, prevaleceu o tratado de uma linha geodésica inclinada em relação aos paralelos, tirada da confluência Beni-Mamoré, na latitude de 10° 20', até a cabeceira do Rio Javari. Imaginava-se então que a cabeceira do Rio Javari estivesse abaixo do paralelo de 10° 20', ou então muito pouco acima dêle. O tratado estipulava que a linha separatriz, seguiria desde a confluência Beni-Mamoré (ponto a 10° 20' de latitude sul) e correria para o oeste sôbre êsse paralelo, até encontrar a cabeceira do Rio Javari. No caso em que a cabeceira do Javari estivesse ao N. do paralelo referido, êste seria substituído por uma linha geodésica inclinada. A solução apriorística era evidentemente simpática à Bolívia. Mais tarde, quando do Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, pôde o Governo Brasileiro verificar que nas regiões das cabeceiras dos Rios Purus e Juruá, ainda não regularmente cartografadas, se localizava grande parte da população brasileira de pioneiros da penetração acreana (mais de 60.000 pessoas). Eram os descobridores e ocupantes, que por lei geográfica natural, seguindo o curso navegável dos rios, haviam alcançado as regiões mais férteis e mais ricas para a extração da goma elástica. Estavam essas populações em várias regiões, ao Sul do paralelo de 10° 20' Sul.

Se pelo Tratado de 1867 já teria sido possível invocar o principio do «uti-possidetis», (aceito desde 1750), para justificar o nosso direito de incorporação até mesmo das águas integrais dos rios Purus e Juruá, agora tornar-se-ia injustiça e, mais que isso, causa de constante atrito, o abandonarem-se as pretensões dos destemerosos descobridores brasileiros sediados nas regiões altas dêsses rios e ali obstinados a permanecer, dispostos à luta, até o exterminio, contra as tropas bolivianas, que consideravam invasoras.

Foi então que o Barão do Rio Branco, em nome da paz, ensaiou primeiro a compra do Acre — sem resultado — e depois um ajuste com troca de territórios e compensações materiais, envolvendo terras da bacia do Paraguai e estabelecendo convênios econômicos de interêsse para a Bolívia, de maneira a conseguir que ficassem dentro do Brasil as regiões descobertas, exploradas e habitadas por brasileiros.

Assim foi conseguida a incorporação de boa parte do Território do Acre ao Brasil. Não houve compra mas sim troca de territórios e compensações diversas, para manter a equivalência

ante a desigualdade das terras cambiadas. Cedo reconheceu o Barão do Rio Branco que a simples compra do Acre ou melhor o pagamento à Bolívia de certa quantia pela desistência dos seus direitos à posse daquela região (em cuja causa o Brasil podia apresentar títulos idôneos) era operação antipática aos melindres bolivianos. Compreendeu Rio Branco que em nome da paz e da harmonia continental, deveria colocar o Brasil no mesmo plano das susceptibilidades bolivianas quanto à integridade territorial. Ambos dariam terras e ambos receberiam terras, compensando-se apenas a desigualdade dos valores. Foi uma operação de sã política internacional, fraternal, prudente e pacífica.

Do tempo dos dois imperadores que teve o Brasil, muitos outros fastos de política pacifista em hossas intervenções no Prata, poderiam ser invocados.

A mais bela expressão da Política de Paz e de Fraternidade de que se ufana o Brasil está, ao que parece, na concepção e na realização do «Tratado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai, modificando as suas fronteiras na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão e estabelecendo princípios gerais para o comércio e navegação nessas paragens».

O Brasil veio espontaneamente ao encontro de antigas aspirações uruguaias concedendo-lhe a posse das águas da Lagoa Mirim no setor entre a margem ocidental da Lagoa e a linha mediana, nas regiões francamente navegáveis e, entre a referida margem e a linha de maior profundidade, nos casos de fundos escassos, isto até a foz do Rio Jaguarão e depois, nas mesmas circunstâncias, a posse das águas do Rio Jaguarão entre a margem ocidental e a linha do talweg ou, entre aquela e a linha mediana. Não bastando êsse gesto interpretativo da integridade territorial do país vizinho, assegurou o Brasil à República Oriental do Uruguai o direito de prolongar sua navegação por águas brasileiras na parte N. da Lagoa Mirim, no Rio S. Gonçalo e na Lagoa dos Patos, com saída no Oceano, facilitando assim a prosperidade das regiões do Leste uraguaio, com proveito para tôda a Nação.

Essa exação nos domínios da delimitação territorial, como expressão da fraternidade ou da política pacifista do Brasil, continuou a ser praticada pelo Itamarati, dentro das diretrizes de Rio Branco, que por sua vez interpretava e desenvolvia as tradições do Império.

Quando da guerra do Chaco, que foi no final de contas uma guerra de competição territorial travada entre o Paraguai e a Bolívia, uma comissão de neutros ficou organizada para pôr termo ao desastrado conflito. Era composta de representantes da República Argentina, do Brasil, do Chile, dos Estados Unidos da

América, do Peru e do Uruguai, além da representação da Bolívia e do Paraguai, participantes da luta. As negociações tornaram-se difíceis, em vista da intransigência das partes litigantes. O presidente da Conferência reunida para declaração de um pacto de paz, Ministro Saavedra Lamas, da Argentina, já descreia da possibilidade de chegar-se a um acôrdo e o conclave estava prestes a ser encerrado.

Foi quando na sessão noturna de 11 de junho de 1935 o chefe da Representação Brasileira, Chanceler José Carlos de Macedo Soares, pediu a palavra e fez um apêlo veemente aos dois contendores. Não bastando isso, chamou cada um dêles à parte e mostrou, com eloquência, o quanto a harmonia continental, o estancamento do sangue que se derramava, etc., dependiam de uma ligeira transigência de ambos, naturalmente exaltados pelas ânsias dos respectivos sentimentos patrióticos.

A esperança renasceu, telefonemas foram trocados com os governos dos países em luta e às 2 horas da madrugada de 12 de junho tinha sido encontrada uma fórmula que ficou lavrada em Protocolo solenemente assinado em Buenos Aires às 12 horas do dia 12 de junho de 1935.

Mais uma vez a intervenção do Brasil era profícua à Paz Internacional.

Outras formas de afirmação da fraternidade e do culto à Paz desenvolveu o Brasil nos seus misteres político-sociais. A libertação dos escravos, quando o espírito de justiça prevaleceu na consciência adormecida dos homens cultos do País, teve a adesão dos próprios chefes militares e operou-se com tal energia que ficaram esquecidos altos interesses materiais dos agricultores possuidores de escravos, muitos dos quais membros da própria câmara legislativa, que votava a súbita supressão da escravatura.

Com a proclamação da República, sendo forçoso o banimento da Família Imperial, procuraram os próceres republicanos livrar o imperador e os seus parentes de quaisquer vexames, como de prejuízos pessoais. Todos os bens da Família Imperial foram respeitados e ainda hoje os herdeiros desfrutam a posse tranqüila do que não foi por êles alienado.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o principal fundador da República, procurou obter do Congresso Nacional uma dotação de cinco mil contos que seria entregue à pessoa do imperador, a fim de que no exílio sua família ficasse ao abrigo de quaisquer privações materiais. Essa importância que correspondia, na época, a uma boa fortuna, foi mui dignamente recusada por D. Pedro II.

O Brasil é um dos países pioneiros dos tratados de amizade e de defesa mútua de interesses privativos da civilização e a cidade do Rio de Janeiro partilha com a de Washington o privilégio de abrigar na América o maior número de representantes diplomáticos devidamente credenciados.

Não sòmente dentro de fronteiras tem o povo do Brasil revelado o seu caráter pacífico e construtivo. Nos Congressos Internacionais de todo o gênero, a palavra do Brasil esteve sempre ao lado das grandes causas, na Ciência, na Arte como nos cometimentos sociais em prol da Justiça, em favor do aperfeiçoamento humano.

Com Ruy Barbosa, em Haya, em 1907, foi o Brasil uma das mais altas vozes em favor da tese da igualdade da soberania das nações. William Stead considerou sua palavra a mais esclarecida do conclave. Dizia Ruy: «Il y a sans doute, parmi les Etats, comme parmi les individus, des diversités de culture, d'honneur, de richesse, de force, — mais, est-ce qu'il en résulte une différence quelconque en ce qui regarde leurs droits essentiels? — les droits civils sont les mêmes pour tous les hommes... le droits politiques sont les mêmes pour tous les hommes...».

Et bien la souveraineté est le droit élémentaire, par excellence. des Etats constitués et indépendants.

Or souveraineté vaut dire Égalité. En théorie, comme en pratique, la souveraineté est absolue, elle ne souffre pas de rang...».

Essa, com outras atuações do Brasil em conclaves na América e na Europa, vinculam o país, desde os mais remotos dias da formação da nacionalidade, aos ditames da Paz.

Vemos assim o Embaixador e Chanceler Raul Fernandes levar contribuição brilhante e profícua a diversas Conferências Internacionais. às Assembléias da antiga Sociedade das Nações, ao lado de Epiácio Pessoa e Calógeras e outros e no Comité de Juristas de Haya, na Sexta Conferência Panamericana de Havana, na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e Segurança do Continente, reunida em Petrópolis, no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, etc.

Que o «Direito das Gentes» não tem sido decisivo por falta de um organismo superior capaz de sancionar a norma jurídica, é coisa sabida. Quando o «Comité» de Haya organizou o Estatuto da Corte Permanente de Justiça Internacional, essa bela urdidura jurídica esteve prestes a ser rejeitada pela primeira assembléia da Sociedade das Nações. Não desejavam algumas nações, entre as grandes potências, que a Corte Permanente tivesse força coercitiva, e o impasse surgiu. Foi quando Raul Fernandes,

colaborador do texto, interveio, apresentando uma fórmula que o Ministro Alfaro considerou «um rasgo de gênio», isto é, fazer vigorar o projeto elaborado, admitindo a jurisdição como facultativa, vigorando sòmente para os Estados que o aceitassem, ainda que sob condição de reciprocidade. Existe, pois, um organismo internacional jurídico superior para os que o aceitam e isso representa uma conquista da consciência jurídica internacional, graças à clareza de um brasileiro.

Se o Prêmio Nobel vier para o Brasil, encontrará um ambiente extremamente propício a êsse alto galardão.

Ao tempo do Barão do Rio Branco, cujos serviços como «Deus Terminus» o tornaram extremamente popular, lícito seria apontá-lo como figura merecedora dessa expressiva distinção.

Nos dias de hoje, porém, nenhum personagem é tão popular e tão representativo do esforço construtivo em favor da Pátria, no inesgotável devotamento para salvar e instruir as populações autóctones ou inadaptadas, ninguém pôs tanto esmero nas lides para a manutenção da Paz na América do Sul, como o velho Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Seu nome é conhecido em quase todos os países do mundo. Paris festejou a passagem do seu 89º aniversário natalício, com uma sessão solene na Sorbonne, em 1954, na qual se manifestaram quase tôdas as Universidades Francesas.

Na América, o seu busto em bronze está logo à entrada do Museu Roosevelt.

E ainda, na Sociedade de Geografia de New York, em um livro que é exposto aos visitantes, estão escritos com letras de ouro maciço cinco nomes:

- *Peary* — (o descobridor do Polo Norte;
- *Amundsen* — (o descobridor do Polo Sul);
- *Charcot* — (o maior explorador das Regiões Árticas);
- *Byrd* — (o maior explorador das Regiões Antárticas);
- *Rondon* — (o maior explorador das Regiões Tropicais, onde também foi descobridor).

Na Alemanha os seus feitos são divulgados nas escolas para estímulo da mocidade.

Sua popularidade no Brasil foi enorme, inigualada ao tempo da sua imensa atividade.

Dêle dizia Castro Menezes, o talentoso secretário do *Jornal do Comércio* (edição da tarde de 7 de outubro de 1917) exterior-

rizando o consenso da opinião pública coeva: «Rondon é bem neste momento, pelos ideais que encarna e realiza, o brasileiro a quem mais devemos venerar».

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1957.

(Assinados)

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
— *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente.

Academia Brasileira de Ciências — *Arthur Moses*, Presidente.

Sociedade Brasileira de Geografia — *Almirante Jorge Dodsworth Martins*, Presidente.

Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — *General Tristão de Alencar Araripe*, Presidente.

Academia Brasileira de Letras — *Peregrino Junior*, Presidente.

Sociedade Brasileira de Filosofia — *H. Canabarro Reichardt*, Presidente.

Academia Brasileira de História das Ciências
— *General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos*, Presidente.

BIO-BIBLIOGRAFIA

ROBERTO DA MOTTA MACEDO

MARIA CAROLINA MAX FLEUISS

Nasceu a 7 de junho de 1904, no Distrito Federal.

Filho do Sr. Artur da Mota Macedo e de D. Joana Lousada Macedo.

Usa os seguintes pseudônimos: Roberto da Macedônia ou R. da Macedônia, Rafael Murilo, Romualdo Mafra e Mac Rob.

Professor, jornalista e advogado.

Fêz seus estudos no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro e na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, onde se bacharelou em 1930.

Delegado geral do Estado do Rio de Janeiro.

Chefe do Serviço de Arquivo da Fundação Getúlio Vargas.

Diretor do Departamento de História e Documentação da Prefeitura do Distrito Federal.

Secretário da Universidade do Distrito Federal.

Professor de História no Colégio Pedro II, Instituto de Educação, Instituto Superior de Preparatórios, Instituto de Ensino Secundário, Instituto de Preparação Acadêmica, Ginásio Vera Cruz, Colégio Otati, Ginásio Cruzeiro, Curso de Administração e Curso de Aperfeiçoamento do DASP, etc.

Jornalista nos periódicos *Vamos Ler*, *Jornal do Comércio*, *Correio do Povo* (Porto Alegre), *O País*, *Correio da Manhã*, *Diário da Noite*, etc.

É membro titular da Academia Carioca de Letras. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e correspondente dos Institutos de São Paulo, Bahia, Pernambuco, etc.

É autor dos seguintes trabalhos: *A Administração de Floriano* (1939 ed.); *Apontamentos para uma Bibliografia Carioca* (ed. 1943); *Aprender a Aprender*, Barata Ribeiro, *O Barão do*

Rio Verde (ed. 1940); *Benjamin Constant, Curiosidades Cariocas, Efemérides Cariocas* (ed. 1943); *Floriano na Guerra do Paraguai, Achegas à Bibliografia de Floriano, Guia Prático da Constituição Brasileira, Grandes Figuras do Brasil, General Osório, Os Grandes Vultos por eles mesmos, Henrique Dodsworth, A História do Brasil em cinco Lições, A História no Distrito Federal, Idéias de Hoje* (1938); *Notas Históricas* (ed. 1944); *Paulo Fernandes Viana, Aspectos do Distrito Federal* (Conferência, Rio, 1943); *A Unidade histórica do Brasil* (Rio, 1943).

DESEMBARGADOR FLORENCIO DE ABREU

(Florêncio Carlos de Abreu e Silva)

MARIA CAROLINA MAX FLEUISS

Filho do senador do Império Florêncio de Abreu e de Dona Gonçalves Moreira de Abreu.

Nasceu a 13 de janeiro de 1883 no Rio de Janeiro.

Desembargador aposentado; atualmente advogado nesta Capital.

Fêz seus estudos primários e secundários na Escola Brasileira de Porto Alegre. Iniciou o curso de Direito na Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), e o concluiu na então Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais desta Capital (Rio de Janeiro), em 1905.

Voltando ao Rio Grande do Sul, foi juiz municipal em Taquara do Mundo Novo (1907) e juiz de direito nas comarcas de São Borja (1907 a 1913), Rio Pardo (1913 a 1917) e Santa Maria (1917 a 1919). Foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça daquele Estado em 1924.

Exerceu em comissão os cargos de diretor do Arquivo Público (1919), onde criou e organizou a Seção de História, e os de procurador geral do Estado (1925 a 1928 e 1932 a 1934) e de chefe de Polícia (1929 a 1932).

Foi professor de Direito Comercial na Faculdade de Direito de Porto Alegre, de 1925 a 1934.

Aposentando-se em 1934, veio para o Rio de Janeiro, onde passou a exercer a advocacia, tendo sido advogado do Banco do Brasil de 1934 a 1937. Foi presidente do I.B.G.E. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1951 a 1954.

Presidiu o XI Congresso Nacional de Geografia, que se realizou em Porto Alegre, em maio de 1954; representou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul no IV Congresso de História Nacional, reunido em 1949 nesta Capital e participou do XVIII Congresso Internacional de Geografia, reu-

nido em agosto de 1956, também nesta Capital, tendo sido presidente da Comissão de Coordenação Financeira.

É membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio da Sociedade Brasileira de Geografia e do Instituto Genealógico Brasileiro. Foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e seu primeiro presidente efetivo, sendo hoje um dos seus presidentes honorários, e é sócio correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos de São Paulo e Alagoas e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. É membro titular da Academia Sul-Riograndense de Letras e um dos delegados junto à Federação das Academias de Letras do Brasil, da qual é presidente desde 1953, e sócio correspondente das Academias de Letras de Pernambuco e Ceará.

No âmbito da geografia, história e estatística, publicou os seguintes trabalhos:

Retrospecto econômico e financeiro do Rio Grande do Sul, 1822 a 1922; A Constituinte e o Projeto de Constituição da República de Piratini; Governo de José Marcelino de Figueiredo na Capitania de São Pedro do Sul; Os recursos econômico-financeiros da revolução farroupilha; A influência do gado bovino na antropogeografia do Rio Grande do Sul; Silveira Martins, o tribuno; A importância da colonização açoriana no Rio Grande do Sul, além de outros publicados em revistas e jornais.

No âmbito de ciência do direito, fez parte da Comissão elaboradora do Código das Contravenções Penais e do Código de Processo Penal (nacional). Organizou o *Esbôço de Projeto de Código Comercial* (terrestre), por incumbência do então ministro da Justiça, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa. Publicou, entre outros, os seguintes trabalhos: *Comentários ao Código de Processo Penal do Rio Grande do Sul*, prefaciados pelo Professor Lima Drummond, (edição da Livraria Universal, Porto Alegre). *Novos Comentários ao Código de Processo Penal do Rio Grande do Sul* (edição da Livraria do Glôbo, Porto Alegre) e *Comentários ao Código de Processo Penal* (nacional), V volume, *Das nulidades e recursos em geral* (edição da Revista Forense, Rio de Janeiro).

Fêz parte da 1ª Conferência de Desembargadores, reunida nesta Capital, onde proferiu uma palestra sobre os princípios informativos do Código de Processo Penal Nacional e do 1º Congresso do Ministério Público, reunido em São Paulo, onde apresentou um trabalho intitulado *Panorama do Novo Código de Processo Penal* e outro sobre a indenização do dano às vítimas do delito.

NOTICIÁRIO

AGRADECIMENTO DE AFONSO TAUNAY

Agradecendo a iniciativa da última assembléia-geral, que o promoveu a sócio grande-benemérito, o Sr. Afonso d'Escragnole Taunay, enviou a seguinte carta ao presidente do Instituto, Embaixador J. C. de Macedo Soares:

«Senhor Presidente e meu eminente consócio. Acabo de receber o telegrama pelo qual V. Exia. me comunica a extraordinária distinção que V. Exa. e os nossos benévolos consócios acabam de me conferir, atribuindo-me tão alta situação em nosso quadro social, qual esta de grande benemérito.

Sobremodo desvanecido venho agradecer a V. Exa. e aos nossos consócios quanto me acho grato ante tal demonstração de aprêço, exprimindo-lhes quão vivo será o meu empenho em bem servir à nossa secular e prestigiosa associação, com as veras do meu maior empenho e procurar, do melhor modo corresponder à generosíssima manifestação de aprêço de que fui alvo.

A V. Exa. reiterando os meus muitos agradecimentos, tenho a honra de saudar, muito cordialmente, assinando seu consócio muito admirador e obrigado servidor

Afonso de E. Taunay.

S. Paulo, 9 de maio de 1957».



Señhor Presidente o meu eminente Conselho.

Acabo de receber o telegrama pelo qual V. Ex^a me comunica
o extraordinário e distinção que V. Ex^a dá os nossos beneméritos
conscios a este em de uma conferência atribuída-me há alguns dias
da nossa grandeza a qual está a grandeza dos nossos
toda em la dezanove e vinte e quatro de V. Ex^a os
nossos conscios, quanto me a isto grande ante tal demonstrar
de apelo; expressa a isto grande e os nossos
em bem servir o moral de todos a grandeza dos nossos
com os serviços de meu em caso de apelo, e presenciar, e de
muitos outros, com o poder a grandeza dos nossos
de apelo de grandeza dos nossos.

A V. Ex^a e os outros em de os nossos em caso de apelo de grandeza dos nossos
de apelo de grandeza dos nossos, com o poder a grandeza dos nossos

Com o poder a grandeza dos nossos

Offender de S. Tamy

Paris 7 de maio de 1858

SÓCIO FALECIDO

Dr. Washington Luís — Os jornais de 5 de agosto último noticiaram, com pesar e merecido destaque, haver falecido na noite da véspera em São Paulo, o Dr. Washington Luís Pereira de Sousa — aos quase 88 anos de idade, pois que nascera em Macaé (E. do Rio) a 26 de outubro de 1869.

Nesse sentimento de mágua, participou o Instituto Histórico, do qual o extinto era, por seus trabalhos históricos, sócio correspondente, desde 1912 e presidente de honra, desde 1927, por disposição estatutária que eleva a êsse posto os Presidentes da República.

Washington Luís fez estudos secundários no Colégio Pedro II (Rio) 1884-1888 e estudos jurídicos na Faculdade de Direito de São Paulo — onde se formou em 1891. Logo a seguir exerceu a promotoria pública, por dois anos, em Barra Mansa, transferindo-se, depois, para Batatais, em São Paulo — onde iniciou vitoriosa carreira política (1897), como vereador à Câmara Municipal, destacando-se sobretudo como administrador de pulso firme.

Foi ali prefeito municipal (1898), deputado estadual (1904 e 1912), secretário da Justiça (1906) na presidência de Jorge Tibiriçá. Prefeito da Capital de São Paulo (1914). Daí alçou-se ao govêrno do Estado (1920-1924). Viajou à Europa. Foi eleito senador federal por S. Paulo (1925) e a seguir Presidente da República (1926-1930), sendo deposto a 24 de outubro do último ano, pela revolução vitoriosa. Preso no forte de Copacabana, partiu dali para o exílio: na Europa e nos Estados Unidos, exílio que sofreu dentro de silêncio dignificador. Em 1947 regressou ao Brasil, sendo recebido festivamente. Foi morar em São Paulo e continuou, na altivez do seu pundonor, o mesmo mudo, para os assuntos políticos até morrer.

Washington Luís entrou para o Instituto Histórico a 4-5-912, (*in Revista*, Tomo 75, parte II — pág. 281) como sócio correspondente por proposta de 25-8-1911, assinada por Max Fleiuss, Artur Guimarães e Lourival S. de Freitas. Em virtude dos seus trabalhos *Contribuição para a História da Capitania de São*

Paulo, Governo de Rodrigo César de Menezes, publicado no vol. VIII (1903) da Revista do Instituto Histórico de S. Paulo (págs. 22-137), trabalho êsse que mereceu 2ª edição em 1918 (Casa Garraux — S. Paulo, 1919) e foi mais tarde (1938) reeditado pela Brasiliana, Cia. Editôra Nacional — S. Paulo (273 págs.).

Outros trabalhos de merecimento histórico são os seus estudos sôbre: *Antônio Raposo* — igualmente publicado na Revista do Instituto Histórico de S. Paulo — vol. IX — 1904 — págs. 485 a 533 (acompanhado de 17 documentos inéditos) e o sôbre o *Testemunho de João Ramalho*, na mesma citada revista e número (págs. 563-569).

O parecer da Comissão de História que deu ingresso ao Dr. Washington Luís no Instituto, datado de 20-3-1912, foi assinado pelos Srs. Ramiz Galvão (relator), Clovis Beviláqua, Viveiros de Castro e Antônio Jansen do Paço (pub. na *Revista*, Tomo 75, parte II, págs. 232-234). Nêle se faz alusão, com louvores, aos dois primeiros trabalhos acima mencionados.

O Sr. Washington Luís, na qualidade de sócio correspondente, compareceu à sessão de 28-6-1927 — sendo saudado pelo Sr. Conde de Afonso Celso, agradecendo a homenagem (Vide *Revista*, Tomo 101 — 1927 — págs. 254-255).

Em seguida, por assembléia-geral de 18-7-27, foi elevado ao posto de Presidente honorário.

Nessa qualidade presidiu à sessão magna de 21-10-1929 — 91º aniversário (*Revista*, tomo 106, pág. 441).

Ao fim da sua longa vida, retomando anotações antigas, ainda publicou: *Na Capitania de São Vidente* — estudos de história colonial, ed. da Livraria Martins Editôra — S. Paulo, 1956 — 339 págs.

Consta ainda do recente noticiário jornalístico alusivo à sua morte, haver o Dr. Washington Luís deixado inéditas as suas *Memórias*, que certamente despertarão natural curiosidade, pelo propositado silêncio em que envolveu o final da sua vida espartana.

Nas gestões do Sr. Washington Luís, em S. Paulo, foram, ainda, por sua ordem publicados os seguintes documentos: *Atas da Câmara Municipal de Sto. André da Borda do Campo*, *Atas da Câmara Municipal de S. Paulo*, *Registro Geral da Comarca de S. Paulo*, *Inventários e Testamentos*, *Sesmarias*, *Documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo*, *Rancho da Maioridade* e *Rancho de Paranapiacaba*.

Em 1917 foi mandado consignar em ata do Instituto, um voto de louvor, pela publicação dos *Atos e Registro Geral da*

Câmara Municipal de S. Paulo, a partir de 1562 (in Revista, tomo LXXXII — pág. 762).

A propósito das atitudes do Sr. Washington Luís, existem dois depoimentos memoráveis — um foi a bela página escrita pelo Sr. Otávio Mangabeira, sobre as últimas 24 horas do Governo, deposto em 1930; o outro — foi o testemunho do ex-prefeito de Petrópolis Ary Barbosa, defendendo bravamente o presidente exilado, nos fornecimentos feitos pelo Banco do Brasil, para o calçamento urbano de Petrópolis, sob o título: *Uma página inglória da Revolução*.

Sobre a atividade política e administrativa do Presidente Washington Luís, existe ampla bibliografia, da qual destacamos as seguintes indicações:

— José Carlos de Macedo Soares — *A política financeira do Presidente Washington Luís* — S. Paulo, 1927.

— Maçonaria Cearense — *Recepção do Dr. Washington Luís* — Fortaleza, 1926 (Discurso do Dr. Álvaro Fernandes).

— *Excursão triunfal* — *Preito Cívico* — Discursos de Epitácio Pessoa, Washington Luís e Veiga Miranda — S. Paulo, 1921.

— *A palavra honrada e ativa de Washington Luís* — Calvin Filho, ed. Rio (Declarações ao Correio da Manhã).

— Eduardo Duvivier — *Defesa do ex-Presidente da República, Dr. W. L. P. de Sousa — no Caso de Petrópolis* — Rio, 1931 — 148 págs.

— Francolino Cameu — *Políticos e Estadistas Contemporâneos* — Rio, 1928 (págs. 13-51).

INSTITUTO DE MINAS GERAIS

Por indicação do Ministro Alfredo Valladão, seu vice-presidente, o Instituto Histórico se fez representar no 50º aniversário da fundação do Instituto Histórico de Minas Gerais, celebrado a 15 de agosto em Belo Horizonte.

Por delegação do Embaixador J. Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto, o Dr. Ildefonso Mascarenhas, sócio efetivo, representou esta sociedade naquela comemoração.

CONFERÊNCIAS

Foi lida, em fins de julho último, no Instituto Histórico, a conferência do sócio Dr. J. M. B. Castelo Branco, sobre o Dr. José Hygino Duarte Pereira — cuja publicação damos no presente número.

★

Comemorando o 50º aniversário da Conferência de Haya, o Instituto Histórico celebrou-a condignamente, com a conferência, realizada em 15 de agosto último, sobre: *Rui Barbosa e a 2ª Conferência de Haya*, proferida pelo seu sócio, Embaixador Hildebrando Accioly.

A bela palestra do distinto diplomata e jurista sairá no próximo número.

★

O Ministro Alfredo Valladão, sócio grande benemérito, proferiu no Instituto Histórico, a 23 de agosto, a leitura de um capítulo do seu livro: *Brasil e Chile na época do Império*. Dito trabalho sairá no próximo número desta Revista.

★

Portaria — O Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de conformidade com o disposto nos artigos 30 (item 9º) e 33 dos Estatutos, manda observar provisoriamente, *ad referendum* da Assembléia, as Instruções Reguladoras das Atividades da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. — Rio de Janeiro, 3 de junho de 1957, José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo.

APRECIÇÃO DE LIVROS

Mourão, Rosa & Pimenta — Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil. Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade. Introduções históricas, interpretações e notas de Eustáquio Duarte. Imprensa Oficial do Estado — Recife, 1956 — 580 Ms.

O Professor Gilberto Osório de Andrade apresenta em 1953, no II Congresso Brasileiro de História de Medicina, que se realizou em Recife, uma tese sob o título acima, em que assinalou em resumo, as três primeiras contribuições portuguesas, para o estudo da medicina tropical.

Essa tese teve repercussão e mereceu, entre poucas outras, ser citada com louvores no aludido congresso. Daí a idéia patrocinada pelo Arquivo Público do Estado, superiormente dirigido pelo Professor Jordão Emerenciano, para que ditas contribuições fôssem reeditadas, *in extenso*, com a cooperação intelectual e comentários dos especialistas.

Para isso foi convocada a competência notória do Dr. Eustáquio Duarte, erudito médico pernambucano *doublé* de historiador atualmente domiciliado no Rio. Pesquisas acuradas feitas no Recife, na Bahia e no Rio, em arquivos e bibliotecas européias, através de paciente correspondência — especialmente em Coimbra e Lisboa (Arquivo Ultramarino), biblioteca de Basileia e de Saint-Amand les Saux, resultaram nessa primorosa edição, in 4º, de 580 páginas, saída agora na Imprensa Oficial de Pernambuco, a que acompanha um agudo prefácio de Gilberto Freyre (p. XIX a XXXVIII). A capa, em estilo do século XVII, é de Luís Jardim, os desenhos de abertura dos capítulos e letras, foram copiados por Manuel Bandeira, o ilustrador.

Além do referido prefácio, onde o mestre de Apipucos desenvolve a sua antiga teoria do luso-tropicalismo, que agora felizmente se alarga para um conceito sociológico mais amplo de *hispano-tropicalismo* — a edição se apresenta, com um ensaio sobre *Notícias dos três primeiros livros em vernáculo sobre a Medicina no Brasil* do Professor Gilberto Osório de Andrade onde, além das suas acuradas leituras históricas e bibliográficas, o seu ilustre autor, que não é médico, revela conhecimentos da história da medicina, que bem poucos profissionais possam exhibir (pág. 1-7).

Segue-se a reedição metódica dos três trabalhos aludidos: o 1º é o *Tratado único das Bexigas e Sarampo* por Romão Mosia Reinhipo (pseudônimo de Simão Pinheiro Morão, médico português, falecido no Recife, em 1685). O trabalho original fôra publicado em Lisboa em 1683.

Está antecedido de um estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade (de págs. 11-31) e de uma introdução histórica de Eustáquio Duarte (págs. 35-72).

O texto reimpresso, acompanhado de profusas notas de Duarte, vai da pág. 73 a 125.

O 2º é o *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco* do médico português João Ferreira da Rosa, editado pela primeira vez em Lisboa, em 1694. Também está antecedido de estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade (págs. 131-172) e da introdução histórica de Eustáquio Duarte (págs. 175-218).

O texto reimpresso, ainda acompanhado de notas de Duarte vai da pág. 221 a pág. 396.

O 3º é a *Notícia do que é o achaque do bicho* — de Miguel Dias Pimenta, familiar do Santo Ofício, comerciante luso, residente em Pernambuco — editado em Lisboa em 1707.

Antecede-o estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade (págs. 375-389) e a introdução histórica de Eustáquio Duarte (págs. 393-460). O texto reimpresso, acompanhado, como os outros, de notas de Duarte, vai das págs. 462 a 552.

A edição abre com um «Sumário» (de págs. XI e XII) e um índice de ilustrações (págs. XIII a XVIII) (41 ilustrações); a maioria da col. de Duarte — e finaliza com um índice alfabético de 975 autores citados (págs. 553-565). A reedição desses ensaios médicos da era colonial, prestigia-se sobretudo pela alta contribuição cultural com que Gilberto Freyre, Gilberto Osório de Andrade e Eustáquio Duarte a valorizaram com o comentário do seu saber sociológico, da sua aportação histórica e profissional e, até hoje, a sua insuperada contribuição bibliográfica e médica.

Para não ficarmos só nos encômios — será de assinalar que a ampla bibliografia sobre a febre amarela não inclui o trabalho clássico de Miguel Couto e Azevedo Sodré (impresso em alemão, na Enciclopédia Nothnhagee — ed. austríaca) nem menciona a «história da medicina» — do competente Professor A. de Almeida Prado (S. Paulo), talvez só equiparável nessa matéria, em nossa língua à *História da Medicina Portuguesa* de M. Ferreira de Mira (Lisboa, 1948).

Eustáquio Duarte teve também em mãos o depoimento inédito, que lhe dei, sobre o «bicho do pé» — redigido pelo «chevalier» Chancel de Lagrange, vítima dêle e que aqui esteve com Duguay-

Trouin (1711). Não houve certamente tempo de incluí-lo, no seu primoroso estudo, por certo o mais original desta edição.

É bem exato que os trabalhos contemporâneos redigidos no nordeste pelos sábios holandeses, embora editados na Holanda: Barleus (1647), Marcgrave em 1648; e Piso em 1648 — pela sua ação de presença cultural, haveriam de estimular as pesquisas dos seus sucessores portugueses. Abençoada e rica região, que propiciou tão relevantes estudos.

É a publicação presente, iniciativa invulgar, em qualquer língua e singular em a nossa. Nem mesmo as edições brasileiras de Barleus, Piso e Marcgrave podem se lhe equiparar — embora cuidadosamente traduzidas, impressas e dirigidas.

Honra a nossa cultura especializada. Daqui estamos a sentir, pelo seu teor, o vivo interêsse científico que vai despertar, nos maiores centros culturais do mundo: nas universidades européias e americanas.

Estão de parabéns assim os que ajudaram a saída dessa obra; tanto o seu renomado prefaciador, como os sábios ensaistas que a comentaram exaustivamente — como os artistas que a ilustraram, e ainda os órgãos oficiais, que a projetaram e imprimiram — todos orgulhosamente pernambucanos. Iniciativa digna de assinalar-se, que não encontra igual, nas tão escassas letras científicas do Brasil.

(A edição está datada de 1956, mas só agora foi concluída, sendo apresentada oficialmente ao público, em Pernambuco, à passagem ali do Presidente Craveiro Lopes).

Claudio Ganns.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE JULHO DE 1957

- PONTES, CARLOS — *Motivos e Aproximação* — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, 1953.
- BOEHRER, GEORGE C. A. — *Da Monarquia à República* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1954.
- SANTOS JUNIOR — *Antropologia de Moçambique* — Imprensa Portuguesa Porto, 1956.
- MEYER, D. ALCUINO (O.S.B.) — *Pauxiána* — Artes Gráficas — Rio de Janeiro, 1956.
- MARTINS, ALFREDO ROMÁRIO — *Dados Bio-Bibliográficos até 1945* — Edit. Guaira Ltda. — Curitiba.
- MARTINS, ALFREDO ROMÁRIO — *Eu penso que...* — Papelaria Requião — Curitiba, 1952.
- FALCÃO, DR. EDGAR DE CERQUEIRA — *Novas Achegas ao Estudo da Determinação da Especificidade do «Shistosomum Mansonii»* — s/ed. — Rio de Janeiro, 1957.
- KEENE, DONALD e SEDENSTICKER, EDWARD G. — *Japanese Music and Drama in the Meiji Era* — Vol. III — Komiya Toyotaka — Tokio, 1956.
- SCORZA, EVARISTO PENNA — *O Arenito Caiuá e a Crítica Inconsistente* — N.º 97 — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1956.
- TINOCO, IVAN DE MEDEIROS — *Nota sobre a microfauna do calcáreo cretáceo da ilha de Itamaracá, Estado de Pernambuco* — n.º 91 — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1955.
- ROXO, MATIAS GONÇALVES DE O. — *Relatórios Anuais do Diretor 1946-47-48-49-50* — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1955.
- LAMEGO, ALBERTO RIBEIRO — *Relatório Anual do Diretor — 1954* — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1955.
- SOMMER, KARL e FRIEDRICH BEURLIN — *Restos Vegetais Fósseis e Tectônica da Baía Calcárea de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro* — B. 149 — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro.
- RAMOS, J. R. DE ANDRADE — *Geologia das quadriculas de Recife e Pontas de Pedra* — Boletim 151 — Com um mapa — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1956.
- BEURLIN, KARL — *Horizontes Fossilíferos das Camadas Serra Alta do Paraná* — Boletim n.º 152. Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1954.
- BEURLIN, KARL — *As formações Gondwânicas do Sul do Estado do Paraná*. Boletim n.º 153 — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1955.
- LAMEGO, ALBERTO RIBEIRO — *Geologia das quadriculas de Campos, São Tomé, Lagoa Feia e Xexé* — Boletim n.º 154 — C/um mapa.

- SCORZA, EVARISTO PENNA — *Ocorrência de Folhelho Fossilífero Cretácico no Município de Presidente Olegário*, Minas Gerais — Boletim n° 155 — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1955.
- KEGEL, WILHELM — *Água Subterrânea no Piauí* — Boletim n° 156 — Serviço Gráf. I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1955.
- KEGEL, WILHELM — *Geologia do Fosfato de Pernambuco* — Boletim n.° 157 — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1955.
- TINOCO, IVAN DE MEDEIROS — *Foraminíferos recentes de Cabo Frio*, Estado do Rio de Janeiro — Boletim n° 159 — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1955.
- ALMEIDA, FERNANDO F. M. DE — *Geologia e Petrologia do Arquipélago de Fernando de Noronha* — Monografia XIII — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1955.
- DUARTE, LÉLIA — *Melastomataceae Fósseis da Bacia Terciária de Fonseca*, Minas Gerais — Boletim n° 161 — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1956.
- KEGEL, WILHELM — *As Inconformidades na Bacia do Parnaíba e zonas adjacentes* — Boletim n.° 160 — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1956.
- LEONARDOS, OTHON HENRY — *Carbonatitos com Apatita e Pirocloro Avulso* — n.° 80 — Rev. de Engenharia — Rio de Janeiro, 1956.
- TEIXEIRA, CARLOS MARTINS e MOREIRA, MANOEL — *Higiene das Minas Asbestose* — Boletim n.° 98 — Gráfica Santa Maria — Rio de Janeiro, 1956.
- BELEZKY, WLADIMIR — *Mineralização Tântalo-Estanífera e Uranífera do Município de São João Del Rei*, Minas Gerais — Gráfica Santa Maria — Rio de Janeiro, 1956.
- GUIMARÃES, DJALMA — *Concentrados Estaníferos do Município de São João Del Rei*, Minas Gerais — Gráfica Santa Maria — Rio de Janeiro, 1956.
- GUIMARÃES, DJALMA — *Tratamento do Granito Estanífero de Volta Grande e São João Del Rei*, Minas Gerais — Boletim n° 99 — Gráfica Santa Maria — Rio de Janeiro, 1956.
- PUTZER, HANNFRIT — *Geologia da Fôlha de Tubarão*, Estado de Santa Catarina — Empresa Gráfica — Rio de Janeiro, 1955.
- DELIANITI, ELIAS — *Frutos de Nipa no Paleoceno de Pernambuco*, Brasil — Boletim n.° 158 — Rio de Janeiro, 1955.
- LAMEGO, ALBERTO RIBEIRO — *Relatório Anual do Diretor, ano de 1955* — Serviço Gráfico I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1956.
- CARVALHO, DANIEL DE — *A Formação Histórica das Minas Gerais* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro.
- GONDIM F.º, ISAAC — *A Grande Estiagem* — *Revista dos Tribunais* — São Paulo, 1955.
- FIGUEIREDO, GUILHERME — *Os Fantasmas* — *Revista dos Tribunais* — São Paulo, 1956.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE AGOSTO DE 1957

- LÍZARAZO, J. A. OSÓRIO — *La Isla Iluminada* — Edit. del Caribe, C. A. — Ciudad Trujillo, 1953.
- LAMARCHE, CARLOS M. (DR.) — *La Democracia en Funcion de Exito* — Edit. del Caribe, C.A. — Ciudad Trujillo, 1951.
- DAMIRON, RAFAEL — *Resumen* — Edit. Montalvo — Ciudad Trujillo, 1947.

- WHITE, JOHN, W. — *The Land Columbus Loved* — Edit. Montalvo — Ciudad Trujillo, 1945.
- FIGNOLE, DANIEL — *El Noroeste Dominicano* — Edit. Ateneo Dominicano — Ciudad Trujillo, 1957.
- GODOY, EMILIO GARCIA — *Images de Notre Démocratie* — Edit. del Caribe, C.A. — Ciudad Trujillo, 1951.
- FREITAS, RUY OZORIO DE — *Sedimentação, Estratigrafia e Tectônica da Série Bauru* — Faculdade Filosófica — São Paulo, 1955.
- BERTONI, GUILLERMO TELL — *Geografía Económica Nacional del Paraguay* — Editorial Guarani — Paraguai, 1940.
- FERRAZ, MARIA CECILIA B. — *São Carlos do Pinhal — Sua fundação e sua história* — Gráfica Editôra Cupolo — São Paulo, 1955.
- RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO — *Historiografía del Brasil — Siglo XVI* — Inst.° Panamericano — México, 1957.
- POLIANO, LUÍS MARQUES — *Casa da Agricultura* — Relatório apresentado à comissão de obras do edificio-sede da S.N.A. em 31 de janeiro de 1955. — Vida Turfista S.A. — Rio de Janeiro, 1956. (Oferta do Dr. Cláudio Ganns).
- PUEYRRREDON, CARLOS A. — *Recepción á Roberto Leuvillier en la Academia Nacional de la Historia* — julio 10 de 1956 — Buenos Aires, 1956.
- PUEYRRREDON, CARLOS A. — *Centenário de La Creacion del Regimen Municipal de Buenos Aires* — Buenos Aires, 1956.
- PUEYRRREDON, CARLOS A. — *Las Coplas de Mingo Revulgo* — Buenos Aires, 1956.
- PUEYRRREDON, CARLOS A. — *Las Invasiones Británicas y la Legion de Patricios* — Buenos Aires, 1956.
- PUEYRRREDON, CARLOS A. — *San Isidro de Antaño* (Conferência) — Buenos Aires, 1956.
- PUEYRRREDON, CARLOS A. — *Mitre (Homenaje de la Institucion Mitre en el 50° aniversario del falecimiento del Procer* — Buenos Aires, 1956.
- IBARRA, VELASCO — *Presencia del Ecuador en Panamá* (Discursos) — Talleres Graf. Nacionales — Ecuador, 1956.
- MUNHOZ, SANTIAGO VILAL — *Historia de las Ideas como Problema de la Filosofia de la Historia* — Santiago de Chile, 1956.
- ZEÁ, LEOPOLDO — *América en la Historia* — México, 1956.
- SAVELLE, MAX — *The History of Ideas in the United States* — San Juan Porto Rico, 1956.
- SAVELLE, MAX — *La Historia de las Ideas en los Estados Unidos* — San Juan Porto Rico, 1956.
- GERBI, ANTONELLO — *La Vision Europea en los Pensadores Americanos* — San Juan Puerto Rico, 1956.
- MARIN, JOSÉ GASCON Y — *Cincuenta años en la Facultad de Derecho* — Universidad de Madrid, 1953.
- GOMEZ MORENO, MANUEL — *Perfiles de la España Bárbara* — Universidad de Madrid, 1952.
- MORENTE, MANUEL GARCIA — *Ideas para una filosofía de la historia de España* — Universidad de Madrid — 1943.
- PIÉTRI, FRANÇOIS — *Le Reformisme de la Monarchie Française au XVIII^{ème} Siècle* — Madrid, 1943.

- HERNANDEZ-PACHECO, FRANCISCO — *Discurso, lido en la apertura del curso academico* — 1943-1944 — Artes Graficas — Madrid, 1943.
- MARIN, D. JOSÉ GASCÓN — *Discurso correspondiente a la apertura del curso academico* — 1944-45 — Artes Gráficas — Madrid, 1944.
- ANDREU, D. RAFAEL FOLCH Y — *Discurso leído por ...* — Graf. Universal — Madrid, 1940.
- GOMES, FERNANDO DA SILVA — *Aspectos da História da Imprensa* — Serviço de Documentação — Rio de Janeiro, 1956.
- JOSÉ, F. LEANDRO — *Como receber alguns benefícios do IPASE (Guia Prático)* — Serviço de Documentação — Rio de Janeiro, 1956.
- MELLO, SÉRVULO DE — *Cultura Popular e Formação de Elites* — Serviço de Documentação — Rio de Janeiro, 1956.
- PALHA, AMÉRICO — *Lindolfo Collor um Estadista da Revolução* — Serviço de Documentação — Rio de Janeiro, 1956.
- KAPS, JOHANNES — *Martírio e Heroísmo de Mulheres da Alemanha Oriental* — Edit. Cristo a Caminho — Munich, 1957.
- LEONARDOS, OTHON HENRY — *Cobre no Brasil e no Estrangeiro* — Avulso nº 79 — Sep. da Revista Engenharia — Rio de Janeiro, 1956.
- GUIMARÃES, ARCHIMEDES PEREIRA — *O Instituto de Tecnologia da Bahia — História, Finalidades, Recursos e Realizações* — 1ª, 2ª, 3ª e 4ª partes — Fundação G. Moniz — Bahia, 1956.
- GUIMARÃES, ARCHIMEDES PEREIRA — *Recursos Minerais do Estado da Bahia (Minérios de Ferro)* — Fundação G. Moniz — Bahia, 1956.
- DITTMAR, HANS F. K. — *A Composição da Polpa de Diferentes Variedades de Cacao da Bahia* — Fundação G. Moniz — Bahia, 1956.
- DITTMAR, HANS F. K. — *Sobre perdas aparentes de gordura na torrefação de cacau* — Fundação G. Moniz — Bahia, 1956.
- DITTMAR, HANS F. K. — *Sobre a relação entre o índice do iodo e o grau da fermentação no cacau da Bahia* — Fundação G. Moniz — Bahia, 1956.
- GUIMARÃES, ARCHIMEDES PEREIRA — *Recursos minerais do Estado da Bahia — II — Minérios de cromo* — Fundação G. Moniz — Bahia, 1956.
- FLEMING, THIERS — *Mosaico administrativo* — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, 1956.
- NUNES, PEREIRA — *Histórias e Vocabulários dos Índios Uitoto* — *Revista da Veterinária* — Belém, 1951.
- NUNES PEREIRA — *Curt Nimuendajú* (síntese de uma vida e de uma obra) — *Revista da Veterinária*, Belém, 1951.
- RAVIGNANI, EMILIO (Dr.) — *Documentos para la Historia Argentina* — t. X — *Padrones de la Ciudad y Campaña de Buenos Aires (1726-1810)* — *Introducción del...* — Peuser — Buenos Aires, 1955.
- CAVIGLIA (hijo), B. — *La Cantramilla* (Folclore Gaúcho Rioplatense) — I — *El conflicto etimológico de las Malvinas (en apendice)* — Impresora Uruguay S.A. — Montevideo, 1947.
- MAGALHÃES JR., R. — *Deodoro a espada contra o Império* — vols. I e II — Cia. Edit. Nacional — São Paulo, 1957.
- SIMONSEN, ROBERTO L. — *História Econômica do Brasil (1500-1820)* — 3ª edição — Cia. Editora Nacional — São Paulo, 1957.
- SOARES, JOSÉ CARLOS DE MACEDO (Embaixador) — *Arquivo Histórico do Itamaraty* — Partes I e III — *Correspondência — Documentação anterior à 1822. Introdução de ...* Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1957.

- ABREU, WALDOMIRO B. DE — *Algumas notas para a História de Pindamonhangaba* — Gráfica Tupy Ltda. — Rio de Janeiro, 1957.
- SANTOS FILHO, LYCURGO DE CASTRO (Dr.) — *A Medicina da Época* (Separata da Imprensa Médica — Lisboa, 1957) — Campinas — São Paulo, 1957.
- PASSOS, ALEXANDRE — *A Imprensa no Período Colonial* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1952.
- PASSOS, ALEXANDRE — *Manuel Victorino e o Desencanto Político* — Pongetti — Rio de Janeiro, 1956.
- PASSOS, ALEXANDRE — *Agrário de Menezes e o Romantismo* — Pongetti — Rio de Janeiro, 1956.
- MELLO, R. SILVEIRA DE (General) — *O incidente de Fêcho-dos-Morros em 1850*. Sep. da Defesa Nacional — 1954 — Rio de Janeiro, 1956.
- RAPOSO, IGNAÇÃO — *História de Vassouras* — Bedeschi — Vassouras, 1935.
- PINTO, JORGE — *Fastos Vassourenses* — Bedeschi — Vassouras, 1935.
- PINHEIRO, M. P. FERNANDES — *A Exatidão e a Pesquisa Histórica* — Gráfica Carioca S.A. — Rio de Janeiro, 1957.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE SETEMBRO DE 1957

- SARMENTO, ALEXANDRE — *Mortalidade Infantil da População Indígena da Cidade de Nova Lisboa* — Separata — Imprensa Portuguesa — Pôrto, 1953.
- BARBOSA, RUY — *Campanhas Jornalísticas — República 1899-1918* — 3.º vol. — Gráfica Olímpia Editora — Rio de Janeiro, 1957.
- POLIANO, LUIZ MARQUES — *Ordens Honoríficas do Brasil* (História, organização, padrões, legislação) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1943.
- LIMA, ELISEU DE ARAÚJO — *Catálogo de Documentos que interessam ao Brasil* — tomo II — Monumenta Brasiliae Hispanica — Museu Naval de Madrid — 1957 (Oferta do Embaixador J. C. de Macedo Soares).
- SOUZA, WASHINGTON LUIZ DE — *Na Capitania de São Vicente* — Martins Editora — São Paulo (adquirido por compra).
- SCARONE, ARTURO — *Efemérides Uruguaias* — Tomo I — Montevidéu, 1956.
- OTTONI, MAURÍCIO T. B. (Dr.) — Theophilo Benedicto Ottoni — *Uma vida por um ideal* — Tip. Edance S.A. — São Paulo, 1957.
- SANTOS FILHO, LYCURGO — *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo* — Aspectos da Vida Patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX (adquirido por compra) — Comp. Edit. Nacional — São Paulo, 1956.
- MEYER, O. S. B. ALCUINO (D.) — *Pauxiãna* — *Pequeno ensaio sobre a tribo Pauxiãna e sua língua, comparada com a língua Macucci* — Comp. Bras. de Artes — Rio de Janeiro, 1956.
- D.N.S. — *Áreas Biogênicas do Brasil* — Gráf. «Brumar» Ltda. — Rio de Janeiro, 1956.
- VIVALDO, COARACY — *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro* — Livraria José Olímpio Editora — Rio de Janeiro, 1955.
- Comissão Sul Rio-grandense do Folclore* — *Coletânea* — Vários autores — Of. Gráf. Impr. Ofic. — Pôrto Alegre, 1954.
- JARAMILLO, GABRIEL GERALDO — *Pinaotecas Bogotanas* — Talleres Edit. Santa Fé — Bogotá, 1956.
- SOUZA, OCTAVIO TARQUÍNIO DE — *A vida de D. Pedro I* — vols. I, II e III — 2ª edição — Livraria José Olímpio — Rio de Janeiro, 1954.

- NONATO, RAIMUNDO — *Lampião em Mossoró* — 2ª edição — Soleção Mosso-
roense — Irmãos Pongetti Editores, 1956 — Rio de Janeiro.
- MARTINS, JOSÉ DE SOUZA — *São Caetano do Sul em IV Séculos de História*
— Oficinas Gráficas de Saraiva S.A. — 1957 — São Paulo.
- FRANCO, ARTHUR MARTINS — *O Marquês de Paraná — Esboço Biográfico*
(Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico
Paranaense — vol. VII — fascs. 1-2) Papelaria Requião Ltda. —
1957, Curitiba.
- SOUZA, T. O. MARCONDES DE — *Algumas considerações em torno de um estudo*
do Visconde da Lagoa sobre a história da geografia da expansão portu-
guêsa (Separata do n° 29 da *Revista de História*) — São Paulo, 1957.
- FLEMING, HOWARD A. — *Canadá's Arctic Outlet — A History of the Hudson*
Bay Railway — vol. 54 — University of California Press — Los
Angeles, 1957.
- Quinto Libro de la Semana de Bello en Caracas* — 22 de Noviembre-29 de
Noviembre de 1955 — Ministerio de Educación — Caracas — Vene-
zuela, 1957.
- VILLAR, ERNESTO DE LA TORRE (Advertencia y recopilación de) — *La*
Batalla de San Jacinto. Publicación num. 231. Editorial Fournier, S.A.
— México, 1957.
- RODRIGUES, JOSÉ WASTH — *Capítulos de Armaria Artilharia* — A.G.U.S.
— A Editora — 1957, Rio de Janeiro.
- BARBOSA, RUI — *Trabalhos Diversos* — Vol. VIII — 1881 — Tomo I —
Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1957 — 208 págs.
- LORIA, RAFAEL OBREGON — *La Campaña del Transito 1856-1857* — Sección
Historia n.º 2 — Talleres de la Imprenta Lehmann — 1956 — San José
Costa Rica — 383 págs.
- MELLO, ALCINO TEIXEIRA DE — *Nordestinos na Amazônia* — Editado pelo
Instituto Nacional de Imigração e Colonização — Imprensa Nacional —
1956 — Rio de Janeiro, 129 págs.
- REAL (Regina Monteiro) — *Casa de Rui Barbosa — Resumo histórico de*
suas atividades — Imprensa Nacional — 1957 — 53 págs.
- DOURO, MIRANDA DO — *Coreografia Popular Transmontana (O Pingacho)*
(Separata do Douro Litoral) — Porto, 1957 — 19 págs.
- PASZYNSKI (JANUSZ) — *Opady Atmosferyczne Dorzecza Odry Prace Geo-*
graficzne — nr. 4 — Warszawa, 1955.
- TLESZAR, MIECZYSLAW — *Studia Ze Dziejów Geografii Ekonomicznej W.*
Polsce od Polowy XVIII W. do R. 1848 — *Prace Geograficzne* nr. 8.
Warszawa. 1956.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE JULHO DE 1957

- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — 31 de dezembro de 1956 —
n° 4 — vol. 28 — Rio de Janeiro.
- Museo Histórico* — n° 24 — año VIII — agosto 10 de 1956. Quito.
- Intercâmbio (Revista)* — n° 1-3 — 7-9 — 1956 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- Tydschrift van het Koninklijk Nederlandsch Aardryks kundig Genwtschap*
— Tweede Reeks, Deel LXXIV, n° 2 — April, 1957. Amsterdam.
- The Americas* — april, 1957 — number 4, volume XIII. Washington, D.C.
- Informação Agrícola* — março de 1957 — n° 137 — ano XI. Rio de Janeiro.

- Catálogo Iliffe Books* — 1957 — London.
- Journal Français du Brésil* — 15 mai 1957 — n° 119 — 5ème année. Rio de Janeiro.
- O Puritano* — 25 de abril de 1957 — n° 2.124 — ano LVIII. Rio de Janeiro.
- Homenaje de los Estudiantes Universitarios al Generalísimo Trujillo* (3 dic. — 1956 — vol. CVIII). Trujillo.
- Santo Domingo* — Ciudad Trujillo.
- Anales de la Universidad de Santo Domingo* — 71-72-73-76 — enero-diciembre, 1955. Ciudad Trujillo (julio-dic., 1954).
- Patriotismo y Educación* — 26 de marzo de 1955. Trujillo.
- Calendario para el año académico* — 1956-1957 y otras informaciones universitarias. Trujillo.
- Colombian Journalists Reject Stahlman's Interventionism* — They Show Red Influence on Iapa — 1956. Trujillo.
- Exposition Universelle* — Paris, 1889. Trujillo.
- Corsi Studi per Universitari e Laureati Europei* — luglio-agosto, 1957. Verona — Itália.
- Catálogo n° 139* — Livraria Kosmos — Rio de Janeiro.
- Bulletin Société Suisse des Americanistes* — mars 1957 — n° 13 — VIIIème année. Genève — Suisse.
- Da India Distante* — Boletim 15 de maio de 1957 — n° 147. Rio de Janeiro.
- Italia informazioni* — 15 maggio 1957. Rio de Janeiro.
- Noticiário das Nações Unidas* — maio, 1957 — n° 5 — ano 7. Rio de Janeiro.
- Para Todos* — 1ª quinzena de junho de 1957 — n° 26 — ano II. Rio-São Paulo.
- A Fôlha* — abril e maio, 1957 — ns. 9 e 10 — ano XII. Montes Claros (M.G.).
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — n° 167 — maio de 1957 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- Boletim de História y Antigüedades* — ns. 499 y 500 — 501, 502 e 503 — volumen XLIII — mayo y junio e julio, agosto, septiembre de 1956. Bogotá — Colombia.
- Acción Indigenista* — diciembre de 1956 — n° 42. México.
- Report of Investigations ns. 197-198* — State Geological Survey. Urbana.
- Illinois State Geological Survey* — circulares 222-223 — 1956. Urbana.
- The American Historical Review* — january, april, july de 1942 — ns. 2, 3 e 4 — october de 1941 — n° 1 — volume XLVII. New York.
- Boletim do Arquivo Histórico Militar* — 25º volume — 1956. Lisboa.
- Revista Geográfica* — n° 43 — tomo XVII — 2º semestre de 1955. Rio de Janeiro.
- Estatuto Organico del Instituto Panamericano de Geografía e Historia* (texto aprobado en 1955) — Washington, D.C.
- First Periodical Report of the Boundary Commission for Scotland* — november, 1954. London.
- First Periodical Report of the Boundary Commission for England* — november, 1954. London.
- First Periodical Report of the Boundary Commission for Wales* — november, 1954. London.
- B.B.A.A.* — vol. XVIII — 1955, parte primeira. México, 1956.

- Cafetal* — Órgão Oficial de la Asociacion Nacional de Caficultores — marzo de 1957 — n° 131 — año XII. La Habana.
- IX Assembléia Geral e XVIII Congresso Internacional de Geografia* — 9 a 18 de agosto de 1956. Rio de Janeiro.
- Revista Colombiana de Antropologia* — volumen V — año 1956. Bogotá — Colombia.
- Catalogo, Verlag Georg Fromme & Cia.* — september, 1956 — Verlag.
- Le Contrat Social revue historique et critique des faits et des idées* — mars, 1957 — bimestrielle — vol. 1 — n° 1. Paris.
- Brasil Açucareiro* — ano XXV — vol. XLIX — fevereiro, 1957 — n° 2. Rio de Janeiro.
- The Catholic Historical Review* — number 1 — volume XLIII — april, 1957. Washington, D.C.
- Revista Nacional de Cultura* — noviembre-diciembre — 1956 — n° 119 — ano XIX. Caracas — Venezuela.
- Revista Histórica* — octubre de 1956 — ns. 76-78 — t. XXVI — 2ª época — año L. Montevideo.
- Boletim do Arquivo Histórico Militar* — 24º volume — 1954. Lisboa.
- O Atalaia* — junho de 1957 — n° 12 — ano XXXV. São Paulo.
- Informação Agrícola* — abril, 1957 — n° 138 — ano XI. Rio de Janeiro.
- Revista de História* — volumen VI — julio a diciembre, 1955 — ns. 34 y 35. Nariño.
- Revista Shell* — n° 78. Rio de Janeiro.
- La Universidad del Zulia* — 23 de febrero e 16 de marzo de 1957 — ns. 31 e 33 — año I. Maracaibo.
- Acción Indigenista* — enero de 1957 — n° 43. México.
- Independência* — dezembro de 1956 — n° 16 — ano XVI. Lisboa.
- Boletim Informativo do Japão* — ano 3 — ns. 3 e 4 — 1 de março e 1 de abril de 1957. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — janeiro, 1957 — n° 203 — ano XVIII. Rio de Janeiro.
- Boletim Indigenista* — marzo, 1957 — num. 1 — vol. XVII. México, D.F.
- Homenaje al Libertador (Discurso)* — 1956. La Habana.
- Agenda do IV Congresso Nacional de Municípios de 27 de abril a 5 de maio de 1957.* Rio de Janeiro.
- Nação Brasileira* — n° 405 — maio de 1957 — ano XXXIV. Rio de Janeiro.
- Boletim Geográfico* — fevereiro de 1944 — n° 11 — ano I; setembro de 1945 — n° 30 — ano III; fevereiro de 1946 — n° 35 — ano III. Rio de Janeiro.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE AGOSTO DE 1957

- Para Todos (jornal)* — 1ª quinzena de julho de 1957 — n° 28 — ano II. Rio-São Paulo.
- Journal Français du Brésil* — n° 121 — 15 juin 1957 — 5ème année. Rio de Janeiro.
- Estudios Americanos* — 59-60 — agosto-setembro, 1956 — vol. XII. Sevilla.
- Boletim de la Academia de Historia del Valle del Cauca* — numero 107 — marzo de 1957 — año XXV — cuarta época. Colombia.

- Catalogo — Biblioteks — Informationem* — nummer 5 — maio, 1957 — 4 jahrgang. Berlin.
- Institute of Historical Research* — january, 1957. London.
- Bulletin of the Institute of Historical Research* — Theses Supplement n° 18 — may, 1957. London.
- Bollettino di Geodesia e Scienze Affini* — gennaio-febbraio-marzo, 1957 — anno XVI — n° 1. Firenze.
- Brasil Açucareiro* — ano XXV — vol. XLIX — março, 1957 — n° 3 — Rio de Janeiro.
- Revista do Clube de Engenharia* — junho de 1957 — n° 250. Rio de Janeiro.
- Revista da Faculdade de Letras* — tomo XXII — 2ª série — n° 2 — Lisboa, 1956.
- Boletim Bibliográfico* — vol. VI — t. I — 1º semestre de 1956. Rio de Janeiro.
- O Conselho de Santo Tirso* — Boletim Cultural — vol. V — n° 2. Santo Tirso.
- Revista Interamericana de Bibliografía* — n° 1 — vol. VII — enero-marzo de 1957. Washington.
- Sociedade de Geografia de Lisboa* (Boletim) — julho-setembro de 1956 — série 74 — ns. 7-9. Lisboa.
- Colegio de Ingenieros de Venezuela* (Revista) — ns. 252-253 — marzo-abril — 254 — mayo de 1957. Caracas.
- Américas* — vol. IX — n° 5 — maio de 1957. Rio de Janeiro.
- Bulletin of the Institute of Historical Research* — vol. XXX — n° 81 — may, 1957. London.
- Nuestra América* — mayo de 1957 — n° 20 — año VII. Lima.
- Nação Brasileira* — ano XXXIV — n° 406 — junho de 1957. Rio de Janeiro.
- Bollettino Civico Istituto Colombiano* — gennaio-giugno, 1957 — ano V. Genova
- Revista do Instituto Histórico de Alagoas* — vol. XXVII — anos de 1951-1952-1953. Maceió.
- Bulletin of the New York Public Library* — june, 1957 — volume 61 — number 6. New York.
- Rio Grande do Sul em revista* — abril e maio de 1957 — n° 2 — ano I. Porto Alegre.
- América Indígena* — n° 2 — abril, 1957 — vol. XVII. México.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* — nova série — vol. XXVIII — outubro a dezembro de 1956. Lisboa.
- Revista del Museo de la Plata* — tomo IV — Antropología — 1ª e 2ª entregas. La Plata — Rep. Argentina]
- Guia del campo del investigador social* — manuales técnicos, IV. União Panamericana — 1957. Washington, D.C.
- Catálogo — O Mundo do Livro* — Boletim mensal de livros — abril-maio de 1957. Lisboa.
- Journal Français du Brésil* — 1 juillet 1957 — n° 122 — 5ème année. Rio de Janeiro.
- Saúde* — ano X — n° 109 — janeiro, 1957. Rio de Janeiro.
- Catálogo da Exposição Bibliográfica comemorativa do primeiro centenário do nascimento de Marcelino Menéndez Pelayo* — 1856-1956. Rio de Janeiro.

- Catalogue 636 — Livres anciens et modernes* — Paris. (Oferta do Dr. Cláudio Ganns).
- Revista Brasileira de Estatística* — ano XVII — outubro-dezembro de 1956 — n° 68. Rio de Janeiro.
- Catálogo — Deutsche Bibliographie des Deutsche Buch Auswahl Wichtiger Neuerscheinungen* — heft 2 — 1957. Frankfurt/M.
- Proyecto de Ley Presupuesto General de Ingresos y Egresos para el año 1957* — 17 de octubre — n° 234 — año LXXXVIII. San José, Costa Rica, Miércoles. (Alcance n° 56 a *La Gaceta, Diario Oficial* — 2° sem.).
- Informe de la Labor realizada por la Oficina del Presupuesto durante el año 1955.* San José — Costa Rica.
- Bibliografia Brasileira de Educação* — outubro-dezembro de 1956 — n° 4 — v. 4. Rio de Janeiro.
- La Universidad del Zulia* — 23 e 30 de marzo — 6 e 13 de abril del 1957 — ns. 34-35 — 36-37 — año I. Maracaibo.
- Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* — n° 7 — ano 6 — 1957. Rio Grande do Sul.
- Folklore Americano* — n° 4 — año IV — diciembre, 1956. Lima — Peru.
- Revista de História* — ano VIII — janeiro-março, 1957 — n° 29. São Paulo — Brasil.
- Para Todos* (jornal) — 2ª quinzena de julho de 1957 — n° 29 — ano II. Rio-São Paulo.
- Engenharia* — ano XV — volume XV — março de 1957 — n° 172 e n° 174, maio: n° 171 de fevereiro e n° 173, abril de 1957. São Paulo.
- Boletim Bibliográfico Brasileiro* — março-abril, 1957 — n° 2 — vol. V. Rio de Janeiro.
- La Accion Social en el Congo Belga y Ruanda Urundi.* Bruxelas.
- Trabajos y Conferencias* — Seminario de Estudios Americanistas — Facultad de Filosofia y Letras — n° 11. Madrid, 1956.
- Anuário Acadêmico de 1957.* Lisboa.
- Catalogue n° 263 — A collection of books on Economic and Social History* — E.y. Brill. Leiden.
- Informazioni Italia* — 30 giugno, 1957. Rio de Janeiro.
- Bulletin 80 — Illinois State Geological Survey* — october 28-30, 1956. Urbana — Illinois.
- Catálogo n° 128* — april 1957 (Neuerscheinungen der deutschen wissenschaftlichen Literatur). Taunus.
- Revista de la Academia Colombiana de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales* — volumen IX — marzo de 1957 — número 38. Bogotá — Colombia.
- Catalogue 637 — Literature français* — A. L. Paris (Oferta do Dr. Cláudio Ganns).
- Geographical Review* — july 1957 — number 3 — vol. XLVII. New York.
- Rodovia* — fevereiro, 1957 — n° 204 — ano XVIII. Rio de Janeiro.
- Trabajos y Conferencias* — 11-1-1956. Madrid.
- D.A.E. (Departamento de Aguas e Esgotos)* — ano 18 — junho de 1957 — n° 29. São Paulo.
- Nação Brasileira* — ano XXXIV — n° 407 — julho, 1957. Rio de Janeiro.
- Revista de Portugal* — n° 156 — vol. XXII — junho, 1957, Lisboa.

- Bulletin of The Geological Institutions of The University of Uppsala* — volume XXXVII — parts 1-2 — 1956-1957. Uppsala.
- Endeavour* — volumen XVI — nº 62 — abril, 1957. Londres.
- Portugal pela imagem* — ns. 11 e 12 — ano I — março e abril de 1957. Lisboa.
- Lista dos Srs. acionistas em 31-12-1956* — anexo do relatório nº 108 da diretoria — São Paulo.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE SETEMBRO DE 1957

- Boletim Informativo do Japão* — 1 de maio-junho, 1957. — ano 3 — ns. 5 e 6. Rio de Janeiro.
- Revista de Tecnologia das Bebidas* — ano IX — julho de 1957 — nº 7. Rio-São Paulo.
- Boletim Missionário* — nº 14 — ano 12 — ano de 1957. São Paulo.
- Boletim do Clube Naval* — ano XXXVII — 2º trimestre de 1957 — nº 150. Rio de Janeiro.
- Catálogo nº 146* — Livraria Kosmos, publicado no *Jornal do Comércio* de 30-6-1957. Rio de Janeiro.
- Correio do Senac* — 15 de julho de 1957 — nº 173 — ano IX. Rio de Janeiro.
- Journal Français du Brésil* — 1 aout, 1957 — nº 124 — 6ème année. Rio de Janeiro.
- Orientacion Campesina* — Revista mensual — junio de 1957 — nº 6 — año XVII. La Habana.
- Revista da Liga Marítima Brasileira* — junho-julho, 1957 — ns. 593-594 — ano 51. Rio de Janeiro.
- Américas* — volume IX — nº 6 — junho de 1957. Rio de Janeiro.
- Educacion Rural* — La Habana — Cuba.
- Engenharia* — ano XV — vol XV — nº 175 — junho de 1957. São Paulo.
- Rodovia* — março de 1957 — nº 205 — ano XVIII. Rio de Janeiro.
- Para Todos* — 1ª quinzena de agosto de 1957 — nº 30 — ano II. Rio-São Paulo.
- Informe trimestral* — enero a marzo, 1957 — Instituto Geográfico de Costa Rica.
- Catálogo — Anzeiger* — mai 1957 — jahrgang — 92. Áustria.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — julho de 1957 — nº 169 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- Revista do Clube de Engenharia* — julho de 1957 — nº 251. Rio de Janeiro.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe* — 9 e 23 de julho de 1957 — ns. 12.521-12.526 — ano XXXVIII. Aracaju.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — vol. 29 — nº 1 — 31 de março de 1957. Rio de Janeiro.
- Bulletin of the New York Public Library* — july, 1957 — vol. 61 — number 7. New York.
- Almanaque do Correio d Manhã* 1957. Rio de Janeiro.
- Panorama de História de la America Indigena* — Estudios monograficos, II — 1957 — Union Panamericana. Washington, D.C.
- Cruzada Martiana de Rosa Blanca (Ofrenda)* — 19 de mayo de 1956. Habana — Cuba.

- Boletín Cultural Mexicano* -- nº 61 -- mayo de 1957. México, D.F.
Bulletin of Information -- series fifty-seven, march 16, 1957 -- number eleven. New York.
Catálogo Francis Edward Ltd. -- june, 1957 -- nº 33. London.
Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi -- ns. 1, 2, 3, 4 e 5 -- janeiro, fevereiro, março de 1957. Belém.
Sorocaba (jornal) -- 15 de julho de 1957 -- nº 13 -- ano III. Sorocaba.
Catálogo -- *Brill's Weekly* -- mai 4 -- 1957 -- fas. 472. Leiden -- Holland.
Estatutos de la Asociacion Hispanoamericana de História. Madrid.
Boletín Informativo -- abril de 1957 -- nº 16. La Habana.
Lista de publicaciones que se recibieron durante el mes de marzo de 1957. México.
O mundo em foco -- vol. I -- ns. 5 e 6 (1 fôlha com fotografia). Serviço de Informações.
Catálogo de livros de texto adotados em faculdades, colégios e seminários, 1957. Rio de Janeiro -- Livr. Ibero-Americano.
Catálogo -- *Ludwig Rosenthal's Antiquariaat* -- list. 9. Holland.
Presses Universitaires de France -- mai, 1957. Paris.
Catálogo de la Biblioteca Navarro. México.
Musen Histórico «Simcens da Silva» (Catálogo) -- Oferta do Dr. Cláudio Ganns. Rio de Janeiro.
Catálogo Hesperia -- nº III -- año 1957. Zaragoza.
O Mundo do Livro -- Boletim mensal de livros novos e usados -- junho-julho, 1957. Lisboa -- Portugal (Oferta do Dr. Cláudio Ganns).
Boletín Indigenistas -- junio, 1957 -- nº 2 -- vol. XVII. México.
Revista Marítima Brasileira -- abril-maio e junho de 1957 -- ns. 4, 5 e 6 -- ano LXXVIII. Rio.
Boletim Linotípico -- nº 85 -- 1957. Rio de Janeiro.
Boletín informativo -- año II -- nº 2 -- marzo-abril, 1957. San Juan -- Puerto Rico.
Acción Indigenista -- marzo de 1957 -- nº 45. México.
Historia e Historia de Hispanoamérica (Catálogo) -- Madrid.
Voyages Découvertes Americana -- décembre, 1956. Genève.
Revista de História de America -- diciembre, 1956 -- nº 42. México.
Almanaque Saúde -- 1957 -- ano XI. Rio de Janeiro.
La Universidad del Zulia -- 25 de mayo e 1 de junio de 1957 -- ns. 42-43 -- año I. Maracaibo.
Crónica de la Unesco -- junio de 1957 -- vol. III -- nº 6 (Boletín mensual). La Habana -- Cuba.
Cultura Universitaria -- nº LX -- marzo-abril, 1957. Venezuela.
Kriterion -- janeiro a junho de 1957 -- 39-40. Minas Gerais.
The Geographical Journal -- june 1957 -- vol. CXXIII -- part. 2. London.
Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito -- junho de 1957 -- nº 6 -- volume III. Rio.
Journal Français du Brésil -- 15 aout, 1957 -- nº 125 -- 6ème année. Paris-Rio.
The Americas -- july, 1957 -- number 1 -- volume XIV. Washington.

- Ciencia y Cultura* — año 2 — enero-febrero-marzo, 1957 — n° 5. Maracaibo — Venezuela.
- Przegląd Geograficzny* — tom. XXVIII — zeszyt 1956. Warszawa.
- Polska Bibliografia Analityczna* — rok 2 — zeszyt 1. Warszawa, 1957.
- Suas Atividades em 1956* — Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais — Belo Horizonte.
- Boletín Bibliográfico* — 15 de mayo-1 de junio, 1957 — ns. 109-110. México, D.F.
- Italia informazioni* (Boletim) — 15 de agosto de 1957. Rio de Janeiro.
- Catálogo — Libros de España* — ns. 12 e 13 — febrero-julio, 1957. Madrid.
- Boletín Ilce* — enero-febrero — marzo-abril de 1957 — ns. 1-2 — ano I. México, D.F.
- Boletín Bibliográfico (Catálogo)* — n° 74 — 1954. Madrid.
- Boletín Cultural Mexicano* — junio de 1957 — n° 62. México, D.F.
- Relatório n° 108 da Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a Assembléia Geral Ordinária de 1957. Exercício de 1956*, São Paulo.

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO

TRIMESTRE	1957			
	Julho	Agosto	Setbº	Total
Obras oferecidas	35	59	30	124
Revistas nacionais e estrangeiras	59	52	57	168
Catálogos recebidos	3	8	9	20
Documentos recebidos	35	29	—	64
Jornais recebidos	10	5	4	19
Mapas recebidos	—	18	21	39
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados	8.652	7.568	8.218	24.438
<i>Museu</i>				
Visitantes	126	87	38	251
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
Consultas:				
Obras	7.654	8.532	7.952	24.138
Jornais	1.261	1.622	1.586	4.469
Revistas	4.207	4.346	4.572	13.125
Mapas	930	962	984	2.776
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas e telegramas recebidos ..	79	173	107	359
Ofícios, cartas e telegramas expedidos ..	276	387	326	989

ÍNDICE

JULHO A SETEMBRO DE 1957

I — TRABALHOS ORIGINAIS

PÁGS.

1. *O dever dos «Cavalheiros de S. Paulo»* — Por Aureliano Leite 3
2. *O Rio Grande do Norte no Senado da República: I — Amaro Cavalcanti* — Por José Augusto Bezerra de Menezes 11
3. *A guerra e a América* — Pelo Cel. Ref. Ex. J. B. Magalhães 24
4. *Memória Histórica da Igreja de São Carlos* — Por Jorge Balestrini Filho, seguida de estudo feito por Maria Cecília B. Ferraz sobre S. Carlos do Pinhal, em cujo discurrer é figura de relêvo Cincinato da Silva Braga 54

II — O PRESIDENTE DE PORTUGAL NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

5. *Discurso pronunciado na sessão solene pelo Prof. Pedro Calmon* 204
6. *Discurso do Presidente Craveiro Lopes* 208

III — CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO

7. *Impressões de um constituinte de 1946* — Por A. J. Barbosa Lima Sobrinho 210
8. *O Visconde de Cabo Frio* (Joaquim Thomaz do Amaral) — Pelo Embaixador Hildebrando Accioly 226
9. *José Higino Duarte Pereira* — Pelo Des. J. M. B. Castelo Branco Fº 238

IV — CENTENÁRIO DO FALECIMENTO DO MARQUÊS DE PARANÁ

10. *Nota da Redação* 251
11. *O Marquês de Paraná* — Por José de Alencar 255
12. *Discurso autobiográfico, pronunciado no Senado pelo Visconde de Paraná, Presidente do Conselho em 3-7-1854* .. 275
13. *Do berço do Jacuí ao fastígio do poder — 1801-1856* — Por H. C. Leão Teixeira Filho 285
14. *Da Regência à Maioridade* — Por Alfredo Valladão 307

	PÁGS.
15. <i>Da Maioridade à Conciliação (1840-1853)</i> — Por Hélio Viana	326
16. <i>O Marquês de Paraná e a Conciliação (1853-1856)</i> — Por J. Wanderley de A. Pinho	347
17. <i>Perfil político do Marquês de Paraná</i> — Por Pedro Calmon	372
18. <i>Honório Hermeto e o Instituto Histórico</i> — Por Virgílio Corrêa Filho	378
19. <i>Honório Hermeto na fundação de Petrópolis</i> — Por H. C. Teixeira Filho	385
20. <i>Honório Hermeto na Presidência de Pernambuco</i> — Por Guilherme Auler	406
V — A PAZ DO CHACO	
21. <i>Discurso pelo Gal. Estevão Leitão de Carvalho, no Salão da Biblioteca do Exército</i>	421
VI — TRANSCRIÇÕES	
22. <i>O Brasil e o Pan Americanismo</i> — Por Hélio Viana ..	425
23. <i>Feijó Bittencourt</i> — Por Virgílio Corrêa Filho	430
24. <i>Savigny (A Lei Creperea)</i> — Pelo Desembargador Vieira Ferreira	436
25. <i>Washington Luís e o Instituto Histórico</i> — Por Virgílio Corrêa Filho	443
VII — DOCUMENTOS	
26. <i>A invasão do Rio de Janeiro pelos franceses (1710-1711)</i> — (Dois documentos) — Por Xavier Pedrosa	448
27. <i>Cobrança dos quintos de ouro</i> — Por João Alves Simão (Doc. do Arquivo Ultramarino)	455
28. <i>Academia Real Militar (Memória histórica — 1815)</i> ..	459
VIII — HOMENAGEM	
29. <i>Rondon e o Prêmio Nobel da Paz</i>	470
IX — BIBLIO-BIBLIOGRAFIA	
30. <i>Roberto da Motta Machado</i> — Por Maria C. Max Fleiuss ..	494
31. <i>Desembargador Florêncio de Abreu</i> — Por Maria C. Max-Fleiuss	496
X — NOTÍCIÁRIO	
32. <i>Carta de A. de Taunay</i>	498
33. <i>Sócios falecidos: Washington Luís</i> — Por Claudio Ganns ..	499
XI — APRECIACÃO DE LIVROS	
34. <i>Mourão, Rosa e Pimenta de Gilberto Osório de Andrade e Eustáquio Duarte</i> — Por Cláudio Ganns	503
XII — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	506
XIII — ESTATÍSTICA DO I.H.G.B.	519

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1957

